

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL — UFMS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS — ESAN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

NATALY LUIZA NANTES OJEDA

MODELO DE RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE PARA UNIVERSIDADES
FEDERAIS BRASILEIRAS

CAMPO GRANDE – MS

2023

NATALY LUIZA NANTES OJEDA

**MODELO DE RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE PARA UNIVERSIDADES
FEDERAIS BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis, da Escola de Administração e Negócios da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade e Controladoria.

Linha de pesquisa: Contabilidade Societária e Finanças.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosamaria Cox Moura Leite Padgett.

CAMPO GRANDE – MS

2023

NATALY LUIZA NANTES OJEDA

**MODELO DE RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE PARA UNIVERSIDADES
FEDERAIS BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis, da Escola de Administração e Negócios, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ciências Contábeis. Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos membros:

Prof.^a Dr.^a Rosamaria Cox Moura Leite Padgett

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Orientadora – Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Antônio Zanin

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Membro Interno

Prof. Dr. José Carlos de Jesus Lopes

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Membro Externo

*À minha filha, Ágatha Ojeda Hardoim,
e à sua descendência.*

OJEDA, Nataly Luiza Nantes. **Modelo de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras**. 2023. 359 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023.

RESUMO

As universidades podem contribuir com o desenvolvimento sustentável por meio de ensino, pesquisa, extensão e gestão. A ocorrência de práticas socioambientais nos campus faz surgir a necessidade de reporte à comunidade, como prestação de contas. A divulgação das práticas, e seus respectivos indicadores, podem ser observadas em um único documento, denominado Relatório de Sustentabilidade. As práticas executadas nos campus também podem ser verificadas em *rankings*, programas e iniciativas, nacionais e internacionais, ou documentos que expressam o cumprimento de diretrizes políticas voluntárias e obrigatórias. Apesar do interesse dos pesquisadores na temática, a literatura indica a ausência de um modelo estrutural de Relatório de Sustentabilidade que possa atender as 69 universidades federais brasileiras. Para preencher essa lacuna, o objetivo geral deste estudo é propor um modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para as universidades federais brasileiras. Trata-se de um estudo qualitativo, a ser aplicado, descritivo, bibliográfico e documental, com análise constituída por combinações de evidências apresentadas em quadros. Especificamente, a observação da página eletrônica da Diretoria de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) favoreceu a seleção de normativas (Instrução Normativa n.º 10/2012 MPOG; Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n.º 1/2016; Decretos n.º 9.235/2017 e n.º 10.936/2022; Decisão Normativa TCU n.º 198/2022), programas (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS); Portaria MMA n.º 326/2020), iniciativas (Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), Guia Nacional de Contratações Governamentais) e *rankings* (*GreenMetric*; *THE Impact*) para a análise de correlação com as diretrizes estabelecidas pela *Global Reporting Initiative* (GRI), acrescida da dimensão universitária. A escolha dessa estrutura adaptada se baseou na revisão da literatura. Os resultados mostraram sinergias entre os documentos já mencionados, o que levou à proposição de um modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade. O modelo sugerido tem maiores sinergias com as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral da União (CGU), pelo *ranking THE Impact* e pela iniciativa Pacto Global da ONU. Recomenda-se o reporte prioritário de 18 em relação aos 131 conteúdos que compõem o pretendido modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade.

Palavras-chave: teoria da divulgação voluntária; divulgação socioambiental; reporte de informações socioambientais; instituições de ensino superior.

OJEDA, Nataly Luiza Nantes. **Sustainability Report Template for Brazilian Federal Universities**. 2023. 359 f. Dissertation (Master's in Accounting Sciences) – Graduate Program in Accounting Sciences at the Federal University of Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023.

ABSTRACT

Universities can contribute to sustainable development through teaching, research, extension, and management. The occurrence of socio-environmental practices on campuses necessitates reporting to the community, as a form of accountability. The dissemination of these practices, along with their respective indicators, can be observed in a single document called the Sustainability Report. The practices carried out on campuses can also be verified in national and international rankings, programs, and initiatives, or documents that express compliance with voluntary and mandatory policy guidelines. Despite researchers' interest in the subject, the literature indicates the absence of a structured model for a Sustainability Report that can cater to the 69 Brazilian federal universities. To fill this gap, the general objective of this study is to propose a structured model for the Sustainability Report for Brazilian federal universities. This is a qualitative, applied, descriptive, bibliographic, and documentary study, with analysis consisting of combinations of evidence presented in tables. Specifically, the observation of the electronic page of the Directorate of Sustainable Development of the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS) facilitated the selection of regulations (Normative Instruction No. 10/2012 MPOG; Joint Normative Instruction MP/CGU No. 1/2016; Decrees No. 9,235/2017 and No. 10,936/2022; TCU Normative Decision No. 198/2022), programs (Sustainable Development Goals (SDGs); MMA Ordinance No. 326/2020), initiatives (UN Global Compact, National Guide for Government Procurements) and rankings (GreenMetric; THE Impact) for correlation analysis with the guidelines established by the Global Reporting Initiative (GRI), supplemented by the university dimension. The choice of this adapted structure was based on a literature review. The results showed synergies among the mentioned documents, leading to the proposal of a structured Sustainability Report model. The suggested model has greater synergies with the guidelines established by the Comptroller General of the Union (CGU), THE Impact ranking, and the UN Global Compact initiative. It is recommended to prioritize reporting on 18 out of the 131 contents that make up the intended structured model of the Sustainability Report.

Keywords: voluntary disclosure theory; social and environmental disclosure; social and environmental information reporting; higher education institutions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Normas GRI: Normas universais, setoriais e temáticas	65
Figura 2 – Requisitos obrigatórios para utilizar as normas GRI	67
Figura 3 – Normativas, programas, iniciativas e <i>rankings</i>	72
Figura 4 – Processo de verificação da similaridade textual e interpretativa	75
Figura 5 – Limites para o estabelecimento de prioridades de gerenciamento	76
Figura 6 – Nível de similaridade entre o Apêndice B e os conteúdos do modelo de Relatório de Sustentabilidade.....	230
Figura 7 – Classificação dos conteúdos conforme sua significância do ponto de vista institucional	232
Figura 8 – Sinergias horizontais conglomeradas de grau 6 e 7	236

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Universidades Federais participantes da A3P - posição em novembro/2022	36
Quadro 2 – Relação das Universidades Federais brasileiras que possuem PLS	39
Quadro 3 – Universidades federais que reportaram Relatórios de Gestão em 2018	41
Quadro 4 – Universidades federais brasileiras aderentes ao Pacto Global da ONU - posição em novembro/2022	44
Quadro 5 – Apresentação das dimensões das ferramentas	53
Quadro 6 – Universidades brasileiras aderentes ao STARS	55
Quadro 7 – Princípios orientadores da GRI Standards	67
Quadro 8 – Conceito de requisitos, recomendações e orientações no contexto das normas GRI	74
Quadro 9 – Exemplo de sinergias identificadas	77
Quadro 10 – Matriz de amarração metodológica	79
Quadro 11 – Relação entre os princípios 1 e 2 do Pacto Global da ONU e as normas GRI	80
Quadro 12 – Relação entre o princípio 3 do Pacto Global da ONU e as normas GRI	82
Quadro 13 – Relação entre o princípio 4 do Pacto Global da ONU e as normas GRI	83
Quadro 14 – Relação entre o princípio 5 do Pacto Global da ONU e as normas GRI	83
Quadro 15 – Relação entre o princípio 6 do Pacto Global da ONU e as normas GRI	84
Quadro 16 – Relação entre os princípios 7, 8 e 9 do Pacto Global da ONU e as normas GRI	86
Quadro 17 – Relação entre o princípio 10 do Pacto Global da ONU e as normas GRI	90
Quadro 18 – Relação entre o artigo 30 do Decreto n.º 10.936/2022 e as normas GRI	91
Quadro 19 – Relação entre o artigo 82 § 2 do Decreto n.º 10.936/2022 e as normas GRI	92
Quadro 20 – Relação entre o artigo 2º inciso I da Portaria n.º 326/2020 e as normas GRI	94
Quadro 21 – Relação entre o artigo 2º inciso II da Portaria n.º 326/2020 e as normas GRI	95

Quadro 22 – Relação entre o artigo 2º inciso III da Portaria n.º 326/2020 e as normas GRI	95
Quadro 23 – Relação entre o artigo 2º inciso IV da Portaria n.º 326/2020 e as normas GRI	97
Quadro 24 – Relação entre o artigo 2º inciso V da Portaria n.º 326/2020 e as normas GRI	98
Quadro 25 – Relação entre o artigo 2º inciso VI da Portaria n.º 326/2020 e as normas GRI	100
Quadro 26 – Relação entre o artigo 8º inciso I da IN n.º 10/2012 e as normas GRI	101
Quadro 27 – Relação entre o artigo 8º inciso II da IN n.º 10/2012 e as normas GRI	102
Quadro 28 – Relação entre o artigo 8º inciso III da IN n.º 10/2012 e as normas GRI	102
Quadro 29 – Relação entre o artigo 8º inciso IV da IN n.º 10/2012 e as normas GRI	103
Quadro 30 – Relação entre o artigo 8º inciso V da IN n.º 10/2012 e as normas GRI	104
Quadro 31 – Relação entre o artigo 8º inciso VI da IN n.º 10/2012 e as normas GRI	105
Quadro 32 – Relação entre o artigo 8º inciso VII da IN n.º 10/2012 e as normas GRI	107
Quadro 33 – Relação entre a categoria 1 do <i>ranking</i> GreenMetric e as normas GRI	108
Quadro 34 – Relação entre a categoria 2 do <i>ranking</i> GreenMetric e as normas GRI	110
Quadro 35 – Relação entre a categoria 3 do <i>ranking</i> GreenMetric e as normas GRI	112
Quadro 36 – Relação entre a categoria 4 do <i>ranking</i> GreenMetric e as normas GRI	113
Quadro 37 – Relação entre a categoria 5 do <i>ranking</i> GreenMetric e as normas GRI	114
Quadro 38 – Relação entre a categoria 6 do <i>ranking</i> GreenMetric e as normas GRI	114
Quadro 39 – Relação entre o ODS 1 do <i>ranking</i> Times Higher Education e as normas GRI	116
Quadro 40 – Relação entre o ODS 2 do <i>ranking</i> Times Higher Education e as normas GRI	117
Quadro 41 – Relação entre o ODS 3 do <i>ranking</i> Time Higher Education e as normas GRI	118
Quadro 42 – Relação entre o ODS 4 do <i>ranking</i> Times Higher Education e as normas GRI	119
Quadro 43 – Relação entre o ODS 5 do <i>ranking</i> Times Higher Education e as normas GRI	119

Quadro 44 – Relação entre o ODS 6 do <i>ranking</i> Times Higher Education e as normas GRI	121
Quadro 45 – Relação entre o ODS 7 do <i>ranking</i> Times Higher Education e as normas GRI	122
Quadro 46 – Relação entre o ODS 8 do <i>ranking</i> Times Higher Education e as normas GRI	123
Quadro 47 – Relação entre o ODS 9 do <i>ranking</i> Times Higher Education e as normas GRI	126
Quadro 48 – Relação entre o ODS 10 do <i>ranking</i> Times Higher Education e as normas GRI	126
Quadro 49 – Relação entre o ODS 11 do <i>ranking</i> Times Higher Education e as normas GRI	128
Quadro 50 – Relação entre o ODS 12 do <i>ranking</i> Times Higher Education e as normas GRI	129
Quadro 51 – Relação entre o ODS 13 do <i>ranking</i> Times Higher Education e as normas GRI	131
Quadro 52 – Relação entre o ODS 14 do <i>ranking</i> Times Higher Education e as normas GRI	132
Quadro 53 – Relação entre o ODS 15 do <i>ranking</i> Times Higher Education e as normas GRI	134
Quadro 54 – Relação entre o ODS 16 do <i>ranking</i> Times Higher Education e as normas GRI	136
Quadro 55 – Relação entre o ODS 17 do <i>ranking</i> Times Higher Education e as normas GRI	138
Quadro 56 – Relação entre o elemento de conteúdo n.º 1 do TCU e as normas GRI	140
Quadro 57 – Relação entre o elemento de conteúdo n.º 2 do TCU e as normas GRI	140
Quadro 58 – Relação entre o elemento de conteúdo n.º 3 do TCU e as normas GRI	141
Quadro 59 – Relação entre o elemento de conteúdo n.º 4 do TCU e as normas GRI	145
Quadro 60 – Relação entre o elemento de conteúdo n.º 5 do TCU e as normas GRI	148
Quadro 61 – Relação entre o elemento de conteúdo n.º 6 do TCU e as normas GRI	154
Quadro 62 – Relação entre o artigo 16 inciso I da IN MP/CGU n.º 1/2016 e as normas GRI	156
Quadro 63 – Relação entre o artigo 16 inciso II da IN MP/CGU n.º 1/2016 e as normas GRI	159
Quadro 64 – Relação entre o artigo 16 incisos III e IV da IN MP/CGU n.º 1/2016 e as normas GRI	160
Quadro 65 – Relação entre o artigo 16 inciso V, VI e VIII da IN MP/CGU n.º 1/2016 e as normas GRI	162

Quadro 66 – Relação entre o artigo 16 inciso VII da IN MP/CGU n.º 1/2016 e as normas GRI	164
Quadro 67 – Relação entre as recomendações n.º 1, 2 e 3 do GNCS e as normas GRI	165
Quadro 68 – Relação entre a recomendação n.º 4 do GNCS e as normas GRI	167
Quadro 69 – Relação entre a recomendação n.º 5 do GNCS e as normas GRI	167
Quadro 70 – Relação entre a recomendação n.º 6 do GNCS e as normas GRI	168
Quadro 71 – Relação entre as recomendações n.º 7 e n.º 8 do GNCS e as normas GRI	169
Quadro 72 – Relação entre a recomendação n.º 9 do GNCS e as normas GRI	170
Quadro 73 – Relação entre a recomendação n.º 10 do GNCS e as normas GRI	171
Quadro 74 – Relação entre as recomendações n.º 11 e n.º 12 do GNCS e as normas GRI	172
Quadro 75 – Relação entre o PDI e as normas GRI	173
Quadro 76 – Relação entre os princípios do Pacto Global da ONU e a dimensão universitária	177
Quadro 77 – Relação entre os artigos 30 e 82, § 2 do Decreto n.º 10.936/2022 e a dimensão universitária	178
Quadro 78 – Relação entre os incisos I a VI do artigo 2º da Portaria n.º 326/ 2020 e a dimensão universitária	179
Quadro 79 – Relação entre o artigo 8º inciso I a VII da IN n.º 10/2012 e a dimensão universitária	180
Quadro 80 – Relação entre a categoria 1 do <i>ranking</i> GreenMetric e a dimensão universitária	180
Quadro 81 – Relação entre a categoria 2 do <i>ranking</i> GreenMetric e a dimensão universitária	181
Quadro 82 – Relação entre a categoria 3 do <i>ranking</i> GreenMetric e a dimensão universitária	182
Quadro 83 – Relação entre a categoria 4 do <i>ranking</i> GreenMetric e a dimensão universitária	182
Quadro 84 – Relação entre a categoria 5 do <i>ranking</i> GreenMetric e a dimensão universitária	183
Quadro 85 – Relação entre a categoria 6 do <i>ranking</i> GreenMetric e a dimensão universitária	183
Quadro 86 – Relação entre o ODS 1 do <i>ranking</i> Times Higher Education e a dimensão universitária	185
Quadro 87 – Relação entre o ODS 2 do <i>ranking</i> Times Higher Education e a dimensão universitária	186

Quadro 88 – Relação entre o ODS 3 do <i>ranking</i> Times Higher Education e a dimensão universitária	187
Quadro 89 – Relação entre o ODS 4 do <i>ranking</i> Times Higher Education e a dimensão universitária	188
Quadro 90 – Relação entre o ODS 5 do <i>ranking</i> Times Higher Education e a dimensão universitária	189
Quadro 91 – Relação entre o ODS 6 do <i>ranking</i> Times Higher Education e a dimensão universitária	190
Quadro 92 – Relação entre o ODS 7 do <i>ranking</i> Times Higher Education e a dimensão universitária	190
Quadro 93 – Relação entre o ODS 8 do <i>ranking</i> Times Higher Education e a dimensão universitária	191
Quadro 94 – Relação entre o ODS 9 do <i>ranking</i> Times Higher Education e a dimensão universitária	192
Quadro 95 – Relação entre o ODS 10 do <i>ranking</i> Times Higher Education e a dimensão universitária	193
Quadro 96 – Relação entre o ODS 11 do <i>ranking</i> Times Higher Education e a dimensão universitária	194
Quadro 97 – Relação entre o ODS 12 do <i>ranking</i> Times Higher Education e a dimensão universitária	195
Quadro 98 – Relação entre o ODS 13 do <i>ranking</i> Times Higher Education e a dimensão universitária	196
Quadro 99 – Relação entre o ODS 14 do <i>ranking</i> Times Higher Education e a dimensão universitária	197
Quadro 100 – Relação entre o ODS 15 do <i>ranking</i> Times Higher Education e a dimensão universitária	198
Quadro 101 – Relação entre o ODS 16 do <i>ranking</i> Times Higher Education e a dimensão universitária	199
Quadro 102 – Relação entre o ODS 17 do <i>ranking</i> Times Higher Education e a dimensão universitária	200
Quadro 103 – Relação entre os elementos de conteúdo do TCU e as normas GRI	202
Quadro 104 – Relação entre o artigo 16 incisos I a VIII da IN MP/CGU n.º 1/2016 e as normas GRI	204
Quadro 105 – Relação entre a recomendação n.º 1 a n.º 6 do GNCS e a dimensão universitária	205
Quadro 106 – Relação entre a recomendação n.º 7 a n.º 12 do GNCS e a dimensão universitária	206
Quadro 107 – Relação entre o PDI e a dimensão universitária	208
Quadro 108 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras – parte 1/17	213
Quadro 109 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 2/17	214
Quadro 110 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 3/17	215

Quadro 111 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 4/17	216
Quadro 112 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 5/17	217
Quadro 113 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 6/17	218
Quadro 114 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 7/17	219
Quadro 115 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 8/17	220
Quadro 116 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 9/17	221
Quadro 117 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 10/17	222
Quadro 118 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 11/17	223
Quadro 119 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 12/17	224
Quadro 120 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 13/17	225
Quadro 121 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 14/17	226
Quadro 122 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 15/17	227
Quadro 123 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 16/17	228
Quadro 124 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 17/17	229
Quadro 125 – Conteúdos de média prioridade - grau de significância 6	232
Quadro 126 – Conteúdos de alta prioridade – grau de significância 7	234

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Atribuições das universidades no PLANARES.....	37
Tabela 2 – Universidades brasileiras no <i>ranking</i> GreenMetric - edições 2020 a 2022	45
Tabela 3 – Universidades federais brasileiras no <i>Impact Rankings</i>	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
AISHE	<i>Assessment Instrument for Sustainability in Higher Education</i>
AMAS	<i>Assessing Sustainability in Higher Education</i>
CGU	Controladoria-Geral da União
CISAP	Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DIDES	Diretoria de Desenvolvimento Sustentável
EFD	Estratégia Federal de Desenvolvimento
EMAS	<i>Eco-Management and Audit Scheme</i>
ESG	<i>Environmental, Social and Governance</i>
GASU	<i>Graphical Assessment of Sustainability in University</i>
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
GSSB	<i>Global Sustainability Standards Board</i>
IAU	<i>International Association of Universities</i>
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IES	Instituição de Ensino Superior
IN	Instrução Normativa
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional

PGRS	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PIB	Produto Interno Bruto
PLANARES	Plano Nacional de Resíduos Sólidos
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPA	Plano Plurianual
PUC-RIO	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RSL	Revisão Sistemática da Literatura
SAQ	<i>Sustainability Assessment Questionnaire</i>
SAT	<i>Sustainability Assessment Tools</i>
SRI	<i>Socially Responsible Investment</i>
STARS	<i>Sustainability Tracking, Assessment and Rating System</i>
STAUNCH	<i>Sustainability Tool for Assessing Universities' Curricula Holistically</i>
TBL	<i>Triple Bottom Line</i>
TCU	Tribunal de Contas da União
THE	<i>Times Higher Education</i>
UE	União Europeia
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UIGM	<i>GreenMetric Universitas Indonesia</i>
ULSF	<i>University Leaders for a Sustainable Future</i>
UNEP FI	<i>United Nations Environment Programme Finance Initiative</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UPC	Unidade Prestadora de Contas
USAT	<i>Unit-Based Sustainability Assessment Tool</i>
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Objetivos.....	21
1.1.1 <i>Objetivo Geral</i>	21
1.1.2 <i>Objetivos específicos</i>	21
1.2 Delimitação e justificativa	22
2 REVISÃO DA LITERATURA	24
2.1 Teoria da Divulgação Voluntária	24
2.2 Dimensões e Indicadores da Sustentabilidade	29
2.3 Dimensões da sustentabilidade nas universidades.....	31
2.4 Universidades federais brasileiras e a sustentabilidade	34
2.5 <i>Sustainability Assessment Tool (SAT): ferramentas de avaliação da sustentabilidade</i>	48
2.5.1 <i>Descrição e análise das ferramentas de avaliação da sustentabilidade</i>	50
a) <i>Assessment Instrument for Sustainability in Higher Education (AISHE)</i>	50
b) <i>GreenMetric University Sustainability Ranking (UIGM)</i>	51
c) <i>Sustainability Tracking, Assessment and Rating System (STARS)</i>	51
d) <i>Unit-Based Sustainability Assessment Tool (USAT)</i>	51
e) <i>Sustainability Assessment Questionnaire (SAQ)</i>	52
f) <i>Assessing Sustainability in Higher Education (AMAS)</i>	52
g) <i>Graphical Assessment of Sustainability in University (GASU)</i>	52
2.6 Relatórios de Sustentabilidade	58
2.7 <i>Global Reporting Initiative (GRI)</i>	63
3 METODOLOGIA.....	69
3.1 Caracterização da pesquisa	69
3.1.1 <i>Quanto à finalidade da pesquisa científica</i>	69
3.1.2 <i>Quanto à abordagem</i>	69
3.1.3 <i>Quanto aos objetivos almejados</i>	70
3.1.4 <i>Quanto aos procedimentos de levantamento, coleta e análise de dados</i>	70
3.2 Processo de elaboração do modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade	71
3.2.1 <i>Diretrizes voluntárias e obrigatórias adotadas</i>	71
3.2.2 <i>Procedimento adotado no processo de elaboração</i>	73
3.3 Matriz de amarração metodológica	78
4 RESULTADOS	80
4.1 Análise descritiva dos dados do Apêndice B e sua relação com a GRI.....	80
4.1.1 <i>Pacto Global da ONU e a GRI</i>	80
4.1.2 <i>PGRS e a GRI</i>	91

4.1.3 A3P e a GRI	93
4.1.4 PLS e a GRI	101
4.1.5 GreenMetric e a GRI	107
4.1.6 THE Impact Rankings e a GRI	115
4.1.7 TCU e a GRI	139
4.1.8 CGU e a GRI	156
4.1.8.1 Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n.º 1/2016	156
4.1.8.2 Guia Nacional de Contratações Sustentáveis	165
4.1.9 MEC e a GRI	173
4.2 Análise descritiva dos dados do Apêndice B e sua relação com a dimensão universitária	177
4.2.1 Pacto Global da ONU e a dimensão universitária	177
4.2.2 PGRS e a dimensão universitária	178
4.2.3 A3P e a dimensão universitária	178
4.2.4 PLS e a dimensão universitária	179
4.2.5 GreenMetric e a dimensão universitária	180
4.2.6 THE Impact Rankings e a dimensão universitária	185
4.2.7 TCU e a Dimensão Universitária	202
4.2.8 CGU e a dimensão universitária	204
4.2.8.1 Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n.º 1/2016	204
4.2.8.2 Guia Nacional de Contratações Sustentáveis	205
4.2.9 MEC e a dimensão universitária	207
5 DISCUSSÕES	211
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	238
6.1 Agenda de pesquisa	239
6.2 Implicações/limitações	240
REFERÊNCIAS	241
APÊNDICE A – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	266
1 A amostra	266
2 Resultados	267
Referências	274
APÊNDICE B – NORMATIVAS VOLUNTÁRIAS E OBRIGATÓRIAS, PROGRAMAS, INICIATIVAS E RANKINGS	275
1 UI Greenmetric	275
2 THE Impact Rankings	278
3 Pacto Global da ONU	285
4 Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)	285

5 Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).....	286
6 Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).....	287
7 Tribunal de Contas da União (TCU)	288
8 Controladoria Geral da União (CGU)	291
8.1 Da estrutura do modelo do relatório de gestão de riscos	291
8.2 Recomendações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis	292
9 Ministério da Educação (MEC).....	293
10 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	294
Referências	299
APÊNDICE C – CONTEÚDO DO MODELO DE SUMÁRIO DE CONTEÚDO GRI STANDARDS.....	301
1 Modelo de sumário de conteúdo da GRI	301
Referências	332
APÊNDICE D – CONTEÚDO DA DIMENSÃO UNIVERSITÁRIA	333
1 A dimensão universitária	333
Referências	335
APÊNDICE E - CARTILHA ORIENTADORA.....	336

1 INTRODUÇÃO

As universidades podem ser descritas como locais de inovação, aprendizagem e experimentação, dotadas com potencial para a aceleração de transições (Aránguiz *et al.*, 2020). Por meio delas, são fornecidas soluções a reiterados problemas, enfrentados pelas sociedades modernas. Deste modo, em razão de sua visão e seu conhecimento, é instintiva a incorporação de valores sustentáveis às suas missões e práticas (Ramísio *et al.*, 2019; Dzimińska; Fijałkowska; Sułkowski, 2020).

As universidades atuam como agentes disseminadores da educação socioambiental, implicando no aperfeiçoamento de práticas metodológicas e na implantação de currículos com didática socioambiental com o intuito de desenvolver competências e habilidades (Junyent; Ciurana, 2008; Adams, 2013). São práticas que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão e, juntas, formam a tríade indissociável prevista no artigo 207 da Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988).

As universidades podem ampliar suas contribuições para o desenvolvimento sustentável com abordagens empíricas que incluem a transferência de tecnologia sustentável, a inovação e o engajamento social e comunitário, cooperando sobremaneira para o desenvolvimento das sociedades (Adams, 2013; Mccowan, 2016; Bayuo; Chaminade; Göransson, 2020; Sisto; Sica; Cappelletti, 2020).

O desafio de conscientização sobre o desenvolvimento sustentável também pode ser alcançado nas universidades por meio da gestão (Beuron *et al.*, 2020). Assim, o conceito do desenvolvimento sustentável pode ser integrado à gestão do campus universitário, uma vez que são tomadas como modelos, ou seja, um exemplo a ser replicado (Aver; Fošner; Alfirević, 2021).

A ocorrência reiterada de práticas socioambientais desenvolvidas no campus faz surgir a necessidade de reporte à comunidade, como forma de prestação de contas (Kaur; Lodhia, 2019). A divulgação proporciona transparência, reputação, legitimidade, pode favorecer o chamado *benchmarking*, engajamento de colaboradores, desenvolvimento da capacidade de rastrear progressos de metas específicas, redução de custos, e otimização de oportunidades de melhoria (Kolk, 2005; Hahn; Kühnen, 2013; Genç, 2017).

Informações relacionadas às práticas e aos indicadores ambientais, sociais e econômicos podem ser observadas em um único documento, denominado Relatório de Sustentabilidade (GRI, 2004; Kolk, 2005). Este demonstra o desempenho não financeiro com dados qualitativos e quantitativos, indicadores de desempenho, tabelas, gráficos e estatísticas (Du *et al.*, 2017).

Segundo Schaltegger e Zvezdov (2015), enquanto gestores de sustentabilidade se dedicam ao processo de identificação, geração e disponibilização de informações, o envolvimento de contadores com os Relatórios de Sustentabilidade se concentra na definição de indicadores e na preparação das informações repassadas a tomadores de decisão de hierarquia superior. Assim, é visto na literatura um consenso sobre a necessidade de envolvimento dos contadores com a governança socioambiental (Ascani; Ciccola; Chiucchi, 2021).

Os relatórios comunicam se determinada organização está engajada com práticas socioambientais (Romero; Ruiz; Fernandez-Feijoo, 2019). As práticas socioambientais universitárias podem ser avaliadas e comparadas por meio de sistemas de ranqueamento (Lauder *et al.*, 2015; Atici *et al.*, 2021; Burmann *et al.*, 2021).

Além dos *rankings* que avaliam práticas executadas nas universidades, existem diretrizes políticas nacionais e iniciativas internacionais, de natureza obrigatória ou voluntária, que podem impulsionar gestores universitários na adequação do campus às premissas do desenvolvimento sustentável, fazendo surgir o interesse de pesquisadores em estudos voltados às práticas sustentáveis concebidas no campus (Wright, 2002; Ralph; Stubbs, 2014).

No Brasil, pesquisadores realizaram dissertações propondo modelos ou elementos para compor Relatórios de Sustentabilidade às universidades, como, por exemplo, Cavatti (2014) e Souza (2018), que sugeriram a adoção de um Relatório de Sustentabilidade com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), direcionado à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e à Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), respectivamente.

Já Lopes (2018) propôs indicadores para compor um sistema de avaliação da gestão e do desempenho ambiental voltado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Durski (2019), por sua vez, sugeriu indicadores para a composição de um Relatório de Sustentabilidade visando sua aplicabilidade na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Mendes (2021) sugeriu um manual para a adoção de um Relatório de Sustentabilidade para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Marcuz Junior (2021) propôs indicadores e atribuições para subsidiar a gestão da sustentabilidade contemplando dimensões, realidade e objetivos institucionais da UTFPR.

As dissertações citadas são estudos de caso que, de maneira geral, diagnosticaram o *status quo* das universidades localizadas no território brasileiro, quanto à condução da gestão de cada uma delas pesquisadas, através de dados institucionais, estabelecimento de programas,

projetos e ações desenvolvidas em prol da sustentabilidade. Para cumprir seu objetivo, Cavatti (2014) fez uso de entrevistas semiestruturadas realizadas com técnicos da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças da UFES, e pesquisadores que atuavam na área do desenvolvimento sustentável da universidade.

Souza (2018) extraiu dados do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), enquanto Durski (2019) coletou dados do relatório de gestão, PDI, Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) e Demonstração do Valor Adicionado. Mendes (2021) colheu informações sobre práticas por meio de ofícios via Google Forms, gerando um *brainstorming*, a fim de identificar quais delas se alinhavam com as diretrizes dos modelos pré-selecionados pela autora para, então, formular uma matriz de materialidade.

Marcuz Junior (2021) coletou informações do regimento geral, de todos os polos da UTFPR e realizou um levantamento via Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão, visando a identificação de estruturas de gestão de sustentabilidade existentes em outras universidades federais brasileiras.

As investigações citadas identificaram modelos e indicadores nacionais e internacionais utilizados na mensuração de informações advindas dos ambientes universitários, para que, assim, pudessem sugerir modelos de reporte de informações ambientais, sociais e econômicas aos seus objetos de estudo. Por consequência, Cavatti (2014), Souza (2018) e Marcuz Junior (2021) utilizaram o modelo da GRI para a estruturação com adaptações, visando um melhor atendimento do perfil da universidade, objeto de seus estudos de caso.

Lopes (2018), Durski (2019) e Mendes (2021) usaram um conjunto de modelos como base para a estruturação. Lopes (2018) aplicou nove modelos: GRI, GASU, UIGM, PEN STATE, SAQ, STARS, ESI, EPI e AISHE. Durski (2019) selecionou indicadores do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Instituto Ethos e GRI. Por fim, Mendes (2021) empregou como base a combinação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) com a GRI.

A presente dissertação se diferencia metodologicamente, pois a estrutura oferecida não se origina do estudo do engajamento socioambiental e econômico de uma universidade objeto de um estudo de caso, ou seja, das práticas sustentáveis já executadas, práticas em elaboração ou previstas para execução futura, muito menos do resultado de entrevistas ou *brainstorming* de servidores, acadêmicos ou especialistas em desenvolvimento sustentável.

Nesta dissertação serão analisadas normativas obrigatórias e voluntárias, programas, iniciativas, e *rankings* em que as universidades federais brasileiras estão inseridas, direta ou indiretamente, considerando suas singularidades relacionadas ao setor educacional e sua

condição fundacional e estrutural de órgão público, hierarquicamente vinculadas ao Ministério da Educação (MEC) e mantidas com recursos do governo federal.

A escolha de normativas, programas, iniciativas e *rankings* para balizar esta pesquisa é oriunda da observação do engajamento socioambiental da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), escolhida dentre as 69 existentes no país (Brasil, 2022d) na condição de recorte empírico investigativo, justificada em razão da imersão da autora na condição de discente e servidora no contexto investigado.

A constatação de ausência de um modelo de Relatório de Sustentabilidade que possa atender as necessidades das universidades federais brasileiras, como demonstrado na pesquisa de Moura-Leite e Pereira (2020), faz surgir uma reflexão propositiva em torno de um modelo estrutural ideal para que essas instituições de ensino possam desenvolver seus indicadores de sustentabilidade para reportar dados quantitativos e qualitativos aos usuários de seus serviços.

Os principais usuários das informações produzidas por universidades públicas brasileiras, conforme Gesser *et al.* (2022), são os órgãos de controle (Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU), o MEC, as organizações da sociedade civil, os discentes, os servidores (técnicos-administrativos e docentes), os pesquisadores e a mídia.

Diante do exposto, a questão que norteia a presente pesquisa é: como o Relatório de Sustentabilidade das universidades federais brasileiras pode ser estruturado, para que tenha sinergias com as normativas voluntárias e obrigatórias, os programas, as iniciativas, e os *rankings* em que direta ou indiretamente estão inseridas?

1.1 Objetivos

Com o intuito de responder à aludida questão central deste estudo, foram definidos os objetivos a seguir.

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo é propor um modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para as universidades federais brasileiras.

1.1.2 Objetivos específicos

A partir do objetivo central da pesquisa, surgiram os seguintes objetivos específicos:

- a) comparar estruturas que podem nortear a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade voltadas ao ensino superior;
- b) detectar sinergias entre normativas voluntárias e obrigatórias, programas, iniciativas, e *rankings* em que as universidades federais brasileiras direta ou indiretamente estão inseridas;
- c) selecionar aspectos, dimensões e conteúdos relevantes, que auxiliem a gestão e evidência socioambiental das universidades federais brasileiras;
- d) elaborar uma cartilha sobre a proposição do modelo estruturado de Relatório para as universidades federais brasileiras.

1.2 Delimitação e justificativa

Esta dissertação se destina às 69 universidades federais brasileiras existentes (Brasil, 2022d). Atualmente, não há obrigatoriedade legal de elaboração e publicação de Relatórios de Sustentabilidade no Brasil, de maneira absoluta. Porém, existem dispositivos normativos legais que tratam sobre a publicação desse relatório como requisito mínimo de transparência.

A título de exemplo, a Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, que regulamenta o estatuto jurídico das empresas públicas, sociedades de economia mista e de suas subsidiárias no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, prevê em seu artigo 8º, inciso IX, que em todas elas devem ser divulgados anualmente o Relatório Integrado ou de Sustentabilidade (Brasil, 2016b).

No que diz respeito à governança pública, a Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, que trata do acesso dos cidadãos às informações públicas, prevê como diretriz em seu artigo 3º, inciso IV, o fomento da cultura de transparência na Administração Pública (Brasil, 2011).

Ademais, o Decreto n.º 10.531, de 26 de outubro de 2020, instituiu a Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD), normativa que objetiva definir uma visão de longo prazo para o alcance de uma atuação estável e coerente dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal. A EFD compreende o período de 2020 a 2031, e se organiza em cinco eixos: 1) econômico; 2) ambiental; 3) social; 4) institucional; e 5) infraestrutura (Brasil, 2020a).

No cenário internacional, a União Europeia (UE) tem se engajado em pautas socioambientais, desde os anos 1990, através da criação da *Eco-Management and Audit Scheme* (EMAS), de natureza voluntária, criada para fornecer às organizações (públicas ou privadas) padrões de fomento ao desenvolvimento ambiental, na forma de um regulamento, que inclui,

por exemplo, requisitos da ISO 14001, que trata de Sistemas de Gestão Ambiental (Strachan, 1999; Amaral; Martins; Gouveia, 2015).

A UE emitiu a Diretiva n.º 95, de 22 de outubro de 2014, que estabeleceu a seus estados-membros o dever de implementar e adaptar requisitos, dentro das leis domésticas, a exigência direcionada às empresas de grande porte, para que estas divulguem informações socioambientais relacionadas à diversidade, aos direitos trabalhistas e humanos, ao suborno e à anticorrupção, a partir de ano fiscal de 2017 (Doni *et al.*, 2019; Vander Bauwhede; Van Cauwenberge, 2022).

Ioannou e Serafeim (2017) apontam a exigência de Relatórios de Sustentabilidade em países como Finlândia, Suécia, Dinamarca, Hong Kong, Índia, China, Malásia, e África do Sul por força de leis, regulamentos ou pré-requisitos para a listagem em bolsa de valores. Bergmann e Posch (2018) citam a mesma exigência na Alemanha. Hernández-Pajares e Pocomucha (2021) indicam a obrigatoriedade de Relatórios de Sustentabilidade para empresas listadas no Peru.

Cerca de 90% das 250 maiores empresas do mundo, de acordo com o *ranking* da revista norte-americana *Fortune 500* — focada em economia e negócios — divulgam Relatórios de Sustentabilidade (Pasko *et al.*, 2021). Nesse sentido, a divulgação de Relatórios de Sustentabilidade pode ser vista como uma tendência global, que pode passar do *status* voluntário para obrigatório. Conforme Adaui (2020), regulamentos que determinam práticas e divulgações obrigatórias de Relatórios de Sustentabilidade estão se propagando mundialmente.

Ademais, *rankings* globais pontuam universidades que elaboram Relatórios de Sustentabilidade. No caso do *ranking GreenMetric*, o item está relacionado à Dimensão n.º 6, que trata de Educação e Pesquisa, e sua pontuação varia a depender de sua periodicidade e publicidade (UI Greenmetric, 2022b). No caso do *Impact ranking* da revista *THE*, o item se relaciona ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) n.º 12, por intermédio da meta 12.6, que tem a intenção de incentivar empresas quanto à adoção de práticas sustentáveis e Relatórios de Sustentabilidade (Impact Rankings, 2022).

Melloni e Stacchezzini (2014) explicam que a divulgação de Relatórios de Sustentabilidade, apesar da natureza voluntária, pode ser gerenciada para conter pressões dos *stakeholders*. Assim sendo, assume-se nesta dissertação que a Teoria da Divulgação Voluntária agrega contribuições a respeito da temática de pesquisa.

A teoria supracitada busca motivações para o fenômeno da divulgação de informações não exigidas em lei, mas que são publicadas voluntariamente por organizações que almejam, de algum modo, corresponder às expectativas da sociedade (Zamil *et al.*, 2021).

2 REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo apresenta a revisão da literatura pertinente ao presente estudo. Inicia-se tratando sobre a Teoria da Divulgação Voluntária. Em seguida, são abordados conceitos básicos sobre dimensões e indicadores de sustentabilidade, e como estes conceitos se manifestam nas universidades, seguida da apresentação do *status quo* da atuação socioambiental das universidades federais brasileiras.

Por fim, são apresentados os modelos de ferramentas de evidenciação, a GRI e suas diretrizes contextualizadas com legislações, *rankings*, pactos, agendas, planos e ações de fomento ao desenvolvimento sustentável compatíveis com a gestão socioambiental das universidades federais brasileiras.

2.1 Teoria da Divulgação Voluntária

A Teoria da Divulgação Voluntária é um fenômeno estratégico, que pode ser explicado por meio das publicações das pesquisas de Verrecchia (1983) e Dye (1985) (Sletten, 2012; Consoni; Colauto; Lima, 2017; Utomo; Machmuddah; Hapsari, 2021).

Verrecchia (1983) pesquisou razões pelas quais os gestores e demais tomadores de decisões consideram necessária a divulgação voluntária de informações, mesmo que tal ação implique em custos de propriedade, presumindo a existência de determinada retribuição, oriunda da divulgação de notícias positivas que, de certo modo, tem a função de neutralizar notícias negativas divulgadas pela organização.

Dye (1985) estudou os motivos pelos quais os gestores decidem reter informações, que não alteram potencialmente os lucros futuros de uma empresa, mas que podem desencadear, considerando seu caráter preditivo, possíveis ações regulatórias, potenciais responsabilidades legais, redução de demandas do consumidor por seus produtos, incitação de sindicatos ou fornecedores reivindicando renegociações contratuais, bem como analisou possíveis consequências oriundas dessas suposições.

Guidry e Patten (2012) apontam três estudos que formam a base para a aplicação da Teoria da Divulgação Voluntária na área de divulgação ambiental, que inclui, além de Verrecchia (1983) e Dye (1985), a pesquisa de Lang e Lundholm (1993). Estes buscaram entender determinantes transversais de *ratings* (avaliação do risco de crédito), considerando a existência de variáveis que podem motivar a decisão de divulgar.

Lang e Lundholm (1993) utilizaram seis variáveis em três categorias para explicar o fenômeno: 1) variáveis de desempenho - que envolvem retornos financeiros e erros nas previsões de analistas; 2) variáveis estruturais - que compreende o tamanho da empresa, a variabilidade da curva e a correlação de retornos financeiros; e 3) variáveis de oferta - que mede o quanto as empresas de capital aberto estão ativas no que se refere à emissão de títulos.

Após a análise, Lang e Lundholm (1993) concluíram que a divulgação oscila significativamente entre as variáveis de desempenho, estruturais e de oferta, e os resultados mostram que as empresas com melhor desempenho financeiro possuem divulgação dotada com maior qualidade em relação àquelas com pior desempenho observável, ou seja, a divulgação é ampla quando existem bons resultados financeiros.

Em período anterior à publicação dos estudos dos autores Verrecchia (1983) e Dye (1985), foram publicados estudos relativos ao gerenciamento de divulgações voluntárias por empresas e como estas informações podem afetar diferentes *stakeholders*, por Grossman e Hart (1980), Grossman (1981) e Milgrom (1981).

Grossman e Hart (1980) discutem os efeitos da lei de valores mobiliários sobre a divulgação voluntária, no que se refere à ausência de proibição da elaboração e publicação de declarações falsas ou omissivas. A partir de então, eles concluem que somente uma lei antifraude faria com que as empresas divulgassem informações fidedignas, aliada a medidas governamentais voltadas à redução ou isenção de custos de transação decorrentes da divulgação.

Grossman (1981) investigou situações em que empresas detentoras de grandes monopólios gerenciam a divulgação de informações voluntárias relativas à qualidade de seus produtos, aliando-os ao oferecimento de garantias, reforçando a ideia de que a divulgação é verdadeira, sinalizando qualidade ao consumidor. No entanto, tal conduta pode frustrar os consumidores, visto que as publicações podem conter informações enviesadas.

Por fim, Milgrom (1981) pesquisou a influência de boas e más notícias, considerando perspectivas das empresas quando notícias positivas fazem com que o preço de suas ações se elevem; dos agentes no que se refere à expectativa de recebimento de bônus; dos compradores tendo em vista a expectativa de recebimento de informações sobre produtos que utiliza; e dos licitantes quando presumem que a oferta de lances baixos por seus concorrentes podem sinalizar redução do valor do produto que este também comercializa.

Um ponto comum nas pesquisas de Grossman e Hart (1980), Grossman (1981) e Milgrom (1981), Verrecchia (1983), Dye (1985), e Lang e Lundholm (1993) é a oportunidade ou obrigatoriedade das ações voltadas à dimensão da transparência das informações aliada à

tomada de decisão de divulgar informações não exigidas pela legislação, decisão que se altera a depender do resultado e da formação ética da organização.

Resumidamente, a decisão é gerenciada para neutralizar notícias negativas, evitar demandas regulatórias ou judiciais, reafirmar um excelente desempenho financeiro ou de governança, realizar autopromoção, sinalizar qualidade de determinado produto, garantir a manutenção ou o aumento de preços das ações de mercado, ou ainda gerenciar as expectativas dos *stakeholders*.

Nesse sentido, transparência e divulgação voluntária são elementos para ganhar a confiança dos *stakeholders*, relacionando-se com a imagem e reputação da organização (Gray *et al.*, 2001; Kundeliene; Leitoniene, 2015). Tal comportamento organizacional pode atrair investidores, evitar riscos e flutuações de mercado decorrentes da fuga de capital, que podem vir a prejudicar os mercados de capitais e refletir em outros segmentos (Oxelheim, 2019), e são situações que podem causar alterações no comportamento dos consumidores (Cui *et al.*, 2022).

Assim, o *disclosure* — termo que se refere à divulgação de informações de empresa — é um tema amplo que pode vir a beneficiar funcionários, governo, distribuidores, consumidores, fornecedores e sociedade, através da redução de assimetria informacional (Zamil *et al.*, 2021).

As divulgações voluntárias podem ser entendidas como decisões livres de uma organização, no que se refere a informações de natureza contábil, entre outras que possam, de alguma maneira, ter relevância para a tomada de decisão (Meek; Roberts; Gray, 1995; Villiers; Van Staden, 2011; Murcia; Santos, 2012; Shehata, 2014; Scaltrito, 2016; Zamil *et al.*, 2021).

O nível da divulgação voluntária de uma organização, de acordo com Eng e Mak (2003, p. 327), “[...] é medida pela quantidade e detalhes de informações não obrigatórias contidas na discussão e análise da administração no relatório anual”. Sobre a menção do relatório anual, Gray *et al.* (2001) elucidam que grande parte das pesquisas sobre *disclosure* tem a tendência de se basear em informações contidas nos relatórios anuais das organizações. Porém, também podem ocorrer por diferentes meios de publicação e mídias.

Villiers e Van Staden (2011) destacam que organizações que passam por crises ambientais relatam mais informações sobre o tema em seus sítios eletrônicos do que as empresas que não tiveram crises. Outras variáveis podem interferir na decisão de relatar ou não tais informações. De acordo com Dienes, Sassen e Fischer (2016), o tamanho, a visibilidade em mídias e a estrutura de propriedade das organizações são os principais impulsionadores da divulgação socioambiental.

Pode-se afirmar que a transparência e a divulgação são pilares da governança corporativa (Malacrida; Yamamoto, 2006). A literatura mostra que, ao longo dos anos, houve

escândalos devido à ausência de divulgação ou a ocorrência de divulgações corporativas inadequadas. Assim, foram criadas as normas e os sistemas de controle que pudessem auxiliar os *stakeholders* (Shehata, 2014).

Para tanto, na década de 1980, nos Estados Unidos da América (EUA) foi criado o Comitê de Organizações Patrocinadoras (*Committee of Sponsoring Organizations*). Trata-se de uma iniciativa independente do setor privado. O Comitê não possui autoridade para a definição de padrões, mas lidera em termos de orientação sobre controles internos, gerenciamento de riscos corporativos e prevenção de fraudes (Sheppey; McGill, 2007; Lawson; Muriel; Sanders, 2017).

Nos anos 2000, ainda nos EUA, foi criada a Lei *Sarbanes-Oxley*, que exige que os auditores externos atestem dados sobre a eficácia do controle interno sobre os relatórios financeiros, fazendo o uso dos padrões *International Organization for Standardization* (ISO), que trabalha em prol da padronização de normas de qualidade (Martin; Sanders; Scalan, 2014).

No Brasil também existem normas que tratam sobre o *disclosure*, como, por exemplo, a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) n.º 358 de 2002, que disciplina a divulgação estabelecendo vedações e condições para a negociação de ações na pendência de fato relevante não divulgado ao mercado (Brasil, 2002).

Em órgãos públicos, a divulgação de informações que ultrapassam eventos contábeis pode incluir dados de natureza social, ambiental e administrativa, auxiliando cidadãos na avaliação de desempenho e resultados alcançados através de projetos e programas implementados (Avelino, 2013).

A transparência governamental é garantida por um conjunto de instrumentos legais, tecnológicos e administrativos (Oliveira, 2020). Nesse sentido, “[...] o acesso à informação é um componente central da transparência governamental, e a transparência governamental é uma ferramenta para alcançar a *accountability*” (Piotrowski; Van Ryzin, 2007, p. 307).

O termo *accountability* pode ter conexão com “[...] a transparência, o engajamento dos governantes com a prestação de contas, e também a responsabilização dos governantes pelos seus atos” (Pinho, 2008, p. 478). A *accountability* governamental surge a partir das divulgações que possam demonstrar aos cidadãos informações sobre o desempenho da governança, informações que podem gerar demandas relacionadas ao direito de resposta dos órgãos e agentes públicos (capacidade informativa), e responsabilizações que podem culminar em sanções aos que violaram seus deveres (capacidade punitiva) previstos nos dispositivos legais (Fox, 2007).

Pinho e Sacramento (2009) explicam que o processo de *accountability* no Brasil pode ter sido fomentado pela descentralização trazida pela reforma institucional advinda da Constituição Federal de 1988, possibilitando que cidadãos se aproximem das instâncias decisórias locais através de instrumentos, como o orçamento participativo, conselhos de acompanhamento e controle da aplicação dos recursos públicos e disponibilização das contas públicas locais para apreciação por quaisquer contribuintes.

Ademais, o advento da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que exige a transparência das contas públicas, e a criação da CGU, em 2001, com sua atribuição de controle, prevenção de fraudes e provocação de órgãos como Tribunais de Contas, tais como o TCU, os Tribunais de Contas do Estado (TCEs), os Tribunais de Contas dos Municípios (TCM), e Ministérios Públicos, para que executem punições às condutas transgressoras nos termos da lei, sendo esses alguns dos fatos históricos que podem ter fortalecido o aumento da *accountability* no Brasil (Pinho; Sacramento, 2009).

Fox (2007) explica que transparência e *accountability* são termos maleáveis que podem ser atribuídos ao ativismo, tais como movimentos em prol da defesa dos direitos humanos, movimentos anticorrupção e movimentos ambientalistas que durante décadas requisitaram audiências públicas que pudessem favorecer a avaliação de impactos ambientais, estabelecimento do uso de padrões mínimos, notificação e responsabilização das organizações responsáveis por emissões tóxicas e desastres ambientais.

Accountability e *disclosure* são conceitos relacionados à transparência e responsabilidade nas organizações. Ambos atuam na promoção da prestação de contas e na publicação de informações relevantes. Tem-se, então, que “Transparência, *disclosure* e *accountability* são na verdade, conceitos inter-relacionados onde a transparência se refere ao *disclosure* voluntário que é o princípio crucial da *accountability*” (Mahamud *et al.*, 2021, p. 2).

As organizações utilizam mecanismos de monitoramento e de *accountability* para promover em sua gestão o *disclosure* e a transparência das práticas socioambientais com destaque para auditorias, certificações e relatórios sociais. São mecanismos que destacam informações sobre a gestão organizacional em relação a questões sociais e condições ambientais, contribuindo para uma abordagem mais sustentável e ética nos negócios (Penedo; Pereira; Fodra, 2017).

O *disclosure* socioambiental, apesar do *status* não financeiro, sob a lente corporativa pode vir a refletir no desempenho financeiro de uma organização (Gray *et al.*, 2001). Razões que explicam a divulgação socioambiental são diferentes das razões que justificam a divulgação econômico-financeira (Murcia; Santos, 2012).

Uma das razões que podem explicar a divulgação socioambiental permeia o fato de que as organizações esperam colher benefícios, uma vez que um de seus vieses é sua atuação na forma de publicidade institucional, considerando que, conforme Verrecchia (1983), existem custos de propriedade — aqueles relacionados à preparação das publicações, como, por exemplo, auditoria, despesas com pessoal e custos publicitários — que a organização não se submeteria sem a expectativa de alguma retribuição.

Tem-se, assim, que pode haver uma conexão entre as Teorias da Divulgação Voluntária e da Legitimidade, considerando que “[...] a teoria da legitimidade é relevante para explicar os fatores que levam as organizações a divulgarem voluntariamente informações socioambientais” (Moreira *et al.*, 2014, p. 68).

As organizações podem utilizar o *disclosure* socioambiental voluntário para se legitimar perante a sociedade, garantindo a aprovação e a continuidade (Braam *et al.*, 2016; Hummel; Schlick, 2016; Prasad; Mishra; Kalro, 2017; Ofoegbu; Odoemelam; Okafor, 2018).

2.2 Dimensões e Indicadores da Sustentabilidade

Desde 1960, assuntos relacionados à preservação dos recursos naturais e racionalização do consumo foram priorizados, e até mesmo estudados no âmbito das teorias econômicas (Barbieri, 2004; Ballesterio, 2008; Fernandez, 2011; Kaur; Garg, 2019; Lee; Woo, 2020).

No entanto, o conceito político de desenvolvimento sustentável se originou em 1987, com a publicação do relatório denominado Nosso Futuro Comum, que sugere a reflexão sobre o atendimento das necessidades atuais, sem que haja o comprometimento da capacidade de atendimento das necessidades das gerações futuras (Kuhlman; Farrington, 2010; ONU, 2022).

Elkington (1998) popularizou o conceito por meio da aplicação do *Triple Bottom Line* (TBL), que analisa a sustentabilidade sob três dimensões, posteriormente tornando-se um modelo conceitual nos setores público e privado, passando a ser aplicado através da terminologia da sustentabilidade (Lopes; Vieira, 2021).

Elkington (1998) defende a integração de três pilares do TBL: lucros, pessoas e planeta. O conceito clarifica que as organizações não devem avaliar seu desempenho apenas sob a ótica dos resultados financeiros ou patrimoniais, devendo também ser consideradas perspectivas sociais e ambientais.

Conforme González-Torres *et al.* (2020), a sustentabilidade, desde a concepção de seu conceito dominante, segue com a ideia da associação dos três pilares. Nesse sentido, as

dimensões ajudam a entender a interconectividade e as sinergias de vários aspectos e problemas da sociedade (Zeng *et al.*, 2022).

Assim, é recorrente na literatura a utilização de três dimensões: 1) a ambiental; 2) a econômica; e 3) a social, para o alcance da sustentabilidade (Elkington, 1998; Jamali, 2006; Milne; Gray, 2013; Bolis; Morioka; Sznclwar, 2014; Strezov; Evans; Evans, 2017; Moganadas *et al.*, 2022).

O pilar ambiental se refere à mobilização dos recursos de forma eficiente a fim de preservar os recursos naturais, preocupando-se com as limitações da Terra. O pilar econômico reflete o valor da organização, em seu contexto externo, mostra a sua contribuição para apoiar as gerações futuras. Por fim, o pilar social envolve práticas comerciais justas, relacionando-se com o capital humano, mão de obra e satisfação das necessidades humanas (Elkington, 1998; Bolis; Morioka; Sznclwar, 2014; González-Torres *et al.*, 2020).

A integração do TBL requer que as organizações se esforcem para criar, capturar, moldar e aplicar, de forma eficiente e eficaz, conhecimentos e *insights* relacionados às dimensões econômicas, sociais e ambientais em suas ações e operações cotidianas (Jamali, 2006)

Além das dimensões da sustentabilidade, existem os indicadores. De acordo com Hák, Janoušková e Moldan (2016) e Waas *et al.* (2014), os indicadores foram introduzidos na literatura através da publicação do capítulo 40 da Agenda 21, que os declara como detentores do atributo de identificação. Em outras palavras, mostram se estão ocorrendo avanços no processo de criação de um mundo mais sustentável.

Os indicadores podem ser considerados pontos de alavancagem. O uso ou não de indicadores, sua presença ou ausência, exatidão ou imprecisão, podem alterar positiva ou negativamente o comportamento de todo um sistema. Os indicadores se originam dos valores ao mesmo tempo em que os criam e, dessa maneira, “Tentamos medir o que valorizamos. Passamos a valorizar o que medimos”(Meadows, 1998, p. 2).

Segundo Waas *et al.* (2014), os indicadores informam características de diferentes variáveis, subsidiando a tomada de decisões. Existem definições e terminologias para conceituar indicadores, podendo ser visto como variável, parâmetro, medida, valor, medidor, métrica, instrumento de medição, índice, informação, representação ou *proxy*.

Pode ser considerado, do ponto de vista sistêmico, como uma representação operacional de um atributo, uma característica ou uma propriedade de um sistema e, da perspectiva técnica, como uma variável ou agregação de um número de variáveis relacionado a um valor de

referência que dá sentido a valores que as variáveis assumem, adquirindo um significado (Waas *et al.*, 2014).

Para Ciegis, Ramanauskiene e Startiene (2009, p. 34), o indicador pode ser entendido como “[...] uma medida quantitativa ou qualitativa, derivada de fatos observados que podem revelar posições de uma determinada área. Quando avaliado em intervalos regulares, um indicador pode apontar a direção da mudança em diferentes unidades e ao longo do tempo.”

Assim, a seleção de indicadores depende da análise prévia das estratégias da organização para que seja útil aos processos e resultados futuros, operando como instrumento de comunicação e mobilização ao reportar o *status quo* socioambiental da organização (Meadows, 1998; Ciegis; Ramanauskiene; Startiene, 2009; Silva *et al.*, 2020).

Por intermédio dos indicadores é possível perceber o grau da cultura de sustentabilidade. O reporte dos indicadores se inicia com a escolha da ferramenta de evidenciação, permitindo aos *stakeholders* um diagnóstico sistemático do processo de incorporação, comparabilidade e padronização de métricas ambientais, econômicas e sociais. Por isso, a escolha da metodologia referencial para a execução de um Relatório de Sustentabilidade é tão crucial para Instituições de Ensino Superior (IES) (Ramísio *et al.*, 2019).

2.3 Dimensões da sustentabilidade nas universidades

A criação da Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO), em 1946, influenciou a educação com o fortalecimento do sistemas educativos (desde a pré-escola até o ensino de nível superior) em todo o mundo (UNESCO, 2022). O MEC e a UNESCO possuem objetivos comuns refletidos em assegurar a educação inclusiva e equitativa com qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem a todos, conforme previsto no ODS n.º 4 – Educação de qualidade (Brasil, 2022e).

Em 1950, sob recomendação da UNESCO, foi criada a Associação Internacional de Universidades - *International Association of Universities* (IAU), que é uma associação global de IES. Uma de suas quatro prioridades estratégicas é a integração total do desenvolvimento sustentável no ensino superior (IAU, 2022).

A partir de 1990, as universidades ao redor do mundo começaram a se engajar com pautas sustentáveis, anunciando declarações conjuntas e assumindo compromissos através de cartas, parcerias e conferências (Drahein; Lima; Costa, 2019). Segundo Lozano *et al.* (2013), esses compromissos foram projetados com vistas ao fornecimento de diretrizes ou estruturas

para que as IES incorporassem, de forma assertiva, a sustentabilidade em seus sistemas operacionais.

A educação superior é entendida como um instrumento transformador das sociedades (LOPES; VIEIRA, 2021). Diversos autores argumentam que o paradigma do desenvolvimento sustentável deve estar presente na formação dos futuros profissionais, para que estes tenham a capacidade de atuar em prol da solução de problemas ambientais, sociais, econômicos e tecnológicos (Junyent; Ciurana, 2008; Mccowan, 2016; Sady; Žak; Rzepka, 2019; Bayuo; Chaminade; Göransson, 2020; Sisto; Sica; Cappelletti, 2020). Logo, as universidades educam para o desenvolvimento sustentável, influenciando acadêmicos em suas vidas profissionais e pessoais em questões ambientais, econômicas e sociais globais (Ceulemans; Lozano; Alonso-Almeida, 2015).

O modo como as universidades conduzem suas operações cotidianas influenciam os docentes e discentes, servindo-lhes como modelo ideal. A gestão universitária sustentável pode oportunizar a redução de despesas, prevenção de perdas financeiras, ao mesmo tempo em que transmite à sociedade em geral seu empenho em se desenvolver, sem esgotar os recursos naturais, melhorando sua autoimagem (Nicolaidis, 2006).

Pode-se argumentar ainda que as universidades beneficiárias de recursos públicos ou portadoras do *status* sem fins lucrativos, com a finalidade de servir aos interesses da sociedade, devem possuir uma atuação mais significativa em termos sustentáveis por obrigação moral, considerando a supremacia do interesse público e do desenvolvimento humano (Baker-Shelley; Zeijl-Rozema; Martens, 2017).

A dimensão ambiental nas universidades engloba práticas, como a construção ou adaptação de edifícios verdes visando a ecoeficiência, redução da geração de resíduos perigosos, fomento da reciclagem, geração de energias renováveis, uso eficiente de laboratórios, redução da poluição, redução do consumo de água, eletricidade e combustíveis, além de soluções voltadas ao aquecimento, à iluminação e aos transportes (Alshuwaikhat; Abubakar, 2008; Sisto; Sica; Cappelletti, 2020; Moganadas *et al.*, 2022).

A dimensão ambiental está interligada à dimensão econômica, uma vez que o conceito de construção verde pode refletir em redução de custos (Alshuwaikhat; Abubakar, 2008). Segundo Lozano (2011) e Larrán Jorge *et al.* (2016), a dimensão econômica nas universidades pode ser resultado do bom uso de informações disponíveis em seus relatórios anuais. Nesse sentido, são extraídas das narrativas desses relatórios informações quantitativas ou monetárias (Manes-Rossi; Nicolò; Argento, 2020).

A dimensão econômica nas universidades envolve estudos de viabilidade econômica, planos orçamentários para melhoria da gestão, planos de implantação ou aperfeiçoamento de melhoria da eficiência energética, autofinanciamento através da prestação de serviços, participação em competições nacionais e internacionais, disponibilização de espaços destinados à venda de produtos, e práticas para captar recursos e/ou reduzir custos (Aleixo; Azeiteiro; Leal, 2018). Ademais, para Pedro, Leitão e Alves (2020), a dimensão econômica pode incluir mensurações relativas ao capital intelectual.

Por sua vez, a dimensão social nas universidades inclui a promoção a boas práticas trabalhistas, contemplando trabalho decente com diversidade e igualdade de oportunidades, implantação e fomento às políticas relacionadas aos direitos humanos, envolvimento com as comunidades, justiça e inclusão social (Lozano, 2011). A justiça social é um fator que pode interferir na aceitação da estrutura organizacional e no respeito às regras, podendo estimular ações voluntárias em prol dos interesses da organização e na proteção dos recursos (Mohiuddin *et al.*, 2022).

Além das dimensões ambiental, econômica e social, Lozano (2006, 2011) incluiu em seus estudos uma dimensão adicional — 4ª dimensão — denominada dimensão educacional. Esta compreende competências específicas das universidades, que inclui: 1) incorporação da temática da sustentabilidade nos currículos; 2) pesquisas, concessões; 3) atividades e serviços comunitários; e 4) serviços de aprendizagem (Lozano, 2006, 2011).

Sassen e Azizi (2018a) revisaram a 4ª dimensão, apresentada por Lozano (2006, 2011), e de outros autores — Fonseca *et al.* (2011), Lopatta e Jaeschke (2014), Sassen, Dienes e Beth (2014) — que estudaram o *status quo* dos Relatórios de Sustentabilidade, baseados nas diretrizes da GRI oriundos de diferentes países.

Assim, através do conjunto de informações dos artigos referenciados, Sassen e Azizi (2018a, p. 1183-1184) formularam a “dimensão universitária”, que inclui ensino, pesquisa e extensão, conforme demonstrado no Apêndice D desta dissertação.

O uso de uma dimensão específica para universidades pode ajudar no atendimento das expectativas dos *stakeholders*, no que se refere à divulgação de Relatórios de Sustentabilidade, bem como pode fomentar pesquisas de desenvolvimento e aperfeiçoamento, com padrões específicos voltados ao setor universitário (Lozano, 2006, 2011; Sassen; Azizi, 2018b).

O Relatório Final da UNESCO sobre a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (UNESCO, 2014, p. 30) sugere que as dimensões, em locais de aprendizagem, são interligadas utilizando o termo “*Whole Institution Approach*”, que se refere à Abordagem Integral Institucional. Tal abordagem prevê a integração da sustentabilidade em

currículos, processos de aprendizagem, instalações, operações, interações com a comunidade, governança e capacitação.

Kohl *et al.* (2021) afirmam que, para que haja o alcance da abordagem supracitada, é necessário que as universidades se comportem como laboratórios vivos, com predisposição para a exploração de estilos de vida sustentáveis, permitindo a reflexão de novas formas de condução da gestão universitária, aliadas ao reporte dos benefícios alcançados.

Ao aplicar a Abordagem Integral Institucional em universidades, devem ser fomentadas, concomitantemente, medidas de economia nos custos de operação, compras sustentáveis, ecoeficiência, transporte e projetos de esverdeamento do campus, aliadas à conscientização dos discentes por meio dos currículos, atividades pedagógicas e gerenciamento de expectativas almejadas nos resultados da aprendizagem estudantil (Kohl *et al.*, 2021).

2.4 Universidades federais brasileiras e a sustentabilidade

A necessidade de um mundo mais sustentável tornou a temática da sustentabilidade uma área de foco para líderes empresariais, governos, organizações não governamentais (ONGs) e universidades (Annan-Diab; Molinari, 2017). O governo federal brasileiro, por meio da Administração Pública Federal, procura se adequar a essa premissa, desenvolvendo soluções para mitigar impactos ambientais (Kihara; Moura-Leite; Jesus-Lopes, 2018).

Universidades federais são integrantes da Administração Pública Federal (ANDIFES, 2002), são pessoas jurídicas de direito público que prestam serviços educacionais de oferta pública e gratuita, financiada por cidadãos, e obedecem ao princípio de indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 1988; UFMS, 2020).

Além de sua missão pedagógica e compromisso com a educação socioambiental, as universidades federais brasileiras devem se adequar aos instrumentos normativos, emitidos pelo governo federal, que são voltados ao estabelecimento e à promoção de práticas socioambientais, que afetam a forma de gerenciar os órgãos públicos (Moura-Leite; Jesus-Lopes; Yamazaki, 2022).

A Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece em seu artigo 46, que as IES necessitam de avaliação do MEC para seu credenciamento, bem como autorização e reconhecimento de cursos de ensino superior. De forma complementar, o Decreto n.º 5.773, de 9 de maio de 2006, dispõe em seu artigo 14, inciso II, alínea b, sobre obrigatoriedade do PDI para IES públicas e privadas, e traz em seu artigo 16 a forma e o conteúdo mínimo para a estruturação deste (Brasil, 1996, 2006).

O Decreto n.º 5.773/2006 foi revogado e substituído pelo Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017, sendo incluídos neste mais incisos e alíneas quanto aos elementos mínimos exigidos para a elaboração do PDI, demonstrados no artigo 21 (Brasil, 2017b). O PDI das universidades federais brasileiras deve apresentar a missão, as estratégias para o alcance dos objetivos e metas, os aspectos financeiros e orçamentários e os cronogramas de execução em conformidade com os instrumentos de planejamento do governo federal (Gomes, 2019).

O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são instrumentos de planejamento do governo federal. Desse modo, o PDI deve fazer referência ao período de vigência desses, devendo ser atualizados periodicamente. Conceitualmente, o PDI direciona a médio prazo — período de cinco anos — a trajetória que as universidades devem seguir para o alcance do fortalecimento institucional, administrativo e aperfeiçoamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão (Gomes, 2019).

Dotto *et al.* (2022) explicam que a construção do PDI, nas universidades federais brasileiras, precisa ser democrático e participativo, ao envolver discentes, servidores docentes e técnico-administrativos, bem como a sociedade civil, o que torna processos e resultados transparentes com maior perspectiva de eficácia, garantindo legitimidade e fornecendo uma prestação de contas aos cidadãos brasileiros.

De acordo com o PDI da UFMS (2020, p. 44), a sustentabilidade “[...] recentemente tem passado a envolver a governança, com as temáticas em torno da ética, *compliance* e transparência [...]”. Nesse contexto, as ações, os programas e os projetos desenvolvidos (políticas e planos institucionais universitários) devem, necessariamente, estar vinculados aos ODS da ONU (UFMS, 2020).

Em termos de educação socioambiental, as universidades (públicas e privadas) passaram a ser incentivadas a lecionar sobre o assunto, de maneira interdisciplinar, a partir da Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (Brasil, 1999).

Ainda em 1999, ano em que PNEA entrou em vigor, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), considerando a premissa de construção de um programa de gestão e fomento da sustentabilidade, criou a A3P (Franco *et al.*, 2017). A A3P possui adesão voluntária, e a promoção da gestão socioambiental ocorre por intermédio de agentes públicos. O Quadro 1 mostra que 16 universidades federais são aderentes à A3P (Brasil, 2022f).

Quadro 1 – Universidades Federais participantes da A3P - posição em novembro/2022

Nº	Universidade	Cidade	UF
1	Campus do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco	Caruaru	PE
2	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	Dourados	MS
3	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	Petrolina	PE
4	Universidade Federal da Paraíba	Bananeiras	PB
5	Universidade Federal de Alfenas	Alfenas	MG
6	Universidade Federal de Catalão	Catalão	GO
7	Universidade Federal de Lavras	Lavras	MG
8	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Campo Grande	MS
9	Universidade Federal de Santa Catarina	Florianópolis	SC
10	Universidade Federal de Santa Maria (Campus Palmeira das Missões)	Palmeira das Missões	RS
11	Universidade Federal de Uberlândia	Uberlândia	MG
12	Universidade Federal do Cariri	Juazeiro do Norte	CE
13	Universidade Federal do Rio Grande	Rio Grande	RS
14	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Porto Alegre	RS
15	Universidade Federal Rural da Amazônia	Belém	PA
16	Universidade Federal Rural do Semiárido	Mossoró	RN

Fonte: Adaptado pela autora com base em A3P (Brasil, 2022f).

Com vistas à integração e ao gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos, o governo federal emitiu a Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010, e o Decreto n.º 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que instituem e regulamentam a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que se trata de um conjunto de princípios, diretrizes, metas e ações a serem adotados isoladamente ou em cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares (Brasil, 2010, 2022b).

A educação ambiental, prevista na PNEA se relaciona com a Lei n.º 12.305/2010 em seus artigos 5º, 8º VII e 19 X, que tratam sobre planejamento e articulação para que a educação seja um instrumento da PNRS por meio do estabelecimento de programas voltados a não geração, redução, reutilização e à reciclagem de resíduos sólidos (Brasil, 2010).

Nesse cenário de busca pela conscientização trazida pela PNRS, a educação ambiental efetiva o princípio da Responsabilidade Compartilhada pelo Ciclo de Vida dos Produtos que compreende a participação da sociedade na gestão e disposição final dos resíduos sólidos (Gonçalves *et al.*, 2019).

De tal efeito, a gestão integrada e sustentável dos resíduos sólidos tem seu início com a educação ambiental, formando cidadãos conscientes de sua responsabilidade, desde a importância do consumo consciente para a redução da produção de resíduos sólidos até o reaproveitamento ou a reciclagem, finalizando com a coleta seletiva, que se sujeita a ampla participação para que seja eficaz e economicamente viável para a sociedade (Reis; Friede; Lopes, 2017).

A PNRS prevê, em seu artigo 14, a criação de Planos de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010). Esse plano foi regulamentado através do Decreto n.º 11.043, de 13 de abril de 2022, que institui o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PLANARES), que contém estratégias de longo prazo em âmbito nacional para operacionalizar as disposições legais, os princípios, os objetivos e as diretrizes da política para os próximos 20 anos, devendo passar por atualização a cada quadriênio (Brasil, 2022c).

As universidades federais brasileiras devem observar o PLANARES, na condição de órgão público federal. Além disso, no anexo pertencente ao Decreto, existe uma tabela que apresenta papéis e responsabilidades para o cumprimento de diretrizes e estratégias. Nesta, as universidades são reputadas como uma das responsáveis diretas no cumprimento dos objetivos do PLANARES, conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 1 – Atribuições das universidades no PLANARES

Nº	Assunto	Diretriz	Descrição	Estratégia	Descrição
1	Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos	1B	Eliminação de lixões e aterros controlados e recuperação de áreas contaminadas pela disposição inadequada	7	Estimular a inovação em novos arranjos logísticos e estruturais para expansão dos serviços de coleta de RSU, investindo em pesquisa e mediante cooperação técnica.
2		2B	Redução da quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada	23	Fomentar pesquisa e desenvolvimento de tecnologias e sistemas que visem o desvio de RSU da disposição final.
3	Gestão dos Resíduos da Construção Civil	1B	Aumentar a reciclagem de RCC	10	Fomentar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para ampliação dos processos de reutilização e reciclagem de RCC
4	Gestão de Resíduos Industriais	1B	Fomentar a não geração, a redução e a destinação final adequada dos resíduos industriais	3	Incentivar estudos técnicos e científicos de mapeamento e identificação de materiais resultantes do processo produtivo que possam ser utilizados como insumos e matérias-primas em outros processos produtivos, substituindo o uso de matérias-primas virgens e estimulando a economia circular.
5	Gestão dos Resíduos de Serviços Públicos de Saneamento Básico	1B	Ampliar a valorização dos RSB	4	Fomentar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para o aproveitamento de RSB.
6	Gestão dos Resíduos de Mineração	1B	Minimizar a geração e impactos ambientais de estéreis e rejeitos de mineração	4	Estimular o desenvolvimento de tecnologias e processos para minimizar a geração de rejeitos e a consequente disposição em barragens.
7				5	Estimular o desenvolvimento de tecnologias e processos para aproveitamento e reciclagem de estéreis e rejeitos de mineração.

Fonte: Anexo do Decreto n.º 11.043/2022 (Brasil, 2022c, p. 175-178).

As universidades federais brasileiras podem ser consideradas grandes geradoras de resíduos sólidos. Assim, tem-se a obrigação de promover ações para minimizar, valorizar e implementar a gestão integrada de resíduos sólidos (Nolasco *et al.*, 2020). Lima e Firkowski (2019) apresentaram um panorama do gerenciamento dos resíduos sólidos em IES brasileiras com dados oriundos de 2014, fazendo a menção de 25 universidades federais brasileiras atuantes na temática.

Otoni, Fonseca e Pertel (2021) catalogaram 103 universidades públicas brasileiras (federais, estaduais e municipais) com dados de 2016 e apontaram que somente 17 delas possuíam PGRS. O PGRS deve conter, conforme artigo 1º da Resolução CONAMA n.º 5, de 5 de agosto de 1993, aspectos referentes à geração, à segregação, ao acondicionamento, à coleta, ao armazenamento, ao transporte, ao tratamento e à disposição final, bem como proteção à saúde pública (Brasil, 1993).

A Resolução CONAMA faz referência às fases do gerenciamento de resíduos sólidos a serem adotadas. No entanto, tais fases podem se alterar no campus universitário, a depender de sua gestão e de suas especificidades no que se refere a seu tamanho, sua população e seu tipo de resíduo produzido, uma vez que requerem serviços e infraestrutura na escala de uma pequena cidade (Tangwanichagapong *et al.*, 2017).

Doravante, dois anos após a criação do PNRS, foi criado o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), através do Decreto n.º 7.746, de 5 de junho de 2012, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), de natureza obrigatória, com o intuito de tornar as ações da Administração Pública mais sustentáveis (Brasil, 2012a).

Através do decreto supracitado, foi criada a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP). Posteriormente, o Decreto n.º 7.746/2012 foi substituído pelo Decreto n.º 9.178, de 23 de outubro de 2017, mas a sua atribuição, que compreende o estabelecimento de regras, critérios e práticas para a elaboração dos PLS não se alterou (Brasil, 2012a, 2017a).

A Instrução Normativa (IN) n.º 10, de 12 de novembro de 2012, do MPOG, definiu as diretrizes para a elaboração e publicidade da ferramenta de planejamento e monitoramento de práticas sustentáveis, que deve possuir, no mínimo, sete eixos: 1) material de consumo; 2) energia elétrica; 3) água e esgoto; 4) coleta seletiva; 5) qualidade de vida no ambiente de trabalho; 6) compras e contratações sustentáveis; e 7) deslocamento de pessoal. Trata-se de temas mínimos. A título de exemplo, a UFMS, universidade escolhida como recorte empírico investigativo nesta dissertação, possui em seu PLS oito eixos temáticos, acrescentando em seu oitavo eixo a educação socioambiental (UFMS, 2022).

Moura-Leite, Jesus-Lopes e Yamazaki (2022) revelam que nem todas as universidades federais brasileiras apresentam indícios sobre o cumprimento de elaboração e publicidade do PLS, apesar de sua natureza obrigatória para entes integrantes da Administração Pública Federal. Os pesquisadores encontraram apenas 46 PLS, conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2 – Relação das Universidades Federais brasileiras que possuem PLS

Nº	Região	Universidade	Período do último PLS
1	Centro-Oeste	Universidade Federal de Goiás	2014-2015
2		Universidade Federal da Grande Dourados	2017-2019
3		Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	2019-2021
4		Universidade Federal de Mato Grosso	2019-2023
5		Universidade de Brasília	2018-2021
6	Nordeste	Universidade Federal da Bahia	2016
7		Universidade Federal do Ceará	2013-2017
8		Universidade Federal do Cariri	2018-2019
9		Universidade Federal Rural do Semiárido	2019-2022
10		Universidade Federal do Maranhão	2014-2015
11		Universidade Federal da Paraíba	2013-2015
12		Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	2013-2015
13		Universidade Federal do Piauí	2018-2020
14		Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2017
15		Universidade Federal de Pernambuco	2019-2020
16		Universidade Federal Rural de Pernambuco	2021
17		Universidade Federal de Campina Grande	2020-2024
18		Universidade Federal do Vale do São Francisco	2019-2021
19	Norte	Universidade Federal de Sergipe	2013-2016
20		Universidade Federal do Oeste do Pará	2014-2017
21		Universidade Federal do Pará	2018
22		Universidade Federal Rural da Amazônia	2016-2018
23		Universidade Federal de Roraima	2017-2020
24	Sudeste	Universidade Federal do Tocantins	2018
25		Universidade Federal do ABC	2015-2022
26		Universidade Federal Fluminense	2018
27		Universidade Federal de Juiz de Fora	2020
28		Universidade Federal de Uberlândia	2018-2021
29		Universidade Federal de São João Del Rei	2013-2017
30		Universidade Federal de Viçosa	2021-2023
31		Universidade Federal do Triângulo Mineiro	2021-2023
32		Universidade Federal de Lavras	2019
33		Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	2013-2014
34		Universidade Federal de Alfenas	2020-2024
35		Universidade Federal de Itajubá	2019
36		Universidade Federal de São Paulo	2021-2022
37	Sul	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	2016
38		Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	2008-2020
39		Universidade Federal da Fronteira Sul	2020-2023
40		Universidade Federal do Paraná	2017

Nº	Região	Universidade	Período do último PLS
41		Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2016
42		Universidade Federal de Santa Catarina	2017
43		Universidade Federal Santa Maria	2019-2021
44		Universidade Federal Pelotas	2020-2021
45		Universidade Tecnológica Federal do Paraná	2017
46		Universidade Federal do Pampa	2016

Fonte: Moura-Leite; Jesus-Lopes e Yamazaki (2022, p. 68).

O Quadro 2 revela que a região Nordeste (14) possui o maior número de universidades federais com PLS, seguida das regiões Sudeste (13), Sul (9), Centro-Oeste (5), e Norte (5). A defasagem — 23 universidades — é atribuída à ausência de compromissos de longo prazo, aliada à ineficiência da integração da sustentabilidade no campus por parte dos gestores universitários e a falta de mecanismos de incentivo, controle, fiscalização e sanções administrativas ou pecuniárias por parte do governo federal brasileiro (Moura-Leite; Jesus-Lopes; Yamazaki, 2022).

Além do cumprimento da legislação que trata sobre o PLS, as universidades federais brasileiras, na condição de órgão público, devem cumprir normativas, recomendações e jurisprudências relativas ao controle exercido pela CGU e pelo TCU (Moreira, 2015).

O controle externo sobre órgãos públicos brasileiros, executado por meio da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, é exercido pelo Congresso Nacional, auxiliado pelo TCU. Todos os integrantes da Administração Pública devem prestar contas ao TCU. Em decorrência disso, as universidades federais brasileiras devem encaminhar anualmente o respectivo relatório de gestão (Moreira, 2015).

Relatório de gestão é um “[...] documento elaborado por responsáveis de unidades prestadoras de contas, com o objetivo de demonstrar à sociedade, sua estratégia, governança, desempenho e suas perspectivas futuras” (Brasil, 2020b, p. 10). As informações oriundas desses relatórios geram valor, além de demonstrar e justificar os resultados alcançados em face dos objetivos previamente estabelecidos.

O relatório de gestão passou a ser exigido de forma integrada através da Decisão Normativa TCU n.º 178, de 23 de outubro de 2019. Tal Decisão orienta em seu anexo II a forma como devem ocorrer as prestações de contas anuais da Administração Pública Federal (Brasil, 2019). A Decisão Normativa supracitada foi revista e atualizada, originando a Decisão Normativa TCU n.º 198, de 23 de março de 2022, atualmente em vigor (Brasil, 2022g).

Mota *et al.* (2022) investigaram a implantação e avaliação de centros de custos com base em relatórios de gestão, publicados no site do TCU. Com isso, eles descobriram que 63

universidades federais brasileiras reportaram seus relatórios de gestão em 2018, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Universidades federais que reportaram Relatórios de Gestão em 2018

Nº	Universidade	UF	Acrônimo
1	Universidade Federal de Goiás	GO	UFG
2	Universidade Federal de Sergipe	SE	UFS
3	Universidade Federal do Acre	AC	UFAC
4	Universidade Federal do Espírito Santo	ES	UFES
5	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	RJ	UNIRIO
6	Universidade Federal do Oeste da Bahia	BA	UFOB
7	Universidade Federal do Oeste do Pará	PA	UFOPA
8	Universidade Federal do Paraná	PR	UFPR
9	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	BA	UFRB
10	Universidade Federal Rural do Semiárido	RN	UFERSA
11	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	RS	UFCSPA
12	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	MS	UFGD
13	Fundação Universidade Federal de Rondônia	RO	UNIR
14	Fundação Universidade Federal de Roraima	RR	UFRR
15	Fundação Universidade Federal do ABC	SP	UFABC
16	Fundação Universidade Federal do Pampa	RS	UNIPAMPA
17	Fundação Universidade Federal do Tocantins	TO	UFT
18	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	PE	UNIVASF
19	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	CE	UNILAB
20	Universidade de Brasília	DF	UNB
21	Universidade Federal da Bahia	BA	UFBA
22	Universidade Federal da Fronteira Sul	SC	UFFS
23	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	PR	UNILA
24	Universidade Federal de Alagoas	AL	UFAL
25	Universidade Federal de Alfenas	MG	UNIFAL
26	Universidade Federal de Campina Grande	PB	UFCG
27	Universidade Federal de Itajubá	MG	UNIFEI
28	Universidade Federal de Juiz de Fora	MG	UFJF
29	Universidade Federal de Lavras	MG	UFLA
30	Universidade Federal de Mato Grosso	MT	UFMT
31	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	MS	UFMS
32	Universidade Federal de Minas Gerais	MG	UFMG
33	Universidade Federal de Ouro Preto	MG	UFOP
34	Universidade Federal de Pelotas	RS	UFPEL
35	Universidade Federal de Pernambuco	PE	UPFE
36	Universidade Federal de Santa Catarina	SC	UFSC
37	Universidade Federal de Santa Maria	RS	UFSC
38	Universidade Federal de São Carlos	SP	UFSCAR
39	Universidade Federal de São João Del Rei	MG	UFSJ
40	Universidade Federal de Uberlândia	MG	UFU
41	Universidade Federal de Viçosa	MG	UFV
42	Universidade Federal do Amapá	AP	UNIFAP
43	Universidade Federal do Amazonas	AM	UFAM

Nº	Universidade	UF	Acrônimo
44	Universidade Federal do Cariri	CE	UFCA
45	Universidade Federal do Ceará	CE	UFC
46	Universidade Federal do Maranhão	MA	UFMA
47	Universidade Federal do Pará	PA	UFPA
48	Universidade Federal do Piauí	PI	UFPI
49	Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ	UFRJ
50	Universidade Federal do Rio Grande	RS	FURG
51	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	RN	UFRN
52	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS	UFRGS
53	Universidade Federal do Sul da Bahia	BA	UFSB
54	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	PA	UNIFESSPA
55	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	MG	UFTM
56	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	MG	UFVJM
57	Universidade Federal Fluminense	RJ	UFF
58	Universidade Federal Rural da Amazônia	PA	UFRA
59	Universidade Federal Rural de Pernambuco	PE	UFRPE
60	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	RJ	UFRRJ
61	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	PR	UTFPR
62	Universidade Federal da Paraíba	PB	UFPB
63	Universidade Federal de São Paulo	SP	UNIFESP

Fonte: Adaptado de Mota *et al.* (2022, p. 121-122).

O dever de prestar contas se encontra positivado no artigo 70, parágrafo único, da Constituição Federal (Brasil, 1988). Assim, existe a obrigação de envio do relatório de gestão ao TCU, no caso de omissões ou ausência de comprovação da boa e regular aplicação de recursos repassados pela União ou indícios de desfalque, desvio de recursos e bens públicos, ou ainda, práticas de atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos, que provoquem danos aos cofres da União, e os responsáveis por tais condutas se sujeitam à sanções (Moreira, 2015).

O TCU pode aplicar multas e decretar, no curso de qualquer apuração de irregularidade, a indisponibilidade dos bens do responsável. Pode haver inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal ou determinação para que a Advocacia-Geral da União (AGU) providencie o arresto de bens dos responsáveis julgados. Tais penalidades não excluem sanções penais e administrativas que podem ser aplicadas por autoridades competentes (Brasil, 2023).

O controle interno do governo federal é realizado pela CGU, o órgão é responsável por atividades ligadas à defesa do patrimônio público e ao fomento da transparência da gestão, por meio de ações que incluem auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria (Brasil, 2022).

As instituições públicas têm se aperfeiçoado em relação à governança, ao mapeamento de processos, riscos e controle interno por meio de comitês de risco, auditoria de alto nível e

sistemas de monitoramento e controles para a supervisão do processo de gerenciamento de riscos (Power *et al.*, 2009; Araújo; Gomes, 2021).

Seguindo essa tendência, foi criada a IN Conjunta n.º 1, de 23 de dezembro de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, elaborada pela CGU em parceria com o MPOG (Brasil, 2016a).

Pinto, Nogueira e Cerquinho (2020), avaliaram 63 universidades federais brasileiras, no que se refere ao cumprimento da IN Conjunta n.º 1/2016, descrevendo o grau de atendimento, prazos e conteúdo utilizando o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão. Assim, foram obtidas 45 Políticas de Gestão de Riscos, evidenciando que a maioria da amostra de pesquisa está cumprindo a legislação que trata sobre controle interno.

A CGU também é o órgão responsável por elaborar o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, que atualmente se encontra na 5ª edição — atualizada em agosto de 2022 (BRASIL, 2022a). O Guia tem conexão com normativas nacionais e com o ODS 12: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, meta ODS n.º 12.7 - promoção de práticas de compras públicas sustentáveis em conformidade com as políticas e prioridades nacionais (Brasil, 2022).

Gallon *et. al* (2019) analisaram critérios sustentáveis em licitações de uma universidade federal brasileira, e explicam que, dada a diversidade de instrumentos normativos, a preocupação dos gestores gira em torno do cumprimento do dever legal, deixando aquém formulações de iniciativas que poderiam favorecer o campus. Em contrapartida, tais instrumentos, elaborados pelo Estado, são benéficos, pois se firmam no direito do cidadão em usufruir de meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem considerado de uso comum do povo brasileiro (Feliciano, 2015).

Em julho de 2000, foi lançado o Pacto Global da ONU, que trata de um conjunto de valores. O Pacto requer que as organizações públicas ou privadas se comprometam a seguir e apoiar, dentro de suas esferas de influência, práticas corporativas responsáveis atinentes aos direitos humanos, trabalhistas, proteção ambiental e anticorrupção (Lau *et al.*, 2017; ONU, 2022a).

O Pacto Global da ONU é a maior iniciativa voluntária de responsabilidade corporativa do mundo, se comparado a outras iniciativas em termos de alcance geográfico, legitimidade moral e respaldo político da ONU (Rasche; Waddock; McIntosh, 2013). Tornar-se membro do Pacto Global da ONU pode ajudar a integrar as dimensões da sustentabilidade nas estratégias da organização e garantir Relatórios de Sustentabilidade mais detalhados e abrangentes (Gerwing; Kajüter; Wirth, 2022).

A adesão ao Pacto Global da ONU pode gerar uma impressão positiva aos usuários da organização aderente. A lista de participantes do Pacto é heterogênea no que se refere ao tamanho da organização e seu ramo de atividade — indústria, comércio e serviços (Rasche; Waddock; McIntosh, 2013). Algumas universidades federais brasileiras são aderentes ao Pacto Global da ONU, conforme o Quadro 4 (ONU, 2022a).

Quadro 4 – Universidades federais brasileiras aderentes ao Pacto Global da ONU - posição em novembro/2022

Nº	Universidade	Data da adesão
1	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	04/04/2022
2	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo	10/12/2020
3	Universidade Federal do Paraná	30/03/2020
4	Universidade Federal de Uberlândia	02/10/2019

Fonte: Elaborado pela autora com base em ONU (2022b).

Outra forma de gerar uma impressão positiva advém da participação em *rankings* globais de avaliação da sustentabilidade universitária, considerando o viés do autoconhecimento institucional. Alguns dos principais *rankings* são: 1) *Impact Rankings*, fundamentado nos 17 ODS da ONU; e 2) *UI GreenMetric*, concentrado na condição e na política das operações do campus (Moura-Leite; Jesus-Lopes; Yamazaki, 2022).

Teles (2021) descreve que o *UI GreenMetric* foi criado em 2010 e tem despertado o interesse de IES brasileiras desde sua primeira edição, pois houve a participação da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade de São Paulo (USP) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). A partir de então, o número de IES brasileiras tem crescido exponencialmente, conforme ilustra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Participação de IES brasileiras nas edições do *ranking GreenMetric* (2010-2019)



Fonte: Teles (2021, p. 79).

O *ranking* nacional, nos anos de 2020, 2021 e 2022, envolveu 38 IES (15 universidades federais; 3 institutos federais; 6 universidades estaduais e 14 universidades privadas); 40 IES (15 universidades federais; 3 institutos federais; 7 universidades estaduais e 15 universidades privadas) e 37 IES (15 universidades federais; 2 institutos federais; 7 universidades estaduais e 13 universidades privadas), respectivamente (UI Greenmetric, 2020, 2021, 2022a).

O número de participantes continuou crescendo, sofrendo uma pequena queda em 2022. A Tabela 2 mostra a posição das universidades brasileiras, na qual é possível constatar que o *ranking* é composto majoritariamente por universidades federais, e a UFMS se destaca por dois anos consecutivos como a 5ª universidade mais sustentável do país.

Tabela 2 – Universidades brasileiras no *ranking GreenMetric* - edições 2020 a 2022

Nº	Universidade	Tipo da Instituição	Posição no Ranking por país - Brasil		
			2020	2021	2022
1	Universidade Federal de Lavras	Universidade Federal	2	2	2
2	Universidade Federal de Viçosa		7	9	-
3	Universidade Federal do Rio Grande do Sul		8	12	10
4	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul		10	5	5
5	Universidade Federal de Itajubá		12	10	8
6	Universidade Federal Fluminense		13	18	23
7	Universidade Federal de São Carlos		15	14	16
8	Universidade Federal do Triângulo Mineiro		16	11	13
9	Universidade Federal de Santa Catarina		21	25	27
10	Universidade Federal de Alfenas		24	19	24
11	Universidade Federal de Santa Maria		25	23	19
12	Universidade Federal do Ceará		27	26	28
13	Universidade Federal do Rio de Janeiro		30	-	25
14	Universidade Federal de São Paulo		32	35	36
15	Universidade Federal do Oeste do Pará		34	34	33
16	Universidade Federal de Goiás		-	32	30
17	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	Instituto Federal	4	4	3
18	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte		35	-	-
19	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais		37	38	-
20	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca		-	31	20
21	Universidade de São Paulo	Universidade Estadual	1	1	1
22	Universidade de Campinas		3	3	4
23	Universidade Estadual de Londrina		26	28	29
24	Universidade Estadual de Maringá		28	22	18
25	Universidade Estadual do Maranhão		33	33	32
26	Universidade do Estado do Amazonas		38	39	39
27	Universidade Estadual do Norte do Paraná	Universidade Privada	-	30	26
28	Centro Universitário do Rio Grande do Norte		5	8	7
29	Universidade Positivo		6	15	-

Nº	Universidade	Tipo da Instituição	Posição no Ranking por país - Brasil		
			2020	2021	2022
30	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro		9	17	-
31	Centro Universitário FACENS		11	6	6
32	Universidade do Vale do Taquari		14	7	9
33	Universidade do Vale do Itajaí		17	29	31
34	Centro Universitário SENAC		18	13	15
35	Centro Universitário da Fundação Hermínio Ometto		19	16	11
36	Universidade de Passo Fundo		20	20	14
37	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul		22	24	22
38	Pontifícia Universidade Católica de Campinas		23	21	12
39	Pontifícia Universidade Católica do Paraná		29	-	-
40	Universidade de Sorocaba		31	27	17
41	Instituto Toledo de Ensino		36	37	34
42	Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico		-	36	35
43	Faculdade Santo Agostinho (Unidade Itabuna-Bahia)		-	40	38

Fonte: Adaptado pela autora de UI *Greenmetric* (2020, 2021, 2022a).

Em 2015, a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável definiu os ODS, que são um apelo universal a ser cumprido no prazo de 15 anos, denominada Agenda 2030, composta por 17 ODS, 169 metas e 232 indicadores (ONU, 2022). O envolvimento da organização com os ODS “[...] representa um dos exemplos mais recentes de divulgação relacionada à sustentabilidade” (Lai; Stacchezzini, 2021, p. 406).

O cumprimento dos ODS requer uma ação conjunta, para que dentro do prazo estabelecido sejam observadas transformações em cinco áreas críticas: 1) pessoas; 2) planeta; 3) prosperidade; 4) paz; e 5) parcerias. Inserido nas metas, existe o reconhecimento de sinergias, como a erradicação da pobreza em concomitância com o crescimento econômico, ao mesmo tempo em que são enfrentados os desafios relacionados às mudanças climáticas (ONU, 2022).

Especificamente o ODS n.º 4, educação de qualidade, é um impulsionador adicional para a implementação e integração da sustentabilidade nas IES (Caeiro *et al.*, 2020). O ODS n.º 4 almeja o alcance dos objetivos educacionais, com conscientização formal e informal (KIOUPI; VOULVOULIS, 2019). Existe a expectativa de que as IES possam disponibilizar orientações aos *stakeholders*, relacionadas à Agenda 2030, e que implementem os ODS em seus campus (Omazic; Zunk, 2021).

O *Impact Rankings* da revista *Times Higher Education* mede a contribuição das universidades em relação a cada um dos 17 ODS da ONU. Esse *ranking* aceita a participação de universidades que disponibilizam cursos de graduação ou pós-graduação, e a metodologia consiste em um nível micro (pontuações para cada um dos 17 ODS) e um nível macro (pontuação geral) (Bautista-Puig; Orduña-Malea; Perez-Esparrells, 2022).

A participação no *Impact rankings* vem crescendo: em 2017 foram 980 universidades; de 2018 a 2023 foram 1.000, 1.250, 1.400, 1.500, 1.600 e 1.799, respectivamente. A participação de universidades brasileiras também se elevou, em 2018 foram 32; em 2019 foram 36; em 2020 foram 44; em 2021 foram 50; em 2022 foram 70; e em 2023 foram 73. As universidades federais integrantes do *ranking* estão listadas na Tabela 3 (Impact Rankings, 2023).

Tabela 3 – Universidades federais brasileiras no *Impact Rankings*

Nº	Universidade	Classificação					
		2018	2019	2020	2021	2022	2023
1	Universidade Federal de São Paulo	501–600	601–800	601–800	601–800	801-100	601-800
2	Universidade Federal do ABC	601–800	801-1000	1001+	1001+	1001-1200	1201-1500
3	Universidade Federal de Itajubá	601–800	1001+	1001+	1001+	1201+	1501+
4	Universidade Federal de Minas Gerais	601–800	601–800	601–800	601–800	601-800	801-1000
5	Universidade Federal do Rio de Janeiro	601–800	601–800	801-1000	801-1000	1001-1200	1001-1200
6	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	601–800	601–800	601–800	601–800	601-800	601-800
7	Universidade de Brasília	801–1000	801-1000	801-1000	801-1000	1001-1200	1201-1500
8	Universidade Federal do Ceará	801–1000	1001+	1001+	1001+	1201+	1501+
9	Universidade Federal de Pelotas	801–1000	801-1000	801-1000	801-1000	1001-1200	1501+
10	Universidade Federal de Pernambuco	801–1000	1001+	1001+	1001+	1201+	1501+
11	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	801–1000	1001+	1001+	1001+	1201+	1201-1500
12	Universidade Federal de Santa Catarina	801–1000	801-1000	601–800	601–800	801-1000	1001-1200
13	Universidade Federal de São Carlos	801–1000	801-1000	1001+	1001+	1001-1200	1201-1500
14	Universidade Federal de Goiás	1001+	1001+	1001+	1001+	1201+	1201-1500
15	Universidade Federal de Lavras	1001+	1001+	1001+	1001+	1201+	1201-1500
16	Universidade Federal de Ouro Preto	1001+	-	-	1001+	1201+	1501+
17	Universidade Federal do Paraná	1001+	1001+	1001+	1001+	1201+	1201-1500
18	Universidade Federal de Santa Maria	1001+	1001+	1001+	1001+	1201+	1201-1500
19	Universidade Federal de Viçosa	1001+	1001+	1001+	1001+	1201+	1201-1500
20	Universidade Federal Fluminense	1001+	1001+	1001+	1001+	1201+	1501+
21	Universidade Federal da Bahia		801-1000	1001+	1001+	1201+	1201-1500
22	Universidade Federal do Pará		1001+	1001+	1001+	1201+	1501+
23	Universidade Federal de Uberlândia		1001+	-	1001+	1201+	1201-1500
24	Universidade Tecnológica Federal do Paraná		1001+	1001+	1001+	1201+	1501+
25	Universidade Federal de Alagoas			1001+	1001+	Repórter	-
26	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre			1001+	1001+	1201+	1501+
27	Universidade Federal do Espírito Santo			1001+	1001+	1201+	1201-1500
28	Universidade Federal Rural do Semiárido			1001+	1001+	1201+	1501+
29	Universidade Federal de Sergipe				601–800	601-800	801-1000
30	Universidade Federal do Maranhão				1001+	1201+	1501+
31	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul				1001+	1201+	1501+
32	Universidade Federal do Piauí				1001+	1201+	1501+

Nº	Universidade	Classificação					
		2018	2019	2020	2021	2022	2023
33	Universidade Federal do Triângulo Mineiro					1201+	1501+
34	Universidade Federal da Grande Dourados					1201+	-
35	Universidade Federal de Juiz de Fora					1201+	1501+
36	Universidade Federal Rural de Pernambuco					1201+	1501+
37	Universidade Federal do Tocantins					1201+	-
38	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri					1201+	1501+
39	Universidade Federal da Paraíba					Repórter	1501+
40	Universidade Federal de Jataí					Repórter	-
41	Universidade Federal do Vale do São Francisco						1501+
42	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro						1501+
43	Universidade Federal da Integração Latino - Americana						Repórter

Fonte: World University Rankings Brazil (IMPACT RANKINGS, 2023).

No interregno entre 2018 e 2023, 79 universidades brasileiras (públicas e privadas) reportaram seus dados ao *Impact Rankings* e, dessas, 43 são universidades federais, que juntas representam 54,43% do total de universidades participantes (Impact Rankings, 2023).

Em comparação com informações do UIGM, é observável a ausência de institutos federais no *Impact Ranking*, e a presença majoritária de universidades federais em ambos os *rankings*. No entanto, as universidades federais são mais adeptas ao *Impact Rankings*, com a participação de 43 das 69 dessas, representando 62,31%, do que adeptos ao UIGM, com a participação de 16 das 69 universidades federais existentes no país, ou seja, 23,18%.

O *status* repórter observado como pontuação a partir da edição de 2022 passou a ser atribuído às universidades que reportaram dados, mas não atendem a critérios mínimos de ranqueamento. É possível notar que há evasão de participação de algumas universidades. Logo, a participação não é assídua e ininterrupta, ou seja, algumas participam do *ranking* em anos alternados. É o caso, por exemplo, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), que deixou de participar nos anos 2019 e 2020 (Impact Rankings, 2023).

2.5 Sustainability Assessment Tool (SAT): ferramentas de avaliação da sustentabilidade

Ceulemans, Molderez e Van Liedekerke (2015, p. 132) explicam a relação entre Relatórios de Sustentabilidade e Avaliação da Sustentabilidade, e após análise afirmam que

“[...] os dois conceitos estão inter-relacionados”, mas não são iguais, uma vez que a Avaliação da Sustentabilidade é uma parte do processo para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade.

Em que pese, a existência de inter-relação entre os conceitos se esclarece que os Relatórios de Sustentabilidade são ferramentas de reporte de informações de determinada organização, que integram um conjunto de dados qualitativo e/ou quantitativo, de dado período, relativas às dimensões ambiental, social e econômica em única publicação (Skouloudis; Evangelinos, 2009). Em contrapartida, a Avaliação da Sustentabilidade se refere a “[...] processos que são técnicas de avaliação *ex post*, bem como, aqueles que são processos *ex ante*”. O uso dos termos em latim, *ex post* e *ex ante*, referem-se ao momento da análise ou do uso da informação que podem estar inseridas em bases de dados. Em outras palavras, são características temporais. Assim, a avaliação pode ser *ex-post* com base no passado, ou *ex-ante* com base no futuro (Pope *et al.*, 2017, p. 205).

As ferramentas de avaliação da sustentabilidade podem possuir diferentes pressupostos. Desse modo, os gestores públicos ou privados podem selecionar, uma ou mais, ferramentas de avaliação adequadas e consistentes com o contexto da organização, frente à qualificação e/ou quantificação de ações que envolvam o viés da sustentabilidade. A seleção adequada, de um ou mais SATs, pode vir a reduzir riscos de fornecimento de informações distorcidas aos *stakeholders* (Gasparatos, 2010).

Inexiste consenso sobre uma estrutura ideal ou única para avaliar a sustentabilidade. Nenhum *framework* tem a capacidade de lidar efetivamente, e com flexibilidade, com diferentes questões ligadas à sustentabilidade, ou seja, existem vantagens e desvantagens nos *frameworks*. Assim, um dos desafios das universidades é o desenvolvimento de modelos de avaliação qualitativos e quantitativos para medir a sustentabilidade (Waheed; Khan; Veitch, 2011).

Diante da ausência de consenso, autores se dedicaram a comparar SATs, bem como apresentar as vantagens e desvantagens dentro de seus contextos estruturais e regionais. Shriberg (2002) analisou 11 ferramentas aplicáveis às IES, descrevendo-as individualmente, destacando seus pontos fortes e fracos, bem como aspectos ligados aos propósitos, às funções, às estruturas e ao conteúdo das ferramentas.

Saadatian *et al.* (2011) analisaram 18 abordagens populares de avaliação sustentável do ensino superior, no que se refere a sua abrangência, popularidade, inovação e conformidade com o TBL. Yarime e Tanaka (2012) revisaram 16 SATs utilizadas no ensino superior, examinando características, tendências e metodologias, categorizando-as em aspectos ligados à governança, às operações, à educação, à pesquisa e à extensão.

Kamal e Asmuss (2013) utilizaram quatro ferramentas para avaliar e rastrear a sustentabilidade em IES, levando em consideração a relevância de áreas relacionadas à educação, à pesquisa, às operações, à governança e ao envolvimento da comunidade. Os resultados da análise foram direcionados à identificação de uma ferramenta eficaz para a Universidade de Saskatchewan, no Canadá.

Góes e Magrini (2016) selecionaram oito SATs, organizando-as em tabelas comparativas a fim de analisar seus indicadores, suas especificidades quanto ao tipo de pergunta (abertas, binárias e de múltipla escolha), categorizando os mais antigos e os mais recentes, bem como aspectos positivos e negativos de cada ferramenta, com a finalidade de propor diretrizes aplicáveis às IES localizadas no Brasil.

Há uma diversidade de ferramentas de avaliação da sustentabilidade aplicáveis às universidades e IES, tanto públicas quanto privadas, apresentadas por diferentes autores, contemplando dimensões, períodos, finalidades e posições geográficas heterogêneas. Diante dessas considerações, a fim de cumprir o primeiro objetivo específico, esta dissertação prestou-se a desvendar quais as estruturas mais elencadas e/ou analisadas no interregno de 2017 – 2022. A procura de artigos científicos elaborados por pesquisadores que, independentemente de seus objetivos específicos, se dedicaram a avaliar, comparar, apresentar e detalhar características das SATs.

Para tanto, foi realizada uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), que pode ser consultada no Apêndice A desta dissertação. O resultado da RSL revelou 10 artigos científicos, publicados entre 2017 e 2022, que envolveram direta ou indiretamente 135 estruturas, onde 42/135 são estruturas metodológicas distintas, as quais as sete mais recorrentes, oriundas desses estudos, foram selecionadas para a formulação deste capítulo.

As sete estruturas estão apresentadas no subtópico a seguir, seguida da análise de características das ferramentas que, segundo Chopin *et al.* (2021), pode ajudar a estabelecer conexões entre variáveis que definem a avaliação da sustentabilidade, revelando condutas que podem ser utilizadas ou aperfeiçoadas.

2.5.1 Descrição e análise das ferramentas de avaliação da sustentabilidade

a) Assessment Instrument for Sustainability in Higher Education (AISHE)

O Instrumento de Avaliação da Sustentabilidade no Ensino Superior (AISHE) foi desenvolvido na Holanda, pela Fundação Holandesa para o Ensino Superior Sustentável (*Dutch*

Foundation for Sustainable Higher Education), liderado pelo pesquisador Niko Roorda. O instrumento possui duas edições: AISHE 1.0 e 2.0, e seu objetivo é oferecer uma estrutura que audite a sustentabilidade de maneira interna (questionários) e externa (certificação), mensurar o cumprimento da implementação da sustentabilidade no campus, através do Ciclo de Deming (Ciclo PDCA), criando um mecanismo de troca de motivações e experiências entre IES (Alghamdi; Den Heijer; De Jonge, 2017).

b) GreenMetric University Sustainability Ranking (UIGM)

O UI *GreenMetric*, ou seja, *Ranking* Mundial de Universidades, é uma iniciativa da *Universitas Indonesia*, abreviado UI (universidade pública), localizada na Indonésia, e seu objetivo é dar publicidade ao resultado de uma pesquisa *on-line* a respeito do *status quo* das políticas relacionadas ao campus verde a nível mundial. Ocorre a classificação das universidades para dar créditos àquelas que estejam engajadas, incentivar práticas, facilitar parcerias internacionais, e auxiliar aquelas com menor grau de engajamento (UI GREENMETRIC, 2022b).

c) Sustainability Tracking, Assessment and Rating System (STARS)

O Sistema de Rastreamento, Avaliação e Classificação de Sustentabilidade (STARS) é uma estrutura de autorrelato transparente, disponibilizada de forma *on-line*, idealizada pela *Association for the Advancement of Sustainability in Higher Education* (AASHE), em tradução livre para o português: Associação para o Avanço da Sustentabilidade no Ensino Superior. O objetivo do STARS é medir o desempenho sustentável das universidades. Sua estrutura foi projetada para permitir comparações no formato de sistemas de classificação, criando incentivos e facilitando o compartilhamento de práticas sustentáveis (STARS, 2022).

d) Unit-Based Sustainability Assessment Tool (USAT)

A Ferramenta de Avaliação de Sustentabilidade Baseada em Unidades (USAT) foi desenvolvida para ser utilizada no Programa de Treinamento Internacional entre a Suécia e a África, apoiado pelo Programa de Integração do Meio Ambiente e Sustentabilidade do PNUMA — Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP). Os idealizadores, Togo e Lotz-Sisitka, arquitetaram a ferramenta através de uma pesquisa de doutorado, realizada na

Rhodes University, localizada na África do Sul. A estrutura permite construir a imagem do todo, possibilitando que questões ligadas à sustentabilidade sejam gerenciadas dentro de unidades funcionais (Alghamdi; Den Heijer; De Jonge, 2017).

e) Sustainability Assessment Questionnaire (SAQ)

O Questionário de Avaliação da Sustentabilidade (SAQ) tem como idealizador a *Association of University Leaders for a Sustainable Future's* (ULSF), em tradução livre para o português: Associação de Líderes Universitários para um Futuro Sustentável, localizada nos EUA. Esta associação atua como um escritório para os signatários da Declaração de Talloires, datada de 1990. A ULSF fomenta focos críticos em termos de ensino, pesquisa, operações e divulgação por meio de pesquisas e avaliações. SAQ é um questionário qualitativo voltado à conscientização e estimulação do debate sobre práticas sustentáveis, que visa proporcionar um panorama com o estado atual do campus, bem como planejar eventos posteriores (SAQ-ULSF, 2009).

f) Assessing Sustainability in Higher Education (AMAS)

O Modelo Adaptável para Avaliação da Sustentabilidade no Ensino Superior (AMAS) foi desenvolvido durante a pesquisa de mestrado de Urquiza-Gómez, sob a supervisão de Sáez-Navarrete, da *Pontificia Universidad Católica de Chile*, em Santiago, no Chile. O objetivo do modelo é oferecer uma metodologia transparente que possibilite a avaliação da sustentabilidade em diferentes fases de implementação em cenários de disponibilidade de dados, considerando o contexto das universidades chilenas (Urquiza Gómez *et al.*, 2015).

g) Graphical Assessment of Sustainability in University (GASU)

A Avaliação Gráfica da Sustentabilidade na Universidade (GASU) é baseada nas diretrizes da GRI, adaptada para o uso em quaisquer universidades ao redor do mundo. A ferramenta contempla as três dimensões da sustentabilidade, acrescida de uma dimensão específica para o atendimento de peculiaridades inerentes ao setor universitário, denominada dimensão educacional. A adaptação se destina à aplicação da GRI em quaisquer universidades e IES em âmbito mundial. A adaptação da GRI se justifica porque seus padrões foram formulados para o atendimento de sociedades empresariais. A ferramenta pode facilitar

análises, permitir a comparação longitudinal e *benchmarking* dos esforços sustentáveis nos campus universitários (Lozano, 2006).

Dadas as descrições representadas através dos itens (a-g), a fim de viabilizar a compreensão das ferramentas de avaliação da sustentabilidade foi elaborado o Quadro 5. Este expõe as SATs, organizando-as em ordem de recorrência (das mais recorrentes para menos recorrentes), identificando as datas de criação, dimensões contempladas, métodos utilizados, e a menção do documento base — última versão das ferramentas selecionadas — disponibilizadas ao público por seus idealizadores.

Quadro 5 – Apresentação das dimensões das ferramentas

SAT	Data de Criação	Dimensões	Métodos Utilizados	Referência (versão atual)
AISHE	2001	Operações, educação, pesquisa, sociedade, identidade	Dados qualitativos. Círculo de Deming (PDCA) e Escala Guttmann	Roorda <i>et al.</i> (2009)
UIGM	2010	Ambiente e infraestrutura, energia e mudanças climáticas, resíduos, água, transporte, educação e pesquisa	Dados quantitativos, respostas com múltipla escolha e classificação baseadas em Escala Likert	<i>GreenMetric</i> (2022)
STARS	2006	Acadêmicos, engajamento, operações, planejamento e administração, inovação e liderança	Dados quantitativos, respostas binárias e de múltipla escolha	STARS 2.2 (2019)
USAT	2009	Ensino, pesquisa e serviços comunitários, operação e gestão, envolvimento do aluno, política escrita e declaração	Escala Likert e Diagramas de Radar	USAT (2017)
SAQ	2001	Currículo, pesquisa e bolsa de estudos, operações, corpo docente e funcionários, extensão e serviços, oportunidades para estudantes, administração, missão e planejamento	Dados qualitativos - questões abertas	SAQ-ULSF (2009)
AMAS	2014	Educação e Pesquisa, Engajamento Público, Administração e Operações	Dados quantitativos e qualitativos	Urquiza Gómez <i>et al.</i> (2015)
GASU	2006	Social, ambiental, econômica e educacional	Respostas binárias, planilha de classificação e gráficos amoeba	Lozano (2011)

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O Quadro 5 revela que as SATs mais antigas são AISHE e SAQ, seguidas das SATs STARS, GASU, USAT, UIGM e AMAS. Os SATs AMAS, UIGM, STARS são ferramentas que utilizam metodologias e indicadores qualitativos e quantitativos. AISHE, SAQ, USAT e GASU adotam metodologias qualitativas na avaliação, utilizando escalas de Guttmann ou Likert para medir o desempenho das informações (Du *et al.*, 2020).

Em análise ao conteúdo das SATs, os autores Alghamdi, Den Heijer e De Jonge (2017) apontam como principais fraquezas das ferramentas AMAS e USAT a ausência de cobertura

de indicadores que tratam sobre compras, contratações e alimentação no campus, e de indicadores que versem sobre questões relacionadas à responsabilidade social, respectivamente.

Du *et al.* (2020) e Caeiro *et al.* (2020) explicam que ambas as ferramentas foram desenvolvidas para identificar e suprir necessidades locais ou regionais, ou seja, universidades do Chile e universidades do Continente Africano. Assim, AMAS e USAT não são consideradas ferramentas para aplicações em âmbitos globais.

Existe na literatura a discussão a respeito da escolha de modelos regionais *versus* modelos globais para relatórios não financeiros e de sustentabilidade (Ramaswamy *et al.*, 2021). Góes e Magrini (2016), que estudaram a possibilidade de aplicação de uma SAT em IES localizadas no Brasil, defendem a ideia de não adoção de ferramentas vinculadas às áreas geográficas específicas.

De acordo com Chakraborty *et al.* (2021), que analisaram modelos de SATs para uso em uma universidade indiana, as universidades devem levar em consideração a visão global ainda que a sua cultura e estratégias estejam enraizadas em contextos locais/regionais. Ademais, conforme Souza, Filippo e Sanz Casado (2015), exigências advindas da globalização trouxeram mudanças no sistema universitário público brasileiro, com destaque significativo ao fomento da internacionalização de ensino, pesquisa e extensão.

As ferramentas AISHE e SAQ possibilitam a participação dos *stakeholders* no processo de avaliação e no desenvolvimento da metodologia, respectivamente. No entanto, apresentam pouca ênfase em indicadores que demonstram a saúde econômica e financeira, bem como na integração da sustentabilidade em áreas funcionais das universidades. Em contrapartida, elas têm suas atenções voltadas à avaliação da educação socioambiental nos currículos universitários (Amaral; Martins; Gouveia, 2015; Berzosa; Bernaldo; Fernández-Sanchez, 2017).

Conforme mencionado, AISHE é uma ferramenta com enfoque em currículos universitários, tanto que possui apenas um indicador que integra a dimensão ambiental (Caeiro *et al.*, 2020). Brandli *et al.* (2012) utilizaram a função interna da AISHE — versão sem certificação; em outras palavras, fizeram o uso de seus questionários de autoavaliação a fim de verificar o *status quo* da sustentabilidade ambiental dos cursos de graduação da Universidade de Passo Fundo (UPF). Em suas considerações finais, os autores relataram a existência de dificuldades na interpretação das terminologias usadas no questionário disponibilizado pela ferramenta.

Góes e Magrini (2016) criticam o uso da ferramenta AISHE em sua função externa, no que diz respeito à certificação concedida à universidade, considerando que a avaliação é

realizada por consultores estrangeiros ligados à Fundação Holandesa para o Ensino Superior Sustentável. Assim, nas fases iniciais do processo de implementação pode haver a dependência da disponibilidade de profissionais e/ou consultores qualificados, ocasionando possíveis custos extras ao longo de sua aplicação em universidades brasileiras.

Berzosa, Bernaldo e Fernández-Sanchez (2017) criticam SAQ, uma vez que a ferramenta não possui nenhum tipo de pontuação, face à composição, tratando-se de perguntas abertas, de abordagens qualitativas, que dificultam o rastreamento de avanços no engajamento socioambiental. Porém, essa ferramenta tem sua utilidade pautada no fomento aos debates entre *stakeholders*, ou seja, etapas que precedem a formulação de Relatórios de Sustentabilidade. Dessa maneira, SAQ é análoga à AISHE em sua função interna, versão que fornece apenas questionários de autoavaliação sem a concessão de certificação.

STARS e *GreenMetric* são considerados sistemas de classificação por Alghamdi, Heijer e Jonge (2017). Porém, as ferramentas não são iguais. A primeira se trata de uma ferramenta de autoavaliação que gera uma classificação com a obtenção de selo (bronze, silver, gold, platinum) ou com a obtenção de um *status*, denominado STARS Repórter. Já a segunda ferramenta se trata de um *ranking* (STARS, 2022; UI Greenmetric, 2022a).

Sob tais condições e formatações, Caeiro *et al.* (2020) consideram que STARS e *GreenMetric* são ferramentas de fácil acesso, por possuírem plataformas disponíveis pela internet, com ampla transparência, sendo possível verificar os resultados alcançados por universidades que se dispuseram a reportar seus dados (Caeiro *et al.*, 2020). As universidades brasileiras aderentes à ferramenta STARS podem ser observadas no Quadro 6.

Quadro 6 – Universidades brasileiras aderentes ao STARS

Universidade	Versão	Status	Válido até
Universidade Federal de Campina Grande	-	-	-
Universidade Federal do Sul da Bahia	-	-	-
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	-	-	-
Universidade do Estado do Pará	2.2	Repórter	07 de abril de 2025
Universidade Federal de Santa Catarina	-	-	-

Fonte: STARS Participants e Reports (2022).¹

O Quadro 6 revela a participação de universidades federais, instituto federal e universidade estadual. Ao todo são cinco universidades brasileiras, mas apenas a Universidade

¹ Disponível em: <https://reports.aashe.org/institutions/participants-and-reports/?sort=country>. Acesso em: 22 dez. 2022.

do Estado do Pará (UEPA) detém o *status* STARS Repórter, adquirida em abril de 2022, com validade de três anos. A modalidade STARS Repórter alcançada pela UEPA não exhibe as pontuações da universidade. A vista disso, nos dias atuais, nenhuma universidade brasileira possui selo para competir no cenário internacional, considerando a metodologia STARS.

A ferramenta STARS possui quatro níveis de reconhecimento: 1) platina; 2) ouro; 3) prata; e 4) bronze, distribuídos às universidades através de selos vinculados ao pagamento de anuidade a AASHE. O *status* STARS Repórter é uma versão gratuita ofertada a universidades não pagantes, e essa versão que não permite acesso a todas as informações e os gráficos estatísticos existentes na ferramenta (Castro; Jabbour, 2013; Urquiza Gómez *et al.*, 2015).

A baixa participação de universidades brasileiras à ferramenta STARS pode ser explicada por meio dos autores Castro e Jabbour (2013) e Urquiza Gómez *et al.* (2015), que em suas pesquisas consideraram que a ferramenta STARS é mais adequada para IES localizadas em países desenvolvidos, citando a título de exemplo o Canadá e os EUA, locais onde os esforços de sustentabilidade são mais difundidos e apoiados.

Leal Filho *et al.* (2022) relatam que, atualmente, STARS são os principais padrões para relatórios voltados ao ensino superior nos EUA, e existe um crescimento de sua utilização no contexto internacional. No Brasil, pesquisadores simularam a aplicação dessa ferramenta para mensurar o desempenho socioambiental dos campi da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), constatando que ela não teria condições de responder oito dentre os 28 créditos exigidos, situação atribuída a: 1) falta de registros e históricos das ações institucionais; 2) ocorrência de iniciativas descontinuadas; e 3) falta de iniciativas específicas (Pacheco *et al.*, 2019).

A ferramenta *GreenMetric* possui a participação de 37 universidades brasileiras na edição de 2022, sendo 17 universidades federais; três institutos federais; seis universidades estaduais e 13 universidades privadas (UI Greenmetric, 2022a). O foco da ferramenta se encontra na ecoeficiência, deixando de considerar aspectos-chave da sustentabilidade, como diversidade, equidade e bem-estar. Ou seja, não contempla todas as dimensões da sustentabilidade (Urquiza Gómez *et al.*, 2015; Góes; Magrini, 2016).

Alghamdi, Den Heijer e De Jonge (2017) apontam como fraquezas da ferramenta GASU, perante a necessidade de uma grande quantidade de dados, aliada a possíveis obstáculos de aplicabilidade para IES, que não são adeptas a Relatórios de Sustentabilidade, baseados nas diretrizes da GRI. Em contrapartida, Findler *et al.* (2019), que avaliaram 1.134 indicadores oriundos de 19 SATs, destacam que, dentre os SATs analisados, somente GASU exige avaliação de materialidade em áreas de impacto do desenvolvimento sustentável.

Materialidade, no contexto da evidenciação socioambiental, refere-se a temas primordiais para a organização ou para *stakeholders* envolvidos. Diante dessa premissa, as atividades-fim devem ser reportadas. Na literatura, existe escassez de estudos que abordam o tema da materialidade voltada à elaboração de Relatórios de Sustentabilidade para universidades pelas IES (Ferrero-Ferrero *et al.*, 2017).

Uma das ferramentas utilizadas pelas organizações para identificar e priorizar temáticas socioambientais é a matriz de materialidade. Essa ferramenta geralmente consiste em um gráfico que cruza dois eixos: 1) o impacto nos negócios; e 2) o impacto na sociedade ou no meio ambiente. Assim, a organização pode, considerando suas preocupações específicas, priorizar áreas que são tanto estrategicamente importantes quanto socialmente responsáveis (Ortar, 2020).

Após uma breve análise das sete SATs, esclarece-se que o processo de avaliação da sustentabilidade é um método complexo. Contudo, é pacífica a ideia sobre a fase que precede o processo avaliativo, quanto à necessidade de identificação de alvos claros e bem fundamentados (Sala; Ciuffo; Nijkamp, 2015). A diversidade desses alvos, ou seja, propósitos e metas, favorece o desenvolvimento de diferentes ferramentas a fim de atender necessidades específicas do ensino superior (Larrán Jorge; Madueño; Peña, 2015).

O desenvolvimento de tais ferramentas podem derivar umas das outras: algumas SATs servem de base para formulação de outras SATs, como é o caso da USAT que, em sua formulação, utilizou as diretrizes das ferramentas SAQ, AISHE e GASU (Du *et al.*, 2020). E da SAT GASU, que se utilizou das diretrizes da GRI para sua formulação (Lozano, 2006).

A GRI foi categorizada por dois dos 10 artigos selecionados na RSL constante do Apêndice A desta dissertação. Sendo essa a diretriz mais antiga em detrimento das elencadas neste capítulo (vide Quadro 5). As diretrizes GRI concebidas em 1997 se tornaram líderes entre os padrões voluntários voltados a Relatórios de Sustentabilidade (Fonseca *et al.*, 2011).

Por fim, conforme já citado neste capítulo, segundo Gasparatos (2010) e Waheed, Khan e Veitch (2011), não há um consenso sobre qual seria a ferramenta de avaliação de sustentabilidade ideal, dotada com capacidade e flexibilidade para combater diferentes questões ligadas às dimensões da sustentabilidade, podendo ser utilizada um, dois ou mais SATs para atendimento dos objetivos da universidade.

A exemplo disso, o idealizador da ferramenta GASU elaborou um estudo simulando a implantação de sua própria ferramenta na preparação do Relatório de Sustentabilidade da Universidade de Leeds, na Inglaterra. Além do uso da GASU, utilizou-se a Ferramenta de Sustentabilidade para Avaliação Holística dos Currículos das Universidades (STAUNCH) para

sanar demandas da universidade objeto de seu estudo de caso (Lozano; Llobet; Tideswell, 2013). Assim, a discricionariedade quanto ao uso de uma ou mais ferramentas é comum em etapas pretéritas na elaboração de Relatórios de Sustentabilidade.

2.6 Relatórios de Sustentabilidade

Os Relatórios de Sustentabilidade, sob várias rubricas e formas, aumentaram consideravelmente a sua adoção no século XXI (Smeuninx; De Clerck; Aerts, 2020). Eccles, Lee e Strohle (2020) explicam que, desde a década de 1960, já havia demandas por informações não financeiras, através do desenvolvimento da estratégia de investimento *Socially Responsible Investment* (SRI), ou seja, Investimento Socialmente Responsável.

Puaschunder (2016) argumenta que o SRI se originou de vieses religiosos e morais que foram incluídos nas organizações para suprir deficiências sociopolíticas e de conduta social corporativa, o que despertou o interesse de investidores socialmente responsáveis. Assim, as organizações começaram a produzir e divulgar relatórios sociais ou balanços sociais, de forma autônoma, a fim de atender as solicitações de investidores e demais *stakeholders* (Fifka, 2013).

Além dos problemas sociais, as organizações passaram a ser criticadas e responsabilizadas por problemas ambientais, que se manifestaram através do desenvolvimento da legislação ambiental e de acordos comerciais, orientados ao incentivo de ações que priorizassem questões ambientais no meio corporativo. Esses fatores foram associados à tendência de publicação voluntária de informações sobre seu desempenho ambiental, na forma de relatórios corporativos ambientais ou de sustentabilidade (Braam *et al.*, 2016).

Entre as décadas de 1970 e 1990, as divulgações sociais passaram a ser mais amplas, incluindo questões ambientais emitidas principalmente sob os títulos de relatórios de sustentabilidade, relatórios de responsabilidade corporativa ou relatórios de cidadania empresarial. Além disso, com o advento da abordagem TBL, foram incluídas questões econômicas (Rikhardsson; Andersen; Bang, 2002; Fifka, 2013; Zieba; Johansson, 2022).

No que se refere às questões econômicas, cumpre esclarecer que não se trata de enfoque da situação financeira da organização, mas sim dos impactos da organização frente às condições econômicas refletidas nos *stakeholders*, e na economia local, nacional e global (GRI, 2020).

Além da existência dos relatórios de sustentabilidade, relatórios de responsabilidade corporativa ou relatórios de cidadania empresarial, existe o relatório integrado. Este, por sua vez, combina informações financeiras e sustentáveis em um único documento, com ênfase na

explicação conjunta entre o desempenho financeiro e não financeiro (Owen, 2013; Du Toit, 2017; Ofoegbu; Odoemelum; Okafor, 2018; Zieba; Johansson, 2022).

Ademais, existe na literatura a referência a relatórios ESG. A sigla significa *Environmental, Social and Governance*, em tradução livre para o português: Ambiental, Social e Governança. O conceito em torno dessa sigla se originou por meio do relatório da ONU, datado de junho de 2004, fruto de uma parceria entre o Pacto Global da ONU e o Banco Mundial (ONU, 2004).

No Relatório da ONU, intitulado *Who Cares Wins: Connecting Financial Markets to a Changing World*, em tradução livre “Quem se importa vence: conectando os mercados financeiros a um mundo em mudança” (ONU, 2004), o ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan provocou os diretores-executivos de grandes instituições financeiras, desafiando-lhes a integrar fatores sociais, ambientais e de governança no mercado de capitais.

A sigla ESG, apesar de refletir filosofias da sustentabilidade, diferencia-se por meio da inclusão da governança, lançando a reflexão sobre a maneira como as organizações precisam ser gerenciadas e monitoradas para que a sustentabilidade esteja no centro de suas estratégias e práticas, representando um alinhamento contínuo de ações (Bonfante, 2021).

Relatórios de Sustentabilidade têm natureza voluntária, e não financeira. Sua elaboração pode ser executada de forma livre, por equipes internas ou externas. Porém, apesar da discricionariedade quanto à forma, existem estruturas e padrões que podem ser adaptados para favorecer a exposição dos dados da organização, exteriorizando seu engajamento socioambiental dentro de seu segmento de mercado (Bonfante, 2021).

Dada à discricionariedade, os gestores podem escolher o quanto de destaque darão em suas divulgações (Villiers; Van Staden, 2011). Para Lock e Seele (2015), os Relatórios de Sustentabilidade podem ser entendidos como produtos editoriais, com função de comunicação institucional, exteriorizando seu posicionamento e detalhamento do modelo de negócio. Esses produtos editoriais, conforme Megura e Gunderson (2022, p. 3), podem ser gerenciados para a construção de uma “[...] autoimagem verde ideal”.

No entanto, nos dias atuais, existe a tendência de enfoque em temas materiais, relatando as práticas de forma transparente, uma vez que, até pouco tempo atrás, as organizações tendiam a relatar somente as ações com impacto positivo, mas diferentes *stakeholders* têm exigido relatos fidedignos que envolvam impactos negativos (Bonfante, 2021).

Através do reporte de informações sobre as atividades, as métricas e o público atendido, os Relatórios de Sustentabilidade podem ajudar a rastrear progressos de metas específicas, oportunizar a redução de custos e maior eficiência, podendo, ainda, favorecer o engajamento

de colaboradores, sendo estes benefícios ligados à sua função interna. Sua função externa envolve o favorecimento de *benchmarking*, transparência, valor, reputação e legitimidade (Kolk, 2005; Herzig; Schaltegger, 2006; Hahn; Kühnen, 2013; Genç, 2017).

Assim, os Relatórios de Sustentabilidade podem ser estudados por diferentes perspectivas. A revisão sistemática aplicada por Agama e Zubairu (2022) identificou artigos relevantes sobre Relatórios de Sustentabilidade, publicados entre 2011 e 2020, oriundos dos bancos de dados *Elsevier*, *Springer*, *Wiley* e *Emerald*. Os resultados indicam que a estrutura para relatórios mais aceita nas organizações é a GRI.

Os resultados indicaram que os artigos selecionados abordam sobre a relação entre: 1) Relatórios de Sustentabilidade e criação de valor para os *stakeholders*; 2) Relatórios de Sustentabilidade e a GRI; 3) Relatórios de Sustentabilidade e a gestão ou atuação das organizações; 4) Relatórios de Sustentabilidade e a gestão financeira, resultados das organizações; e 5) Relatórios de Sustentabilidade e o nível de consciência ou cultura da organização (Agama; Zubairu, 2022).

O estudo bibliométrico de Effah *et al.* (2023), no período de 2004 a 2021 e dados extraídos da *Web of Science*, revela que houve crescimento acentuado da pesquisa sobre Relatórios de Sustentabilidade, principalmente no período entre 2013 e 2021. O periódico mais produtivo na temática é o *Journal of Cleaner Production*, e os países que mais contribuem com o estudo são economicamente desenvolvidos, a exemplo dos EUA, da Itália, e da Inglaterra, respectivamente.

Os maiores *clusters* de pesquisa encontrados foram “*Relatórios de Sustentabilidade*”; “*Contabilidade Social*”, e “*Global Reporting Initiative*”, respectivamente. A palavra-chave com explosão de citação mais forte foi “*Global Reporting Initiative*”. Os autores mais citados, Charles H. Cho e Rodrigo Lozano, são representantes de universidades localizadas na Inglaterra e na Suécia. O segundo autor mais citado na temática é o mesmo que propõe a alteração da GRI para aplicação em universidades, denominada GASU, conforme demonstrado no tópico 2.5 desta dissertação (Effah *et al.*, 2023, p. 112-119).

Em consulta ao perfil dos autores, junto ao *Google Scholar*, Rodrigo Lozano² e Charles H. Cho³ possuem 17.280 e 9.425 citações, respectivamente. Ademais, sob a lente da avaliação de desempenho e educação ambiental no contexto das universidades, Rodrigo Lozano também possui influência significativa, como sugere o portfólio bibliográfico de Schlickmann (2021), resultado de uma análise bibliométrica, sistêmica e multicritério. O portfólio bibliográfico de

² Disponível em: https://scholar.google.com/citations?user=9xNI_xoAAAAJ&hl=en. Acesso em: 15 set. 2022.

³ Disponível em: <https://scholar.google.com/citations?hl=en&user=GQVLXQUAAAAJ>. Acesso em: 15 set. 2022.

Schlickmann (2021) foi composto por 58 artigos oriundos das bases *SCOPUS*, *Web of Science* e *ScienceDirect*, sem aplicação de filtros com períodos, do qual o autor Rodrigo Lozano recebeu destaque, tanto por contribuir com o maior número de artigos na temática quanto por ser o mais citado nas referências dos artigos que compõem o portfólio bibliográfico.

Marins, Ferreira e Ramos (2021) realizaram uma revisão de literatura específica sobre Relatórios de Sustentabilidade em IES, conduzida através dos *softwares* VOSViewer e Iramuteq, com período de 2016 a 2020 e dados extraídos das bases *SCOPUS* e *Web of Science*. Os resultados mostraram que os artigos na temática são mais comuns nos periódicos *International Journal of Sustainability in Higher Education*, *Sustainability* e *Journal of Cleaner Production*.

Os principais temas abordados na temática Relatórios de Sustentabilidade em IES são: dimensões da sustentabilidade; conteúdos dos relatórios de sustentabilidade; e avaliação de sustentabilidade. Os autores mais destacados na temática foram: Remmer Sassen, Yi An, Brenda Scholtz, Andre Calitz e Sahar Sepasi (Marins; Ferreira; Ramos, 2021).

Como aludido no tópico 2.4 desta dissertação, as universidades federais brasileiras estão inseridas tanto no contexto do setor universitário quanto no contexto do setor público. Conforme Leal Filho *et al.* (2019), as universidades, na condição de órgão público, são frequentemente consideradas modelos para a sociedade. Muitas delas têm se engajado para avaliar e relatar seus esforços voltados à sustentabilidade (Lozano; Llobet; Tideswell, 2013).

Leal Filho *et al.* (2022) elucidam que, apesar da existência da expectativa de que as universidades vejam os Relatórios de Sustentabilidade como uma oportunidade, não se pode esperar um aumento drástico desse cenário, considerando a existência de desafios a serem enfrentados no setor, como a falta de diretrizes específicas para Relatórios de Sustentabilidade, a presença de variáveis nas características de cada universidade, a quantidade de trabalho e pessoal envolvidos e os custos de preparação.

Sari e Faisal (2022) realizaram um estudo populacional de todas as IES, sem filtros quanto à região ou localidade, que estiveram na base de dados GRI durante 2010 e 2020, composta por 81 IES diferentes com 249 Relatórios de Sustentabilidade como unidade de análise. Os resultados mostram que 66,5% da amostra é oriunda de países ocidentais localizados na América do Norte, Europa e América Latina. Apesar da inserção na base de dados da GRI, a maioria das IES não seguem de forma literal os padrões GRI.

Assim, 67% da amostra não segue os padrões e os 33% restantes seguem os padrões. Logo, as IES se inspiram na ferramenta e reportam os dados na base da GRI, mas a maioria não segue os padrões integralmente, o que pode ser atribuído às peculiaridades das IES, que fazem

com que os padrões GRI não sejam totalmente adequados (Sari; Faisal, 2022). Sari e Faisal (2022) ainda explicam em suas considerações finais que os Relatórios de Sustentabilidade em IES encontram-se em estágios iniciais porque, apesar da amostra encontrada, a proporção é baixa quando comparada ao número total (33.647) de IES existentes no mundo.

Huber e Bassen (2017) e Hamilton e Waters (2022) argumentam que o *status quo* de estágios iniciais, atribuído às universidades em relação a Relatórios de Sustentabilidade, pode ser explicado pela inexistência de uma estrutura de reporte estabelecida e amplamente reconhecida que contenha métricas de dados substanciais que possam ser mensurados e comparados, contra-argumentando que algumas IES utilizam imagens de práticas socioambientais e histórias de bem-estar para compor o conteúdo de seus Relatórios de Sustentabilidade.

Para Henriques, Gaio e Costa (2022), o uso do termo Relatórios de Sustentabilidade para compor declarações políticas ou de intenções tendem a não prevalecer, visto que, atualmente, as organizações procuram melhorar seu desempenho ambiental e recorrem à divulgação para obter vantagens competitivas. Assim, mesmo que não haja benefício direto na divulgação, pode haver desvantagem em não fazê-lo.

Sassen, Azizi e Mertins (2022) estudaram motivações para a divulgação voluntária de informações sustentáveis de universidades localizadas nos Estados Unidos e descobriram que as universidades que efetuam cobranças de altas mensalidades, ou aquelas que são financiadas pelo governo, divulgam menos Relatórios de Sustentabilidade.

O resultado encontrado por Sassen, Azizi e Mertins (2022) não reflete, necessariamente, a falta de interesse dos órgãos públicos por Relatórios de Sustentabilidade, isso porque informações socioambientais e econômicas podem ser reportadas de forma privada entre os envolvidos, sem que haja a publicidade do feito, ou pode não haver a vinculação do financiamento à exigência de elaboração ou divulgação de Relatórios de Sustentabilidade.

Moura-Leite e Pereira (2020) investigaram o *status quo* das publicações de Relatórios de Sustentabilidade de 150 IES brasileiras (públicas e particulares), no período de 2013 a 2017, e os resultados indicaram a presença de Relatórios de Sustentabilidade em apenas duas universidades federais brasileiras, são elas: UFSC e Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). O pequeno número encontrado pode ser atribuído a não obrigatoriedade de Relatórios de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras.

Niemann e Hoppe (2018, p. 201) afirmam que os “[...] Relatórios de Sustentabilidade estão aumentando em todo o setor público” em decorrência da Diretiva n.º 95/2014 da UE, que orienta o setor a iniciar o processo de divulgação de informações não financeiras e de

diversidade, considerando, ainda, o advento do ODS 12.6 e de normativas lançadas por governos locais. Stefanescu (2021) acrescenta que após tais eventos houve intensificação de interesse acadêmico na temática.

Iniciativas de caráter normativo e regulamentar, como a Diretiva n.º 95/2014 da UE, utilizam os Relatórios de Sustentabilidade como uma etapa crítica para alcançar metas mais abrangentes, como as relacionadas às mudanças climáticas (Christensen; Hail; Leuz, 2021). O ODS n.º 12.6 prevê incentivos, em especial a empresas de grande porte e transnacionais, para que estas adotem práticas sustentáveis e integrem informações sobre o tema em seus relatórios (ONU, 2022). As normativas lançadas por governos locais podem recair sobre cidades, países e setores. A título de exemplo, a França determina que municípios com mais de 50.000 habitantes elaborem periodicamente Relatórios de Sustentabilidade, e legislações análogas têm sido discutidas ao redor do mundo (Niemann; Hoppe, 2018).

A introdução de Relatórios de Sustentabilidade obrigatórios pode favorecer a análise da qualidade, harmonizar o formato e a apresentação das informações, resultando em relatórios mais homogêneos, com informações precisas e de fácil entendimento, oportunizando comparações entre as organizações (Gerwing; Kajüter; Wirth, 2022).

Universidades públicas ao redor do mundo têm se engajado na temática, conforme aponta o estudo bibliométrico de Stefanescu (2021), que buscou identificar tendências inerentes a Relatórios de Sustentabilidade no setor público. A literatura voltada ao setor público se concentra em Relatórios de Sustentabilidade que seguem majoritariamente os padrões GRI, sendo este o maior *cluster* de sua bibliometria, seguido de relatórios integrados e outros meios de relatórios, como, por exemplo, *Web* - relatórios.

Assim, considerando as perspectivas globais, pressupõe-se que a exigência de elaboração e divulgação de Relatórios de Sustentabilidade, nos próximos anos, possa ser reivindicada a órgãos integrantes da Administração Pública Federal brasileira.

2.7 Global Reporting Initiative (GRI)

Para elaborar um Relatório de Sustentabilidade, não há um determinado padrão que seja considerado o ideal, dadas as características únicas e situações que influenciam como são percebidas as responsabilidades das organizações. Em razão disso, no ato de sua implementação, podem ocorrer ajustes ao cenário operacional e às condições da organização (Wahyudi, 2021).

Atualmente, o padrão GRI para Relatórios de Sustentabilidade é considerado o mais utilizado no mundo (Rönnlund *et al.*, 2016; Karagiannis *et al.*, 2019; Orazalin; Mahmood, 2019; Zieba; Johansson, 2022). No entanto, não foi desenvolvido especificamente para IES (Sepasi; Braendle; Rahdari, 2018; Amiano Bonatxea *et al.*, 2021; Di Tullio; La Torre, 2022). As IES utilizam a GRI na elaboração de seus Relatórios de Sustentabilidade, mas não seguem necessariamente um padrão para sistematização dos indicadores reportados (BRANDAO *et al.*, 2019).

Os padrões GRI fornecem uma estrutura, que pode ser adaptada e utilizada para balizar a elaboração dos relatórios, conforme descrito no tópico anterior, por Sari e Faisal (2022), que destacam a presença de Relatórios de Sustentabilidade de IES contidos no banco de dados da GRI, que não seguem os padrões em sua integralidade.

A GRI é uma organização internacional independente, fundada em Boston, nos EUA, em 1997, que auxilia as organizações através da linguagem global comum de reporte dos impactos gerados (GRI, 2022a). A GRI trabalha em prol da padronização de Relatórios de Sustentabilidade em nível mundial, fornecendo uma estrutura às organizações interessadas na transmissão de sua atuação sustentável (Manes-Rossi; Nicolò; Argento, 2020).

Os impactos ambientais, sociais e econômicos, gerados através das atividades cotidianas das organizações podem ser reais ou potenciais, negativos ou positivos, de curto ou longo prazo, intencionais ou não intencionais, reversíveis ou irreversíveis. Eles indicam se a contribuição da organização é negativa ou positiva para o desenvolvimento sustentável (GRI, 2023).

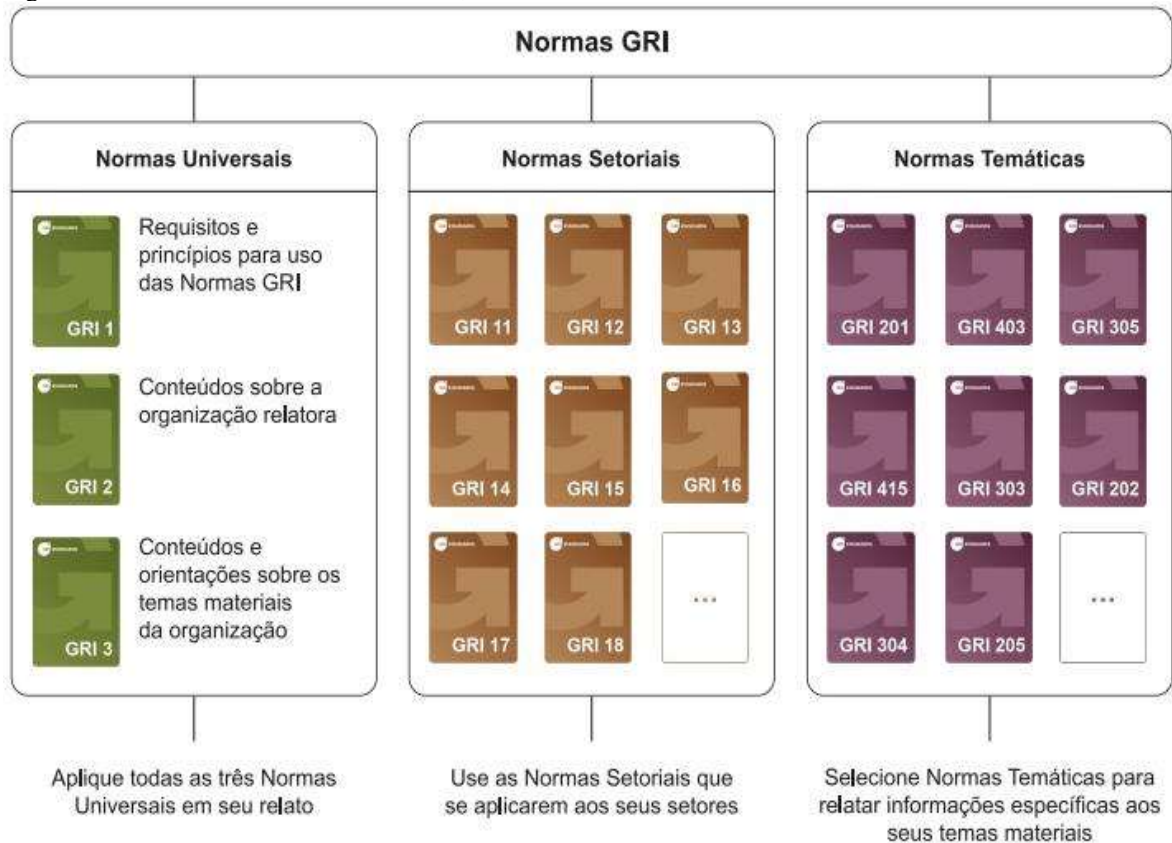
Os padrões GRI foram os primeiros voltados para Relatórios de Sustentabilidade em nível global, mantendo-se em constante atualização. Além disso, alinha-se com princípios orientadores da ONU e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e sua estrutura favorece a identificação de tópicos materiais (GRI, 2022).

A versão atual, *GRI Standards*, foi elaborada para relatórios publicados a partir de 1º de janeiro de 2023. Os padrões GRI são atualizados por meio do *Global Sustainability Standards Board* (GSSB), Conselho Global de Padrões de Sustentabilidade, que estabelece novos programas de trabalho de forma periódica, por intermédio de um processo consultivo *multistakeholder* (GRI, 2023).

A versão *Standards* começou seu processo de atualização no ano de 2020, e trouxe mudanças que envolvem a apresentação do conteúdo interligada a temas materiais. Houve também um maior enfoque na divulgação relacionada aos direitos humanos, à revisão dos princípios norteadores, além de ações que intencionam evitar interpretações errôneas por parte de seus usuários (GRI, 2023). Qualquer organização pode fazer uso dos padrões GRI,

independentemente do tamanho, do tipo, da localização geográfica ou de experiências prévias em relatórios. Os padrões da GRI são inter-relacionados organizados em normas universais da GRI, normas setoriais da GRI, e normas temáticas (GRI, 2023). Desse modo, as normas GRI se organizam conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 – Normas GRI: normas universais, setoriais e temáticas



Fonte: GRI (2023, p. 9).

As normas universais são divididas em GRI 1 - requisitos e princípios que a organização deve cumprir para relatar; GRI 2 - informações práticas e detalhes organizacionais, como, por exemplo, atividades, governança e políticas; e GRI 3 - orientações detalhadas sobre como determinar tópicos materiais e diretrizes sobre o processo de determinação e gerenciamento dos tópicos (GRI, 2023).

Os padrões universais possuem capa verde com a numeração 1, 2 e 3, a GRI-1 é explicativa, informando quais requisitos devem ser atendidos, para fazer o uso dos padrões GRI; A GRI-2 contém divulgações gerais da organização relatora; e a GRI-3 informa diretrizes relacionadas à determinação da materialidade (GRI, 2023). A determinação da materialidade (GRI-3) se refere ao processo de definição de temas embasado pela contínua identificação e avaliação de impactos, envolvendo o engajamento com *stakeholders* e com especialistas. Esse

processo é conduzido independentemente do processo de relato de sustentabilidade (GRI, 2023).

Os padrões destinados a setores específicos têm a capa marrom, e possuem dois dígitos, sendo 11 para o setor de petróleo e gás, 12 setor carvoeiro, 13 setor de agricultura, aquicultura e pesca, sendo que outras poderão ser lançadas ao longo dos anos. Os padrões setoriais foram elaborados para auxiliar a integridade da qualidade e consistência, nestes contém possíveis/prováveis tópicos materiais para setores específicos (GRI, 2023).

As normas temáticas possuem capa roxa e acompanham o ano de formulação do conteúdo. São apresentadas de forma individual, podendo haver revisão, atualização, inclusão de novas temáticas sem que haja a necessidade de revisão do conjunto completo (GRI, 2023).

A organização estrutural é similar a cadernos ou módulos, podem ser baixados no formato PDF separadamente ou na forma de conjunto consolidado, proporcionando o *download* das diretrizes mais atuais. Dessa forma, fornecem uma solução única a diferentes necessidades das organizações (GRI, 2023).

Os padrões GRI são flexíveis, permitindo justificativas para possíveis omissões, ou seja, nos casos em que as organizações não possam cumprir a divulgação ou algum requisito específico. Razões para a omissão de informações podem ter como justificativa, sigilos ou proibições legais. Podem ser utilizadas, também, justificativas de inexistência para itens que não estão presentes no cotidiano das organizações (GRI, 2023). As organizações podem explicar as razões de não possuir determinado item ou descrever planos para desenvolvê-lo. Contudo, a divulgação não exige que a organização, necessariamente, implemente o item, mas é necessário que seja informado que este item não existe no cotidiano da organização (GRI, 2023).

Existe a opção de publicação de um Relatório de Sustentabilidade independente e, neste caso, não é necessário repetir informações que já foram divulgadas em páginas da *web* ou em relatórios anuais. A organização pode indicar as fontes da divulgação obrigatória, fornecendo uma referência no índice de conteúdo da GRI sobre a localização destas, fornecendo, por exemplo, o *link* para a página da *web* ou a indicação da página do relatório anual no qual consta a informação publicada (GRI, 2023).

Caso não seja viável abordar a totalidade de impactos identificados nos itens de uma só vez, a GRI recomenda a priorização de reporte de possíveis impactos negativos com base em sua gravidade e probabilidade, por exemplo, os potenciais impactos negativos sobre os direitos humanos, caso a gravidade do impacto tenha precedência sobre sua probabilidade (GRI, 2023).

O reporte das informações, em conformidade com as normas GRI, deve seguir obrigatoriamente nove requisitos, como explica a Figura 2. No caso de não cumprimento destes, a organização fica impedida de declarar que preparou o relato das informações em conformidade com os padrões GRI (GRI, 2023).

Figura 2 – Requisitos obrigatórios para utilizar as normas GRI

Requisito 1:	Aplicar os princípios de relato
Requisito 2:	Relatar os conteúdos da Norma GRI 2: Conteúdos Gerais 2021
Requisito 3:	Definir os temas materiais
Requisito 4:	Relatar os conteúdos da Norma GRI 3: Temas Materiais 2021
Requisito 5:	Relatar conteúdos das Normas Temáticas da GRI para cada tema material
Requisito 6:	Apresentar motivos para omissão em conteúdos e requisitos que a organização não puder cumprir
Requisito 7:	Publicar um sumário de conteúdo da GRI
Requisito 8:	Apresentar uma declaração de uso
Requisito 9:	Comunicar a GRI

Fonte: GRI (2023, p. 15).

Princípios orientadores garantem qualidade e a apresentação adequada das informações relatadas. O uso dos princípios, segundo exposto no Quadro 7, é fundamental para obter Relatórios de Sustentabilidade confiáveis (GRI, 2023).

Quadro 7 – Princípios orientadores da GRI Standards

Nº	Princípio	Descrição
1	Precisão	Relatar informações corretas e suficientemente detalhadas para permitir uma avaliação dos impactos da organização;
2	Equilíbrio	Relatar informações de forma imparcial e fornece uma representação justa dos impactos negativos e positivos da organização
3	Clareza	Apresentar informações de forma acessível e compreensível;
4	Comparabilidade	Selecionar, compilar e relatar informações de forma consistente para permitir uma análise das mudanças nos impactos da organização ao longo do tempo e a análise desses impactos em relação a outras organizações
5	Compleitude	Fornecer informações suficientes para permitir uma avaliação dos impactos da organização durante o período do relatório
6	Contexto da Sustentabilidade	Relatar informações sobre seus impactos no contexto mais amplo do desenvolvimento sustentável
7	Pontualidade	Relatar as informações em um cronograma regular e disponibilizá-las a tempo para que os usuários da informação tomem decisões
8	Verificabilidade	Coletar, registrar, compilar e analisar informações de tal forma que as informações possam ser examinadas para estabelecer sua qualidade

Fonte: Elaborado pela autora com base em GRI (2023, p. 24-28)

Além do uso dos princípios, a GRI orienta o alinhamento das informações constantes do Relatório de Sustentabilidade com outros exigidos por leis ou regulamentos. Recomenda-se que as informações tenham o mesmo período e grupo de organizações e que, preferencialmente, as divulgações ocorram de forma simultânea (GRI, 2023).

Para o aumento da credibilidade das informações, a GRI incentiva o uso de controles internos (conjunto de políticas e procedimentos), verificação externa (avaliação da qualidade e credibilidade), comitês de *stakeholders* ou especialistas (grupos formados para a coleta de opiniões sobre a abordagem adotada para o relato ou suporte sobre as informações a serem relatadas) (GRI, 2023).

A aplicação das recomendações descritas nesse capítulo pode ajudar os usuários da informação a ser reportada e a organização a confiar nos dados publicizados para nortear seu processo decisório (GRI, 2023). Diante do exposto, seguir os padrões GRI para Relatórios de Sustentabilidade pode ocasionar melhora na qualidade e quantidade das divulgações socioambientais (Dissanayake; Tilt; Qian, 2019; Alshbili; Elamer; Moustafa, 2021; Zamil *et al.*, 2021).

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta dissertação. O objetivo geral deste estudo é propor um modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para as universidades federais brasileiras. O delineamento da pesquisa segue os procedimentos metodológicos, tipologia e classificação, recomendados por Jesus-Lopes, Maciel e Casagrande (2022), e a organização textual segue os padrões estabelecidos pela ABNT (2023).

3.1.1 Quanto à finalidade da pesquisa científica

Trata-se de dissertação voltada à investigação de normativas voluntárias e obrigatórias, programas, iniciativas e *rankings* que as universidades federais brasileiras se envolvem cotidianamente, com pressupostos práticos, a fim de ofertar uma possível solução através de uma estrutura de reporte de informações de caráter sustentável. Logo, enquadra-se como pesquisa cujos resultados possam ser aplicados.

Conforme Gil (2017), esse tipo de pesquisa se propõe à produção de conhecimentos voltados à aplicação prática, utilizando os resultados obtidos para solucionar dilemas do mundo real, envolvendo acontecimentos e interesses locais. Creswell (2021) relata que, em pesquisas no campo das Ciências Sociais Aplicadas, as indagações se revelam a partir de questões adversas e práticas correntes que originam problemas de pesquisa relevantes.

3.1.2 Quanto à abordagem

A abordagem desta dissertação se caracteriza como qualitativa, posto que, conforme conceituação de Martins e Teóphilo (2007), esse tipo de pesquisa é definida pela descrição, compreensão, e interpretação dos fatos e fenômenos, diferentemente da pesquisa quantitativa, que emprega estatística, numera ou mensura a análise de um problema.

Para Vianna (2001), na pesquisa qualitativa cada cenário deve ser analisado a partir de dados descritivos, permitindo a identificação das relações que ajudem a compreender a realidade investigada, envolvendo múltiplos aspectos. Richardson (2012) explica que estudos

que adotam a metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação ou compreender e classificar processos.

Creswell (2021), por sua vez, enfatiza que o pesquisador qualitativo examina os fenômenos sociais em sua totalidade, e isso pode explicar por que pesquisas qualitativas se exibem como percepções amplas, ao invés de microanálises. Assim, optou-se por uma abordagem qualitativa, pois ela proporciona a busca da compreensão da realidade investigada, a partir da descrição e análise de significados.

3.1.3 Quanto aos objetivos almejados

Esta dissertação é definida quanto aos objetivos, como descritiva. Segundo Gil (2017), a pesquisa descritiva relata características de determinada população, fenômeno ou estabelece relações entre variáveis. Jesus-Lopes, Maciel e Casagrande (2022, p. 7) explicam que a pesquisa descritiva “[...] investiga como ocorre, com exatidão, os fatos e as descrições dos fenômenos reais que ocorrem dentro de um determinado ambiente”.

Um dos objetivos desta dissertação é relacionar normativas voluntárias e obrigatórias, programas, iniciativas, e *rankings* para que estes possam integrar um modelo de Relatório de Sustentabilidade voltado às universidades federais brasileiras. Desse modo, é considerada uma investigação descritiva, por interpretar, analisar e descrever aspectos, dimensões e conteúdos a serem sugeridos no modelo de Relatório de Sustentabilidade para as universidades federais brasileiras.

3.1.4 Quanto aos procedimentos de levantamento, coleta e análise de dados

Esta dissertação possui duas categorias de procedimentos técnicos: bibliográfica e documental. Pesquisas bibliográficas, segundo Jesus-Lopes, Maciel e Casagrande (2022, p. 8), “[...] caracteriza-se como uma pesquisa secundária, pois os dados e as informações advêm de um material já publicado”. Com isso, é fundamentada através de dados relacionados com a temática, oriundas de artigos e pesquisas científicas.

De acordo Gil (2017), as pesquisas bibliográficas se assemelham com pesquisas documentais: a diferença está na natureza das fontes de coleta, pois a pesquisa bibliográfica faz uso de fontes constituídas por materiais já elaborados, como, por exemplo, artigos científicos. Já a pesquisa documental possui fontes diversificadas e dispersas (documentos institucionais,

relatórios, tabelas) que ainda não receberam tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados para atender os objetivos de pesquisa.

Para Richardson (2012), a análise documental pode ser conceituada como uma série de operações que visam analisar um ou vários documentos particulares, não divulgados, a fim de investigar circunstâncias que podem estar relacionadas com o objeto de estudo. Ademais, Gil (2017) explica que a análise em pesquisas qualitativas segue etapas de redução, exibição, conclusão e verificação. As etapas compreendem, conforme Gil (2017), na seleção e simplificação dos dados (redução); organização voltada à análise sistemática das semelhanças e diferenças e suas inter-relações (exibição); e revisão e reflexão sobre os significados (conclusão e verificação).

Destaca-se que tais etapas podem materializar-se na forma de tabelas, agrupando os dados em categorias de análise. Por fim, Yin (2001) acrescenta que a análise de dados envolve exame, categorização, classificação em tabelas, quadros e combinações de evidências pertinentes ao estudo.

3.2 Processo de elaboração do modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade

3.2.1 Diretrizes voluntárias e obrigatórias adotadas

A atuação socioambiental da UFMS, na condição de recorte empírico de pesquisa, foi observada a fim de extrair e categorizar aspectos que devem ser considerados relevantes para a elaboração de um Relatório de Sustentabilidade que possa atender de maneira ampla as 69 universidades federais existentes no Brasil.

A coleta das informações se deu em uma página eletrônica oficial⁴, sendo este um dos meios pelos quais a UFMS promove o seu engajamento socioambiental. Essa página é gerenciada pela Diretoria de Desenvolvimento Sustentável (DIDES). Por meio da leitura do conteúdo da página eletrônica da DIDES, foram selecionadas normativas, programas, iniciativas e *rankings*, como mostra a Figura 3. Posteriormente, estes foram categorizadas como diretrizes voluntárias e obrigatórias (UFMS, 2023). A tendência de observar e analisar informações oriundas de sites é um dos métodos utilizados para revelar o grau de envolvimento das universidades com a sustentabilidade, apesar da probabilidade de haver imprecisão com o

⁴ Disponível em: <https://dides.ufms.br/>. Acesso em: 14 set. 2023.

desempenho real da organização, eles são uma boa e rápida fonte de informações (Filippo *et al.*, 2020).

Figura 3 – Normativas, programas, iniciativas e *rankings*



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A Figura 3 mantém à esquerda os programas, as iniciativas e os *rankings* de natureza voluntária (itens 1-4). São eles: 1) participação no *ranking* global UI GreenMetric - item 1 do Apêndice B; 2) participação no *ranking* global THE Impact - item 2 do Apêndice B; 3) participação no Pacto Global da ONU - item 3 do Apêndice B; 4) participação na A3P - item 4 do Apêndice B.

À direita da Figura 3 encontram-se as normativas de natureza obrigatória (itens 5-8). São eles: 5) cumprimento do PLS - item 5 do Apêndice B; 6) cumprimento do PGRS - item 6 do Apêndice B; 7) elaboração do relatório de gestão do TCU - item 7 do Apêndice B; 8) elaboração do relatório de gestão de riscos e recomendações contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU/AGU - item 8 do Apêndice B; 9) Elaboração do PDI do MEC. A respeito do cumprimento dos 17 ODS (item 10 do Apêndice B), esclarece-se que o item foi suprimido em decorrência do item 2 do Apêndice B. Assim, a análise de correlação dos 17 ODS contempla as correlações fornecidas pela GRI através do documento *Linking the SDGs and the GRI Standards*.

3.2.2 Procedimento adotado no processo de elaboração

A presente dissertação fez o uso da estrutura da GRI versão *Standards*⁵ para a categorização nas dimensões ambiental, social e econômica do modelo de Relatório de Sustentabilidade, acrescida da 4ª dimensão, educacional, idealizada por Lozano (2006, 2011), revisada e atualizada por Sassen e Azizi (2018a), passando a ser denominada dimensão universitária.

O uso 4ª dimensão apresentada por Sassen e Azizi (2018a) se justifica em decorrência da ausência de atualização da categoria e dos aspectos que integram esta dimensão, uma vez que inexistem artigos do idealizador da adaptação da estrutura da GRI, Rodrigo Lozano⁶, posteriores ao ano de 2011, que pudessem demonstrar a atualização e/ou revisão da dimensão, principalmente no que diz respeito ao advento dos ODS da ONU, estabelecidos em 2015.

Desse modo, visando a proposição de um modelo de Relatório de Sustentabilidade com dimensões, categorias e aspectos atuais — considerando que as pesquisas de Lozano (2006, 2011) fazem o uso da versão GRI G3 —, optou-se pelo uso da versão atualizada e revisada da GRI, ou seja, GRI *Standards* 2021, versão válida para relatórios com publicação a partir de janeiro de 2023.

O conjunto consolidado é formado por GRIs individuais, identificadas por número, título e ano de publicação da norma. Assim, as GRIs podem possuir datas diferentes, por exemplo, GRI 305: Emissões 2016 e GRI 306: Resíduos 2020. Porém, ao realizar o *download* do conjunto consolidado, as informações se apresentam em sua versão mais recente: “As Normas GRI são atualizadas regularmente e uma nova versão de uma Norma GRI poderá possuir conteúdos diferentes em comparação com sua versão anterior” (GRI, 2023, p. 43).

Isto posto, as dimensões ambiental, social e econômica seguem a estrutura GRI *Standards*, e a 4ª dimensão — com especificidades do setor universitário — baseia-se na estruturação proposta por Sassen e Azizi (2018a), que revisaram o estudo de Lozano (2006, 2011), e de outros autores, como Fonseca *et al.* (2011), Lopatta e Jaeschke (2014), e Sassen, Dienes e Beth (2014), apresentando a dimensão educacional revisada e atualizada, intitulada pelos autores por dimensão universitária.

⁵ Disponível em: <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/>. Acesso em: 14 set. 2022.

⁶ Disponível em: https://scholar.google.com/citations?hl=en&user=9xNI_xoAAAAJ&view_op=list_works&sortby=pubdate. Acesso em: 14 set. 2022.

A estrutura completa se manifesta por meio de um quadro que proporciona o cruzamento de dados dos conteúdos das normas GRI e da dimensão universitária com os dados oriundos de normativas, programas, iniciativas e *rankings* (detalhados no Apêndice B) e resulta na identificação e análise de sinergias que podem auxiliar os gestores universitários. O referido quadro se apoia na estrutura denominada Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI (Apêndice C) “O sumário de conteúdo da GRI fornece uma visão geral das informações relatadas pela organização, mostra onde as informações podem ser encontradas e ajuda os usuários de informações a acessá-las”(GRI, 2023, p. 20).

A GRI disponibiliza o referido Modelo de Sumário de Conteúdo *on-line*⁷. O modelo foi traduzido (inglês/português), sendo acrescida a dimensão universitária ao final deste. O procedimento seguiu a prescrição da GRI pelo fato que ela permite a inserção de “[...] informações adicionais no sumário de conteúdo, além do exigido pelas Normas GRI... Isso poderá ser feito apresentando-se as informações adicionais em colunas ou linhas separadas que são incluídas ao final do sumário de conteúdo [...]”(GRI, 2023, p. 39).

Ademais, à direita da estrutura são acrescentadas nove colunas, que representam itens constantes do Apêndice B. Além disso, a estrutura conta com a inclusão da 10^a até a 14^a coluna, que representam, por meio de ícones, as correlações existentes entre as GRIs e os 17 ODS da ONU, baseadas no documento *Linking the SDGs and the GRI Standards*. O Modelo de Sumário de Conteúdo (Apêndice C) contém 33 GRIs, as quais constituem-se individualmente de requisitos (natureza impositiva), recomendações e orientações (natureza explicativa) representados através dos conceitos estabelecidos no Quadro 8.

Quadro 8 – Conceito de requisitos, recomendações e orientações no contexto das normas GRI

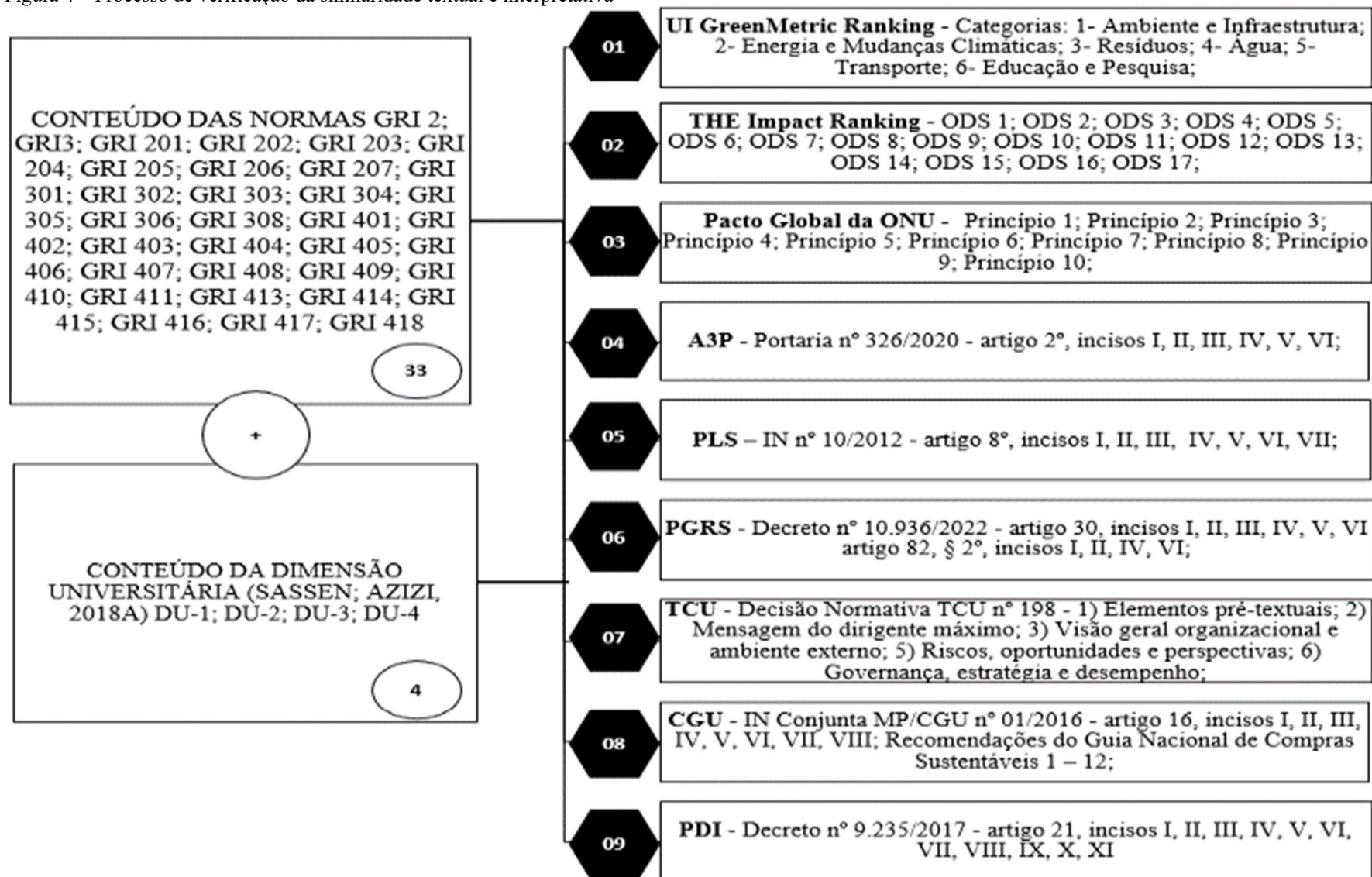
Conceito	Definição
Requisitos	São apresentados em negrito e indicados pela palavra "deverá". A organização deve cumprir requisitos para relatar em conformidade com as Normas GRI.
Recomendações	Casos em que uma ação específica é incentivada, mas não exigida.
Orientações	Orientações incluem informações gerais, explicações e exemplos para ajudar as organizações a entender melhor os requisitos. Não é exigido que a organização cumpra as orientações.

Fonte: GRI (2023, p. 9, 10).

Dessa maneira, as sinergias entre o conteúdo do Apêndice B (ressalva ao item 10) e as GRIs que integram o Modelo de Sumário de Conteúdo e o Apêndice D se define a partir da similaridade textual e interpretativa, conforme mostra a Figura 4.

⁷ Disponível em: <https://www.globalreporting.org/search/?query=GRI+content+index+template+2021>.

Figura 4 – Processo de verificação da similaridade textual e interpretativa



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

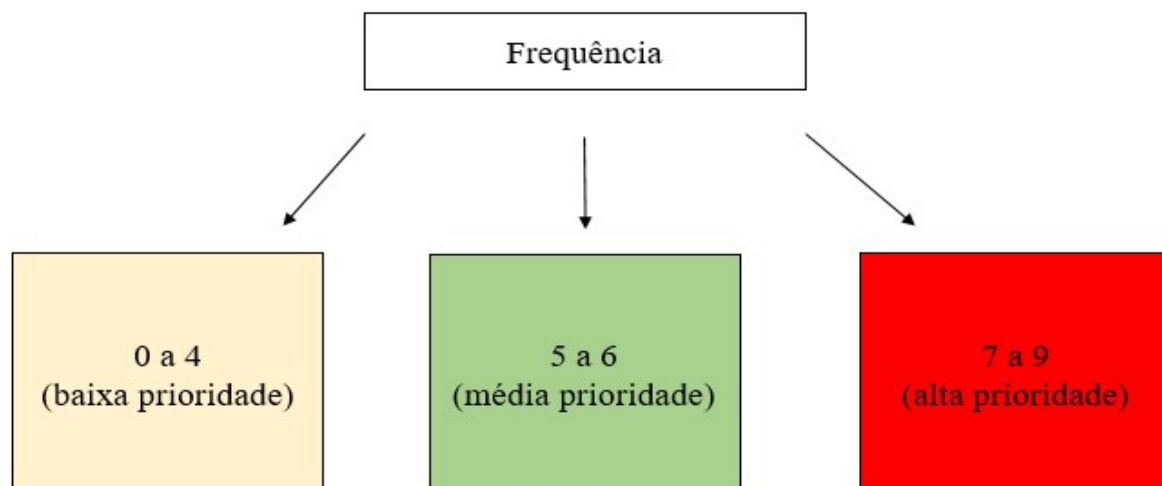
A Figura 4 ilustra o processo de verificação da similaridade entre as normas GRI, que integram os 33 conteúdos constantes no Modelo de Sumário de Conteúdo (Apêndice C), e os quatro conteúdos que integram a dimensão universitária, confrontados com os nove itens (normativas, programas, iniciativas e *rankings*) que constituem o Apêndice B. Além do processo de verificação da similaridade, nesta dissertação, existe a análise de frequência. A frequência tem sua determinação conforme a incidência dos itens pertencentes ao Apêndice B, revelando quais deles possuem maior grau de significância com os conteúdos da GRI e da dimensão universitária. A frequência varia de 0 a 9, quanto maior a recorrência, maior a significância para que esses itens sejam percebidos como prioritários aos gestores públicos universitários.

A esse respeito, a norma *ABNT PR 2030: Ambiental, Social e Governança*, lançada em dezembro de 2022, aponta prioridades tanto por parte dos *stakeholders* quanto por parte das organizações. A análise de recorrência, nesta dissertação, contribui para a identificação de prioridades para a gestão socioambiental das universidades federais brasileiras, pois a norma prevê a possível inviabilidade na gestão de todos os conteúdos de forma simultânea.

A priorização pode ser determinada com base em sua significância. “[...] A significância de um impacto é avaliada em relação aos outros impactos identificados pela organização. A organização deve organizar seus impactos do mais significativo para o menos e estabelecer um ponto de corte ou limite [...]” (ABNT PR 2030, 2022, p. 129).

Considerando o estabelecimento de pontos de corte, a classificação tem a variação da frequência de 0 a 9 menções, o agrupamento dessas se apresenta conforme a Figura 5, de 0 a 4 menções (baixa prioridade), 5 a 6 menções (média prioridade) e 7 a 9 menções (alta prioridade).

Figura 5 – Limites para o estabelecimento de prioridades de gerenciamento



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os casos de alta prioridade (cor vermelha) têm destaque na discussão dos resultados desta dissertação, comunicando aos gestores públicos das universidades federais brasileiras quais itens da GRI são mais sinérgicos com a realidade desses órgãos.

A título de exemplo, a GRI 302: Energia 2016 apresenta seis conteúdos, dentre eles, a redução do consumo de energia e nos requisitos energéticos de produtos e serviços. Este conteúdo possui similaridade com os *rankings* UIGM e THE *Impact* - EC3 Número de fontes de energia renovável no campus e 7.4.2 Compromisso de energia 100% renovável, respectivamente. Além disso, o tema tem conexão com a legislação da A3P, incisos I e VI do artigo 2º da Portaria n.º 326, de 23 de julho de 2020.

Os conteúdos guardam similaridade com o PLS por meio do artigo 8º, inciso II da IN n.º 10/2012 e com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU, por prever medidas que fomentam a redução do consumo de energia elétrica por meio de recomendações para a aquisição de materiais que contenham selos descritos em legislações específicas garantindo que as compras governamentais estejam resguardadas pelo viés da eficiência energética.

Além disso, o conteúdo da GRI 302: Energia 2016 pode se inter-relacionar com os princípios 7, 8 e 9 do Pacto Global da ONU, que tratam da adoção de uma abordagem preventiva em relação a desafios ambientais, o desenvolvimento de iniciativas de promoção da responsabilidade ambiental e o fomento de tecnologias ambientais nas organizações, respectivamente.

No caso exemplificativo apresentado, dois dos conteúdos que integram a GRI 302: Energia 2016 possui sinergia com seis dos nove itens listados nos Apêndices B e D. Sendo assim, podem ser considerados de média prioridade (Quadro 9).

Quadro 9 – Exemplo de sinergias identificadas

CONTEÚDO	PLS	CGU	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC
302-4 Redução do consumo de energia	inciso II art. 8º IN 10/2012	Guia Nacional - Recomendação n.º 4	incisos I, VI art.2º Portaria n.º 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 7.2; 7.3; 7.4	Categoria 2-EC 1, EC 2, EC 3, EC 4, EC 5, EC 6
302-5 Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços	inciso II art. 8º IN 10/2012	Guia Nacional - Recomendação n.º 4	incisos I art.2º Portaria n.º 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 7.2; 7.3; 7.4	Categoria 2-EC 1, EC 2, EC 3, EC 4, EC 5, EC 6

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Após a identificação das sinergias e frequência para a determinação de itens prioritários, o conteúdo constante do Modelo de Sumário de Conteúdo recebe, conforme o caso, os ícones de inter-relação com os 17 ODS, seguindo as diretrizes do documento *“Linking the SDGs and the GRI Standards”*, versão padrões universais, disponibilizado *on-line*⁸.

Esse recurso permite que as organizações possam intensificar o foco de contribuição para o alcance das metas contidas nos 17 ODS da ONU ao utilizar os padrões GRI. O recurso oferece um mapeamento das divulgações, facilitando a medição, o acompanhamento e a divulgação de progressos da organização em relação às metas globais (GRI, 2022).

Os resultados oriundos do cruzamento de dados das diferentes fontes se apresentam em um extenso quadro, visando a sistematização dos níveis e das frequências na forma de códigos e cores, de forma clara e precisa, para facilitar a leitura e a compreensão dos dados, permitindo que o público-alvo — as 69 universidades federais brasileiras — faça o uso da informação no processo de elaboração de um Relatório de Sustentabilidade.

3.3 Matriz de amarração metodológica

Segundo Telles (2001), a matriz de amarração é composta por uma estrutura matricial que compara as decisões e definições de uma pesquisa. A ferramenta oferece uma abordagem sistêmica que permite examinar a qualidade da pesquisa, traduzida pela adequação do modelo adotado, dos objetivos a serem atingidos, das questões formuladas e do tratamento dos dados.

O Quadro 10 apresenta uma visão sintetizada da configuração da pesquisa, contendo o problema de pesquisa, o objetivo geral e específico, a literatura relacionada, a metodologia, a análise dos dados, e os resultados esperados, utilizados para atingir o objetivo geral e responder à problemática proposta.

⁸ Disponível em: <https://www.globalreporting.org/search/?query=Linking+the+SDGs+and+the+GRI+Standards>.

Quadro 10 – Matriz de amarração metodológica

Problema de pesquisa	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Revisão da Literatura	Metodologia/Análise de dados	Resultados
Como o Relatório de Sustentabilidade das Universidades Federais brasileiras deve ser estruturado, para que tenha sinergia com normativas voluntárias e obrigatórias, programas, iniciativas e <i>rankings</i> em que direta ou indiretamente estão inseridas?	Propor um modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para as Universidades Federais brasileiras	Comparar estruturas que podem nortear a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade voltadas ao ensino superior;	Teoria Divulgação Voluntária	Revisão Sistemática da Literatura - detalhamento apresentado no Apêndice A	Desenvolvimento do tópico nº 2.5 - Ferramentas de Avaliação da Sustentabilidade
			Ferramentas de Avaliação da Sustentabilidade		
			Relatórios de Sustentabilidade		
		Detectar sinergias entre normativas voluntárias e obrigatórias, programas, iniciativas e <i>rankings</i> em que as Universidades Federais brasileiras direta ou indiretamente estão inseridas	Universidades Federais brasileiras e a Sustentabilidade	Análise documental descritiva dos documentos apresentados no Apêndice B	Quadros nº 108 a 124 com cruzamento dos dados (aspectos, dimensões e conteúdos)
			<i>Global Reporting Initiative – GRI</i>		
		Selecionar aspectos e dimensões relevantes que auxiliem a gestão e evidênciação socioambiental das Universidades Federais brasileiras	Dimensões e Indicadores da Sustentabilidade	Análise documental descritiva	Figura nº 8 com aspectos, dimensões e conteúdos relevantes, que podem auxiliar na gestão e evidênciação socioambiental das Universidades Federais brasileiras
			Dimensões da Sustentabilidade nas Universidades		

Fonte: Elaborado pela autora com base na estrutura proposta por Telles (2001).

4 RESULTADOS

4.1 Análise descritiva dos dados do Apêndice B e sua relação com a GRI

4.1.1 Pacto Global da ONU e a GRI

Os princípios 1 e 2 do Pacto Global da ONU tratam sobre o fomento ao respeito aos direitos humanos e às garantias para a não participação da organização, na violação desses direitos. O Quadro 11 exibe a relação entre os princípios 1 e 2 do Pacto Global da ONU (coluna 1) e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI (coluna 2). A coluna 3 apresenta a síntese do conteúdo que deve ser relatado, e a coluna 4 indica o número da página de referência do conjunto consolidado das normas GRI.

Quadro 11 – Relação entre os princípios 1 e 2 do Pacto Global da ONU e as normas GRI

Pacto Global	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág.Ref
Princípio 01 - As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente Princípio 02 - Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos	2-22 Declaração sobre estratégias do desenvolvimento sustentável	A visão e estratégia inerentes à gestão dos impactos das atividades da organização, incluindo impactos sobre os direitos humanos;	78
	2-23 Compromissos de política	Compromissos que preveem o respeito para com os direitos humanos, podem envolver aqueles reconhecidos internacionalmente ou ações voltadas a grupos em situação de risco;	79
	2-24 Incorporação de compromissos políticos	A forma como ocorre a incorporação dos compromissos políticos, incluindo o respeito aos direitos humanos em seus processos e relações negociais;	82
	2-25 Processos para reparar impactos negativos	Descrição dos canais de comunicação disponibilizados para o manifesto de preocupações reais ou potenciais que possam indicar violações de direitos humanos, e os processos voltados a reparação destes;	84
	2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	A forma como são aconselhados os indivíduos que buscam reportar preocupações sobre má conduta ou violações da lei nas operações ou relações negociais, a eficácia dos canais de comunicação quanto a garantia de direitos humanos dos usuários na proteção contra represálias;	87
	2-29 Abordagem para engajamento de <i>stakeholders</i>	A identificação das categorias de <i>stakeholders</i> , os propósitos de engajamento e como a organização respeita os direitos humanos dos <i>stakeholders</i> , garantindo-lhes privacidade, liberdade de expressão e direito a reuniões ou manifestações pacíficas;	92
	3-1 Processo de definição de tópicos materiais	A descrição do processo de identificação de impactos negativos e positivos reais e potenciais na economia, no meio ambiente e nas pessoas, inclusive impactos relacionados a direitos humanos;	118
	3-2 Lista de tópicos materiais	A listagem de temas materiais com indicação dos temas materiais que representam impactos negativos relacionados a direitos humanos;	120

Pacto Global	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág.Ref
	3-3 Gestão dos temas materiais	A explicação de como ocorre o gerenciamento de cada um dos temas materiais, descrevendo impactos em direitos humanos, as medidas de prevenção, mitigação ou reparação destes;	121
	403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Informações sobre a implantação (se for o caso) de um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho, incluindo a motivação - exigências legais, normas reconhecidas de gestão de riscos e/ou de gestão. Descrição do escopo de trabalhadores, atividades e locais de trabalho abrangidos (e não abrangidos) pelo sistema;	595
	407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	Diligências realizadas a fim de avaliar possíveis riscos relacionados à violação de direitos humanos em relações de negócios ou fornecedores, garantindo que estes guardem o respeito aos direitos dos trabalhadores no exercício de liberdade sindical e negociação coletiva;	666
	408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	Diligências para evitar que a organização utilize trabalho infantil ou seja cúmplice de sua utilização através de seus relacionamentos com fornecedores ou clientes. A temática encontra-se prevista em legislações de direitos humanos e declarações da OIT, ONU e OCDE;	677
	410-1 Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	Programas de capacitação formal de funcionários - próprios ou de empresas contratadas - que atuam na área de segurança, no que diz respeito aos direitos humanos a fim de evitar o uso desproporcional da força, tratamento desumano ou degradante e discriminatório;	700
	411-1 Casos de violação de direitos de povos indígenas	Informações sobre casos identificados de violações que envolvam povos indígenas e as providências tomadas. Povos indígenas gozam de direitos humanos universais considerando o passado histórico de injustiças, assim são considerados grupos vulneráveis;	709
	413-1 Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	O engajamento efetivo com comunidades locais, a fim de identificar suas expectativas e necessidades, com a opção de uso de ferramentas de avaliação de impactos sociais e direitos humanos, através de abordagens baseadas em etnia, gênero, faixa etária, status socioeconômico, dentre outras vulnerabilidades existentes entre <i>stakeholders</i> da comunidade;	721
	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	Percentual de novos fornecedores selecionados ou contratados sujeitos a processos diligenciados em seus aspectos sociais que podem envolver violações a direitos humanos;	736
	414-2 Impactos sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas	Impactos sociais negativos em que a organização esteve envolvida ou contribuiu para a causar - que podem decorrer da violação dos direitos humanos - e seu posicionamento diante de fornecedores (oportunidades de melhoria ou encerramento de relações negociais);	737

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A relação entre os princípios 1 e 2 do Pacto Global e as normas GRI é pautada no relato da maneira como a organização identifica e integra a temática em sua missão, visão e seus valores, podendo ser observada nas GRIs 2-22; 2-23; 2-24; 3-1; 3-2; 3-3, e na exteriorização da

preocupação em identificar possíveis violações, podendo ocorrer através da disponibilização de condições de trabalho saudáveis e seguras (GRI 403-1), prática reconhecida na temática pela OCDE, Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Organização Mundial de Saúde (OMS).

Ademais, pode haver conexão, por meio da disponibilização de canais de comunicação (GRI 2-25), a apresentação de *feedbacks* aos *stakeholders* sobre a constatação da violação desses direitos (GRI 2-26), vigilância a violações e preservação do sigilo aos denunciantes, garantindo liberdade de expressão (GRI 2-26, 2-29), promovendo ações preventivas (GRI 410-1; 411-1; 413-1), e estendendo tais medidas nas relações comerciais com fornecedores (GRI 407-1; 408-1; 414-1; 414-2).

O princípio 3 do Pacto Global da ONU prevê apoio e reconhecimento à liberdade de associação e negociação coletiva. O Quadro 12 apresenta a relação entre o princípio 3 do Pacto Global da ONU e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 12 – Relação entre o princípio 3 do Pacto Global da ONU e as normas GRI

Pacto Global	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág.Ref
Princípio 03 - As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva	2-25 Processos para reparar impactos negativos	Descrição dos canais de comunicação disponibilizados para o manifesto de preocupações reais ou potenciais que possam indicar violações de direitos humanos, e os processos voltados a reparação destes;	84
	2-30 Acordos de negociação coletiva	Dados sobre o percentual de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva e se houver empregados não cobertos, a descrição de suas condições e termos de emprego;	93
	402-1 Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	Prazos mínimos concedidos a empregados ou a seus representantes a respeito de mudanças no cenário operacional e se tais prazos se encontram previstos em acordos de negociação coletiva;	580
	407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	Diligências e medidas realizadas para evitar a violação do direito dos trabalhadores no exercício da liberdade sindical e negociação coletiva, podendo recair sobre políticas e processos vinculados às suas relações de negócios, incluindo seus fornecedores;	666

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O princípio 3 do Pacto Global da ONU se relaciona com as normas GRI por meio do relato da disponibilização de canais de comunicação que possam identificar o descumprimento de negociações ou acordos coletivos (GRI 2-25; 407-1), da descrição dos percentuais de funcionários cobertos por acordos coletivos (GRI 2-30), e da descrição da aplicabilidade de prazos estabelecidos nesses acordos (GRI 402-1). Tais relatos podem se estender a funcionários de fornecedores que a organização relatora mantém relações negociais.

O princípio 4 do Pacto Global da ONU compreende a abolição do uso de trabalho forçado nas organizações. O Quadro 13 ilustra a relação entre o princípio 4 do Pacto Global da ONU e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 13 – Relação entre o princípio 4 do Pacto Global da ONU e as normas GRI

Pacto Global	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág.Ref
Princípio 04 - A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório	409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	Abordagens voltadas em operações próprias ou de fornecedores com riscos de ocorrência do uso de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir com a eliminação deste tipo de exploração;	689
	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	Percentual de novos fornecedores selecionados ou contratados sujeitos a processos diligenciados em seus aspectos sociais que podem envolver diligências quanto ao uso de trabalho forçado ou análogo ao escravo;	736
	414-2 Impactos sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas	Impactos sociais negativos em que a organização esteve envolvida ou contribuiu para a causar - que podem decorrer do uso de trabalho forçado ou análogo ao escravo - e seu posicionamento diante de fornecedores (oportunidades de melhoria ou encerramento das relações negociais);	737

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O princípio 4 do Pacto Global da ONU se relaciona com as normas GRI por meio do relato dos esforços voltados à erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo, nas formas de servidão por dívidas, retenção de documentos, exigência de depósitos compulsórios, prática de coação ou ameaça, tanto em suas operações internas quanto em operações da cadeia de fornecedores (GRI 409-1). Os fornecedores podem ser avaliados socialmente com base em critérios que prevejam a não utilização de trabalho forçado ou análogo ao escravo (GRI 414-1; 414-2).

O princípio 5 do Pacto Global da ONU trata sobre a abolição do uso trabalho infantil nas organizações. O Quadro 14 ilustra a relação entre o princípio 5 do Pacto Global da ONU e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 14 – Relação entre o princípio 5 do Pacto Global da ONU e as normas GRI

Pacto Global	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
Princípio 05 - A abolição efetiva do trabalho infantil	408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	Diligências para evitar que a organização utilize trabalho infantil ou seja cúmplice de sua utilização através de seus relacionamentos com fornecedores ou clientes. A temática encontra-se prevista em legislações de direitos humanos e declarações da OIT, ONU e OCDE;	677
	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	Percentual de novos fornecedores selecionados ou contratados sujeitos a processos diligenciados em seus aspectos sociais que podem envolver diligências quanto ao uso de trabalho infantil;	732

Pacto Global	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
	414-2 Impactos sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas	Impactos sociais negativos em que a organização esteve envolvida ou contribuiu para a causar - que podem decorrer do uso de trabalho infantil - e seu posicionamento diante de fornecedores (oportunidades de melhoria ou encerramento das relações negociais);	732

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O princípio 5 se relaciona com o conteúdo GRI 408-1 por intermédio de medidas voltadas à abolição do trabalho infantil, considerado prejudicial ao desenvolvimento físico e mental das crianças, e proibição de trabalho juvenil em atividades perigosas. Outrossim, os fornecedores podem ser avaliados socialmente com base em critérios que prevejam a não utilização trabalho infantil (GRI 414-1; 414-2).

O princípio 6 do Pacto Global da ONU prevê a eliminação da discriminação no local de trabalho. O Quadro 15 apresenta a relação entre o princípio 6 do Pacto Global da ONU e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 15 – Relação entre o princípio 6 do Pacto Global da ONU e as normas GRI

Pacto Global	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
Princípio 06 - Eliminar a discriminação no emprego	2-7 Empregados	O número de empregados (permanentes, temporários, sem garantia de carga horária, em tempo integral e parcial) por gênero e região;	57
	2-9 Estrutura de governança e sua composição	A estrutura e composição do mais alto órgão de governança da organização considerando as funções executivas e não executivas, a independência, o mandato dos membros, o número de cargos, o gênero dos representantes, os representantes de grupos sociais sub-representados;	63
	202-1 Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por gênero	Informações sobre os salários mais baixos da organização em comparação com os salários mínimos aplicados no local das operações da organização discriminando essas informações por gênero;	339
	401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados	A quantidade de novas contratações de empregados discriminados por faixa etária (abaixo de 30 anos, de 30 a 50 anos e acima de 50 anos, gênero e região);	565
	401-3 Licença maternidade e paternidade	Número de empregados com direito a usufruir da licença; o número de empregados que tiraram a licença; os que retornaram ao trabalho após a licença e os que continuaram empregados 12 meses após o retorno ao trabalho; taxas de retorno e retenção dos empregados que usufruíram da licença, discriminados por gênero;	568
	404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado	Média de horas de capacitação (formação profissional, treinamento, licença remunerada para estudos fornecida pela organização, capacitação ou educação realizados externamente e pagos, total ou parcialmente, e capacitação em temas específicos) dos empregados por gênero e categoria funcional;	630
	404-3 Percentual de	O percentual do total de empregados discriminados por	633

Pacto Global	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
	empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	gênero e categoria funcional, que receberam avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira durante o período de relato;	
	405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados	Percentual de indivíduos que integram órgãos de governança e o percentual de novos empregados por categoria funcional, relacionados por gênero, faixa etária e indicadores de diversidade, quando relevantes, como por exemplo, minorias ou grupos vulneráveis;	643
	405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	A proporção entre o salário-base e a remuneração recebida por funcionários homens e mulheres na organização, discriminados por categoria funcional, e unidades operacionais;	644
	406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	Os casos de discriminação ocorridas e as providências tomadas, com a descrição de como ocorreu a análise do caso; os planos de reparação implementados e seus resultados analisados por meio de processos rotineiros de gestão interna, e os relatos de resolução dos casos;	656

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A relação entre o princípio 6 e as normas GRI é pautada na descrição do quadro de funcionários (GRI 2-7), na estrutura e composição do mais alto órgão de governança, e em sua diversidade (GRI 2-9; 405-1), na exposição dos salários comparados a salários-mínimos locais e discriminados por gênero (GRI 202-1; 405-2), na quantidade de novas contratações (GRI 401-1), no detalhamento de informações ligadas às licenças maternidade e paternidade (GRI 401-3), na quantidade de horas referentes à capacitação (GRI 404-1), nas avaliações funcionais (GRI 404-3), e nos incidentes que envolveram algum tipo de discriminação (GRI 406-1).

O relato dos conteúdos GRI supracitados podem auxiliar na compreensão da representação da diversidade por gênero, faixa etária, ascendência e origem étnica, cidadania, credo, portadores de deficiência, minorias ou integrantes de grupos vulneráveis, favorecendo a identificação de vieses discriminatórios em termos de recrutamento e seleção, práticas empregatícias, auxiliando a organização na implementação de práticas inclusivas.

Os princípios 7, 8 e 9 do Pacto Global da ONU preveem abordagens preventivas, ações voltadas à responsabilidade ambiental e ao fomento do desenvolvimento de tecnologias ambientais. O Quadro 16 apresenta a relação entre os princípios 7, 8 e 9 do Pacto Global da ONU e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 16 – Relação entre os princípios 7, 8 e 9 do Pacto Global da ONU e as normas GRI

Pacto Global	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
Princípio 07 - As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais	301-1 Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume	Peso ou volume dos materiais utilizados na produção e expedição dos produtos e serviços da organização discriminados por materiais renováveis e não renováveis;	418
	301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	O percentual de matérias-primas ou materiais reciclados utilizados na fabricação de seus produtos e serviços;	419
	301-3 Produtos e suas embalagens reaproveitadas	O percentual de produtos e embalagens reaproveitados para cada categoria de produto, excluídos produtos rejeitados e <i>recalls</i> ;	420
	302-1 Consumo de energia dentro da organização	O consumo total de combustíveis oriundos de fontes renováveis e não renováveis, em joules ou seus múltiplos, inclusive os tipos de combustíveis usados, categorizados em eletricidade, aquecimento, resfriamento e vapor, inclusive a energia vendida;	429
	302-2 Consumo de energia fora da organização	O consumo de energia fora da organização, em joules ou seus múltiplos, excluídas as energias relacionadas no Conteúdo 302-1;	431
	302-3 Intensidade energética	Taxa de intensidade energética com suas métricas específicas, os tipos de energia inseridos na taxa de intensidade; se combustível, eletricidade, aquecimento, resfriamento, vapor, informando se a taxa utiliza a energia consumida dentro ou fora da organização;	433
	302-4 Redução do consumo de energia	Reduções do consumo de energia obtidas em decorrência de iniciativas de conservação e eficiência, em joules ou seus múltiplos. Os tipos de energia reduzidas e a base de cálculo do consumo de energia, ano-base, incluindo a justificativa para sua escolha;	434
	302-5 Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços	Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços vendidos obtidos durante o período de relato, em joules ou seus múltiplos. A base de cálculo na redução do consumo de energia, ano-base, incluindo a justificativa para sua escolha;	435
	303-1 Interação com a água como um recurso compartilhado	Como e onde a água é captada, consumida e descartada, e os impactos relacionados à água que ela causou ou contribuiu para causar, ou que sejam diretamente relacionados às atividades, produtos ou serviços da organização por uma relação de negócios;	445
	303-2 Gestão de impactos relacionados ao descarte de água	Descrição dos padrões mínimos estabelecidos para a qualidade do descarte de efluentes, e como foram determinados esses padrões mínimos;	448
Princípio 08 - Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental; e	303-3 Captação de água	Megalitros da captação total de água em todas as áreas (inclusive áreas com estresse hídrico), discriminado por fontes e tipos, se aplicável - água de superfície; subterrânea; do mar; produzida; de terceiros;	449
	303-4 Descarte de água	Descarte em megalitros (inclusive áreas com estresse hídrico), discriminado por fontes e formas de destinação, se aplicável - água de superfície; subterrânea; do mar; de terceiros. Relato do volume enviado para uso em outras organizações (se aplicável), das substâncias em que há tratamento do descarte, casos de não conformidade com os limites;	441
	303-5 Consumo de água	Consumo total de água de todas as áreas em megalitros (inclusive áreas com estresse hídrico) Informações sobre armazenamento de água e seus impactos;	441

Pacto Global	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
Princípio 09 - Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis	304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora das áreas de proteção ambiental	A existência de unidade operacional voltada à proteção ambiental e biodiversidade, com localização geográfica; indicação (superficiais ou subterrâneas); posição em relação à área de proteção; tipo de operação (escritório, fabricação/produção ou operação extrativa); tamanho por km ² ; valor caracterizado pelo atributo da área de proteção ambiental ou pela presença em lista de proteção (Sistema IUCN de Categorias de Gestão de Áreas de Proteção Ambiental);	473
	304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	Impactos diretos e indiretos na biodiversidade em relação a construção ou uso de fábricas, minas e infraestrutura de transportes; poluição; inserção de espécies invasoras, pragas e agentes patogênicos; redução de espécies; conversão de habitats; mudanças em processos ecológicos; espécies afetadas; áreas impactadas; duração, reversibilidade ou irreversibilidade;	474
	304-3 Habitats protegidos ou restaurados	Tamanho e localização das áreas de proteção permanente ou restauradas, informações sobre as medidas de restauração caso tenham aprovação de especialistas externos independentes; ocorrência de parcerias na proteção ou restauração dos habitats;	475
	304-4 Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização	Número de espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza - e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção;	476
	305-1 Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)	Emissões em toneladas métricas de CO ₂ ou equivalente, incluídos no cálculo: se CO ₂ , CH ₄ , N ₂ O, HFCs, PFCs, SF ₆ , NF ₃ ou todos, emissões biogênicas de CO ₂ em toneladas métricas de CO ₂ equivalente, ano-base para o cálculo, fontes dos fatores de emissão e índices de potencial de aquecimento global (GWP) usados ou uma referência à fonte de GWP;	487
	305-2 Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia	Emissões em toneladas métricas calculadas com base na localização, emissões indiretas de GEE (Escopo 2) provenientes da aquisição de energia em toneladas métricas de CO ₂ equivalente calculadas com base no mercado. Se disponível, os gases incluídos no cálculo; se CO ₂ , CH ₄ , N ₂ O, HFCs, PFCs, SF ₆ , NF ₃ ou todos, o ano-base para o cálculo e justificativas;	489
	305-3 Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)	Outras emissões indiretas em toneladas métricas de CO ₂ ou equivalente, incluídos no cálculo CO ₂ , CH ₄ , N ₂ O, HFCs, PFCs, SF ₆ , NF ₃ ou todos. Emissões biogênicas de CO ₂ em toneladas métricas de CO ₂ equivalente. Outras categorias e atividades de emissões indiretas de GEE, o ano-base para o cálculo, a fonte dos fatores de emissão e índices de potencial de aquecimento global (GWP) utilizados e justificativas;	491

Pacto Global	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
	305-4 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	Índice de intensidade de emissões de GEE, o denominador escolhido pela organização para calcular o índice. Tipos de emissões de GEE incluídos no índice de intensidade; se diretas (Escopo 1), indiretas (Escopo 2) provenientes de aquisição de energia e/ou outras emissões indiretas (Escopo 3), incluídos no cálculo (CO ₂ , CH ₄ , N ₂ O, HFCs, PFCs, SF ₆ , NF ₃ ou todos);	494
	305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	Resultado direto de iniciativas de redução, em toneladas métricas de CO ₂ equivalente (CO ₂ , CH ₄ , N ₂ O, HFCs, PFCs, SF ₆ , NF ₃ ou todos); ano-base para o cálculo incluindo justificativas para sua escolha; escopos em que as reduções ocorreram: se emissões diretas (Escopo 1), indiretas (Escopo 2) provenientes de aquisição de energia e/ou outras emissões indiretas (Escopo 3);	496
	305-6 Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO)	Produção, importação e exportação de SDO em toneladas métricas de CFC-11 (tricloromonofluormetano); substâncias incluídas no cálculo; fonte dos fatores de emissão usados;	498
	305-7 Emissões de NO _x , SO _x e outras emissões atmosféricas significativas	Emissões em quilogramas ou seus múltiplos, para categorias: NO _x ; SO _x ; poluentes orgânicos persistentes (POP); compostos orgânicos voláteis (COV); poluentes atmosféricos perigosos (HAP, na sigla em inglês); material particulado (MP); outras categorias-padrão de emissões atmosféricas identificadas em leis e regulamentos relevantes; fontes e fatores das emissões;	499
	306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	Descrição das entradas, atividades e saídas que levam ou poderiam gerar impactos e se os impactos estão relacionados a resíduos gerados nas próprias atividades da organização ou a resíduos gerados <i>upstream</i> ou <i>downstream</i> na sua cadeia de valor;	523
	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	Medidas (inclusive de circularidade) para evitar a produção de resíduos nas atividades, <i>upstream</i> e <i>downstream</i> em sua cadeia de valor. Se os resíduos gerados são gerenciados por terceiros deve ser descrito o processo de gerenciamento em conformidade com obrigações contratuais ou legais;	525
	306-3 Resíduos gerados	Peso total dos resíduos gerados em toneladas métricas, e uma discriminação desse total por composição dos resíduos. Informações contextuais necessárias para a compreensão dos dados relatados e compilados;	527
	306-4 Resíduos não destinados para disposição final	Peso dos resíduos não destinados à disposição final em toneladas métricas e a composição dos resíduos; Peso dos resíduos perigosos e não perigosos não destinados para disposição em toneladas métricas com a discriminação das operações de recuperação (preparação para reutilização, reciclagem);	528
	306-5 Resíduos destinados para disposição final	Peso dos resíduos destinados à disposição em toneladas métricas e a composição dos resíduos. Peso dos resíduos perigosos e não perigosos destinados a disposição final em toneladas métricas com a discriminação das operações de disposição (incineração - com e sem recuperação de energia; aterramento);	530
	308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais;	552

Pacto Global	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
	308-2 Impactos ambientais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas	Número de fornecedores avaliados; identificados como causadores de impactos negativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores com relação aos impactos ambientais; casos em que foram acordadas melhorias como decorrência da avaliação realizada e casos em que foram encerradas as relações de negócios em decorrência da avaliação e as razões que motivaram esse encerramento;	553

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os princípios 7, 8 e 9 alinham-se com a totalidade dos conteúdos integrantes da dimensão ambiental, da norma GRI *Standards*, uma vez que estão interligados na hierarquia de mitigação, que ocorre em etapas ordenadas, a fim de reduzir os impactos negativos causados ao meio ambiente através das atividades cotidianas das organizações. Desse modo, tem-se “A prioridade é dada a medidas preventivas, evitando-se os impactos negativos e, quando não for possível evitar, minimizando-os. Quando os impactos negativos não puderem ser evitados ou minimizados, medidas de reparação poderão ser usadas.” (GRI, 2023, p. 153).

Assim sendo, a relação se dá através de relato do tipo e da quantidade de insumos, energia e água consumidos, que indicam a dependência da organização em recursos naturais, podendo favorecer a autorreflexão a respeito de práticas ligadas à reciclagem, reutilização ou recuperação (GRI 301-1; 301-2; 301-3).

Dados oriundos do consumo de energia podem servir de base para a decisão de implantação de mecanismos, favorecendo o uso eficiente de energia e fontes renováveis, refletindo em pautas relacionadas às mudanças climáticas e à redução da pegada ambiental (GRI 302-1; 302-2; 302-3; 302-4; 302-5).

No mesmo sentido, dados sobre o consumo de água podem nortear a escolha de métodos que não interfiram negativamente em bacias hidrográficas, ecossistemas, comunidades locais e povos indígenas (GRI 303-1; 303-2; 303-3; 303-4; 303-5).

Os princípios 7, 8 e 9 têm ligações com o desenvolvimento de ações que visam a proteção da biodiversidade, envolvendo a conservação de espécies, diversidade genética e ecossistemas naturais, que afetam a segurança alimentar e a saúde humana (GRI 304-1; 304-2; 304-3; 304-4). Práticas que envolvem a redução de emissões e/ou quantidade de resíduos gerados e descartados refletem na redução de impactos negativos no meio ambiente, mudanças climáticas e qualidade do ar (GRI 305-1; 305-2; 305-3; 305-4; 305-5; 305-6; 305-7; 306-1; 306-2; 306-3; 306-4; 306-5). Há práticas relacionadas ao estabelecimento de mecanismos preventivos de envolvimento da organização com fornecedores causadores de impactos

ambientais negativos, por meio do estabelecimento prévio de critérios ambientais aplicados no momento de seleção ou contratação (GRI 308-1).

Ademais, diligências podem ser baseadas em expectativas de desenvolvimento definidas e comunicadas previamente, podendo gerar aditamentos contratuais na forma de oportunidades de melhoria ou encerramento das relações comerciais (GRI 308-2).

O princípio 10 do Pacto Global da ONU trata sobre o combate à corrupção. O Quadro 17 ilustra a relação entre o princípio 10 do Pacto Global da ONU e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 17 – Relação entre o princípio 10 do Pacto Global da ONU e as normas GRI

Pacto Global	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
Princípio 10 - Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina	205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	Número e percentual de operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção. Riscos significativos identificados através de avaliações;	371
	205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	Número e percentual de empregados, membros do órgão de governança, parceiros de negócios ou outras pessoas que foram comunicadas sobre procedimentos e políticas de combate à corrupção adotados pela organização, discriminados por região. E o número e percentual de membros do órgão de governança e empregados que receberam capacitação na temática discriminados por categoria funcional e região;	372
	205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	Número e natureza de casos confirmados de corrupção, número de empregados demitidos ou punidos por corrupção, número de parceiros de negócios com contratos rescindidos ou não renovados em decorrência de violações relacionadas à corrupção. Processos judiciais relacionados à temática, movidos contra a organização ou seus empregados no período de relato e o resultado desses processos;	373
	415-1 Contribuições políticas	O valor monetário das contribuições diretas e indiretas, por país e beneficiário e como ocorreu sua estimativa;	748

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O princípio 10 do Pacto Global da ONU tem relação com mecanismos de avaliação, comunicação e capacitação voltados ao combate a condutas caracterizadas como suborno, propina, fraude, extorsão, conluio, lavagem de dinheiro e apropriação indébita (GRI 205-1; 205-2). No caso de constatação dessas condutas, os *stakeholders* devem ser informados da ocorrência e das providências tomadas (GRI 205-3). Os relatos desses conteúdos exteriorizam ao público em geral o comprometimento da organização com práticas empresariais responsáveis.

O conteúdo 415-1 prevê o relato do apoio às causas políticas, prática que pode estar relacionada à corrupção, visto que tais contribuições podem ser interpretadas por *stakeholders*

como influência indevida nos processos políticos, devendo ser observadas as legislações locais quanto ao limite do montante destinado a partidos ou campanhas políticas.

4.1.2 PGRS e a GRI

O Decreto n.º 10.936/2022 fornece diretrizes aplicáveis à gestão e ao gerenciamento dos resíduos sólidos. O Quadro 18 exibe a relação entre o artigo 30 (coluna 1) e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI (coluna 2). A coluna 3 apresenta a síntese do conteúdo que deve ser relatado e a coluna 4 indica o número da página de referência do conjunto consolidado das normas GRI.

Quadro 18 – Relação entre o artigo 30 do Decreto n.º 10.936/2022 e as normas GRI

PGRS	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
art. 30, incisos I - não geração de resíduos sólidos; II - redução de resíduos sólidos; III - reutilização de resíduos sólidos; IV - reciclagem de resíduos sólidos	301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	O percentual de matérias-primas ou materiais reciclados utilizados na fabricação de seus produtos e serviços;	419
	301-3 Produtos e suas embalagens reaproveitados	O percentual de produtos e embalagens reaproveitados para cada categoria de produto, excluídos produtos rejeitados e <i>recalls</i> ;	420
art. 30, incisos I - não geração de resíduos sólidos; II - redução de resíduos sólidos; III - reutilização de resíduos sólidos; IV - reciclagem de resíduos sólidos; V - tratamento de resíduos sólidos; e VI - disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos	306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	Descrição das entradas, atividades e saídas que levam ou poderiam gerar impactos e se os impactos estão relacionados a resíduos gerados nas próprias atividades da organização ou a resíduos gerados <i>upstream</i> ou <i>downstream</i> na sua cadeia de valor;	523
	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	Medidas (inclusive de circularidade) para evitar a produção de resíduos nas atividades, <i>upstream</i> e <i>downstream</i> em sua cadeia de valor. Se os resíduos gerados são gerenciados por terceiros deve ser descrito o processo de gerenciamento em conformidade com obrigações contratuais ou legais;	525
	306-3 Resíduos gerados	Peso total dos resíduos gerados em toneladas métricas, e uma discriminação desse total por composição dos resíduos. Informações contextuais necessárias para a compreensão dos dados relatados e compilados;	527
	306-4 Resíduos não destinados para disposição final	Peso dos resíduos não destinados à disposição final em toneladas métricas e a composição dos resíduos; Peso dos resíduos perigosos e não perigosos não destinados para disposição em toneladas métricas com a discriminação das operações de recuperação (preparação para reutilização, reciclagem);	528
	306-5 Resíduos destinados para disposição final	Peso dos resíduos destinados à disposição em toneladas métricas e a composição dos resíduos. Peso dos resíduos perigosos e não perigosos destinados a disposição final em toneladas métricas com a discriminação das operações de disposição (incineração - com e sem recuperação de energia; aterramento);	530

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O artigo 30 do Decreto n.º 10.936/2022 prevê a não geração, redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos, relacionando-se com as normas GRI através do relato dos esforços voltados à redução de insumos consumidos na fabricação e no acondicionamento dos produtos com práticas voltadas à reciclagem, reutilização ou recuperação (GRI 301-2; 301-3). Além do relato de todos os conteúdos que compõem a GRI 306: Resíduos 2020, que incluem a quantidade, o tipo e as qualidades dos resíduos produzidos, gerenciamento e medidas tomadas para evitar ou reduzir a produção de resíduos, assim como a sua destinação ambiental correta ou reutilização (GRI 306-1; 306-2; 306-3; 306-4; 306-5).

O artigo 82 § 2 prevê questões relacionadas à educação ambiental, conscientização e popularização da temática relacionada à gestão de resíduos sólidos. O Quadro 19 apresenta a relação entre o artigo 82 § 2 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 19 – Relação entre o artigo 82 § 2 do Decreto n.º 10.936/2022 e as normas GRI

PGRS	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
art. 82, § 2, incisos I - ao incentivo atividades de caráter educativo e pedagógico; II - a promoção da articulação da educação ambiental na gestão de resíduos sólidos; IV - ações educativas de conscientização de consumidores; e VI - divulgação de conceitos sobre coleta seletiva; logística reversa; consumo consciente; e minimização da geração de resíduos sólidos	404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado	Média de horas de capacitação (formação profissional, treinamento, licença remunerada para estudos fornecida pela organização, capacitação ou educação realizados externamente e pagos, total ou parcialmente, e capacitação em temas específicos) dos empregados por gênero e categoria funcional;	630
	404-2 Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	Tipo e escopo de programas e assistência prestada para aperfeiçoar as competências dos empregados. Programas de assistência para transição de carreira oferecidos para facilitar a empregabilidade continuada e a gestão de final de carreira devido a aposentadoria ou rescisão do contrato de trabalho;	632
art. 82, § 2, inciso III - realização de ações educativas destinadas aos fornecedores	308-2 Impactos ambientais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas	Número de fornecedores avaliados; identificados como causadores de impactos negativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores com relação aos impactos ambientais; casos em que foram acordadas melhorias como decorrência da avaliação realizada e casos em que foram encerradas as relações de negócios em decorrência da avaliação e as razões que motivaram esse encerramento;	553
	2-17 Conhecimento coletivo do mais alto	Medidas tomadas para o desenvolvimento do conhecimento coletivo, as habilidades e a experiência do	72

PGRS	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
art. 82, § 2, inciso V - capacitação de gestores públicos	órgão de governança	mais alto órgão de governança sobre desenvolvimento sustentável;	399
	207-2 Governança, controle e gestão de risco fiscal	Descrição da estrutura de governança e controle fiscal, incluindo: o órgão de governança responsável pela conformidade com a estratégia fiscal, a forma como a abordagem tributária está integrada, a abordagem para riscos fiscais (identificação, gestão, monitoramento), a forma como a conformidade com a estrutura de governança e controle fiscal é avaliada; Descrição dos mecanismos de apresentação de preocupações relativas à conduta empresarial da organização e à integridade da organização em relação a tributos; Descrição dos processos de verificação de relatos de conteúdos fiscais;	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O artigo 82, § 2 do Decreto n.º 10.936/2022 se relaciona com as normas GRI através da descrição das ações voltadas à capacitação e à educação, envolvendo a média de horas (GRI 404-1) e a natureza dos programas de aperfeiçoamento de competências e assistência para a transição de carreira (GRI 404-2). Ambos os conteúdos permitem o relato de qualquer tipo de formação profissional ou treinamento.

As capacitações podem se estender a fornecedores (GRI 308-2), na forma de oportunidades de melhorias, após a aplicação de avaliações com impactos ambientais negativos reais e potenciais. Ademais, integrantes do mais alto órgão de governança, autoridade máxima da organização, devem desenvolver habilidades e experiências relativas ao desenvolvimento sustentável (GRI 2-17). Ele se aplica a empregados-chave da organização, que devem receber treinamento sobre o elo entre estratégias fiscais, negócios e desenvolvimento sustentável (GRI 207-2).

4.1.3 A3P e a GRI

O artigo 2º, da Portaria n.º 326/2020, do MMA, define seis eixos temáticos mínimos, a fim de promover a adoção de procedimentos sustentáveis e critérios socioambientais nas atividades do setor público. O Quadro 20 apresenta a relação entre o inciso I do artigo 2º (coluna 1) e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI (coluna 2). A coluna 3 apresenta a síntese do conteúdo que deve ser relatado e a coluna 4 indica o número da página de referência do conjunto consolidado das normas GRI.

Quadro 20 – Relação entre o artigo 2º inciso I da Portaria n.º 326/2020 e as normas GRI

A3P	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
inciso I - uso racional dos recursos naturais e bens públicos: utilizar energia, água, madeira, papel, copos e materiais de expediente, entre outros, de forma racional, para que haja economia dos recursos financeiros, menor desperdício e menor impacto ambiental negativo	301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	O percentual de matérias-primas ou materiais reciclados utilizados na fabricação de seus produtos e serviços;	419
	301-3 Produtos e suas embalagens reaproveitados	O percentual de produtos e embalagens reaproveitados para cada categoria de produto, excluídos produtos rejeitados e <i>recalls</i> ;	420
	302-4 Redução do consumo de energia	Reduções do consumo de energia obtidas em decorrência de iniciativas de conservação e eficiência, em joules ou seus múltiplos. Os tipos de energia reduzidas e a base de cálculo do consumo de energia, ano-base, incluindo a justificativa para sua escolha;	434
	302-5 Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços	Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços vendidos obtidos durante o período de relato, em joules ou seus múltiplos. A base de cálculo na redução do consumo de energia, ano-base, incluindo a justificativa para sua escolha;	435
	303-1 Interação com a água como um recurso compartilhado	Como e onde a água é captada, consumida e descartada, e os impactos relacionados à água que ela causou ou contribuiu para causar, ou que sejam diretamente relacionados às atividades, produtos ou serviços da organização por uma relação de negócios;	445
	303-5 Consumo de água	Consumo total de água de todas as áreas em megalitros (inclusive áreas com estresse hídrico) Informações sobre armazenamento de água e seus impactos;	455
	306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	Descrição das entradas, atividades e saídas que levam ou poderiam gerar impactos e se os impactos estão relacionados a resíduos gerados nas próprias atividades da organização ou a resíduos gerados <i>upstream</i> ou <i>downstream</i> na sua cadeia de valor;	523

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A relação entre o inciso I e as normas GRI é pautada no relato do empenho da organização para reduzir insumos consumidos na fabricação e no acondicionamento dos produtos, através da reciclagem, reutilização ou recuperação (GRI 301-2; 301-3), e reduzir o consumo de energia e água, por meio do redesenho de processos e *design* de produtos, adaptação de equipamentos, uso responsável (GRI 302-4; 302-5; 303-1; 303-5), reduzindo, assim, o uso de recursos naturais e gerando menor impacto na geração de resíduos (GRI 306-1).

O inciso II prevê medidas voltadas ao gerenciamento dos resíduos sólidos. O Quadro 21 apresenta a relação entre o inciso II e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 21 – Relação entre o artigo 2º inciso II da Portaria n.º 326/2020 e as normas GRI

A3P	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
inciso II - gestão adequada dos resíduos gerados: adotar a	301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	O percentual de matérias-primas ou materiais reciclados utilizados na fabricação de seus produtos e serviços;	419

A3P	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
política dos 5R's - Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar - e, com base na Lei 12.305/2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, implantar o gerenciamento de resíduos sólidos	301-3 Produtos e suas embalagens reaproveitados	O percentual de produtos e embalagens reaproveitados para cada categoria de produto, excluídos produtos rejeitados e <i>recalls</i> ;	420
	306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	Descrição das entradas, atividades e saídas que levam ou poderiam gerar impactos e se os impactos estão relacionados a resíduos gerados nas próprias atividades da organização ou a resíduos gerados <i>upstream</i> ou <i>downstream</i> na sua cadeia de valor;	523
	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	Medidas (inclusive de circularidade) para evitar a produção de resíduos nas atividades, <i>upstream</i> e <i>downstream</i> em sua cadeia de valor. Se os resíduos gerados são gerenciados por terceiros deve ser descrito o processo de gerenciamento em conformidade com obrigações contratuais ou legais;	525
	306-3 Resíduos gerados	Peso total dos resíduos gerados em toneladas métricas, e uma discriminação desse total por composição dos resíduos. Informações contextuais necessárias para a compreensão dos dados relatados e compilados;	527
	306-4 Resíduos não destinados para disposição final	Peso dos resíduos não destinados à disposição final em toneladas métricas e a composição dos resíduos; Peso dos resíduos perigosos e não perigosos não destinados para disposição em toneladas métricas com a discriminação das operações de recuperação (preparação para reutilização, reciclagem);	528
	306-5 Resíduos destinados para disposição final	Peso dos resíduos destinados à disposição em toneladas métricas e a composição dos resíduos. Peso dos resíduos perigosos e não perigosos destinados a disposição final em toneladas métricas com a discriminação das operações de disposição (incineração - com e sem recuperação de energia; aterramento);	530

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O inciso II faz menção à Lei n.º 12.305/2010 relacionada com o Decreto n.º 10.936/2022, que instituem e regulamentam a política e o gerenciamento de resíduos sólidos, possuindo as mesmas relações destacadas no Quadro 18, que tratam da relação entre a PGRS e a GRI.

O inciso III dispõe sobre boas práticas alusivas à qualidade de vida no ambiente de trabalho. O Quadro 22 apresenta a relação entre o inciso III e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 22 – Relação entre o artigo 2º inciso III da Portaria n.º 326/2020 e as normas GRI

A3P	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
inciso III - qualidade de vida no ambiente de trabalho: criar meios para que todas as pessoas que circulam no ambiente se sintam	403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Informações sobre a implantação (se for o caso) de um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho, incluindo a motivação - exigências legais, normas reconhecidas de gestão de riscos e/ou de gestão. Descrição do escopo de trabalhadores, atividades e locais de trabalho abrangidos (e não abrangidos) pelo sistema;	595

A3P	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
bem e, conforme cada caso, adotar procedimentos e instalar equipamentos que contribuam para a melhor qualidade de vida	403-2 Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	Processos de identificação da periculosidade e avaliação de riscos (rotineira e não rotineira); Processos voltados a relatos dos trabalhadores e os mecanismos de proteção destes, contra represálias. Políticas e processos para a retirada de trabalhadores de situações de risco de acidente de trabalho ou doença profissional, e uma explicação de como estes são protegidos contra represálias.	596
	403-3 Serviços de saúde do trabalho	Funções dos serviços de saúde do trabalho que contribuem para identificação e eliminação de periculosidade e minimização de riscos, e como ocorre a garantia da qualidade desses serviços e a facilitação de acesso;	598
	403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	A participação de trabalhadores e a consulta realizada junto aos trabalhadores no desenvolvimento, implementação e avaliação do sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho. Processos para dar acesso e prestar informações relevantes sobre saúde e segurança do trabalho aos trabalhadores. Se houverem comitês formais de saúde e segurança compostos por empregadores e trabalhadores, devem ser descritas suas responsabilidades, frequência das reuniões, poder de decisão, e se existem trabalhadores não representados;	599
	403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança no trabalho	Descrição de capacitação em saúde e segurança do trabalho oferecida aos trabalhadores, inclusive treinamento genérico ou específico em riscos ocupacionais, atividades ou situações perigosas;	601
	403-6 Promoção da saúde do trabalhador	Como ocorre a facilitação de acesso dos trabalhadores a serviços médicos e de saúde não relacionados ao trabalho, e o escopo do acesso oferecido. Descrição dos serviços e programas de promoção da saúde oferecidos aos trabalhadores para tratar de importantes riscos à saúde não relacionados ao trabalho, inclusive os riscos específicos à saúde tratados, e como ocorre a facilitação de acesso a esses serviços e programas;	602
	403-7 Prevenção e mitigação dos impactos na saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	Descrição da abordagem da organização para prevenção ou mitigação de impactos significativos na saúde e segurança do trabalho que estão diretamente vinculados a suas operações, produtos ou serviços por suas relações de negócios, e seus respectivos perigos e riscos;	604
	403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Informações sobre a implementação de sistemas de gestão de saúde e segurança do trabalho baseado em exigências legais e/ou normas/diretrizes reconhecidas; número de percentual de usuários do sistema (empregados e não empregados), critérios de inclusão, exclusão e auditoria interna ou certificação do sistema;	605
	403-9 Acidentes de trabalho	O número e índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho; de acidentes de trabalho com consequência grave e com comunicação obrigatória, a descrição tipos de acidente de trabalho; o número de horas trabalhadas; informações estas, considerando a totalidade de empregados ou trabalhadores cujo local de trabalho seja controlado pela organização. Descrição dos perigos que apresentam risco de acidentes de trabalho com consequências grave, incluindo perigos identificados ou que causaram (ou que contribuíram);	607

A3P	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
	403-10 Doenças profissionais	Número de óbitos resultantes de doenças profissionais, o número de casos de doenças profissionais com comunicação obrigatória, os tipos de doenças profissionais, informações estas oriundas de empregados ou de trabalhadores que não são empregados, mas seu local de trabalho é controlado pela organização. Perigos que apresentam risco de doenças profissionais e os contextos necessárias para a compreensão dos dados;	612

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A relação entre o inciso III e as normas GRI é pautada no relato da oferta de condições saudáveis de trabalho, proporcionando-lhes qualidade de vida e atuando na prevenção de danos físicos ou psicológicos e na promoção da saúde do trabalhador. Tais práticas exigem que a organização “[...] envolva os trabalhadores no desenvolvimento, implementação e avaliação de desempenho de uma política, de um sistema de gestão e de programas de saúde e segurança do trabalho que sejam apropriados” (GRI, 2023, p. 587).

Através do sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho (GRI 403-1; 403-3; 403-4; 403-6; 403-8), são investigados os riscos inerentes à periculosidade da atividade exercida (GRI 403-2; 403-7) que, a depender da atividade e das condições laborais, podem causar acidentes de trabalho ou doenças profissionais (GRI 403-9; 403-10).

Para tanto, o trabalhador deve receber a devida capacitação a respeito dos riscos da atividade, para que possa avaliar o ambiente ao qual está inserido, sendo-lhes assegurado o direito de recusar ou paralisar um trabalho inseguro ou insalubre (GRI 403-5).

O inciso IV compreende medidas voltadas à educação e à conscientização de servidores a respeito das dimensões da sustentabilidade. O Quadro 23 apresenta a relação entre o inciso IV e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 23 – Relação entre o artigo 2º inciso IV da Portaria n.º 326/2020 e as normas GRI

A3P	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
inciso IV - sensibilização e capacitação dos servidores: criar e consolidar nos servidores a consciência cidadã quanto à responsabilidade socioambiental, com a adoção de práticas que promovam a sustentabilidade e o	2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	Medidas tomadas para o desenvolvimento do conhecimento coletivo, as habilidades e a experiência do mais alto órgão de governança sobre desenvolvimento sustentável;	72
	207-2 Governança, controle e gestão de risco fiscal	Descrição da estrutura de governança e controle fiscal, incluindo: o órgão de governança responsável pela conformidade com a estratégia fiscal, a forma como a abordagem tributária está integrada, a abordagem para riscos fiscais (identificação, gestão, monitoramento), a forma como a conformidade com a estrutura de governança e controle fiscal é avaliada; Descrição dos mecanismos de apresentação de preocupações relativas à conduta empresarial da organização e à integridade da	399

A3P	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
respeito à vida		organização em relação a tributos; Descrição dos processos de verificação de relatos de conteúdos fiscais;	
	404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado	Média de horas de capacitação (formação profissional, treinamento, licença remunerada para estudos fornecida pela organização, capacitação ou educação realizados externamente e pagos, total ou parcialmente, e capacitação em temas específicos) dos empregados por gênero e categoria funcional;	630
	404-2 Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	Tipo e escopo de programas e assistência prestada para aperfeiçoar as competências dos empregados. Programas de assistência para transição de carreira oferecidos para facilitar a empregabilidade continuada e a gestão de final de carreira devido a aposentadoria ou rescisão do contrato de trabalho;	632
	410-1 Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	Programas de capacitação formal de funcionários - próprios ou de empresas contratadas - que atuam na área de segurança, no que diz respeito aos direitos humanos a fim de evitar o uso desproporcional da força, tratamento desumano ou degradante e discriminatório;	700

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O inciso IV possui as mesmas relações já destacadas no Quadro 19, que tratam da relação entre a PGRS e a GRI, artigo 82, § 2 do Decreto n.º 10.936/2022. Acrescida da GRI 410-1, considerando a consciência cidadã e o respeito à vida, relacionando-se com a capacitação voltada ao fomento dos direitos humanos, que possa promover conscientização quanto ao uso desproporcional da força, tratamento desumano, degradante ou discriminatório, excetuando-se a extensão da capacitação direcionada a fornecedores (GRI 308-2), pois o inciso IV da legislação que trata da A3P é direcionada a servidores, caracterizando-se como uma medida organizacional interna.

O inciso V compreende o uso de critérios sustentáveis nas contratações públicas. O Quadro 24 apresenta a relação entre o inciso V e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 24 – Relação entre o artigo 2º inciso V da Portaria n.º 326/2020 e as normas GRI

A3P	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
inciso V - contratações públicas sustentáveis: adquirir e contratar com critérios de sustentabilidade, e considerar a relação custo/benefício no médio e longo prazo, e não somente o critério	204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais	O percentual do orçamento de compras utilizado em unidades operacionais, gasto com fornecedores locais; A definição geográfica de local e unidades operacionais importantes adotadas pela organização;	362
	301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	O percentual de matérias-primas ou materiais reciclados utilizados na fabricação de seus produtos e serviços;	419
	308-1 Novos fornecedores selecionados com	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais;	552

A3P	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
de menor preço;	base em critérios ambientais		
	407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	Diligências e medidas realizadas para evitar a violação do direito dos trabalhadores no exercício da liberdade sindical e negociação coletiva, podendo recair sobre políticas e processos vinculados às suas relações de negócios, incluindo seus fornecedores;	666
	408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	Diligências para evitar que a organização utilize trabalho infantil ou seja cúmplice de sua utilização através de seus relacionamentos com fornecedores ou clientes. A temática encontra-se prevista em legislações de direitos humanos e declarações da OIT, ONU e OCDE;	677
	409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	Abordagens voltadas em operações próprias ou de fornecedores com riscos de ocorrência do uso de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir com a eliminação deste tipo de exploração;	689
	410-1 Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	Programas de capacitação formal de funcionários - próprios ou de empresas contratadas - que atuam na área de segurança, no que diz respeito aos direitos humanos a fim de evitar o uso desproporcional da força, tratamento desumano ou degradante e discriminatório;	700
	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	Percentual de novos fornecedores selecionados ou contratados sujeitos a processos diligenciados em seus aspectos sociais que podem envolver diligências quanto ao uso de trabalho infantil;	736

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A relação entre o inciso V e as normas GRI é pautada no uso de critérios sustentáveis nas contratações, podendo materializar-se na preferência de aquisição de matérias-primas recicladas (GRI 301-2), contratação de fornecedores locais e/ou fornecedores que disponibilizem trabalhadores capacitados em direitos humanos (GRI 204-1; 410-1).

O uso de critérios aplicados no ato da seleção/contratação evita relacionamentos com fornecedores causadores de impactos ambientais ou sociais negativos (GRI 308-1; 414-1), ou que violem direitos trabalhistas no exercício da liberdade sindical e negociação coletiva (GRI 407-1), ou façam o uso de mão de obra infantil (GRI 408-1), trabalho forçado ou análogo ao escravo (GRI 409-1).

O inciso VI dispõe sobre as boas práticas relacionadas às construções sustentáveis. O Quadro 25 apresenta a relação entre o inciso VI e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 25 – Relação entre o artigo 2º inciso VI da Portaria n.º 326/2020 e as normas GRI

A3P	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
inciso VI - construções sustentáveis: construir e/ou reformar considerando critérios que atendam o conforto térmico e acústico, fazendo uso da luz solar, energia dos ventos e água da chuva, utilizar materiais e equipamentos que impliquem em maior economia de energia, entre outros, e produzam pouco ou nenhum impacto ambiental; garantir a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.	203-1 Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	O nível de desenvolvimento de investimentos em infraestrutura e apoio a serviços que sejam significativos; Impactos atuais ou previstos em comunidades e economias locais, incluindo impactos positivos e negativos;	352
	302-4 Redução do consumo de energia	Reduções do consumo de energia obtidas em decorrência de iniciativas de conservação e eficiência, em joules ou seus múltiplos. Os tipos de energia reduzidas e a base de cálculo do consumo de energia, ano-base, incluindo a justificativa para sua escolha;	434
	303-1 Interações com a água como um recurso compartilhado	Como e onde a água é captada, consumida e descartada, e os impactos relacionados à água que ela causou ou contribuiu para causar, ou que sejam diretamente relacionados às atividades, produtos ou serviços da organização por uma relação de negócios;	445
	303-5 Consumo de água	Consumo total de água de todas as áreas em megalitros (inclusive áreas com estresse hídrico) Informações sobre armazenamento de água e seus impactos;	455
	304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	Impactos diretos e indiretos na biodiversidade em relação a construção ou uso de fábricas, minas e infraestrutura de transportes; poluição; inserção de espécies invasoras, pragas e agentes patogênicos; redução de espécies; conversão de habitats; mudanças em processos ecológicos; espécies afetadas; áreas impactadas; duração, reversibilidade ou irreversibilidade;	474
	305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	Resultado direto de iniciativas de redução, em toneladas métricas de CO2 equivalente (CO2, CH4, N2O, HFCs, PFCs, SF6, NF3 ou todos); ano-base para o cálculo incluindo justificativas para sua escolha; escopos em que as reduções ocorreram: se emissões diretas (Escopo 1), indiretas (Escopo 2) provenientes de aquisição de energia e/ou outras emissões indiretas (Escopo 3);	496
	406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	Os casos de discriminação ocorridas e as providências tomadas, com a descrição de como ocorreu a análise do caso; os planos de reparação implementados e seus resultados analisados por meio de processos rotineiros de gestão interna, e os relatos de resolução dos casos;	656

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O inciso VI se relaciona com as normas GRI através do relato dos investimentos em infraestrutura, e como estes investimentos (construção ou uso de fábricas, minas e infraestrutura de transportes) impactam no bem-estar da comunidade (GRI 203-1) e na biodiversidade (GRI 304-2).

Ademais, relaciona-se por meio dos esforços da organização para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, reduzir o consumo de energia e água, que podem se materializar no redesenho ou na adaptação de equipamentos (GRI 302-4; 303-1; 303-5; 305-5).

O inciso VI compreende, ainda, a adaptação dos modelos de construções, para que estes atendam às necessidades das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, relacionando-se com o conteúdo GRI 406-1, que trata de medidas voltadas à eliminação da

discriminação por variados fatores, dentre eles, idade, deficiência física ou predisposição genética.

4.1.4 PLS e a GRI

A IN n.º 10/2012 do MPOG estabelece regras para a elaboração dos PLS, definindo no artigo 8º práticas sustentáveis e de racionalização do uso, com sete temas mínimos. O Quadro 26 exhibe a relação entre o inciso I do artigo 8º (coluna 1) e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI (coluna 2). A coluna 3 apresenta a síntese do conteúdo que deve ser relatado e a coluna 4 indica o número da página de referência do conjunto consolidado das normas GRI.

Quadro 26 – Relação entre o artigo 8º inciso I da IN n.º 10/2012 e as normas GRI

PLS	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
inciso I – material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão	301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	O percentual de matérias-primas ou materiais reciclados utilizados na fabricação de seus produtos e serviços;	419
	301-3 Produtos e suas embalagens reaproveitados	O percentual de produtos e embalagens reaproveitados para cada categoria de produto, excluídos produtos rejeitados e <i>recalls</i> ;	420
	306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	Descrição das entradas, atividades e saídas que levam ou poderiam gerar impactos e se os impactos estão relacionados a resíduos gerados nas próprias atividades da organização ou a resíduos gerados <i>upstream</i> ou <i>downstream</i> na sua cadeia de valor;	523

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O inciso I possui as mesmas relações já destacadas no Quadro 20, que trata da relação entre a A3P e a GRI — inciso I, do artigo 2º da Portaria n.º 326/2020 — excetuando-se os conteúdos GRI que tratam sobre o consumo de energia e água (GRI 302-4; GRI 302-5; GRI 303-1; 303-5), uma vez que estes são tratados separadamente, nos incisos II e III da legislação que trata sobre o PLS.

O inciso II compreende a temática relacionada à energia elétrica. O Quadro 27 apresenta a relação entre o inciso II e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 27 – Relação entre o artigo 8º inciso II da IN n.º 10/2012 e as normas GRI

PLS	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
inciso II - energia elétrica	302-4 Redução do consumo de energia	Reduções do consumo de energia obtidas em decorrência de iniciativas de conservação e eficiência, em joules ou seus múltiplos. Os tipos de energia reduzidas e a base de cálculo do consumo de energia, ano-base, incluindo a justificativa para sua escolha;	434
	302-5 Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços	Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços vendidos obtidos durante o período de relato, em joules ou seus múltiplos. A base de cálculo na redução do consumo de energia, ano-base, incluindo a justificativa para sua escolha;	435

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O inciso II possui as mesmas relações já destacadas no Quadro 20, que trata da relação entre a A3P e a GRI — inciso I, do artigo 2º da Portaria n.º 326/2020 — excetuando-se os conteúdos GRI relacionados no Quadro 26 e os conteúdos relacionados à água (GRI 303-1; GRI 303-5), pois esta se encontra prevista no inciso III da legislação que trata sobre o PLS.

O inciso III dispõe sobre a temática relacionada à água e ao esgoto. O Quadro 28 ilustra a relação entre o inciso III e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 28 – Relação entre o artigo 8º inciso III da IN n.º 10/2012 e as normas GRI

PLS	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
inciso III - água e esgoto	303-1 Interação com a água como um recurso compartilhado	Como e onde a água é captada, consumida e descartada, e os impactos relacionados à água que ela causou ou contribuiu para causar, ou que sejam diretamente relacionados às atividades, produtos ou serviços da organização por uma relação de negócios;	445
	303-2 Gestão de impactos relacionados ao descarte de água	Descrição dos padrões mínimos estabelecidos para a qualidade do descarte de efluentes, e como foram determinados esses padrões mínimos;	448
	303-4 Descarte de água	Descarte em megalitros (inclusive áreas com estresse hídrico), discriminado por fontes e formas de destinação, se aplicável - água de superfície; subterrânea; do mar; de terceiros. Relato do volume enviado para uso em outras organizações (se aplicável), das substâncias em que há tratamento do descarte, casos de não conformidade com os limites;	452
	303-5 Consumo de água	Consumo total de água de todas as áreas em megalitros (inclusive áreas com estresse hídrico) Informações sobre armazenamento de água e seus impactos;	455

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O inciso III e as normas GRI se relacionam através da gestão da água e de efluentes (GRI 303-1; 303-2; 303-4; 303-5), considerando o local das instalações da organização, adotando medidas de redução do consumo e/ou descarte de água, “[...] tais como reciclagem e

reutilização de água e redesenho de processos, bem como por meio de ações coletivas que se estendam para além de suas operações dentro da bacia hidrográfica. Ela pode melhorar a qualidade da água por meio de um melhor tratamento do descarte de água” (GRI, 2023, p. 444).

O inciso IV trata sobre a coleta seletiva. O Quadro 29 exibe a relação entre o inciso IV e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 29 – Relação entre o artigo 8º inciso IV da IN n.º 10/2012 e as normas GRI

PLS	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
inciso IV - coleta seletiva	301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	O percentual de matérias-primas ou materiais reciclados utilizados na fabricação de seus produtos e serviços;	419
	301-3 Produtos e suas embalagens reaproveitados	O percentual de produtos e embalagens reaproveitados para cada categoria de produto, excluídos produtos rejeitados e <i>recalls</i> ;	420
	306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	Descrição das entradas, atividades e saídas que levam ou poderiam gerar impactos e se os impactos estão relacionados a resíduos gerados nas próprias atividades da organização ou a resíduos gerados <i>upstream</i> ou <i>downstream</i> na sua cadeia de valor;	523
	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	Medidas (inclusive de circularidade) para evitar a produção de resíduos nas atividades, <i>upstream</i> e <i>downstream</i> em sua cadeia de valor. Se os resíduos gerados são gerenciados por terceiros deve ser descrito o processo de gerenciamento em conformidade com obrigações contratuais ou legais;	525
	306-3 Resíduos gerados	Peso total dos resíduos gerados em toneladas métricas, e uma discriminação desse total por composição dos resíduos. Informações contextuais necessárias para a compreensão dos dados relatados e compilados;	527
	306-4 Resíduos não destinados para disposição final	Peso dos resíduos não destinados à disposição final em toneladas métricas e a composição dos resíduos; Peso dos resíduos perigosos e não perigosos não destinados para disposição em toneladas métricas com a discriminação das operações de recuperação (preparação para reutilização, reciclagem);	528
	306-5 Resíduos destinados para disposição final	Peso dos resíduos destinados à disposição em toneladas métricas e a composição dos resíduos. Peso dos resíduos perigosos e não perigosos destinados a disposição final em toneladas métricas com a discriminação das operações de disposição (incineração - com e sem recuperação de energia; aterramento);	530

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O inciso IV possui as mesmas relações já destacadas no Quadro 18, que tratam da relação entre a PGRS e a GRI, artigo 30, incisos I a VI do Decreto n.º 10.936/2022 e no Quadro 21, que evidencia a relação entre a A3P e a GRI, artigo 2º, inciso II da Portaria n.º 326/2020.

O inciso V compreende a temática relacionada à qualidade de vida no ambiente laboral. O Quadro 30 apresenta a relação entre o inciso V e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 30 – Relação entre o artigo 8º inciso V da IN n.º 10/2012 e as normas GRI

PLS	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
inciso V - qualidade de vida no ambiente de trabalho	403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Informações sobre a implantação (se for o caso) de um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho, incluindo a motivação - exigências legais, normas reconhecidas de gestão de riscos e/ou de gestão. Descrição do escopo de trabalhadores, atividades e locais de trabalho abrangidos (e não abrangidos) pelo sistema;	595
	403-2 Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	Processos de identificação da periculosidade e avaliação de riscos (rotineira e não rotineira); Processos voltados a relatos dos trabalhadores e os mecanismos de proteção destes, contra represálias. Políticas e processos para a retirada de trabalhadores de situações de risco de acidente de trabalho ou doença profissional, e uma explicação de como estes são protegidos contra represálias.	596
	403-3 Serviços de saúde do trabalho	Funções dos serviços de saúde do trabalho que contribuem para identificação e eliminação de periculosidade e minimização de riscos, e como ocorre a garantia da qualidade desses serviços e a facilitação de acesso;	598
	403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	A participação de trabalhadores e a consulta realizada junto aos trabalhadores no desenvolvimento, implementação e avaliação do sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho. Processos para dar acesso e prestar informações relevantes sobre saúde e segurança do trabalho aos trabalhadores. Se houverem comitês formais de saúde e segurança compostos por empregadores e trabalhadores, devem ser descritas suas responsabilidades, frequência das reuniões, poder de decisão, e se existem trabalhadores não representados;	599
	403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança no trabalho	Descrição de capacitação em saúde e segurança do trabalho oferecida aos trabalhadores, inclusive treinamento genérico ou específico em riscos ocupacionais, atividades ou situações perigosas.	601
	403-6 Promoção da saúde do trabalhador	Como ocorre a facilitação de acesso dos trabalhadores a serviços médicos e de saúde não relacionados ao trabalho, e o escopo do acesso oferecido. Descrição dos serviços e programas de promoção da saúde oferecidos aos trabalhadores para tratar de importantes riscos à saúde não relacionados ao trabalho, inclusive os riscos específicos à saúde tratados, e como ocorre a facilitação de acesso a esses serviços e programas	602
	403-7 Prevenção e mitigação dos impactos na saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	Descrição da abordagem da organização para prevenção ou mitigação de impactos significativos na saúde e segurança do trabalho que estão diretamente vinculados a suas operações, produtos ou serviços por suas relações de negócios, e seus respectivos perigos e riscos.	604
	403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Informações sobre a implementação de sistemas de gestão de saúde e segurança do trabalho baseado em exigências legais e/ou normas/diretrizes reconhecidas; número de percentual de usuários do sistema (empregados e não empregados), critérios de inclusão, exclusão e auditoria interna ou certificação do sistema;	605
	403-9 Acidentes de trabalho	O número e índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho; de acidentes de trabalho com consequência	607

PLS	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
		grave e com comunicação obrigatória, a descrição tipos de acidente de trabalho; o número de horas trabalhadas; informações estas, considerando a totalidade de empregados ou trabalhadores cujo local de trabalho seja controlado pela organização. Descrição dos perigos que apresentam risco de acidentes de trabalho com consequências grave, incluindo perigos identificados ou que causaram (ou que contribuíram);	
	403-10 Doenças profissionais	Número de óbitos resultantes de doenças profissionais, o número de casos de doenças profissionais com comunicação obrigatória, os tipos de doenças profissionais, informações estas oriundas de empregados ou de trabalhadores que não são empregados, mas seu local de trabalho é controlado pela organização. Perigos que apresentam risco de doenças profissionais e os contextos necessárias para a compreensão dos dados;	612

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O inciso V apresenta as mesmas relações já destacadas no Quadro 22, que evidencia a relação entre a A3P e a GRI, artigo 2º, inciso III da Portaria n.º 326/2020, que também dispõe sobre qualidade de vida no ambiente de trabalho.

O inciso VI versa sobre as compras e contratações sustentáveis. O Quadro 31 apresenta a relação entre o inciso VI e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 31 – Relação entre o artigo 8º inciso VI da IN n.º 10/2012 e as normas GRI

PLS	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
inciso VI - compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial	203-1 Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	O nível de desenvolvimento de investimentos em infraestrutura e apoio a serviços que sejam significativos; Impactos atuais ou previstos em comunidades e economias locais, incluindo impactos positivos e negativos;	352
	204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais	O percentual do orçamento de compras utilizado em unidades operacionais, gasto com fornecedores locais; A definição geográfica de local e unidades operacionais importantes adotadas pela organização.	362
	301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	O percentual de matérias-primas ou materiais reciclados utilizados na fabricação de seus produtos e serviços;	419
	302-4 Redução do consumo de energia	Reduções do consumo de energia obtidas em decorrência de iniciativas de conservação e eficiência, em joules ou seus múltiplos. Os tipos de energia reduzidas e a base de cálculo do consumo de energia, ano-base, incluindo a justificativa para sua escolha;	434
	303-1 Interações com a água como um recurso compartilhado	Como e onde a água é captada, consumida e descartada, e os impactos relacionados à água que ela causou ou contribuiu para causar, ou que sejam diretamente relacionados às atividades, produtos ou serviços da organização por uma relação de negócios;	445

PLS	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
	303-5 Consumo de água	Consumo total de água de todas as áreas em megalitros (inclusive áreas com estresse hídrico) Informações sobre armazenamento de água e seus impactos;	455
	304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	Impactos diretos e indiretos na biodiversidade em relação a construção ou uso de fábricas, minas e infraestrutura de transportes; poluição; inserção de espécies invasoras, pragas e agentes patogênicos; redução de espécies; conversão de habitats; mudanças em processos ecológicos; espécies afetadas; áreas impactadas; duração, reversibilidade ou irreversibilidade;	474
	305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	Resultado direto de iniciativas de redução, em toneladas métricas de CO2 equivalente (CO2, CH4, N2O, HFCs, PFCs, SF6, NF3 ou todos); ano-base para o cálculo incluindo justificativas para sua escolha; escopos em que as reduções ocorreram: se emissões diretas (Escopo 1), indiretas (Escopo 2) provenientes de aquisição de energia e/ou outras emissões indiretas (Escopo 3);	496
	308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais;	552
	406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	Os casos de discriminação ocorridas e as providencias tomadas, com a descrição de como ocorreu a análise do caso; os planos de reparação implementados e seus resultados analisados por meio de processos rotineiros de gestão interna, e os relatos de resolução dos casos;	656
	407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	Diligências e medidas realizadas para evitar a violação do direito dos trabalhadores no exercício da liberdade sindical e negociação coletiva, podendo recair sobre políticas e processos vinculados às suas relações de negócios, incluindo seus fornecedores;	666
	408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	Diligências para evitar que a organização utilize trabalho infantil ou seja cúmplice de sua utilização através de seus relacionamentos com fornecedores ou clientes. A temática encontra-se prevista em legislações de direitos humanos e declarações da OIT, ONU e OCDE;	677
	409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	Abordagens voltadas em operações próprias ou de fornecedores com riscos de ocorrência do uso de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir com a eliminação deste tipo de exploração;	689
	410-1 Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	Programas de capacitação formal de funcionários - próprios ou de empresas contratadas - que atuam na área de segurança, no que diz respeito aos direitos humanos a fim de evitar o uso desproporcional da força, tratamento desumano ou degradante e discriminatório;	700
	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	Percentual de novos fornecedores selecionados ou contratados sujeitos a processos diligenciados em seus aspectos sociais que podem envolver diligências quanto ao uso de trabalho infantil;	736

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O inciso VI apresenta as mesmas relações já destacadas nos Quadros 24 e 25, que evidenciam a relação entre a A3P e a GRI, artigo 2º, incisos V e VI da Portaria n.º 326/2020.

O inciso VII dispõe sobre o deslocamento de pessoal. O Quadro 32 exhibe a relação entre o inciso VII e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 32 – Relação entre o artigo 8º inciso VII da IN n.º 10/2012 e as normas GRI

PLS	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág.Ref
inciso VII – deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes	203-1 Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	O nível de desenvolvimento de investimentos em infraestrutura e apoio a serviços que sejam significativos; Impactos atuais ou previstos em comunidades e economias locais, incluindo impactos positivos e negativos;	352
	304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	Impactos diretos e indiretos na biodiversidade em relação a construção ou uso de fábricas, minas e infraestrutura de transportes; poluição; inserção de espécies invasoras, pragas e agentes patogênicos; redução de espécies; conversão de habitats; mudanças em processos ecológicos; espécies afetadas; áreas impactadas; duração, reversibilidade ou irreversibilidade;	474
	305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	Resultado direto de iniciativas de redução, em toneladas métricas de CO2 equivalente (CO2, CH4, N2O, HFCs, PFCs, SF6, NF3 ou todos); ano-base para o cálculo incluindo justificativas para sua escolha; escopos em que as reduções ocorreram: se emissões diretas (Escopo 1), indiretas (Escopo 2) provenientes de aquisição de energia e/ou outras emissões indiretas (Escopo 3);	496

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A relação entre o inciso VII e as normas GRI é pautada no relato da maneira como a organização investe em infraestrutura em redes de transporte, impactando no bem-estar das comunidades locais (GRI 203-1), na biodiversidade (GRI 304-2), e na redução de emissões de gases de efeito estufa (GRI 305-5).

4.1.5 GreenMetric e a GRI

A metodologia utilizada no *ranking* é realizada em seis categorias: 1) ambiente e infraestrutura; 2) energia e mudanças climáticas; 3) resíduos; 4) água; 5) transporte; e 6) educação e pesquisa.

O Quadro 33 exhibe a relação entre a categoria 1) ambiente e infraestrutura (coluna 1) e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI (coluna 2). A coluna 3 apresenta a síntese do conteúdo que deve ser relatado e a coluna 4 indica o número da página de referência do conjunto consolidado das normas GRI.

Quadro 33 – Relação entre a categoria 1 do *ranking GreenMetric* e as normas GRI

Categoria 1	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(AI 1) A razão entre a área de espaço aberto e a área total; (AI 2) Área total do campus coberta por vegetação florestal; (AI 3) Área total do campus coberta por vegetação plantada; (AI 4) Área total do campus para absorção de água além da floresta e vegetação plantada; (AI 5) A área total de espaço aberto dividida pela população total do campus; (AI 11) Conservação: plantas (flora), animais (fauna) e vida selvagem, recursos genéticos para alimentação e agricultura garantidos em instalações de conservação de médio ou longo prazo	203-1 Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	O nível de desenvolvimento de investimentos em infraestrutura e apoio a serviços que sejam significativos; Impactos atuais ou previstos em comunidades e economias locais, incluindo impactos positivos e negativos;	352
	303-3 Captação de água	Megalitros da captação total de água em todas as áreas (inclusive áreas com estresse hídrico), discriminado por fontes e tipos, se aplicável - água de superfície; subterrânea; do mar; produzida; de terceiros;	449
	304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental	A existência de unidade operacional voltada à proteção ambiental e biodiversidade, com localização geográfica; indicação (superficiais ou subterrâneas); posição em relação à área de proteção; tipo de operação (escritório, fabricação/produção ou operação extrativa); tamanho por km ² ; valor caracterizado pelo atributo da área de proteção ambiental ou pela presença em lista de proteção (Sistema IUCN de Categorias de Gestão de Áreas de Proteção Ambiental);	473
	304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	Impactos diretos e indiretos na biodiversidade em relação a construção ou uso de fábricas, minas e infraestrutura de transportes; poluição; inserção de espécies invasoras, pragas e agentes patogênicos; redução de espécies; conversão de habitats; mudanças em processos ecológicos; espécies afetadas; áreas impactadas; duração, reversibilidade ou irreversibilidade;	474
	304-3 Habitats protegidos ou restaurados	Tamanho e localização das áreas de proteção permanente ou restauradas, informações sobre as medidas de restauração caso tenham aprovação de especialistas externos independentes; ocorrência de parcerias na proteção ou restauração dos habitats;	475
	304-4 Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização	Número de espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza - e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção;	476
(AI 6) Porcentagem do orçamento da universidade para esforços de sustentabilidade;	2-22 Declaração sobre estratégias do desenvolvimento sustentável	A visão e estratégia inerentes à gestão dos impactos das atividades da organização, incluindo impactos sobre os direitos humanos;	78
(AI 7) Percentual das atividades de operação e manutenção do edifício no período de um ano;	203-1 Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	O nível de desenvolvimento de investimentos em infraestrutura e apoio a serviços que sejam significativos; Impactos atuais ou previstos em comunidades e economias locais, incluindo impactos positivos e negativos;	352
(AI 8) Instalações do campus para deficientes, necessidades especiais	403-2 Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de	Processos de identificação da periculosidade e avaliação de riscos (rotineira e não rotineira); Processos voltados a relatos dos trabalhadores e os mecanismos de proteção destes, contra represálias. Políticas e processos para a	596

Categoria 1	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
e/ou cuidados de maternidade; (AI 9) Segurança e instalações de segurança; (AI 10) Instalações de infraestrutura de saúde para o bem-estar de estudantes, acadêmicos e funcionários;	incidentes	retirada de trabalhadores de situações de risco de acidente de trabalho ou doença profissional, e uma explicação de como estes são protegidos contra represálias.	
	403-7 Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	Descrição da abordagem da organização para prevenção ou mitigação de impactos significativos na saúde e segurança do trabalho que estão diretamente vinculados a suas operações, produtos ou serviços por suas relações de negócios, e seus respectivos perigos e riscos.	604
	406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	Os casos de discriminação ocorridas e as providências tomadas, com a descrição de como ocorreu a análise do caso; os planos de reparação implementados e seus resultados analisados por meio de processos rotineiros de gestão interna, e os relatos de resolução dos casos;	656
	410-1 Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	Programas de capacitação formal de funcionários - próprios ou de empresas contratadas - que atuam na área de segurança, no que diz respeito aos direitos humanos a fim de evitar o uso desproporcional da força, tratamento desumano ou degradante e discriminatório;	700

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Questões relacionadas ao tamanho do espaço aberto, áreas cobertas por vegetação e como atuam na preservação da fauna e da flora revelam características da universidade (AI 1; AI 2; AI 3; AI 4; AI 5; AI 11). Elas estão ligadas aos complexos contextos da biodiversidade (GRI 304-1; 304-2; 304-3; 304-4), e podem guardar relação com investimentos em infraestrutura, uma vez que seus impactos podem gerar o bem-estar das comunidades locais (GRI 203-1).

Ademais, relaciona-se com a captação de água (GRI 303-3) considerando que áreas abertas não impermeabilizadas podem aumentar a absorção da água da chuva. O orçamento da universidade reservado à temática da sustentabilidade (AI 6) pode ter ligação com a execução de prioridades estratégicas de curto e médio prazo, que visam contribuir com o desenvolvimento sustentável da organização (GRI 2-22).

As operações, as manutenções, os prédios adaptados a portadores de deficiência, a segurança e a infraestrutura estão ligados às instalações da organização (AI 7; AI 8; AI 9; AI 10) e relacionam-se com os conteúdos GRI que versam sobre os investimentos em infraestrutura (GRI 203-1), identificação, prevenção e mitigação de riscos que envolvem a saúde e a segurança do trabalho (GRI 403-2; 403-7), presença de pessoal de segurança ostensiva capacitada em direitos humanos (GRI 410-1), e adaptação das instalações para o atendimento das necessidades das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (GRI 406-1).

A categoria 2 dispõe sobre energia e mudanças climáticas. O Quadro 34 apresenta a relação entre a categoria 2 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 34 – Relação entre a categoria 2 do *ranking GreenMetric* e as normas GRI

Categoria 2	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(EC 1) Uso de aparelhos energeticamente eficientes; (EC 2) Implementação de edifícios inteligentes; (EC 3) Número de fontes de energia renovável no campus; (EC 4) Uso total de eletricidade dividido pela população total do campus (kWh por pessoa); (EC 5) A proporção da produção de energia renovável dividida pelo uso total de energia por ano; (EC 6) Elementos da implementação de edifícios verdes refletidos em todas as políticas de construção e renovação;	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	Riscos e oportunidades apresentados pelas mudanças climáticas com potencial de gerar mudanças substanciais nas operações, receitas ou despesas, incluindo, a descrição do risco, descrição do impacto associado, implicações financeiras do risco, os métodos utilizados para gerenciamento e os custos;	325
	203-1 Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	O nível de desenvolvimento de investimentos em infraestrutura e apoio a serviços que sejam significativos; Impactos atuais ou previstos em comunidades e economias locais, incluindo impactos positivos e negativos;	352
	302-1 Consumo de energia dentro da organização	O consumo total de combustíveis oriundos de fontes renováveis e não renováveis, em joules ou seus múltiplos, inclusive os tipos de combustíveis usados, categorizados em eletricidade, aquecimento, resfriamento e vapor, inclusive a energia vendida;	429
	302-4 Redução do consumo de energia	Reduções do consumo de energia obtidas em decorrência de iniciativas de conservação e eficiência, em joules ou seus múltiplos. Os tipos de energia reduzidas e a base de cálculo do consumo de energia, ano-base, incluindo a justificativa para sua escolha;	434
	302-5 Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços	Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços vendidos obtidos durante o período de relato, em joules ou seus múltiplos. A base de cálculo na redução do consumo de energia, ano-base, incluindo a justificativa para sua escolha;	435
	304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	Impactos diretos e indiretos na biodiversidade em relação a construção ou uso de fábricas, minas e infraestrutura de transportes; poluição; inserção de espécies invasoras, pragas e agentes patogênicos; redução de espécies; conversão de habitats; mudanças em processos ecológicos; espécies afetadas; áreas impactadas; duração, reversibilidade ou irreversibilidade;	474
(EC 7) Programa de redução de emissões de gases de efeito estufa; (EC 8) Pegada de carbono total dividida pela população total do campus (toneladas métricas por pessoa); (EC 9) Número do(s) programa(s) inovador(es) em energia e mudanças climáticas;	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	Riscos e oportunidades apresentados pelas mudanças climáticas com potencial de gerar mudanças substanciais nas operações, receitas ou despesas, incluindo, a descrição do risco, descrição do impacto associado, implicações financeiras do risco, os métodos utilizados para gerenciamento e os custos;	325
	304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	Impactos diretos e indiretos na biodiversidade em relação a construção ou uso de fábricas, minas e infraestrutura de transportes; poluição; inserção de espécies invasoras, pragas e agentes patogênicos; redução de espécies; conversão de habitats; mudanças em processos ecológicos; espécies afetadas; áreas impactadas; duração, reversibilidade ou irreversibilidade;	474

Categoria 2	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(EC 10) Programa(s) universitário (s) impactante(s) sobre mudanças climáticas;	305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	Resultado direto de iniciativas de redução, em toneladas métricas de CO2 equivalente (CO2, CH4, N2O, HFCs, PFCs, SF6, NF3 ou todos); ano-base para o cálculo incluindo justificativas para sua escolha; escopos em que as reduções ocorreram: se emissões diretas (Escopo 1), indiretas (Escopo 2) provenientes de aquisição de energia e/ou outras emissões indiretas (Escopo 3);	496

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O tema energia elétrica é pontuado no *GreenMetric* através da mensuração das fontes de produção de energias renováveis (EC 3; EC 5), que possam compreender os dados sobre construções ou adaptações voltadas a edificações sustentáveis (EC 2; EC 6), informações sobre o consumo de energia elétrica (EC 4), e uso de aparelhos com menor consumo de energia (EC 1). Esses temas se relacionam com os conteúdos GRI que preveem o relato da forma como as organizações fazem o consumo de energia (eletricidade, aquecimento, resfriamento, combustível ou vapor), dados da origem (autogerada ou adquirida), e das fontes renováveis e não renováveis (GRI 302-1; 302-4; 302-5).

Ademais, relacionam-se com os conteúdos GRI que versam sobre os investimentos em infraestrutura (GRI 203-1), que podem ter como foco os edifícios verdes, e com as GRI, que referem-se às implicações financeiras e à biodiversidade (GRI 201-2; 304-2), pois “O uso mais eficiente de energia e a opção por fontes de energia renováveis são essenciais para combater as mudanças climáticas e reduzir a pegada ambiental geral da organização” (GRI, 2023, p. 318).

No UIGM, questões climáticas exigem o cálculo da pegada de carbono e informações sobre programas voltados à redução de impactos climáticos, podendo se relacionar com os conteúdos GRI, que tratam de implicações financeiras (GRI 201-2), redução de emissões no ar (GRI 305-5) e biodiversidade (GRI 304-2).

As implicações financeiras se dividem em riscos e oportunidades. Os riscos oriundos, do fator mudanças climáticas podem demandar custos que afetam a competitividade, enquanto as oportunidades podem se materializar no desenvolvimento de novas tecnologias e de produtos voltados ao enfrentamento dos desafios impostos por mudanças climáticas (GRI 201-2).

Iniciativas e metas relacionadas à redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) podem envolver o redesenho de processos de produção, adaptação de equipamentos, substituição de combustíveis, mudanças comportamentais e compensações (GRI 305-5), práticas que reduzem os impactos na biodiversidade (GRI 304-2), uma vez que poluentes atmosféricos “[...] provocam impactos negativos significativos nos ecossistemas, na qualidade

do ar, na agricultura e na saúde humana e animal [...]” (GRI, 2023, p. 482).

A categoria 3 trata sobre a temática relacionada a resíduos. O Quadro 35 apresenta a relação entre a categoria 3 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 35 – Relação entre a categoria 3 do *ranking GreenMetric* e as normas GRI

Categoria 3	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(R 1) Programa de reciclagem de lixo da universidade; (R 2) Programa para reduzir o uso de papel e plástico no campus; (R 3) Tratamento de resíduos orgânicos; (R 4) Tratamento de resíduos inorgânicos; (R 5) Tratamento de resíduos tóxicos; (R 6) Coletor de esgotos;	301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	O percentual de matérias-primas ou materiais reciclados utilizados na fabricação de seus produtos e serviços;	419
	301-3 Produtos e suas embalagens reaproveitados	O percentual de produtos e embalagens reaproveitados para cada categoria de produto, excluídos produtos rejeitados e <i>recalls</i> ;	420
	306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	Descrição das entradas, atividades e saídas que levam ou poderiam gerar impactos e se os impactos estão relacionados a resíduos gerados nas próprias atividades da organização ou a resíduos gerados <i>upstream</i> ou <i>downstream</i> na sua cadeia de valor;	523
	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	Medidas (inclusive de circularidade) para evitar a produção de resíduos nas atividades, <i>upstream</i> e <i>downstream</i> em sua cadeia de valor. Se os resíduos gerados são gerenciados por terceiros deve ser descrito o processo de gerenciamento em conformidade com obrigações contratuais ou legais;	525
	306-3 Resíduos gerados	Peso total dos resíduos gerados em toneladas métricas, e uma discriminação desse total por composição dos resíduos. Informações contextuais necessárias para a compreensão dos dados relatados e compilados;	527
	306-4 Resíduos não destinados para disposição final	Peso dos resíduos não destinados à disposição final em toneladas métricas e a composição dos resíduos; Peso dos resíduos perigosos e não perigosos não destinados para disposição em toneladas métricas com a discriminação das operações de recuperação (preparação para reutilização, reciclagem);	528
	306-5 Resíduos destinados a disposição final	Peso dos resíduos destinados à disposição em toneladas métricas e a composição dos resíduos. Peso dos resíduos perigosos e não perigosos destinados a disposição final em toneladas métricas com a discriminação das operações de disposição (incineração - com e sem recuperação de energia; aterramento; confinamento em aterro);	530

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A totalidade dos itens pertencentes à categoria 3 do UIGM possuem as mesmas relações já destacadas nos Quadros 18, 21 e 29, que tratam da relação entre o PGRS e a GRI, por intermédio do artigo 30, incisos I a VI do Decreto n.º 10.936/2022; a A3P e a GRI por meio do artigo 2º, inciso II da Portaria n.º 326/2020, e PLS e GRI por intermédio do artigo 8º, inciso IV da IN n.º 10/2012, respectivamente.

A Categoria 4 aborda a temática relacionada à água. O Quadro 36 ilustra a relação entre a Categoria 4 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 36 – Relação entre a categoria 4 do *ranking GreenMetric* e as normas GRI

Categoria 4	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(A 1) Programa e implementação de conservação de água; (A 2) Implementação do programa de reciclagem de água; (A 3) Uso de aparelhos com eficiência de água; (A 4) Consumo de água tratada; (A 5) Controle de poluição da água na área do campus;	303-1 Interações com a água como um recurso compartilhado	Como e onde a água é captada, consumida e descartada, e os impactos relacionados à água que ela causou ou contribuiu para causar, ou que sejam diretamente relacionados às atividades, produtos ou serviços da organização por uma relação de negócios;	445
	303-2 Gestão de impactos relacionados ao descarte de água	Descrição dos padrões mínimos estabelecidos para a qualidade do descarte de efluentes, e como foram determinados esses padrões mínimos;	448
	303-4 Descarte de água	Descarte em megalitros (inclusive áreas com estresse hídrico), discriminado por fontes e formas de destinação, se aplicável - água de superfície; subterrânea; do mar; de terceiros. Relato do volume enviado para uso em outras organizações (se aplicável), das substâncias em que há tratamento do descarte, casos de não conformidade com os limites;	452
	303-5 Consumo de água	Consumo total de água de todas as áreas em megalitros (inclusive áreas com estresse hídrico) Informações sobre armazenamento de água e seus impactos;	455

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A totalidade dos itens elencados na categoria 4 do *ranking UIGM* possui as mesmas relações já destacadas no Quadro 28, que trata da relação entre o PLS e a GRI, por intermédio do artigo 8º, inciso III da IN n.º 10/2012.

A categoria 5 aborda os transportes. O Quadro 37 apresenta a relação entre a categoria 5 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 37 – Relação entre a categoria 5 do *ranking GreenMetric* e as normas GRI

Categoria 5	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(T 1) O número total de veículos dividido pela população total do campus; (T 2) Serviços de transporte; (T 3) Política de Veículos de Emissão Zero no campus; (T 4) O número total de Veículos de Emissão Zero dividido	203-1 Investimentos em infraestruturas e apoio a serviços	O nível de desenvolvimento de investimentos em infraestrutura e apoio a serviços que sejam significativos; Impactos atuais ou previstos em comunidades e economias locais, incluindo impactos positivos e negativos;	352
	304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	Impactos diretos e indiretos na biodiversidade em relação a construção ou uso de fábricas, minas e infraestrutura de transportes; poluição; inserção de espécies invasoras, pragas e agentes patogênicos; redução de espécies; conversão de habitats; mudanças em processos ecológicos; espécies afetadas; áreas impactadas; duração, reversibilidade ou irreversibilidade;	474

Categoria 5	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
pela população total do campus; (T 5) A relação entre a área de estacionamento no solo e a área total do campus; (T 6) Programa para limitar ou diminuir a área de estacionamento no campus; (T 7) Número de iniciativas para diminuir os veículos particulares no campus; (T 8) O caminho de pedestres no campus;	305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	Resultado direto de iniciativas de redução, em toneladas métricas de CO2 equivalente (CO2, CH4, N2O, HFCs, PFCs, SF6, NF3 ou todos); ano-base para o cálculo incluindo justificativas para sua escolha; escopos em que as reduções ocorreram: se emissões diretas (Escopo 1), indiretas (Escopo 2) provenientes de aquisição de energia e/ou outras emissões indiretas (Escopo 3);	496

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A totalidade dos itens elencados na categoria 5 do *ranking* UIGM possui as mesmas relações já destacadas no Quadro 32, que trata da relação entre o PLS e a GRI, por intermédio do artigo 8º, inciso VII da IN n.º 10/2012.

A categoria 6 dispõe sobre educação e pesquisa. O Quadro 38 apresenta a relação entre a categoria 6 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 38 – Relação entre a categoria 6 do *ranking GreenMetric* e as normas GRI

Categoria 6	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(EP 1) A proporção de cursos de sustentabilidade para o total de cursos/disciplinas; (EP 3) Número de publicações acadêmicas sobre sustentabilidade; (EP 4) Número de eventos relacionados à sustentabilidade; (EP 5) Número de organizações estudantis relacionadas à sustentabilidade; (EP 6) Site de sustentabilidade administrado pela universidade; (EP 8) Número de atividades culturais no campus; (EP 9) Número de programas universitários para melhorar o ensino e a aprendizagem; (EP 10) Número de projetos de serviços comunitários de sustentabilidade organizados e/ou envolvendo estudantes; (EP 11) Número de <i>startups</i> relacionadas à sustentabilidade;	-	-	-

Categoria 6	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(EP 2) A proporção de financiamento de pesquisa de sustentabilidade para financiamento total de pesquisa;	3-3 Gestão dos temas materiais	A explicação de como ocorre o gerenciamento de cada um dos temas materiais, descrevendo impactos em direitos humanos, as medidas de prevenção, mitigação ou reparação destes;	121
(EP 7) Relatório de Sustentabilidade;	2-22 Declaração sobre estratégias do desenvolvimento sustentável	A visão e estratégia inerentes à gestão dos impactos das atividades da organização, incluindo impactos sobre os direitos humanos;	78

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os códigos do UIGM EP 1; EP 3; EP 4; EP 5; EP 6; EP 8; EP 9; EP 10; EP 11 apresentam questões intrínsecas ao ambiente universitário, inexistindo relação com os itens que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

O financiamento de pesquisas científicas voltadas ao acatamento das dimensões da sustentabilidade (EP 2) se relaciona com o conteúdo GRI 3-3, por prever o relato da maneira como a organização aplica o princípio da precaução, incluindo “[...] o suporte da organização ou sua contribuição para a pesquisa científica relacionada à avaliação de impactos negativos potenciais das suas atividades, dos seus produtos e serviços” (GRI, 2023, p. 124).

O código relacionado à publicação de Relatórios de Sustentabilidade (EP 7) tem ligação com a GRI 2-22, por prever a recomendação de relato de propósitos, estratégias e modelo de negócios, descrevendo como a organização atua na prevenção de impactos negativos, e como contribui para o desenvolvimento sustentável através de impactos positivos refletidos na economia, no meio ambiente e nas pessoas.

4.1.6 THE Impact Rankings e a GRI

A metodologia utilizada no *ranking* é realizada com base nos 17 ODS adaptados às singularidades das universidades. O Quadro 39 exhibe a relação entre o ODS 1 - erradicação da pobreza, que tem como meta acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares (coluna 1) e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI (coluna 2). A coluna 3 apresenta a síntese do conteúdo que deve ser relatado e a coluna 4 indica o número da página de referência do conjunto consolidado das normas GRI.

Quadro 39 – Relação entre o ODS 1 do *ranking Times Higher Education* e as normas GRI

THE - ODS 1	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(1.1) Pesquisa;	-	-	-

THE - ODS 1	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(1.2) Proporção de alunos que recebem ajuda financeira para frequentar a universidade por causa da pobreza;	-	-	-
(1.3) Programas universitários antipobreza;	-	-	-
(1.4) Programas comunitários antipobreza;	203-2 Impactos econômicos indiretos significativos	Casos positivos e negativos já identificados; A importância destes no contexto das referências externas e prioridades para os <i>stakeholders</i> .	353
	408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	Diligências para evitar que a organização utilize trabalho infantil ou seja cúmplice de sua utilização através de seus relacionamentos com fornecedores ou clientes. A temática encontra-se prevista em legislações de direitos humanos e declarações da OIT, ONU e OCDE;	677
	409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	Abordagens voltadas em operações próprias ou de fornecedores com riscos de ocorrência do uso de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir com a eliminação deste tipo de exploração;	689

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os itens 1.1; 1.2 e 1.3 possuem questões intrínsecas ao ambiente universitário, inexistindo relação com os itens que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI. O item 1.4 se relaciona com o relato do alcance dos impactos econômicos indiretos (GRI 203-2), refletivos nos *stakeholders* e na economia, por exemplo, o “[...] desenvolvimento econômico em áreas com alto índice de pobreza [...]” (GRI, 2023, p. 353).

O ODS 1 tem relação com a GRI 408-1, uma vez que “O trabalho infantil resulta em trabalhadores com baixa qualificação e com pouca saúde para o futuro e perpetua a pobreza através das gerações, impedindo, assim, o desenvolvimento sustentável” (GRI, 2023, p. 678).

Da mesma forma, relaciona-se com a GRI 409-1, pois “O trabalho forçado não é apenas a violação grave de um direito humano fundamental, mas também perpetua a pobreza e é um obstáculo para o desenvolvimento econômico e humano” (GRI, 2023, p. 689). Assim, ambas podem ser consideradas como elementos de combate à pobreza.

O ODS 2, fome zero e agricultura sustentável, tem como meta acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e nutricional e promover a agricultura sustentável. O Quadro 40 apresenta a relação entre o ODS 2 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 40 – Relação entre o ODS 2 do *ranking Times Higher Education* e as normas GRI

THE - ODS 2	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(2.1) Pesquisa;	-	-	-
(2.2) Desperdício de comida no campus;	-	-	-
(2.3) Fome do estudante;	-	-	-
(2.4) Proporção de graduados em agricultura e aquicultura incluindo aspectos de sustentabilidade	-	-	-
(2.5) Fome Nacional;	204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais	O percentual do orçamento de compras utilizado em unidades operacionais, gasto com fornecedores locais; A definição geográfica de local e unidades operacionais importantes adotadas pela organização.	362
	413-1 Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	O engajamento efetivo com comunidades locais, a fim de identificar suas expectativas e necessidades, com a opção de uso de ferramentas de avaliação de impactos sociais e direitos humanos, através de abordagens baseadas em etnia, gênero, faixa etária, status socioeconômico, dentre outras vulnerabilidades existentes entre <i>stakeholders</i> da comunidade;	721

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4 abordam questões intrínsecas ao ambiente universitário, inexistindo relação com os itens que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI. A questão da fome nacional (2.5) pode ser relacionada a operações de engajamento da organização com comunidades locais, segundo as normas, “Estabelecer um processo oportuno e eficaz de identificação e engajamento de *stakeholders* é importante para ajudar a entender a vulnerabilidade das comunidades locais [...]” (GRI, 2023, p. 721).

Ademais, o *ranking* pontua a priorização da compra de produtos locais e sustentáveis, como medida para amenizar impactos relacionados ao item 2.5. Assim, existe conexão com a GRI 204-1, que trata do apoio a fornecedores locais, com práticas de compras favorecendo a economia local e mantendo relações com a comunidade.

O ODS 3, saúde e bem-estar, tem como meta assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. O Quadro 41 exibe a relação entre o ODS 3 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 41 – Relação entre o ODS 3 do *ranking Time Higher Education* e as normas GRI

THE - ODS 3	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(3.1) Pesquisa;	-	-	-

THE - ODS 3	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(3.2) Número de graduados em profissões de saúde;	-	-	-
(3.3) Impacto na saúde;	403-3 Serviços de saúde do trabalho	Funções dos serviços de saúde do trabalho que contribuem para identificação e eliminação de periculosidade e minimização de riscos, e como ocorre a garantia da qualidade desses serviços e a facilitação de acesso;	598
	403-6 Promoção da saúde do trabalhador	Como ocorre a facilitação de acesso dos trabalhadores a serviços médicos e de saúde não relacionados ao trabalho, e o escopo do acesso oferecido. Descrição dos serviços e programas de promoção da saúde oferecidos aos trabalhadores para tratar de importantes riscos à saúde não relacionados ao trabalho, inclusive os riscos específicos à saúde tratados, e como ocorre a facilitação de acesso a esses serviços e programas	602
	403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Informações sobre a implementação de sistemas de gestão de saúde e segurança do trabalho baseado em exigências legais e/ou normas/diretrizes reconhecidas; número de percentual de usuários do sistema (empregados e não empregados), critérios de inclusão, exclusão e auditoria interna ou certificação do sistema;	605

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os itens 3.1 e 3.2 abordam questões intrínsecas ao ambiente universitário, inexistindo relação com os itens que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI. O item 3.3 inclui colaborações com instituições de saúde e se conecta com os conteúdos GRI que abordam a forma como a organização facilita o acesso dos trabalhadores aos serviços de saúde do trabalho (GRI 403-3), descrição dos serviços e programas voluntários de promoção da saúde (GRI 403-6), informações sobre os sistemas de gestão de saúde e segurança do trabalho e como eles influem para gerir ou eliminar a periculosidade (GRI 403-8).

O ODS 4, educação de qualidade, tem como meta assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. O Quadro 42 exibe a relação entre o ODS 4 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 42 – Relação entre o ODS 4 do *ranking Times Higher Education* e as normas GRI

THE - ODS 4	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(4.1) Pesquisa;	-	-	-
(4.2) Proporção de graduados com habilitação para o ensino	-	-	-
(4.3) Medidas de aprendizagem ao longo da vida	-	-	-

THE - ODS 4	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(4.4) Proporção de estudantes de 1ª geração; ⁹	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os itens 4.1; 4.2; 4.3; e 4.4 abordam questões intrínsecas ao ambiente universitário, inexistindo relação com os itens que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Já o ODS 5, igualdade de gênero, tem como meta alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. O Quadro 43 exibe a relação entre o ODS 5 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 43 – Relação entre o ODS 5 do *ranking Times Higher Education* e as normas GRI

THE - ODS 5	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(5.1) Pesquisa;	-	-	-
(5.2) Proporção de estudantes do sexo feminino da primeira geração	-	-	-
(5.3) Medidas de acesso do estudante;	-	-	-
(5.4) Proporção de mulheres em cargos de chefia;	2-9 Estrutura de governança e sua composição	A estrutura e composição do mais alto órgão de governança da organização considerando as funções executivas e não executivas, a independência, o mandato dos membros, o número de cargos, o gênero dos representantes, os representantes de grupos sociais sub-representados;	63
	405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados	Percentual de indivíduos que integram órgãos de governança e o percentual de novos empregados por categoria funcional, relacionados por gênero, faixa etária e indicadores de diversidade, quando relevantes, como por exemplo, minorias ou grupos vulneráveis;	643
(5.5) Proporção de mulheres graduadas	-	-	-
(5.6) Medidas de progresso;	2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	A forma como são aconselhados os indivíduos que buscam reportar preocupações sobre má conduta ou violações da lei nas operações ou relações negociais, a eficácia dos canais de comunicação quanto a garantia de direitos humanos dos usuários na proteção contra represálias;	87
	2-29 Abordagem para engajamento de <i>stakeholders</i>	A identificação das categorias de <i>stakeholders</i> , os propósitos de engajamento e como a organização respeita os direitos humanos dos <i>stakeholders</i> , garantindo-lhes privacidade, liberdade de expressão e direito a reuniões ou manifestações pacíficas;	92
	401-3 Licença maternidade e paternidade	Número de empregados com direito a usufruir da licença; o número de empregados que tiraram a licença; os que retornaram ao trabalho após a licença e os que	568

⁹ “[...] Um aluno de primeira geração é aquele que relata ser a primeira pessoa da família imediata que frequenta a universidade em qualquer nível [...]” (IMPACT RANKINGS, 2023, p. 55).

THE - ODS 5	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
		continuaram empregados 12 meses após o retorno ao trabalho; taxas de retorno e retenção dos empregados que usufruíram da licença, discriminados por gênero;	
	405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados	Percentual de indivíduos que integram órgãos de governança e o percentual de novos empregados por categoria funcional, relacionados por gênero, faixa etária e indicadores de diversidade, quando relevantes, como por exemplo, minorias ou grupos vulneráveis;	643
	405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	A proporção entre o salário-base e a remuneração recebida por funcionários homens e mulheres na organização, discriminados por categoria funcional, e unidades operacionais;	644
	406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	Os casos de discriminação ocorridas e as providências tomadas, com a descrição de como ocorreu a análise do caso; os planos de reparação implementados e seus resultados analisados por meio de processos rotineiros de gestão interna, e os relatos de resolução dos casos;	656

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os itens 5.1; 5.2; 5.3; e 5.5 abordam questões intrínsecas ao ambiente universitário, inexistindo relação com os itens que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI. O item 5.4 mensura a quantidade de mulheres que ocupam cargos de chefia. Desse modo, relaciona-se com os conteúdos GRI, que preveem o relato da estrutura e composição do mais alto órgão de governança e a sua diversidade (GRI 2-9; 405-1).

As medidas de progresso inseridas no item 5.6 incluem políticas de não discriminação contra as mulheres e transgêneros, políticas relacionadas à maternidade e à paternidade, políticas que protegem denunciante da prática de discriminação, temas que podem relacionar-se com o detalhamento de informações ligadas à licença maternidade e à paternidade (GRI 401-3), dados sobre a diversidade na organização no que se refere a equipe de gestão e igualdade de oportunidades (GRI 405-1), e o relato dos salários dos empregados discriminados por gênero (GRI 405-2).

Ademais, relaciona-se com a GRI 406-1 que trata de medidas antidiscriminatórias em razão do gênero, e na descrição do modo em que a organização se mantém vigilante a violações, preservando o sigilo de denunciante, garantindo-lhes liberdade de expressão (GRI 2-26; 2-29).

O ODS 6, água potável e saneamento, tem como meta garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos. O Quadro 44 apresenta a relação entre o ODS 6 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 44 – Relação entre o ODS 6 do *ranking Times Higher Education* e as normas GRI

THE - ODS 6	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(6.1) Pesquisa;	-	-	-
(6.2) Consumo de água por pessoa;	303-5 Consumo de água	Consumo total de água de todas as áreas em megalitros (inclusive áreas com estresse hídrico) Informações sobre armazenamento de água e seus impactos;	455
(6.3) Uso e cuidados com a água; (6.4) Reuso de água;	303-1 Interação com a água como um recurso compartilhado	Como e onde a água é captada, consumida e descartada, e os impactos relacionados à água que ela causou ou contribuiu para causar, ou que sejam diretamente relacionados às atividades, produtos ou serviços da organização por uma relação de negócios;	445
	303-2 Gestão de impactos relacionados ao descarte de água	Descrição dos padrões mínimos estabelecidos para a qualidade do descarte de efluentes, e como foram determinados esses padrões mínimos;	448
	(6.5) Água na comunidade;	Megalitros da captação total de água em todas as áreas (inclusive áreas com estresse hídrico), discriminado por fontes e tipos, se aplicável - água de superfície; subterrânea; do mar; produzida; de terceiros;	449
	303-4 Descarte de água	Descarte em megalitros (inclusive áreas com estresse hídrico), discriminado por fontes e formas de destinação, se aplicável - água de superfície; subterrânea; do mar; de terceiros. Relato do volume enviado para uso em outras organizações (se aplicável), das substâncias em que há tratamento do descarte, casos de não conformidade com os limites;	452

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O item 6.1 é intrínseco ao setor universitário, inexistindo relação com os itens que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI. Os itens 6.2, 6.3, 6.4 e 6.5 envolvem a gestão de consumo, tratamento e processo de captação de água de qualquer fonte, e engajamento na abordagem da gestão da água da comunidade. Tais itens têm relação com o relato de dados sobre o consumo de água, os métodos de captação e o descarte que não interfiram negativamente em bacias hidrográficas, ecossistemas e comunidades locais (GRI 303-1; 303-2; 303-3; 303-4; 303-5).

O ODS 7, energia limpa e acessível, tem como meta garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos. O Quadro 45 apresenta a relação entre o ODS 7 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 45 – Relação entre o ODS 7 do *ranking Times Higher Education* e as normas GRI

THE - ODS 7	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(7.1) Pesquisa;	-	-	-
(7.2) Medidas universitárias (7.3) Densidade de uso de energia	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	Riscos e oportunidades apresentados pelas mudanças climáticas com potencial de gerar mudanças substanciais nas operações, receitas ou despesas, incluindo, a descrição do risco, descrição do impacto associado, implicações financeiras do risco, os métodos utilizados para gerenciamento e os custos;	325

THE - ODS 7	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(7.4) Energia e comunidade	203-1 Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	O nível de desenvolvimento de investimentos em infraestrutura e apoio a serviços que sejam significativos; Impactos atuais ou previstos em comunidades e economias locais, incluindo impactos positivos e negativos;	352
	302-1 Consumo de energia dentro da organização	O consumo total de combustíveis oriundos de fontes renováveis e não renováveis, em joules ou seus múltiplos, inclusive os tipos de combustíveis usados, categorizados em eletricidade, aquecimento, resfriamento e vapor, inclusive a energia vendida;	429
	302-4 Redução do consumo de energia	Reduções do consumo de energia obtidas em decorrência de iniciativas de conservação e eficiência, em joules ou seus múltiplos. Os tipos de energia reduzidas e a base de cálculo do consumo de energia, ano-base, incluindo a justificativa para sua escolha;	434
	302-5 Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços	Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços vendidos obtidos durante o período de relato, em joules ou seus múltiplos. A base de cálculo na redução do consumo de energia, ano-base, incluindo a justificativa para sua escolha;	435
	304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	Impactos diretos e indiretos na biodiversidade em relação a construção ou uso de fábricas, minas e infraestrutura de transportes; poluição; inserção de espécies invasoras, pragas e agentes patogênicos; redução de espécies; conversão de habitats; mudanças em processos ecológicos; espécies afetadas; áreas impactadas; duração, reversibilidade ou irreversibilidade;	474
	305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	Resultado direto de iniciativas de redução, em toneladas métricas de CO2 equivalente (CO2, CH4, N2O, HFCs, PFCs, SF6, NF3 ou todos); ano-base para o cálculo incluindo justificativas para sua escolha; escopos em que as reduções ocorreram: se emissões diretas (Escopo 1), indiretas (Escopo 2) provenientes de aquisição de energia e/ou outras emissões indiretas (Escopo 3);	496

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O item 7.1 é intrínseco ao setor universitário, inexistindo relação com os itens que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI. Os itens 7.2, 7.3 e 7.4 incluem a reforma, a atualização ou a construção de prédios energeticamente eficientes, serviços e alcance da comunidade local para eficiência energética, mensuração do consumo de energia, identificação de desperdícios e planos de redução do consumo, políticas de desinvestimento, políticas para fomento de tecnologia de energia limpa, compromisso com energias 100% renováveis, desenvolvimento e inovação em baixo carbono, redução de carbono e emissões no ar. São itens que possuem as mesmas relações já destacadas no Quadro 34, que tratam da relação entre o *GreenMetric* e a GRI, por intermédio da categoria n.º 2 - energia e mudanças climáticas.

O ODS 8, trabalho decente e crescimento econômico, tem como meta promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos. O Quadro 46 apresenta a relação entre o ODS 8 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 46 – Relação entre o ODS 8 do *ranking Times Higher Education* e as normas GRI

THE - ODS 8	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(8.1) Pesquisa;	-	-	-
(8.2) Práticas empregatícias;	2-7 Empregados	O número de empregados (permanentes, temporários, sem garantia de carga horária, em tempo integral e parcial) por gênero e região;	57
	2-8 Trabalhadores que não são empregados	Tipos mais comuns de trabalhadores e suas relações contratuais com a organização e o tipo de trabalho que eles realizam; Descrição das metodologias e premissas utilizadas e flutuações significativas;	61
	2-9 Estrutura de governança e sua composição	A estrutura e composição do mais alto órgão de governança da organização considerando as funções executivas e não executivas, a independência, o mandato dos membros, o número de cargos, o gênero dos representantes, os representantes de grupos sociais sub-representados;	63
	2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	A forma como são aconselhados os indivíduos que buscam reportar preocupações sobre má conduta ou violações da lei nas operações ou relações negociais, a eficácia dos canais de comunicação quanto a garantia de direitos humanos dos usuários na proteção contra represálias;	87
	2-29 Abordagem para engajamento de <i>stakeholders</i>	A identificação das categorias de <i>stakeholders</i> , os propósitos de engajamento e como a organização respeita os direitos humanos dos <i>stakeholders</i> , garantindo-lhes privacidade, liberdade de expressão e direito a reuniões ou manifestações pacíficas;	92
	2-30 Acordos de negociação coletiva	Dados sobre o percentual de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva e se houver empregados não cobertos, a descrição de suas condições e termos de emprego;	93
	202-1 Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por gênero	Informações sobre os salários mais baixos da organização em comparação com os salários mínimos aplicados no local das operações da organização discriminando essas informações por gênero;	339
	401-2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	Seguro de vida; plano de saúde; auxílio deficiência e invalidez; licença maternidade/paternidade; previdência privada; plano de aquisição de ações, excluídos benefícios em espécie, tais como instalações esportivas ou creches infantis, refeições gratuitas e programas similares de bem-estar;	566
	401-3 Licença maternidade e paternidade	Número de empregados com direito a usufruir da licença; o número de empregados que tiraram a licença; os que retornaram ao trabalho após a licença e os que continuaram empregados 12 meses após o retorno ao trabalho; taxas de retorno e retenção dos empregados que usufruíram da licença, discriminados por gênero;	568

THE - ODS 8	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
	405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados	Percentual de indivíduos que integram órgãos de governança e o percentual de novos empregados por categoria funcional, relacionados por gênero, faixa etária e indicadores de diversidade, quando relevantes, como por exemplo, minorias ou grupos vulneráveis;	643
	405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	A proporção entre o salário-base e a remuneração recebida por funcionários homens e mulheres na organização, discriminados por categoria funcional, e unidades operacionais;	644
	406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	Os casos de discriminação ocorridas e as providências tomadas, com a descrição de como ocorreu a análise do caso; os planos de reparação implementados e seus resultados analisados por meio de processos rotineiros de gestão interna, e os relatos de resolução dos casos;	656
	407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	Diligências e medidas realizadas para evitar a violação do direito dos trabalhadores no exercício da liberdade sindical e negociação coletiva, podendo recair sobre políticas e processos vinculados às suas relações de negócios, incluindo seus fornecedores;	666
	408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	Diligências para evitar que a organização utilize trabalho infantil ou seja cúmplice de sua utilização através de seus relacionamentos com fornecedores ou clientes. A temática encontra-se prevista em legislações de direitos humanos e declarações da OIT, ONU e OCDE;	677
	409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	Abordagens voltadas em operações próprias ou de fornecedores com riscos de ocorrência do uso de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir com a eliminação deste tipo de exploração;	689
(8.3) Investimento interno/impacto econômico;	201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído	Valor econômico direto gerado: receitas; Valor econômico distribuído: custos operacionais, salários e benefícios de empregados, pagamentos a provedores de capital, pagamentos ao governo - por país e investimentos na comunidade; Valor econômico retido: “valor econômico direto gerado” menos “valor econômico distribuído” em regime de competência	322
	203-2 Impactos econômicos indiretos significativos	Casos positivos e negativos já identificados; A importância destes no contexto das referências externas e prioridades para os <i>stakeholders</i> .	353
(8.4) Colocações de emprego;	-	-	-
(8.5) Segurança no emprego;	401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados	A quantidade de novas contratações de empregados discriminados por faixa etária (abaixo de 30 anos, de 30 a 50 anos e acima de 50 anos, gênero e região);	565

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os itens 8.1 e 8.4 abordam questões intrínsecas ao ambiente universitário, inexistindo relação com os itens que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI. O item 8.2 trata de práticas empregatícias com a aplicabilidade de pelo menos o salário-mínimo local,

reconhecimento de sindicatos e direitos trabalhistas, existência de políticas antidiscriminação e compromissos políticos contra o trabalho forçado, escravidão moderna, tráfico de pessoas e trabalho infantil, políticas de garantia de direitos equivalentes a trabalhadores terceirizados, fomento à equidade salarial e de gênero, e uso de canais para que os funcionários possam apelar sobre questões trabalhistas.

São itens que envolvem práticas empregatícias, relacionam-se com a descrição do quadro de trabalhadores empregados e não empregados (GRI 2-7; 2-8), relato dos benefícios oferecidos a trabalhadores em tempo integral, que não são oferecidos a trabalhadores temporários ou de período parcial, fatores que influem na retenção de trabalhadores (GRI 401-2), na estrutura e composição do órgão de governança e em sua diversidade (GRI 2-9; 405-1), na exposição dos salários comparados a salários-mínimos locais discriminados por gênero (GRI 202-1; 405-2), no detalhamento de concessões de licenças maternidade e paternidade (GRI 401-3), incidentes discriminatórios e as medidas tomadas (GRI 406-1).

Ademais, relaciona-se com as GRI's 407-1, 408-1 e 409-1 considerando os mesmos motivos descritos junto ao Quadro 24, bem como o relato dos percentuais de funcionários cobertos por acordos coletivos (GRI 2-30), descrição da forma como a organização se mantém vigilante a violações trabalhistas, preservando sigilo aos denunciante e garantindo liberdade de expressão (GRI 2-26; 2-29).

O item que aborda o investimento interno e impacto econômico (8.3) pontua questões inerentes às métricas que apontam a universidade como uma impulsionadora econômica em sua região, e métricas que indicam um valor relativo à região em que a universidade está situada, através do cálculo dos gastos da universidade, dividido pelo número de funcionários, normalizado pelo PIB *per capita* regional, possuindo conexão com o relato da criação e distribuição de valor econômico (GRI 201-1) e com o alcance dos impactos econômicos indiretos da organização (GRI 203-2).

Por fim, o item 8.5 envolve a proporção de funcionários com contratos permanentes ou rotativos de trabalho. Este item possui conexão com a GRI 401-1, que compreende o relato de taxas de novas contratações, inferindo que a alta taxa de rotatividade de empregados pode indicar níveis de incerteza ou insatisfação entre os empregados ou servidores públicos.

O ODS 9, indústria, inovação e infraestrutura, tem como meta construir uma infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação. O Quadro 47 apresenta a relação entre o ODS 9 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 47 – Relação entre o ODS 9 do *ranking Times Higher Education* e as normas GRI

THE - ODS 9	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(9.1) Pesquisa;	-	-	-
(9.2) Patentes citando pesquisas universitárias	-	-	-
(9.3) <i>Spin-offs</i> universitários	-	-	-
(9.4) Renda de pesquisa da indústria e comércio	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os itens 9.1, 9.2, 9.3 e 9.4 abordam questões intrínsecas ao ambiente universitário, inexistindo relação com os itens que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

O ODS 10, redução das desigualdades, tem como meta reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles. O Quadro 48 apresenta a relação entre o ODS 10 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 48 – Relação entre o ODS 10 do *ranking Times Higher Education* e as normas GRI

THE - ODS 10	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(10.1) Pesquisa;	-	-	-
(10.2) Alunos de 1ª geração;	-	-	-
(10.3) Porcentagem de estudantes internacionais em países em desenvolvimento que recebem ajuda financeira;	-	-	-
(10.4) Porcentagem de alunos com deficiência;	-	-	-
(10.5) Percentual de funcionários com deficiência;	2-7 Empregados	O número de empregados (permanentes, temporários, sem garantia de carga horária, em tempo integral e parcial) por gênero e região;	57
	2-9 Estrutura de governança e sua composição	A estrutura e composição do mais alto órgão de governança da organização considerando as funções executivas e não executivas, a independência, o mandato dos membros, o número de cargos, o gênero dos representantes, os representantes de grupos sociais sub-representados;	63
	(10.6) Medidas contra a discriminação;	O nível de desenvolvimento de investimentos em infraestrutura e apoio a serviços que sejam significativos; Impactos atuais ou previstos em comunidades e economias locais, incluindo impactos positivos e negativos;	352
	203-1 Investimentos em infraestruturas e apoio a serviços		
	401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados	A quantidade de novas contratações de empregados discriminados por faixa etária (abaixo de 30 anos, de 30 a 50 anos e acima de 50 anos, gênero e região);	565

THE - ODS 10	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
	405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados	Percentual de indivíduos que integram órgãos de governança e o percentual de novos empregados por categoria funcional, relacionados por gênero, faixa etária e indicadores de diversidade, quando relevantes, como por exemplo, minorias ou grupos vulneráveis;	643
	406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	Os casos de discriminação ocorridas e as providências tomadas, com a descrição de como ocorreu a análise do caso; os planos de reparação implementados e seus resultados analisados por meio de processos rotineiros de gestão interna, e os relatos de resolução dos casos;	656

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os itens 10.1, 10.2, 10.3 e 10.4 são questões intrínsecas ao setor universitário, inexistindo relação com os itens que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI. O item 10.5 trata de métricas definidas a partir da quantidade de funcionários ou servidores públicos portadores de deficiência, dividido pelo número total de funcionários. O item 10.6 pontua ações antidiscriminação, políticas de recrutamento e apoio a grupos sub-representados, políticas antiassédio, apoio a comitês temáticos de diversidade e igualdade, políticas de instalações acessíveis e apoio às pessoas com deficiência.

Os itens 10.5 e 10.6 podem guardar relação com a descrição do quadro de funcionários (GRI 2-7), descrição da estrutura e composição do mais alto órgão de governança e sua diversidade (GRI 2-9; 405-1), quantidade de novas contratações considerando idade, gênero e região dos contratados e os esforços da organização na implementação de práticas inclusivas de recrutamento (GRI 401-1), descrição dos incidentes que envolveram algum tipo de discriminação e as decisões deliberadas sobre o assunto (GRI 406-1).

Outrossim, as políticas de acomodação e instalações acessíveis a portadores de deficiência estão ligadas a aspectos estruturais da organização e se relacionam com o conteúdo GRI 203-1.

O ODS 11, cidades e comunidades sustentáveis, tem como meta tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. O Quadro 49 apresenta a relação entre o ODS 11 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 49 – Relação entre o ODS 11 do *ranking Times Higher Education* e as normas GRI

THE - ODS 11	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(11.1) Pesquisa;	-	-	-
(11.2) Apoio às artes e ao patrimônio;	-	-	-
(11.3) Despesas com artes e patrimônio;	-	-	-

THE - ODS 11	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(11.4) Práticas sustentáveis;	203-1 Investimentos em infraestruturas e apoio a serviços	O nível de desenvolvimento de investimentos em infraestrutura e apoio a serviços que sejam significativos; Impactos atuais ou previstos em comunidades e economias locais, incluindo impactos positivos e negativos;	352
	304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	Impactos diretos e indiretos na biodiversidade em relação a construção ou uso de fábricas, minas e infraestrutura de transportes; poluição; inserção de espécies invasoras, pragas e agentes patogênicos; redução de espécies; conversão de habitats; mudanças em processos ecológicos; espécies afetadas; áreas impactadas; duração, reversibilidade ou irreversibilidade;	474
	305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	Resultado direto de iniciativas de redução, em toneladas métricas de CO2 equivalente (CO2, CH4, N2O, HFCs, PFCs, SF6, NF3 ou todos); ano-base para o cálculo incluindo justificativas para sua escolha; escopos em que as reduções ocorreram: se emissões diretas (Escopo 1), indiretas (Escopo 2) provenientes de aquisição de energia e/ou outras emissões indiretas (Escopo 3);	496

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os itens 11.1, 11.2, 11.3 abordam questões intrínsecas ao ambiente universitário, inexistindo relação com os itens que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI. O item 11.4 inclui ações desenvolvidas para proporcionar deslocamentos de pessoas de forma mais sustentável, promoção ou permissão de teletrabalho para os funcionários, como política padrão para reduzir o deslocamento deles, fornecimento de moradias acessíveis, priorização de acesso a pedestres, colaboração com autoridades locais em relação ao planejamento e desenvolvimento, criação de novos padrões de construção e priorização de execução de construções em locais ociosos ou subutilizados. São itens que possuem as mesmas relações destacadas no Quadro 37, que trata da relação entre o *GreenMetric* e a GRI, por intermédio da categoria n.º 5 - transportes.

O ODS 12, consumo e produção responsáveis, tem como meta assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. O Quadro 50 apresenta a relação entre o ODS 12 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 50 – Relação entre o ODS 12 do *ranking Times Higher Education* e as normas GRI

THE - ODS 12	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(12.1) Pesquisa;	-	-	-
(12.2) Medidas operacionais;	301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	O percentual de matérias-primas ou materiais reciclados utilizados na fabricação de seus produtos e serviços;	419
(12.3) Proporção de resíduos reciclados;	301-3 Produtos e suas embalagens reaproveitados	O percentual de produtos e embalagens reaproveitados para cada categoria de produto, excluídos produtos rejeitados e <i>recalls</i> ;	420
	306-1 Geração de resíduos e impactos	Descrição das entradas, atividades e saídas que levam ou poderiam gerar impactos e se os impactos estão	523

THE - ODS 12	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
	significativos relacionados a resíduos	relacionados a resíduos gerados nas próprias atividades da organização ou a resíduos gerados <i>upstream</i> ou <i>downstream</i> na sua cadeia de valor;	
	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	Medidas (inclusive de circularidade) para evitar a produção de resíduos nas atividades, <i>upstream</i> e <i>downstream</i> em sua cadeia de valor. Se os resíduos gerados são gerenciados por terceiros deve ser descrito o processo de gerenciamento em conformidade com obrigações contratuais ou legais;	525
	306-3 Resíduos gerados	Peso total dos resíduos gerados em toneladas métricas, e uma discriminação desse total por composição dos resíduos. Informações contextuais necessárias para a compreensão dos dados relatados e compilados;	527
	306-4 Resíduos não destinados para disposição final	Peso dos resíduos não destinados à disposição final em toneladas métricas e a composição dos resíduos; Peso dos resíduos perigosos e não perigosos não destinados para disposição em toneladas métricas com a discriminação das operações de recuperação (preparação para reutilização, reciclagem);	528
	306-5 Resíduos destinados para disposição final	Peso dos resíduos destinados à disposição em toneladas métricas e a composição dos resíduos. Peso dos resíduos perigosos e não perigosos destinados a disposição final em toneladas métricas com a discriminação das operações de disposição (incineração - com e sem recuperação de energia; aterramento);	530
	308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais;	552
	308-2 Impactos ambientais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas	Número de fornecedores avaliados; identificados como causadores de impactos negativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores com relação aos impactos ambientais; casos em que foram acordadas melhorias como decorrência da avaliação realizada e casos em que foram encerradas as relações de negócios em decorrência da avaliação e as razões que motivaram esse encerramento;	553
	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	Percentual de novos fornecedores selecionados ou contratados sujeitos a processos diligenciados em seus aspectos sociais que podem envolver diligências quanto ao uso de trabalho infantil;	736
	414-2 Impactos sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas	Impactos sociais negativos em que a organização esteve envolvida ou contribuiu para a causar - que podem decorrer do uso de trabalho infantil - e seu posicionamento diante de fornecedores (oportunidades de melhoria ou encerramento das relações negociais);	737
(12.4) Publicação do Relatório de Sustentabilidade;	2-22 Declaração sobre estratégias do desenvolvimento sustentável	A visão e estratégia inerentes à gestão dos impactos das atividades da organização, incluindo impactos sobre os direitos humanos;	78

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O item 12.1 é intrínseco ao ambiente universitário, inexistindo relação com os itens que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI. Os itens 12.2 e 12.3 pontuam ações voltadas ao consumo e à produção responsável, com abastecimento ético, que preveja garantias de aquisição de produtos responsáveis e sustentáveis, quanto à sua fabricação.

Estes itens preveem questões relacionadas ao descarte de resíduos perigosos, mensuração da quantidade de resíduos gerados, reciclados e enviados a aterros, e políticas relacionadas à minimização do uso de plásticos e itens descartáveis, políticas que se estendem a serviços terceirizados e à cadeia de suprimentos.

Os itens 12.2 e 12.3 têm ligação com o relato dos esforços voltados à redução de insumos consumidos na fabricação e no acondicionamento dos produtos através da reciclagem, reutilização ou recuperação (GRI 301-2; 301-3), bem como o relato de todos os conteúdos que compõem a GRI 306: Resíduos 2020, que incluem a quantidade dos resíduos produzidos, a gestão e as medidas tomadas para evitar ou reduzir a produção de resíduos, assim como a sua destinação ambientalmente correta ou reutilização (GRI 306-1; 306-2; 306-3; 306-4; 306-5).

O abastecimento ético compreende o uso de critérios para evitar o relacionamento com fornecedores causadores de impactos ambientais ou sociais negativos, critérios estes aplicados no ato da seleção ou contratação (GRI 308-1; 414-1), ou ainda diligências efetuadas no decorrer do período contratual com fornecedores, baseadas em expectativas definidas e comunicadas previamente, podendo gerar aditamentos contratuais para oportunizar melhorias ou encerramento de relações comerciais em decorrência dos impactos negativos identificados (GRI 308-2, 414-2). O item 12.4 pontua a publicação de Relatórios de Sustentabilidade, podendo guardar relação com a GRI 2-22, conforme justificativa apresentada junto ao Quadro 38, item EP 7, que também trata dos Relatórios de Sustentabilidade.

O ODS 13, ação contra a mudança global do clima, tem como meta tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos. O Quadro 51 apresenta a relação entre o ODS 13 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 51 – Relação entre o ODS 13 do *ranking Times Higher Education* e as normas GRI

THE - ODS 13	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(13.1) Pesquisa;	-	-	-
(13.2) Uso de energia de baixo carbono;	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	Riscos e oportunidades apresentados pelas mudanças climáticas com potencial de gerar mudanças substanciais nas operações, receitas ou despesas, incluindo, a descrição do risco, descrição do impacto associado, implicações financeiras do risco, os métodos utilizados para gerenciamento e os custos;	325

THE - ODS 13	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(13.4) Compromisso com a universidade neutra em carbono;	302-1 Consumo de energia dentro da organização	O consumo total de combustíveis oriundos de fontes renováveis e não renováveis, em joules ou seus múltiplos, inclusive os tipos de combustíveis usados, categorizados em eletricidade, aquecimento, resfriamento e vapor, inclusive a energia vendida;	429
	302-3 Intensidade energética	Taxa de intensidade energética com suas métricas específicas, os tipos de energia inseridos na taxa de intensidade; se combustível, eletricidade, aquecimento, resfriamento, vapor, informando se a taxa utiliza a energia consumida dentro ou fora da organização;	433
	305-1 Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)	Emissões em toneladas métricas de CO2 ou equivalente, incluídos no cálculo: se CO2, CH4, N2O, HFCs, PFCs, SF6, NF3 ou todos, emissões biogênicas de CO2 em toneladas métricas de CO2 equivalente, ano-base para o cálculo, fontes dos fatores de emissão e índices de potencial de aquecimento global (GWP) usados ou uma referência à fonte de GWP;	487
	305-2 Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia	Emissões em toneladas métricas calculadas com base na localização, emissões indiretas de GEE (Escopo 2) provenientes da aquisição de energia em toneladas métricas de CO2 equivalente calculadas com base no mercado. Se disponível, os gases incluídos no cálculo; se CO2, CH4, N2O, HFCs, PFCs, SF6, NF3 ou todos, o ano-base para o cálculo e justificativas;	489
	305-4 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	Índice de intensidade de emissões de GEE, o denominador escolhido pela organização para calcular o índice. Tipos de emissões de GEE incluídos no índice de intensidade; se diretas (Escopo 1), indiretas (Escopo 2) provenientes de aquisição de energia e/ou outras emissões indiretas (Escopo 3), incluídos no cálculo (CO2, CH4, N2O, HFCs, PFCs, SF6, NF3 ou todos);	494
	305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	Resultado direto de iniciativas de redução, em toneladas métricas de CO2 equivalente (CO2, CH4, N2O, HFCs, PFCs, SF6, NF3 ou todos); ano-base para o cálculo incluindo justificativas para sua escolha; escopos em que as reduções ocorreram: se emissões diretas (Escopo 1), indiretas (Escopo 2) provenientes de aquisição de energia e/ou outras emissões indiretas (Escopo 3);	496
(13.3) Medidas de Educação Ambiental;	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os itens 13.1 e 13.3 são intrínsecos ao ambiente universitário, inexistindo relação com os itens que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI. Os itens 13.2 e 13.4 pontuam a mensuração do uso da energia de baixo carbono na universidade, oriundas de fontes renováveis (biomassa, energia hidrelétrica, geotérmica), fontes de geração (eólica, solar, nuclear), eletricidade renovável e nuclear, e o compromisso da universidade para tornar-se neutra em carbono, de acordo com os parâmetros do protocolo de GEE, com os indicadores de existência de data prevista para se tornar neutra, e a indicação do escopo.

Os itens supracitados têm ligação com ações direcionadas à redução de emissões também de outros tipos de gases poluentes no ar, responsáveis por promover mudanças climáticas e intervir negativamente na qualidade do ar (GRI 305-1; 305-2; 305-4; 305-5), circunstâncias que podem ter como desdobramento implicações financeiras que se dividem em riscos e oportunidades. Os riscos se referem a custos que afetam a competitividade das organizações, enquanto as oportunidades repercutem no desenvolvimento de novas tecnologias e produtos voltados às mitigações das mudanças climáticas (GRI 201-2).

Outrossim, dados oriundos do consumo de energia podem servir de base para a decisão de implantação de mecanismos para o uso de fontes renováveis, auxiliando pautas relacionadas a mudanças climáticas, proporcionando a redução da pegada ambiental (GRI 302-1; 302-3).

O ODS 14, vida na água, tem como meta a conservação e o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos. O Quadro 52 apresenta a relação entre o ODS 14 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 52 – Relação entre o ODS 14 do *ranking Times Higher Education* e as normas GRI

THE - ODS 14	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(14.1) Pesquisa;	-	-	-
(14.2) Apoiar os ecossistemas aquáticos através da educação;	-	-	-
(14.3) Apoiar os ecossistemas aquáticos através da ação;	-	-	-
(14.4) Eliminação de resíduos sensíveis à água;	301-2 Matérias-primas ou Materiais reciclados utilizados	O percentual de matérias-primas ou materiais reciclados utilizados na fabricação de seus produtos e serviços;	419
	301-3 Produtos e suas embalagens reaproveitados	O percentual de produtos e embalagens reaproveitados para cada categoria de produto, excluídos produtos rejeitados e <i>recalls</i> ;	420
	303-2 Gestão de impactos relacionados ao descarte de água	Descrição dos padrões mínimos estabelecidos para a qualidade do descarte de efluentes, e como foram determinados esses padrões mínimos;	448
	303-4 Descarte de água	Descarte em megalitros (inclusive áreas com estresse hídrico), discriminado por fontes e formas de destinação, se aplicável - água de superfície; subterrânea; do mar; de terceiros. Relato do volume enviado para uso em outras organizações (se aplicável), das substâncias em que há tratamento do descarte, casos de não conformidade com os limites;	452
	306-1 Geração de resíduos e impactos	Descrição das entradas, atividades e saídas que levam ou poderiam gerar impactos e se os impactos estão relacionados a resíduos gerados nas próprias atividades da organização ou	523

THE - ODS 14	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
	significativos relacionados a resíduos	a resíduos gerados <i>upstream</i> ou <i>downstream</i> na sua cadeia de valor;	
	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	Medidas (inclusive de circularidade) para evitar a produção de resíduos nas atividades, <i>upstream</i> e <i>downstream</i> em sua cadeia de valor. Se os resíduos gerados são gerenciados por terceiros deve ser descrito o processo de gerenciamento em conformidade com obrigações contratuais ou legais;	525
	306-3 Resíduos gerados	Peso total dos resíduos gerados em toneladas métricas, e uma discriminação desse total por composição dos resíduos. Informações contextuais necessárias para a compreensão dos dados relatados e compilados;	527
	306-4 Resíduos não destinados para disposição final	Peso dos resíduos não destinados à disposição final em toneladas métricas e a composição dos resíduos; Peso dos resíduos perigosos e não perigosos não destinados para disposição em toneladas métricas com a discriminação das operações de recuperação (preparação para reutilização, reciclagem);	528
	306-5 Resíduos destinados para disposição final	Peso dos resíduos destinados à disposição em toneladas métricas e a composição dos resíduos. Peso dos resíduos perigosos e não perigosos destinados a disposição final em toneladas métricas com a discriminação das operações de disposição (incineração - com e sem recuperação de energia; aterramento);	530
(14.5) Manter um ecossistema local;	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os itens 14.1, 14.2, 14.3 e 14.5 abordam questões intrínsecas ao ambiente universitário, inexistindo relação com os itens que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI. O item 14.4 pontua a existência de padrões de descarga de água, padrões para a redução do desperdício de plásticos e da poluição marinha a partir de atividades terrestres, práticas que podem ter conexão com o relato dos esforços voltados à redução de insumos fabris e acondicionamento, através da reciclagem, reutilização ou recuperação (GRI 301-2; 301-3), bem como a descrição dos padrões de controle da qualidade da água descartada (GRI 303-2) e o volume desse descarte (GRI 303-4), auxiliando na compreensão de possíveis impactos negativos no corpo d'água.

Além disso, relaciona-se com os conteúdos que compõem a GRI 306: Resíduos 2020, que envolve a quantidade e o tipo dos resíduos produzidos, a gestão e as medidas tomadas para evitar ou reduzir a geração de resíduos, assim como sua destinação ou reutilização (GRI 306-1; 306-2; 306-3; 306-4; 306-5).

O ODS 15, vida terrestre, tem como meta proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade. O

Quadro 53 apresenta a relação entre o ODS 15 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 53 – Relação entre o ODS 15 do *ranking Times Higher Education* e as normas GRI

THE - ODS 15	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(15.1) Pesquisa;	-	-	-
(15.2) Apoiar os ecossistemas terrestres por meio da educação;	-	-	-
(15.3) Apoiar os ecossistemas terrestres através da ação;	304-3 Habitats protegidos ou restaurados	Tamanho e localização das áreas de proteção permanente ou restauradas, informações sobre as medidas de restauração caso tenham aprovação de especialistas externos independentes; ocorrência de parcerias na proteção ou restauração dos habitats;	475
	304-4 Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização	Número de espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza - e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção;	476
(15.4) Descarte de resíduos sensíveis ao solo;	301-2 Matérias-primas ou Materiais reciclados utilizados	O percentual de matérias-primas ou materiais reciclados utilizados na fabricação de seus produtos e serviços;	419
	301-3 Produtos e suas embalagens reaproveitados	O percentual de produtos e embalagens reaproveitados para cada categoria de produto, excluídos produtos rejeitados e <i>recalls</i> ;	420
	303-2 Gestão de impactos relacionados ao descarte de água	Descrição dos padrões mínimos estabelecidos para a qualidade do descarte de efluentes, e como foram determinados esses padrões mínimos;	448
	303-4 Descarte de água	Descarte em megalitros (inclusive áreas com estresse hídrico), discriminado por fontes e formas de destinação, se aplicável - água de superfície; subterrânea; do mar; de terceiros. Relato do volume enviado para uso em outras organizações (se aplicável), das substâncias em que há tratamento do descarte, casos de não conformidade com os limites;	452
	306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	Descrição das entradas, atividades e saídas que levam ou poderiam gerar impactos e se os impactos estão relacionados a resíduos gerados nas próprias atividades da organização ou a resíduos gerados <i>upstream</i> ou <i>downstream</i> na sua cadeia de valor;	523
	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	Medidas (inclusive de circularidade) para evitar a produção de resíduos nas atividades, <i>upstream</i> e <i>downstream</i> em sua cadeia de valor. Se os resíduos gerados são gerenciados por terceiros deve ser descrito o processo de gerenciamento em conformidade com obrigações contratuais ou legais;	525
	306-3 Resíduos gerados	Peso total dos resíduos gerados em toneladas métricas, e uma discriminação desse total por composição dos resíduos. Informações contextuais necessárias para a compreensão dos dados relatados e compilados;	527

THE - ODS 15	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
	306-4 Resíduos não destinados para disposição final	Peso dos resíduos não destinados à disposição final em toneladas métricas e a composição dos resíduos; Peso dos resíduos perigosos e não perigosos não destinados para disposição em toneladas métricas com a discriminação das operações de recuperação (preparação para reutilização, reciclagem);	528
	306-5 Resíduos destinados para disposição final	Peso dos resíduos destinados à disposição em toneladas métricas e a composição dos resíduos. Peso dos resíduos perigosos e não perigosos destinados a disposição final em toneladas métricas com a discriminação das operações de disposição (incineração - com e sem recuperação de energia; aterramento);	530

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os itens 15.1 e 15.2 abordam questões intrínsecas ao ambiente universitário, inexistindo relação com os itens que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI. O item 15.3 pontua a mensuração de políticas de uso sustentável, conservação e restauração da terra, políticas de identificação, monitoramento e proteção de espécies listadas pela *International Union for Conservation of Nature* (IUCN), em tradução livre para o português: União Internacional para a Conservação da Natureza, e pela Lista Nacional de Conservação.

Há também dados sobre a inclusão da biodiversidade local no planejamento e desenvolvimento de projetos, políticas de redução de impactos negativos que possam envolver espécies exóticas, e colaborações para ecossistemas terrestres compartilhados.

As questões apresentadas no item 15.3 se relacionam com o conteúdo GRI 304-3 e 304-4 que preveem o relato das “[...] atividades de prevenção e reparação da organização em relação aos seus impactos na biodiversidade [...]” (GRI, 2023, p. 475). O relato da identificação de ameaças a espécies da fauna e da flora decorrentes das atividades da organização e as providências tomadas para evitar a extinção das espécies. Nesse sentido, as listas de conservação são “[...] elementos norteadores formais sobre a sensibilidade do habitat em áreas afetadas pelas operações da organização e sobre a importância relativa desses habitats sob o ponto de vista da gestão [...]” (GRI, 2023, p. 476).

O item 15.4 pontua questões ligadas à existência de padrões de qualidade de descarga de água, políticas de redução de resíduos plásticos e resíduos perigosos. Tais ações possuem as mesmas relações já destacadas no Quadro 52, que trata da relação entre o ODS n.º 14, adaptado no *Impact Rankings* e a GRI, por intermédio do item n.º 14.4, que trata das diretrizes e dos padrões de descarga de água, planos para reduzir o desperdício de plásticos e redução da poluição marinha a partir das atividades terrestres.

O ODS 16, paz, justiça e instituições eficazes, tem como meta promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. O Quadro 54 apresenta a relação entre o ODS 16 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 54 – Relação entre o ODS 16 do *ranking Times Higher Education* e as normas GRI

THE - ODS 16	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(16.1) Pesquisa;	-	-	-
(16.2) Medidas de governança universitária;	2-9 Estrutura de governança e sua composição	A estrutura e composição do mais alto órgão de governança da organização considerando as funções executivas e não executivas, a independência, o mandato dos membros, o número de cargos, o gênero dos representantes, os representantes de grupos sociais sub-representados;	63
	2-23 Compromissos de política	Compromissos que preveem o respeito para com os direitos humanos, podem envolver aqueles reconhecidos internacionalmente ou ações voltadas a grupos em situação de risco;	79
	2-24 Incorporação de compromissos de política	A forma como ocorre a incorporação dos compromissos políticos, incluindo o respeito aos direitos humanos em seus processos e relações negociais;	82
	2-29 Abordagem para engajamento de <i>stakeholders</i>	A identificação das categorias de <i>stakeholders</i> , os propósitos de engajamento e como a organização respeita os direitos humanos dos <i>stakeholders</i> , garantindo-lhes privacidade, liberdade de expressão e direito a reuniões ou manifestações pacíficas;	91
	201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído	Valor econômico direto gerado: receitas; Valor econômico distribuído: custos operacionais, salários e benefícios de empregados, pagamentos a provedores de capital, pagamentos ao governo - por país e investimentos na comunidade; Valor econômico retido: “valor econômico direto gerado” menos “valor econômico distribuído “em regime de competência	322
	201-4 Apoio financeiro recebido do governo	O valor monetário do apoio financeiro recebido de governos (por país), incluindo benefícios e créditos fiscais, subsídios, subvenções, concessões, prêmios, <i>royalty holidays</i> , apoio financeiro de Agências, incentivos financeiros, outros benefícios financeiros recebidos ou recebíveis de governos para qualquer operação. Informar se algum governo participa da estrutura acionária da organização;	328
	205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	Número e percentual de operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção. Riscos significativos identificados através de avaliações;	371
	205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	Número e percentual de empregados, membros do órgão de governança, parceiros de negócios ou outras pessoas que foram comunicadas sobre procedimentos e políticas de combate à corrupção adotados pela organização, discriminados por região. E, o número e percentual de membros do órgão de governança e empregados que receberam capacitação na temática discriminados por categoria funcional e região;	372

THE - ODS 16	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
	205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	Número e natureza de casos confirmados de corrupção, número de empregados demitidos ou punidos por corrupção, número de parceiros de negócios com contratos rescindidos ou não renovados em decorrência de violações relacionadas à corrupção. Processos judiciais relacionados à temática, movidos contra a organização ou seus empregados no período de relato e o resultado desses processos;	373
	207-4 Relato país-a-país	Informações financeiras, econômicas e fiscais para cada jurisdição onde a organização opera, incluindo os nomes das entidades residentes; atividades primárias da organização; número de empregados e a base de cálculo para esse número; receitas provenientes de vendas por terceiros; receitas provenientes de transações intragrupo com outras jurisdições fiscais; lucros/perdas antes do pagamento de impostos; bens tangíveis que não sejam caixa e equivalentes de caixa; imposto de renda pessoa jurídica pago em regime de caixa; imposto de renda pessoa jurídica incidente sobre lucros/perdas; motivos para a diferença entre imposto de renda pessoa jurídica incidente sobre lucros/perdas e o imposto devido se a alíquota fixada em lei for aplicada para lucros/perdas antes do pagamento de impostos;	402
	405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados	Percentual de indivíduos que integram órgãos de governança e o percentual de novos empregados por categoria funcional, relacionados por gênero, faixa etária e indicadores de diversidade, quando relevantes, como por exemplo, minorias ou grupos vulneráveis;	643
	415-1 Contribuições políticas	O valor monetário das contribuições diretas e indiretas, por país e beneficiário e como ocorreu sua estimativa;	748
(16.3) Trabalhando com o governo;	-	-	-
(16.4) Graduados em cursos relacionados à lei e aplicação civil com elemento ético;	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os itens 16.1, 16.3 e 16.4 abordam questões intrínsecas ao ambiente universitário, inexistindo relação com os itens que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI. O item 16.2 pontua a representatividade do mais alto órgão de governança, a identificação e o envolvimento com *stakeholders*, a existência de órgãos participativos, a publicação de princípios e/ou compromissos anticorrupção, o suborno e crime organizado, e a publicação de dados financeiros.

Tais questões relacionam-se com os conteúdos GRI, que preveem o relato da estrutura e composição do mais alto órgão de governança e sua diversidade (GRI 2-9; 405-1), com a descrição dos compromissos políticos da organização voltada às condutas responsáveis, e como ocorre a incorporação desses (GRI 2-23; 2-24), bem como a forma de engajamento com

stakeholders, promovido como parte das atividades cotidianas, e não apenas para fins específicos, como, por exemplo, a preparação de relatórios (GRI 2-29).

Ademais, essas questões têm conexões com a totalidade dos conteúdos da GRI 205: Combate à Corrupção 2016, através da exposição de avaliações de risco com enfoque na corrupção (GRI 205-1), comunicação e capacitação para combater a corrupção (GRI 205-2) e da especificação de casos confirmados de corrupção e providências tomadas (GRI 205-3).

Por fim, a publicação de dados financeiros, inserida no item 16.2, pode guardar semelhança com a descrição das receitas com vendas, investimentos financeiros e vendas de ativos, custos operacionais, salários e benefícios, pagamentos a provedores de capital e ao governo, e investimentos na comunidade (GRI 201-1).

Essas providências podem compor um conjunto de relatos provenientes da ajuda e dos apoios financeiros recebidos na forma de subsídios e incentivos financeiros do governo (GRI 201-4) ou de fundações de apoio, e relato de informações financeiras, econômicas e fiscais para cada jurisdição onde a organização opera (GRI 207-4). A realização de contribuições financeiras realizadas pela organização por país e destinatário e/ou beneficiário (GRI 415-1).

O ODS 17, parcerias e meios de implementação, tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. O Quadro 55 apresenta a relação entre o ODS 17 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 55 – Relação entre o ODS 17 do *ranking Times Higher Education* e as normas GRI

THE - ODS 17	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(17.1) Proporção de todas as pesquisas sobre ODS com coautoria internacional;	-	-	-
(17.2) Relacionamento com ONGs, Governo Regional e Nacional;	2-28 Participação em associações	O relato das associações do setor e outras associações, além de organizações nacionais ou internacionais de <i>advocacy</i> das quais participa.	90
	2-29 Abordagem para engajamento de <i>stakeholders</i>	A identificação das categorias de <i>stakeholders</i> , os propósitos de engajamento e como a organização respeita os direitos humanos dos <i>stakeholders</i> , garantindo-lhes privacidade, liberdade de expressão e direito a reuniões ou manifestações pacíficas;	91
	415-1 Contribuições políticas	O valor monetário das contribuições diretas e indiretas, por país e beneficiário e como ocorreu sua estimativa;	748
(17.3) Publicação dos resultados em todos os ODS;	2-22 Declaração sobre estratégias do desenvolvimento sustentável	A visão e estratégia inerentes à gestão dos impactos das atividades da organização, incluindo impactos sobre os direitos humanos;	78

THE - ODS 17	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(17.4) Educação para os ODS;	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os itens 17.1 e 17.4 são questões intrínsecas ao ambiente universitário, inexistindo relação com os itens que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI. O item 17.2 pontua o envolvimento da universidade com governos locais ou ONGs, no sentido de identificar problemas e desafios, ou ainda de iniciar ou participar de discussões intersetoriais, coletar dados e colaborar com pesquisas internacionais sobre ODS. Tais ações tem ligação com a participação da organização em associações ligadas ao ramo de atividade ou outras associações nacionais ou internacionais de *advocacy* (GRI 2-28), engajamento com o governo e ONGs (GRI 2-29) e as contribuições diretas ou indiretas a causas políticas (GRI 415-1).

O item 17.3 pontua a publicação de relatórios que demonstrem progressos em relação a cada um dos ODS, possuindo a mesma ligação descrita no item EP 7 do Quadro 38 e item 12.4 do Quadro 50.

4.1.7 TCU e a GRI

A Decisão Normativa TCU n.º 198, de 23 de março de 2022, estabeleceu normas para a elaboração da prestação de contas na forma de relato integrado, apresentando em seu anexo único os elementos de conteúdo necessários à prestação de contas, por meio do relatório de gestão: 1) elementos pré-textuais; 2) mensagem do dirigente máximo; 3) visão geral organizacional e ambiente externo; 4) riscos, oportunidades e perspectivas; 5) governança, estratégia e desempenho; e 6) informações orçamentárias, financeiras e contábeis.

O Quadro 56 exhibe a relação entre o elemento de conteúdo n.º 1, elementos pré-textuais (coluna 1), e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI (coluna 2). A coluna 3 apresenta a síntese do conteúdo que deve ser relatado e a coluna 4 indica o número da página de referência do conjunto consolidado das normas GRI.

Quadro 56 – Relação entre o elemento de conteúdo n.º 1 do TCU e as normas GRI

Elemento de Conteúdo	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(1) Elementos pré-textuais	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os elementos pré-textuais auxiliam o leitor a identificar a localização das informações contidas no relatório de gestão, a exemplo de sumário, e assim não há conexão específica. Porém, pode ter relação com a estrutura que corresponde ao Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI, cuja função é fornecer “[...] uma visão geral das informações relatadas pela organização e mostra o local onde os usuários de informações podem encontrá-las. O sumário de conteúdo também mostra quais Normas GRI e conteúdos a organização usou [...]” (GRI, 2023, p. 10).

O elemento de conteúdo n.º 2, mensagem do dirigente máximo, compreende a apresentação resumida dos principais resultados e o reconhecimento da responsabilidade do dirigente máximo, por assegurar a integridade (fidedignidade, precisão e completude) ao relatório de gestão. O Quadro 57 apresenta a relação entre o elemento de conteúdo n.º 2 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 57 – Relação entre o elemento de conteúdo n.º 2 do TCU e as normas GRI

Elemento de Conteúdo	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(2) Mensagem do dirigente máximo	2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos	O papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança e pelos altos executivos no desenvolvimento, na aprovação e atualização da declaração de valores ou de missão, estratégias, políticas e objetivos relacionados ao desenvolvimento sustentável; na supervisão de processos para identificar e gerenciar seus impactos na economia, no meio ambiente e nas pessoas, incluindo engajamento com <i>stakeholders</i> , como são interpretados e analisados os resultados desses processos;	67
	2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão dos impactos	Descrição da forma como o mais alto órgão de governança delega responsabilidade pela gestão dos impactos, incluindo se existe a nomeação de algum alto executivo para atuar como responsável pela gestão desses impactos ou se existe delegação a outros empregados; Descrição do processo e frequência dos relatos sobre gestão dos impactos (economia, meio ambiente e pessoas);	68
	2-14 O papel do mais alto órgão de governança na elaboração de relatórios de sustentabilidade	Se o mais alto órgão de governança é responsável por analisar e aprovar as informações relatadas, incluindo os temas materiais, descrever o processo de análise e aprovação das informações; se o mais alto órgão de governança não for responsável, explicar os motivos para isso;	69
	3-1 Processo de definição de tópicos materiais	A descrição do processo de identificação de impactos negativos e positivos reais e potenciais na economia, no meio ambiente e nas pessoas, inclusive impactos relacionados a direitos humanos;	118
	3-3 Gestão dos temas materiais	A explicação de como ocorre o gerenciamento de cada um dos temas materiais, descrevendo impactos em direitos humanos, as medidas de prevenção, mitigação ou reparação destes;	121

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O elemento de conteúdo n.º 2 tem ligação com as GRI 2-12 e 2-13 que “[...] exigem informações sobre o papel do mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos da organização e em como delega responsabilidades para esse fim” (GRI, 2023, p. 123). Também pode ter conexão com o conteúdo GRI 2-14, que prevê a descrição do posicionamento do órgão de governança sobre a “[...] adequação dos controles internos da organização de modo a fortalecer a integridade e credibilidade do relato de sustentabilidade” (GRI, 2023, p. 69).

Além disso, relaciona-se com o modo de priorização de impactos (GRI 3-1), ou seja, como a organização “[...] avaliou a importância dos impactos, incluindo as premissas e ponderações subjetivas adotadas [...]” (GRI, 2023, p. 118-119).

Ademais, a GRI 3-3 que trata do relato do processo de estabelecimento de objetivos e metas, evidenciando se estes consideram o contexto da sustentabilidade, se possuem embasamento em instrumentos intergovernamentais de reconhecimento internacional, e se os objetivos e metas possuem natureza obrigatória, baseada na legislação, e/ou voluntária, bem como “[...] o cronograma para o alcance dos objetivos e das metas [...]” (GRI, 2023, p. 124).

O elemento de conteúdo n.º 3, visão geral organizacional e ambiente externo, é formado por oito itens: 3.1) identificação da organização e de sua missão e visão; 3.2) indicação das normas que embasam sua atuação; 3.3) organograma da estrutura organizacional; 3.4) diagrama da cadeia de valor; 3.5) descrição das políticas e programas de governo/ações orçamentárias; 3.6) informações sobre contratos de gestão firmados; 3.7) descrição do relacionamento com o ambiente externo e com os destinatários dos bens e serviços; 3.8) capital social e participações em outras sociedades, se aplicável.

O Quadro 58 apresenta a relação entre o elemento de conteúdo n.º 3 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 58 – Relação entre o elemento de conteúdo n.º 3 do TCU e as normas GRI

Elemento de Conteúdo	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(3.1) identificação da organização e de sua missão e visão	2-1 Detalhes da Organização	Nome jurídico, estrutura societária e forma jurídica, localização da sede, países em que opera;	50
	2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos	O papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança e pelos altos executivos no desenvolvimento, na aprovação e atualização da declaração de valores ou de missão, estratégias, políticas e objetivos relacionados ao desenvolvimento sustentável; na supervisão de processos para identificar e gerenciar seus impactos na economia, no meio ambiente e nas pessoas, incluindo engajamento com <i>stakeholders</i> , como são interpretados e analisados os resultados desses processos;	67

Elemento de Conteúdo	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(3.2) indicação das normas que embasam sua atuação	2-23 Compromissos de política	Compromissos que preveem o respeito para com os direitos humanos, podem envolver aqueles reconhecidos internacionalmente ou ações voltadas a grupos em situação de risco;	79
	2-27 Conformidade com leis e regulamentos	O número de casos de não conformidade com leis e regulamentos, discriminando por multas e sanções; O número e o valor monetário, discriminando por multas por não conformidade durante o período do relato e multas que foram pagas durante períodos anteriores; Descrição de casos significativos de não conformidade;	88
(3.3) organograma da estrutura organizacional	2-7 Empregados	O número de empregados (permanentes, temporários, sem garantia de carga horária, em tempo integral e parcial) por gênero e região;	57
	2-8 Trabalhadores que não são empregados	Tipos mais comuns de trabalhadores e suas relações contratuais com a organização e o tipo de trabalho que eles realizam; Descrição das metodologias e premissas utilizadas e flutuações significativas;	61
	2-9 Estrutura de governança e sua composição	A estrutura e composição do mais alto órgão de governança da organização considerando as funções executivas e não executivas, a independência, o mandato dos membros, o número de cargos, o gênero dos representantes, os representantes de grupos sociais sub-representados;	63
(3.4) diagrama da cadeia de valor	2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	Relato do(s) setor(es) em que atua; descrição da cadeia de valor, incluindo: as atividades, os produtos e serviços da organização e os mercados atendidos por ela, incluindo a cadeia de fornecedores da organização; as entidades <i>downstream</i> da organização e suas atividades; relato de outras relações de negócios relevantes; descrição de mudanças significativas em comparação ao período de relato anterior	55
(3.5) descrição das políticas e programas de governo/ações orçamentárias,	201-4 Apoio financeiro recebido do governo	O valor monetário do apoio financeiro recebido de governos (por país), incluindo benefícios e créditos fiscais, subsídios, subvenções, concessões, prêmios, royalty holidays, apoio financeiro de Agências, incentivos financeiros, outros benefícios financeiros recebidos ou recebíveis de governos para qualquer operação. Informar se algum governo participa da estrutura acionária da organização;	328
(3.6) informações sobre contratos de gestão firmados;	201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído	Valor econômico direto gerado: receitas; Valor econômico distribuído: custos operacionais, salários e benefícios de empregados, pagamentos a provedores de capital, pagamentos ao governo - por país e investimentos na comunidade; Valor econômico retido: “valor econômico direto gerado” menos “valor econômico distribuído” em regime de competência	322
(3.7) descrição do relacionamento com o ambiente externo e com os destinatários dos bens e serviços	2-25 Processos para reparar impactos negativos	Descrição dos canais de comunicação disponibilizados para o manifesto de preocupações reais ou potenciais que possam indicar violações de direitos humanos, e os processos voltados a reparação destes;	84
	2-28 Participação em associações	O relato das associações do setor e outras associações, além de organizações nacionais ou internacionais de <i>advocacy</i> das quais participa.	90
	2-29 Abordagem para engajamento de <i>stakeholders</i>	A identificação das categorias de <i>stakeholders</i> , os propósitos de engajamento e como a organização respeita os direitos humanos dos <i>stakeholders</i> , garantindo-lhes privacidade, liberdade de expressão e direito a reuniões ou manifestações pacíficas;	91

Elemento de Conteúdo	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
	413-1 Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	O engajamento efetivo com comunidades locais, a fim de identificar suas expectativas e necessidades, com a opção de uso de ferramentas de avaliação de impactos sociais e direitos humanos, através de abordagens baseadas em etnia, gênero, faixa etária, status socioeconômico, dentre outras vulnerabilidades existentes entre <i>stakeholders</i> da comunidade;	721
(3.8) capital social e participações em outras sociedades, se aplicável	2-1 Detalhes da Organização	Nome jurídico, estrutura societária e forma jurídica, localização da sede, países em que opera;	50
	2-2 Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização	Listar entidades incluídas; se a organização tiver demonstrações financeiras consolidadas auditadas ou registradas em registro público, especificar as diferenças entre as entidades incluídas em seu relato financeiro e a lista das incluídas em seu relato de sustentabilidade; se a organização for composta por várias entidades, explicar a abordagem utilizada na consolidação das informações;	51

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O elemento de conteúdo n.º 3.1 tem relação com a GRI 2-1: Detalhes da Organização, que prevê a identificação da organização por meio da descrição do nome jurídico, estrutura societária e forma jurídica (público ou privado), indicação da localização do centro administrativo e relato das regiões ou dos locais específicos onde opera. Estes também se relacionam com a GRI 2-12, que trata do envolvimento “[...] do mais alto órgão de governança e altos executivos no desenvolvimento, na aprovação e atualização da declaração de valores ou de missão, estratégias, políticas e objetivos relacionados ao desenvolvimento sustentável” (GRI, 2023, p. 67).

O elemento de conteúdo n.º 3.2 tem ligação a GRI 2-23, que orienta o relato das “[...] normas e os códigos de comportamento estabelecidos nos compromissos de política [...]” e as consultas a instrumentos intergovernamentais reconhecidos internacionalmente e outras normas ou iniciativas das quais participa (GRI, 2023, p. 79).

Ademais, pode relacionar-se com a GRI 2-27, que trata da não conformidade da organização em relação ao cumprimento de leis e regulamentos, caso não haja pagamento de multas durante o período de relato da organização, “[...] uma breve declaração desse fato será suficiente para cumprir os requisitos deste conteúdo” (GRI, 2023, p. 88).

O elemento de conteúdo n.º 3.3 trata da estrutura organizacional apresentada através de um organograma. Este item pode ter relação com os conteúdos GRI que preveem o relato da quantidade de empregados (GRI 2-7) e trabalhadores que não são empregados (GRI 2-8) e, ainda, com a GRI 2-9, que compreende o relato da “[...] composição do mais alto órgão de governança e dos seus comitês [...]” (GRI, 2023, p. 63).

O elemento de conteúdo n.º 3.4 requer a apresentação da cadeia de valor, através de um diagrama, evidenciando os macroprocessos e o valor público gerado, item que se relaciona com a GRI 2-6, que compreende a descrição das “[...] atividades realizadas pela organização e por entidades *upstream*¹⁰ e *downstream*¹¹ da organização, para trazer os produtos ou serviços da organização de sua concepção ao uso final” (GRI, 2023, p. 55).

O elemento de conteúdo n.º 3.5 exige a descrição de políticas e programas de governo e/ações orçamentárias, programas do plano plurianual, e de outros planos nacionais, setoriais e transversais de governo nos quais atua, item que pode ter conexão com a GRI 201-4 através da identificação do “[...] valor monetário do apoio financeiro recebido do governo [...]”, discriminado por país, e do relato da existência de participação acionária de governos na organização (GRI, 2023, p. 328).

O elemento de conteúdo n.º 3.6 demanda informações sobre contratos de gestão firmados, e de que forma eles são integrados no valor gerado pela unidade, podendo guardar relação com a GRI 201-1, que compreende o relato “[...] sobre a criação e distribuição de valor económico fornecem uma indicação básica de como a organização gerou riqueza para os *stakeholders* [...]” (GRI, 2023, p. 322).

O elemento de conteúdo n.º 3.7 requer informações sobre a relacionamento com o ambiente externo e com os destinatários dos bens e serviços produzidos, item que pode ter ligação com a GRI 2-25, que trata da disponibilização de “[...] mecanismos de queixas que a organização tenha estabelecido ou dos quais participa. Os mecanismos de queixas permitem que os *stakeholders* apresentem preocupações e busquem reparação para os impactos negativos reais e potenciais que os afetem” (GRI, 2023, p. 84).

¹⁰ Entidades *upstream* da organização fornecem produtos ou serviços usados no desenvolvimento dos produtos ou serviços da própria organização (GRI, 2023, p. 55).

¹¹ Entidades *downstream* da organização são aquelas que recebem produtos ou serviços da organização (GRI, 2023, p. 55).

Ademais, tem ligação com a participação da organização em associações ligadas ao ramo de atividade ou outras associações nacionais ou internacionais de *advocacy* (GRI 2-28), com o engajamento de *stakeholders* promovido pela organização como parte de suas atividades cotidianas (GRI 2-29) e com a GRI 413-1, que trata sobre o “[...] engajamento efetivo com as comunidades locais para identificar suas expectativas e necessidades” (GRI, 2023, p. 721).

Por fim, o item 3.8 do elemento de conteúdo n.º 3 demanda informações sobre o capital social da organização e da participação em outras sociedades, e tem relação com a GRI 2-1, que prevê o relato da “[...] estrutura societária e forma jurídica da organização refere-se a se ela é de capital público ou privado [...]” (GRI, 2023, p. 50). Tem conexão com a GRI 2-2, que prevê o relato de “[...] todas as entidades que a organização controla ou onde tem participação e estão incluídas em seu relato de sustentabilidade, tais como subsidiárias, joint ventures e afiliadas, inclusive participações minoritárias [...]” (GRI, 2023, p. 51).

O elemento de conteúdo n.º 4, riscos, oportunidades e perspectivas, é composto por: 4.1) descrição dos principais riscos identificados que podem afetar a capacidade de alcance de objetivos e como a organização administra essas questões; 4.2) descrição das principais oportunidades identificadas, que podem aumentar a capacidade de cumprimento dos objetivos da organização e as respectivas ações para aproveitá-las; 4.3) exposição das fontes específicas de riscos e oportunidades; 4.4) avaliação da probabilidade do risco ou de oportunidades e seus efeitos.

O Quadro 59 apresenta a relação entre o elemento de conteúdo n.º 4 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 59 – Relação entre o elemento de conteúdo n.º 4 do TCU e as normas GRI

Elemento de Conteúdo	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(4.1) descrição dos principais riscos identificados que podem afetar a capacidade de alcance de objetivos e como a organização administra essas questões;	2-16 Comunicação de preocupações cruciais	A forma como as preocupações são comunicadas ao mais alto órgão de governança. O número total e a natureza das preocupações cruciais comunicadas ao mais alto órgão de governança.	71
	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	Riscos e oportunidades apresentados pelas mudanças climáticas com potencial de gerar mudanças substanciais nas operações, receitas ou despesas, incluindo, a descrição do risco, descrição do impacto associado, implicações financeiras do risco, os métodos utilizados para gerenciamento e os custos;	325
	205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	Número e percentual de operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção. Riscos significativos identificados através de avaliações;	371

Elemento de Conteúdo	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
<p>oportunidades identificadas que podem aumentar a capacidade de cumprir os objetivos da organização e as respectivas ações para aproveitá-las;</p> <p>(4.3) exposição das fontes específicas de riscos e oportunidades;</p> <p>(4.4) avaliação da probabilidade do risco ou oportunidade ocorram e a magnitude de seus efeitos.</p>	206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de traste e monopólio	Número de ações judiciais pendentes ou encerradas durante o período de relato referentes a concorrência desleal e violações de leis antitruste e antimonopólio em que a organização tenha sido identificada como participante. Principais resultados das ações judiciais concluídas, incluindo quaisquer decisões ou sentenças	385
	207-2 Governança, controle e gestão de risco fiscal	Descrição da estrutura de governança e controle fiscal, incluindo: o órgão de governança responsável pela conformidade com a estratégia fiscal, a forma como a abordagem tributária está integrada, a abordagem para riscos fiscais (identificação, gestão, monitoramento), a forma como a conformidade com a estrutura de governança e controle fiscal é avaliada; Descrição dos mecanismos de apresentação de preocupações relativas à conduta empresarial da organização e à integridade da organização em relação a tributos; Descrição dos processos de verificação de relatos de conteúdos fiscais;	399
	403-2 Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	Processos de identificação da periculosidade e avaliação de riscos (rotineira e não rotineira); Processos voltados a relatos dos trabalhadores e os mecanismos de proteção destes, contra represálias. Políticas e processos para a retirada de trabalhadores de situações de risco de acidente de trabalho ou doença profissional, e uma explicação de como estes são protegidos contra represálias.	596
	403-7 Prevenção e mitigação dos impactos na saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	Descrição da abordagem da organização para prevenção ou mitigação de impactos significativos na saúde e segurança do trabalho que estão diretamente vinculados a suas operações, produtos ou serviços por suas relações de negócios, e seus respectivos perigos e riscos.	604
	407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	Diligências e medidas realizadas para evitar a violação do direito dos trabalhadores no exercício da liberdade sindical e negociação coletiva, podendo recair sobre políticas e processos vinculados às suas relações de negócios, incluindo seus fornecedores;	666
	408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	Diligências para evitar que a organização utilize trabalho infantil ou seja cúmplice de sua utilização através de seus relacionamentos com fornecedores ou clientes. A temática encontra-se prevista em legislações de direitos humanos e declarações da OIT, ONU e OCDE;	677
	409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	Abordagens voltadas em operações próprias ou de fornecedores com riscos de ocorrência do uso de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir com a eliminação deste tipo de exploração;	689

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O elemento de conteúdo n.º 4 tem enfoque no alcance de objetivos estratégicos e controles implementados na gestão do órgão público. Assim sendo, ao elaborar o relatório de gestão exigido, a Unidade Prestadora de Contas (UPC) deverá incluir informações inerentes ao

seu ramo de atuação, por consequência, os itens n.º 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4 possuem conexão com a totalidade dos conteúdos GRI que envolvem o relato de riscos e oportunidades (Brasil, 2022).

Desse modo, pode ter ligação com o relato das preocupações cruciais (GRI 2-16), sobre impactos negativos potenciais e reais da organização obtidos através de mecanismos de queixas, incluindo “[...] preocupações identificadas por meio de outros mecanismos sobre a conduta empresarial da organização em suas operações e em suas relações de negócios [...]” (GRI, 2023, p. 71).

Riscos e oportunidades advindos de mudanças climáticas (GRI 201-2), riscos relacionados à corrupção (GRI 205-1), riscos decorrentes da existência de ações judiciais pela prática de concorrência desleal, práticas de truste e monopólio (GRI 206-1), riscos fiscais resultantes de práticas tributárias que produzem efeitos negativos, como, por exemplo, danos financeiros e reputacionais (GRI 207-2).

Outrossim, relaciona-se com as GRI’s 407-1, 408-1 e 409-1 considerando os mesmos motivos descritos junto aos Quadros 24 e 46, com processos de identificação da periculosidade e avaliação de riscos (GRI 403-2), processos de prevenção ou mitigação de impactos na saúde e segurança do trabalho e seus respectivos riscos (GRI 403-7).

O elemento de conteúdo n.º 5, governança, estratégia e desempenho, é formado por: 5.1) como a governança apoia o cumprimento dos objetivos estratégicos, abordando o relacionamento com *stakeholders*; 5.2) identificação dos objetivos estratégicos, responsáveis, indicadores de desempenho com as metas pactuadas e seus desdobramentos; 5.3) descrição dos planos de curto prazo com a indicação dos objetivos anuais, medidas, iniciativas e projetos; 5.4) apresentação resumida dos resultados das principais áreas de atuação e dos principais programas e iniciativas; 5.5) medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão levantados; 5.6) principais ações de supervisão, controle e correição.

O Quadro 60 apresenta a relação entre o elemento de conteúdo n.º 5, e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 60 – Relação entre o elemento de conteúdo n.º 5 do TCU e as normas GRI

Elemento de Conteúdo	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(5.1) como a governança apoia o cumprimento dos objetivos estratégicos, abordando o	2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos	O papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança e pelos altos executivos no desenvolvimento, na aprovação e atualização da declaração de valores ou de missão, estratégias, políticas e objetivos relacionados ao desenvolvimento sustentável; na supervisão de processos para identificar e gerenciar seus impactos na economia, no meio ambiente e nas pessoas, incluindo engajamento com	67

Elemento de Conteúdo	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
relacionamento com <i>stakeholders</i> ;		<i>stakeholders</i> , como são interpretados e analisados os resultados desses processos;	
	2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão dos impactos	Descrição da forma como o mais alto órgão de governança delega responsabilidade pela gestão dos impactos, incluindo se existe a nomeação de algum alto executivo para atuar como responsável pela gestão desses impactos ou se existe delegação a outros empregados; Descrição do processo e frequência dos relatos sobre gestão dos impactos (economia, meio ambiente e pessoas);	68
	2-14 O papel do mais alto órgão de governança na elaboração de relatórios de sustentabilidade	Se o mais alto órgão de governança é responsável por analisar e aprovar as informações relatadas, incluindo os temas materiais, descrever o processo de análise e aprovação das informações; se o mais alto órgão de governança não for responsável, explicar os motivos para isso;	69
	2-25 Processos para reparar impactos negativos	Descrição dos canais de comunicação disponibilizados para o manifesto de preocupações reais ou potenciais que possam indicar violações de direitos humanos, e os processos voltados a reparação destes;	84
	2-28 Participação em associações	O relato das associações do setor e outras associações, além de organizações nacionais ou internacionais de <i>advocacy</i> das quais participa.	90
	2-29 Abordagem para engajamento de <i>stakeholders</i>	A identificação das categorias de <i>stakeholders</i> , os propósitos de engajamento e como a organização respeita os direitos humanos dos <i>stakeholders</i> , garantindo-lhes privacidade, liberdade de expressão e direito a reuniões ou manifestações pacíficas;	91
	413-1 Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	O engajamento efetivo com comunidades locais, a fim de identificar suas expectativas e necessidades, com a opção de uso de ferramentas de avaliação de impactos sociais e direitos humanos, através de abordagens baseadas em etnia, gênero, faixa etária, status socioeconômico, dentre outras vulnerabilidades existentes entre <i>stakeholders</i> da comunidade;	721
(5.2) identificação dos objetivos estratégicos, responsáveis, indicadores de desempenho, com as metas pactuadas e seus desdobramentos; (5.3) descrição dos planos de curto prazo com a	2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	Relato do(s) setor(es) em que atua; descrição da cadeia de valor, incluindo: as atividades, os produtos e serviços da organização e os mercados atendidos por ela, incluindo a cadeia de fornecedores da organização; as entidades <i>downstream</i> da organização e suas atividades; relato de outras relações de negócios relevantes; descrição de mudanças significativas em comparação ao período de relato anterior;	55
	3-1 Processo de definição de tópicos materiais	A descrição do processo de identificação de impactos negativos e positivos reais e potenciais na economia, no meio ambiente e nas pessoas, inclusive impactos relacionados a direitos humanos;	118
	3-3 Gestão dos temas materiais	A explicação de como ocorre o gerenciamento de cada um dos temas materiais, descrevendo impactos em direitos humanos, as medidas de prevenção, mitigação ou reparação destes;	121

Elemento de Conteúdo	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
indicação dos objetivos anuais, medidas, iniciativas e projetos;	201-4 Apoio financeiro recebido do governo	O valor monetário do apoio financeiro recebido de governos (por país), incluindo benefícios e créditos fiscais, subsídios, subvenções, concessões, prêmios, <i>royalty holidays</i> , apoio financeiro de Agências, incentivos financeiros, outros benefícios financeiros recebidos ou recebíveis de governos para qualquer operação. Informar se algum governo participa da estrutura acionária da organização;	328
(5.4) apresentação resumida dos resultados das principais áreas de atuação e dos principais programas e iniciativas;	2-2 Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização	Listar entidades incluídas; se a organização tiver demonstrações financeiras consolidadas auditadas ou registradas em registro público, especificar as diferenças entre as entidades incluídas em seu relato financeiro e a lista das incluídas em seu relato de sustentabilidade; se a organização for composta por várias entidades, explicar a abordagem utilizada na consolidação das informações;	51
	201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído	Valor econômico direto gerado: receitas; Valor econômico distribuído: custos operacionais, salários e benefícios de empregados, pagamentos a provedores de capital, pagamentos ao governo - por país e investimentos na comunidade; Valor econômico retido: “valor econômico direto gerado” menos “valor econômico distribuído “em regime de competência;”	322
	203-2 Impactos econômicos indiretos significativos	Casos positivos e negativos já identificados; A importância destes no contexto das referências externas e prioridades para os <i>stakeholders</i> ;	353
(5.5) medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão levantados;	2-9 Estrutura de governança e sua composição	A estrutura e composição do mais alto órgão de governança da organização considerando as funções executivas e não executivas, a independência, o mandato dos membros, o número de cargos, o gênero dos representantes, os representantes de grupos sociais sub-representados;	63
	2-10 Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança	Os processos de nomeação e seleção para integrar o mais alto órgão de governança e seus comitês, incluindo critérios que envolvem a opinião de <i>stakeholders</i> , diversidade, independência e competências;	65
	2-11 Presidente do mais alto órgão de governança	Relatar se o presidente do mais alto órgão de governança é também um alto executivo; se o presidente for também um alto executivo, descrever sua função na gestão da organização, os motivos para o acúmulo de funções e como conflitos de interesse são prevenidos e mitigados;	66
	2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos	O papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança e pelos altos executivos no desenvolvimento, na aprovação e atualização da declaração de valores ou de missão, estratégias, políticas e objetivos relacionados ao desenvolvimento sustentável; na supervisão de processos para identificar e gerenciar seus impactos na economia, no meio ambiente e nas pessoas, incluindo engajamento com <i>stakeholders</i> , como são interpretados e analisados os resultados desses processos;	67
	2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão dos impactos	Descrição da forma como o mais alto órgão de governança delega responsabilidade pela gestão dos impactos, incluindo se existe a nomeação de algum alto executivo para atuar como responsável pela gestão desses impactos ou se existe delegação a outros empregados; Descrição do processo e frequência dos relatos sobre gestão dos impactos (economia, meio ambiente e pessoas);	68

Elemento de Conteúdo	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
	2-14 O papel do mais alto órgão de governança na elaboração de relatórios de sustentabilidade	Se o mais alto órgão de governança é responsável por analisar e aprovar as informações relatadas, incluindo os temas materiais, descrever o processo de análise e aprovação das informações; se o mais alto órgão de governança não for responsável, explicar os motivos para isso;	69
	2-15 Conflitos de interesse	Os processos utilizados pelo mais alto órgão de governança para garantir que conflitos de interesse sejam prevenidos e mitigados; e se estes conflitos são revelados aos <i>stakeholders</i> ;	70
	2-16 Comunicação de preocupações cruciais	A forma como as preocupações são comunicadas ao mais alto órgão de governança. O número total e a natureza das preocupações cruciais comunicadas ao mais alto órgão de governança;	71
	2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	Medidas tomadas para o desenvolvimento do conhecimento coletivo, as habilidades e a experiência do mais alto órgão de governança sobre desenvolvimento sustentável;	72
	2-18 Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	Os processos de avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	73
	2-19 Políticas de remuneração	As políticas de remuneração aplicadas aos membros do mais alto órgão de governança e aos altos executivos e, como as políticas de remuneração para membros do mais alto órgão de governança e para os altos executivos vinculam-se aos objetivos e desempenho em relação à gestão dos impactos;	74
	2-20 Processo para determinação da remuneração	O processo de desenvolvimento das políticas de remuneração, incluindo o relato de supervisão dos membros independentes do mais alto órgão de governança ou um comitê de remuneração independente; as opiniões dos <i>stakeholders</i> e o envolvimento de consultores na determinação da remuneração. E, se aplicável, os resultados das votações dos <i>stakeholders</i> nas políticas e propostas;	75
(5.6) principais ações de supervisão, controle e correição;	2-21 Proporção da remuneração total anual	A proporção entre a remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização e a remuneração total anual média de todos os empregados; E a proporção entre o aumento percentual na remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização e o aumento percentual médio na remuneração total anual de todos os empregados;	76
	2-5 Verificação externa	Políticas e práticas para obter verificação externa, incluindo o envolvimento do mais alto órgão de governança e altos executivos; informar se o relato de sustentabilidade da organização obteve verificação externa, fornecendo links, referências, descrição, normas, nível e limitações; E descrição da relação entre a organização e o prestador do serviço de verificação externa.	54
	2-14 O papel do mais alto órgão de governança na elaboração de relatórios de sustentabilidade	Se o mais alto órgão de governança é responsável por analisar e aprovar as informações relatadas, incluindo os temas materiais, descrever o processo de análise e aprovação das informações; se o mais alto órgão de governança não for responsável, explicar os motivos para isso;	69
	2-24 Incorporação de compromissos de política	A forma como ocorre a incorporação dos compromissos políticos, incluindo o respeito aos direitos humanos em seus processos e relações negociais;	82

Elemento de Conteúdo	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
	205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	Número e percentual de operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção. Riscos significativos identificados através de avaliações;	371
	205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate a corrupção	Número e percentual de empregados, membros do órgão de governança, parceiros de negócios ou outras pessoas que foram comunicadas sobre procedimentos e políticas de combate à corrupção adotados pela organização, discriminados por região. E o número e percentual de membros do órgão de governança e empregados que receberam capacitação na temática discriminados por categoria funcional e região;	372
	205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	Número e natureza de casos confirmados de corrupção, número de empregados demitidos ou punidos por corrupção, número de parceiros de negócios com contratos rescindidos ou não renovados em decorrência de violações relacionadas à corrupção. Processos judiciais relacionados à temática, movidos contra a organização ou seus empregados no período de relato e o resultado desses processos;	373
	207-2 Governança, controle e gestão de risco fiscal	Descrição da estrutura de governança e controle fiscal, incluindo: o órgão de governança responsável pela conformidade com a estratégia fiscal, a forma como a abordagem tributária está integrada, a abordagem para riscos fiscais (identificação, gestão, monitoramento), a forma como a conformidade com a estrutura de governança e controle fiscal é avaliada; Descrição dos mecanismos de apresentação de preocupações relativas à conduta empresarial da organização e à integridade da organização em relação a tributos; Descrição dos processos de verificação de relatos de conteúdos fiscais;	399
	308-2 Impactos ambientais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas	Número de fornecedores avaliados; identificados como causadores de impactos negativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores com relação aos impactos ambientais; casos em que foram acordadas melhorias como decorrência da avaliação realizada e casos em que foram encerradas as relações de negócios em decorrência da avaliação e as razões que motivaram esse encerramento;	553
	406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	Os casos de discriminação ocorridas e as providências tomadas, com a descrição de como ocorreu a análise do caso; os planos de reparação implementados e seus resultados analisados por meio de processos rotineiros de gestão interna, e os relatos de resolução dos casos;	656
	414-2 Impactos sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas	Impactos sociais negativos em que a organização esteve envolvida ou contribuiu para a causar - que podem decorrer do uso de trabalho infantil - e seu posicionamento diante de fornecedores (oportunidades de melhoria ou encerramento das relações negociais);	737

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O elemento de conteúdo n.º 5.1 pode guardar relação com os conteúdos GRI 2-12 e 2-13 que “[...] exigem informações sobre o papel do mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos da organização e em como delega responsabilidades para esse fim” (GRI, 2023, p. 123). Ademais, tem relação com a GRI 2-14, que trata do posicionamento do mais alto órgão de governança com relação à decisão de “[...] adequação dos controles internos da organização de modo a fortalecer a integridade e credibilidade do relato de sustentabilidade da organização” (GRI, 2023, p. 69).

Além disso, pode ter ligação com a GRI 2-25, que trata da disponibilização de “[...] mecanismos de queixas que a organização tenha estabelecido ou dos quais participa. Os mecanismos de queixas permitem que os *stakeholders* apresentem preocupações e busquem reparação para os impactos negativos reais e potenciais que os afetem” (GRI, 2023, p. 84). E com a participação da organização em associações ligadas ao ramo de atividade ou outras associações nacionais ou internacionais de *advocacy* (GRI 2-28), com o engajamento de *stakeholders* promovido pela organização como parte de suas atividades cotidianas (GRI 2-29), e com a GRI 413-1, que trata sobre o “[...] engajamento efetivo com as comunidades locais para identificar suas expectativas e necessidades” (GRI, 2023, p. 721).

Os elementos de conteúdo n.º 5.2 e n.º 5.3 relacionam-se com a descrição da cadeia de valor, o número de operações e os processos utilizados para a definição destas, as mudanças ocorridas em comparação ao período do relato anterior (GRI 2-26), com o relato do modo de priorização de impactos (GRI 3-1), e como ocorre o estabelecimento de objetivos e metas, evidenciando se estes consideram o contexto da sustentabilidade, se possuem embasamento em instrumentos intergovernamentais de reconhecimento internacional, e se os objetivos e as metas possuem natureza obrigatória, baseada na legislação, e/ou voluntária. Por fim, a vinculação da organização a planos nacionais ou setoriais de governo pode se relacionar com a GRI 201-4.

O elemento de conteúdo n.º 5.4 tem conexão com o relato da criação e distribuição de valor econômico (GRI 201-1), e com o relato do alcance dos impactos econômicos indiretos (GRI 203-2) refletivos nos *stakeholders* e na economia, incluindo nestes relatos a totalidade das organizações vinculadas ou controladas, discriminadas através do conteúdo da GRI 2-2.

O elemento de conteúdo n.º 5.5 envolve os índices de governança e gestão pública, onde são “[...] apresentados os valores do iGG (índice integrado de governança e gestão públicas), iGovPub (índice de governança pública), GestãoPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas), GestãoTI (índice de capacidade em gestão de TI) e GestãoContrat (índice de capacidade em gestão de contratos) [...]” (Brasil, 2023). O conteúdo dos índices pode guardar relação com a totalidade dos conteúdos GRI que tratam da governança, uma vez que estes incluem a descrição da composição do mais alto órgão de governança e comitês através de indicadores de diversidade (GRI 2-9), dos processos de nomeação e seleção para integrar o mais alto órgão de governança e seus comitês (GRI 2-10), e dados sobre as funções do presidente (GRI 2-11).

Há conexão com informações sobre a atuação do mais alto órgão de governança na supervisão e delegação da gestão dos impactos da organização (GRI 2-12; 2-13), dados sobre análise e aprovação de informações descritas no relato de sustentabilidade (GRI 2-14), processos utilizados para prevenir e mitigar conflitos de interesse (GRI 2-15), dados sobre preocupações de impactos negativos potenciais e reais da organização (GRI 2-16), medidas tomadas para capacitar membros do mais alto órgão de governança a respeito das filosofias do desenvolvimento sustentável (GRI 2-17), informações sobre processos avaliativos do desempenho do mais alto órgão de governança a respeito da supervisão da gestão da organização (GRI 2-18) e, ainda, descrição de processos, proporções e políticas remuneratórias (GRI 2-19; 2-20; 2-21).

O elemento de conteúdo n.º 5.6 pode guardar relação com os conteúdos GRI que preveem o escopo das informações e dos processos cobertos por verificação externa (GRI 2-5), dados sobre a análise e aprovação das informações prescritas do relato de sustentabilidade (GRI 2-14), inclusive “[...] se o mais alto órgão de governança analisa a adequação dos controles internos da organização de modo a fortalecer a integridade e credibilidade do relato de sustentabilidade da organização [...]” (GRI, 2023, p. 69).

Ademais, pode ter conexão com a GRI 2-24, que inclui o relato da prestação de contas (*accountability*) da implementação de compromissos políticos, bem como a totalidade dos conteúdos pertencente à GRI 205: Combate à Corrupção 2016, através da exposição de avaliações de risco com enfoque na corrupção (GRI 205-1), da comunicação e capacitação orientada à promoção da conscientização e às capacidades necessárias para combater a corrupção (GRI 205-2), e da especificação de casos confirmados de corrupção e providências tomadas pela organização (GRI 205-3). Por fim, pode-se relacionar com a forma de condução das ações em situações atinentes a riscos fiscais (GRI 207-2), práticas discriminatórias (GRI 406-1), e impactos ambientais e sociais negativos na cadeia de fornecedores (GRI 308-2, 414-2).

O elemento de conteúdo n.º 6, informações orçamentárias, financeiras e contábeis, é composto por: 6.1) resumo da situação financeira da UPC; 6.2) descrição do conteúdo das contas relativas aos fundos de financiamento; 6.3) principais fatos contábeis, contas ou grupos de contas, saldos; 6.4) conclusões de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público e as medidas adotadas; 6.5) indicações de locais ou endereços eletrônicos em que as demonstrações contábeis e notas explicativas estão publicadas; 6.6) esclarecimentos acerca da forma como são tratadas as demonstrações contábeis em caso de haver em sua composição mais de uma entidade.

O Quadro 61 apresenta a relação entre o elemento de conteúdo n.º 6 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 61 – Relação entre o elemento de conteúdo n.º 6 do TCU e as normas GRI

Elemento de Conteúdo	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(6.1) resumo da situação financeira da UPC	201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído	Valor econômico direto gerado: receitas; Valor econômico distribuído: custos operacionais, salários e benefícios de empregados, pagamentos a provedores de capital, pagamentos ao governo – por país e investimentos na comunidade; Valor econômico retido: “valor econômico direto gerado” menos “valor econômico distribuído “em regime de competência	322
	201-4 Apoio financeiro recebido do governo	O valor monetário do apoio financeiro recebido de governos (por país), incluindo benefícios e créditos fiscais, subsídios, subvenções, concessões, prêmios, <i>royalty holidays</i> , apoio financeiro de Agências, incentivos financeiros, outros benefícios financeiros recebidos ou recebíveis de governos para qualquer operação. Informar se algum governo participa da estrutura acionária da organização;	328
	207-4 Relato país-a-país	Informações financeiras, econômicas e fiscais para cada jurisdição onde a organização opera, incluindo os nomes das entidades residentes; atividades primárias da organização; número de empregados e a base de cálculo para esse número;	402

Elemento de Conteúdo	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
		receitas provenientes de vendas por terceiros; receitas provenientes de transações intragrupo com outras jurisdições fiscais; lucros/perdas antes do pagamento de impostos; bens tangíveis que não sejam caixa e equivalentes de caixa; imposto de renda pessoa jurídica pago em regime de caixa; imposto de renda pessoa jurídica incidente sobre lucros/perdas; motivos para a diferença entre imposto de renda pessoa jurídica incidente sobre lucros/perdas e o imposto devido se a alíquota fixada em lei for aplicada para lucros/perdas antes do pagamento de impostos.	
	415-1 Contribuições políticas	O valor monetário das contribuições diretas e indiretas, por país e beneficiário e como ocorreu sua estimativa;	748
(6.2) descrição do conteúdo das contas relativas aos fundos de financiamento	-	-	-
(6.3) principais fatos contábeis, contas ou grupos de contas, saldos	-	-	-
(6.4) conclusões de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público e as medidas adotadas	2-5 Verificação externa	Políticas e práticas para obter verificação externa, incluindo o envolvimento do mais alto órgão de governança e altos executivos; informar se o relato de sustentabilidade da organização obteve verificação externa, fornecendo links, referências, descrição, normas, nível e limitações; E descrição da relação entre a organização e o prestador do serviço de verificação externa.	54
(6.5) indicações de locais ou endereços eletrônicos em que as demonstrações contábeis e notas explicativas estão publicadas	-	-	-
(6.6) esclarecimentos acerca da forma como foram tratadas as demonstrações contábeis em caso de haver em sua composição mais de uma entidade contábil	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A publicação do resumo financeiro da UPC, inserida no elemento de conteúdo n.º 6.1, tem semelhança com os mesmos conteúdos GRI listados no Quadro 54, que trata da relação entre o THE *Impact Rankings* e a GRI, através do ODS 16.2 apenas no que se refere à exigência do *ranking* sobre a publicação de dados financeiros. Por fim, o elemento de conteúdo 6.4 pode

se relacionar com o conteúdo GRI que prevê a descrição do escopo das informações e dos processos cobertos por verificação externa (GRI 2-5). Ademais, os itens 6.2, 6.3, 6.5 e 6.6 requerem informações oriundas das demonstrações contábeis, itens que não integram os Relatórios de Sustentabilidade.

4.1.8 CGU e a GRI

4.1.8.1 Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n.º 1/2016

A IN Conjunta MP/CGU n.º 1/2016 apresenta em seu artigo 16, incisos I a VIII, itens que compõem a estrutura do Modelo de Gestão de Riscos: I) ambiente interno; II) fixação de objetivos; III) identificação de eventos; IV) avaliação de riscos; V) resposta a riscos; VI) atividades de controles internos; VII) informação e comunicação; e VIII) monitoramento.

O Quadro 62 exhibe a relação entre o inciso I) ambiente interno (coluna 1) e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI (coluna 2). A coluna 3 apresenta a síntese do conteúdo que deve ser relatado e a coluna 4 indica o número da página de referência do conjunto consolidado das normas GRI.

Quadro 62 – Relação entre o artigo 16 inciso I da IN MP/CGU n.º 1/2016 e as normas GRI

IN Conjunta 01/2016	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
	2-7 Empregados	O número de empregados (permanentes, temporários, sem garantia de carga horária, em tempo integral e parcial) por gênero e região;	57
	2-8 Trabalhadores que não são empregados	Tipos mais comuns de trabalhadores e suas relações contratuais com a organização e o tipo de trabalho que eles realizam; Descrição das metodologias e premissas utilizadas e flutuações significativas;	61
	2-9 Estrutura de governança e sua composição	A estrutura e composição do mais alto órgão de governança da organização considerando as funções executivas e não executivas, a independência, o mandato dos membros, o número de cargos, o gênero dos representantes, os representantes de grupos sociais sub-representados;	63
	2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos	O papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança e pelos altos executivos no desenvolvimento, na aprovação e atualização da declaração de valores ou de missão, estratégias, políticas e objetivos relacionados ao desenvolvimento sustentável; na supervisão de processos para identificar e gerenciar seus impactos na economia, no meio ambiente e nas pessoas, incluindo engajamento com <i>stakeholders</i> , como são interpretados e analisados os resultados desses processos;	67
	2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão dos impactos	Descrição da forma como o mais alto órgão de governança delega responsabilidade pela gestão dos impactos, incluindo se existe a nomeação de algum alto executivo para atuar como responsável pela gestão desses impactos ou se existe delegação a	68

IN Conjunta 01/2016	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(I) ambiente interno: inclui, entre outros elementos, integridade, valores éticos e competência das pessoas, maneira pela qual a gestão delega autoridade e responsabilidades, estrutura de governança organizacional e políticas e práticas de recursos humanos. O ambiente interno é a base para todos os outros componentes da estrutura de gestão de riscos, provendo disciplina e prontidão para a gestão de riscos;		outros empregados; Descrição do processo e frequência dos relatos sobre gestão dos impactos (economia, meio ambiente e pessoas);	
	2-14 O papel do mais alto órgão de governança na elaboração de relatórios de sustentabilidade	Se o mais alto órgão de governança é responsável por analisar e aprovar as informações relatadas, incluindo os temas materiais, descrever o processo de análise e aprovação das informações; se o mais alto órgão de governança não for responsável, explicar os motivos para isso;	69
	2-19 Políticas de remuneração	As políticas de remuneração aplicadas aos membros do mais alto órgão de governança e aos altos executivos e, como as políticas de remuneração para membros do mais alto órgão de governança e para os altos executivos vinculam-se aos objetivos e desempenho em relação à gestão dos impactos;	74
	2-20 Processo para determinação da remuneração	O processo de desenvolvimento das políticas de remuneração, incluindo o relato de supervisão dos membros independentes do mais alto órgão de governança ou um comitê de remuneração independente; as opiniões dos <i>stakeholders</i> e o envolvimento de consultores na determinação da remuneração. E, se aplicável, os resultados das votações dos <i>stakeholders</i> nas políticas e propostas;	75
	2-21 Proporção da remuneração total anual	A proporção entre a remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização e a remuneração total anual média de todos os empregados; E a proporção entre o aumento percentual na remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização e o aumento percentual médio na remuneração total anual de todos os empregados;	76
	401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados	A quantidade de novas contratações de empregados discriminados por faixa etária (abaixo de 30 anos, de 30 a 50 anos e acima de 50 anos, gênero e região);	565
	401-2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	Seguro de vida; plano de saúde; auxílio deficiência e invalidez; licença maternidade/paternidade; previdência privada; plano de aquisição de ações, excluídos benefícios em espécie, tais como instalações esportivas ou creches infantis, refeições gratuitas e programas similares de bem-estar;	566
	401-3 Licença maternidade e paternidade	Número de empregados com direito a usufruir da licença; o número de empregados que tiraram a licença; os que retornaram ao trabalho após a licença e os que continuaram empregados 12 meses após o retorno ao trabalho; taxas de retorno e retenção dos empregados que usufruíram da licença, discriminados por gênero;	568
	402-1 Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	Prazos mínimos concedidos a empregados ou a seus representantes a respeito de mudanças no cenário operacional e se tais prazos se encontram previstos em acordos de negociação coletiva;	580
	403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança no trabalho	Descrição de capacitação em saúde e segurança do trabalho oferecida aos trabalhadores, inclusive treinamento genérico ou específico em riscos ocupacionais, atividades ou situações perigosas;	601

IN Conjunta 01/2016	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
	403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Informações sobre a implementação de sistemas de gestão de saúde e segurança do trabalho baseado em exigências legais e/ou normas/diretrizes reconhecidas; número de percentual de usuários do sistema (empregados e não empregados), critérios de inclusão, exclusão e auditoria interna ou certificação do sistema;	605
	404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado	Média de horas de capacitação (formação profissional, treinamento, licença remunerada para estudos fornecida pela organização, capacitação ou educação realizados externamente e pagos, total ou parcialmente, e capacitação em temas específicos) dos empregados por gênero e categoria funcional;	630
	404-2 Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	Tipo e escopo de programas e assistência prestada para aperfeiçoar as competências dos empregados. Programas de assistência para transição de carreira oferecidos para facilitar a empregabilidade continuada e a gestão de final de carreira devido a aposentadoria ou rescisão do contrato de trabalho;	632
	404-3 Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	O percentual do total de empregados discriminados por gênero e categoria funcional, que receberam avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira durante o período de relato;	633
	405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados	Percentual de indivíduos que integram órgãos de governança e o percentual de novos empregados por categoria funcional, relacionados por gênero, faixa etária e indicadores de diversidade, quando relevantes, como por exemplo, minorias ou grupos vulneráveis;	643
	405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	A proporção entre o salário-base e a remuneração recebida por funcionários homens e mulheres na organização, discriminados por categoria funcional, e unidades operacionais;	644
	406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	Os casos de discriminação ocorridas e as providências tomadas, com a descrição de como ocorreu a análise do caso; os planos de reparação implementados e seus resultados analisados por meio de processos rotineiros de gestão interna, e os relatos de resolução dos casos;	656
	410-1 Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	Programas de capacitação formal de funcionários - próprios ou de empresas contratadas - que atuam na área de segurança, no que diz respeito aos direitos humanos a fim de evitar o uso desproporcional da força, tratamento desumano ou degradante e discriminatório;	700

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O inciso I inclui questões sobre integridade, valores éticos, estrutura de governança e gestão da delegação de autoridade e responsabilidade, relacionando-se com os conteúdos GRI que tratam sobre a descrição da estrutura e composição do mais alto órgão de governança e sua diversidade (GRI 2-9; 405-1), com o relato da atuação do mais alto órgão de governança na supervisão e delegação da gestão de impactos da organização (GRI 2-12; 2-13), e dados sobre a análise e aprovação da governança em dados contidos no relato de sustentabilidade (GRI 2-14).

O inciso supracitado também impõe que devem ser descritas as estruturas de governança organizacional, políticas e práticas de recursos humanos, item que pode se relacionar com o relato da quantidade de empregados (GRI 2-7), trabalhadores que não são empregados (GRI 2-8), descrição das políticas e processos de determinação da remuneração (GRI 2-19; 2-20), avaliações funcionais (GRI 404-3), apresentação do cálculo da proporção da remuneração total anual (GRI 2-21) e a proporção entre salários-base e remuneração recebidos por homens e mulheres, informações sobre a rotatividade de empregados, benefícios concedidos e concessão de licenças (GRI 401-1; 401-2; 401-3).

Outrossim, o inciso tem ligação com a comunicação prévia de trabalhadores sobre mudanças operacionais significativas (GRI 402-1), capacitação sobre riscos laborais (GRI 403-5), dados sobre os sistemas de gestão de saúde e segurança do trabalho e como eles interferem na eliminação da periculosidade e riscos laborais (GRI 403-8), descrição das ações voltadas à capacitação e educação (GRI 404-1), e a natureza dos programas de aperfeiçoamento de competências e assistência para a transição de carreiras (GRI 404-2), bem como a descrição de incidentes discriminatórios e as decisões deliberadas pela organização (GRI 406-1) e com ações preventivas ou políticas relacionados aos direitos humanos (GRI 410-1).

O inciso II trata sobre a fixação de objetivos. O Quadro 63 apresenta a relação entre o inciso II e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 63 – Relação entre o artigo 16 inciso II da IN MP/CGU n.º 1/2016 e as normas GRI

IN Conjunta 01/2016	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(II) fixação de objetivos: todos os níveis da organização (departamentos, divisões, processos e atividades) devem ter objetivos fixados e	2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	Relato do(s) setor(es) em que atua; descrição da cadeia de valor, incluindo: as atividades, os produtos e serviços da organização e os mercados atendidos por ela, incluindo a cadeia de fornecedores da organização; as entidades <i>downstream</i> da organização e suas atividades; relato de outras relações de negócios relevantes; descrição de mudanças significativas em comparação ao período de relato anterior	55

IN Conjunta 01/2016	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
comunicados. A explicitação de objetivos, alinhados à missão e à visão da organização, é necessária para permitir a identificação de eventos que potencialmente impeçam sua consecução;	3-1 Processo de definição de tópicos materiais	A descrição do processo de identificação de impactos negativos e positivos reais e potenciais na economia, no meio ambiente e nas pessoas, inclusive impactos relacionados a direitos humanos;	118
	3-3 Gestão dos temas materiais	A explicação de como ocorre o gerenciamento de cada um dos temas materiais, descrevendo impactos em direitos humanos, as medidas de prevenção, mitigação ou reparação destes;	121
	201-4 Apoio financeiro recebido do governo	O valor monetário do apoio financeiro recebido de governos (por país), incluindo benefícios e créditos fiscais, subsídios, subvenções, concessões, prêmios, <i>royalty holidays</i> , apoio financeiro de Agências, incentivos financeiros, outros benefícios financeiros recebidos ou recebíveis de governos para qualquer operação. Informar se algum governo participa da estrutura acionária da organização;	328

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O inciso II se relaciona com a descrição da cadeia de valor, com o número de operações e os processos utilizados, com as mudanças ocorridas em comparação ao período do relato anterior (GRI 2-26), com o relato do modo de priorização de impactos (GRI 3-1), e como ocorre o estabelecimento de objetivos e metas de natureza obrigatória, baseada na legislação, ou voluntária (GRI 3-3), bem como seu cronograma para atingir resultados e a vinculação da organização com o governo através de recursos financeiros recebidos (GRI 201-4).

Os incisos III e IV dispõem sobre a identificação de eventos relacionados a riscos e a avaliação desses riscos. O Quadro 64 apresenta a relação entre os incisos III e IV e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 64 – Relação entre o artigo 16 incisos III e IV da IN MP/CGU n.º 1/2016 e as normas GRI

IN Conjunta 01/2016	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(III) identificação de eventos: devem ser identificados e relacionados os riscos inerentes à própria atividade da organização, em seus diversos níveis; (IV) avaliação de riscos: os eventos devem ser avaliados sob a perspectiva de probabilidade e impacto de sua ocorrência. A avaliação de riscos deve ser feita por meio de análises qualitativas,	2-16 Comunicação de preocupações cruciais	A forma como as preocupações são comunicadas ao mais alto órgão de governança. O número total e a natureza das preocupações cruciais comunicadas ao mais alto órgão de governança.	71
	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	Riscos e oportunidades apresentados pelas mudanças climáticas com potencial de gerar mudanças substanciais nas operações, receitas ou despesas, incluindo, a descrição do risco, descrição do impacto associado, implicações financeiras do risco, os métodos utilizados para gerenciamento e os custos;	325
	205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	Número e percentual de operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção. Riscos significativos identificados através de avaliações;	371
	206-1 Ações judiciais por concorrência	Número de ações judiciais pendentes ou encerradas durante o período de relato referentes a concorrência desleal e violações de leis antitruste e antimonopólio em que a	385

IN Conjunta 01/2016	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
quantitativas ou da combinação de ambas. Os riscos devem ser avaliados quanto à sua condição de inerentes e residuais;	desleal, práticas de traste e monopólio	organização tenha sido identificada como participante. Principais resultados das ações judiciais concluídas, incluindo quaisquer decisões ou sentenças	
	207-2 Governança, controle e gestão de risco fiscal	Descrição da estrutura de governança e controle fiscal, incluindo: o órgão de governança responsável pela conformidade com a estratégia fiscal, a forma como a abordagem tributária está integrada, a abordagem para riscos fiscais (identificação, gestão, monitoramento), a forma como a conformidade com a estrutura de governança e controle fiscal é avaliada; Descrição dos mecanismos de apresentação de preocupações relativas à conduta empresarial da organização e à integridade da organização em relação a tributos; Descrição dos processos de verificação de relatos de conteúdos fiscais;	399
	403-2 Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	Processos de identificação da periculosidade e avaliação de riscos (rotineira e não rotineira); Processos voltados a relatos dos trabalhadores e os mecanismos de proteção destes, contra represálias. Políticas e processos para a retirada de trabalhadores de situações de risco de acidente de trabalho ou doença profissional, e uma explicação de como estes são protegidos contra represálias.	596
	403-7 Prevenção e mitigação dos impactos na saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	Descrição da abordagem da organização para prevenção ou mitigação de impactos significativos na saúde e segurança do trabalho que estão diretamente vinculados a suas operações, produtos ou serviços por suas relações de negócios, e seus respectivos perigos e riscos.	604
	407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	Diligências e medidas realizadas para evitar a violação do direito dos trabalhadores no exercício da liberdade sindical e negociação coletiva, podendo recair sobre políticas e processos vinculados às suas relações de negócios, incluindo seus fornecedores;	666
	408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	Diligências para evitar que a organização utilize trabalho infantil ou seja cúmplice de sua utilização através de seus relacionamentos com fornecedores ou clientes. A temática encontra-se prevista em legislações de direitos humanos e declarações da OIT, ONU e OCDE;	677
	409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	Abordagens voltadas em operações próprias ou de fornecedores com riscos de ocorrência do uso de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir com a eliminação deste tipo de exploração;	689

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os incisos III e VI incluem temas relacionados à identificação de riscos inerentes à atividade e sua avaliação, sob a perspectiva da probabilidade e de impacto de sua ocorrência, e estes possuem as mesmas relações já destacadas no Quadro 59, que trata da relação entre o TCU e a GRI, por intermédio do elemento de conteúdo n.º 4, riscos, oportunidades e perspectivas, composto da descrição dos principais riscos identificados que podem afetar a capacidade de alcance de objetivos e como organização administra essas questões, descrição das principais oportunidades identificadas que podem aumentar a capacidade de cumprir os objetivos organizacionais e as respectivas ações para aproveitá-las, exposição das fontes específicas de riscos e oportunidades, e avaliação da probabilidade do risco ou oportunidade e a magnitude de seus efeitos.

Os incisos V, VI e VIII tratam das respostas aos riscos e às atividades relacionadas ao controle interno para mitigar os riscos. O Quadro 65 apresenta a relação entre os incisos V, VI e VIII e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 65 – Relação entre o artigo 16 inciso V, VI e VIII da IN MP/CGU n.º 1/2016 e as normas GRI

IN Conjunta 01/2016	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(V) resposta a riscos: o órgão/entidade deve identificar qual estratégia seguir (evitar, transferir, aceitar ou tratar) em relação aos riscos mapeados e avaliados. A escolha da estratégia dependerá do nível de exposição a riscos previamente estabelecido pela organização em confronto com a avaliação que se fez do risco; (VI) atividades de controles internos: são as políticas e os procedimentos estabelecidos e executados para mitigar os riscos que a organização tenha optado por tratar. Também denominadas de procedimentos de	2-5 Verificação externa	Políticas e práticas para obter verificação externa, incluindo o envolvimento do mais alto órgão de governança e altos executivos; informar se o relato de sustentabilidade da organização obteve verificação externa, fornecendo links, referências, descrição, normas, nível e limitações; E descrição da relação entre a organização e o prestador do serviço de verificação externa.	54
	2-14 O papel do mais alto órgão de governança na elaboração de relatórios de sustentabilidade	Se o mais alto órgão de governança é responsável por analisar e aprovar as informações relatadas, incluindo os temas materiais, descrever o processo de análise e aprovação das informações; Se o mais alto órgão de governança não for responsável, explicar os motivos para isso;	69
	2-24 Incorporação de compromissos de política	A forma como ocorre a incorporação dos compromissos políticos, incluindo o respeito aos direitos humanos em seus processos e relações negociais;	82
	205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	Número e percentual de operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção. Riscos significativos identificados através de avaliações;	371
	205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate a corrupção	Número e percentual de empregados, membros do órgão de governança, parceiros de negócios ou outras pessoas que foram comunicadas sobre procedimentos e políticas de combate à corrupção adotados pela organização, discriminados por região. E o número e percentual de membros do órgão de governança e empregados que receberam capacitação na temática discriminados por categoria funcional e região;	372

IN Conjunta 01/2016	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
controle, devem estar distribuídas por toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções. Incluem uma gama de controles internos da gestão preventivos e detectivos, bem como a preparação prévia de planos de contingência e resposta à materialização dos riscos; (VIII) monitoramento: tem como objetivo avaliar a qualidade da gestão de riscos e dos controles internos da gestão, por meio de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes, buscando assegurar que estes funcionem como previsto e que sejam modificados apropriadamente, de acordo com mudanças nas condições que alterem o nível de exposição a riscos.	205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	Número e natureza de casos confirmados de corrupção, número de empregados demitidos ou punidos por corrupção, número de parceiros de negócios com contratos rescindidos ou não renovados em decorrência de violações relacionadas à corrupção. Processos judiciais relacionados à temática, movidos contra a organização ou seus empregados no período de relato e o resultado desses processos;	373
	207-2 Governança, controle e gestão de risco fiscal	Descrição da estrutura de governança e controle fiscal, incluindo: o órgão de governança responsável pela conformidade com a estratégia fiscal, a forma como a abordagem tributária está integrada, a abordagem para riscos fiscais (identificação, gestão, monitoramento), a forma como a conformidade com a estrutura de governança e controle fiscal é avaliada; Descrição dos mecanismos de apresentação de preocupações relativas à conduta empresarial da organização e à integridade da organização em relação a tributos; Descrição dos processos de verificação de relatos de conteúdos fiscais;	399
	308-2 Impactos ambientais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas	Número de fornecedores avaliados; identificados como causadores de impactos negativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores com relação aos impactos ambientais; casos em que foram acordadas melhorias como decorrência da avaliação realizada e casos em que foram encerradas as relações de negócios em decorrência da avaliação e as razões que motivaram esse encerramento;	553
	406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	Os casos de discriminação ocorridas e as providências tomadas, com a descrição de como ocorreu a análise do caso; os planos de reparação implementados e seus resultados analisados por meio de processos rotineiros de gestão interna, e os relatos de resolução dos casos;	656
	414-2 Impactos sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas	Impactos sociais negativos em que a organização esteve envolvida ou contribuiu para a causar - que podem decorrer do uso de trabalho infantil - e seu posicionamento diante de fornecedores (oportunidades de melhoria ou encerramento das relações negociais).	737

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O conteúdo dos incisos V, VI e VIII envolvem respostas aos riscos identificados, às políticas e aos procedimentos estabelecidos e executados para mitigar os riscos e o monitoramento da gestão de riscos e dos controles internos da gestão, e estes possuem as mesmas relações já destacadas no Quadro 60, que trata da relação entre o TCU e a GRI, por intermédio do elemento de conteúdo n.º 5, governança, estratégia e desempenho, no item de n.º 5.6 que envolve as principais ações de supervisão, controle e correção de riscos da organização.

O inciso VII dispõe sobre informação e comunicação. O Quadro 66 apresenta a relação entre o inciso VII e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 66 – Relação entre o artigo 16 inciso VII da IN MP/CGU n.º 1/2016 e as normas GRI

IN Conjunta 01/2016	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(VII) informação e comunicação: informações relevantes devem ser identificadas, coletadas e comunicadas, a tempo de permitir que as pessoas cumpram suas responsabilidades, não apenas com dados produzidos internamente, mas, também, com informações sobre eventos, atividades e condições externas, que possibilitem o gerenciamento de riscos e a tomada de decisão. A comunicação das informações produzidas deve atingir todos os níveis, por meio de canais claros e abertos que permitam que a informação flua em todos os sentidos; e	2-16 Comunicação de preocupações cruciais	A forma como as preocupações são comunicadas ao mais alto órgão de governança. O número total e a natureza das preocupações cruciais comunicadas ao mais alto órgão de governança.	71
	2-25 Processos para reparar impactos negativos	Descrição dos canais de comunicação disponibilizados para o manifesto de preocupações reais ou potenciais que possam indicar violações de direitos humanos, e os processos voltados a reparação destes;	84
	2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	A forma como são aconselhados os indivíduos que buscam reportar preocupações sobre má conduta ou violações da lei nas operações ou relações negociais, a eficácia dos canais de comunicação quanto a garantia de direitos humanos dos usuários na proteção contra represálias;	87
	2-29 Abordagem para engajamento de <i>stakeholders</i>	A identificação das categorias de <i>stakeholders</i> , os propósitos de engajamento e como a organização respeita os direitos humanos dos <i>stakeholders</i> , garantindo-lhes privacidade, liberdade de expressão e direito a reuniões ou manifestações pacíficas;	91
	205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate a corrupção	Número e percentual de empregados, membros do órgão de governança, parceiros de negócios ou outras pessoas que foram comunicadas sobre procedimentos e políticas de combate à corrupção adotados pela organização, discriminados por região. E o número e percentual de membros do órgão de governança e empregados que receberam capacitação na temática discriminados por categoria funcional e região;	372
	403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	A participação de trabalhadores e a consulta realizada junto aos trabalhadores no desenvolvimento, implementação e avaliação do sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho. Processos para dar acesso e prestar informações relevantes sobre saúde e segurança do trabalho aos trabalhadores. Se houverem comitês formais de saúde e segurança compostos por empregadores e trabalhadores, devem ser descritas suas responsabilidades, frequência das reuniões, poder de decisão, e se existem trabalhadores não representados;	599
	413-1 Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	O engajamento efetivo com comunidades locais, a fim de identificar suas expectativas e necessidades, com a opção de uso de ferramentas de avaliação de impactos sociais e direitos humanos, através de abordagens baseadas em etnia, gênero, faixa etária, status socioeconômico, dentre outras vulnerabilidades existentes entre <i>stakeholders</i> da comunidade;	721
	417-3 Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing	Número de casos de não conformidade com leis e/ou códigos voluntários em relação a comunicação de marketing, inclusive publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por casos de não conformidade com leis que resultaram em multa ou penalidade; casos de não conformidade com leis que resultaram em advertência; e casos de não conformidade com códigos voluntários.	770

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O inciso VII se relaciona com a GRI 2-25, que trata da disponibilização de “[...] mecanismos de queixas que a organização tenha estabelecido ou dos quais participa. Os mecanismos de queixas permitem que os *stakeholders* apresentem preocupações e busquem reparação para os impactos negativos reais e potenciais que os afetem [...]” (GRI, 2023, p. 84).

Relaciona-se, ainda, com a descrição das preocupações sobre os impactos negativos da organização, por parte dos *stakeholders*, expostos através de mecanismos de queixas (GRI 2-16) e outros mecanismos, como, por exemplo, a ocorrência de entrevistas confidenciais durante visitas *in loco* (GRI 2-26).

Ademais, o citado inciso tem ligação com o engajamento de *stakeholders* promovido pela organização como parte de suas atividades cotidianas (GRI 2-29), engajamento com *stakeholders* pertencentes às comunidades locais, a fim de identificar suas expectativas e/ou necessidades (GRI 413-1), com a comunicação sobre assuntos relacionados à corrupção (GRI 205-2), saúde, segurança do trabalho (GRI 403-4) e ao *marketing* (GRI 417-3).

4.1.8.2 Guia Nacional de Contratações Sustentáveis

O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (GNCS) é elaborado pela CGU desde o ano de 2010, e sua última versão é datada de agosto de 2022¹². Este guia consultivo tem como público-alvo gestores públicos, auxiliando-os na implementação de práticas socioambientais, por intermédio do uso do poder de compra da Administração Pública. Através do item 8.2, do Apêndice B desta dissertação, foram selecionadas 12 recomendações do GNCS para análise do nível de sinergia com as GRIs, que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo.

O Quadro 67 exhibe a relação entre as recomendações n.º 1, 2 e 3, que tratam da inserção da sustentabilidade na cadeia de produção (coluna 1) e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI (coluna 2). A coluna 3 apresenta a síntese do conteúdo que deve ser relatado e a coluna 4 que indica o número da página de referência do conjunto consolidado das normas GRI.

Quadro 67 – Relação entre as recomendações n.º 1, 2 e 3 do GNCS e as normas GRI

Recomendação n.º	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(1) A sustentabilidade na produção deve favorecer a utilização	301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	O percentual de matérias-primas ou materiais reciclados utilizados na fabricação de seus produtos e serviços;	419

¹² Guia Nacional de Contratações sustentáveis (2022a, p.10).

Recomendação n°	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
de materiais reciclados, biodegradáveis, atóxicos, com o uso de madeira proveniente de reflorestamento, e favorecimento de embalagens compactas;	301-3 Produtos e suas embalagens reaproveitados	O percentual de produtos e embalagens reaproveitados para cada categoria de produto, excluídos produtos rejeitados e <i>recalls</i> ;	420
	306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	Descrição das entradas, atividades e saídas que levam ou poderiam gerar impactos e se os impactos estão relacionados a resíduos gerados nas próprias atividades da organização ou a resíduos gerados <i>upstream</i> ou <i>downstream</i> na sua cadeia de valor;	523
(2) A sustentabilidade no modo de produção deve ser livre do uso de trabalho escravo ou infantil;	408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	Diligências para evitar que a organização utilize trabalho infantil ou seja cúmplice de sua utilização através de seus relacionamentos com fornecedores ou clientes. A temática encontra-se prevista em legislações de direitos humanos e declarações da OIT, ONU e OCDE;	673
	409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	Abordagens voltadas em operações próprias ou de fornecedores com riscos de ocorrência do uso de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir com a eliminação deste tipo de exploração;	689
(3) Deve haver previsão da utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução	202-2 Proporção de membros da diretoria contratados na comunidade	O percentual de membros da diretoria de unidades operacionais importantes contratados na comunidade local.	341
	203-2 Impactos econômicos indiretos significativos	Casos positivos e negativos já identificados; A importância destes no contexto das referências externas e prioridades para os <i>stakeholders</i> .	353
	204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais	O percentual do orçamento de compras utilizado em unidades operacionais, gasto com fornecedores locais; A definição geográfica de local e unidades operacionais importantes adotadas pela organização.	362

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A recomendação n.º 1 possui as mesmas relações já destacadas no Quadro 26, que tratam da relação entre o PLS e a GRI, inciso I, do artigo 8º da IN n.º 10/2012, sobre a racionalização do uso de materiais.

Já a recomendação n.º 2 se relaciona com políticas preventivas inerentes aos riscos decorrentes do envolvimento com o uso de mão de obra infantil (GRI 408-1) ou uso de trabalho forçado, escravo ou análogo ao escravo (GRI 409-1).

A recomendação n.º 3, por sua vez, tem relação com a inclusão de membros da comunidade local na diretoria das organizações (GRI 202-2), e com a descrição dos programas de desenvolvimento local, incluindo a criação de empregos, compras e capacitação (GRI 203-2; 204-1).

A recomendação n.º 4 trata da sustentabilidade através do uso de produtos. O Quadro 68 apresenta a relação entre a recomendação n.º 4 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 68 – Relação entre a recomendação n.º 4 do GNCS e as normas GRI

Recomendação n.º	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(4) A sustentabilidade no uso deve priorizar produtos que gerem economia de água e energia;	302-4 Redução do consumo de energia	Reduções do consumo de energia obtidas em decorrência de iniciativas de conservação e eficiência, em joules ou seus múltiplos. Os tipos de energia reduzidas e a base de cálculo do consumo de energia, ano-base, incluindo a justificativa para sua escolha;	434
	302-5 Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços	Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços vendidos obtidos durante o período de relato, em joules ou seus múltiplos. A base de cálculo na redução do consumo de energia, ano-base, incluindo a justificativa para sua escolha;	435
	303-1 Interação com a água como um recurso compartilhado	Como e onde a água é captada, consumida e descartada, e os impactos relacionados à água que ela causou ou contribuiu para causar, ou que sejam diretamente relacionados às atividades, produtos ou serviços da organização por uma relação de negócios;	445
	303-5 Consumo de água	Consumo total de água de todas as áreas em megalitros (inclusive áreas com estresse hídrico) Informações sobre armazenamento de água e seus impactos;	455
	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	Medidas (inclusive de circularidade) para evitar a produção de resíduos nas atividades, <i>upstream</i> e <i>downstream</i> em sua cadeia de valor. Se os resíduos gerados são gerenciados por terceiros deve ser descrito o processo de gerenciamento em conformidade com obrigações contratuais ou legais;	525

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A recomendação n.º 4 pode guardar relação com a redução do consumo de energia e água por meio do redesenho de processos e *design* de produtos ou adaptação de equipamentos (GRI 302-4; 302-5; 303-1; 303-5).

A recomendação n.º 5 trata da sustentabilidade na prevenção, uso e descarte de resíduos sólidos. O Quadro 69 apresenta a relação entre a recomendação n.º 5 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 69 – Relação entre a recomendação n.º 5 do GNCS e as normas GRI

Recomendação n.º	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(5) A sustentabilidade na destinação final, deve priorizar produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos e com opção de reuso. Devem ser consideradas nas licitações a prevenção e gestão de resíduos para não gerar, reduzir e destinar corretamente os resíduos gerados conforme sua classificação (resíduos)	301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	O percentual de matérias-primas ou materiais reciclados utilizados na fabricação de seus produtos e serviços;	419
	301-3 Produtos e suas embalagens reaproveitados	O percentual de produtos e embalagens reaproveitados para cada categoria de produto, excluídos produtos rejeitados e <i>recalls</i> ;	420
	306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	Descrição das entradas, atividades e saídas que levam ou poderiam gerar impactos e se os impactos estão relacionados a resíduos gerados nas próprias atividades da organização ou a resíduos gerados <i>upstream</i> ou <i>downstream</i> na sua cadeia de valor;	523
	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	Medidas (inclusive de circularidade) para evitar a produção de resíduos nas atividades, <i>upstream</i> e <i>downstream</i> em sua cadeia de valor. Se os resíduos gerados são gerenciados por terceiros deve ser descrito	525

Recomendação n°	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
perigosos, resíduos oriundos de serviços de saúde, lixo tecnológico, óleo lubrificante). Assim como, logística reversa de embalagens de agrotóxicos, frascos de aerossol, lâmpadas fluorescentes e/ou lâmpadas de LED, de óleo lubrificante, pilhas e baterias, pneus, mercúrio metálico;		o processo de gerenciamento em conformidade com obrigações contratuais ou legais;	
	306-3 Resíduos gerados	Peso total dos resíduos gerados em toneladas métricas, e uma discriminação desse total por composição dos resíduos. Informações contextuais necessárias para a compreensão dos dados relatados e compilados;	527
	306-4 Resíduos não destinados para disposição final	Peso dos resíduos não destinados à disposição final em toneladas métricas e a composição dos resíduos; Peso dos resíduos perigosos e não perigoso não destinados para disposição em toneladas métricas com a discriminação das operações de recuperação (preparação para reutilização, reciclagem);	528
	306-5 Resíduos destinados para disposição final	Peso dos resíduos destinados à disposição em toneladas métricas e a composição dos resíduos. Peso dos resíduos perigosos e não perigosos destinados a disposição final em toneladas métricas com a discriminação das operações de disposição (incineração - com e sem recuperação de energia; aterramento);	530

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A recomendação n.º 5 possui as mesmas relações já destacadas nos Quadros 18, 21, 29 e 35, que tratam da relação entre o PGRS e a GRI, por intermédio do artigo 30, incisos I a VI do Decreto n.º 10.936/2022, entre a A3P e a GRI, por meio do artigo 2º, inciso II da Portaria n.º 326/2020, entre o PLS e a GRI, com o artigo 8º, inciso IV da IN n.º 10/2012, bem como entre o *GreenMetric* e a GRI, através da categoria 3 do *ranking*, respectivamente.

A recomendação n.º 6 envolve a promoção da acessibilidade a pessoas portadoras de deficiências. O Quadro 70 apresenta a relação entre a recomendação n.º 6 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 70 – Relação entre a recomendação n.º 6 do GNCS e as normas GRI

Recomendação n°	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(6) A acessibilidade como exigência constitucional deve considerar a eliminação de barreiras, por meio de adaptações urbanísticas, arquitetônicas (inclusive em imóveis locados); nos transportes; comunicações; comportamentos e tecnologias a fim de garantir acesso	203-1 Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	O nível de desenvolvimento de investimentos em infraestrutura e apoio a serviços que sejam significativos; Impactos atuais ou previstos em comunidades e economias locais, incluindo impactos positivos e negativos;	352
	406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	Os casos de discriminação ocorridas e as providências tomadas, com a descrição de como ocorreu a análise do caso; os planos de reparação implementados e seus resultados analisados por meio de processos rotineiros de gestão interna, e os relatos de resolução dos casos;	656

Recomendação n.º	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
adequado a portadores de deficiência;			

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A recomendação n.º 6 compreende a adaptação da infraestrutura, para que estas atendam às necessidades das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, relacionando-se com as GRIs 203-1 e 406-1, que tratam de investimentos em infraestrutura e medidas voltadas à eliminação da discriminação por diversos fatores, dentre eles, idade, deficiência física ou predisposição genética.

As recomendações n.º 7 e n.º 8 envolvem o uso da inovação e da dimensão cultural como critérios socioambientais. O Quadro 71 apresenta a relação entre as recomendações n.º 7 e n.º 8 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 71 – Relação entre as recomendações n.º 7 e n.º 8 do GNCS e as normas GRI

Recomendação n.º	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(7) A inovação deve ser fomentada por intermédio da ciência e tecnologia, fortalecendo políticas e programas de inovação nacionais, melhorando as redes colaborativas globais. A título de exemplo, é considerada Boa Prática de Gestão Pública Sustentável, a implantação de painéis fotovoltaicos em prédios públicos; (8) A Dimensão Cultural através dos bens, serviços e obras adquiridos em licitações públicas tem o condão de promover a difusão de valores materiais e imateriais, inerente ao equilíbrio entre o respeito às tradições e a inovação, bem como a capacidade de elaboração de projetos que sejam nacionais e não meramente cópias de modelos externos;	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	Riscos e oportunidades apresentados pelas mudanças climáticas com potencial de gerar mudanças substanciais nas operações, receitas ou despesas, incluindo, a descrição do risco, descrição do impacto associado, implicações financeiras do risco, os métodos utilizados para gerenciamento e os custos;	325
	203-1 Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	O nível de desenvolvimento de investimentos em infraestrutura e apoio a serviços que sejam significativos; Impactos atuais ou previstos em comunidades e economias locais, incluindo impactos positivos e negativos;	352
	304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	Impactos diretos e indiretos na biodiversidade em relação a construção ou uso de fábricas, minas e infraestrutura de transportes; poluição; inserção de espécies invasoras, pragas e agentes patogênicos; redução de espécies; conversão de habitats; mudanças em processos ecológicos; espécies afetadas; áreas impactadas; duração, reversibilidade ou irreversibilidade;	474
	413-1 Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	O engajamento efetivo com comunidades locais, a fim de identificar suas expectativas e necessidades, com a opção de uso de ferramentas de avaliação de impactos sociais e direitos humanos, através de abordagens baseadas em etnia, gênero, faixa etária, status socioeconômico, dentre outras vulnerabilidades existentes entre <i>stakeholders</i> da comunidade;	721

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O uso da inovação e da dimensão cultural nas licitações públicas brasileiras pode ter conexão com o relato de investimentos em infraestrutura (GRI 203-1) voltado a construções sustentáveis. Há conexão com as GRIs, que preveem oportunidades materializadas no desenvolvimento de tecnologias e produtos para o enfrentamento dos desafios impostos por mudanças climáticas, refletindo em impactos relacionados à biodiversidade (GRI 201-2; 304-2). Ademais, a GRI 413-1 prevê o relato das ações voltadas ao engajamento com comunidades locais, a fim de identificar suas expectativas ou necessidades. Este relato pode abranger atividades empresariais causadoras de danos patrimoniais históricos ou culturais, que podem ocasionar perda de identidade e tradições culturais.

A recomendação n.º 9 dispõe sobre o tratamento favorecido às pequenas empresas nas licitações públicas. O Quadro 72 apresenta a relação entre a recomendação n.º 9 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 72 – Relação entre a recomendação n.º 9 do GNCS e as normas GRI

Recomendação n.º	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(9) Na aquisição de gêneros alimentícios, deve haver um percentual a ser destinado a fornecedores que sejam agricultores familiares, empreendedores familiares rurais, microempreendedores individuais e sociedades e cooperativas de consumo;	203-2 Impactos econômicos indiretos significativos	Casos positivos e negativos já identificados; A importância destes no contexto das referências externas e prioridades para os <i>stakeholders</i> .	353
	204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais	O percentual do orçamento de compras utilizado em unidades operacionais, gasto com fornecedores locais; A definição geográfica de local e unidades operacionais importantes adotadas pela organização.	362

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A recomendação n.º 9 tem relação com o alcance dos impactos econômicos indiretos (GRI 203-2) refletivos nos *stakeholders* e na economia, incluindo pequenos fornecedores dependentes de grandes organizações, que geram empregos indiretos e com o relato da GRI 204-1, que prevê compras inclusivas, aquisição de produtos comercializados por pequenas empresas, bem como preferências de aquisição de empreendimentos pertencentes a mulheres, e de empreendimentos que empreguem trabalhadores recrutados dentre grupos vulneráveis, marginalizados ou sub-representados.

A recomendação n.º 10 aborda precauções na contratação de profissionais da saúde e conservação e asseio. O Quadro 73 apresenta a relação entre a recomendação n.º 10 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 73 – Relação entre a recomendação n.º 10 do GNCS e as normas GRI

Recomendação n.º	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(10) No caso de credenciamento de profissionais de saúde e na contratação de serviços de limpeza e conservação os editais devem levar em consideração aspectos relacionados a proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores;	403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Informações sobre a implantação (se for o caso) de um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho, incluindo a motivação - exigências legais, normas reconhecidas de gestão de riscos e/ou de gestão. Descrição do escopo de trabalhadores, atividades e locais de trabalho abrangidos (e não abrangidos) pelo sistema;	595
	403-2 Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	Processos de identificação da periculosidade e avaliação de riscos (rotineira e não rotineira); Processos voltados a relatos dos trabalhadores e os mecanismos de proteção destes, contra represálias. Políticas e processos para a retirada de trabalhadores de situações de risco de acidente de trabalho ou doença profissional, e uma explicação de como estes são protegidos contra represálias.	596
	403-3 Serviços de saúde do trabalho	Funções dos serviços de saúde do trabalho que contribuem para identificação e eliminação de periculosidade e minimização de riscos, e como ocorre a garantia da qualidade desses serviços e a facilitação de acesso;	598
	403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	A participação de trabalhadores e a consulta realizada junto aos trabalhadores no desenvolvimento, implementação e avaliação do sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho. Processos para dar acesso e prestar informações relevantes sobre saúde e segurança do trabalho aos trabalhadores. Se houverem comitês formais de saúde e segurança compostos por empregadores e trabalhadores, devem ser descritas suas responsabilidades, frequência das reuniões, poder de decisão, e se existem trabalhadores não representados;	599
	403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança no trabalho	Descrição de capacitação em saúde e segurança do trabalho oferecida aos trabalhadores, inclusive treinamento genérico ou específico em riscos ocupacionais, atividades ou situações perigosas.	601
	403-6 Promoção da saúde do trabalhador	Como ocorre a facilitação de acesso dos trabalhadores a serviços médicos e de saúde não relacionados ao trabalho, e o escopo do acesso oferecido. Descrição dos serviços e programas de promoção da saúde oferecidos aos trabalhadores para tratar de importantes riscos à saúde não relacionados ao trabalho, inclusive os riscos específicos à saúde tratados, e como ocorre a facilitação de acesso a esses serviços e programas	602
	403-7 Prevenção e mitigação dos impactos na saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	Descrição da abordagem da organização para prevenção ou mitigação de impactos significativos na saúde e segurança do trabalho que estão diretamente vinculados a suas operações, produtos ou serviços por suas relações de negócios, e seus respectivos perigos e riscos.	604
	403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Informações sobre a implementação de sistemas de gestão de saúde e segurança do trabalho baseado em exigências legais e/ou normas/diretrizes reconhecidas; número de percentual de usuários do sistema (empregados e não empregados), critérios de inclusão, exclusão e auditoria interna ou certificação do sistema;	605

Recomendação n°	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
	403-9 Acidentes de trabalho	O número e índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho; de acidentes de trabalho com consequência grave e com comunicação obrigatória, a descrição tipos de acidente de trabalho; o número de horas trabalhadas; informações estas, considerando a totalidade de empregados ou trabalhadores cujo local de trabalho seja controlado pela organização. Descrição dos perigos que apresentam risco de acidentes de trabalho com consequências grave, incluindo perigos identificados ou que causaram (ou que contribuíram);	607
	403-10 Doenças profissionais	Número de óbitos resultantes de doenças profissionais, o número de casos de doenças profissionais com comunicação obrigatória, os tipos de doenças profissionais, informações estas oriundas de empregados ou de trabalhadores que não são empregados, mas seu local de trabalho é controlado pela organização. Perigos que apresentam risco de doenças profissionais e os contextos necessárias para a compreensão dos dados;	612

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A recomendação n.º 10 apresenta as mesmas relações já destacadas nos Quadros 22 e 30, que evidenciam a relação entre a A3P e a GRI, artigo 2º, inciso III da Portaria n.º 326/2020, e a relação entre o PLS e a GRI, artigo 8º inciso V da IN n.º 10/2012, ambas se referem à qualidade de vida no ambiente de trabalho.

As recomendações n.º 11 e n.º 12 dispõem sobre práticas voltadas à preservação da camada de ozônio. O Quadro 74 apresenta a relação entre as recomendações n.º 11 e n.º 12 e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

Quadro 74 – Relação entre as recomendações n.º 11 e n.º 12 do GNCS e as normas GRI

Recomendação n°	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(11) Devem ser observadas normativas que tratam da vedação a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de substâncias que destroem a camada de ozônio (Protocolo de Montreal), nos termos do Decreto n° 2.783/1998, e Resolução CONAMA n° 267/2000;	305-1 Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)	Emissões em toneladas métricas de CO2 ou equivalente, incluídos no cálculo: se CO2, CH4, N2O, HFCs, PFCs, SF6, NF3 ou todos, emissões biogênicas de CO2 em toneladas métricas de CO2 equivalente, ano-base para o cálculo, fontes dos fatores de emissão e índices de potencial de aquecimento global (GWP) usados ou uma referência à fonte de GWP;	487
	305-2 Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia	Emissões em toneladas métricas calculadas com base na localização, emissões indiretas de GEE (Escopo 2) provenientes da aquisição de energia em toneladas métricas de CO2 equivalente calculadas com base no mercado. Se disponível, os gases incluídos no cálculo; se CO2, CH4, N2O, HFCs, PFCs, SF6, NF3 ou todos, o ano-base para o cálculo e justificativas;	489
(12) Na aquisição de veículos devem ser admitidas ofertas de veículo automotor que utilizem combustíveis	305-4 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	Índice de intensidade de emissões de GEE, o denominador escolhido pela organização para calcular o índice. Tipos de emissões de GEE incluídos no índice de intensidade; se diretas (Escopo 1), indiretas (Escopo 2) provenientes de aquisição de energia e/ou outras emissões indiretas (Escopo	494

Recomendação n.º	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
renováveis (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade) com tecnologia flex;		3), incluídos no cálculo (CO ₂ , CH ₄ , N ₂ O, HFCs, PFCs, SF ₆ , NF ₃ ou todos);	
	305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	Resultado direto de iniciativas de redução, em toneladas métricas de CO ₂ equivalente (CO ₂ , CH ₄ , N ₂ O, HFCs, PFCs, SF ₆ , NF ₃ ou todos); ano-base para o cálculo incluindo justificativas para sua escolha; escopos em que as reduções ocorreram: se emissões diretas (Escopo 1), indiretas (Escopo 2) provenientes de aquisição de energia e/ou outras emissões indiretas (Escopo 3);	496

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

As recomendações n.º 11 e 12 podem se relacionar com a redução de emissões no ar, responsáveis por causar mudanças climáticas e intervir negativamente na qualidade do ar (GRI 305-1; 305-2; 305-4; 305-5).

4.1.9 MEC e a GRI

O PDI constitui-se um instrumento de planejamento e gestão exigido pelo MEC. Seus conteúdos mínimos estão previstos nos incisos I a XI do artigo 21, do Decreto n.º 9.235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das IES e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

O Quadro 75 exibe a relação entre os seguintes incisos: I) missão, objetivos e metas; II) projeto pedagógico; III) cronograma de implantação e desenvolvimento; IV) organização didático-pedagógica; V) oferta de cursos e programas; VI) perfil do corpo docente e de tutores; VII) organização administrativa; VIII) projeto de acervo; IX) infraestrutura; X) demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras; e XI) oferta de educação à distância (coluna 1) e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI (coluna 2). A coluna 3 exibe a síntese do conteúdo que deve ser relatado e a coluna 4 indica o número da página de referência do conjunto consolidado das normas GRI.

Quadro 75 – Relação entre o PDI e as normas GRI

PDI	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
(I) Missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;	2-1 Detalhes da Organização	Nome jurídico, estrutura societária e forma jurídica, localização da sede, países em que opera;	50
	2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da	O papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança e pelos altos executivos no desenvolvimento, na aprovação e atualização da declaração de valores ou de missão, estratégias,	67

PDI	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
	gestão dos impactos	políticas e objetivos relacionados ao desenvolvimento sustentável; na supervisão de processos para identificar e gerenciar seus impactos na economia, no meio ambiente e nas pessoas, incluindo engajamento com <i>stakeholders</i> , como são interpretados e analisados os resultados desses processos;	
(II) Projeto pedagógico da instituição, que conterá, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão;	-	-	-
(III) Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, com especificação das modalidades de oferta, da programação de abertura de cursos, do aumento de vagas, da ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, da previsão de abertura de campus fora de sede e de polos de educação à distância;	-	-	-
(IV) Organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número e natureza de cursos e respectivas vagas, unidades e campus para oferta de cursos presenciais, polos de educação à distância, articulação entre as modalidades presencial e a distância e incorporação de recursos tecnológicos;	-	-	-
(V) Oferta de cursos e programas de pós-graduação lato e stricto sensu, quando for o caso;	-	-	-
(VI) Perfil do corpo docente e de tutores de educação à distância, com indicação dos requisitos de titulação, da experiência no magistério superior e da experiência profissional não acadêmica, dos critérios de seleção e contratação, da existência de plano de carreira, do regime de trabalho, dos procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro e da incorporação de professores com comprovada experiência em áreas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento nacional, à inovação e à competitividade, de modo a promover a articulação com o mercado de trabalho;			
(VII) Organização administrativa da instituição e políticas de gestão, com identificação das formas de participação dos professores, tutores e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos, dos procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos estudantes, das ações de transparência e divulgação de informações da instituição e das eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições, demonstrada a capacidade de atendimento dos cursos a serem ofertados;	-	-	-
(VIII) Projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a	-	-	-

PDI	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais;			
(IX) Infraestrutura física e instalações acadêmicas, que especificará: a) com relação à biblioteca: 1. Acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia; 2. Formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; 3. Espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal Técnico-administrativo e serviços oferecidos; e, b) com relação aos laboratórios: instalações, equipamentos e recursos tecnológicos existentes e a serem adquiridos, com a identificação de sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos e a descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas;	-	-	-
(X) Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras;	201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído	Valor econômico direto gerado: receitas; Valor econômico distribuído: custos operacionais, salários e benefícios de empregados, pagamentos a provedores de capital, pagamentos ao governo - por país e investimentos na comunidade; Valor econômico retido: “valor econômico direto gerado” menos “valor econômico distribuído “em regime de competência	322
	201-4 Apoio financeiro recebido do governo	O valor monetário do apoio financeiro recebido de governos (por país), incluindo benefícios e créditos fiscais, subsídios, subvenções, concessões, prêmios, <i>royalty holidays</i> , apoio financeiro de Agências, incentivos financeiros, outros benefícios financeiros recebidos ou recebíveis de governos para qualquer operação. Informar se algum governo participa da estrutura acionária da organização;	328
	207-4 Relato país-a-país	Informações financeiras, econômicas e fiscais para cada jurisdição onde a organização opera, incluindo os nomes das entidades residentes; atividades primárias da organização; número de empregados e a base de cálculo para esse número; receitas provenientes de vendas por terceiros; receitas	402

PDI	Conteúdo GRI	O que deve ser relatado?	Pág. Ref
		provenientes de transações intragrupo com outras jurisdições fiscais; lucros/perdas antes do pagamento de impostos; bens tangíveis que não sejam caixa e equivalentes de caixa; imposto de renda pessoa jurídica pago em regime de caixa; imposto de renda pessoa jurídica incidente sobre lucros/perdas; motivos para a diferença entre imposto de renda pessoa jurídica incidente sobre lucros/perdas e o imposto devido se a alíquota fixada em lei for aplicada para lucros/perdas antes do pagamento de impostos.	
	415-1 Contribuições políticas	O valor monetário das contribuições diretas e indiretas, por país e beneficiário e como ocorreu sua estimativa;	748
(XI) Oferta de educação à distância, especificadas: a) sua abrangência geográfica; b) relação de polos de educação a distância previstos para a vigência do PDI; c) infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação à distância, em consonância com os cursos a serem ofertados; d) descrição das metodologias e das tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos; e) previsão da capacidade de atendimento do público-alvo.	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, XI abordam questões intrínsecas ao ambiente universitário, inexistindo relação com os itens que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI.

O inciso I apresenta as mesmas relações já destacadas no Quadro 58, que evidenciam a relação entre o relatório de gestão do TCU e a GRI através do elemento de conteúdo n.º 3.1, que trata sobre a visão geral organizacional e o ambiente externo, requisitando das organizações públicas a identificação de sua missão e visão.

O inciso X apresenta as relações já destacadas nos Quadros 54 e 61, que mostram a relação entre o *THE Impact Rankings* e a GRI, através do ODS 16.2, apenas no que se refere à exigência do *ranking* que envolve a publicação de dados financeiros e entre o TCU e a GRI, através do elemento de conteúdo n.º 6.1, informações orçamentárias, financeiras e contábeis, requisitando das UPC o resumo de sua situação financeira.

4.2 Análise descritiva dos dados do Apêndice B e sua relação com a dimensão universitária

4.2.1 Pacto Global da ONU e a dimensão universitária

O Pacto Global da ONU é uma chamada para que as organizações públicas ou privadas possam alinhar suas estratégias e operações aos 10 princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. O Quadro 76 exibe a relação entre os 10 princípios do Pacto Global da ONU (coluna 1) e as subcategorias (coluna 2) e os aspectos (coluna 3) que compõem a dimensão universitária. A coluna 4 apresenta os indicadores que devem ser relatados, baseado na estruturação proposta por Sassen e Azizi (2018a, p. 1183-1184), apresentada no Apêndice D desta dissertação.

Quadro 76 – Relação entre os princípios do Pacto Global da ONU e a dimensão universitária

Pacto Global	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
Princípio 01 - As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente.	-	-	-
Princípio 02 - Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.	-	-	-
Princípio 03 - As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.	-	-	-
Princípio 04 - A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.	-	-	-
Princípio 05 - A abolição efetiva do trabalho infantil.	-	-	-
Princípio 06 - Eliminar a discriminação no emprego.	-	-	-
Princípio 07 - As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.	-	-	-
Princípio 08 - Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental.	-	-	-
Princípio 09 - Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.	Pesquisa	Programas de pesquisa, projetos, campi/pólos, serviços	Listagem de assuntos abordados: energia renovável, economia ecológica, planejamento urbano;
Princípio 10 - As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os princípios 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 10 não apresentaram similaridades com a dimensão universitária. Já o princípio n.º 9 pode ter relação com a listagem dos assuntos abordados em projetos de pesquisa, que podem envolver energias renováveis, economia ecológica e planejamento urbano.

4.2.2 PGRS e a dimensão universitária

O Decreto n.º 10.936/2022 fornece diretrizes aplicáveis à gestão e ao gerenciamento dos resíduos sólidos. O Quadro 77 exhibe a relação entre os artigos 30 e 82 § 2 (coluna 1) e as subcategorias (coluna 2) e os aspectos (coluna 3) que compõem a dimensão universitária. A coluna 4 apresenta os indicadores que devem ser relatados, baseados na estruturação proposta por Sassen e Azizi (2018a, p. 1183-1184), apresentada no Apêndice D desta dissertação.

Quadro 77 – Relação entre os artigos 30 e 82, § 2 do Decreto n.º 10.936/2022 e a dimensão universitária

PGRS	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
art. 30, incisos I - não geração de resíduos sólidos; II - redução de resíduos sólidos; III - reutilização de resíduos sólidos; IV - reciclagem de resíduos sólidos; V - tratamento de resíduos sólidos; e VI - disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;	-	-	-
art. 82, § 2, incisos I - ao incentivo atividades de caráter educativo e pedagógico; II - a promoção da articulação da educação ambiental na gestão de resíduos sólidos; inciso III - a realização de ações educativas destinadas aos fornecedores; IV - ações educativas de conscientização de consumidores; inciso V - capacitação de gestores públicos e VI - divulgação de conceitos sobre coleta seletiva, logística reversa, consumo consciente e minimização da geração de resíduos sólidos;	Comunidade Externa	Atividades e serviços comunitários	Parcerias para a sustentabilidade com entidades educacionais, empresariais e governamentais

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os incisos pertencentes ao artigo 30 não apresentaram similaridades com as questões que integram a dimensão universitária. Os incisos do artigo 82 § 2 podem se relacionar com o relato de parcerias para a disseminação dos conhecimentos relacionados à sustentabilidade.

4.2.3 A3P e a dimensão universitária

Os incisos I a VI do artigo 2º da Portaria n.º 326/2020 define seis eixos temáticos mínimos a fim de promover a adoção de procedimentos sustentáveis e critérios socioambientais nas atividades do setor público. O Quadro 78 exhibe a relação entre os incisos I a VI (coluna 1) e as subcategorias (coluna 2) e os aspectos (coluna 3) que compõem a dimensão universitária. A coluna 4 apresenta os indicadores que devem ser relatados, baseados na estruturação proposta por Sassen e Azizi (2018a, p. 1183-1184), apresentada no Apêndice D desta dissertação.

Quadro 78 – Relação entre os incisos I a VI do artigo 2º da Portaria n.º 326/ 2020 e a dimensão universitária

A3P	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
inciso I - uso racional dos recursos naturais e bens públicos: utilizar energia, água, madeira, papel, copos e materiais de expediente, entre outros, de forma racional, para que haja economia dos recursos financeiros, menor desperdício e menor impacto ambiental negativo;	-	-	-
inciso II - gestão adequada dos resíduos gerados: adotar a política dos 5R's - Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar - e, com base na Lei 12.305/2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, implantar o gerenciamento de resíduos sólidos;	-	-	-
inciso III - qualidade de vida no ambiente de trabalho: criar meios para que todas as pessoas que circulam no ambiente se sintam bem e, conforme cada caso, adotar procedimentos e instalar equipamentos que contribuam para a melhor qualidade de vida;	Operações	Vida no campus	Projetos que indicam um ambiente de estudo saudável e sustentável Serviços de consultoria e apoio a alunos com filhos
inciso IV - sensibilização e capacitação dos servidores: criar e consolidar nos servidores a consciência cidadã quanto à responsabilidade socioambiental, com a adoção de práticas que promovam a sustentabilidade e o respeito à vida;	-	-	-
inciso V - contratações públicas sustentáveis: adquirir e contratar com critérios de sustentabilidade, e considerar a relação custo/benefício no médio e longo prazo, e não somente o critério de menor preço;	-	-	-
inciso VI - construções sustentáveis: construir e/ou reformar considerando critérios que atendam o conforto térmico e acústico, fazendo uso da luz solar, energia dos ventos e água da chuva, utilizar materiais e equipamentos que impliquem em maior economia de energia, entre outros, e produzam pouco ou nenhum impacto ambiental; garantir a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os incisos I, II, IV, V e VI não apresentaram similaridades com as questões que integram a dimensão universitária. O inciso III pode se relacionar com projetos voltados aos ambientes saudáveis e sustentáveis, e com o apoio fornecido a estudantes, com filhos nas universidades.

4.2.4 PLS e a dimensão universitária

A IN n.º 10/2012 estabelece regras para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável, definindo no artigo 8º práticas sustentáveis e de racionalização do uso, com sete temas mínimos. O Quadro 79 exhibe a relação entre os incisos I a VII do artigo 8º (coluna 1) e as subcategorias (coluna 2) e os aspectos (coluna 3) que compõem a dimensão universitária. A

coluna 4 apresenta os indicadores que devem ser relatados, baseados na estruturação proposta por Sassen e Azizi (2018a, p. 1183-1184), apresentada no Apêndice D desta dissertação.

Quadro 79 – Relação entre o artigo 8º inciso I a VII da IN n.º 10/2012 e a dimensão universitária

PLS	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
inciso I – material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;	-	-	-
inciso II - energia elétrica;	-	-	-
inciso III - água e esgoto;	-	-	-
inciso IV - coleta seletiva;	-	-	-
inciso V - qualidade de vida no ambiente de trabalho;	Operações	Vida no campus	Projetos que indicam um ambiente de estudo saudável e sustentável Serviços de consultoria e apoio a alunos com filhos
inciso VI - compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial;	-	-	-
inciso VII – deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes;	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os incisos I, II, III, IV e VI não apresentaram similaridades com as questões que integram a dimensão universitária. O inciso V possui as mesmas relações já destacadas no Quadro 78, que tratou da relação entre a A3P e a dimensão universitária, no que se refere ao inciso III, qualidade de vida no ambiente de trabalho.

4.2.5 GreenMetric e a dimensão universitária

A metodologia utilizada no *ranking* é realizada em seis categorias: 1) ambiente e infraestrutura; 2) energia e mudanças climáticas; 3) resíduos; 4) água; 5) transporte; 6) educação e pesquisa. O Quadro 80 organiza a relação entre a categoria 1 (coluna 1) e as subcategorias (coluna 2) e os aspectos (coluna 3) que compõem a dimensão universitária. A coluna 4 apresenta os indicadores que devem ser relatados, baseado na estruturação proposta por Sassen e Azizi (2018a, p. 1183-1184), apresentada no Apêndice D desta dissertação.

Quadro 80 – Relação entre a categoria 1 do *ranking GreenMetric* e a dimensão universitária

Categoria 1	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(AI 1) A razão entre a área de espaço aberto e a área total;	-	-	-

Categoria 1	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(AI 2) Área total do campus coberta por vegetação florestal;	-	-	-
(AI 3) Área total do campus coberta por vegetação plantada;	-	-	-
(AI 4) Área total do campus para absorção de água além da floresta e vegetação plantada;	-	-	-
(AI 5) A área total de espaço aberto dividida pela população total do campus;	-	-	-
(AI 6) Porcentagem do orçamento da universidade para esforços de sustentabilidade;	-	-	-
(AI 7) Percentual das atividades de operação e manutenção do edifício no período de um ano;	-	-	-
(AI 8) Instalações do campus para deficientes, necessidades especiais e/ou cuidados de maternidade;	Operações	Vida no campus	Serviços de consultoria e apoio a alunos com filhos
(AI 9) Segurança e instalações de segurança;			Projetos que indicam um ambiente de estudo saudável e sustentável
(AI 10) Instalações de infraestrutura de saúde para o bem-estar de estudantes, acadêmicos e funcionários;			
(AI 11) Conservação: plantas (flora), animais (fauna) e vida selvagem, recursos genéticos para alimentação e agricultura garantidos em instalações de conservação de médio ou longo prazo;	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os códigos AI 1, AI 2, AI 3, AI 4, AI 5, AI 6, AI 7 e AI 11 da categoria 1 do ranking *GreenMetric* não apresentaram similaridades com as questões que integram a dimensão universitária. Os códigos AI 8, AI 9 e AI 10 possuem as mesmas relações já destacadas nos Quadros 78 e 79, que tratam da relação entre a A3P e a dimensão universitária, no que se refere ao inciso III, qualidade de vida no ambiente de trabalho, e entre o PLS e a dimensão universitária, por intermédio do inciso V, qualidade de vida no ambiente de trabalho.

A categoria 2 trata sobre energia e mudanças climáticas. O Quadro 81 apresenta a relação entre a categoria 2 e as subcategorias, os aspectos e indicadores que compõem a dimensão universitária.

Quadro 81 – Relação entre a categoria 2 do ranking *GreenMetric* e a dimensão universitária

Categoria 2	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(EC 1) Uso de aparelhos energeticamente eficientes;	-	-	-
(EC 2) Implementação de edifícios inteligentes;	-	-	-
(EC 3) Número de fontes de energia renovável no campus;	-	-	-
(EC 4) Uso total de eletricidade dividido pela população total do campus (kWh por pessoa);	-	-	-
(EC 5) A proporção da produção de energia renovável dividida pelo uso total de energia por ano;	-	-	-
(EC 6) Elementos da implementação de edifícios verdes refletidos em todas as políticas de construção e renovação;	-	-	-
(EC 7) Programa de redução de emissões de gases de efeito estufa;	-	-	-
(EC 8) Pegada de carbono total dividida pela população total do campus (toneladas métricas por pessoa);	-	-	-

Categoria 2	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(EC 9) Número do(s) programa(s) inovador (es) em energia e mudanças climáticas;	-	-	-
(EC 10) Programa(s) universitário (s) impactante(s) sobre mudanças climáticas;	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os códigos EC 1, EC 2, EC 3, EC 4, EC 5, EC 6, EC 7, EC 8, EC 9 e EC 10 da categoria 2 do ranking *GreenMetric* não apresentaram similaridades com as questões que integram a dimensão universitária.

A categoria 3 aborda os resíduos. O Quadro 82 apresenta a relação entre a categoria 3 e as subcategorias, os aspectos e indicadores que compõem a dimensão universitária.

Quadro 82 – Relação entre a categoria 3 do ranking *GreenMetric* e a dimensão universitária

Categoria 3	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(R 1) Programa de reciclagem de lixo da universidade;	-	-	-
(R 2) Programa para reduzir o uso de papel e plástico no campus;	-	-	-
(R 3) Tratamento de resíduos orgânicos;	-	-	-
(R 4) Tratamento de resíduos inorgânicos;	-	-	-
(R 5) Tratamento de resíduos tóxicos;	-	-	-
(R 6) Coletor de esgotos;	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os códigos R 1, R 2, R 3, R 4, R 5 e R 6 da categoria 3 do ranking *GreenMetric* não apresentaram similaridades com as questões que integram a dimensão universitária.

A categoria 4 trata sobre a água. O Quadro 83 apresenta a relação entre a categoria 4 e as subcategorias, os aspectos e indicadores que compõem a dimensão universitária.

Quadro 83 – Relação entre a categoria 4 do ranking *GreenMetric* e a dimensão universitária

Categoria 4	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(A 1) Programa e implementação de conservação de água;	-	-	-
(A 2) Implementação do programa de reciclagem de água;	-	-	-
(A 3) Uso de aparelhos com eficiência de água;	-	-	-
(A 4) Consumo de água tratada;	-	-	-
(A 5) Controle de poluição da água na área do campus;	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os códigos A 1, A 2, A 3, A 4 e A 5 da categoria 4 do ranking *GreenMetric* não apresentaram similaridades com as questões que integram a dimensão universitária.

A categoria 5 dispõe sobre os transportes. O Quadro 84 apresenta a relação entre a categoria 5, e as subcategorias, os aspectos e indicadores que compõem a dimensão universitária.

Quadro 84 – Relação entre a categoria 5 do *ranking GreenMetric* e a dimensão universitária

Categoria 5	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(T 1) O número total de veículos dividido pela população total do campus;	-	-	-
(T 2) Serviços de transporte;	-	-	-
(T 3) Política de Veículos de Emissão Zero no campus;	-	-	-
(T 4) O número total de Veículos de Emissão Zero dividido pela população total do campus;	-	-	-
(T 5) A relação entre a área de estacionamento no solo e a área total do campus;	-	-	-
(T 6) Programa para limitar ou diminuir a área de estacionamento no campus	-	-	-
(T 7) Número de iniciativas para diminuir os veículos particulares no campus;	-	-	-
(T 8) O caminho de pedestres no campus;	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os códigos T 1, T 2, T 3, T 4, T 5, T 6, T 7 e T 8 da categoria 5 do *ranking GreenMetric* não apresentaram similaridades com as questões que integram a dimensão universitária.

A categoria 6 dispõe sobre a educação e pesquisa. O Quadro 85 apresenta a relação entre a categoria 6 e as subcategorias, os aspectos e indicadores que compõem a dimensão universitária.

Quadro 85 – Relação entre a categoria 6 do *ranking GreenMetric* e a dimensão universitária

Categoria 6	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(EP 1) A proporção de cursos de sustentabilidade para o total de cursos/disciplinas;	Ensino	Incorporação da sustentabilidade nos currículos	Número ou porcentagem (em relação ao total) de programas de graduação relacionados à sustentabilidade
			Número ou porcentagem (em relação ao total) de cursos relacionados à sustentabilidade
(EP 2) A proporção de financiamento de pesquisa de sustentabilidade para financiamento total de pesquisa;	Pesquisa	Concessões	Receita (em relação ao total) de bolsas e contratos que especificam pesquisas relacionadas à sustentabilidade
(EP 3) Número de publicações acadêmicas sobre sustentabilidade;	Pesquisa	Programas de pesquisa, projetos, campi/polos, serviços	Pesquisas publicadas (em relação ao total) com foco em questões relacionadas à sustentabilidade
(EP 4) Número de eventos relacionados à sustentabilidade;	-	-	-
(EP 5) Número de organizações estudantis relacionadas à sustentabilidade;	-	-	-
(EP 6) Site de sustentabilidade administrado pela universidade;	-	-	-
(EP 7) Relatório de Sustentabilidade;	-	-	-
(EP 8) Número de atividades culturais no campus;	-	-	-

Categoria 6	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(EP 9) Número de programas universitários para melhorar o ensino e a aprendizagem;	Ensino	Ensino em geral	Políticas relacionadas à sustentabilidade no currículo
		Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade	Procedimentos de gestão para a interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade nos cursos
		Aprendizagem autorregulamentada	Disponibilidade de programas de <i>e-learning</i> e outras opções de aprendizagem autorreguladas
		Monitoramento da incorporação da sustentabilidade nos currículos	Procedimentos de gestão para monitorar a incorporação de temas de sustentabilidade nos currículos Estrutura de gestão e incorporação de procedimentos de acompanhamento, melhoria contínua de métodos;
(EP 10) Número de projetos de serviços comunitários de sustentabilidade organizados e/ou envolvendo estudantes;	Comunidade Externa	Atividades e serviços comunitários	Contribuições de alunos, professores e funcionários para a comunidade
			Parcerias para a sustentabilidade com entidades educacionais, empresariais e governamentais
(EP 11) Número de <i>startups</i> relacionadas à sustentabilidade;	Operações	Vida no campus	Programas de gestão de competências e aprendizagem ao longo da vida que apoiem a empregabilidade inicial dos estudantes e os auxiliem na gestão da entrada na carreira

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os códigos EP 4, EP 5, EP 6, EP 7 e EP 8 da categoria 6 do *ranking GreenMetric* não apresentaram similaridades com as questões que integram a dimensão universitária.

Os códigos EP 1, EP 2 e EP 3 guardam similaridade com a descrição do número ou porcentagem de programas de graduação ou cursos ligados à sustentabilidade, com a receita disponibilizada para o custeio de bolsas e contratos com enfoque na sustentabilidade, e com o número de publicações de pesquisas com enfoque na sustentabilidade, respectivamente.

O código EP 9 pode se relacionar com políticas para inclusão da sustentabilidade nos currículos, dos procedimentos de gestão para a interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade, da disponibilidade de programas de aprendizado não presencial, dos procedimentos para o monitoramento da incorporação de temas de sustentabilidade nos currículos e da gestão e incorporação da temática da sustentabilidade nos currículos.

Os códigos EP 10 e EP 11 podem ter ligação com a descrição de serviços comunitários prestados por alunos, professores e funcionários da universidade e parcerias firmadas para o fomento da sustentabilidade, e com programas de iniciação às carreiras profissionais.

4.2.6 THE Impact Rankings e a dimensão universitária

A metodologia utilizada no *ranking* é realizada com base nos 17 ODS adaptados às particularidades das universidades. O Quadro 86 exhibe a relação entre o ODS 1, erradicação da pobreza, que tem como meta acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares (coluna 1) e as subcategorias (coluna 2) e os aspectos (coluna 3) que compõem a dimensão universitária. A coluna 4 apresenta os indicadores que devem ser relatados, baseado na estruturação proposta por Sassen e Azizi (2018a, p. 1183-1184), apresentada no Apêndice D desta dissertação.

Quadro 86 – Relação entre o ODS 1 do *ranking Times Higher Education* e a dimensão universitária

THE - ODS 1	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(1.1) Pesquisa;	Pesquisa	Programas de pesquisa, projetos, campi/polos, serviços	Listagem de assuntos abordados: energia renovável, economia ecológica, planejamento urbano;
			Programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade
			Pesquisas publicadas (em relação ao total) com foco em questões relacionadas à sustentabilidade
(1.2) Proporção de alunos que recebem ajuda financeira para frequentar a universidade por causa da pobreza;	Ensino	Ensino em geral	Bolsas oferecidas para educação relacionada à sustentabilidade
(1.3) Programas universitários antipobreza;	Operações	Vida no campus	Serviços de consultoria e apoio a alunos com filhos
			Programas de gestão de competências e aprendizagem ao longo da vida que apoiem a empregabilidade inicial dos estudantes e os auxiliem na gestão da entrada na carreira
(1.4) Programas comunitários antipobreza;	Comunidade Externa	Atividades e serviços comunitários	Contribuições de alunos, professores e funcionários para a comunidade
			Parcerias para a sustentabilidade com entidades educacionais, empresariais e governamentais

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O item 1.1 envolve a produção de pesquisas universitárias em torno da temática da pobreza, pode guardar relação com a descrição da listagem de assuntos abordados nos estudos, programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade, e com a quantidade de pesquisas publicadas. O item 1.2 do *ranking* mede a proporção de estudantes beneficiados com ajuda financeira significativa para frequentar a universidade em decorrência de sua situação financeira, podendo se relacionar com a descrição das bolsas ofertadas.

O item 1.3 do *ranking* trata do apoio a discentes em situação de pobreza, através de serviços disponibilizados, proporcionando maior probabilidade de conclusão dos estudos. O item pode ter conexão com serviços de consultoria e apoio a alunos com filhos e programas de gestão de competências e aprendizagem relacionados à empregabilidade. Por fim, o item 1.4 envolve o apoio à comunidade no combate à pobreza, podendo ter relação com as contribuições de alunos, professores e funcionários para a comunidade, bem como parcerias institucionais.

O ODS 2, fome zero e agricultura sustentável, tem como meta acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e nutricional e promover a agricultura sustentável. O Quadro 87 apresenta a relação entre o ODS 2 e as subcategorias, os aspectos e indicadores que compõem a dimensão universitária.

Quadro 87 – Relação entre o ODS 2 do *ranking Times Higher Education* e a dimensão universitária

THE - ODS 2	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(2.1) Pesquisa;	Pesquisa	Programas de pesquisa, projetos, campi/polos, serviços	Listagem de assuntos abordados: energia renovável, economia ecológica, planejamento urbano;
			Programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade
			Pesquisas publicadas (em relação ao total) com foco em questões relacionadas à sustentabilidade
(2.2) Desperdício de comida no campus;	-	-	-
(2.3) Fome do estudante;	-	-	-
(2.4) Proporção de graduados em agricultura e aquicultura incluindo aspectos de sustentabilidade	Operações	Demografia estudantil	Número total de alunos por corpo docente, discriminados por gênero e situação migratória
(2.5) Fome Nacional;	Comunidade Externa	Atividades e serviços comunitários	Contribuições de alunos, professores e funcionários para a comunidade
			Parcerias para a sustentabilidade com entidades educacionais, empresariais e governamentais

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O item 2.1 envolve a produção de pesquisas das universidades sobre a fome e a produção de alimentos, e pode ter conexão com a descrição da listagem de assuntos abordados, programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade e com a quantidade de pesquisas publicadas. Os itens 2.2 e 2.3 não apresentaram similaridade com as questões que integram a dimensão universitária. O item 2.4 pode ter ligação com aspectos relacionados à demografia estudantil.

O item 2.5 do *ranking* mede os esforços universitários contra a fome, definida através do conceito de segurança alimentar pontuando práticas que envolvam o fornecimento de habilidades ou tecnologia a agricultores, realização de eventos, disponibilização de acesso às

instalações universitárias e a priorização da aquisição de produtos de fontes locais e sustentáveis, práticas que podem ter conexão com as contribuições de alunos, professores e funcionários para a comunidade, e parcerias institucionais.

O ODS 3, saúde e bem-estar, tem como meta assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. O Quadro 88 apresenta a relação entre o ODS 3 e as subcategorias, os aspectos e indicadores que compõem a dimensão universitária.

Quadro 88 – Relação entre o ODS 3 do *ranking Times Higher Education* e a dimensão universitária

THE - ODS 3	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(3.1) Pesquisa;	Pesquisa	Programas de pesquisa, projetos, campi/polos, serviços	Listagem de assuntos abordados: energia renovável, economia ecológica, planejamento urbano;
			Programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade
			Pesquisas publicadas (em relação ao total) com foco em questões relacionadas à sustentabilidade
(3.2) Número de graduados em profissões de saúde;	Operações	Demografia estudantil	Número total de alunos por corpo docente, discriminados por gênero e situação migratória
(3.3) Impacto na saúde;	Comunidade Externa	Atividades e serviços comunitários	Contribuições de alunos, professores e funcionários para a comunidade
			Parcerias para a sustentabilidade com entidades educacionais, empresariais e governamentais

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O item 3.1 envolve a produção de pesquisas universitárias sobre garantias de vida saudável e promoção do bem-estar, podendo se relacionar com a descrição da listagem de assuntos abordados, programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade e com a quantidade de pesquisas publicadas na temática. O item 3.2 pode ter ligação com aspectos relacionados à demografia estudantil.

Outrossim, o item 3.3 pontua colaborações com instituições de saúde, entrega de programas e projetos de extensão nas comunidades locais com a participação de estudantes ou voluntários, incluindo higiene, nutrição e envelhecimento. As ações podem envolver o compartilhamento de instalações esportivas com comunidades locais, políticas antifumo e fornecimento de informações ou educação sobre saúde sexual, reprodutiva e mental, ações que podem guardar relação com as contribuições de alunos, professores e funcionários para a comunidade, e parcerias institucionais.

O ODS 4, educação de qualidade, tem como meta assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. O Quadro 89 apresenta a relação entre o ODS 4 e as subcategorias, os aspectos e indicadores que compõem a dimensão universitária.

Quadro 89 – Relação entre o ODS 4 do *ranking Times Higher Education* e a dimensão universitária

THE - ODS 4	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(4.1) Pesquisa;	Pesquisa	Programas de pesquisa, projetos, campi/polos, serviços	Listagem de assuntos abordados: energia renovável, economia ecológica, planejamento urbano;
			Programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade
			Pesquisas publicadas (em relação ao total) com foco em questões relacionadas à sustentabilidade
(4.2) Proporção de graduados com habilitação para o ensino	Operações	Demografia estudantil	Número total de alunos por corpo docente, discriminados por gênero e situação migratória
(4.3) Medidas de aprendizagem ao longo da vida	Comunidade Externa	Atividades e serviços comunitários	Contribuições de alunos, professores e funcionários para a comunidade
(4.4) Proporção de estudantes de 1ª geração; ¹³			Parcerias para a sustentabilidade com entidades educacionais, empresariais e governamentais

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O item 4.1 envolve a produção de pesquisas universitárias relacionadas à educação de qualidade e pode guardar relação com a descrição da listagem de assuntos abordados, programas de pesquisa envolvendo a sustentabilidade e com a quantidade de pesquisas publicadas em cada temática ligada à sustentabilidade. Os itens 4.2 e 4.4 podem ter ligação com aspectos relacionados à demografia estudantil.

O item 4.3 mede ações voltadas à oferta de oportunidades de aprendizagem através de recursos educacionais para pessoas que não estudam na universidade, por exemplo, disponibilização de computadores, bibliotecas, cursos *on-line*, realização de eventos educativos públicos, palestras, cursos de curta duração, atividades de extensão educacional fora do campus, em escolas locais com a participação de voluntários ou estudantes, práticas que podem ter relação com as contribuições de alunos, professores e funcionários para a comunidade, e parcerias institucionais.

O ODS 5, igualdade de gênero, tem como meta alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. O Quadro 90 apresenta a relação entre o ODS 5 e as subcategorias, os aspectos e indicadores que compõem a dimensão universitária.

¹³ “Um aluno de primeira geração é aquele que relata ser a primeira pessoa da família imediata que frequenta a universidade em qualquer nível” (IMPACT RANKINGS, 2023, p. 55).

Quadro 90 – Relação entre o ODS 5 do *ranking Times Higher Education* e a dimensão universitária

THE - ODS 5	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(5.1) Pesquisa;	Pesquisa	Programas de pesquisa, projetos, campi/polos, serviços	Listagem de assuntos abordados: energia renovável, economia ecológica, planejamento urbano
			Programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade
			Pesquisas publicadas (em relação ao total) com foco em questões relacionadas à sustentabilidade
(5.2) Proporção de estudantes do sexo feminino da primeira geração; (5.5) Proporção de mulheres graduadas	Operações	Demografia estudantil	Número total de alunos por corpo docente, discriminados por gênero e situação migratória
(5.3) Medidas de acesso do estudante;	Ensino	Ensino em geral	Bolsas oferecidas para educação relacionada à sustentabilidade
	Operações	Demografia estudantil	Número total de alunos por corpo docente, discriminados por gênero e situação migratória
(5.4) Proporção de mulheres em cargos de chefia;	-	-	-
(5.6) Medidas de progresso	Operações	Vida no campus	Serviços de consultoria e apoio a alunos com filhos

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O item 5.1 envolve a produção de pesquisas sobre a igualdade de gênero e pode guardar relação com a descrição da listagem de assuntos abordados, programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade e com a quantidade de pesquisas publicadas. Os itens 5.2 e 5.5 podem ter ligação com aspectos relacionados à demografia estudantil. O item 5.4 não apresenta similaridade com as questões que integram a dimensão universitária.

O item 5.3 do *ranking* envolve o uso de métodos para acesso e permanência de mulheres no ensino superior, por exemplo, métricas de aceitação e conclusão nos cursos, fornecimento de orientação e bolsas de estudo, incentivos a candidaturas em grupos estudantis, ações que podem se relacionar com a demografia estudantil na categoria gênero e a disponibilização de bolsas de estudos.

O item 5.6 do *ranking* envolve políticas de maternidade e paternidade e a disponibilização de estruturas de acolhimento de crianças, permitindo que alunas-mães frequentem cursos universitários, práticas que podem ter ligação com serviços de consultoria e apoio a discentes com filhos.

O ODS 6, água potável e saneamento, tem como meta garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos. O Quadro 91 apresenta a relação entre o ODS 6 e as subcategorias, os aspectos e indicadores que compõem a dimensão universitária.

Quadro 91 – Relação entre o ODS 6 do *ranking Times Higher Education* e a dimensão universitária

THE - ODS 6	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(6.1) Pesquisa;	Pesquisa	Programas de pesquisa, projetos, campi/polos, serviços	Listagem de assuntos abordados: energia renovável, economia ecológica, planejamento urbano
			Programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade
			Pesquisas publicadas (em relação ao total) com foco em questões relacionadas à sustentabilidade
(6.2) Consumo de água por pessoa;	-	-	-
(6.3) Uso e cuidados com a água;	-	-	-
(6.4) Reuso de água;	-	-	-
(6.5) Água na comunidade;	Comunidade Externa	Atividades e serviços comunitários	Contribuições de alunos, professores e funcionários para a comunidade
			Parcerias para a sustentabilidade com entidades educacionais, empresariais e governamentais

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O item 6.1 envolve pesquisas sobre água potável e saneamento e pode guardar relação com a descrição da listagem de assuntos abordados, programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade e com a quantidade de pesquisas publicadas. Os itens 6.2, 6.3 e 6.4 não apresentam similaridade com as questões que integram a dimensão universitária.

O item 6.5 pontua iniciativas de engajamento na abordagem da gestão da água da comunidade e/ou o uso da água, através do ensino da boa gestão da água, promoção da conscientização do uso, da conservação, uso de tecnologias sustentáveis na extração de água em terrenos universitários associados dentro e fora do campus, e cooperações com os governos para a preservação da água, práticas que podem se relacionar com as contribuições de alunos, professores e funcionários para a comunidade, e parcerias institucionais.

O ODS 7, energia limpa e acessível, tem como meta garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos. O Quadro 92 apresenta a relação entre o ODS 7 e as subcategorias, os aspectos e indicadores que compõem a dimensão universitária.

Quadro 92 – Relação entre o ODS 7 do *ranking Times Higher Education* e a dimensão universitária

THE - ODS 7	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(7.1) Pesquisa;	Pesquisa	Programas de pesquisa, projetos, campi/polos, serviços	Listagem de assuntos abordados: energia renovável, economia ecológica, planejamento urbano
			Programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade
			Pesquisas publicadas (em relação ao total) com foco em questões relacionadas à

THE - ODS 7	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
			sustentabilidade
(7.2) Medidas universitárias	-	-	-
(7.3) Densidade de uso de energia	-	-	-
(7.4) Energia e comunidade	Comunidade Externa	Atividades e serviços comunitários	Contribuições de alunos, professores e funcionários para a comunidade
			Parcerias para a sustentabilidade com entidades educacionais, empresariais e governamentais

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O item 7.1 envolve a produção de pesquisas das universidades na área de energia e eficiência energética e guarda relação com a descrição da listagem de assuntos abordados, programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade e com a quantidade de pesquisas publicadas. Os itens 7.2 e 7.3 não apresentam similaridade com as questões que integram a dimensão universitária.

O item 7.4 envolve programas de aprendizagem para a comunidade sobre eficiência energética e energia limpa, estabelecimento de compromissos públicos para o alcance de 100% de energia renovável para além da universidade, envolvimento com a indústria local, visando melhorias por meio de avaliações, *workshops*, pesquisas de energia renovável, colaborações com os governos no desenvolvimento de políticas sobre a temática e a viabilização de assistências para *startups* que promovam economias ou tecnologias de baixo carbono, práticas que podem ter relação com as contribuições de alunos, professores e funcionários com a comunidade externa, e parcerias institucionais.

O ODS 8, trabalho decente e crescimento econômico, tem como meta promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos. O Quadro 93 apresenta a relação entre o ODS 8 e as subcategorias, os aspectos e indicadores que compõem a dimensão universitária.

Quadro 93 – Relação entre o ODS 8 do *ranking Times Higher Education* e a dimensão universitária

THE - ODS 8	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(8.1) Pesquisa;	Pesquisa	Programas de pesquisa, projetos, campi/polos, serviços	Listagem de assuntos abordados: energia renovável, economia ecológica, planejamento urbano
			Programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade
			Pesquisas publicadas (em relação ao total) com foco em questões relacionadas à sustentabilidade
(8.2) Práticas empregatícias;	Operações	Gestão da qualidade	Relação educadores por alunos

THE - ODS 8	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
		Vida no campus	Projetos que indicam um ambiente de estudo saudável e sustentável
(8.3) Investimento interno/impacto econômico;	-	-	-
(8.4) Colocações de emprego;	-	-	-
(8.5) Segurança no emprego;	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O item 8.1 envolve a produção de pesquisas universitárias sobre trabalho decente com condições seguras e estáveis, crescimento econômico, temática que guarda relação com a descrição da listagem de assuntos abordados, programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade e com a quantidade de pesquisas publicadas.

O item 8.2 pontua boas práticas empregatícias por meio do pagamento de salários dignos aos funcionários, reconhecimento sindical, políticas antiexploração e discriminação e direitos trabalhistas, práticas que podem guardar relação com a descrição da relação de educadores por alunos e dos projetos que indicam um ambiente de estudo saudável e sustentável. Os itens 8.3, 8.4 e 8.5 não apresentam similaridade com as questões que integram a dimensão universitária.

O ODS 9, indústria, inovação e infraestrutura, tem como meta construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação. O Quadro 94 apresenta a relação entre o ODS 9 e as subcategorias, os aspectos e indicadores que compõem a dimensão universitária.

Quadro 94 – Relação entre o ODS 9 do *ranking Times Higher Education* e a dimensão universitária

THE - ODS 9	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(9.1) Pesquisa;	Pesquisa	Programas de pesquisa, projetos, campi/polos, serviços	Listagem de assuntos abordados: energia renovável, economia ecológica, planejamento urbano
			Programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade
			Pesquisas publicadas (em relação ao total) com foco em questões relacionadas à sustentabilidade
(9.2) Patentes citando pesquisas universitárias	-	-	-
(9.3) <i>Spin-offs</i> universitários	Operações	Vida no campus	Programas de gestão de competências e aprendizagem ao longo da vida que apoiem a empregabilidade inicial dos estudantes e os auxiliem na gestão da entrada na carreira
(9.4) Renda de pesquisa da indústria e comércio	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O item 9.1 trata de pesquisas que envolvam a indústria, inovação e infraestrutura, podendo guardar relação com a descrição da listagem de assuntos abordados, programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade, bem como a quantidade de pesquisas publicadas.

Os itens 9.2 e 9.4 não apresentam similaridade com as questões que integram a dimensão universitária. O item 9.3 do *ranking* envolve a criação de empresas para explorar a propriedade intelectual originada na universidade, prática que pode ter similaridade com programas de aprendizagem que favoreçam a empregabilidade dos estudantes no início de suas atividades profissionais.

O ODS 10, redução das desigualdades, tem como meta reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles. O Quadro 95 apresenta a relação entre o ODS 10 e as subcategorias, os aspectos e indicadores que compõem a dimensão universitária.

Quadro 95 – Relação entre o ODS 10 do *ranking Times Higher Education* e a dimensão universitária

THE - ODS 10	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(10.1) Pesquisa;	Pesquisa	Programas de pesquisa, projetos, campi/polos, serviços	Listagem de assuntos abordados: energia renovável, economia ecológica, planejamento urbano;
			Programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade
			Pesquisas publicadas (em relação ao total) com foco em questões relacionadas à sustentabilidade
(10.2) Alunos de 1ª geração; (10.4) Porcentagem de alunos com deficiência;	Operações	Demografia estudantil	Número total de alunos por corpo docente, discriminados por gênero e situação migratória
(10.3) Porcentagem de estudantes internacionais em países em desenvolvimento que recebem ajuda financeira;	Ensino	Ensino em geral	Bolsas oferecidas para educação relacionada à sustentabilidade
	Operações	Mobilidade estudantil	Número ou porcentagem (em relação ao total) de estudantes internacionais recebidos
(10.5) Percentual de funcionários com deficiência;	-	-	-
(10.6) Medidas contra a discriminação;	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O item 10.1 envolve a produção de pesquisas sobre a redução das desigualdades e pode guardar relação com a descrição da listagem de assuntos abordados, programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade e com a quantidade de pesquisas publicadas. Os itens 10.2 e 10.4 se relacionam com aspectos inerentes à demografia estudantil. Os itens 10.5 e 10.6 não apresentam similaridade com a dimensão universitária.

O item 10.3 envolve a soma de estudantes internacionais oriundos de países de renda baixa ou média ou refugiados que recebem auxílio financeiro, podendo se relacionar com a descrição das bolsas ofertadas e com a mensuração de estudantes internacionais na universidade.

O ODS 11, cidades e comunidades sustentáveis, tem como meta tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. O Quadro 96 apresenta a relação entre o ODS 11 e as subcategorias, os aspectos e indicadores que compõem a dimensão universitária.

Quadro 96 – Relação entre o ODS 11 do *ranking Times Higher Education* e a dimensão universitária

THE - ODS 11	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(11.1) Pesquisa;	Pesquisa	Programas de pesquisa, projetos, campi/polos, serviços	Listagem de assuntos abordados: energia renovável, economia ecológica, planejamento urbano
			Programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade
			Pesquisas publicadas (em relação ao total) com foco em questões relacionadas à sustentabilidade
(11.2) Apoio às artes e ao patrimônio;	Comunidade Externa	Atividades e serviços comunitários	Contribuições de alunos, professores e funcionários para a comunidade
	Pesquisa	Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade	Procedimentos de gestão da interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade em projetos de pesquisa
(11.3) Despesas com artes e patrimônio;	-	-	-
(11.4) Práticas sustentáveis;	Operações	Vida no campus	Projetos que indicam um ambiente de estudo saudável e sustentável
	Comunidade Externa	Atividades e serviços comunitários	Parcerias para a sustentabilidade com entidades educacionais, empresariais e governamentais

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O item 11.1 envolve a produção de pesquisas universitárias sobre cidades e comunidades sustentáveis e guarda relação com a descrição da listagem de assuntos abordados, programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade e com a quantidade de pesquisas publicadas. O item 11.2 pontua o fornecimento de acesso público a edifícios ou monumentos, paisagens de patrimônio natural de importância cultural, bibliotecas, museus, galerias, espaços verdes, promoção da cultura através de apresentações públicas de coros universitários, teatro, orquestras, formulações de projetos de registro ou preservação do patrimônio cultural imaterial, tais como folclore, tradições, idioma, práticas que podem ter similaridade com as contribuições de alunos, professores e funcionários com a comunidade externa e os projetos de pesquisa interdisciplinares.

O item 11.3 não apresenta similaridade com as questões que integram a dimensão universitária. O item 11.4 envolve o estabelecimento de metas para tornar os deslocamentos sustentáveis — ciclismo ou transportes não motorizados — promoção do teletrabalho para funcionários, fornecimento de moradias acessíveis a funcionários e estudantes, priorização de acessos e infraestrutura para pedestres no campus, estabelecimento de parcerias com as autoridades locais para viabilizar moradias locais com preços acessíveis, construção de edifícios sustentáveis, e priorização de construção em terrenos ociosos ou subutilizados, medidas que podem ter relação com projetos para o alcance de um ambiente de estudo saudável e sustentável e realização de parcerias para a sustentabilidade.

O ODS 12, consumo e produção responsáveis, tem como meta assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. O Quadro 97 apresenta a relação entre o ODS 12 e as subcategorias, aspectos e indicadores que compõem a dimensão universitária.

Quadro 97 – Relação entre o ODS 12 do *ranking Times Higher Education* e a dimensão universitária

THE - ODS 12	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(12.1) Pesquisa;	Pesquisa	Programas de pesquisa, projetos, campi/polos, serviços	Listagem de assuntos abordados: energia renovável, economia ecológica, planejamento urbano;
			Programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade
			Pesquisas publicadas (em relação ao total) com foco em questões relacionadas à sustentabilidade
(12.2) Medidas operacionais;	Operações	Vida no campus	Projetos que indicam um ambiente de estudo saudável e sustentável
(12.3) Proporção de resíduos reciclados;	-	-	-
(12.4) Publicação do Relatório de Sustentabilidade;	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O item 12.1 envolve a produção de pesquisas voltadas à produção e ao consumo responsáveis e pode ter relação com a descrição da listagem de assuntos abordados, programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade e com a quantidade de pesquisas publicadas.

Os itens 12.3 e 12.4 não apresentam similaridade com as questões que integram a dimensão universitária. O item 12.2, envolve políticas de abastecimento ético de alimentos e suprimentos, políticas de descarte de resíduos e minimização do uso de plástico e descartáveis, e políticas voltadas à sustentabilidade, a fornecedores de mercadorias e serviços. Tais ações podem ter conexão com a descrição de projetos que indicam um ambiente de estudo saudável e sustentável.

O ODS 13, ação contra a mudança global do clima, tem como meta tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos. O Quadro 98 apresenta a relação entre o ODS 13 e as subcategorias, os aspectos e indicadores que compõem a dimensão universitária.

Quadro 98 – Relação entre o ODS 13 do *ranking Times Higher Education* e a dimensão universitária

THE - ODS 13	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(13.1) Pesquisa;	Pesquisa	Programas de pesquisa, projetos, campi/polos, serviços	Listagem de assuntos abordados: energia renovável, economia ecológica, planejamento urbano.
			Programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade
			Pesquisas publicadas (em relação ao total) com foco em questões relacionadas à sustentabilidade
(13.2) Uso de energia de baixo carbono;	-	-	-
(13.3) Medidas de Educação Ambiental;	Ensino	Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade	Procedimentos de gestão para a interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade nos cursos
	Comunidade Externa	Atividades e serviços comunitários	Parcerias para a sustentabilidade com entidades educacionais, empresariais e governamentais
(13.4) Compromisso com a universidade neutra em carbono;	Operações	Vida no campus	Projetos que indicam um ambiente de estudo saudável e sustentável

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O item 13.1 envolve a produção de pesquisas universitárias sobre mudanças climáticas e pode guardar relação com a descrição da listagem de assuntos abordados, programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade e com a quantidade de pesquisas publicadas. O item 13.2 não apresenta similaridade com as questões que integram a dimensão universitária.

O item 13.3 pontua medidas de educação ambiental através do fornecimento de programas ou campanhas locais sobre riscos, impactos, mitigação, adaptação, elaboração de planos de ação relacionados ao clima e compartilhados com governos e comunidades locais, participação no planejamento do governo na contenção de desastres relacionados a mudanças climáticas, fornecimento de apoio do governo na ocorrência de desastres, estabelecimento de parcerias colaborativas com ONGs a respeito de adaptações climáticas. Tais práticas podem ter ligação com projetos de pesquisa interdisciplinares e parcerias sobre a prevenção e mitigação das mudanças climáticas e seus efeitos.

O item 13.4 envolve compromissos da universidade para o alcance da neutralidade em carbono com base no protocolo de GEE, por meio da descrição da data-alvo para o alcance de suas metas, indicando se a universidade já cumpriu o compromisso de ser neutra em carbono ou se o projeto está em andamento, meta que pode ter ligação com a descrição de projetos que indicam um ambiente de estudo saudável e sustentável.

O ODS 14, vida na água, tem como meta a conservação e o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. O Quadro 99 apresenta a relação entre o ODS 14 e as subcategorias, os aspectos e indicadores que compõem a dimensão universitária.

Quadro 99 – Relação entre o ODS 14 do *ranking Times Higher Education* e a dimensão universitária

THE - ODS 14	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(14.1) Pesquisa;	Pesquisa	Programas de pesquisa, projetos, campi/polos, serviços	Listagem de assuntos abordados: energia renovável, economia ecológica, planejamento urbano;
			Programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade
			Pesquisas publicadas (em relação ao total) com foco em questões relacionadas à sustentabilidade
(14.2) Apoiar os ecossistemas aquáticos através da educação;	Comunidade Externa	Atividades e serviços comunitários	Contribuições de alunos, professores e funcionários para a comunidade
(14.3) Apoiar os ecossistemas aquáticos através da ação;	Ensino	Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade	Procedimentos de gestão para a interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade nos cursos
(14.5) Manter um ecossistema local;	Comunidade Externa	Atividades e serviços comunitários	Parcerias para a sustentabilidade com entidades educacionais, empresariais e governamentais
(14.4) Eliminação de resíduos sensíveis à água;	Operações	Vida no campus	Projetos que indicam um ambiente de estudo saudável e sustentável

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O item 14.1 envolve a produção de pesquisas das universidades em torno de ações voltadas à conservação e ao uso sustentável de oceanos e mares, e guarda relação com a descrição da listagem de assuntos abordados, programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade e com a quantidade de pesquisas publicadas. O item 14.2 envolve o apoio a ecossistemas aquáticos por meio do oferecimento de programas educacionais sobre irrigação, gestão e conservação da água, conscientização sobre a pesca, aquicultura e turismo para comunidades locais ou nacionais, ações que podem se relacionar com as contribuições de alunos, professores e funcionários para a comunidade externa.

Os itens 14.3 e 14.5 incluem a atuação das universidades na temática relacionada a ecossistemas aquáticos por meio do apoio ou da organização de eventos destinados à conservação, realização de pesquisas e/ou envolvimento com indústrias para a preservação e o desenvolvimento de tecnologias ou práticas que possam auxiliar a atuação da indústria marinha com minimização de danos, bem como monitoramento, manutenção de boas práticas, colaboração com as comunidades locais, estratégias de gestão de bacias hidrográficas para preservar ecossistemas aquáticos, ações que podem ter conexão com projetos de pesquisa interdisciplinares e parcerias voltadas à conservação dos ecossistemas aquáticos.

O item 14.4 trata das medidas universitárias voltadas a padrões de qualidade da água e diretrizes para descargas de água e planos para a redução de desperdício de plástico no campus e políticas de prevenção e redução da poluição marinha através das atividades terrestres, medidas que podem ter ligação com a descrição de projetos que indicam um ambiente de estudo saudável e sustentável.

O ODS 15, vida terrestre, tem como meta proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade. O Quadro 100 apresenta a relação entre o ODS 15 e as subcategorias, os aspectos e indicadores que compõem a dimensão universitária.

Quadro 100 – Relação entre o ODS 15 do *ranking Times Higher Education* e a dimensão universitária

THE - ODS 15	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(15.1) Pesquisa;	Pesquisa	Programas de pesquisa, projetos, campi/polos, serviços	Listagem de assuntos abordados: energia renovável, economia ecológica, planejamento urbano;
			Programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade
			Pesquisas publicadas (em relação ao total) com foco em questões relacionadas à sustentabilidade
(15.2) Apoiar os ecossistemas terrestres por meio da educação;	Comunidade Externa	Atividades e serviços comunitários	Contribuições de alunos, professores e funcionários para a comunidade
(15.3) Apoiar os ecossistemas terrestres através da ação;			Parcerias para a sustentabilidade com entidades educacionais, empresariais e governamentais
(15.4) Descarte de resíduos sensíveis ao solo;	Operações	Vida no campus	Projetos que indicam um ambiente de estudo saudável e sustentável

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O item 15.1 envolve pesquisas sobre a vida na terra, incluindo ecossistemas terrestres e biodiversidade, bem como descarte de resíduos sensíveis à terra, podendo guardar relação com a descrição da listagem de assuntos abordados, programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade e com a quantidade de pesquisas publicadas.

Os itens 15.2 e 15.3 incluem apoio ou organização de eventos, políticas e processos de conservação e uso sustentável da terra, incluindo florestas, terras selvagens e montanhas, manutenção e ampliação dos ecossistemas existentes e sua biodiversidade, oferecimento de programas e parcerias inerentes a ecossistemas terrestres, agricultura e turismo para comunidades locais ou nacionais, identificação, monitoramento e proteção de espécies exóticas e espécies listadas na International Union for Conservation of Nature - IUCNR e na lista nacional de conservação, ações que podem ter relação com a colaboração com as comunidades locais e parcerias voltadas à conservação dos ecossistemas terrestres compartilhados.

O item 15.4 pontua medidas para a obtenção de padrões de qualidade da água e diretrizes para descargas de água, políticas voltadas à redução de resíduos plásticos no campus e descarte de resíduos e materiais perigosos, práticas que podem ter ligação com a descrição de projetos que indicam um ambiente de estudo saudável e sustentável.

O ODS 16, paz, justiça e instituições eficazes, tem como meta promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. O Quadro 101 apresenta a relação entre o ODS 16 e as subcategorias, os aspectos e indicadores que compõem a dimensão universitária.

Quadro 101 – Relação entre o ODS 16 do *ranking Times Higher Education* e a dimensão universitária

THE - ODS 16	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(16.1) Pesquisa;	Pesquisa	Programas de pesquisa, projetos, campi/polos, serviços	Listagem de assuntos abordados: energia renovável, economia ecológica, planejamento urbano
			Programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade
			Pesquisas publicadas (em relação ao total) com foco em questões relacionadas à sustentabilidade
(16.2) Medidas de governança universitária;	Operações	Vida no campus	Participação dos alunos e da força de trabalho nas mudanças organizacionais
			Projetos que indicam um ambiente de estudo saudável e sustentável
(16.3) Trabalhando com o governo;	Comunidade Externa	Atividades e serviços comunitários	Contribuições de alunos, professores e funcionários para a comunidade
	-	-	Parcerias para a sustentabilidade com entidades educacionais, empresariais e governamentais
	Pesquisa	Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade	Procedimentos de gestão da interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade em projetos de

THE - ODS 16	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
			pesquisa
(16.4) Graduados em cursos relacionados à lei e aplicação civil com elemento ético;	Operações	Demografia estudantil	Número total de alunos por corpo docente, discriminados por gênero e situação migratória

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O item 16.1 do ODS 16, adaptado no *ranking* da revista *THE*, envolve a produção de pesquisas das universidades em torno de ações para apoio de instituições em seus países e na promoção da paz e da justiça, podendo guardar relação com a descrição da listagem de assuntos abordados, programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade e com a quantidade de pesquisas publicadas.

O item 16.2 envolve a representatividade de alunos, professores e funcionários nas decisões da universidade, reconhecimento de grupos estudantis, políticas e procedimentos de identificação e engajamento com as partes interessadas externas, publicação de princípios e compromissos de combate ao crime organizado, à corrupção e ao suborno; promoção da liberdade acadêmica e publicação de dados financeiros, práticas que podem ter ligação com o alcance de um ambiente de estudo saudável e sustentável, e com a participação dos estudantes nas mudanças organizacionais.

O item 16.3 pontua o fornecimento de consultorias a governos locais, regionais ou nacionais, fornecimento de qualificação para legisladores, realização de pesquisas focadas em políticas em colaboração com departamentos governamentais, e o fornecimento de uma plataforma neutra para que diferentes atores políticos se reúnam. Tais ações que podem guardar relação com contribuições de professores para a comunidade, parcerias com entes governamentais e projetos de pesquisa colaborativos com os governos. O item 16.4 pode ter ligação com aspectos relacionados à demografia estudantil.

O ODS 17, parcerias e meios de implementação, tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. O Quadro 102 apresenta a relação entre o ODS 17 e as subcategorias, os aspectos e indicadores que compõem a dimensão universitária.

Quadro 102 – Relação entre o ODS 17 do *ranking Times Higher Education* e a dimensão universitária

THE - ODS 17	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(17.1) Proporção de todas as pesquisas sobre ODS com	Pesquisa	Programas de pesquisa, projetos, campi/polos, serviços	Listagem de assuntos abordados: energia renovável, economia ecológica, planejamento urbano
			Programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade

THE - ODS 17	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
coautoria internacional;			Pesquisas publicadas (em relação ao total) com foco em questões relacionadas à sustentabilidade
(17.2) Relacionamento com ONGs, Governo Regional e Nacional;	Comunidade Externa	Atividades e serviços comunitários	Contribuições de alunos, professores e funcionários para a comunidade
	Pesquisa	Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade	Parcerias para a sustentabilidade com entidades educacionais, empresariais e governamentais
(17.3) Publicação dos resultados em todos os ODS;	-	-	-
(17.4) Educação para os ODS;	Ensino	Ensino em geral	Políticas relacionadas à sustentabilidade no currículo
		Incorporação da sustentabilidade nos currículos	Número ou porcentagem (em relação ao total) de programas de graduação relacionados à sustentabilidade
			Número ou porcentagem (em relação ao total) de cursos relacionados à sustentabilidade
		Monitoramento da incorporação da sustentabilidade nos currículos	Procedimentos de gestão para monitorar a incorporação de temas de sustentabilidade nos currículos
	Pesquisa	Pesquisa em geral	Políticas relacionadas à sustentabilidade em pesquisa
		Programas de pesquisa, projetos, campi/pólos, serviços	Projetos de pesquisa (em relação ao total) com foco em questões relacionadas à sustentabilidade
			Número ou porcentagem de faculdades/centros no campus fazendo pesquisas que fornecem pesquisas ou serviços relacionados à sustentabilidade
	Comunidade Externa	Atividades e serviços comunitários	Contribuições de alunos, professores e funcionários para a comunidade

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O item 17.1 envolve a produção de pesquisas das universidades em torno das formas pelas quais as universidades apoiam os ODS por meio da colaboração com outros países, da promoção das melhores práticas e da publicação de dados e evidências, podendo guardar relação com a descrição da listagem de assuntos abordados, programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade e com a quantidade de pesquisas publicadas. O item 17.3 não apresenta similaridade com as questões que integram a dimensão universitária.

O item 17.2 pontua relações da universidade com ONGs regionais e governos para tratar sobre o desenvolvimento de políticas, promoção de diálogos e conferências, coleta de dados, pesquisa internacionais e desenvolvimento de práticas internacionais para lidar com os ODS; colaboração com ONGs através de programas de voluntariado estudantil, programas de pesquisa ou desenvolvimento de recursos educacionais, ações que podem guardar similaridade com contribuições dos alunos com a comunidade externa, parcerias para o fomento da sustentabilidade e a realização de projetos de pesquisa interdisciplinares.

O item 17.4 explora como as universidades estão ensinando as gerações futuras sobre a adoção das diretrizes sustentáveis em seu cotidiano, indicando se existe comprometimento através da educação sobre os ODS, de cursos que abordam a sustentabilidade e os ODS, e do desenvolvimento de atividades educativas na comunidade em geral, práticas universitárias que podem se relacionar com políticas para a inclusão e o monitoramento da sustentabilidade nos currículos, quantidade de programas de graduação e cursos relacionados à sustentabilidade, políticas relacionadas à sustentabilidade em pesquisa, quantidade de faculdades e centros que executam pesquisas ou serviços relacionados às dimensões da sustentabilidade, bem como contribuições à comunidade externa através de atividades educativas.

4.2.7 TCU e a Dimensão Universitária

A Decisão Normativa TCU n.º 198/2022 estabeleceu normas para a elaboração da prestação de contas na forma de relato integrado, apresentando em seu anexo único os elementos de conteúdo necessários à prestação de contas por meio do relatório de gestão: 1) elementos pré-textuais; 2) mensagem do dirigente máximo; 3) visão geral organizacional e ambiente externo; 4) riscos, oportunidades e perspectivas; 5) governança, estratégia e desempenho; e 6) informações orçamentárias, financeiras e contábeis.

O Quadro 103 exibe a relação entre os elementos de conteúdo (coluna 1) e as subcategorias (coluna 2) e os aspectos (coluna 3) que compõem a dimensão universitária. A coluna 4 apresenta os indicadores que devem ser relatados, baseado na estruturação proposta por Sassen e Azizi (2018a, p. 1183-1184), apresentada no Apêndice D desta dissertação.

Quadro 103 – Relação entre os elementos de conteúdo do TCU e as normas GRI

Elemento de Conteúdo	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(1) Elementos pré-textuais;	-	-	-
(2) Mensagem do dirigente máximo;	-	-	-
(3) Visão geral organizacional e ambiente externo: 3.1 - identificação da organização e de sua missão e visão;	-	-	-
(3) Visão geral organizacional e ambiente externo: 3.2 - indicação das normas que embasam sua atuação;	-	-	-
(3) Visão geral organizacional e ambiente externo: 3.3 - organograma da estrutura organizacional;	-	-	-
(3) Visão geral organizacional e ambiente externo: 3.4 - diagrama da cadeia de valor;	-	-	-
(3) Visão geral organizacional e ambiente externo: 3.5 - descrição das políticas e programas de governo/ações orçamentárias;	-	-	-
(3) Visão geral organizacional e ambiente externo: 3.6 - informações sobre contratos de gestão firmados;	-	-	-

Elemento de Conteúdo	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(3) Visão geral organizacional e ambiente externo: 3.7 - descrição do relacionamento com o ambiente externo e com os destinatários dos bens e serviços;	-	-	-
(3) Visão geral organizacional e ambiente externo: 3.8 - capital social e participações em outras sociedades, se aplicável;	-	-	-
(4) Riscos, oportunidades e perspectivas: 4.1- descrição dos principais riscos identificados que podem afetar a capacidade de alcance de objetivos e como organização administra essas questões;	-	-	-
(4) Riscos, oportunidades e perspectivas: 4.2 - descrição das principais oportunidades identificadas que podem aumentar a capacidade de cumprir os objetivos da organização e as respectivas ações para aproveitá-las;	-	-	-
(4) Riscos, oportunidades e perspectivas: 4.3 - exposição das fontes específicas de riscos e oportunidades;	-	-	-
(4) Riscos, oportunidades e perspectivas: 4.4 - avaliação da probabilidade do risco ou oportunidade ocorram e a magnitude de seus efeitos;	-	-	-
(5) Governança, estratégia e desempenho: 5.1 - como a governança apoia o cumprimento dos objetivos estratégicos, abordando o relacionamento com <i>stakeholders</i> ;	-	-	-
(5) Governança, estratégia e desempenho: 5.2 - identificação dos objetivos estratégicos, responsáveis, indicadores de desempenho, com as metas pactuadas e seus desdobramentos;	-	-	-
(5) Governança, estratégia e desempenho: 5.3 - descrição dos planos de curto prazo com a indicação dos objetivos anuais, medidas, iniciativas e projetos;	-	-	-
(5) Governança, estratégia e desempenho: 5.4 - apresentação resumida dos resultados das principais áreas de atuação e dos principais programas e iniciativas;	-	-	-
(5) Governança, estratégia e desempenho: 5.5 - medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão levantados;	-	-	-
(5) Governança, estratégia e desempenho: 5.6 - principais ações de supervisão, controle e correção;	-	-	-
(6) Informações orçamentárias, financeiras e contábeis: 6.1 - resumo da situação financeira da UPC;	-	-	-
(6) Informações orçamentárias, financeiras e contábeis: 6.2 - descrição do conteúdo das contas relativas aos fundos de financiamento;	-	-	-
(6) Informações orçamentárias, financeiras e contábeis: 6.3 - principais fatos contábeis, contas ou grupos de contas, saldos;	-	-	-
(6) Informações orçamentárias, financeiras e contábeis: 6.4 - conclusões de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público e as medidas adotadas;	-	-	-
(6) Informações orçamentárias, financeiras e contábeis: 6.5 - indicações de locais ou endereços eletrônicos em que as demonstrações contábeis e notas explicativas estão publicadas;	-	-	-
(6) Informações orçamentárias, financeiras e contábeis: 6.6 - esclarecimentos acerca da forma como foram tratadas as demonstrações contábeis em caso de haver em sua composição mais de uma entidade contábil;	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os elementos de conteúdo integrantes do anexo único da Decisão Normativa TCU n.º 198/2022, em sua integralidade, não apresentam similaridade com as questões que compõem a dimensão universitária.

4.2.8 CGU e a dimensão universitária

4.2.8.1 Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n.º 1/2016

A IN Conjunta MP/CGU n.º 1/2016 apresenta no artigo 16, incisos I a VIII, itens que estruturam o Modelo do Relatório de Gestão de Riscos: I) ambiente interno; II) fixação de objetivos; III) identificação de eventos; IV) avaliação de riscos; V) resposta a riscos; VI) atividades de controles internos; VII) informação e comunicação; e VIII) monitoramento.

O Quadro 104 exhibe a relação entre os incisos I a VIII, artigo 16 (coluna 1) e as subcategorias (coluna 2) e os aspectos (coluna 3) que compõem a dimensão universitária. A coluna 4 apresenta os indicadores que devem ser relatados, baseado na estrutura proposta por Sassen e Azizi (2018a, p. 1183-1184), apresentada no Apêndice D desta dissertação.

Quadro 104 – Relação entre o artigo 16 incisos I a VIII da IN MP/CGU n.º 1/2016 e as normas GRI

IN Conjunta 01/2016	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(I) ambiente interno: inclui, entre outros elementos, integridade, valores éticos e competência das pessoas, maneira pela qual a gestão delega autoridade e responsabilidades, estrutura de governança organizacional e políticas e práticas de recursos humanos. O ambiente interno é a base para todos os outros componentes da estrutura de gestão de riscos, provendo disciplina e prontidão para a gestão de riscos;	-	-	-
(II) fixação de objetivos: todos os níveis da organização (departamentos, divisões, processos e atividades) devem ter objetivos fixados e comunicados. A explicitação de objetivos, alinhados à missão e à visão da organização, é necessária para permitir a identificação de eventos que potencialmente impeçam sua consecução;	-	-	-
(III) identificação de eventos: devem ser identificados e relacionados os riscos inerentes à própria atividade da organização, em seus diversos níveis;	-	-	-
(IV) avaliação de riscos: os eventos devem ser avaliados sob a perspectiva de probabilidade e impacto de sua ocorrência. A avaliação de riscos deve ser feita por meio de análises qualitativas, quantitativas ou da combinação de ambas. Os riscos devem ser avaliados quanto à sua condição de inerentes e residuais;	-	-	-
(V) resposta a riscos: o órgão/entidade deve identificar qual estratégia seguir (evitar, transferir, aceitar ou tratar) em relação aos riscos mapeados e avaliados. A escolha da estratégia dependerá do nível de exposição a riscos previamente estabelecido pela organização em confronto com a avaliação que se fez do risco;	-	-	-
(VI) atividades de controles internos: são as políticas e os procedimentos estabelecidos e executados para mitigar os riscos que a organização tenha optado por tratar. Também denominadas de procedimentos de controle, devem estar distribuídas por toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções. Incluem uma gama de controles internos da gestão preventivos e detectivos, bem	-	-	-

IN Conjunta 01/2016	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
como a preparação prévia de planos de contingência e resposta à materialização dos riscos;			
(VII) informação e comunicação: informações relevantes devem ser identificadas, coletadas e comunicadas, a tempo de permitir que as pessoas cumpram suas responsabilidades, não apenas com dados produzidos internamente, mas, também, com informações sobre eventos, atividades e condições externas, que possibilitem o gerenciamento de riscos e a tomada de decisão. A comunicação das informações produzidas deve atingir todos os níveis, por meio de canais claros e abertos que permitam que a informação flua em todos os sentidos; e	-	-	-
(VIII) monitoramento: tem como objetivo avaliar a qualidade da gestão de riscos e dos controles internos da gestão, por meio de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes, buscando assegurar que estes funcionem como previsto e que sejam modificados apropriadamente, de acordo com mudanças nas condições que alterem o nível de exposição a riscos.	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A totalidade dos incisos do artigo 16 da IN Conjunta MP/CGU n.º 1/2016 não apresenta similaridade com a dimensão universitária.

4.2.8.2 Guia Nacional de Contratações Sustentáveis

O GNCS é elaborado pela CGU, desde o ano de 2010, sua última versão é 2022¹⁴, e este guia consultivo tem como público-alvo gestores públicos, auxiliando-os na implementação de práticas socioambientais, por intermédio do uso do poder de compra da Administração Pública.

Através do item 8.2 do Apêndice B desta dissertação, foram selecionadas 12 recomendações do GNCS para análise do nível de sinergia com os indicadores que compõem a dimensão universitária.

O Quadro 105 exhibe a relação entre as recomendações de n.º 1 a n.º 6 (coluna 1) e as subcategorias (coluna 2) e os aspectos (coluna 3) que compõem a dimensão universitária. A coluna 4 apresenta os indicadores que devem ser relatados, baseado na estruturação proposta por Sassen e Azizi (2018a, p. 1183-1184), apresentada no Apêndice D desta dissertação.

Quadro 105 – Relação entre a recomendação n.º 1 a n.º 6 do GNCS e a dimensão universitária

Recomendação n.º	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(1) A sustentabilidade na produção deve favorecer a utilização de materiais reciclados, biodegradáveis, atóxicos, com o uso de madeira proveniente de reflorestamento, e favorecimento de embalagens compactas;	-	-	-

¹⁴ Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (2022a, p. 10).

Recomendação n°	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(2) A sustentabilidade no modo de produção deve ser livre do uso de trabalho escravo ou infantil;	-	-	-
(3) Deve haver previsão da utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução	-	-	-
(4) A sustentabilidade no uso deve priorizar produtos que gerem economia de água e energia;	Operações	Vida no campus	Projetos que indicam um ambiente de estudo saudável e sustentável
(5) A sustentabilidade na destinação final, deve priorizar produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos e com opção de reuso. Devem ser consideradas nas licitações a prevenção e gestão de resíduos para não gerar, reduzir e destinar corretamente os resíduos gerados conforme sua classificação (resíduos perigosos, resíduos oriundos de serviços de saúde, lixo tecnológico, óleo lubrificante). Assim como, logística reversa de embalagens de agrotóxicos, frascos de aerossol, lâmpadas fluorescentes e/ou lâmpadas de LED, de óleo lubrificante, pilhas e baterias, pneus, mercúrio metálico;			
(6) A acessibilidade como exigência constitucional deve considerar a eliminação de barreiras, por meio de adaptações urbanísticas, arquitetônicas (inclusive em imóveis locados); nos transportes; comunicações; comportamentos e tecnologias a fim de garantir acesso adequado a portadores de deficiência;			

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

As recomendações n.º 1 a n.º 4 não apresentam similaridades com as questões que integram a dimensão universitária. As recomendações n.º 5 e n.º 6 tratam sobre a destinação correta de resíduos sólidos, adaptação de prédios, transportes, comunicações escritas e visuais, comportamentos e tecnologias para favorecer a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, práticas que podem guardar relação com o alcance de um ambiente estudantil saudável e sustentável.

O Quadro 106 apresenta a relação entre as recomendações n.º 7 a n.º 12 do GNCS, disposto no item 8.2 do Apêndice B desta dissertação, e as subcategorias, os aspectos e indicadores que compõem a dimensão universitária.

Quadro 106 – Relação entre a recomendação n.º 7 a n.º 12 do GNCS e a dimensão universitária

Recomendação n°	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(7) A inovação deve ser fomentada por intermédio da ciência e tecnologia, fortalecendo políticas e programas de inovação nacionais, melhorando as redes colaborativas globais. A título de exemplo, é considerada Boa Prática de Gestão Pública Sustentável, a implantação de painéis fotovoltaicos em prédios públicos;	Pesquisa	Programas de pesquisa, projetos, campi/polos, serviços	Programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade;
	Comunidade Externa	Atividades e serviços comunitários	Parcerias para a sustentabilidade com entidades educacionais, empresariais e governamentais;
(8) A Dimensão Cultural através dos bens, serviços e obras adquiridos em licitações públicas tem o condão de promover a difusão de valores materiais e imateriais,	Operações	Vida no campus	Projetos que indicam um ambiente de estudo saudável e

Recomendação n°	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
inerente ao equilíbrio entre o respeito às tradições e a inovação, bem como a capacidade de elaboração de projetos que sejam nacionais e não meramente cópias de modelos externos;			sustentável
(9) Na aquisição de gêneros alimentícios, deve haver um percentual a ser destinado a fornecedores que sejam agricultores familiares, empreendedores familiares rurais, microempreendedores individuais e sociedades e cooperativas de consumo;	-	-	-
(10) No caso de credenciamento de profissionais de saúde e na contratação de serviços de limpeza e conservação os editais devem levar em consideração aspectos relacionados a proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores;	Operações	Vida no campus	Projetos que indicam um ambiente de estudo saudável e sustentável
(11) Devem ser observadas normativas que tratam da vedação a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de substâncias que destroem a camada de ozônio (Protocolo de Montreal), nos termos do Decreto n° 2.783/1998, e Resolução CONAMA n° 267/2000;			
(12) Na aquisição de veículos devem ser admitidas ofertas de veículo automotor que utilizem combustíveis renováveis (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade) com tecnologia <i>flex</i> ;			

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A recomendação n.º 7 envolve práticas que contenham o viés da inovação científica e tecnológica e parcerias globais para o seu fomento, podendo ter conexão com programas de pesquisa e parcerias relacionadas à sustentabilidade. A recomendação n.º 9 não apresenta similaridade com as questões que integram a dimensão universitária.

As recomendações n.º 8, n.º 10, n.º 11 e n.º 12 envolvem o fomento a valores e tradições locais, medidas para assegurar a saúde e segurança dos trabalhadores, e aquisições que possam contribuir com a preservação da camada de ozônio. São ações que podem guardar relação com o alcance de um ambiente de estudo saudável e sustentável.

4.2.9 MEC e a dimensão universitária

O PDI constitui-se um instrumento de planejamento e gestão exigido pelo MEC, seus conteúdos mínimos estão previstos nos incisos I a XI artigo 21, do Decreto n.º 9.235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das IES e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

O Quadro 107 exhibe a relação entre o artigo 21, incisos I) missão, objetivos e metas; II) projeto pedagógico; III) cronograma de implantação e desenvolvimento; IV) organização

didático-pedagógica; V) oferta de cursos e programas; VI) perfil do corpo docente e de tutores; VII) organização administrativa; VIII) projeto de acervo; IX) infraestrutura; X) demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras; e XI) oferta de educação à distância descritos na coluna 1 e as subcategorias (coluna 2) e os aspectos (coluna 3) que compõem a dimensão universitária. A coluna 4 apresenta os indicadores que devem ser relatados, baseado na estruturação proposta por Sassen e Azizi (2018a, p. 1183-1184), apresentada no Apêndice D desta dissertação.

Quadro 107 – Relação entre o PDI e a dimensão universitária

PDI	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
(I) Missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;	-	-	-
(II) Projeto pedagógico da instituição, que conterà, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão;	Ensino	Ensino em geral	Políticas relacionadas à sustentabilidade no currículo
	Pesquisa	Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade	Procedimentos de gestão da interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade em projetos de pesquisa
			Número ou porcentagem (em relação ao total) de projetos de pesquisa
(III) Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, com especificação das modalidades de oferta, da programação de abertura de cursos, do aumento de vagas, da ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, da previsão de abertura de campus fora de sede e de polos de educação à distância;	-	-	-
(IV) Organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número e natureza de cursos e respectivas vagas, unidades e campus para oferta de cursos presenciais, polos de educação à distância, articulação entre as modalidades presencial e a distância e incorporação de recursos tecnológicos;	Ensino	Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade	Número ou porcentagem (em relação ao total) de cursos
	Operações	Demografia estudantil	Número total de alunos por corpo docente, discriminados por gênero e situação migratória
			Número total de novos alunos por corpo docente
		Gestão da qualidade	Relação educadores por alunos

PDI	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
		Mobilidade estudantil	Número ou percentagem (em relação ao total) de estudantes internacionais recebidos
(V) Oferta de cursos e programas de pós-graduação lato e stricto sensu, quando for o caso;	-	-	-
(VI) Perfil do corpo docente e de tutores de educação à distância, com indicação dos requisitos de titulação, da experiência no magistério superior e da experiência profissional não acadêmica, dos critérios de seleção e contratação, da existência de plano de carreira, do regime de trabalho, dos procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro e da incorporação de professores com comprovada experiência em áreas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento nacional, à inovação e à competitividade, de modo a promover a articulação com o mercado de trabalho;	-	-	-
(VII) Organização administrativa da instituição e políticas de gestão, com identificação das formas de participação dos professores, tutores e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos, dos procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos estudantes, das ações de transparência e divulgação de informações da instituição e das eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições, demonstrada a capacidade de atendimento dos cursos a serem ofertados;	Operações	Vida no campus	Participação dos alunos e da força de trabalho nas mudanças organizacionais
	Comunidade Externa	Atividades e serviços comunitários	Parcerias para a sustentabilidade com entidades educacionais, empresariais e governamentais
(VIII) Projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais;	Ensino	Aprendizagem autorregulamentada	Disponibilidade de programas de <i>e-learning</i> e outras opções de aprendizagem autorreguladas
(IX) Infraestrutura física e instalações acadêmicas, que especificará: a) com relação à biblioteca: 1. Acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia; 2. Formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; 3. Espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos; e b) com relação aos laboratórios: instalações, equipamentos e recursos tecnológicos existentes e a serem adquiridos, com a identificação de sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos e a descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas;	Operações	Vida no campus	Projetos que indicam um ambiente de estudo saudável e sustentável
(X) Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras;	-	-	-
(XI) Oferta de educação à distância, especificadas: a) sua abrangência geográfica;	Ensino	Aprendizagem autorregulamentada	Disponibilidade de programas de <i>e-</i>

PDI	Subcategorias	Aspectos	Indicadores
b) relação de polos de educação a distância previstos para a vigência do PDI; c) infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação à distância, em consonância com os cursos a serem ofertados; d) descrição das metodologias e das tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos; e) previsão da capacidade de atendimento do público-alvo.			<i>learning</i> e outras opções de aprendizagem autorreguladas

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os incisos I, III, V, VI e X não apresentam similaridade com as questões que integram a dimensão universitária. O inciso II diz respeito à apresentação do projeto pedagógico da instituição e as políticas de ensino, pesquisa e extensão, questões que podem ter conexão com políticas curriculares, gestão da interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade em projetos de pesquisa e a quantidade dos projetos de pesquisa.

O inciso IV requer a indicação do número de cursos, vagas e campus, podendo ter relação com a quantidade de cursos, alunos discriminados por gênero e situação migratória, número de novos alunos, relação educadores por alunos, e número de estudantes internacionais no campus.

O inciso VII envolve a gestão participativa com a atuação de professores e estudantes em assuntos acadêmicos, e o estabelecimento de parcerias e compartilhamentos com outras universidades, medida que pode ter ligação com a participação dos alunos e da força de trabalho nas mudanças organizacionais e com parcerias com entidades educacionais.

Os incisos VIII e XI incluem os acervos acadêmicos disponibilizados em meio digital e a apresentação de informações relacionadas à educação a distância, tais como abrangência, polos, infraestrutura física e tecnológica, metodologias e tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos, itens que podem guardar similaridade com a disponibilização de programas de *e-learning* e outras opções de aprendizagem.

Por fim, o inciso IX prevê o relato da infraestrutura física e das instalações acadêmicas, incluindo especificações relacionadas às bibliotecas e aos laboratórios da universidade, infraestrutura que pode indicar um ambiente universitário saudável e sustentável.

5 DISCUSSÕES

As normativas, os programas, as iniciativas e os *rankings* selecionados para fins de análise das possíveis de similaridades com os conteúdos que compõem o conjunto consolidado das normas GRI (2023) e os com os conteúdos que integram a dimensão universitária, proposta por Sassen e Azizi (2018a, p. 1183-1184), resultaram em sinergias que podem servir de norte e incentivo aos gestores universitários, que tenham por objetivo a evidenciação da atuação socioambiental, através da elaboração de um Relatório de Sustentabilidade.

A estrutura ofertada nesta dissertação poderá vir a ser utilizada nas etapas iniciais da elaboração de um Relatório de Sustentabilidade, mais precisamente após a elaboração da Matriz de Materialidade da Universidade. Nesse sentido, o conjunto consolidado das normas GRI orienta que “[...] é necessário que a organização relate somente os conteúdos relevantes para seus impactos em relação a um tema material. Não é exigido que a organização relate conteúdos que não sejam relevantes.” (GRI, 2023, p. 17).

Destaca-se, ainda, que Sassen e Azizi (2018a) recomendam que os resultados de seu estudo, que trata da inserção da dimensão universitária no modelo ofertado pela GRI, possam servir de base para a investigação das expectativas dos usuários dos serviços e dos gestores universitários, favorecendo o desenvolvimento de padrões de Relatórios de Sustentabilidade específicos para o setor do ensino superior.

Isto posto, a estrutura pode proporcionar aos gestores públicos a identificação e o aproveitamento de dados repassados voluntariamente aos organizadores dos *rankings GreenMetric* e *THE Impact*, dados levantados e disponibilizados pela universidade à sociedade em geral pelo cumprimento de exigências legais através do plano de gestão de logística sustentável, plano de gerenciamento de resíduos sólidos, relatório de gestão baseado no Modelo de Relato Integrado do TCU, plano de gestão de processos e de riscos da CGU, e PDI do MEC.

Ademais, dados inerentes à adesão voluntária à A3P podem ser aproveitados por meio da descrição da participação da universidade em prêmios anuais da A3P, promovidos pelo MMA, para reconhecer as melhores práticas sustentáveis desenvolvidas nas entidades públicas brasileiras.

Dados relativos à adesão voluntária ao Pacto Global da ONU (ONU, 2022a) podem ser aproveitados através da descrição da participação da universidade em grupos temáticos promovidos ou apoiados pelo Pacto Global da ONU, bem como dados inseridos em comunicação interna comprobatória de engajamento da universidade com os 10 princípios universais, exigida pela equipe do Pacto Global da ONU a cada biênio.



Por fim, os dados oriundos da vasta legislação descrita no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU (BRASIL, 2022a) podem ser aproveitados com a coleta de informações oriundas dos setores e/ou secretarias responsáveis por licitações e contratos da universidade. A esse respeito, cumpre elucidar que as 12 recomendações selecionadas e retiradas do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, constantes do item 8.2 do Apêndice B, não são exaustivas, e sim exemplificativas.

Outrossim, enfatiza-se que o cruzamento das informações retratadas nesta dissertação tem o condão de evitar retrabalhos, impedir a publicação de dados controversos considerando informações já pontuadas e disponibilizadas ao público nos diversos documentos institucionais, bem como facilitar a visão macro dos gestores das universidades federais brasileiras no processo de elaboração de um Relatório de Sustentabilidade.

Além disso, a estrutura oferecida não contempla indicadores específicos, uma vez que estes devem ser definidos, a partir de análises da Matriz de Materialidade, e não exime a leitura obrigatória do conjunto consolidado das normas GRI e do cumprimento dos requisitos (natureza impositiva) e recomendações e orientações (natureza explicativa), destinadas às organizações públicas ou privadas que, de forma discricionária, desejam declarar publicamente que a preparação das informações reportadas se encontra em conformidade com os padrões GRI.






A estrutura completa do modelo de Relatório de Sustentabilidade, proposta desta pesquisa, foi dividida em 17 partes, dada a sua extensão e preservação da legibilidade, apresentada nos Quadros de n.º 108 a n.º 124, podendo ser acessada, baixada e adaptada às temáticas materiais eleitas pela universidade, através do *link* <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1qAH8NcqpqI-FNQTpEY8g0X3ZSF21aI72CQU9w1ZPlCg/edit#gid=1504719410>.

Quadro 108 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras – parte 1/17

GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS			
	A Organização e suas práticas de relato	2-1 Detalhes da Organização				Elemento de Conteúdo nº 3.1; 3.8	inciso I artigo 21 Decreto nº 9.235/2017								
		2-2 Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização				Elemento de Conteúdo nº 3.8; 5.4									
		2-3 Período de relato, frequência e ponto de contato													
		2-4 Reformulações de informações													
		2-5 Verificação externa			incisos V; VI; VIII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 5.6; 6.4;			Princípio 3						
	Atividades e trabalhadores	2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios			inciso II art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 3.4; 5.2; 5.3;									
		2-7 Empregados			inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 3.3			Princípio 6	ODS 8.2; 10.5; 10.6					
		2-8 Trabalhadores que não são empregados			inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 3.3				ODS 8.2					


Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 109 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 2/17

GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS			
GRI 2: Divulgações gerais 2021	Governança	2-9 Estrutura de governança e sua composição			inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 3.3; 5.5			Princípio 6	ODS 5.4; 8.2; 10.5; 10.6; 16.2;					
		2-10 Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança				Elemento de Conteúdo nº 5.5									
		2-11 Presidente do mais alto órgão de governança				Elemento de Conteúdo nº 5.5									
		2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos			inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 2; 3.1; 5.1; 5.5;	inciso I artigo 21 Decreto nº 9.235/2017								
		2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão dos impactos			inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 2; 5.1; 5.5;									
		2-14 O papel do mais alto órgão de governança na elaboração de relatórios de sustentabilidade			inciso I; V; VI; VIII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 2; 5.1; 5.5; 5.6;									
		2-15 Conflitos de interesse				Elemento de Conteúdo nº 5.5									
		2-16 Comunicação de preocupações cruciais			incisos III; IV; VII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 4.1; 4.2; 4.3; 4.4; 5.5									



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 110 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 3/17

GRI STANDARD	CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS
	2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança		inciso V art.82 Decreto nº 10.936/2022		Elemento de Conteúdo nº 5.5		incisos IV art.2º Portaria nº 326/2020				
	2-18 Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança				Elemento de Conteúdo nº 5.5						
	2-19 Políticas de remuneração			inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 5.5						
	2-20 Processo para determinação da remuneração			inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 5.5						
	2-21 Proporção da remuneração total anual			inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 5.5						
	2-22 Declaração sobre a estratégia de desenvolvimento sustentável							Princípio 1 e 2	ODS 12.4; 17.3	Categoria 1-AI 6; Categoria 6-EP 7	
	2-23 Compromissos políticos				Elemento de Conteúdo nº 3.2			Princípio 1 e 2	ODS 16.2		
	2-24 Incorporação de compromissos de política			incisos V; VI; VIII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 5.6			Princípio 1 e 2	ODS 16.2		








Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 111 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 4/17

GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS				
	Estratégia, políticas e práticas	2-25 Processos para reparar impactos negativos			inciso VII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 3.7; 5.1;			Princípio 1 e 2							
		2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações			inciso VII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016				Princípio 1 e 2	ODS 5.6; 8.2						
		2-27 Conformidade com leis e regulamentos				Elemento de Conteúdo nº 3.2										
		2-28 Participação em associações				Elemento de Conteúdo nº 3.7; 5.1				ODS 17.2						
	Engajamento de stakeholders	2-29 Abordagem para engajamento de stakeholders			inciso VII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 3.7; 5.1			Princípio 1 e 2	ODS 5.6; 8.2; 16.2; 17.2						
		2-30 Acordos de negociação coletiva							Princípio 3	ODS 8.2						
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	Conteúdos sobre tópicos materiais	3-1 Processo de definição de tópicos materiais			inciso II art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 2; 5.2; 5.3			Princípio 1 e 2							
		3-2 Lista de tópicos materiais							Princípio 1 e 2							

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 112 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 5/17

GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS				
		3-3 Gestão de tópicos materiais			inciso II art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 2; 5.2; 5.3			Princípio 1 e 2		Categoria 6-EP 2					
GRI 201: Desempenho econômico 2016		201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído				Elemento de Conteúdo nº 3.6; 5.4; 6.1;	inciso X artigo 21 Decreto nº 9.235/2017			ODS 8.3; 16.2						
		201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas			incisos III, IV art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016; Guia Nacional - Recomendação nº 7; 8	Elemento de Conteúdo nº 4.1; 4.2; 4.3; 4.4;				ODS 7.2; 7.3; 7.4; 13.2; 13.4	Categoria 2-EC 1, EC 2, EC 3, EC 4, EC 5, EC 6, EC 7, EC 8, EC 9, EC 10					
		201-3 Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria														
		201-4 Apoio financeiro recebido do governo			inciso II art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 3.5; 5.2; 5.3; 6.1	inciso X artigo 21 Decreto nº 9.235/2017			ODS 16.2						
GRI 202: Presença de Mercado 2016		202-1 Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por gênero							Princípio 6	ODS 8.2						
		202-2 Proporção de membros da diretoria contratados na comunidade			Guia Nacional - Recomendação nº 3											
























Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 113 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 6/17

GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS				
GRI 203: Impactos Econômicos Indiretos 2016	Conteúdos Temáticos - Dimensão Econômica	203-1 Investimentos em infraestruturas e apoio a serviços	inciso VI, VII art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 6; 7; 8			incisos VI art.2º Portaria nº 326/2020		ODS 7.2; 7.3; 7.4; 10.5; 10.6; 11.4	Categoria 1-AI 1, AI 2, AI 3, AI 4, AI 5, AI 7, AI 8, AI 9, AI 10, AI 11; Categoria 2-EC 1, EC 2, EC 3, EC 4, EC 5, EC 6; Categoria 5-T 1, T 2, T 3, T 4, T 5, T 6, T 7, T 8	5	9	11		
		203-2 Impactos econômicos indiretos significativos			Guia Nacional - Recomendação nº 3; 9	Elemento de Conteúdo nº 5.4;				ODS 1.4; 8.3		1	3	8		
GRI 204: Práticas de compras 2016		204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais	inciso VI art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 3; 9			incisos V art.2º Portaria nº 326/2020		ODS 2.5		8				
GRI 205: Anticorrupção 2016		205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção			incisos III; IV; V; VI; VIII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 4.1; 4.2; 4.3; 4.4; 5.6			Princípio 10	ODS 16.2		16				
		205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate a corrupção			incisos V; VI; VII; VIII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 5.6			Princípio 10	ODS 16.2		16				
		205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas			incisos V; VI; VIII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 5.6			Princípio 10	ODS 16.2		16				
GRI 206: Comportamento anticompetitivo 2016		206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio			incisos III, IV art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 4.1; 4.2; 4.3; 4.4;						16				
		207-1 Abordagem tributária											1	10	17	



















Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 114 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 7/17

GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS				
GRI 207: Impostos 2019		207-2 Governança, controle e gestão de risco fiscal		inciso V art.82 Decreto nº 10.936/2022	incisos III; IV; V; VI; VIII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 4.1; 4.2; 4.3; 4.4; 5.6		incisos IV art.2º Portaria nº 326/2020								
		207-3 Engajamento de stakeholders e gestão de suas preocupações quanto a tributos														
		207-4 Relato país-a-país					Elemento de Conteúdo nº 6.1	inciso X artigo 21 Decreto nº 9.235/2017			ODS 16.2					
GRI 301: Materiais 2016		301-1 Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume							Princípio 7, 8 e 9							
		301-2 Matérias-primas ou Materiais reciclados utilizados	incisos I, VI art. 8º Instrução Normativa 10/2012	incisos I a IV art.30 Decreto nº 10.936/2022	Guia Nacional - Recomendação nº 1; 5			incisos I, II, V art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3; 14.4; 15.4	Categoria 3-R1, R 2, R 3, R 4, R 5, R 6					
		301-3 Produtos e suas embalagens reaproveitados	inciso I art. 8º Instrução Normativa 10/2012	incisos I a IV art.30 Decreto nº 10.936/2022	Guia Nacional - Recomendação nº 1; 5			incisos I, II art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3; 14.4; 15.4	Categoria 3-R1, R 2, R 3, R 4, R 5, R 6					
		302-1 Consumo de energia dentro da organização							Princípio 7, 8 e 9	ODS 7.2; 7.3; 7.4; 13.2; 13.4	Categoria 2-EC 1, EC 2, EC 3, EC 4, EC 5, EC 6					
		302-2 Consumo de energia fora da organização							Princípio 7, 8 e 9							




























Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 115 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 8/17

GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS			
GRI 302: Energia 2016		302-3 Intensidade energética							Princípio 7, 8 e 9	ODS 13.2; 13.4					
		302-4 Redução do consumo de energia	inciso II art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 4			incisos I, VI art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 7.2; 7.3; 7.4	Categoria 2-EC 1, EC 2, EC 3, EC 4, EC 5, EC 6				
		302-5 Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços	inciso II art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 4			incisos I art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 7.2; 7.3; 7.4	Categoria 2-EC 1, EC 2, EC 3, EC 4, EC 5, EC 6				
GRI 303: Água e Efluentes 2018		303-1 Interação com a água como um recurso compartilhado	inciso III art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 4			inciso I, VI art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 6.3; 6.4; 6.5	Categoria 4-A 1, A 2, A 3, A 4, A 5				
		303-2 Gestão de impactos relacionados ao descarte de água	inciso III art. 8º Instrução Normativa 10/2012						Princípio 7, 8 e 9	ODS 6.3; 6.4; 6.5; 14.4; 15.4	Categoria 4-A 1, A 2, A 3, A 4, A 5				
		303-3 Captação de água							Princípio 7, 8 e 9	ODS 6.3; 6.4; 6.5	Categoria 1- AI 1, AI 2, AI 3, AI 4, AI 5, AI 11;				
		303-4 Descarte de água	inciso III art. 8º Instrução Normativa 10/2012						Princípio 7, 8 e 9	ODS 6.3; 6.4; 6.5; 14.4; 15.4	Categoria 4-A 1, A 2, A 3, A 4, A 5				
		303-5 Consumo de água	inciso III art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 4			incisos I, VI art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 6.2	Categoria 4-A 1, A 2, A 3, A 4, A 5				





























Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 116 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 9/17

GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS				
GRI 304: Biodiversidade 2016	Conteúdos Temáticos - Dimensão Ambiental	304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora das áreas de proteção ambiental							Princípio 7, 8 e 9		Categoria 1-AI 1, AI 2, AI 3, AI 4, AI 5, AI 11;					
		304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	incisos VI, VII art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 7; 8			incisos VI art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 7.2; 7.3; 7.4; 11.4	Categoria 1-AI 1, AI 2, AI 3, AI 4, AI 5, AI 11; Categoria 2-EC 1, EC 2, EC 3, EC 4, EC 5, EC 6, EC 7, EC 8, EC 9, EC 10; Categoria 5-T 1, T 2, T 3, T 4, T 5, T 6, T 7, T 8					
		304-3 Habitats protegidos ou restaurados							Princípio 7, 8 e 9	ODS 15.3	Categoria 1-AI 1, AI 2, AI 3, AI 4, AI 5, AI 11;					
		304-4 Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização							Princípio 7, 8 e 9	ODS 15.3	Categoria 1-AI 1, AI 2, AI 3, AI 4, AI 5, AI 11;					
		305-1 Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)			Guia Nacional - Recomendação nº 11; 12				Princípio 7, 8 e 9	ODS 13.2; 13.4						
		305-2 Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia			Guia Nacional - Recomendação nº 11; 12				Princípio 7, 8 e 9	ODS 13.2; 13.4						
		305-3 Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)							Princípio 7, 8 e 9							
















Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 117 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 10/17

GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS				
GRI 305: Emissões 2016		305-4 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)			Guia Nacional - Recomendação nº 11; 12				Princípio 7, 8 e 9	ODS 13.2; 13.4						
		305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	incisos VI, VII art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 11; 12			inciso VI art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 7.2; 7.3; 7.4; 11.4; 13.2; 13.4	Categoria 2-EC 7, EC 8, EC 9, EC 10; Categoria 5-T 1, T 2, T 3, T 4, T 5, T 6, T 7, T 8					
		305-6 Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO)							Princípio 7, 8 e 9							
		305-7 Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas							Princípio 7, 8 e 9							
GRI 306: Resíduos 2020		306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	inciso I, IV art. 8º Instrução Normativa 10/2012	incisos I a VI art. 30 Decreto nº 10.936/2022	Guia Nacional - Recomendação nº 1; 5			incisos I, II art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3; 14.4; 15.4	Categoria 3-R1, R 2, R 3, R 4, R 5, R 6					
		306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	inciso IV art. 8º Instrução Normativa 10/2012	incisos I a VI art. 30 Decreto nº 10.936/2022	Guia Nacional - Recomendação nº 4; 5			inciso II art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3; 14.4; 15.4	Categoria 3-R1, R 2, R 3, R 4, R 5, R 6					
		306-3 Resíduos gerados	inciso IV art. 8º Instrução Normativa 10/2012	incisos I a VI art. 30 Decreto nº 10.936/2022	Guia Nacional - Recomendação nº 5			inciso II art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3; 14.4; 15.4	Categoria 3-R1, R 2, R 3, R 4, R 5, R 6					
		306-4 Resíduos não destinados para disposição final	inciso IV art. 8º Instrução Normativa 10/2012	incisos I a VI art. 30 Decreto nº 10.936/2022	Guia Nacional - Recomendação nº 5			inciso II art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3; 14.4; 15.4	Categoria 3-R1, R 2, R 3, R 4, R 5, R 6					

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 118 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 11/17

GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS				
		306-5 Resíduos destinados a disposição final	inciso IV art. 8º Instrução Normativa 10/2012	incisos I a VI art. 30 Decreto nº 10.936/2022	Guia Nacional - Recomendação nº 5			inciso II art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3; 14.4; 15.4	Categoria 3-R1, R 2, R 3, R 4, R 5, R 6					
GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016		308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	inciso VI art. 8º Instrução Normativa 10/2012					inciso V art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3						
		308-2 Impactos ambientais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas		inciso III art.82 Decreto nº 10.936/2022	incisos V; VI; VIII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 5.6			Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3						
GRI 401: Emprego 2016		401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados			inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016				Princípio 6	ODS 8.5; 10.5; 10.6						
		401-2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial			inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016					ODS 8.2						
		401-3 Licença maternidade/paternidade			inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016				Princípio 6	ODS 5.6; 8.2						
GRI 402: Trabalho/Relações de Gestão 2016		402-1 Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais			inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016				Princípio 3							
		403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	inciso V art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 10			inciso III art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 1 e 2							






















Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 119 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 12/17

GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS			
GRI 403: Saúde e Segurança no Trabalho 2018		403-2 Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	inciso V art. 8º Instrução Normativa 10/2012		incisos III, IV art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016; Guia Nacional - Recomendação nº 10	Elemento de Conteúdo nº 4.1; 4.2; 4.3; 4.4;		inciso III art.2º Portaria nº 326/2020			Categoria 1-AI 7, AI 8, AI 9, AI 10				
		403-3 Serviços de saúde do trabalho	inciso V art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 10			inciso III art.2º Portaria nº 326/2020		ODS 3.3					
		403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	inciso V art. 8º Instrução Normativa 10/2012		inciso VII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016; Guia Nacional - Recomendação nº 10			inciso III art.2º Portaria nº 326/2020							
		403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança no trabalho	inciso V art. 8º Instrução Normativa 10/2012		inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016; Guia Nacional - Recomendação nº 10			inciso III art.2º Portaria nº 326/2020							
		403-6 Promoção da saúde do trabalhador	inciso V art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 10			inciso III art.2º Portaria nº 326/2020		ODS 3.3					
		403-7 Prevenção e mitigação dos impactos na saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	inciso V art. 8º Instrução Normativa 10/2012		incisos III, IV art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016; Guia Nacional - Recomendação nº 10	Elemento de Conteúdo nº 4.1; 4.2; 4.3; 4.4;		inciso III art.2º Portaria nº 326/2020			Categoria 1-AI 7, AI 8, AI 9, AI 10				
		403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	inciso V art. 8º Instrução Normativa 10/2012		inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016; Guia Nacional - Recomendação nº 10			inciso III art.2º Portaria nº 326/2020		ODS 3.3					











Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 120 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 13/17

GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS				
	Conteúdos Temáticos - Dimensão social	403-9 Acidentes de trabalho	inciso V art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 10			inciso III art.2º Portaria nº 326/2020								
		403-10 Doenças profissionais	inciso V art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 10			inciso III art.2º Portaria nº 326/2020								
404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado			incisos I, II, IV e VI art.82 Decreto nº 10.936/2022	inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016			inciso IV art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 6								
404-2 Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira			incisos I, II, IV e VI art.82 Decreto nº 10.936/2022	inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016			inciso IV art.2º Portaria nº 326/2020									
404-3 Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira				inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016				Princípio 6								
405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados				inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016				Princípio 6	ODS 5.4; 5.6; 8.2; 10.5; 10.6; 16.2							
405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens				inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016				Princípio 6	ODS 5.6; 8.2							
406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas		inciso VI art. 8º Instrução Normativa 10/2012		incisos I;V; VI; VIII art.16 IN MP/CGU nº 01/2016; Guia Nacional - Recomendação nº 6	Elemento de Conteúdo nº 5.6		inciso VI art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 6	ODS 5.6; 8.2; 10.5; 10.6	Categoria 1-AI 7, AI 8, AI 9, AI 10						












Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 121 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 14/17

GRI STANDARD	CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS
GRI 407: Liberdade de Associação e Negociação Coletiva 2016	407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	inciso VI art. 8º Instrução Normativa 10/2012		incisos III, IV art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 4.1; 4.2; 4.3; 4.4;		inciso V art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 1,2,3	ODS 8.2		
GRI 408: Trabalho infantil 2016	408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	inciso VI art. 8º Instrução Normativa 10/2012		incisos III, IV art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016; Guia Nacional - Recomendação nº 2	Elemento de Conteúdo nº 4.1; 4.2; 4.3; 4.4;		inciso V art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 1,2,5	ODS 1.4; 8.2	  	
GRI 409: Trabalho Forçado ou Obrigatório 2016	409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	inciso VI art. 8º Instrução Normativa 10/2012		incisos III, IV art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016; Guia Nacional - Recomendação nº 2	Elemento de Conteúdo nº 4.1; 4.2; 4.3; 4.4;		inciso V art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 4	ODS 1.4; 8.2	 	
GRI 410: Práticas de Segurança 2016	410-1 Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	inciso VI art. 8º Instrução Normativa 10/2012		inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016			incisos IV, V art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 1 e 2		Categoria 1-AI 7, AI 8, AI 9, AI 10 	
GRI 411: Direitos dos Povos Indígenas 2016	411-1 Casos de violação de direitos dos povos indígenas							Princípio 1 e 2			
GRI 413: Comunidades Locais 2016	413-1 Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local			inciso VII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016; Guia Nacional - Recomendação nº 7; 8	Elemento de Conteúdo nº 3.7; 5.1			Princípio 1 e 2	ODS 2.5		
	413-2 Operações com impactos negativos significativos reais ou potenciais nas comunidades locais									 	


Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 122 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 15/17

GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS				
GRI 414: Avaliação Social dos Fornecedores 2016		414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	inciso VI art. 8º Instrução Normativa 10/2012					inciso V art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 1, 2, 4, 5	ODS 12.2; 12.3						
		414-2 Impactos sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas			incisos V; VI; VIII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 5.6			Princípio 1, 2, 4, 5	ODS 12.2; 12.3						
GRI 415: Políticas Públicas 2016		415-1 Contribuições políticas				Elemento de Conteúdo nº 6.1	inciso X artigo 21 Decreto nº 9.235/2017		Princípio 10	ODS 16.2; 17.2						
GRI 416: Saúde e Segurança dos Clientes 2016		416-1 Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços														
		416-2 Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços														
GRI 417: Marketing e Rotulagem 2016		417-1 Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços														
		417-2 Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços														
		417-3 Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing			inciso VII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016											









Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 123 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 16/17

GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS			
GRI 418: Privacidade dos clientes 2016		418-1 Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perdas de dados de clientes													
SASSEN E AZIZI (2018)		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU		A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS			
Ensino		1-1 Ensino em geral					inciso II artigo 21 Decreto nº 9.235/2017			ODS 1.2; 5.3; 10.3; 17.4	Categoria 6-EP 9				
		1-2 Incorporação da sustentabilidade nos currículos								ODS 17.4	Categoria 6-EP 1				
		1-3 Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade					inciso IV artigo 21 Decreto nº 9.235/2017			ODS 13.3; 14.3; 14.5;	Categoria 6-EP 9				
		1-4 Aprendizagem autorregulamentada					inciso VIII, XI artigo 21 Decreto nº 9.235/2017				Categoria 6-EP 9				
		1-5 Monitoramento da incorporação da sustentabilidade nos currículos								ODS 17.4	Categoria 6-EP 9				
		2-1 Pesquisa em geral								ODS 17.4					

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 124 – Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras - parte 17/17

GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS				
Pesquisa	Dimensão Universitária	2-2 Concessões									Categoria 6-EP 2					
		2-3 Programas de pesquisa, projetos, campi/pólos, serviços			Guia Nacional - Recomendação nº 7				Princípio 9	ODS 1.1; 2.1; 3.1; 4.1; 5.1; 6.1; 7.1; 8.1; 9.1; 10.1; 11.1; 12.1; 13.1; 14.1; 15.1; 16.1; 17.1; 17.4	Categoria 6-EP 3					
		2-4 Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade					inciso II artigo 21 Decreto nº 9.235/2017			ODS 11.2; 16.3						
Comunidade Externa		3-1 Atividades e serviços comunitários		incisos I a VI art.82 Decreto nº 10.936/2022	Guia Nacional - Recomendação nº 7		inciso VII artigo 21 Decreto nº 9.235/2017			ODS 1.4; 2.5; 3.3; 4.3; 4.4; 6.5; 7.4; 11.2; 11.4; 13.3; 14.2; 14.3; 14.5; 15.2; 15.3; 16.3; 17.2; 17.4	Categoria 6-EP 10					
Operações		4-1 Demografia estudantil					inciso IV artigo 21 Decreto nº 9.235/2017			ODS 2.4; 3.2; 4.2; 5.2; 5.3; 5.5; 10.2; 10.4; 16.4						
		4-2 Gestão da qualidade					inciso IV artigo 21 Decreto nº 9.235/2017			ODS 8.2; 9.3;						
		4-3 Vida no campus	inciso V art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 4; 5; 6; 8; 10; 11; 12		inciso VII, IX artigo 21 Decreto nº 9.235/2017	inciso III art.2º Portaria nº 326/2020		ODS 1.3; 5.6; 8.2; 11.4; 12.2; 13.4; 14.4; 15.4; 16.2	Categoria 1- AI 8, AI 9, AI 10; Categoria 6-EP 11					
		4-4 Mobilidade estudantil					inciso IV artigo 21 Decreto nº 9.235/2017			ODS 10.3						

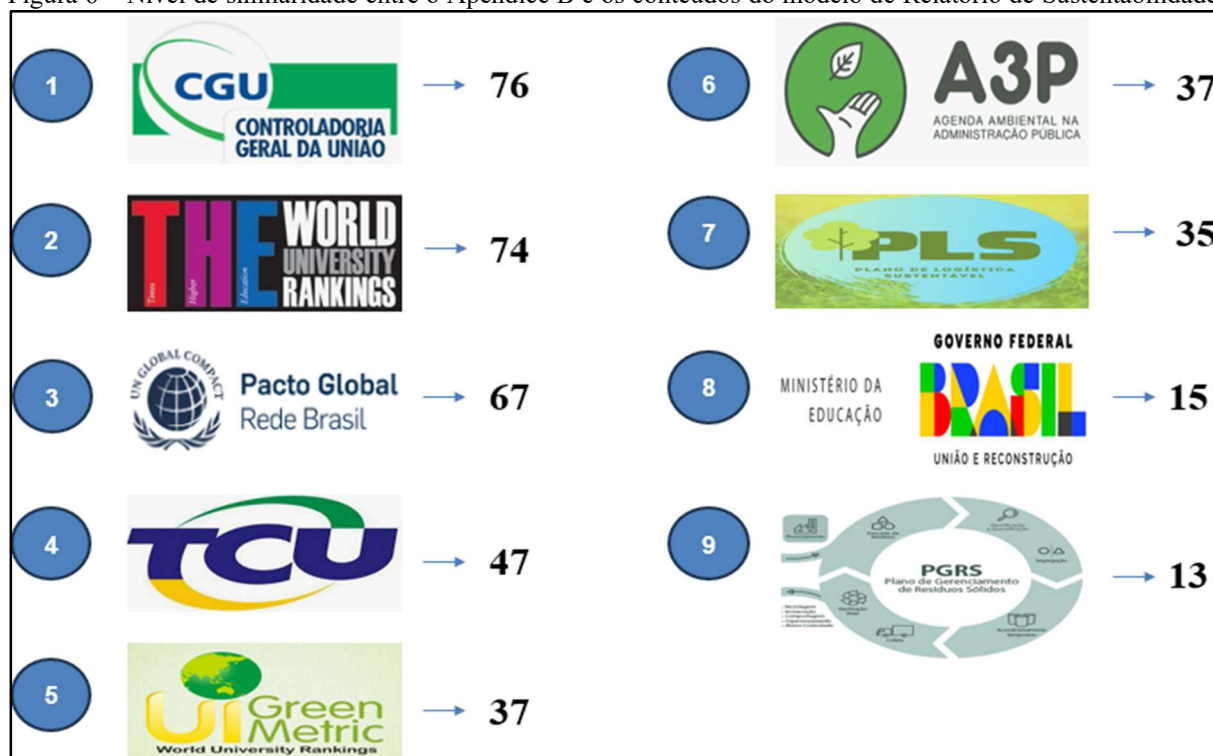
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os referidos Quadros (108-124) representam o cruzamento de dados dos conteúdos das normas GRI (dimensões ambiental, social e econômica) e da dimensão universitária proposta por Sassen e Azizi (2018a), com os dados oriundos das normativas, dos programas, das iniciativas e dos *rankings* selecionados, resultando em uma estrutura que identifica sinergias, materializando-se como um instrumento técnico consultivo aos gestores universitários.

As normativas, os programas, as iniciativas e os *rankings* possuem origens, natureza e extensão distintas, fatos que explicam oscilações de similaridade quando confrontadas com os conteúdos da GRI (117 conteúdos) e da dimensão universitária (14 conteúdos). Assim, a estrutura completa contém 131 conteúdos.

A Figura 6 apresenta a similaridade vertical entre os 131 conteúdos que integram o Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade e as normativas, os programas, as iniciativas e os *rankings* que refletem o cotidiano das universidades federais brasileiras.

Figura 6 – Nível de similaridade entre o Apêndice B e os conteúdos do modelo de Relatório de Sustentabilidade



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O item 1 da Figura 6 expõe que aspectos relacionados ao Relatório de Gestão de Riscos, positivado na IN Conjunta MP/CGU n.º 1/2016 e ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, versão de agosto de 2022, promovido pela CGU, podem ter conexão com 76 dos 131 itens que compõem o Modelo estruturado de Relatórios de Sustentabilidade, ou seja, 58,01%.

No mesmo sentido, considerando o número de menções, o *ranking* universitário THE *Impact* representa 56,48%; a iniciativa Pacto Global da ONU representa 51,14%; o relatório de gestão na forma de relato integrado previsto na Decisão Normativa TCU n.º 198/2022 representa 35,87%; o *ranking* universitário *GreenMetric* e a iniciativa A3P prevista Portaria n.º 326/2020, do MMA, representam concomitantemente 28,24%.

Por fim, os itens 7, 8 e 9 representam as sinergias oriundas das normativas PLS, PDI e PGRS positivadas através da IN n.º 10/2012 do MPOG; do Decreto n.º 9.235/2017 do MEC e do Decreto n.º 10.936/2022 do MMA, e representam os percentuais 26,71%, 11,45% e 9,92%, respectivamente.

Esse resultado pode ser potencializado e, ao mesmo tempo, facilitado por aquelas universidades que cumprem regularmente as legislações estabelecidas pela CGU, participam do *ranking* universitário THE *Impact* e da iniciativa Pacto Global da ONU. Essas podem possuir ao menos 50% das informações pertencentes ao Modelo estruturado de Relatórios de Sustentabilidade.

Informações oriundas da CGU, do Pacto Global da ONU e do *ranking* THE *Impact* não necessariamente preenchem os requisitos dos conteúdos da GRI e da dimensão universitária de forma plena, com exatidão, mas alguma informação sobre o conteúdo pode ser reportada, por sua similaridade textual e/ou interpretativa, podendo integrar o Relatório de Sustentabilidade.

Em vista disso, algumas universidades brasileiras podem possuir uma maior capacidade de reporte das informações, uma vez que já interagem ou pelo menos assumiram a responsabilidade de interagir com os itens pertencentes à estrutura proposta.

Além do oferecimento de uma estrutura adaptada para auxiliar na elaboração de Relatórios de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras, esta dissertação destaca os conteúdos com maior incidência de forma horizontal.

A análise horizontal revela normativas, programas, iniciativas e *rankings* que formam pequenos grupos coincidentes por guardarem similaridade textual e/ou interpretativa entre si, e esses podem indicar um maior grau de significância de reporte com os conteúdos das normas GRI e da dimensão universitária de forma conglomerada.

A significância, medida pela frequência com variação de 0 a 9, gerou os resultados demonstrados na Figura 7. Estes podem direcionar o enfoque do gestor universitário a conteúdos prioritários do ponto de vista institucional. Não obstante, destaca-se que a Figura 7 não remete a conteúdos prioritários do ponto de vista dos *stakeholders*, pois estes, conforme já elucidado anteriormente, tem sua origem de análises da Matriz de Materialidade, que deve ser formulada pela universidade.

303-1 Interação com a água como um recurso compartilhado	inciso III art. 8º IN 10/2012	Guia Nacional - Recomendação nº 4	inciso I, VI art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 6.3; 6.4; 6.5	Categoria 4-A 1, A 2, A 3, A 4, A 5
303-5 Consumo de água	inciso III art. 8º IN 10/2012	Guia Nacional - Recomendação nº 4	incisos I, VI art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 6.2	Categoria 4-A 1, A 2, A 3, A 4, A 5
304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	incisos VI, VII art. 8º IN 10/2012	Guia Nacional - Recomendação nº 7; 8	incisos VI art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 7.2; 7.3; 7.4; 11.4	Categoria 1-AI 1, AI 2, AI 3, AI 4, AI 5, AI 11; Categoria 2-EC 1, EC 2, EC 3, EC 4, EC 5, EC 6, EC 7, EC 8, EC 9, EC 10; Categoria 5-T 1, T 2, T 3, T 4, T 5, T 6, T 7, T 8
305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa	incisos VI, VII art. 8º IN 10/2012	Guia Nacional - Recomendação nº 11; 12	inciso VI art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 7.2; 7.3; 7.4; 11.4; 13.2; 13.4	Categoria 2-EC 7, EC 8, EC 9, EC 10; Categoria 5-T 1, T 2, T 3, T 4, T 5, T 6, T 7, T 8
CONTEÚDO	PLS	CGU	TCU	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS
407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	inciso VI art. 8º IN 10/2012	incisos III, IV art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 4.1; 4.2; 4.3; 4.4;	inciso V art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 1,2,3	ODS 8.2
408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	inciso VI art. 8º IN 10/2012	incisos III, IV art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016; Guia Nacional - Recomendação nº 2	Elemento de Conteúdo nº 4.1; 4.2; 4.3; 4.4;	inciso V art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 1,2,5	ODS 1.4; 8.2
409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	inciso VI art. 8º IN 10/2012	incisos III, IV art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016; Guia Nacional - Recomendação nº 2	Elemento de Conteúdo nº 4.1; 4.2; 4.3; 4.4;	inciso V art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 4	ODS 1.4; 8.2

CONTEÚDO	PLS	CGU	PDI	A3P	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC
4-3 Vida no campus	inciso V art. 8º IN 10/2012	Guia Nacional - Recomendação nº 4; 5; 6; 8; 10; 11; 12	inciso VII, IX artigo 21 Decreto nº 9.235/2017	inciso III art.2º Portaria nº 326/2020	ODS 1.3; 5.6; 8.2; 11.4; 12.2; 13.4; 14.4; 15.4; 16.2	Categoria 1- AI 8, AI 9, AI 10; Categoria 6-EP 11

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os conteúdos GRI 302-4, 302-5, 303-1, 303-5, 304-2 e 305-5 dizem respeito a reduções no consumo de energia e nos requisitos energéticos, interação e consumo de água, impactos na biodiversidade e redução de emissões de gases de efeito estufa, todos integrantes da dimensão ambiental, possuindo sinergias concomitantes com o PLS, CGU, A3P, Pacto Global da ONU, e com os *rankings* THE *Impact* e *GreenMetric*.

Os conteúdos GRI 407-1; 408-1 e 409-1 referem-se ao processo de identificação de operações e fornecedores ligados a riscos que envolvem liberdade sindical, negociação coletiva, e riscos relacionados à ocorrência de trabalho infantil, trabalho forçado ou análogo ao escravo, todos pertencentes à dimensão social com sinergias simultâneas com o PLS, CGU, TCU, A3P, Pacto Global da ONU e THE *Impact rankings*.

Por fim, o conteúdo DU 4-3 envolve projetos e serviços inerentes à vida nos campus universitários pertencentes à dimensão universitária, com sinergias coincidentes com o PLS, CGU, PDI, A3P, e os *rankings* THE *Impact* e *GreenMetric*. O Quadro 126 apresenta oito conteúdos categorizados nesta pesquisa como de alta prioridade, com grau de significância 7.

Quadro 126 – Conteúdos de alta prioridade – grau de significância 7

CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC
301-2 Matérias-primas ou Materiais reciclados utilizados	incisos I, VI art. 8º IN 10/2012	incisos I a IV art.30 Decreto nº 10.936/2022	Guia Nacional Recomendação nº 1; 5	incisos I, II, V art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3; 14.4; 15.4	Categoria 3 – R1, R2, R3, R4, R5, R6
301-3 Produtos e suas embalagens reaproveitados	inciso I art. 8º IN 10/2012	incisos I a IV art.30 Decreto nº 10.936/2022	Guia Nacional Recomendação nº 1; 5	incisos I, II art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3; 14.4; 15.4	Categoria 3 – R1, R2, R3, R4, R5, R6

306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	inciso I, IV art. 8º IN 10/2012	incisos I a VI art. 30 Decreto nº 10.936/2022	Guia Nacional Recomendação nº 1; 5	incisos I, II art. 2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3; 14.4; 15.4	Categoria 3-R1, R 2, R 3, R 4, R 5, R 6
306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	inciso IV art. 8º IN 10/2012	incisos I a VI art. 30 Decreto nº 10.936/2022	Guia Nacional Recomendação nº 4; 5	inciso II art. 2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3; 14.4; 15.4	Categoria 3-R1, R 2, R 3, R 4, R 5, R 6
306-3 Resíduos gerados	inciso IV art. 8º IN 10/2012	incisos I a VI art. 30 Decreto nº 10.936/2022	Guia Nacional Recomendação nº 5	inciso II art. 2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3; 14.4; 15.4	Categoria 3-R1, R 2, R 3, R 4, R 5, R 6
306-4 Resíduos não destinados para disposição final	inciso IV art. 8º IN 10/2012	incisos I a VI art. 30 Decreto nº 10.936/2022	Guia Nacional Recomendação nº 5	inciso II art. 2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3; 14.4; 15.4	Categoria 3-R1, R 2, R 3, R 4, R 5, R 6
306-5 Resíduos destinados a disposição final	inciso IV art. 8º IN 10/2012	incisos I a VI art. 30 Decreto nº 10.936/2022	Guia Nacional Recomendação nº 5	inciso II art. 2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3; 14.4; 15.4	Categoria 3-R1, R 2, R 3, R 4, R 5, R 6
CONTEÚDO	PLS	CGU	TCU	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC
406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	inciso VI art. 8º IN 10/2012	incisos I; V; VI; VIII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016; Guia Nacional Recomendação nº 6	Elemento de Conteúdo nº 5.6	inciso VI art. 2º Portaria nº 326/2020	Princípio 6	ODS 5.6; 8.2; 10.5; 10.6	Categoria 1-AI 7, AI 8, AI 9, AI 10

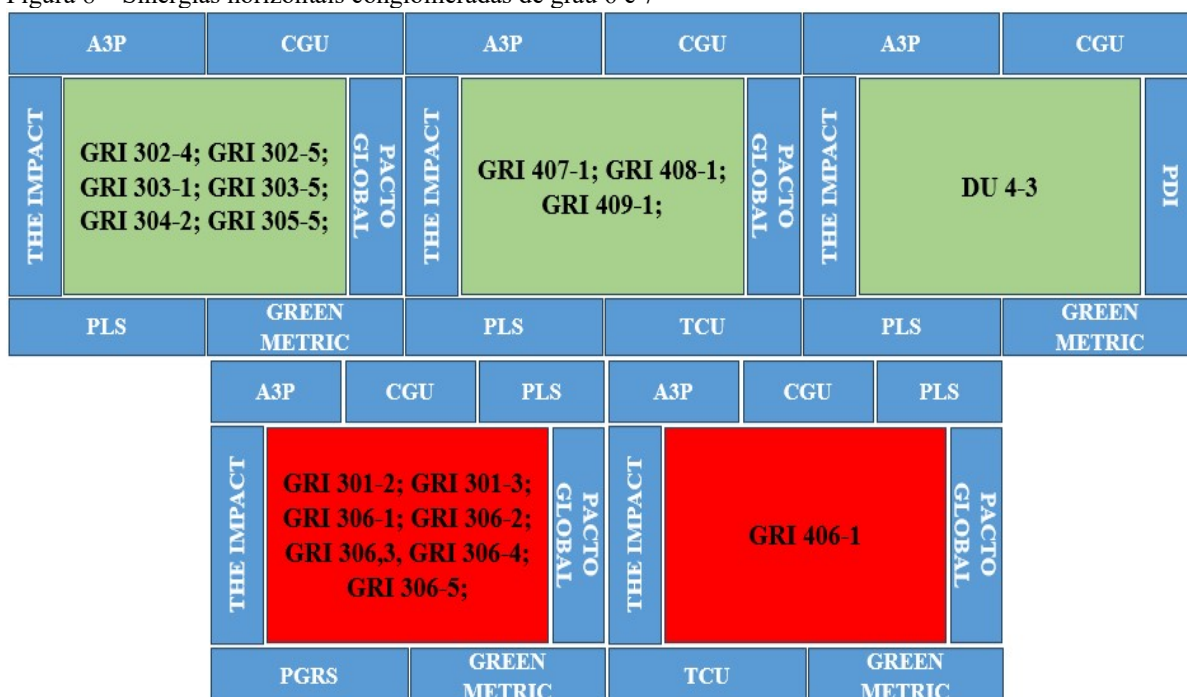
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os conteúdos GRI 301-2, 301-3, 306-1, 306-2, 306-3, 306-4 e 306-5 dizem respeito a práticas que envolvem o uso de insumos reciclados e reaproveitamento de produtos e embalagens, bem como a mensuração da quantidade e do tipo dos resíduos produzidos, a gestão e as medidas tomadas para evitar ou reduzir a produção de resíduos, assim como a sua destinação ou reutilização, todos integrantes da dimensão ambiental, possuindo sinergias

concomitantes com o PLS, PGRS, CGU, A3P, Pacto Global da ONU, e os *rankings* *THE Impact* e *GreenMetric*.

Por fim, o conteúdo GRI 406-1 compreende a identificação de casos e implementação de políticas para evitar a discriminação, envolvendo a dimensão social, possuindo conteúdos concomitantes com o PLS, CGU, TCU, A3P, Pacto Global da ONU, e com os *rankings* *THE Impact* e *GreenMetric*. Diante do exposto, as maiores sinergias horizontais conglomeradas identificadas estão representadas na Figura 8.

Figura 8 – Sinergias horizontais conglomeradas de grau 6 e 7



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A Figura 8 apresenta de forma elucidativa as maiores sinergias horizontais conglomeradas identificadas com grau de significância 6, média prioridade (cor verde), e 7 alta prioridade (cor vermelha), sendo estes os conteúdos prioritários sugestionados aos gestores universitários para fins de evidenciação socioambiental das Universidades Federais brasileiras.

Para finalizar, este estudo teve como objetivo central propor um modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para as universidades federais brasileiras. Para tanto, fez-se necessário o atendimento a quatro objetivos específicos.

O primeiro, “comparar estruturas que podem nortear a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade voltadas ao ensino superior”, foi atendido a partir da execução da RSL constante do Apêndice A. O resultado da RSL revelou 10 artigos científicos publicados nos

últimos cinco anos que envolveram 135 estruturas, e 42/135 são estruturas metodológicas distintas, as quais as mais recorrentes foram selecionadas para a formulação do tópico 2.5.

Esse objetivo foi importante para revelar tendências acadêmicas atuais, não necessariamente expôs as estruturas mais utilizadas, mas aquelas mais comentadas e eleitas para compor estudos que se propuseram a investigar estruturas de evidenciação e/ou avaliação do engajamento ambiental, social e econômico das universidades e/ou IES.

O segundo objetivo específico, “detectar sinergias entre normativas voluntárias e obrigatórias, programas, iniciativas, e *rankings* em que as universidades federais brasileiras direta ou indiretamente estão inseridas”, foi solucionado através do uso de informações oriundas da UFMS, utilizada na condição de recorte empírico de pesquisa.

O mérito desse objetivo se encontra na compreensão, extração e categorização de elementos intrínsecos que podem ser considerados na elaboração de um Relatório de Sustentabilidade que possa atender as 69 universidades federais existentes no Brasil, tendo em vista a condição fundacional de instituição pública hierarquicamente vinculada ao MEC e mantida majoritariamente com recursos advindos do governo federal e suas singularidades inerentes ao setor educacional de nível superior.

O terceiro objetivo, por sua vez, “selecionar os aspectos, dimensões e conteúdos relevantes, que auxiliem a gestão e evidenciação socioambiental das universidades federais brasileiras”, foi atingido com a apresentação do Modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para universidades federais brasileiras (Quadros 108 a 124), em conjunto com a sugestão de reporte de conteúdos prioritários propostos aos gestores universitários, destacados na Figura 8.

O quarto e último objetivo específico, “elaborar uma cartilha sobre a proposição do modelo estruturado de Relatório de para as universidades federais brasileiras”, foi atendido a partir da elaboração da Cartilha Orientadora, constante do Apêndice E desta dissertação.

O próximo capítulo expressa as considerações finais deste estudo, enfatizando as conclusões e implicações significativas, contribuições para o cenário nacional, limitações e sugestões para futuras pesquisas segmentadas dentro da temática abordada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi baseado na constatação da ausência de um modelo de Relatório de Sustentabilidade que possa atender as necessidades das universidades federais brasileiras (Moura-Leite; Pereira, 2020). A partir disso, a pesquisa foi direcionada pela seguinte pergunta: como o Relatório de Sustentabilidade das universidades federais brasileiras pode ser estruturado, para que tenha sinergia com normativas voluntárias e obrigatórias, programas, iniciativas, e *rankings* em que direta ou indiretamente elas estão inseridas?

Nessa perspectiva, a partir da RSL, discutiu-se quais seriam as estruturas de Relatórios de Sustentabilidade aplicáveis a universidades públicas ou privadas, independentemente de sua localização territorial. Após a análise, obteve-se três principais conclusões: 1) não existe consenso entre os autores e os pesquisadores sobre qual seria o modelo ideal, uma vez que durante a elaboração do Relatório de Sustentabilidade pode ser utilizado, caso necessário, um conjunto de modelos; 2) alguns modelos servem de base para a formulação de outros; e 3) modelos que exigem avaliação de materialidade são adaptações do modelo ofertado pela GRI.

Frisa-se que a materialidade é um ponto-chave para evitar que a organização publique somente aspectos que lhes favoreçam. Dada à discricionariedade atribuída aos Relatórios de Sustentabilidade é primordial que sejam publicados aspectos que representem os interesses dos usuários dos serviços da universidade, o MEC, os órgãos de controle (TCU e CGU), as organizações da sociedade civil, os discentes e servidores, os pesquisadores e a mídia. Adicionalmente, foram realizadas buscas por artigos científicos sobre Relatórios de Sustentabilidade nas universidades ao redor do mundo, e a maioria dos autores e pesquisadores destacou a GRI como ferramenta mais recorrente e relevante na atualidade.

Aliada à materialidade, três aspectos importantes foram revelados através da formulação dos capítulos que integram a revisão da literatura: 1) indissolubilidade das dimensões ambiental, social e econômica (Elkington, 1998); 2) fornecimento de informações relevantes e acessíveis aos *stakeholders*, de fácil decodificação (Smeuninx; De Clerck; Aerts, 2020); e 3) abordagem global que favoreça a internacionalização de informações aliada ao compromisso com os ODS, enfoques mencionados por Ramaswamy *et al.* (2021) e Lai e Stacchezzini (2021), respectivamente.

Tais resultados, indicam que o modelo estrutural para que as universidades federais brasileiras possam desenvolver indicadores para reportar dados quantitativos e qualitativos aos usuários de seus serviços é o fornecido pela GRI, com harmonização de seu formato para

favorecer a evidenciação de dados intrínsecos das universidades, e oportunizar comparações entre as 69 universidades federais existentes no país.

Em função dos procedimentos metodológicos aplicados, bem como os resultados obtidos, pode-se considerar que a GRI oferece a opção de publicação de um Relatório de Sustentabilidade com a indicação das fontes divulgadas em páginas da *web* ou em relatórios anuais, fornecendo a referência destes no Modelo Sumário de Conteúdo da GRI. A localização de tais informações é feita por meio do *link* do site ou número página onde a informação foi publicada.

Além disso, há que se considerar que a GRI orienta o alinhamento das informações fornecidas através do Relatório de Sustentabilidade com outros, que sejam exigidos por força das leis e/ou regulamentos para que não haja a perda da confiabilidade das informações, evitando a ocorrência de conflitos informacionais. Essa possibilidade pode ser facilitada por meio de um modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade sugerido nesta dissertação, por relacionar normas voluntárias e obrigatórias, programas, iniciativas, e *rankings* que circundam a realidade das universidades federais brasileiras na atualidade.

6.1 Agenda de pesquisa

Embora tenha se almejado compreender como um Relatório de Sustentabilidade deve ser estruturado para que tenha sinergia com normativas voluntárias e obrigatórias, programas, iniciativas, e *rankings*, os resultados obtidos não esgotam o assunto. Pelo contrário, sugere-se que, a partir desta dissertação, sejam fomentadas pesquisas que contribuam com a evidenciação da atuação socioambiental no ensino superior. A seguir apresenta-se sugestões para estudos futuros:

1) a GRI possui, nos dias atuais, três padrões setoriais (GRI 11 para o setor do petróleo e gás, GRI 12 setor carvoeiro e GRI 13 setor de agricultura, aquicultura e pesca). Assim, recomenda-se estudos que simulem possíveis/prováveis tópicos materiais para universidades;

2) durante a formulação do tópico 2.4 desta dissertação, foi observada a defasagem de indícios do cumprimento da legislação, indicando que, mesmo que obrigatório, as universidades não cumprem a legislação. Aparentemente, existem mais evidências sobre a participação em *rankings* do que indícios do cumprimento do papel normativo das universidades federais. Com isso, recomenda-se estudos para análise do fenômeno;

3) a adesão ao Pacto Global da ONU exige documentação de comunicação interna comprobatória de engajamento com os 10 princípios universais, requerida pela equipe do Pacto

a cada biênio. Porém, não foram encontrados estudos que captem o conteúdo desses relatórios e se há indícios de permanência e/ou avanços nas práticas das universidades aderentes. Em outras palavras, as universidades brasileiras podem estar aderindo ao Pacto Global da ONU, publicizando o feito à sociedade, mas inexistem evidências do cumprimento do papel ao qual se comprometeram. Nesse sentido, recomenda-se estudos que evidenciem se a adesão está sendo descontinuada ou se as universidades brasileiras estão cumprindo os requisitos exigidos e renovando seu compromisso com o Pacto Global da ONU;

4) recomenda-se estudos que formulem indicadores para o atendimento das universidades federais brasileiras, segregados por regiões e/ou por configuração dos campus universitários, uma vez que, a depender da região e do tipo de imóvel (urbano ou rural) da universidade, alteram-se as práticas socioambientais.

6.2 Implicações/limitações

Apesar de suas contribuições, entende-se que esse estudo apresenta algumas implicações/limitações. A seguir, apresenta-se as principais implicações e limitações do estudo:

1) as universidades brasileiras não preenchem 100% do *ranking* THE *Impact*, visto que o conteúdo obrigatório para a participação é de pelo menos quatro dos 17 ODS. Assim sendo, apesar de todo o conteúdo tenha se relacionado com os Apêndice B e D, não significa necessariamente que existam, de fato, sinergias que possam auxiliar os gestores universitários no processo de elaboração de um Relatório de Sustentabilidade;

2) o estudo de Moura-Leite, Jesus-Lopes e Yamazaki (2022) identificou uma defasagem de universidades federais brasileiras quanto ao cumprimento das diretrizes estabelecidas na IN n.º 10/2012 do MPOG. Logo, nem todas as universidades farão uso das sinergias estabelecidas entre PLS x GRI e PLS x dimensão universitária. Ela é aplicável caso haja ausência de participação no *ranking GreenMetric*, na iniciativa Pacto Global da ONU, no programa A3P, ou no cumprimento das normativas que tratam sobre o PGRS, PDI, relatório de gestão do TCU, relatório de gestão de riscos da CGU e recomendações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU;

3) o programa de adesão voluntária A3P, criada em 1999, e a normativa obrigatória PLS, criada em 2012, embora tenham origem de Ministérios distintos, possuem similaridade de conteúdo, pois a A3P é um dos programas referenciais do PLS. Nesse sentido, apesar da seleção estratégica, durante a análise foi constatado que as informações advindas da A3P poderiam ser omitidas sem prejuízo do resultado.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, C. A. Sustainability reporting and performance management in universities: Challenges and benefits. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 384–392, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-12-2012-0044>.
- ADAUI, C. R. L. Sustainability Reporting Quality of Peruvian Listed Companies and the Impact of Regulatory Requirements of Sustainability Disclosures. **Sustainability**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 1135, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12031135>
- AGAMA, E. J.; ZUBAIRU, U. M. Sustainability reporting: A systematic review. **Economics, Management and Sustainability**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 32–46, nov. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14254/jems.2022.7-2.3>.
- ALEIXO, A. M.; AZEITEIRO, U.; LEAL, S. The implementation of sustainability practices in Portuguese higher education institutions. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 146–178, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-02-2017-0016>.
- ALGHAMDI, N.; DEN HEIJER, A.; DE JONGE, H. Assessment tools' indicators for sustainability in universities: an analytical overview. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 84–115, jan. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-04-2015-0071>.
- ALSHBILI, I.; ELAMER, A. A.; MOUSTAFA, M. W. Social and environmental reporting, sustainable development and institutional voids: Evidence from a developing country. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 881–895, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/csr.2096>.
- ALSHUWAIKHAT, H. M.; ABUBAKAR, I. An integrated approach to achieving campus sustainability: assessment of the current campus environmental management practices. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 16, n. 16, p. 1777–1785, nov. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2007.12.002>.
- AMARAL, L. P.; MARTINS, N.; GOUVEIA, J. B. Quest for a sustainable university: a review. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 155–172, jan. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-02-2013-0017>.
- AMIANO BONATXEA, I. *et al.* Is the global reporting initiative suitable to account for university social responsibility? Evidence from European institutions. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 23, n. 4, p. 831–847, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-04-2021-0129>.
- ANNAN-DIAB, F.; MOLINARI, C. Interdisciplinarity: Practical approach to advancing education for sustainability and for the Sustainable Development Goals. **The International Journal of Management Education**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 73–83, jul. 2017. Disponível em:

<https://doi.org/10.1016/j.ijme.2017.03.006>.

ARÁNGUIZ, P. *et al.* Critical Thinking Using Project-Based Learning: The Case of The Agroecological Market at the “Universitat Politècnica de València”. **Sustainability**, [S. l.], v. 12, n. 9, p. 3553, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12093553>.

ARAÚJO, A.; GOMES, A. M. Gestão de riscos no setor público: desafios na adoção pelas universidades federais brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 32, p. 241–254, abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-057x202112300>.

ASCANI, I.; CICCOLA, R.; CHIUCCHI, M. S. A Structured Literature Review about the Role of Management Accountants in Sustainability Accounting and Reporting. **Sustainability**, [S. l.], v. 13, n. 4, p. 2357, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su13042357>.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). **Prática Recomendada: ABNT PR 2030: Ambiental, social e governança (ESG) - Conceitos, diretrizes e modelo de avaliação e direcionamento para organizações**. Rio de Janeiro: ABNT, 2022.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). **Norma Brasileira (NBR) 10520:2023 - Informação e documentação - Apresentação de citações em documentos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). **Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais**. Proposta de um anteprojeto de lei. Rio de Janeiro: ANDIFES, 2002. Disponível em: <https://departamentoantropologia.paginas.ufsc.br/files/2012/04/lou.pdf>.

ATICI, K. B. *et al.* Green University and academic performance: An empirical study on UI GreenMetric and World University Rankings. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 291, p. 125289, abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.125289>.

AVELINO, B. C. **Características explicativas do nível de *disclosure* voluntário de municípios do estado de Minas Gerais: uma abordagem sob a ótica da teoria da divulgação**. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-97XGTF>.

AVER, B.; FOŠNER, A.; ALFIREVIĆ, N. Higher Education Challenges: Developing Skills to Address Contemporary Economic and Sustainability Issues. **Sustainability**, [S. l.], v. 13, n. 22, p. 12567, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su132212567>.

BAKER-SHELLEY, A.; ZEIJL-ROZEMA, A.; MARTENS, P. A conceptual synthesis of organisational transformation: How to diagnose, and navigate, pathways for sustainability at universities? **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 145, p. 262–276, mar. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.01.026>.

BALLESTERO, M. H. Economía Ambiental y Economía Ecológica: un balance crítico de su relación. **Economía y Sociedad**, Costa Rica, v. 13, n. 33–65, 30 dez. 2008.

BARBIERI, J. C. A educação ambiental e a gestão ambiental em cursos de graduação em

administração: objetivos, desafios e propostas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 6, p. 919–946, jan. 2004.

BAUTISTA-PUIG, N.; ORDUÑA-MALEA, E.; PEREZ-ESPARRELLS, C. Enhancing sustainable development goals or promoting universities? An analysis of the times higher education impact rankings. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 23, n. 8, p. 211–231, jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-07-2021-0309>.

BAYUO, B. B.; CHAMINADE, C.; GÖRANSSON, B. Unpacking the role of universities in the emergence, development and impact of social innovations – A systematic review of the literature. **Technological Forecasting and Social Change**, [S. l.], v. 155, p. 120030, jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2020.120030>.

BERGMANN, A.; POSCH, P. Mandatory Sustainability Reporting in Germany: Does Size Matter? **Sustainability**, [S. l.], v. 10, n. 11, p. 3904, nov. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su10113904>.

BERZOSA, A.; BERNALDO, M. O.; FERNÁNDEZ-SANCHEZ, G. Sustainability assessment tools for higher education: An empirical comparative analysis. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 161, p. 812–820, set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.05.194>.

BEURON, T. A. *et al.* Contributions of an environmental management system for sustainable development at a Brazilian university. **Environmental Quality Management**, [S. l.], v. 29, n. 4, p. 103–113, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/tqem.21697>.

BOLIS, I.; MORIOKA, S. N.; SZNELWAR, L. I. When sustainable development risks losing its meaning. Delimiting the concept with a comprehensive literature review and a conceptual model. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 83, p. 7–20, nov. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.06.041>

BONFANTE, M. C. **Modelo de gestão baseado em práticas ESG para a sustentabilidade do laboratório Fábrica de Ímãs de Terras Raras**. 141 f. Tese (Doutorado em Ciência e Engenharia de Materiais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229234>.

BRAAM, G. J. M. *et al.* Determinants of corporate environmental reporting: the importance of environmental performance and assurance. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 129, p. 724–734, 15 ago. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.03.039>.

BRANDAO, M. S. *et al.* Facilitadores e barreiras no desenvolvimento da gestão ambiental em instituições de educação superior: análise dos relatórios de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative*. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 993–1002, nov. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-41522019177951>.

BRANDLI, L. L. *et al.* Avaliação da presença da sustentabilidade ambiental no ensino dos cursos de graduação da Universidade de Passo Fundo. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 17, p. 433–454, jul. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772012000200008>.

BRASIL. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União. **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**. 5. ed. Brasília: AGU, 2022a. Disponível em: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs_082022.pdf.

BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários. **Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002**. Dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante relativo às companhias abertas, disciplina a divulgação de informações na negociação de valores mobiliários e na aquisição de lote significativo de ações de emissão de companhia aberta, estabelece vedações e condições para a negociação de ações de companhia aberta. Brasília: CVM, 2002. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/>.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução Conama n.º 5, de 5 de agosto de 1993**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 166, p. 12996-12998, 31 ago. 1993. Disponível em: http://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=130.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n.º 1, de 23 de dezembro de 2016**. Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal. Brasília: CGU, 2016a. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/33947>.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Serviços e Informações**. Brasília: CGU, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/controladoria-geral-da-uniao>.

BRASIL. **Decreto n.º 5.773, de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=5773&ano=2006&ato=453UTU50MRpWT4ac>.

BRASIL. **Decreto n.º 7.746, de 5 de junho de 2012**. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Brasília: Presidência da República, 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm.

BRASIL. **Decreto n.º 9.178, de 23 de outubro de 2017**. Altera o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. Brasília: Presidência da República, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-

2018/2017/decreto/d9178.htm.

BRASIL. Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília: Presidência da República, 2017b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107.

BRASIL. Decreto n.º 10.531, de 26 de outubro de 2020. Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031. Brasília: Presidência da República, 2020a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10531.htm.

BRASIL. Decreto n.º 10.936, de 12 de janeiro de 2022. Regulamenta a Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília: Presidência da República, 2022b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D10936.htm.

BRASIL. Decreto n.º 11.043, de 13 de abril de 2022. Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, na forma do Anexo. Brasília: Presidência da República, 2022c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11043.htm.

BRASIL. Instrução Normativa n.º 10, de 12 de novembro de 2012. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto n.º 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Brasília: Ministério do Planejamento, 2012b. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-10-de-12-de-novembro-de-2012>.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

BRASIL. Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm.

BRASIL. Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm

BRASIL. Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm.

BRASIL. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regulamenta o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá

outras providências. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm.

BRASIL. **Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016**. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília: Presidência da República, 2016b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113303.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal e-MEC**. Brasília: MEC, 2022d. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **O MEC e a UNESCO**. Brasília: MEC, 2022e. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20747-unesco>. Acesso em: 16 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Instituições parceiras – Portal A3P**. Brasília: MMA, 2022f. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/instituicoes-parceiras/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

BRASIL. **Portaria n.º 326, de 23 de julho de 2020**. Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P e estabelece suas diretrizes. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, edição n. 141, p. 43, 24 jul. 2020. Disponível em: www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-326-de-23-de-julho-de-2020-268439696.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa n.º 178, de 23 de outubro de 2019**. Controle, Integridade e Transparência. Brasília: TCU, 2019. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/normativos-e-orientacoes-para-as-contas-de-2019.htm>.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa n.º 198, de 23 de março de 2022**. Brasília: TCU, 2022g. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/ato-normativo/198%252F2022/%2520/score%2520desc/0/%2520>.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de gestão: guia para elaboração na forma de relato integrado : evolução da prestação de contas**. Brasília: TCU, 2020. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/guia-de-elaboracao-do-relatorio-de-gestao-2020.htm>.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Dúvidas frequentes. Portal TCU**. Brasília: TCU, 2023. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/institucional/conheca-o-tcu/duvidas-frequentes/>

BIGGERI, M. *et al.* Disentangling the impact of a multiple-component project on SDG dimensions: The case of durum wheat value chain development in Oromia (Ethiopia). **World Development**, [S. l.], v. 153, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2021.105810>.

BURMANN, C. *et al.* Ranking the Performance of Universities: The Role of Sustainability. **Sustainability**, [S. l.], v. 13, n. 23, p. 13286, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su132313286>.

CAEIRO, S. *et al.* Sustainability Assessment and Benchmarking in Higher Education Institutions — A Critical Reflection. **Sustainability**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 543, jan. 2020.

Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12020543>.

CASTRO, R.; JABBOUR, C. J. C. Evaluating sustainability of an Indian university. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 61, p. 54–58, dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.02.033>.

CAVATTI, F. D. S. **Relatório de sustentabilidade GRI (Global Reporting Initiative) para a Universidade Federal do Espírito Santo: estudo prospectivo sobre possibilidades de adoção**. 140 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/2497>.

CEULEMANS, K.; LOZANO, R.; ALONSO-ALMEIDA, M. D. M. Sustainability Reporting in Higher Education: Interconnecting the Reporting Process and Organisational Change Management for Sustainability. **Sustainability**, [S. l.], v. 7, n. 7, p. 8881–8903, jul. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su7078881>.

CEULEMANS, K.; MOLDEREZ, I.; VAN LIEDEKERKE, L. Sustainability reporting in higher education: A comprehensive review of the recent literature and paths for further research. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 106, p. 127–143, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.09.052>.

CHAKRABORTY, A. *et al.* Building Sustainable Societies through Purpose-Driven Universities: A Case Study from Ashoka University (India). **Sustainability**, [S. l.], v. 13, n. 13, p. 7423, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su13137423>.

CHEN, W. *et al.* Limitations of institutional dimension in existing sustainability assessment tools: From the perspective of territory. **Current Research in Environmental Sustainability**, [S. l.], v. 5, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.crsust.2023.100217>.

CHOPIN, P. *et al.* Avenues for improving farming sustainability assessment with upgraded tools, sustainability framing and indicators. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, [S. l.], v. 41, n. 2, p. 19, 3 mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13593-021-00674-3>.

CHRISTENSEN, H. B.; HAIL, L.; LEUZ, C. Mandatory CSR and sustainability reporting: economic analysis and literature review. **Review of Accounting Studies**, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 1176–1248, set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11142-021-09609-5>.

CIEGIS, R.; RAMANAUSKIENE, J.; STARTIENE, G. Theoretical Reasoning of the Use of Indicators and Indices for Sustainable Development Assessment. **Engineering Economics**, [S. l.], v. 63, n. 3, ago. 2009. Disponível em: <https://inze.ktu.lt/index.php/EE/article/view/11642>.

CONSONI, S.; COLAUTO, R. D.; LIMA, G. A. S. F. de. A divulgação voluntária e o gerenciamento de resultados contábeis: evidências no mercado de capitais brasileiro. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 28, p. 249–263, ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201703360>.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CUI, G. *et al.* The importance of being earnest: Mandatory vs. voluntary disclosure of incentives for online product reviews. **Journal of Business Research**, [S. l.], v. 141, p. 633–645, mar. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2021.11.068>.

DI TULLIO, P.; LA TORRE, M. Sustainability Reporting at a Crossroads in Italian Universities: Is Web-Based Media Adoption Deinstitutionalising Sustainability Reporting? **Administrative Sciences**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 34, mar. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/admsci12010034>.

DIENES, D.; SASSEN, R.; FISCHER, J. What are the drivers of sustainability reporting? A systematic review. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 154–189, jan. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-08-2014-0050>.

DISSANAYAKE, D.; TILT, C.; QIAN, W. Factors influencing sustainability reporting by Sri Lankan companies. **Pacific Accounting Review**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 84–109, jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/PAR-10-2017-0085>.

DONI, F. *et al.* Voluntary versus mandatory non-financial disclosure: EU Directive 95/2014 and sustainability reporting practices based on empirical evidence from Italy. **Meditari Accountancy Research**, [S. l.], v. 28, n. 5, p. 781–802, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/MEDAR-12-2018-0423>.

DOTTO, D. M. R. *et al.* Planejamento em organizações públicas – O Processo de Planejamento e o PDI de Institutos Federais de Ensino do Rio Grande do Sul. **Práticas em Gestão Pública Universitária**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 115–137, maio 2022.

DRAHEIN, A. D.; LIMA, E. P.; COSTA, S. E. G. Sustainability assessment of the service operations at seven higher education institutions in Brazil. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 212, p. 527–536, mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.11.293>.

DU, S. *et al.* The Business Case for Sustainability Reporting: Evidence from Stock Market Reactions. **Journal of Public Policy & Marketing**, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 313–330, set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1509/jppm.16.112>.

DU, S. *et al.* Sustainable Assessment Tools for Higher Education Institutions: Guidelines for Developing a Tool for China. **Sustainability**, [S. l.], v. 12, n. 16, p. 6501, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12166501>.

DU TOIT, E. The readability of integrated reports. **Meditari Accountancy Research**, [S. l.], v. 25, n. 4, p. 629–653, jan. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/MEDAR-07-2017-0165>.

DURSKI, D. **Relatório de sustentabilidade: uma proposta de indicadores para a Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR**. 198 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/4832>.

DYE, R. A. Disclosure of Nonproprietary Information. **Journal of Accounting Research**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 123–145, 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2490910>.

DZIMIŃSKA, M.; FIJAŁKOWSKA, J.; SUŁKOWSKI, Ł. A Conceptual Model Proposal: Universities as Culture Change Agents for Sustainable Development. **Sustainability**, [S. l.], v. 12, n. 11, p. 4635, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12114635>.

ECCLES, R. G.; LEE, L.-E.; STROEHLE, J. C. As origens sociais da ESG: uma análise da Innovest e da KLD. **Organization & Environment**, [S. l.], v. 33, n. 4, p. 575–596, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1086026619888994>.

EFFAH, N. A. A. *et al.* Contributions toward sustainable development: a bibliometric analysis of sustainability reporting research. **Environmental Science and Pollution Research**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 104–126, jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11356-022-24010-8>.

ELKINGTON, J. Accounting for the Triple Bottom Line. **Measuring Business Excellence**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 18–22, jan. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/eb025539>.

ENG, L. L.; MAK, Y. T. Corporate governance and voluntary disclosure. **Journal of Accounting and Public Policy**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 325–345, jul. 2003. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0278-4254\(03\)00037-1](https://doi.org/10.1016/S0278-4254(03)00037-1).

FELICIANO, A. A importância da implementação de licitações sustentáveis como medida de política pública na busca do desenvolvimento nacional sustentável. **Agenda Política**, São Carlos, v. 3, n. 1, p. 183–202, jun. 2015. Disponível em: <https://sumarios.org/artigo/import%C3%A2ncia-da-implementa%C3%A7%C3%A3o-de-licita%C3%A7%C3%B5es-sustent%C3%A1veis-como-medida-de-pol%C3%ADtica-p%C3%BAblica-na>.

FERNANDEZ, B. P. M. Ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e economia ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 23, jun. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/19246>.

FERRERO-FERRERO, I. *et al.* Stakeholder engagement in sustainability reporting in higher education: An analysis of key internal stakeholders' expectations. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 313–336, jan. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-06-2016-0116>.

FIFKA, M. S. Corporate Responsibility Reporting and its Determinants in Comparative Perspective – a Review of the Empirical Literature and a Meta-analysis. **Business Strategy and the Environment**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 1–35, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/bse.729>.

FILIPPO, D. D. *et al.* Communication on Sustainability in Spanish Universities: Analysis of Websites, Scientific Papers and Impact in Social Media. **Sustainability**, [S. l.], v. 12, p. 8278, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12198278>.

FINDLER, F. *et al.* Assessing the Impacts of Higher Education Institutions on Sustainable Development — An Analysis of Tools and Indicators. **Sustainability**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 59, jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su11010059>.

FONSECA, A. *et al.* The state of sustainability reporting at Canadian universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 22–40, jan. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/14676371111098285>.

FOX, J. The uncertain relationship between transparency and accountability. **Development in Practice**, [S. l.], v. 17, n. 4-5, p. 663-671, 2007.

FRANCO, S. C. *et al.* Plano de gestão de logística sustentável e seus indicadores: o conteúdo mínimo de divulgação, conscientização e capacitação nas universidades federais. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, Florianópolis, p. 204–226, dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2017v10n4p204>.

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024**. Campo Grande: UFMS, 2020. Disponível em: <https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2021/11/PDI-UFMS-2020-2024-realinhado-2021.pdf>.

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). **Diretoria de Desenvolvimento Sustentável. O Plano**. Campo Grande: UFMS, 2022. Disponível em: <https://dides.ufms.br/o-plano/>. Acesso em: 2 nov. 2022.

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). **Diretoria de Desenvolvimento Sustentável. Página Inicial**. Campo Grande: UFMS, 2023. Disponível em: <https://dides.ufms.br/>. Acesso em: 5 fev. 2023.

GALLON, I. *et al.* Análise dos critérios de sustentabilidade aplicados nas licitações de uma universidade pública federal. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 313, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://link.gale.com/apps/doc/A683034406/AONE?u=anon~5ee7678f&sid=googleScholar&xid=b293c865>.

GASPARATOS, A. Embedded value systems in sustainability assessment tools and their implications. **Journal of Environmental Management**, [S. l.], v. 91, n. 8, p. 1613–1622, ago. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2010.03.014>.

GENÇ, R. The Importance of Communication in Sustainability & Sustainable Strategies. **Procedia Manufacturing**, Stellenbosch, v. 8, p. 511–516, jan. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.promfg.2017.02.065>.

GERWING, T.; KAJÜTER, P.; WIRTH, M. The role of sustainable corporate governance in mandatory sustainability reporting quality. **Journal of Business Economics**, [S. l.], v. 92, n. 3, p. 517–555, abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11573-022-01092-x>.

GESSER, G. A. *et al.* Governança universitária e relacionamento com os stakeholders: Avisão dos gestores. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [S. l.], v. 30, n. 162, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.30>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em:
<https://home.ufam.edu.br/salomao/Tecnicas%20de%20Pesquisa%20em%20Economia/Textos%20de%20apoio/GIL,%20Antonio%20Carlos%20-%20Como%20elaborar%20projetos%20de%20pesquisa.pdf>.

Global Reporting Initiative (GRI). **Public Agency Sustainability Reporting A GRI Resource Document In Support of the Public Agency Sector Supplement Project**. GRI, 2004. Disponível em:
http://www.aeca.es/old/comisiones/rsc/documentos_fundamentales_rsc/gri/resource_documents/gri_public_agency_resource_document.pdf.

Global Reporting Initiative (GRI). **The GRI Standards A Guide For Policy Makers**. GRI, 2020. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/media/nmmnwfsm/gri-policymakers-guide.pdf>.

Global Reporting Initiative (GRI). **GRI content index template**. GRI, 2021. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/search/?query=GRI+content+index+template+2021>. Acesso em: 21 maio 2023.

Global Reporting Initiative (GRI). **Home GRI, 2022**. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

Global Reporting Initiative (GRI). **Linking the SDGs and the GRI Standards**. GRI, 2022. Disponível em: https://globalcompact.at/wp-content/uploads/2022/09/gri-linkagesdg_gristandards-updatemay2022-final.pdf.

Global Reporting Initiative (GRI). **An enabler for more integrated reporting on the SDGs**. GRI, 2022. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/news/news-center/an-enabler-for-more-integrated-reporting-on-the-sdgs>. Acesso em: 28 mar. 2023.

Global Reporting Initiative (GRI). **GRI - Universal Standards**. GRI, 2023. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/standards/standards-development/universal-standards/>.

GÓES, H. C. de A.; MAGRINI, A. Higher education institution sustainability assessment tools: Considerations on their use in Brazil. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 322–341, jan. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-09-2014-0132>.

GOMES, J. de A. **A autoavaliação da Universidade Federal de Juiz de Fora em face ao plano de desenvolvimento institucional**. 159 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://mestrado.caeduff.net/a-autoavaliacao-da-universidade-federal-de-juiz-de-fora-em-face-ao-plano-de-desenvolvimento-institucional/>.

GONÇALVES, P. V. dos S. *et al.* Responsabilidade compartilhada sobre os resíduos sólidos e Educação Ambiental no contexto urbano amazônico. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 360–373, dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/revbea.2019.v14.2725>.

GONZÁLEZ-TORRES, T. *et al.* A Systematic Review of Research on Sustainability in

Mergers and Acquisitions. **Sustainability**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 513, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12020513>.

GRAY, R. *et al.* Social and Environmental Disclosure and Corporate Characteristics: A Research Note and Extension. **Journal of Business Finance & Accounting**, [S. l.], v. 28, n. 3–4, p. 327–356, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-5957.00376>.

GROSSMAN, S. J. The Informational Role of Warranties and Private Disclosure about Product Quality. **The Journal of Law & Economics**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 461–483, 1981.

GROSSMAN, S. J.; HART, O. D. Disclosure Laws and Takeover Bids. **The Journal of Finance**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 323–334, 1980. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2327390>.

GUIDRY, R. P.; PATTEN, D. M. Voluntary disclosure theory and financial control variables: An assessment of recent environmental disclosure research. **Accounting Forum**, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 81–90, jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2012.03.002>.

HAHN, R.; KÜHNEN, M. Determinants of sustainability reporting: a review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 59, p. 5–21, 15 nov. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.07.005>.

HÁK, T.; JANOUŠKOVÁ, S.; MOLDAN, B. Sustainable Development Goals: A need for relevant indicators. **Ecological Indicators**, [S. l.], v. 60, p. 565–573, jan. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2015.08.003>.

HAMILTON, S.N.; WATERS, R.D. Mainstreaming Standardized Sustainability Reporting: Comparing Fortune 50 Corporations' and U.S. News & World Report's Top 50 Global Universities' Sustainability Reports. **Sustainability**, 14, 3442, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su14063442>.

HENRIQUES, R.; GAIO, C.; COSTA, M. Sustainability Reporting Quality and Stakeholder Engagement Assessment: The Case of the Paper Sector at the Iberian Level. **Sustainability**, 14, 14404, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su142114404>

HERNÁNDEZ-PAJARES, J.; POCOMUCHA, V. K. Analysis of Compliance with the Mandatory Sustainability Report in Peruvian listed Companies. **Studies in Business and Economics**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 84–100, 2021.

HERZIG, C.; SCHALTEGGER, S. Corporate Sustainability Reporting. An Overview. In: SCHALTEGGER, S.; BENNETT, M.; BURRITT, R. (org.). **Sustainability Accounting and Reporting**. Dordrecht: Springer Netherlands, 2006. p. 301–324. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-1-4020-4974-3_13.

HUBER, S.; BASSEN, A. "Towards a sustainability reporting guideline in higher education", **International Journal of Sustainability in Higher Education**, Vol. 19 No. 2, pp. 218–232, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-06-2016-0108>

HUMMEL, K.; SCHLICK, C. The relationship between sustainability performance and

sustainability disclosure – Reconciling voluntary disclosure theory and legitimacy theory. **Journal of Accounting and Public Policy**, [S. l.], v. 35, n. 5, p. 455–476, set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2016.06.001>.

IMPACT RANKINGS. Impact Rankings 2022: methodology. **Times Higher Education (THE)**, 18 abr. 2022. Disponível em: <https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/impact-rankings-2022-methodology>. Acesso em: 4 set. 2022.

IMPACT RANKINGS. World University Rankings Brazil. **Times Higher Education (THE)**, 2023. Disponível em: <https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2023/world-ranking>. Acesso em: 23 dez. 2022.

International Association of Universities (IAU). **Visão e Missão**. IAU, 2022. Disponível em: <https://www.iau-aiu.net/Vision-Mission>. Acesso em: 16 ago. 2022.

IOANNOU, I.; SERAFEIM, G. The Consequences of Mandatory Corporate Sustainability Reporting. **Harvard Business School research working paper**, Boston, n. 11-100, 2017.

JAMALI, D. Insights into triple bottom line integration from a learning organization perspective. **Business Process Management Journal**, [S. l.], v. 12, n. 6, p. 809–821, 1 jan. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/14637150610710945>.

JESUS-LOPES, J. C. de; MACIEL, W. R. E.; CASAGRANDA, Y. G. Check-list dos elementos constituintes dos delineamentos das pesquisas científicas. **Desafio Online**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2022. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/view/14846>.

JUNYENT, M.; CIURANA, A. M. G. de. Education for sustainability in university studies: A model for reorienting the curriculum. **British Educational Research Journal**, [S. l.], v. 34, n. 6, p. 763–782, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01411920802041343>.

KAMAL, A. S. M.; ASMUSS, M. Benchmarking tools for assessing and tracking sustainability in higher educational institutions: Identifying an effective tool for the University of Saskatchewan. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 449–465, 13 set. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-08-2011-0052>.

KARAGIANNIS, I. *et al.* Sustainability reporting, materiality, and accountability assessment in the airport industry. **Business Strategy and the Environment**, [S. l.], v. 28, n. 7, p. 1370–1405, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/bse.2321>.

KAUR, A.; LODHIA, S. K. Sustainability accounting, accountability and reporting in the public sector: An overview and suggestions for future research. **Meditari Accountancy Research**, [S. l.], v. 27, n. 4, p. 498–504, jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/MEDAR-08-2019-510>.

KAUR, H.; GARG, P. Urban sustainability assessment tools: A review. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 210, p. 146–158, fev. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.11.009>.

KIHARA, B. M. T.; MOURA-LEITE, R.; JESUS-LOPES, J. C. de. Compras e Contratações Sustentáveis das Universidades Federais Brasileiras/Sustainable Purchases and Contracts of The Brazilian Universities. **Revista FSA**, Teresina, v. 16, n. 1, p. 27–53, dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12819/2019.16.1.2>.

KIOUPI, V.; VOULVOULIS, N. Education for Sustainable Development: A Systemic Framework for Connecting the SDGs to Educational Outcomes. **Sustainability**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 6104, jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su11216104>.

KOHL, K. *et al.* A whole-institution approach towards sustainability: a crucial aspect of higher education's individual and collective engagement with the SDGs and beyond. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 218–236, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-10-2020-0398>.

KOLK, A. Sustainability reporting. **VBA Journal**, [S. l.], v. 21, jan. 2005.

KUHLMAN, T.; FARRINGTON, J. What is Sustainability? **Sustainability**, [S. l.], v. 2, n. 11, p. 3436–3448, nov. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su2113436>.

KUNDELIENE, K.; LEITONIENE, S. Business Information Transparency: Causes and Evaluation Possibilities. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, [S. l.], v. 213, p. 340–344, dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.11.548>.

LAI, A.; STACCHEZZINI, R. Organisational and professional challenges amid the evolution of sustainability reporting: a theoretical framework and an agenda for future research. **Meditari Accountancy Research**, [S. l.], v. 29, n. 3, p. 405–429, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/MEDAR-02-2021-1199>.

LANG, M.; LUNDHOLM, R. Cross-Sectional Determinants of Analyst Ratings of Corporate Disclosures. **Journal of Accounting Research**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 246–271, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2491273>.

LARRÁN JORGE, M. *et al.* A proposal for measuring sustainability in universities: a case study of Spain. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 17, n. 5, p. 671–697, jan. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-03-2015-0055>.

LARRÁN JORGE, M.; MADUEÑO, J. H.; PEÑA, F. J. A. Factors influencing the presence of sustainability initiatives in the strategic planning of Spanish universities. **Environmental Education Research**, [S. l.], v. 21, n. 8, p. 1155–1187, nov. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13504622.2014.977231>.

LAU, C. L. L. *et al.* United Nations Global Compact: the unmet promise of the UNGC. **Social Responsibility Journal**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 48–61, jan. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/SRJ-12-2015-0184>.

LAUDER, A. *et al.* Critical review of a global campus sustainability ranking: GreenMetric. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 108, p. 852–863, dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.02.080>.

LAWSON, B. P.; MURIEL, L.; SANDERS, P. R. A survey on firms' implementation of

COSO's 2013 Internal Control–Integrated Framework. **Research in Accounting Regulation**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 30–43, abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.racreg.2017.04.004>.

LEAL FILHO, W. *et al.* The role of green and Sustainability Offices in fostering sustainability efforts at higher education institutions. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 232, p. 1394–1401, set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.05.273>.

LEAL FILHO, W. *et al.* International Trends and Practices on Sustainability Reporting in Higher Education Institutions. **Sustainability**, [S. l.], v. 14, n. 19, p. 12238, jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su141912238>.

LEE, J.-H.; WOO, J. Green New Deal Policy of South Korea: Policy Innovation for a Sustainability Transition. **Sustainability**, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 10191, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su122310191>.

LIMA, J. R. de; FIRKOWSKI, O. L. C. F. Universidades brasileiras e seus planos de coleta seletiva. **Acta Brasiliensis**, Patos, v. 3, n. 1, p. 8–13, jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22571/2526-4338165>.

LOCK, I.; SEELE, P. Analyzing Sector-Specific CSR Reporting: Social and Environmental Disclosure to Investors in the Chemicals and Banking and Insurance Industry. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 113–128, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/csr.1338>.

LOPATTA, K.; JAESCHKE, R. Sustainability reporting at German and Austrian universities. **International Journal of Education Economics and Development**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 66–90, jan. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1504/IJEED.2014.059868>.

LOPES, E. de J. **Proposta de indicadores de sustentabilidade para avaliar a gestão e o desempenho ambiental da UFRN**. 2018. 146 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/32970>.

LOPES, J. B. da S.; VIEIRA, T. A. Sustainable University: From the Worldwide Conception to the Brazilian Amazonia. **Sustainability**, [S. l.], v. 13, n. 19, p. 10875, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su131910875>.

LOZANO, R. A Tool for a Graphical Assessment of Sustainability in Universities (GASU). **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 14, p. 963–972, dez. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2005.11.041>.

LOZANO, R. The state of sustainability reporting in universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 67–78, jan. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/14676371111098311>.

LOZANO, R.; LLOBET, J.; TIDESWELL, G. The process of assessing and reporting sustainability at universities: preparing the report of the University of Leeds. **Revista Internacional de Tecnología, Sostenibilidad y Humanismo**, Catalunha, n. 8, p. 85–112, dez. 2013.

LOZANO, R. *et al.* Declarations for sustainability in higher education: becoming better leaders, through addressing the university system. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 48, p. 10–19, jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2011.10.006>.

MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. Governança corporativa: nível de evidencição das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 17, p. 65–79, ago. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772006000400006>.

MANES-ROSSI, F.; NICOLÒ, G.; ARGENTO, D. Non-financial reporting formats in public sector organizations: a structured literature review. **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management**, [S. l.], v. 32, n. 4, p. 639–669, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-03-2020-0037>.

MARCUZ JUNIOR, M. **Proposta de indicadores e atribuições para gestão da sustentabilidade da UTFPR**. 188 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br:8080/jspui/handle/1/25925>.

MARINS, B. S. V. de; FERREIRA, G. de S.; RAMOS, H. C. Sustainability Reporting in Higher Education Institutions: a systematic approach using VOSViewer and Iramuteq softwares. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 141–148, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22161/ijaers.83.14>.

MARTIN, K.; SANDERS, E.; SCALAN, G. The potential impact of COSO internal control integrated framework revision on internal audit structured SOX work programs. **Research in Accounting Regulation**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 110–117, abr. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.racreg.2014.02.012>.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MCCOWAN, T. Universities and the post-2015 development agenda: an analytical framework. **Higher Education**, [S. l.], v. 72, n. 4, p. 505–523, out. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10734-016-0035-7>.

MEADOWS, D. Indicators and Information Systems for Sustainable Development. In: SATTERTHWAITE, D. **The Earthscan Reader in Sustainable Cities**. 1. ed. London: Routledge, 1998. p. 364–393. Disponível em: [doi:10.4324/9781315800462-21](https://doi.org/10.4324/9781315800462-21).

MEEK, G. K.; ROBERTS, C. B.; GRAY, S. J. Factors Influencing Voluntary Annual Report Disclosures by U. S., U. K. and Continental European Multinational Corporations. **Journal of International Business Studies**, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 555–572, 1995.

MEGURA, M.; GUNDERSON, R. Better poison is the cure? Critically examining fossil fuel companies, climate change framing, and corporate sustainability reports. **Energy Research & Social Science**, [S. l.], v. 85, p. 102388, mar. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.erss.2021.102388>.

MELLONI, G.; STACCHEZZINI, R. Corporate Sustainable Development: Is “Integrated Reporting” a Legitimation Strategy? **Business Strategy and the Environment**, [S. l.], out. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/bse.1863>.

MENDES, C. D. **Manual para adoção de relatório de sustentabilidade em unidades da rede federal de educação profissional e tecnológica**. 190 f. Dissertação (Mestrado Profissional Administração) – Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2021. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22407>.

MILGROM, P. R. Good News and Bad News: Representation Theorems and Applications. **The Bell Journal of Economics**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 380–391, 1981. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3003562>.

MILNE, M. J.; GRAY, R. W(h)ither Ecology? The Triple Bottom Line, the Global Reporting Initiative, and Corporate Sustainability Reporting. **Journal of Business Ethics**, [S. l.], v. 118, n. 1, p. 13–29, nov. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1543-8>.

MOGANADAS, S. R. *et al.* Perspectives of academic staff concerning the sustainable development dimensions of a Malaysian higher education institution. **Environment, Development and Sustainability**, [S. l.], jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10668-021-02014-7>.

MOHIUDDIN, M. *et al.* Achieving Human Resource Management Sustainability in Universities. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 928, jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph19020928>.

MOREIRA, L. H. **Auditoria interna como instrumento de governança pública na dimensão controle: estudo nas universidades federais brasileiras**. 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/27297>.

MOREIRA, N. B. *et al.* Fatores que impactam a divulgação voluntária de informações socioambientais na percepção dos gestores. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, Campina Grande, v. 4, n. 1, p. 62-82, 2014.

MOTA, S. C. *et al.* Comparative analysis of cost management in higher education Brazilian federal institutions. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 73, n. 1, p. 112–135, 30 mar. 2022.

MOURA-LEITE, R. C.; JESUS-LOPES, J. C. de.; YAMAZAKI, C. Brazilian federal universities and their sustainable practices based on sustainable logistics management plan. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-02-2022-0057>.

MOURA-LEITE, R. C.; PEREIRA, M. W. G. Status of Sustainability Reports by Brazilian Higher Education Institutions. **Revista Capital Científico**, Guarapuava, v. 18, n. 4, p. 59–76, 2020.

MURCIA, F. D. R.; SANTOS, A. dos. Discretionary-based disclosure: evidence from the Brazilian market. **Brazilian Administration Review**, Maringá, v. 9, p. 88–109, mar. 2012.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1807-76922012000100006>.

NICOLAIDES, A. The implementation of environmental management towards sustainable universities and education for sustainable development as an ethical imperative. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 414–424, jan. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/14676370610702217>.

NIEMANN, L.; HOPPE, T. Sustainability reporting by local governments: a magic tool? Lessons on use and usefulness from European pioneers. **Public Management Review**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 201–223, jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14719037.2017.1293149>.

NOLASCO, E. *et al.* Characterization of solid wastes as a tool to implement waste management strategies in a university campus. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 217–236, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-12-2019-0358>.

OFOEGBU, G. N.; ODOEMELAM, N.; OKAFOR, R. G. Corporate board characteristics and environmental disclosure quantity: Evidence from South Africa (integrated reporting) and Nigeria (traditional reporting). **Cogent Business & Management**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1551510, jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23311975.2018.1551510>.

OLIVEIRA, D. J. S. **Governo Aberto: análise de políticas públicas sob os princípios de transparência, participação e colaboração**. 293 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/32866>.

OMAZIC, A.; ZUNK, B. M. Semi-Systematic Literature Review on Sustainability and Sustainable Development in Higher Education Institutions. **Sustainability**, [S. l.], v. 13, n. 14, p. 7683, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su13147683>.

ORAZALIN, N.; MAHMOOD, M. Determinants of GRI-based sustainability reporting: evidence from an emerging economy. **Journal of Accounting in Emerging Economies**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 140–164, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JAEE-12-2018-0137>.

Organização das Nações Unidas (ONU). **United Nations Report of the World Summit on Sustainable Development**. ONU: Johannesburg, 2002. Disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/johannesburg2002>. Acesso em: 22 dez. 2022.

Organização das Nações Unidas (ONU). **UN Global Compact Who cares wins: Connecting financial markets to a changing world**. 2004. Disponível em: https://www.unepfi.org/fileadmin/events/2004/stocks/who_cares_wins_global_compact_2004.pdf.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Objective and themes of the United Nations Conference on Sustainable Development. Report of the Secretary-General**. 2010. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/697053>. Acesso em: 10 set. 2023.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Pacto Global da ONU**. 2022. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/a-iniciativa>. Acesso em: 29 mai. 2022.

Organização das Nações Unidas (ONU). **UN Global Compact**. 2022. Disponível em: https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc/participants/search?page=11&search%5Bkeywords%5D=&search%5Borganization_types%5D%5B%5D=1&search%5Bper_page%5D=50&search%5Breporting_status%5D%5B%5D=active&search%5Bsort_direction%5D=asc&search%5Bsort_field%5D=&utf8=%E2%9C%93. Acesso em: 12 jul. 2022.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. A ONU e o meio ambiente. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 25 abr. 2022.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Summit Charts New Era of Sustainable Development**. 2022. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2015/09/summit-charts-new-era-of-sustainable-development-world-leaders-to-gavel-universal-agenda-to-transform-our-world-for-people-and-planet/>. Acesso em: 26 abr. 2022.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Relatório dos Indicadores para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. ONU, 2022e. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/relatorio/sintese>. Acesso em: 17 mai. 2022.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Shaping the future we want: UN Decade of Education for Sustainable Development; final report** - UNESCO Digital Library. UNESCO, 2014. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000230171>. Acesso em: 23 ago. 2022.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Educação transforma vidas**. UNESCO, 2022. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/education>. Acesso em: 16 ago. 2022.

ORTAR, L. Materiality Matrixes in Sustainability Reporting: An Empirical Examination. **Journal of Strategic Innovation and Sustainability**, [S. l.], v. 15, p. 108–133, 2020. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3117749>.

OTTONI, M.; FONSECA, D. L.; PERTEL, M. Circularity and sustainability within waste management in universities: case study of waste management plans (WMPs) in Brazilian public universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 23, n. 4, p. 960–979, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-02-2021-0064>.

OWEN, G. Integrated Reporting: A Review of Developments and their Implications for the Accounting Curriculum. **Accounting Education**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 340–356, ago. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09639284.2013.817798>.

OXELHEIM, L. Optimal vs satisfactory transparency: The impact of global macroeconomic fluctuations on corporate competitiveness. **International Business Review**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 190–206, fev. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2018.05.011>.

PACHECO, R. M. *et al.* Análise da sustentabilidade das operações de instituições federais de

ensino superior com a ferramenta Stars: a experiência da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 205–234, 2019.

PASKO, O. *et al.* Mapping the Literature on Sustainability Reporting: A Bibliometric Analysis Grounded in Scopus and Web of Science Core Collection. **European Journal of Sustainable Development**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 303–303, fev. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14207/ejsd.2021.v10n1p303>.

PEDRO, E. M.; LEITÃO, J.; ALVES, H. Bridging Intellectual Capital, Sustainable Development and Quality of Life in Higher Education Institutions. **Sustainability**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 479, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12020479>.

PENEDO, A.S.T; PEREIRA, V.S; FRODA, M. Social report and environmental responsibility in brazil: a thematic review. **ReFAE – Revista da Faculdade de Administração e Economia**, v. 8, n. 2, p. 209-219, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/2176-9583/refae.v8n2p209-219>.

PINHO, J. A. G. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 471-493, maio/jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a03v42n3.pdf>.

PINHO, J. A. G.; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, 2009.

PINTO, J. B.; NOGUEIRA, R. J. da C. C.; CERQUINHO, K. G. Avaliação das Políticas de Gestão de Riscos das Universidades Federais quanto ao Atendimento à Instrução Normativa 01/2016. **Brazilian Journal of Production Engineering**, São Mateus, v. 6, n. 2, p. 227–244, set. 2020.

PIOTROWSKI, S. J.; VAN RYZIN, G. G. Citizen Attitudes Toward Transparency in Local Government. **The American Review of Public Administration**, [S. l.], v. 37, n. 3, p. 306–323, 2007.

POPE, J. *et al.* Reconceptualising sustainability assessment. **Environmental Impact Assessment Review**, [S. l.], v. 62, p. 205–215, jan. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2016.11.002>.

POWER, M. *et al.* Reputational Risk as a Logic of Organizing in Late Modernity. **Organization Studies**, [S. l.], v. 30, n. 2–3, p. 301–324, fev. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0170840608101482>.

PRASAD, M.; MISHRA, T.; KALRO, A. D. Environmental disclosure by Indian companies: an empirical study. **Environment, Development and Sustainability**, [S. l.], v. 19, n. 5, p. 1999–2022, out. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10668-016-9840-5>.

PUASCHUNDER, J. M. On the emergence, current state, and future perspectives of Socially Responsible Investment (SRI). **Consilience**, [S. l.], n. 16, p. 38–63, 2016.

RALPH, M.; STUBBS, W. Integrating environmental sustainability into universities. **Higher Education**, [S. l.], v. 67, n. 1, p. 71–90, jan. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10734-013-9641-9>.

RAMASWAMY, M. *et al.* Reimagining Internationalization in Higher Education Through the United Nations Sustainable Development Goals for the Betterment of Society. **Journal of Studies in International Education**, [S. l.], v. 25, n. 4, p. 388–406, set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/10283153211031046>.

RAMÍSIO, P. J. *et al.* Sustainability Strategy in Higher Education Institutions: Lessons learned from a nine-year case study. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 222, p. 300–309, jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.02.257>.

RASCHE, A.; WADDOCK, S.; MCINTOSH, M. The United Nations Global Compact: Retrospect and Prospect. **Business & Society**, [S. l.], v. 52, n. 1, p. 6–30, mar. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0007650312459999>.

REIS, D.; FRIEDE, R.; LOPES, F. H. P. Política nacional de resíduos sólidos (Lei no 12.305/2010) e educação ambiental. **Revista Interdisciplinar do Direito**, Valença, v. 14, n. 1, p. 99–111, 2017.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RIKHARDSSON, P.; ANDERSEN, A. J. R.; BANG, H. Sustainability reporting on the internet: a study of the Global Fortune 500. **Greener Management International**, [S. l.], n. 40, p. 57–76, dez. 2002.

ROMERO, S.; RUIZ, S.; FERNANDEZ-FEIJOO, B. Sustainability reporting and stakeholder engagement in Spain: Different instruments, different quality. **Business Strategy and the Environment**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 221–232, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/bse.2251>.

RÖNNLUND, I. *et al.* Eco-efficiency indicator framework implemented in the metallurgical industry: part 1—a comprehensive view and benchmark. **The International Journal of Life Cycle Assessment**, [S. l.], v. 21, n. 10, p. 1473–1500, out. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11367-016-1122-9>.

ROORDA *et al.* **AISHE 2.0 Manual Assessment Instrument for Sustainability in Higher Education Edition 2.0 Second Draft AISHE 2.0**. 2009 Disponível em: <https://www.eauc.org.uk/theplatform/aishe>.

SAADATIAN, O. *et al.* Identifying strength and weakness of sustainable higher educational assessment approaches. **International Journal of Business and Social Science**, [S. l.], v. 2, n. 3, 2011.

SADY, M.; ŽAK, A.; RZEPKA, K. The Role of Universities in Sustainability-Oriented Competencies Development: Insights from an Empirical Study on Polish Universities. **Administrative Sciences**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 62, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/admsci9030062>.

SALA, S.; CIUFFO, B.; NIJKAMP, P. A systemic framework for sustainability assessment. **Ecological Economics**, [S. l.], v. 119, p. 314–325, nov. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2015.09.015>.

SARI, M. P.; FAISAL, F. The Diffusion of Sustainability Reporting for Higher Education Institution Worldwide. **IOP Conference Series: Earth and Environmental Science**, [S. l.], v. 1048, n. 1, p. 012010, jul. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1088/1755-1315/1048/1/012010>.

SASSEN, R.; AZIZI, L. Assessing sustainability reports of US universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 19, n. 7, p. 1158–1184, 2018a. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-06-2016-0114>.

SASSEN, R.; AZIZI, L.; MERTINS, L. What are the motivations for and obstacles to disclosing voluntary sustainability information by U.S. universities in STARS reports? **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 359, p. 131912, jul. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2022.131912>.

SASSEN, R.; DIENES, D.; BETH, C. Nachhaltigkeitsberichterstattung deutscher Hochschulen. **Zeitschrift für Umweltpolitik & Umweltrecht**, [S. l.], v. 37, p. 258–277, set. 2014.

SCALTRITO, D. Voluntary disclosure in Italy: Firm-specific determinants an empirical analysis of Italian listed companies. **EuroMed Journal of Business**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 272–303, jan. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/EMJB-07-2015-0032>.

SCHALTEGGER, S.; ZVEZDOV, D. Gatekeepers of sustainability information: exploring the roles of accountants. **Journal of Accounting & Organizational Change**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 333–361, jan. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JAOC-10-2013-0083>.

SCHLICKMANN, A. **Avaliação de desempenho da educação ambiental em um curso de graduação de uma instituição de ensino superior**. 195 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2021. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/27720>.

SEPASI, S.; BRAENDLE, U.; RAHDARI, A. H. Comprehensive sustainability reporting in higher education institutions. **Social Responsibility Journal**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 155–170, jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/SRJ-01-2018-0009>.

SHEHATA, N. F. Theories and Determinants of Voluntary Disclosure. **SSRN**, Rochester, v. 3, n. 1, maio 2014. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=2442486>.

SHEPPEY, T.; MCGILL, R. **Sarbanes-Oxley: Building Working Strategies for Compliance**. Londres: Palgrave Macmillan UK, 2007.

SHRIBERG, M. Institutional assessment tools for sustainability in higher education: strengths, weaknesses, and implications for practice and theory. **Higher Education Policy**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 153–167, jun. 2002. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0952-8733\(02\)00006-5](https://doi.org/10.1016/S0952-8733(02)00006-5).

SKOULLOUDIS, A.; EVANGELINOS, K. I. Sustainability reporting in Greece: Are we there yet? **Environmental Quality Management**, v. 19, p. 1088-1913, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/tqem.20235>

SILVA, M. T. da. **Monitoramento do plano de gestão de logística sustentável: uma proposta de intervenção na Universidade Federal do Cariri**. 159 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/44849>.

SILVA J. da. *et al.* Sustainable development assessment from a capitals perspective: Analytical structure and indicator selection criteria. **Journal of Environmental Management**, [S. l.], v. 260, p. 110147, abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2020.110147>.

SISTO, R.; SICA, E.; CAPPELLETTI, G. M. Drafting the Strategy for Sustainability in Universities: A Backcasting Approach. **Sustainability**, [S. l.], v. 12, n. 10, p. 4288, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12104288>.

SLETTEN, E. The effect of stock price on discretionary disclosure. **Review of Accounting Studies**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 96–133, mar. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11142-011-9165-4>.

SMEUNINX, N.; DE CLERCK, B.; AERTS, W. Measuring the Readability of Sustainability Reports: A Corpus-Based Analysis Through Standard Formulae and NLP. **International Journal of Business Communication**, [S. l.], v. 57, n. 1, p. 52–85, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2329488416675456>.

SOUZA, T. C. G. de. **Relatório de sustentabilidade: proposta de aplicação em uma instituição de ensino superior comunitária à luz da Global Reporting Initiative (GRI)**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/15248/cea_ppgsust_me_Tadeu_CGS.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

SOUZA, C. D.; FILIPPO, D.; SANZ CASADO, E. Impacto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) na atividade investigativa: crescimento, qualidade e internacionalização. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 336, dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.19132/1808-5245213.336-367>.

STEFANESCU, C. A. Sustainability Reporting in the Public Realm—Trends and Patterns in Knowledge Development. **Sustainability**, [S. l.], v. 13, n. 8, p. 4128, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su13084128>.

STRACHAN, P. A. Is the Eco-Management and Audit Scheme (EMAS) Regulation an effective strategic marketing tool for implementing industrial organisations? **Eco-Management and Auditing**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 42–51, 1999. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-0925\(199903\)6:1<42::AID-EMA88>3.0.CO;2-G](https://doi.org/10.1002/(SICI)1099-0925(199903)6:1<42::AID-EMA88>3.0.CO;2-G).

STREZOV, V.; EVANS, A.; EVANS, T. J. Assessment of the Economic, Social and Environmental Dimensions of the Indicators for Sustainable Development. **Sustainable Development**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 242–253, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/sd.1649>.

Sustainability Tracking, Assessment and Rating System (STARS). **STARS Technical Manual 2022**. Disponível em: <https://stars.aashe.org/resources-support/technical-manual/>.

TANGWANICHAGAPONG, S. *et al.* Greening of a campus through waste management initiatives: Experience from a higher education institution in Thailand. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 203–217, jan. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-10-2015-0175>.

TELES, N. E. B. **Pressões institucionais e a participação de Instituições de Ensino Superior em rankings de sustentabilidade**. 158 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/71441?show=full>.

Universitas Indonesia (UI) GREENMETRIC. **Ranking by Country 2020**. UI GreenMetric, 2020. Disponível em: <https://greenmetric.ui.ac.id/rankings/ranking-by-country-2020/Brazil>. Acesso em: 9 jan. 2023.

Universitas Indonesia (UI) GREENMETRIC. **Ranking by Country 2021**. UI GreenMetric, 2021. Disponível em: <https://greenmetric.ui.ac.id/rankings/ranking-by-country-2021/Brazil>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Universitas Indonesia (UI) GREENMETRIC. **Overall Rankings 2022**. UI GreenMetric, 2022. Disponível em: <https://greenmetric.ui.ac.id/rankings/overall-rankings-2022>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Universitas Indonesia (UI) GREENMETRIC. **UI GreenMetric Guideline 2022**. UI GreenMetric, 2022. Disponível em: <https://greenmetric.ui.ac.id/publications/guidelines>. Acesso em: 4 set. 2022.

URQUIZA GÓMEZ, F. *et al.* Adaptable model for assessing sustainability in higher education. **Journal of Cleaner Production**, v. 107, p. 475–485, nov. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.07.047>.

UTOMO, S. D.; MACHMUDDAH, Z.; HAPSARI, D. I. The Role of Manager Compensation and Integrated Reporting in Company Value: Indonesia vs. Singapore. **Economies**, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 142, dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/economies9040142>.

VANDER BAUWHEDE, H.; VAN CAUWENBERGE, P. Determinants and Value Relevance of Voluntary Assurance of Sustainability Reports in a Mandatory Reporting Context: Evidence from Europe. **Sustainability**, [S. l.], v. 14, n. 15, p. 9795, jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su14159795>.

VERRECCHIA, R. E. Discretionary disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, [S. l.], v. 5, p. 179–194, jan. 1983. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(83\)90011-3](https://doi.org/10.1016/0165-4101(83)90011-3).

VIANNA, I. O. de A. **Metodologia do trabalho científico. Um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: Editora EPU, 2001.

VILLIERS, C. de; VAN STADEN, C. J. Where firms choose to disclose voluntary environmental information. **Journal of Accounting and Public Policy**, [S. l.], v. 30, n. 6, p. 504–525, nov. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2011.03.005>.

WAAS, T. *et al.* Sustainability Assessment and Indicators: Tools in a Decision-Making Strategy for Sustainable Development. **Sustainability**, [S. l.], v. 6, n. 9, p. 5512–5534, set. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su6095512>.

WAHEED, B.; KHAN, F. I.; VEITCH, B. Developing a quantitative tool for sustainability assessment of HEIs. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 355–368, jan. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/14676371111168278>.

WAHYUDI, S. M. The Effect of Corporate Governance and Company Characteristics on Disclosure of Sustainability Report Companies. **European Journal of Business and Management Research**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 94–99, jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24018/ejbmr.2021.6.4.929>.

WRIGHT, T. S. A. Definitions and frameworks for environmental sustainability in higher education. **Higher Education Policy**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 105–120, jun. 2002. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0952-8733\(02\)00002-8](https://doi.org/10.1016/S0952-8733(02)00002-8).

YARIME, M.; TANAKA, Y. The Issues and Methodologies in Sustainability Assessment Tools for Higher Education Institutions: A Review of Recent Trends and Future Challenges. **Journal of Education for Sustainable Development**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 63–77, mar. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/097340821100600113>.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAMIL, I. A. *et al.* Drivers of corporate voluntary disclosure: a systematic review. **Journal of Financial Reporting and Accounting**, [S. l.], jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JFRA-04-2021-0110>.

ZENG, X. *et al.* Urban Resilience for Urban Sustainability: Concepts, Dimensions, and Perspectives. **Sustainability**, [S. l.], v. 14, n. 5, p. 2481, jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su14052481>.

ZIEBA, M.; JOHANSSON, E. Sustainability reporting in the airline industry: Current literature and future research avenues. **Transportation Research Part D: Transport and Environment**, [S. l.], v. 102, p. 103133, jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.trd.2021.103133>.

APÊNDICE A – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

1 A amostra

A primeira questão desta revisão sistemática de literatura (RSL) é descobrir quais são as estruturas de evidenciação e/ou avaliação socioambiental voltadas às IES mais analisadas/estudadas por pesquisadores nos últimos cinco anos.

Para tanto, foram realizadas buscas por artigos, ocorrida no dia 22 de junho 2022, nas bases de dados *Scopus*, *Web Of Science* e *ScienceDirect*, com as palavras-chaves: TS = (*Sustainability Report*) OR TS = (*Sustainable Development Report*) OR TS = (*Social and Environmental Management Report*) OR TS = (*Sustainability Assessment Tools*) OR TS = (SAT) AND TS = (*universities*) OR TS = (*higher education institutions*) OR TS = (IES).

Em tradução livre para o português: TS = (Relatório de Sustentabilidade) OU TS = (Relatório de Desenvolvimento Sustentável) OU TS = (Relatório de Gestão Socioambiental) OU TS = (Ferramentas de Avaliação de Sustentabilidade) OU TS = (SAT) E TS = (universidades) OU TS = (instituições de ensino superior) OU TS = (IES).

Foram utilizados os filtros de idioma (português, espanhol e inglês), periódicos categorizados como acesso aberto ou leitura gratuita; e o período de 2017 a 2022 (últimos cinco anos). O resultado foi de 8.154 artigos, sendo 7.188 oriundos da base *Web Of Science*; 79 da base *Scopus*; e 887 da base *ScienceDirect*.

Os artigos foram importados para o *Software EndNote X-9*. O *software* identificou 31 artigos duplicados, havendo a exclusão deles. Restaram 8.123 artigos, e foram aplicados critérios de seleção tendo por base a análise de títulos e resumos dos artigos (Quadro A.1).

Quadro A.1 – Critérios de seleção baseados em títulos e resumos

n°	Critérios de Inclusão	n°	Critérios de Exclusão
1	Menção do termo “Relatório (s) de Sustentabilidade”	1	Ausência de Resumo
2	Menção dos termos “Ferramenta (s) de Avaliação” ou “Ferramenta (s) para Avaliação” ou “Ferramenta (s) para Avaliar”	2	Ausência dos termos “Universidade (s)” ou “Instituição (ções) de Ensino Superior” ou “Campus”

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Dos 8.123 artigos, foram identificados 13 classificados como inaptos por ausência de resumos, conforme critério de exclusão n.º 1, restando 8.110 artigos. Destes, foram extraídos 592 artigos, considerados aptos nos ditames dos critérios de n.º 1 e 2 de inclusão.

Em análise aos 592 artigos, foram identificados, sem o uso do *software*, oito artigos duplicados, restando 584. Assim, foi aplicado o critério de exclusão de n.º 2, restando apenas 42 artigos considerados aptos para a leitura na íntegra. Dos 42 artigos, apenas 10 apresentavam, como um de seus objetivos, características ou comparação de pelo menos dois modelos atuais de relatórios ou ferramentas, ou seja, estruturas utilizadas para evidenciar o engajamento ambiental, social e econômico de uma universidade e/ou IES.

A segunda questão desta RSL é descobrir quais estruturas de evidenciação e/ou avaliação socioambiental, dentre as mais analisadas/estudadas, seriam elegíveis para adaptação e adoção em universidades federais brasileiras.

2 Resultados

Para o entendimento de elementos relevantes da amostra, procedeu-se à listagem do quantitativo de artigos, apresentado na forma do Quadro A.2, contendo informações relevantes a respeito destes, a fim de encontrar evidências elegíveis para a discussão dos resultados conforme exposto abaixo.

Quadro A.2 – Apresentação dos artigos

Artigo	Ano	Título	Periódico	Autores
1	(2017)	Sustainability assessment tools for higher education: An empirical comparative analysis	Journal of Cleaner Production	A. Berzosa, M. O. Bernaldo, G. Fernandez-Sanchez
2	(2017)	Assessment tools' indicators for sustainability in universities: an analytical overview	International Journal of Sustainability in Higher Education	Alghamdi N, den Heijer A, de Jonge H.
3	(2019)	Assessing the Impacts of Higher Education Institutions on Sustainable Development-An Analysis of Tools and Indicators	Sustainability	F. Findler, N. Schonherr, R. Lozano and B. Stacherl
4	(2020)	Sustainable assessment tools for higher education institutions: Guidelines for developing a tool for China	Sustainability	Y. Du, M. H. Arkesteijn, A. C. den Heijer and K. Song
5	(2020)	Sustainability Assessment and Benchmarking in Higher Education Institutions-A Critical Reflection	Sustainability	S. Caeiro, L. A. S. Hamon, R. Martins and C. E. B. Aldaz
6	(2020b)	Exploring the coverage of environmental-dimension indicators in existing campus sustainability appraisal tools	Environmental and Sustainability Indicators	Y. A. Adenle, E. H. W. Chan, Y. Sun and C. K. Chau
7	(2020a)	Modifiable campus-wide appraisal model (MOCAM) for sustainability in higher education institutions	Sustainability	Y. A. Adenle, E. H. W. Chan, Y. Sun and C. K. Chau
8	(2020)	Are distance higher education institutions sustainable enough? – A comparison between two distance learning universities	International Journal of Sustainability in Higher Education	L. A. Casado-Aranda, S. S. Caeiro, J. Trindade, A. Paço, D. Lizcano Casas and A. Landeta
9	(2021)	Holistic integration of sustainability at universities: Evidences from Colombia	Journal of Cleaner Production	P. M. Hernandez-Diaz, J. A. Polanco, M. Escobar-Sierra and W. Leal

Artigo	Ano	Título	Periódico	Autores
10	(2021)	Investigating the critical issues for enhancing sustainability in higher education institutes in Thailand	International Journal of Sustainable Development and Planning	A. S. Tabucanon, A. Sahavacharin, S. Rathviboon, H. Lhaetee, D. Pakdeesom, W. Xue and K. Charmondusit

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A análise detalhada dos artigos relacionados possibilitou o levantamento de dados referentes às características inerentes de cada pesquisa, no que diz respeito às universidades de origem, método proposto, quantidade e sigla das ferramentas utilizadas. Dessa forma, o Quadro A.3 apresenta as características dos artigos objeto deste estudo.

Assim, em relação à origem do estudo, universidade e localização, ao tipo de pesquisa, ao número e à sigla das ferramentas utilizadas, foram encontradas as seguintes definições:

Quadro A.3 – Características segundo a origem, o tipo de pesquisa, a quantidade e as siglas das ferramentas

Artigo	Universidade (s)	Tipo de Pesquisa	Nº de Ferramentas	Sigla das Ferramentas
1	Universidad Europea de Madrid, Espanha	Qualitativa	4	AISHE/SAQ/USAT/ SUSTAINTOOL
2	Universidade King Saud, Riad, Arábia Saudita; Delft University of Technology, Delft, Holanda	Qualitativa	12	SAQ/GASU/SUM/UEMS/AISHE/BIQ-AUA/USAT/GP/SCAS/AMAS/STARS/GM
3	Vienna University of Economics and Business, Welthandelsplatz, Vienna, Austria; University of Gävle, Kungsbäcksvägen, Gävle, Suécia	Método Misto	19	AISHE/AMAS/BSIS/CSA/CSAF/DPSEEA/DUK/GASU/GMID/P&P/PENN/ULSF/SC E/SPT/STARS/STAUNCH/TUR/UIGM/US AT
4	Universidade de Tianjin, Tianjin, China; Delft University of Technology, Delft, Holanda	Método Misto	15	AISHE/AMAS/ASSC/CSAF-CORE/GASU/GM/P&P/PSI/SAQ/STARS/SUM/SUSHEI/TOOLKIT/USAT/ASGC
5	Universidade Aberta, Lisboa, Portugal; Universidade NOVA Lisboa, Caparica, Portugal; Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, Espanha	Qualitativa	27	AISHE/AMAS/ASSC/AUSP/BIQ-AUA/CITE-AMB/DUK/ESDGC/GASU/GC/GM/GMID/GP/HE21/PSIR/P&P/SAQ/SRC/STARS/SUM/SLS/SUSTAINTOOL/THE/TUR/UEM S/USAT/UD-SIM
6	Universidade Politécnica de Hong Kong, Hong Kong	Qualitativa	13	SAQ/GASU/SUM/UEMS/AISHE/USAT/TUR/DPSEEA/GRAZ/SCAS/AMAS/GM/STARS
7	Universidade Politécnica de Hong Kong, Hong Kong	Método Misto	13	SAQ/GASU/SUM/UEMS/AISHE/USAT/TUR/DPSEEA/GRAZ/SCAS/AMAS/GM/STARS
8	Universidad de Granada, Granada, Espanha; Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal; Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal; Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal; Universidad a Distancia de Madrid, Collado Villalba, Espanha	Qualitativa	5	GM/PSIR/SAQ/USAT/STARS

Artigo	Universidade (s)	Tipo de Pesquisa	Nº de Ferramentas	Sigla das Ferramentas
9	Universidad EAFIT, Medellín, Colombia; Universidad de Medellín, Medellín, Colombia; European School of Sustainability Science and Research, Hamburgo, Alemanha	Método Misto	19	AISHE/AMAS/BIQ-AUA/ESDGC/GASU/GRI/SAQ/INDICAR E/STAUNCH/SULITEST/STARS/SUM/SCAS/UEMS/GP/SUSTAIN-TOOL/UDSIM/USAT/UEMS/GM
10	Mahidol University, Nakhon Pathom, Tailândia; Thammasat University, Prathumthani, Tailândia; Chulabhorn Royal Academy, Bangkok, Tailândia Asian Institute of Technology, Pathum Thani, Tailândia	Método Misto	8	AUA/AISHE/CSRC-GRC/GRI/SAFA/STARS/THE/UGM

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O Quadro A.3 revelou que os 10 artigos publicados envolveram pesquisadores de universidades localizadas em 11 países (Alemanha, Arábia Saudita, Áustria, China, Colômbia, Espanha, Hong Kong, Holanda, Portugal, Suécia e Tailândia). Ao todo foram 24 universidades diferentes envolvidas, e 50% da amostra utilizou métodos qualitativos e 50% usou métodos mistos. Em relação às descrições das siglas das ferramentas estudadas, foram encontradas definições descritas no Quadro A.4.

Quadro A.4 – Artigos segundo descrição das siglas das ferramentas utilizadas

Artigo	Sigla das Ferramentas	Descrição das Siglas
1	AISHE/SAQ/USAT/SUSTAINTOOL	AISHE-Auditing Instrument For Sustainability In Higher Education; SAQ-Sustainability Assessment Questionnaire; USAT-Unit-based Sustainability Assessment Tool; SustainTool-Program Sustainability Assessment Tool;
2	SAQ/GASU/SUM/UEMS/AISHE/BIQ-AUA/USAT/GP/SCAS/AMAS/STARS/GM	SAQ-Sustainability Assessment Questionnaire; GASU-Graphical Assessment of Sustainability in Universities; SUM-Sustainable University Model; UEMS-University Environmental Management System; AISHE-Assessment Instrument for Sustainability in Higher Education; BIQ-AUA-Benchmark Indicator Questions - Alternative University Appraisal; USAT-Unit-Based Sustainability Assessment Tool; GP-Green Plan; SCAS-Sustainable Campus Assessment System; AMAS-Assessing Sustainability in Higher Education; STARS-Sustainability Tracking, Assessment and Rating System; GM-GreenMetric;
3	AISHE/AMAS/BSIS/CSA/CSAF/DPSEEA/DUK/GASU/GMID/P&P/PENN/ULSF/SCE/SPT/STARS/STAUNCH/TUR/UGM/USAT	AISHE-Auditing Instrument for Sustainability in Higher Education; AMAS-Adaptable Model for Assessing Sustainability in Higher Education; BSIS-Business School Impact System; CSA-Campus Sustainability Assessment; CSAF-Campus Sustainability Assessment Framework; DPSEEA-Driving Force-Pressure-State-Exposure-Effect-Action; DUK-Deutsche UNESCO Kommission; GASU-Graphical Assessment of Sustainability in Universities; GMID-Graz Model of Integrative Development; P&P-People and Planet's; PENN-Penn State Indicators Report;

Artigo	Sigla das Ferramentas	Descrição das Siglas
		ULSF-University Leaders for a Sustainable Future; SCE- State of the Campus Environment; SPT-Sustainable Pathways Toolkit; STARS-Sustainability Tracking, Assessment and Rating System; STAUNCH-Sustainability Tool for Auditing for University Curricula in Higher Education; TUR-Three-dimensional University Ranking; UIGM-GreenMetric World University Ranking; USAT-Unit-based Sustainability Assessment Tool;
4	AISHE/AMAS/ASSC/ CSAF-CORE/GASU/ GM/P&P/PSI/SAQ/ STARS/SUM/SUSHEI/TO OLKIT/USAT/ASGC	AISHE-Assessment Instrument for Sustainability in Higher Education; AMAS-Adaptable Model for Assessing Sustainability in Higher Education; ASSC-Assessment System for Sustainable Campus; CSAF CORE-Campus Sustainability Assessment Framework Core; GASU-Graphical Assessment of Sustainability in University; GM-GreenMetric; P&P-People & Planet; PSI-Pacific Sustainability Index; SAQ-Sustainability Assessment Questionnaire; STARS-Sustainability Tracking, Assessment and Rating System; SUM-Sustainable University Model; SUSHEI-Sustainability in Higher Education Institutions; TOOLKIT-Greening Universities Toolkit; USAT-Unit-based Sustainability Assessment Tool; ASGC-Assessment Standard for Green Campus
5	AISHE/AMAS/ASSC/ A USP/BIQ-AUA/CITE- AMB/DUK/ESDGC/ GASU/GC/GM/GMID/GP/ HE21/PSIR/P&P/ SAQ/SRC/STARS/SUM/S LS/SUSTAINTOOL/ THE/TUR/UEMS/ USAT/UD-SIM	AISHE-Assessment Instrument for Sustainability in Higher Education; AMAS-Adaptable Model for Assessing, Sustainability in Higher Education; ASSC-Assessment System for Sustainable Campus A USP-Evaluación de las políticas universitarias de sostenibilidad como facilitadoras para el desarrollo de los campus de excelencia internacional; BIQ-AUA-Alternative University Appraisal; CITE AMB-Red de Ciencia, Tecnología, Innovación y Educación Ambiental em Iberoamerica; DUK-German Commission for UNESCO; ESDGC-Education for Sustainable Development and Global Citizenship; GASU-Graphical Assessment of Sustainability in Universities tool; GC-Good Company's Sustainable Pathways Toolkit; GM-GreenMetrics University Ranking; GMID-Graz Model for Integrative Development GP-Green Plan; HE 21-Higher Education 21's sustainability Indicators; PSIR-Penn State Indicator Report; P&P-People & Planet University; SAQ-Sustainability Assessment Questionnaire; SRC-Sustainability Report Card; STARS-Sustainability Tracking, Assessment & Rating System; SUM-Sustainable University Model; SLS-Sustainability Leadership Scorecard; SustainTool-Program Sustainable Assessment Tool; THE-Times Higher Education Impact University Ranking; TUR-Three Dimensional University Ranking; UEMS-University Environmental Management System; USAT-Unit-Based Sustainability Assessment tool; UD-SIM Model-Uncertainty based quantitative assessment of sustainability for HEIs;
6	SAQ/GASU/SUM/UEMS/ AISHE/USAT/TUR/DPSE EA/GRAZ/SCAS/AMAS/G	SAQ-Sustainability Assessment Questionnaire; GASU-Graphical Assessment of Sustainability in University; SUM-Sustainable University Model;

Artigo	Sigla das Ferramentas	Descrição das Siglas
	M/STARS	UEMS-University Environmental Management System; AISHE-Assessment Instrument for Sustainability in Higher Education; USAT-Unit-based Sustainability Assessment Tool; TUR-Three dimension University Ranking; DPSEEA-Sustainability index Model; GRAZ-Graz Model for Integrative Development; SCAS-Sustainable Campus Assessment System; AMAS-Adaptable Model for Assessing Sustainability in Higher Education; GM-UI's GreenMetric University Sustainability Ranking; STARS-Sustainability Tracking, Assessment and Rating System;
7	SAQ/GASU/SUM/UEMS/ AISHE/USAT/TUR/DPSE EA/GRAZ/SCAS/AMAS/G M/STARS	SAQ-Sustainability Assessment Questionnaire; GASU-Graphical Assessment of Sustainability in University; SUM-Sustainable University Model; UEMS-University Environment Management System; AISHE-Assessment Instrument for Sustainability in Higher Education; USAT-Unit-based Sustainability Assessment Tool; TUR-Three dimension University Ranking; DPSEEA-Sustainability index Model; GRAZ-Graz Model for Integrative Development; SCAS-Sustainable Campus Assessment System; AMAS-Adaptable Model for Assessing Sustainability in Higher Education; GM-GreenMetric University Sustainability Ranking; STARS-Sustainability Tracking, Assessment, and Rating System;
8	GM/PSIR/SAQ/USAT/ST ARS	GM-GreenMetrics University Ranking; PSIR-Penn State Indicator Report; SAQ-Sustainability Assessment Questionnaire; USAT-Unit-Based Sustainability Assessment Tool; STARS-Sustainability Tracking, Assessment and Rating System Reporting Tool;
9	AISHE/AMAS/BIQ- AUA/ESDGC/GASU/GRI/ SAQ/INDICARE/STAUN CH/SULITEST/STARS/SU M/SCAS/UEMS/GP/SUST AIN- TOOL/UDSIM/USAT/UE MS/GM	AISHE-Assessment Instrument for Sustainability in Higher Education; AMAS-Adaptable model for assessing sustainability in HEIs; BIQ AUA-Benchmarking Indicators Questions-Alternative University Appraisal; ESDGC-Education for Sustainable Development and Global Citizenship; GASU-Graphical Assessment of Sustainability in Universities; GRI-Global Reporting Initiative; INDICARE Model; SAQ-Sustainability Assessment Questionnaire; STAUNCH-Sustainability Tool for Assessing Universities Curricula Holistically; Sulitest-Sustainability Literacy test; STARS-Sustainability Tracking and Assessment Rating System; SUM-Sustainability University Model; SCAS-Sustainable campus assessment system; UEMS-University environmental management system; GP-Green Plan; SUSTAIN TOOL-Sustainability Assessment Tool; UDSiM-Uncertainty-based quantitative assessment of sustainability for HEIs; USAT-Unit-Based Sustainability Assessment Tool; GM-GreenMetric University Sustainability Ranking;
10	AUA/AISHE/CSRC- GRC/GRI/SAFA/STARS/T HE/UIGM	AUA-Alternative University Appraisal; AISHE-Auditing Instrument for Sustainability in Higher Education;

Artigo	Sigla das Ferramentas	Descrição das Siglas
		CSRC-GRC-College Sustainability Report Card-Green Report Card; GRI-Global Reporting Initiative; SAFA-Sustainability Assessment of Food and Agriculture Systems; STARS-Sustainability Tracking Assessment and Rating System; THE-Time Higher Education Impact University Rankings; UIGM-UI GreenMetric University Rankings;

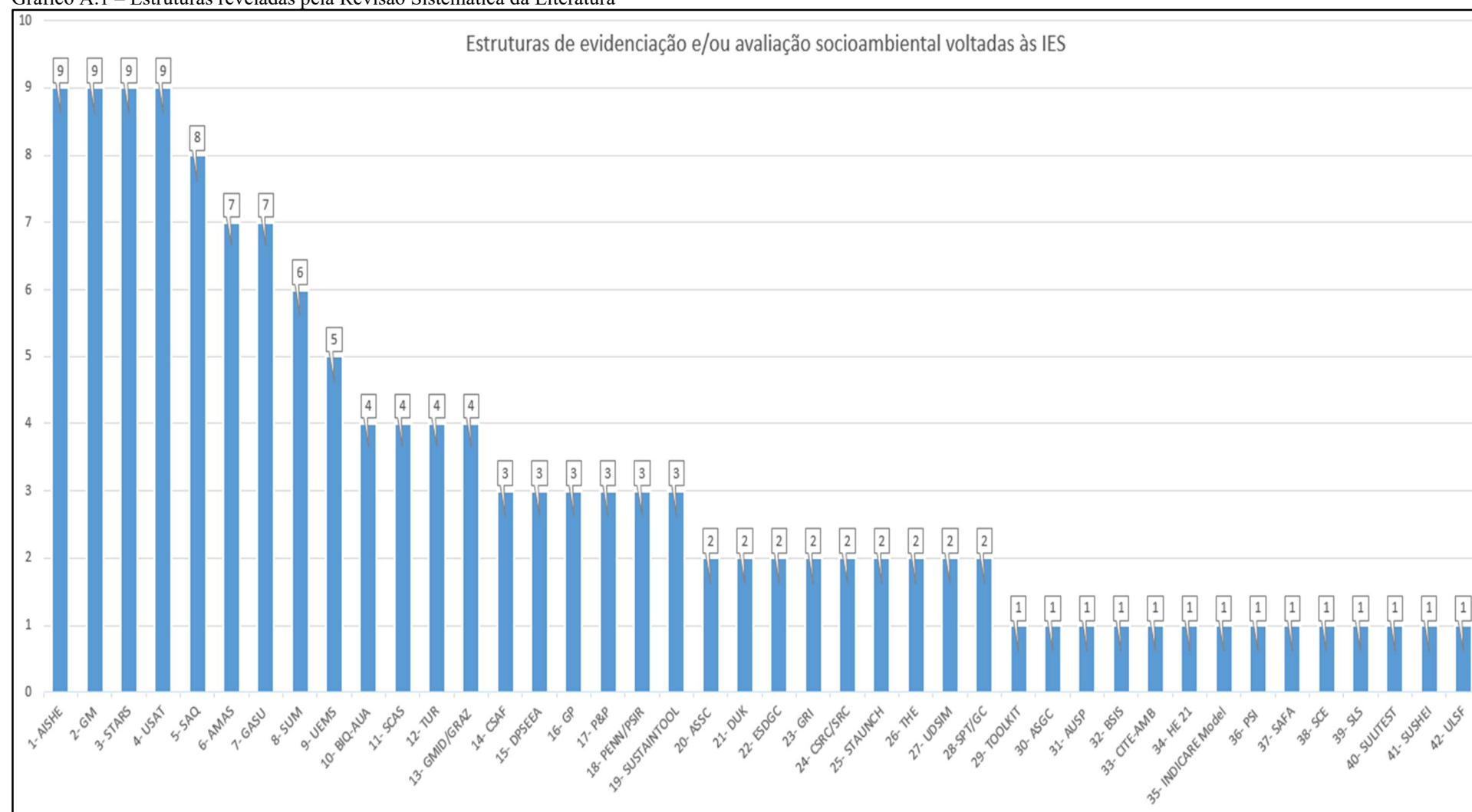
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O Quadro A.4 revela que os 10 artigos selecionados envolveram comparação ou apresentação de características de 135 estruturas mais utilizadas para evidenciar o engajamento ambiental, social e econômico de uma universidade e/ou IES. Das 135 estruturas repetidas, foram encontradas 42 estruturas metodológicas distintas.

As sete estruturas mais utilizadas/citadas pelos autores são: (9) AISHE - *Assessment Instrument for Sustainability in Higher Education*; (9) GM - *UI's GreenMetric University Sustainability Ranking*; (9) STARS - *Sustainability Tracking, Assessment and Rating System*; (9) USAT - *Unit Based Sustainability Assessment Tool*; (8) SAQ - *Sustainability Assessment Questionnaire*; (7) AMAS - *Assessing Sustainability in Higher Education*; (7) GASU - *Graphical Assessment of Sustainability in University*.

As 42 estruturas reveladas por meio desta RSL podem ser observadas no Gráfico A.1. Por fim, destaca-se que as sete estruturas descritas no parágrafo supracitado, foram selecionadas para fins de análise e composição do tópico 2.5 desta dissertação.

Gráfico A.1 – Estruturas reveladas pela Revisão Sistemática da Literatura



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Referências

- ADENLE, Y. A. *et al.* Modifiable Campus-Wide Appraisal Model (MOCAM) for Sustainability in Higher Education Institutions. **Sustainability**, [S. l.], v. 12, n. 17, p. 6821, jan. 2020a.
- ADENLE, Y. A. *et al.* Exploring the coverage of environmental-dimension indicators in existing campus sustainability appraisal tools. **Environmental and Sustainability Indicators**, [S. l.], v. 8, p. 100057, dez. 2020b.
- ALGHAMDI, N.; DEN HEIJER, A.; DE JONGE, H. Assessment tools' indicators for sustainability in universities: an analytical overview. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 84–115, jan. 2017.
- BERZOSA, A.; BERNALDO, M. O.; FERNÁNDEZ-SANCHEZ, G. Sustainability assessment tools for higher education: An empirical comparative analysis. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 161, p. 812–820, set. 2017.
- CAEIRO, S. *et al.* Sustainability Assessment and Benchmarking in Higher Education Institutions — A Critical Reflection. **Sustainability**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 543, jan. 2020.
- CASADO-ARANDA, L. A. *et al.* Are distance higher education institutions sustainable enough? –A comparison between two distance learning universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 709–730, jan. 2020.
- DU, Y. *et al.* Sustainable Assessment Tools for Higher Education Institutions: Guidelines for Developing a Tool for China. **Sustainability**, [S. l.], v. 12, n. 16, p. 6501, jan. 2020.
- FINDLER, F. *et al.* Assessing the Impacts of Higher Education Institutions on Sustainable Development: An Analysis of Tools and Indicators. **Sustainability**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 59, jan. 2019.
- HERNÁNDEZ-DÍAZ, P. M.; POLANCO, J. A.; ESCOBAR-SIERRA, M. LEAL FILHO, W. Holistic integration of sustainability at universities: Evidences from Colombia. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 305, p. 127145, jul. 2021.
- TABUCANON, A. S. *et al.* Investigating the critical issues for enhancing sustainability in higher education institutes in Thailand. **International Journal of Sustainable Development and Planning**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 503-514, 2021.

APÊNDICE B – NORMATIVAS VOLUNTÁRIAS E OBRIGATÓRIAS, PROGRAMAS, INICIATIVAS E *RANKINGS*

1 UI *Greenmetric*

O *ranking* mundial *GreenMetric* é organizado pela Universitas Indonesia, sendo conhecido como *UI GreenMetric* ou UIGM. Trata-se de uma pesquisa *on-line*, gratuita, de livre adesão, que retrata políticas e programas de sustentabilidade para universidades a nível mundial. A pesquisa gera um *ranking* baseado na estrutura conceitual de meio ambiente, economia e equidade (UI Greenmetric, 2022).

Cada edição do *ranking* traz um tema, e a edição de 2022 definiu seu tema como “Ações coletivas para transformar universidades sustentáveis no tempo pós-pandemia”. Seus objetivos são: 1) contribuir para os discursos acadêmicos sobre sustentabilidade na educação e ecologização do campus; 2) promover a mudança social liderada pela universidade sobre metas sustentáveis; 3) ser uma ferramenta mundial de autoavaliação da sustentabilidade do campus para IES; e 4) informar governos, agências ambientais e a sociedade sobre os programas de sustentabilidade desenvolvidos no campus (UI Greenmetric, 2022).

Os benefícios da participação giram em torno da internacionalização, reconhecimento, aumento da conscientização sobre questões de sustentabilidade, promoção de mudanças, ações sociais e *networking*. Os interessados na participação devem enviar um *e-mail* à secretaria para que haja o recebimento de uma carta convite, acompanhada de um *link* de acesso ao sistema. A universidade que realizar o reporte das informações em um ano receberá o convite automático para reportar as informações nos próximos anos (UI Greenmetric, 2022).

O processo do desenvolvimento do *ranking*, que também serve como uma ferramenta para medir, monitorar e avaliar seu plano estratégico de sustentabilidade, segue preceitos do TBL, os 3 Es (equidade, economia, meio ambiente), *Green Building* e educação para o desenvolvimento sustentável (UI Greenmetric, 2022).

O *UI GreenMetric* não se baseou em nenhum sistema de classificação existente, mas inspirou-se em ferramentas de avaliação voltadas para universidades que incluíram o *Holcim Sustainability Awards*, *GREENSHIP*, *STARS* e o *Green Report Card*. O *ranking* foi idealizado na Conferência Internacional sobre *World University Rankings*, em abril de 2009, porém entrou em operação em 2010, período anterior ao lançamento dos ODS. Apesar disso, o *ranking* se mantém em constante atualização (UI Greenmetric, 2022). A metodologia utilizada no *ranking*

é realizada através da ponderação dos pontos em seis categorias, conforme apresentado na Tabela B.1.

Tabela B.1 – Categorias do *ranking* e sua ponderação

Nº	Categoria	Porcentagem do total de pontos (%)
1	Ambiente e Infraestrutura	15
2	Energia e Mudanças Climáticas	21
3	Resíduos	18
4	Água	10
5	Transporte	18
6	Educação e Pesquisa	18
	TOTAL	100

Fonte: Texto traduzido do *UI Greenmetric* (2022, p. 7).

Dentro das seis categorias, encontram-se 51 indicadores com pontuações que variam entre 100 a 300 pontos (UI Greenmetric, 2022), como descrito no Quadro B.1.

Quadro B.1 – Indicadores e categorias sugeridas para uso no *ranking*

Nº	Categoria	Ponto	Ponderação
1	Ambiente e Infraestrutura		15%
AI 1	A razão entre a área de espaço aberto e a área total	200	
AI 2	Área total do campus coberta por vegetação florestal	100	
AI 3	Área total do campus coberta por vegetação plantada	200	
AI 4	Área total do campus para absorção de água além da floresta e vegetação plantada	100	
AI 5	A área total de espaço aberto dividida pela população total do campus	200	
AI 6	Porcentagem do orçamento da universidade para esforços de sustentabilidade	200	
AI 7	Percentual das atividades de operação e manutenção do edifício no período de um ano	100	
AI 8	Instalações do campus para deficientes, necessidades especiais e/ou cuidados de maternidade	100	
AI 9	Segurança e instalações de segurança	100	
AI 10	Instalações de infraestrutura de saúde para o bem-estar de estudantes, acadêmicos e funcionários administrativos	100	
AI 11	Conservação: plantas (flora), animais (fauna) e vida selvagem, recursos genéticos para alimentação e agricultura garantidos em instalações de conservação de médio ou longo prazo	100	
	Total		1500
2	Energia e Mudanças Climáticas		21%
EC 1	Uso de aparelhos energeticamente eficientes	200	
EC 2	Implementação de edifícios inteligentes	300	
EC 3	Número de fontes de energia renovável no campus	300	
EC 4	Uso total de eletricidade dividido pela população total do campus (kWh por pessoa)	300	
EC 5	A proporção da produção de energia renovável dividida pelo uso total de energia por ano	200	
EC 6	Elementos da implementação de edifícios verdes refletidos em todas as políticas de construção e renovação	200	
EC 7	Programa de redução de emissões de gases de efeito estufa	200	
EC 8	Pegada de carbono total dividida pela população total do campus (toneladas métricas por pessoa)	200	
EC 9	Número do(s) programa(s) inovador (es) em energia e mudanças climáticas	100	
EC 10	Programa(s) universitário(s) impactante(s) sobre mudanças climáticas	100	
	Total		2100
3	Resíduos		18%

Nº	Categoria	Ponto	Ponderação
R 1	Programa de reciclagem de lixo da universidade	300	
R 2	Programa para reduzir o uso de papel e plástico no campus	300	
R 3	Tratamento de resíduos orgânicos	300	
R 4	Tratamento de resíduos inorgânicos	300	
R 5	Tratamento de resíduos tóxicos	300	
R 6	Coletor de esgotos	300	
		Total	1800
4	Água		10%
A 1	Programa e implementação de conservação de água	200	
A 2	Implementação do programa de reciclagem de água	200	
A 3	Uso de aparelhos com eficiência de água	200	
A 4	Consumo de água tratada	200	
A 5	Controle de poluição da água na área do campus	200	
		Total	1000
5	Transporte		18%
T 1	O número total de veículos (carros e motocicletas) dividido pela população total do campus	200	
T 2	Serviços de transporte	300	
T 3	Política de Veículos de Emissão Zero no campus	200	
T 4	O número total de Veículos de Emissão Zero dividido pela população total do campus	200	
T 5	A relação entre a área de estacionamento no solo e a área total do campus	200	
T 6	Programa para limitar ou diminuir a área de estacionamento no campus nos últimos 3 anos (de 2019 a 2021)	200	
T 7	Número de iniciativas para diminuir os veículos particulares no campus	200	
T 8	O caminho de pedestres no campus	300	
		Total	1800
6	Educação e Pesquisa		18%
EP 1	A proporção de cursos de sustentabilidade para o total de cursos/disciplinas	300	
EP 2	A proporção de financiamento de pesquisa de sustentabilidade para financiamento total de pesquisa	200	
EP 3	Número de publicações acadêmicas sobre sustentabilidade	200	
EP 4	Número de eventos relacionados à sustentabilidade	200	
EP 5	Número de organizações estudantis relacionadas à sustentabilidade	200	
EP 6	Site de sustentabilidade administrado pela universidade	200	
EP 7	Relatório de Sustentabilidade	100	
EP 8	Número de atividades culturais no campus	100	
EP 9	Número de programas universitários para melhorar o ensino e a aprendizagem	100	
EP 10	Número de projetos de serviços comunitários de sustentabilidade organizados e/ou envolvendo estudantes	100	
EP 11	Número de startups relacionadas à sustentabilidade	100	
		Total	1800

Fonte: Texto traduzido do UI *GreenMetric* (2022, p. 8-9).

Os indicadores são revisados anualmente e, assim, novos indicadores são incluídos a cada edição. A pontuação também pode ser alterada, por exemplo, os indicadores AI 7; EC 9, A 5, e EP 9 são inéditos para a versão de 2022. O questionário contém perguntas de múltipla escolha com resposta única; perguntas abertas sem exigências quanto a sua veracidade; perguntas abertas na qual é necessário o envio de evidências que comprovem a resposta e perguntas nas quais a resposta deve ser baseada em fórmulas predeterminadas (UI Greenmetric, 2022).

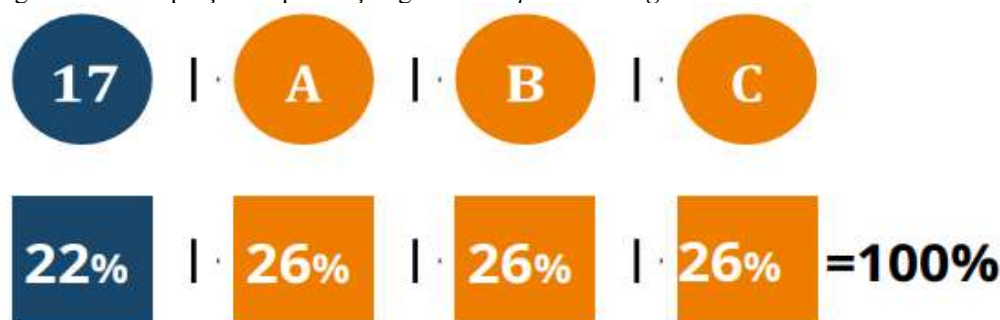
As perguntas sobre orçamento devem ser convertidas e informadas em dólar americano e perguntas sobre fontes de energia devem ser enviadas em *quilowatts-hora*. Perguntas sobre redução de emissões de gases devem ser respondidas de acordo com suas fontes de emissão, a pegada de carbono total deve ser dividida pela população total do campus, informando as toneladas métricas por pessoa, dentre outras particularidades do questionário encontradas no documento referenciado neste apêndice (UI Greenmetric, 2022).

2 THE Impact Rankings

O *Impact Rankings* patrocinado pela revista inglesa *Times Higher Education* (THE) tem por objetivo medir o sucesso das universidades globais no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O *Impact Rankings* se apresenta como a única detentora das tabelas de desempenho global que avaliam as universidades em relação aos 17 ODS, utilizando indicadores de quatro áreas: 1) pesquisa; 2) administração/gestão; 3) divulgação; e 4) ensino.

O fornecimento dos dados para cada ODS é discricionário, mas é necessário o envio de pelo menos quatro ODS para que haja a inclusão no *ranking* geral, sendo que um deles deve ser o ODS 17 (parcerias para os objetivos). Os resultados são divulgados em classificação geral e em 17 tabelas individuais. A pontuação geral é gerada a partir da pontuação do ODS 17 (valendo até 22% da pontuação geral) e mais os três mais fortes dos outros ODS para os quais as universidades forneceram dados (cada um valendo até 26% da pontuação geral), conforme mostra a Figura B.1.

Figura B.1 – Proporção da pontuação geral do *Impact Rankings*



Fonte: Impact Rankings Methodology (2022, p. 8).

A metodologia do *Ranking* foi desenvolvida em conjunto com a *Vertigo Ventures* e *Elsevier*, aliada a consultas e contribuições de universidades, acadêmicos e grupos setoriais. As categorias e os aspectos para cada um dos ODS constam no Quadro B.2.

Quadro B.2 – Categorias e aspectos do *Impact Ranking*

ODS	Categorias	Aspectos
1.1	Pesquisa	• Artigos em coautoria com países de baixa ou média renda, FWCI e número de artigos
1.2	Proporção de alunos que recebem ajuda financeira para frequentar a universidade por causa da pobreza;	• Número de alunos • Número de alunos de baixa renda que recebem ajuda financeira significativa
1.3	Programas universitários antipobreza	• Metas para admitir alunos dos dois decis financeiros inferiores (nos 20% mais baixos do grupo de renda familiar no país) • Metas de graduação/conclusão para alunos dos dois decis financeiros inferiores (doméstico) • Fornecer apoio (por exemplo, alimentação, moradia, transporte, serviços jurídicos) para alunos de famílias mais pobres para permitir que concluam a universidade • Programas para ajudar os alunos dos dois últimos decis financeiros a concluir seus estudos com sucesso • Esquemas para apoiar estudantes pobres de países de renda baixa ou média-baixa
1.4	Programas comunitários antipobreza	• Fornecer assistência na comunidade local auxiliando o início de negócios financeiramente e socialmente sustentáveis por meio de educação ou recursos relevantes • Fornecer assistência financeira à comunidade local, auxiliando no início de negócios sustentáveis • Organizar treinamento ou programas para melhorar o acesso a serviços básicos para todos • Participar do trabalho de políticas voltadas a pobreza em todas as suas formas
2.1	Pesquisa	• <i>Citescore</i> , FWCI e número de artigos
2.2	Desperdício de comida no campus	• Medição de desperdício de alimentos • Proporção de alimentos desperdiçados/descartados por pessoa no campus
2.3	Fome do estudante	• Programa para enfrentar a insegurança alimentar/fome estudantil. • Fornecer intervenções para combater a fome entre alunos e funcionários (por exemplo, incluindo abastecimento e acesso a bancos/despensas alimentares) • Fornecer escolhas alimentares sustentáveis para todos no campus, incluindo comida vegetariana e vegana • Fornecer opções de alimentos saudáveis
2.4	Proporção de graduados em agricultura e aquicultura incluindo aspectos de sustentabilidade	• Estamos procurando o número de alunos que estavam estudando qualquer aspecto de sustentabilidade alimentar dentro de um curso agrícola ou aquícola e concluiu o curso com sucesso • Número de graduados • Número de graduados de um curso de agricultura relevante
2.5	Fome nacional	• Fornecer acesso a conhecimentos/habilidades/tecnologia em segurança alimentar e agricultura sustentável para agricultores e produtores de alimentos locais. • Oferecer eventos para agricultores e produtores de alimentos locais para conectar e transferir conhecimento. • Fornecer acesso a instalações universitárias (por exemplo, laboratórios, tecnologia, estoques de plantas) para agricultores locais e produtores de alimentos para melhorar as práticas agrícolas sustentáveis. • Priorize a compra de alimentos para maximizar a sustentabilidade
3.1	Pesquisa	• Visualizações de artigos, citações clínicas e número de artigos
3.2	Número de graduados em profissões de saúde	• Número de graduados no último ano. • Número de graduados em profissões de saúde no último ano
3.3	Impacto na saúde	• Colaborações atuais com instituições de saúde locais ou globais para melhorar os resultados de saúde e bem-estar. • Programas e projetos de extensão na comunidade local para melhorar ou promover saúde e bem-estar, isso também pode incluir programas de extensão para comunidades deslocadas, ou refugiados locais da instituição. • Compartilhar instalações esportivas com a comunidade local, por exemplo, com escolas locais ou com o público em geral • Fornecer aos alunos acesso a serviços gratuitos de saúde sexual e reprodutiva, incluindo serviços de informação e educação. • Fornecer aos alunos e funcionários acesso e apoio gratuito à saúde mental • Ter uma política antitabaco para a universidade

ODS	Categorias	Aspectos
4.1	Pesquisa	• Visualizações de artigos, <i>Citescore</i> , FWCI e número de artigos
4.2	Proporção de graduados com habilitação para o ensino	• Número de graduados. • Número de graduados que obtiveram qualificações no ensino primário (proporção de egressos que obtiveram uma qualificação para lecionar no ensino fundamental em seu país).
4.3	Medidas de aprendizagem ao longo da vida	• Fornecer livre acesso a recursos educacionais para aqueles que não estudam na universidade. • Organizar eventos abertos ao público em geral: palestras públicas, eventos educativos da comunidade. • Organizar eventos abertos ao público em geral: programas de educação executiva e treinamento vocacional • Realizar atividades de extensão educacional fora do campus - por exemplo, em escolas locais, na comunidade, incluindo esquemas voluntários administrados por estudantes • Ter uma política de acesso a essas atividades para todos, independentemente da etnia, religião, deficiência, status de imigração ou gênero.
4.4	Proporção de estudantes de 1ª geração	• Número de alunos iniciando uma graduação. • Número de alunos de primeira geração iniciando uma graduação.
5.1	Pesquisa	• Proporção de autoras mulheres, <i>Citescore</i> e número de artigos
5.2	Proporção de estudantes do sexo feminino da primeira geração	• Número de mulheres iniciando a graduação • Número de mulheres da primeira geração iniciando a graduação
5.3	Medidas de acesso do estudante	• Medir ou rastrear sistematicamente a taxa de inscrição de mulheres, taxa de aceitação/entrada • Uma política que aborda inscrições, aceitação/entrada e participação de mulheres • Fornecer esquemas de acesso para mulheres • Incentivar candidaturas de mulheres em disciplinas onde elas estão sub-representadas
5.4	Proporção de mulheres em cargos de chefia	• Número de funcionários acadêmicos sênior • Número de funcionários acadêmicos sênior feminino.
5.5	Proporção de mulheres graduadas	• Número de graduados por área disciplinar (STEM, Medicina, Artes e Humanidades / Ciências Sociais) • Número de mulheres graduadas por área de estudo
5.6	Medidas de progresso	• Uma política de não discriminação contra as mulheres • Uma política de não discriminação para pessoas transgênero • Políticas de maternidade e paternidade que apoiem a participação das mulheres • Creches acessíveis para estudantes que permitem mães para frequentar cursos universitários • Creches para funcionários e professores • Esquemas de orientação para mulheres, nos quais pelo menos 10% das mulheres os alunos participam • Medição/rastreamento da probabilidade de as mulheres se formarem em comparação com os homens, e esquemas em vigor para preencher qualquer lacuna • Uma política que protege aqueles que denunciam discriminação ou desvantagem educacional ou profissional.
6.1	Pesquisa	• <i>Citescore</i> , FWCI e número de artigos
6.2	Consumo de água por pessoa	• Medição do consumo de água • Volume de água usado por pessoa no campus por ano
6.3	Uso e cuidados com a água	• Um processo para o tratamento de águas residuais. • Processos para evitar a entrada de água poluída no sistema hídrico, incluindo a poluição causada por acidentes e incidentes na universidade • Fornecer água potável gratuita para estudantes, funcionários e visitantes, (por exemplo, bebedouro). • Aplicar padrões de construção para minimizar o uso de água • Plantar paisagens de forma a minimizar o uso de água.
6.4	Reuso de água	• Política de reutilização de água • Medição de reutilização de água
6.5	Água na comunidade	• Fornecer oportunidades educacionais para as comunidades locais aprenderem sobre a boa gestão da água • Promover ativamente o uso consciente da água na comunidade em geral • Apoiar a conservação da água fora do campus • Onde a água é extraída, utilizar tecnologias sustentáveis de extração de água em terrenos universitários associados dentro e fora do campus • Utilizar tecnologias sustentáveis de extração de água no campus e terrenos universitários associados • Cooperar com governos locais, regionais, nacionais e globais sobre segurança hídrica.

ODS	Categorias	Aspectos
7.1	Pesquisa	• <i>Citescore</i> , FWCI e número de artigos
7.2	Medidas universitárias	• Políticas em vigor para garantir que todas as renovações / novas construções sigam padrões de eficiência energética • Planos para atualizar edifícios existentes para maior eficiência energética • Processo para gerenciamento de carbono e para reduzir emissões de dióxido de carbono • Ter um plano de eficiência energética para reduzir o consumo geral de energia. • Submeta-se a revisões de energia para identificar áreas onde o desperdício de energia é maior • Ter uma política de alienação de investimentos de indústrias de energia intensiva em carbono, especialmente carvão e petróleo.
7.3	Densidade de uso de energia	• Energia (GJ) usada por m2 de área útil dos prédios da universidade.
7.4	Energia e comunidade	• Ajude a comunidade local a aprender sobre a importância da eficiência energética e energia limpa • Promover um compromisso público de energia 100% renovável fora da universidade • Prestar serviços diretos à indústria local visando a melhoria da eficiência energética e energia limpa • Informar e apoiar o governo no desenvolvimento de políticas de energia limpa e tecnologia energeticamente eficiente. • Fornecer assistência para startups que promovam e apoiem uma economia/tecnologia de baixo carbono.
8.1	Pesquisa	• <i>Citescore</i> , FWCI e número de artigos
8.2	Práticas empregatícias	• Pagar a todos os funcionários e professores pelo menos o salário mínimo, definido como o “salário digno” local ou o indicador de pobreza local para uma família de quatro pessoas • Reconhecer sindicatos e direitos trabalhistas para todos, incluindo mulheres e equipe internacional • Uma política sobre discriminação no local de trabalho (incluindo discriminação baseada em religião, sexualidade, gênero, idade). • Um compromisso político anti-trabalho forçado, escravidão moderna, tráfico humano e trabalho infantil • Uma política de garantia de direitos equivalentes dos trabalhadores se/quando terceirizar atividades para terceiros • Uma política de equidade salarial incluindo um compromisso com a medição e eliminação de disparidades salariais de gênero • Medir/rastrear a equidade de gênero na escala salarial • Um processo para os funcionários apelarem sobre seus direitos e/ou pagamento
8.3	Investimento interno/impacto econômico	• Despesas universitárias • Número de funcionários
8.4	Colocações de emprego	• Número de alunos • Número de alunos vínculo empregatício há mais de um mês
8.5	Segurança no emprego	• Número de funcionários • Número de funcionários com contratos superiores a 24 meses
9.1	Pesquisa	• <i>Citescore</i>
9.2	Patentes citando pesquisas universitárias	• Patentes que citam pesquisas
9.3	Spin-offs universitários	• Número de <i>spin-offs</i> de universitários
9.4	Renda de pesquisa da indústria e comércio	• Receita de pesquisa da indústria e comércio por área de assunto (STEM, Medicina, Artes e Humanidades /Ciências Sociais) • Número de docentes por área disciplinar
10.1	Pesquisa	• <i>Citescore</i> , FWCI e número de artigos
10.2	Alunos de 1ª geração	• Número de alunos iniciando uma graduação • Número de alunos de primeira geração iniciando uma graduação.
10.3	Porcentagem de estudantes internacionais em países em desenvolvimento que recebem ajuda financeira;	• Número de estudantes. • Número de estudantes internacionais de países de baixa e média renda que recebem ajuda financeira
10.4	Porcentagem de alunos com deficiência	• Número de alunos com deficiência • Número de alunos
10.5	Percentual de funcionários com deficiência	• Número de funcionários com deficiência • Número de funcionários

ODS	Categorias	Aspectos
10.6	Medidas contra a discriminação	<ul style="list-style-type: none"> • Política de admissão não discriminatória • Rastreamento de taxas de inscrição e admissão de grupos sub-representados (inclui estudantes refugiados recém-instalados) • Tomar ações planejadas para recrutar grupos sub-representados • Políticas antidiscriminação e antiassédio para funcionários e estudantes • A existência de um comitê ou oficial de diversidade e igualdade • Fornecimento de orientação ou outros programas de apoio destinados a estudantes e funcionários de grupos sub-representados • Fornecer instalações acessíveis para pessoas com deficiência • Fornecer serviços de apoio para pessoas com deficiência • Fornecer esquemas de acesso para pessoas com deficiência • Ter política/estratégia de acomodação razoável, incluindo mecanismo adequadamente financiados para pessoas com deficiência
11.1	Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Citescore</i>, FWCI e número de artigos
11.2	Apoio às artes e ao patrimônio	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer acesso público a edifícios e/ou monumentos de importância cultural • Fornecer acesso público a bibliotecas, incluindo livros e publicações • Fornecer acesso público a museus, espaços de exposição/galerias e/ou obras de arte e artefatos • Fornecer acesso público gratuito a espaços abertos e verdes. • Contribuir para as artes locais, em termos de número de apresentações públicas anuais de corais universitários/grupos de teatro/orquestras. • Linguagem e conhecimento, que pode incluir a herança das comunidades deslocadas.
11.3	Despesas com artes e Patrimônio	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas universitárias • Gastos universitários com artes e patrimônio
11.4	Práticas sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Medir e definir metas para deslocamentos mais sustentáveis • Realizar ações para promover a % de deslocamentos mais sustentáveis • Promover ou permitir o teletrabalho ou trabalho remoto para funcionários como uma questão de política ou prática padrão, e/ou oferecer uma semana de trabalho para reduzir o deslocamento dos funcionários • Fornecer moradia acessível para os funcionários • Fornecer moradia acessível para estudantes • Priorizar o acesso de pedestres no campus. • Trabalhar com as autoridades locais para abordar questões de planejamento/desenvolvimento, incluindo a garantia de que os moradores locais tenham acesso a habitação com preços acessíveis. • Construir novos edifícios com padrões sustentáveis • Construir em locais ociosos ou subutilizados, sempre que possível.
12.1	Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Citescore</i>, FWCI e número de artigos
12.2	Medidas operacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Uma política de abastecimento ético de alimentos e suprimentos • Uma política, processo ou prática sobre descarte de resíduos e materiais perigosos • Políticas sobre minimização do uso • Essas políticas se estendem a fornecedores terceirizados e a cadeia de suprimentos?
12.3	Proporção de resíduos reciclados	<ul style="list-style-type: none"> • Medição de resíduos gerados e reciclados • Rastreamento de resíduos gerados e reciclados • Quantidade de resíduos gerados • Quantidade de resíduos reciclados e enviados para aterro
12.4	Publicação do Relatório de Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • O relatório é anual, semestral ou menos frequente
13.1	Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Citescore</i>, FWCI e número de artigos
13.2	Uso de energia de baixo carbono	<ul style="list-style-type: none"> • Medição da energia de baixo carbono utilizada • Total de energia utilizada • Eletricidade de fontes de baixo carbono
13.3	Medidas de Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer programas ou campanhas de educação local sobre os riscos, impactos, mitigação, redução de impacto e alerta precoce das mudanças climáticas. • Um plano de Ação Climática, compartilhado com o governo local e/ou grupos comunitários locais. • Participar no planejamento cooperativo para desastres de mudança climática, que pode incluir o deslocamento de pessoas dentro de um país e através das fronteiras, trabalhando com o governo

ODS	Categorias	Aspectos
		Informar e apoiar o governo local ou regional no monitoramento e alerta precoce de desastres/riscos de mudança climática • Colaborar com ONGs na adaptação climática
13.4	Compromisso com a universidade neutra em carbono	• Existência de data-alvo por escopo de Neutralidade de Carbono • Ano de compromisso
14.1	Pesquisa	• <i>Citescore</i> , FWCI e número de artigos
14.2	Apoiar os ecossistemas aquáticos através da educação	• Oferecer programas educacionais sobre ecossistemas de água doce para comunidades locais ou nacionais. • Oferecer divulgação educacional para comunidades locais ou nacionais sobre manejo sustentável da pesca, aquicultura e turismo • Oferecer atividades educacionais de divulgação para comunidades locais ou nacionais para aumentar a conscientização sobre pesca predatória, pesca ilegal, não declarada e não regulamentada e práticas de pesca destrutivas.
14.3	Apoiar os ecossistemas aquáticos através da ação	• Apoiar ou organizar eventos que promovam a conservação e uso sustentável de oceanos, mares, lagos, rios e recursos marinhos • Políticas para garantir que os alimentos no campus provenientes de ecossistemas aquáticos sejam colhidos de forma sustentável. • Trabalhar diretamente para manter e ampliar os ecossistemas e sua biodiversidade, especialmente ecossistemas ameaçados • Trabalhar diretamente em tecnologias ou práticas que permitam à indústria marinha minimizar ou prevenir danos aos ecossistemas aquáticos.
14.4	Eliminação de resíduos sensíveis à água	• Ter padrões de qualidade da água e diretrizes para descarte de água • Plano de ação para reduzir o desperdício de plástico no campus • Política de prevenção e redução da poluição marinha de todos os tipos, em particular de atividades terrestres.
14.5	Manter um ecossistema local	• Um plano para minimizar alterações físicas, químicas e/ou biológicas dos ecossistemas aquáticos relacionados • Monitorar a saúde dos ecossistemas aquáticos • Desenvolver e apoiar programas e incentivos que estimulem e mantenham boas práticas de manejo aquático. • Colaborar com a comunidade local nos esforços para manter ecossistemas aquáticos compartilhados. • Aplicar uma estratégia de gestão de bacias hidrográficas com base na diversidade local específica de espécies aquáticas.
15.1	Pesquisa	• <i>Citescore</i> , FWCI e número de artigos
15.2	Apoiar os ecossistemas terrestres por meio da educação	• Apoiar e/ou organizar eventos destinados a promover a conservação e utilização sustentável da terra, incluindo florestas e políticas de terras selvagens para garantir que os alimentos no campus sejam cultivados de forma sustentável. • Trabalhar diretamente para manter e ampliar os ecossistemas e seus biodiversidade especialmente ecossistemas sob ameaça • Oferecer programas educacionais sobre ecossistemas (observando a flora selvagem e fauna) para comunidades locais ou nacionais • Oferecer educação para comunidades locais ou nacionais sobre gestão sustentável de terras para agricultura e turismo.
15.3	Apoiar os ecossistemas terrestres através da ação	• Política para garantir a conservação, restauração e uso sustentável dos ecossistemas terrestres associados à universidade, em particular florestas, montanhas e terras secas • Políticas para identificar, monitorar e proteger quaisquer espécies da Lista Vermelha da IUCN e espécies da lista nacional de conservação com hábitos em áreas afetadas pela operação de sua universidade • Incluir a biodiversidade local em qualquer processo de planejamento e desenvolvimento • Políticas para reduzir o impacto de espécies exóticas no Campus • Colaborar com a comunidade local nos esforços para manter ecossistemas de terras compartilhadas.
15.4	Descarte de resíduos sensíveis ao solo	• Padrões de qualidade da água e diretrizes para descarte de água. • Política de redução de resíduos plásticos no campus. • Política, processo ou prática de eliminação de resíduos - abrangendo materiais perigosos.
16.1	Pesquisa	• <i>Citescore</i> , FWCI e número de artigos

ODS	Categorias	Aspectos
16.2	Medidas de governança universitária	<ul style="list-style-type: none"> • Ter representação eleita no mais alto órgão de governo da universidade • Reconhecer um sindicato independente de estudantes • Políticas e procedimentos para identificar as partes interessadas locais externas à universidade e se envolver com eles • Órgãos participativos que reconhecem e envolvem as partes interessadas locais, incluindo residentes locais, governo local, privados locais, representantes da sociedade civil local • Publicar os princípios e compromissos da universidade sobre crime organizado, corrupção e suborno • Política de apoio à liberdade acadêmica • Publicar dados financeiros da universidade
16.3	Trabalhando com o governo	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer aconselhamento especializado específico ao governo local, regional ou nacional • Fornecer divulgação, educação geral, qualificação e capacitação aos formuladores de políticas e de tópicos relevantes, por exemplo, economia, direito, tecnologia, migração e deslocamento e mudanças climáticas • Realizar pesquisas com foco em políticas em colaboração com departamentos governamentais. • Fornecer uma plataforma neutra e um espaço 'seguro' para que diferentes atores políticos se reúnam para discutir francamente os desafios.
16.4	Graduados em cursos relacionados à lei e aplicação civil com elemento ético	<ul style="list-style-type: none"> • Número de graduados • Número de graduados em cursos relacionados a direito e execução civil
17.1	Proporção de todas as pesquisas sobre ODS com coautoria internacional	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de todas as pesquisas sobre ODS com coautores (internacionais) de Países de renda baixa e média-baixa. • Número de artigos.
17.2	Relacionamento com ONGs, Governo Regional e Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Ter envolvimento direto ou contribuir com o desenvolvimento de políticas de ODS do governo nacional • Iniciar e participar do diálogo intersetorial sobre os ODS • Participar da colaboração internacional para coleta ou medição de dados para os ODS • Por meio de colaboração e pesquisa internacional, revisão de abordagens comparativas e desenvolvimento das melhores práticas internacionais abordando os ODS • Colaboração com ONGs para enfrentar os ODS
17.3	Publicação dos resultados em todos os ODS	<ul style="list-style-type: none"> • Quais dos 17 ODS, a universidade divulga resultados
17.4	Educação para os ODS	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso com uma educação significativa em torno dos ODS em toda a universidade, relevante e aplicável a todos os alunos. • Ter cursos dedicados (licenciaturas completas ou eletivas) que abordam sustentabilidade e os ODS. • Ter atividades educativas de extensão para a comunidade em geral, que podem incluir ex-alunos, residentes locais, pessoas deslocadas.

Fonte: Texto traduzido do *THE University Impact Rankings* © (2022).

3 Pacto Global da ONU

O Pacto Global da ONU foi lançado no ano 2000 pelo então secretário-geral, Kofi Annan. Trata-se de uma chamada para que as empresas possam alinhar suas estratégias e operações aos 10 princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção e desenvolverem ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade. Os aderentes também assumem a responsabilidade de contribuir para o alcance dos 17 ODS (ONU, 2022a).

O Pacto Global da ONU não se trata de um instrumento regulatório, código de conduta obrigatório ou fórum para policiar as políticas e práticas gerenciais. É uma iniciativa voluntária que fornece diretrizes para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, através de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras (ONU, 2022a).

O Pacto Global da ONU no Brasil foi criado em 2003, e hoje é a terceira maior rede local do mundo, com mais de 1,5 mil membros. Os mais de 40 projetos conduzidos no país abrangem, principalmente, os temas: água e saneamento, alimentos e agricultura, energia e clima, direitos humanos e trabalho, anticorrupção, engajamento e comunicação. As organizações que passam a fazer parte do Pacto Global da ONU comprometem-se a seguir os princípios apresentados no Quadro B.3, em suas operações cotidianas.

Quadro B.3 – Princípios do Pacto Global da ONU

Princípio nº	Descrição
1	As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente.
2	Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.
3	As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.
4	A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.
5	A abolição efetiva do trabalho infantil.
6	Eliminar a discriminação no emprego.
7	As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.
8	Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental.
9	Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.
10	As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina

Fonte: Adaptado pela autora do texto do Pacto Global da ONU (ONU, 2022a).

4 Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

A Portaria n.º 326, de 23 de julho de 2020 do Ministério do Meio Ambiente (MMA), instituiu o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que tem por objetivo a promoção da responsabilidade socioambiental, a adoção de procedimentos de sustentáveis e

critérios socioambientais nas atividades do setor público (Brasil, 2020). Os seis eixos temáticos mínimos encontram-se descritos no Quadro B.4.

Quadro B.4 – Artigo 2º, incisos I a VI da Portaria n.º 326, de 23 de julho de 2020, do MMA

Dispositivo	Descrição
Art.2º Inciso I	uso racional dos recursos naturais e bens públicos: utilizar energia, água, madeira, papel, copos e materiais de expediente, entre outros, de forma racional, para que haja economia dos recursos financeiros, menor desperdício e menor impacto ambiental negativo;
Art.2º Inciso II	gestão adequada dos resíduos gerados: adotar a política dos 5R's - Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar - e, com base na Lei nº 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, implantar o gerenciamento de resíduos sólidos;
Art.2º Inciso III	qualidade de vida no ambiente de trabalho: criar meios para que todas as pessoas que circulam no ambiente se sintam bem e, conforme cada caso, adotar procedimentos e instalar equipamentos que contribuam para a melhor qualidade de vida;
Art.2º Inciso IV	sensibilização e capacitação dos servidores: criar e consolidar nos servidores a consciência cidadã quanto à responsabilidade socioambiental, com a adoção de práticas que promovam a sustentabilidade e o respeito à vida;
Art.2º Inciso V	contratações públicas sustentáveis: adquirir e contratar com critérios de sustentabilidade, e considerar a relação custo/benefício nos médio e longo prazos, e não somente o critério de menor preço;
Art.2º Inciso VI	construções sustentáveis: construir e/ou reformar considerando critérios que atendam o conforto térmico e acústico, fazendo uso da luz solar, energia dos ventos e água da chuva, utilizar materiais e equipamentos que impliquem em maior economia de energia, entre outros, e produzam pouco ou nenhum impacto ambiental; garantir a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Fonte: Adaptação do texto da legislação A3P (Brasil, 2020).

Ademais, a A3P considera os princípios de transparência no serviço público, supremacia do interesse público sobre individuais, respeito às diferenças de raça, etnia, cor, sexo, opinião política, idioma, religião, valorização do servidor público, respeito ao meio ambiente, aos valores éticos da pessoa humana, à liberdade e apreço à tolerância, além dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Brasil, 2020).

5 Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS)

A Instrução Normativa n.º 10, de 12 de novembro de 2012, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), deu origem aos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS), que são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidos, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permitem ao órgão ou entidade o estabelecimento de práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública (Brasil, 2012).

As práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços devem abranger, no mínimo, as temáticas definidas no Quadro B.5.

Quadro B.5 – Artigo 8º, incisos I a VII da Instrução Normativa n.º 10, de 12 de novembro de 2012

Dispositivo	Descrição
Art.8º Inciso I	material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;
Art.8º Inciso II	energia elétrica;
Art.8º Inciso III	água e esgoto;
Art.8º Inciso IV	coleta seletiva;
Art.8º Inciso V	qualidade de vida no ambiente de trabalho;
Art.8º Inciso VI	compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial;
Art.8º Inciso VII	deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

Fonte: Adaptado pela autora do texto da legislação PLS (Brasil, 2012).

6 Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)

A Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010, e o Decreto n.º 10.936, de 12 de janeiro de 2022, instituem e regulamentam a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que se trata de um conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo governo federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos (Brasil, 2010, 2022b).

Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) é um documento que deve ser monitorado continuamente, revisado e atualizado a cada quatro anos. Alguns de seus princípios são: a prevenção e a precaução; o poluidor-pagador e o protetor-recebedor; o desenvolvimento sustentável; a ecoeficiência, a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade; a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (Brasil, 2022b).

A gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos devem ser observados na ordem de prioridade descrita no Quadro B.6.

Quadro B.6 – Artigo 30, incisos I a VI do Decreto 10.936/2022 do MMA

Dispositivo	Descrição
Art.30 Inciso I	não geração de resíduos sólidos;
Art.30 Inciso II	redução de resíduos sólidos;
Art.30 Inciso III	reutilização de resíduos sólidos;
Art.30 Inciso IV	reciclagem de resíduos sólidos;
Art.30 Inciso V	tratamento de resíduos sólidos;
Art.30 Inciso VI	disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Fonte: Adaptação do texto da legislação PGRS (BRASIL, 2022b).

A educação ambiental na gestão dos resíduos sólidos é parte integrante da Política Nacional de Resíduos Sólidos e tem como objetivo o aprimoramento do conhecimento, dos valores, dos comportamentos e do estilo de vida relacionados com a gestão e o gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos, devendo observar as diretrizes gerais estabelecidas na Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, e no Decreto n.º 4.281, de 25 de junho de 2002. E regras específicas estabelecidas na Lei n.º 12.305/2010. O Poder Público deve fomentar a adoção de medidas com vistas ao cumprimento de objetivos relacionados à educação ambiental na gestão dos resíduos sólidos, conforme descrito no Quadro B.7.

Quadro B.7 – Artigo 82 § 2, incisos I a VI do Decreto 10.936/2022 do MMA

Dispositivo	Descrição
Art.82 § 2º Inciso I	incentivar atividades de caráter educativo e pedagógico, em colaboração com entidades do setor empresarial e da sociedade civil
Art.82 § 2º Inciso II	promover a articulação da educação ambiental na gestão de resíduos sólidos com a Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795, de 1999;
Art.82 § 2º Inciso III	realizar ações educativas destinadas aos fabricantes, aos importadores, aos comerciantes e aos distribuidores, com enfoque diferenciado para os agentes envolvidos direta e indiretamente com os sistemas de coleta seletiva e de logística reversa;
Art.82 § 2º Inciso IV	desenvolver ações educativas destinadas à conscientização dos consumidores quanto ao consumo sustentável e às suas responsabilidades, no âmbito da responsabilidade compartilhada de que trata a Lei nº 12.305, de 2010;
Art.82 § 2º Inciso V	promover a capacitação dos gestores públicos para que atuem como multiplicadores nos diversos aspectos da gestão integrada de resíduos sólidos; e
Art.82 § 2º Inciso VI	divulgar os conceitos relacionados com: a) a coleta seletiva; b) a logística reversa; c) o consumo consciente; d) a minimização da geração de resíduos sólidos.

Fonte: Adaptado pela autora com base no texto da legislação PGRS (BRASIL, 2022b).

7 Tribunal de Contas da União (TCU)

A Decisão Normativa TCU n.º 198, de 23 de março de 2022, estabelece normas complementares para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis pela Administração Pública Federal a partir de 2022. A estrutura básica do Relatório de Gestão das Unidades Prestadoras de Contas (UPC), na forma de relato integrado, deve ser elaborado conforme o anexo único da referida Decisão Normativa, apresentado no Quadro B.8.

Quadro B.8 – Elementos de Conteúdo que integram o Relatório de Gestão do TCU

Nº	Elementos de Conteúdo	Descrição
1	Elementos pré-textuais	Informações que auxiliem o leitor, de acordo com a necessidade, a localizar as informações contidas no relatório, a exemplo de sumário.

Nº	Elementos de Conteúdo	Descrição
2	Mensagem do dirigente máximo	Apresentação resumida, preferencialmente com uso de gráficos e tabelas, dos principais resultados alcançados, incluindo aqueles que indiquem o grau de alcance das metas fixadas nos planos da organização, considerando os objetivos estratégicos e de curto prazo, bem como as prioridades da gestão [UPC em números], que estão mais bem detalhados no corpo do relatório. A mensagem do dirigente máximo deve conter o reconhecimento de sua responsabilidade por assegurar a integridade (fidedignidade, precisão e completude) do Relatório de Gestão.
3	Visão geral organizacional e ambiente externo	Fundamentalmente, deve responder às perguntas: 1) “O que é a organização, o que faz e quais são as circunstâncias em que atua?”; 2) “Qual o modelo de negócios da organização?”; e 3) “Como a organização determina os temas a serem incluídos no relatório de gestão e como estes temas são quantificados ou avaliados?” Apresentação das informações que identificam a UPC (missão e visão), a estrutura organizacional e de governança, o ambiente externo em que atua e o modelo de negócios, abordando: (3.1) identificação da UPC e declaração da sua missão e visão; (3.2) indicação das principais normas direcionadoras de sua atuação, com <i>links</i> de acesso respectivos; (3.3) organograma da estrutura organizacional, incluindo as estruturas de governança (conselhos ou comitês de governança, entre outros); (3.4) diagrama da cadeia de valor, evidenciando macroprocessos e valor público gerado por eles, e do modelo de negócio, abrangendo insumos, atividades e valor gerado em termos de produtos, resultados e impactos e seus destinatários, visando proporcionar compreensão abrangente da visão geral organizacional; (3.5) se for o caso, a relação de políticas e programas de governo/ações orçamentárias, bem como de programas do Plano Plurianual, de outros planos nacionais, setoriais e transversais de governo nos quais atua, com seus respectivos objetivos e metas; (3.6) se for o caso, informações sobre contratos de gestão firmados e de que forma são integrados no valor gerado pela unidade; (3.7) relação com o ambiente externo e com os destinatários dos bens e serviços produzidos pela organização; (3.8) capital social e participação em outras sociedades, se aplicável.
4	Riscos, oportunidades e perspectivas	Fundamentalmente, deve responder às perguntas: 1) “Quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade de a organização gerar valor em curto, médio e longo prazo e como a organização lida com esses riscos?” e 2) “Quais os desafios e as incertezas que a organização provavelmente enfrentará ao buscar executar seu plano estratégico e potenciais implicações para seu modelo de negócio e desempenho futuro?” Avaliação dos riscos que possam comprometer o atingimento dos objetivos estratégicos e dos controles implementados para mitigação desses riscos, abordando necessariamente: (4.1) quais são os principais riscos específicos identificados que podem afetar a capacidade de a UPC alcançar seus objetivos e como a UPC lida com essas questões; (4.2) quais são as principais oportunidades identificadas que podem aumentar a capacidade de a UPC atingir seus objetivos e as respectivas ações para aproveitá-las; (4.3) as fontes específicas de riscos e oportunidades, que podem ser internas, externas ou, normalmente, uma combinação das duas; (4.4) avaliação, pela UPC, da probabilidade de que o risco ou a oportunidade ocorram e a magnitude de seu efeito, caso isso aconteça, levando em consideração, inclusive, as circunstâncias específicas que levariam à ocorrência do risco ou da oportunidade.
5	Governança, estratégia e desempenho	Fundamentalmente, deve responder às perguntas: 1) “Para onde a organização deseja ir e como ela pretende chegar lá?”; 2) “Como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo?” e 3) “Quais os principais resultados alcançados e até que ponto a organização alcançou seus objetivos estratégicos no exercício?” Apresentação das informações sobre: (5.1) descrição de como a estrutura de governança apoia o cumprimento dos objetivos estratégicos, abordando o relacionamento com a sociedade e as partes interessadas da organização, bem como a consideração de suas necessidades e expectativas na definição da estratégia, a gestão de riscos e a supervisão da gestão; (5.2) identificação dos objetivos estratégicos, responsáveis, indicadores de desempenho, com as metas pactuadas para o período do plano estratégico e seu desdobramento anual, bem como, se for o caso, sua vinculação ao Plano Plurianual, aos planos nacionais e setoriais do governo

Nº	Elementos de Conteúdo	Descrição
		<p>e dos órgãos de governança superior, indicando os resultados já alcançados, comparando-os com as metas e os objetivos pactuados;</p> <p>(5.3) planos de curto prazo da organização com a indicação dos objetivos anuais, das medidas, iniciativas, projetos e programas necessários ao seu alcance, dos prazos, dos responsáveis, das metas para o período a que se refere o relatório de gestão, e os resultados alcançados comparando-os com as metas e os objetivos pactuados;</p> <p>(5.4) apresentação resumida dos resultados das principais áreas de atuação e/ou de operação/atividades da UPC e dos principais programas, projetos e iniciativas, abrangendo ainda, conforme o caso, a contribuição de autarquias e fundações vinculadas e de empresas controladas, contratos de gestão e SPes, conforme a materialidade da contribuição dos segmentos na composição do valor gerado pela UPC.</p> <p>(5.5) medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão levantados, a exemplo dos que foram tratados pelo TCU nos Acórdãos 588/2018-Plenário e 2.699/2018-Plenário (ambos da Relatoria do Ministro Bruno Dantas);</p> <p>(5.6) principais ações de supervisão, controle e correição adotadas pela UPC para garantir a legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos.</p>
6	Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	<p>Fundamentalmente, deve responder à pergunta: “Quais as principais informações orçamentárias, financeiras e contábeis, inclusive de custos, dão suporte às informações de desempenho da organização no período?” As informações desta seção visam dar suporte ou detalhar informações mais agregadas do relatório de gestão, sobretudo as referenciadas nos elementos de conteúdo anteriores. Estas informações podem ser apresentadas nesta seção ou ser proporcionadas mediante <i>links</i>, nesta ou nas seções anteriores ao longo do relatório de gestão, para as demonstrações contábeis ou referências para suas notas explicativas, bem como para documentos, tabelas, páginas ou painéis de informação já produzidos pela UPC, quando aplicável, envolvendo, por exemplo: Evidenciação da situação e do desempenho financeiro, orçamentário e patrimonial da gestão no exercício por meio de demonstrações resumidas de valores relevantes extraídos das demonstrações contábeis e das notas explicativas, incluindo, por exemplo:</p> <p>(6.1) resumo da situação financeira da UPC (saldos das principais contas e/ou grupos de contas, resultados, receitas e despesas) e da evolução no exercício de referência e em comparação com o último exercício;</p> <p>(6.2) as contas relativas aos fundos de financiamento devem apresentar informações sobre o patrimônio global e os resultados das operações de crédito realizadas à conta desses recursos em face dos objetivos estabelecidos;</p> <p>(6.3) principais fatos contábeis, contas ou grupos de contas, saldos e ocorrências relativos à atuação e à situação financeira da UPC no exercício;</p> <p>(6.4) conclusões de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público e as medidas adotadas em relação a conclusões ou eventuais apontamentos;</p> <p>(6.5) indicações de locais ou endereços eletrônicos em que as demonstrações contábeis e notas explicativas estão publicadas e/ou podem ser acessadas em sua íntegra;</p> <p>(6.6) esclarecimentos acerca da forma como foram tratadas as demonstrações contábeis em caso de a UPC possuir em sua composição mais de uma entidade contábil, considerando que: - as UPC que compreenderem apenas um órgão no Siafi devem considerar os valores contábeis consolidados nesse órgão; - as UPC que compreenderem mais de um órgão no Siafi devem apresentar informações referentes aos principais dados desses órgãos de forma individualizada e, ainda, devem apresentar informações com base na integração dos principais saldos para efeito de associação com o resultado geral da UPC; - as UPC que não atuam no Siafi devem adotar procedimento semelhante, considerando que, caso haja em sua composição unidades com estrutura contábil independente, devem apresentar informações contábeis resumidas referentes aos principais saldos das contas dessas unidades de forma individualizada, e, ainda, devem apresentar informações com base na integração dos principais saldos para efeito de associação com o resultado geral da UPC.</p>

Fonte: Adaptados pela autora com base no texto do anexo único da Decisão Normativa TCU n.º 198 (TCU, 2022).

8 Controladoria Geral da União (CGU)

No que se refere às diretrizes oriundas da Controladoria Geral da União (CGU), estas foram retiradas da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n.º 1, de 23 de dezembro de 2016, que envolve a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 5ª edição atualizada em agosto de 2022, que orienta sobre a inclusão de critérios e práticas de caráter socioambiental, cultural e de acessibilidade nas contratações públicas.

8.1 Da estrutura do modelo do relatório de gestão de riscos

A seção III, artigo 16, incisos I a VIII da Instrução Normativa MP/CGU n.º 1/2016 apresenta itens que compõem a estrutura do modelo de gestão de riscos. Assim, na implementação e atualização do modelo de gestão de riscos, os órgãos públicos devem observar os itens apresentados conforme Quadro B.9.

Quadro B.9 – Itens que compõem a estrutura do modelo de gestão de riscos do MP/CGU

Dispositivo	Descrição
Art.16 Inciso I	ambiente interno: inclui, entre outros elementos, integridade, valores éticos e competência das pessoas, maneira pela qual a gestão delega autoridade e responsabilidades, estrutura de governança organizacional e políticas e práticas de recursos humanos. O ambiente interno é a base para todos os outros componentes da estrutura de gestão de riscos, provendo disciplina e prontidão para a gestão de riscos;
Art.16 Inciso II	fixação de objetivos: todos os níveis da organização (departamentos, divisões, processos e atividades) devem ter objetivos fixados e comunicados. A explicitação de objetivos, alinhados à missão e à visão da organização, é necessária para permitir a identificação de eventos que potencialmente impeçam sua consecução;
Art.16 Inciso III	identificação de eventos: devem ser identificados e relacionados os riscos inerentes à própria atividade da organização, em seus diversos níveis;
Art.16 Inciso IV	avaliação de riscos: os eventos devem ser avaliados sob a perspectiva de probabilidade e impacto de sua ocorrência. A avaliação de riscos deve ser feita por meio de análises qualitativas, quantitativas ou da combinação de ambas. Os riscos devem ser avaliados quanto à sua condição de inerentes e residuais;
Art.16 Inciso V	resposta a riscos: o órgão/entidade deve identificar qual estratégia seguir (evitar, transferir, aceitar ou tratar) em relação aos riscos mapeados e avaliados. A escolha da estratégia dependerá do nível de exposição a riscos previamente estabelecido pela organização em confronto com a avaliação que se fez do risco;
Art.16 Inciso VI	atividades de controles internos: são as políticas e os procedimentos estabelecidos e executados para mitigar os riscos que a organização tenha optado por tratar. Também denominadas de procedimentos de controle, devem estar distribuídas por toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções. Incluem uma gama de controles internos da gestão preventivos e detectivos, bem como a preparação prévia de planos de contingência e resposta à materialização dos riscos;
Art.16 Inciso VII	informação e comunicação: informações relevantes devem ser identificadas, coletadas e comunicadas, a tempo de permitir que as pessoas cumpram suas responsabilidades, não apenas com dados produzidos internamente, mas, também, com informações sobre eventos, atividades e condições externas, que possibilitem o gerenciamento de riscos e a tomada de decisão. A comunicação das informações produzidas deve atingir todos os níveis, por meio de canais claros e abertos que permitam que a informação flua em todos os sentidos;

Art.16 Inciso VIII	monitoramento: tem como objetivo avaliar a qualidade da gestão de riscos e dos controles internos da gestão, por meio de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes, buscando assegurar que estes funcionem como previsto e que sejam modificados apropriadamente, de acordo com mudanças nas condições que alterem o nível de exposição a riscos.
-----------------------	---

Fonte: Adaptado pela autora com base no texto da IN Conjunta MP/CGU n.º 1/2016 (Brasil, 2016).

8.2 Recomendações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis

O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU, órgão integrante da Advocacia-Geral da União (AGU), é um documento consultivo e orientativo voltado à inclusão de critérios e práticas de caráter socioambiental, cultural e de acessibilidade nas contratações públicas (Brasil, 2022). As recomendações selecionadas para compor análises de correlação desta dissertação encontram-se descritas no Quadro B.10.

Quadro B.10 – Recomendações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis

Pág. Ref. Guia	Item	Recomendações selecionadas
75	1	A sustentabilidade na produção deve favorecer a utilização de materiais reciclados, biodegradáveis, atóxicos, com o uso de madeira proveniente de reflorestamento, e favorecimento de embalagens compactas;
75	2	A sustentabilidade no modo de produção deve ser livre do uso de trabalho escravo ou infantil;
75	3	Deve haver previsão da utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução;
75	4	A sustentabilidade no uso deve priorizar produtos que gerem economia de água e energia;
75;86;152;155;156;161;165;201;206;207;218-229;233;235;245;248;265;266;270;272;297;300	5	A sustentabilidade na destinação final, deve priorizar produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos e com opção de reuso. Devem ser consideradas nas licitações a prevenção e gestão de resíduos para não gerar, reduzir e destinar corretamente os resíduos gerados conforme sua classificação (resíduos perigosos, resíduos oriundos de serviços de saúde, lixo tecnológico, óleo lubrificante). Assim como, logística reversa de embalagens de agrotóxicos, frascos de aerossol, lâmpadas fluorescentes e/ou lâmpadas de LED, de óleo lubrificante, pilhas e baterias, pneus, mercúrio metálico;
88;90;95;117;149;151;237	6	A acessibilidade como exigência constitucional deve considerar a eliminação de barreiras, por meio de adaptações urbanísticas, arquitetônicas (inclusive em imóveis locados); nos transportes; comunicações; comportamentos e tecnologias a fim de garantir acesso adequado a portadores de deficiência;
97;215	7	A inovação deve ser fomentada por intermédio da ciência e tecnologia, fortalecendo políticas e programas de inovação nacionais, melhorando as redes colaborativas globais. A título de exemplo, é considerada Boa Prática de Gestão Pública Sustentável, a implantação de painéis fotovoltaicos em prédios públicos;
17;100	8	A Dimensão Cultural através dos bens, serviços e obras adquiridos em licitações públicas tem o condão de promover a difusão de valores materiais e imateriais, inerente ao equilíbrio entre o respeito às tradições e a inovação, bem como a capacidade de elaboração de projetos que sejam nacionais e não meramente cópias de modelos externos;
166-178	9	Na aquisição de gêneros alimentícios, deve haver um percentual a ser destinado a fornecedores que sejam agricultores familiares, empreendedores familiares rurais, microempreendedores individuais e sociedades e cooperativas de consumo;
208; 225	10	No caso de credenciamento de profissionais de saúde e na contratação de serviços de limpeza e conservação os editais devem levar em consideração aspectos relacionados a proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores;

Pág. Ref. Guia	Item	Recomendações selecionadas
283-290	11	Devem ser observadas normativas que tratam da vedação a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de substâncias que destroem a camada de ozônio (Protocolo de Montreal), nos termos do Decreto nº 2.783/1998, e Resolução CONAMA nº 267/2000;
304	12	Na aquisição de veículos devem ser admitidas ofertas de veículo automotor que utilizem combustíveis renováveis (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade) com tecnologia flex;

Fonte: Adaptados pela autora com base no texto do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (Brasil, 2022).

9 Ministério da Educação (MEC)

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um instrumento de planejamento e gestão exigido pelo Ministério da Educação (MEC), seus conteúdos mínimos estão previstos no artigo 21, do Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das IES e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino (Brasil, 2017b). Os conteúdos mínimos exigidos para a composição do PDI encontram-se descritos no Quadro B.11.

Quadro B.11 – Artigo 21, incisos I a XI do Decreto n.º 9.235/2022 do MEC

Dispositivo	Descrição
Art. 21 Inciso I	Missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;
Art. 21 Inciso II	Projeto pedagógico da instituição, que conterá, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão;
Art. 21 Inciso III	Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, com especificação das modalidades de oferta, da programação de abertura de cursos, do aumento de vagas, da ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, da previsão de abertura de campus fora de sede e de polos de educação à distância;
Art. 21 Inciso IV	Organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número e natureza de cursos e respectivas vagas, unidades e campus para oferta de cursos presenciais, polos de educação à distância, articulação entre as modalidades presencial e a distância e incorporação de recursos tecnológicos;
Art. 21 Inciso V	Oferta de cursos e programas de pós-graduação lato e stricto sensu, quando for o caso;
Art. 21 Inciso VI	Perfil do corpo docente e de tutores de educação à distância, com indicação dos requisitos de titulação, da experiência no magistério superior e da experiência profissional não acadêmica, dos critérios de seleção e contratação, da existência de plano de carreira, do regime de trabalho, dos procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro e da incorporação de professores com comprovada experiência em áreas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento nacional, à inovação e à competitividade, de modo a promover a articulação com o mercado de trabalho;
Art. 21 Inciso VII	Organização administrativa da instituição e políticas de gestão, com identificação das formas de participação dos professores, tutores e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos, dos procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos estudantes, das ações de transparência e divulgação de informações da instituição e das eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições, demonstrada a capacidade de atendimento dos cursos a serem ofertados;
Art. 21 Inciso VIII	Projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais;
Art. 21 Inciso IX	Infraestrutura física e instalações acadêmicas, que especificará: a) com relação à biblioteca: 1. Acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia;

Dispositivo	Descrição
	2. Formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; 3. Espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos; e, b) com relação aos laboratórios: instalações, equipamentos e recursos tecnológicos existentes e a serem adquiridos, com a identificação de sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos e a descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas;
Art. 21 Inciso X	Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras;
Art. 21 Inciso XI	Oferta de educação à distância, especificadas: a) sua abrangência geográfica; b) relação de polos de educação a distância previstos para a vigência do PDI; c) infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação à distância, em consonância com os cursos a serem ofertados; d) descrição das metodologias e das tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos; e) previsão da capacidade de atendimento do público-alvo.

Fonte: Adaptado pela autora com base no texto da legislação PDI (Brasil, 2017b).

10 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

O documento *Linking the SDGs and the GRI Standards*, “Vinculando os ODS e os padrões GRI”, disponibiliza o mapeamento dos padrões GRI com os ODS, auxiliando profissionais envolvidos na elaboração e divulgação das contribuições da organização para o alcance dos 17 ODS. Assim, a GRI considera que os direitos humanos e impostos perpassam as dimensões do desenvolvimento sustentável, sustentando os 17 ODS da ONU.

Tal informação se encontra em consonância com os preceitos da ONU, no que se refere ao estabelecimento das 169 metas, havendo, desse modo, o reconhecimento de sinergias, como, por exemplo, a erradicação da pobreza em concomitância com o crescimento econômico aliado ao engajamento para enfrentamento das mudanças climáticas (ONU, 2022).

A GRI prevê o uso desse documento em conjunto com os padrões GRI para Relatórios de Sustentabilidade, para que a organização possa “[...] obter uma melhor compreensão dos requisitos de divulgação, orientações e recomendações relacionadas e termos definidos” (GRI, 2022, p. 4).

O Quadro B.12 exibe a relação entre os ODS (coluna 1) e os conteúdos que compõem o Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI (coluna 2), baseada no arquivo *Linking the SDGs and the GRI Standards*.

Quadro B.12 – Relação entre os 17 ODS e as normas GRI

ODS	Conteúdo GRI
(1) Erradicação da Pobreza	202-1 Proporção entre o salário mais baixo e o salário-mínimo local, com discriminação por gênero
	203-2 Impactos econômicos indiretos significativos
	207-1 Abordagem tributária

ODS	Conteúdo GRI
	207-2 Governança, controle e gestão de risco fiscal
	207-3 Engajamento de <i>stakeholders</i> e gestão de suas preocupações quanto a tributos
	207-4 Relato país-a-país
	413-2 Operações com impactos negativos significativos reais ou potenciais nas comunidades locais
(2) Fome Zero e Agricultura Sustentável	411-1 Casos de violação de direitos de povos indígenas
	413-2 Operações com impactos negativos significativos reais ou potenciais nas comunidades locais
(3) Saúde e Bem-estar	203-2 Impactos econômicos indiretos significativos
	305-1 Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)
	305-2 Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia
	305-3 Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)
	305-7 Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas
	306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos
	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos
	306-3 Resíduos gerados
	306-4 Resíduos não destinados para disposição final
	306-5 Resíduos destinados a disposição final
	401-2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial
	403-6 Promoção da saúde do trabalhador
	403-9 Acidentes de trabalho
	403-10 Doenças profissionais
(4) Educação de Qualidade	404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado
(5) Igualdade de Gênero	2-9 Estrutura de governança e sua composição
	202-1 Proporção entre o salário mais baixo e o salário-mínimo local, com discriminação por gênero
	203-1 Investimentos em infraestruturas e apoio a serviços
	401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados
	401-2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial
	401-3 Licença maternidade e paternidade
	404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado
	404-3 Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira
	405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados
	405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens
	406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas
	408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil
	409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo
	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais
	414-2 Impactos sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas
(6) Água Potável e Saneamento	303-1 Interação com a água como um recurso compartilhado
	303-2 Gestão de impactos relacionados ao descarte de água
	303-3 Captação de água
	303-4 Descarte de água
	303-5 Consumo de água
	304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora das áreas de proteção ambiental
	304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade
	304-3 Habitats protegidos ou restaurados
	304-4 Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização
	306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos

ODS	Conteúdo GRI
(7) Energia Limpa e Acessível	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos
	306-3 Resíduos gerados
	306-5 Resíduos destinados para disposição final
	302-1 Consumo de energia dentro da organização
	302-2 Consumo de energia fora da organização
	302-3 Intensidade energética
	302-4 Redução do consumo de energia
(8) Trabalho Decente e Crescimento Econômico	302-5 Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços
	2-7 Empregados
	2-8 Trabalhadores que não são empregados
	2-30 Acordos de negociação coletiva
	201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído
	202-1 Proporção entre o salário mais baixo e o salário-mínimo local, com discriminação por gênero
	202-2 Proporção de membros da diretoria contratados na comunidade
	203-2 Impactos econômicos indiretos significativos
	204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais
	301-1 Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume
	301-2 Matérias-primas ou Materiais reciclados utilizados
	301-3 Produtos e suas embalagens reaproveitados
	302-1 Consumo de energia dentro da organização
	302-2 Consumo de energia fora da organização
	302-3 Intensidade energética
	302-4 Redução do consumo de energia
	302-5 Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços
	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos
	401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados
	401-2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial
	401-3 Licença maternidade e paternidade
	402-1 Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais
	403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho
	403-2 Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes
	403-3 Serviços de saúde do trabalho
	403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho
	403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança no trabalho
	403-7 Prevenção e mitigação dos impactos na saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios
	403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho
	403-9 Acidentes de trabalho
	403-10 Doenças profissionais
	404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado
	404-2 Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira
	404-3 Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira
	405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados
	405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens
	406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas
	407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco
	408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil
	409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo
	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais
	414-2 Impactos sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas
	201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído

ODS	Conteúdo GRI
(9) Indústria, Inovação e Infraestrutura	203-1 Investimentos em infraestruturas e apoio a serviços
(10) Redução das Desigualdades	2-7 Empregados
	207-1 Abordagem tributária
	207-2 Governança, controle e gestão de risco fiscal
	207-3 Engajamento de <i>stakeholders</i> e gestão de suas preocupações quanto a tributos
	207-4 Relato país-a-país
	401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados
	404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado
	404-3 Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira
	405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens
(11) Cidades e Comunidades Sustentáveis	203-1 Investimentos em infraestruturas e apoio a serviços
	306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos
	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos
	306-3 Resíduos gerados
	306-4 Resíduos não destinados para disposição final
(12) Consumo e Produção Responsáveis	306-5 Resíduos destinados a disposição final
	301-1 Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume
	301-2 Matérias-primas ou Materiais reciclados utilizados
	301-3 Produtos e suas embalagens reaproveitados
	302-1 Consumo de energia dentro da organização
	302-2 Consumo de energia fora da organização
	302-3 Intensidade energética
	302-4 Redução do consumo de energia
	302-5 Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços
	303-1 Interação com a água como um recurso compartilhado
	305-1 Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)
	305-2 Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia
	305-3 Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)
	305-6 Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO)
	305-7 Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas
	306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos
	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos
	306-3 Resíduos gerados
	306-4 Resíduos não destinados para disposição final
	306-5 Resíduos destinados a disposição final
(13) Ação Contra a Mudança Global do Clima	417-1 Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços
	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas
	302-1 Consumo de energia dentro da organização
	302-2 Consumo de energia fora da organização
	302-3 Intensidade energética
	302-4 Redução do consumo de energia
	302-5 Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços
	305-1 Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)
	305-2 Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia
	305-3 Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)
(14) Vida na Água	305-4 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)
	305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)
	304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora das áreas de proteção ambiental
	304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade
	304-3 Habitats protegidos ou restaurados

ODS	Conteúdo GRI
	304-4 Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização
	305-1 Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)
	305-2 Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia
	305-3 Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)
	305-4 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)
	305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)
	305-7 Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas
(15) Vida Terrestre	304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora das áreas de proteção ambiental
	304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade
	304-3 Habitats protegidos ou restaurados
	304-4 Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização
	305-1 Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)
	305-2 Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia
	305-3 Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)
	305-4 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)
	305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)
	305-7 Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas
	306-3 Resíduos gerados
	306-5 Resíduos destinados para disposição final
(16) Paz, Justiça e Instituições Eficazes	2-9 Estrutura de governança e sua composição
	2-11 Presidente do mais alto órgão de governança
	2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos
	2-15 Conflitos de interesse
	2-23 Compromissos políticos
	2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações
	205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção
	205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate a corrupção
	205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas
	206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio
	403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho
	403-9 Acidentes de trabalho
	403-10 Doenças profissionais
	408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil
	410-1 Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos
	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais
	414-2 Impactos sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas
	415-1 Contribuições políticas
	416-2 Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços
	417-2 Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços
	417-3 Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing
	418-1 Queixas comprovadas relativas à violação da privacidade e perdas de dados de clientes
(17) Parcerias e Meios de Implementação	207-1 Abordagem tributária
	207-2 Governança, controle e gestão de risco fiscal
	207-3 Engajamento de <i>stakeholders</i> e gestão de suas preocupações quanto a tributos
	207-4 Relato país-a-país

Fonte: Texto traduzido do documento *Linking the SDGs and the GRI Standards* (GRI, 2022b, p. 5-83).

Referências

BRASIL. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União. **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**. 5. ed. Brasília: AGU, 2022. Disponível em https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs_082022.pdf.

BRASIL. **Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das Instituições de Educação Superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107

BRASIL. **Decreto n.º 10.936, 12 de janeiro de 2022**. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília: Presidência da República, 2022b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D10936.htm.

BRASIL. **Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instrução Normativa n.º 10, de 12 de novembro de 2012**. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-10-de-12-de-novembro-de-2012>.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Controladoria-Geral da União. **Instrução Normativa MP/CGU n.º 1, de 11 de maio de 2016**. Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2016. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/33947/8/Instrucao%20Normativa%20Conjunta%20MP-CGU%2001-2016.pdf>.

BRASIL. Portaria n.º 326, de 23 de julho de 2020. Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P e estabelece suas diretrizes. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 141, p. 43, 24 jul. 2020. Disponível em: www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-326-de-23-de-julho-de-2020-268439696.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa n.º 198, de 23 de março de 2022**. Estabelece normas complementares para a prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, nos termos do inciso I do art. 2º; § 1º do art. 5º; inciso III e § 3º do art. 8º; § 3º do art. 9º; e art. 14 da Instrução Normativa - TCU nº 84, de 22 de abril de 2020. Brasília: TCU, 2022. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/ato-normativo/198%252F2022/%2520/score%2520desc/0/%2520>.

Global Reporting Initiative (GRI). **UN Global Compact**. WBSCD. Linking the SDGs and GRI. 2022. Global Reporting Initiative. Suécia: GRI, 2022. Disponível em:

https://globalcompact.at/wp-content/uploads/2022/09/gri-linkagesdg_gristandards-updatemay2022-final.pdf. Acesso em: 20 mai. 2023.

IMPACT RANKINGS. **Impact Rankings Methodology 2022**. Disponível em: https://the-impact-report.s3.eu-west-1.amazonaws.com/Impact+2022/THE.ImpactRankings.METHODOLOGY.2022_v1.3.pdf, Acesso em: 4 set. 2022.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Summit Charts New Era of Sustainable Development**. ONU, 2022. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2015/09/summit-charts-new-era-of-sustainable-development-world-leaders-to-gavel-universal-agenda-to-transform-our-world-for-people-and-planet/>. Acesso em: 26 abr. 2022.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Pacto Global Rede Brasil: A iniciativa**. Pacto Global, 2022. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/a-iniciativa>. Acesso em: 29 maio 2022.

Universitas Indonesia (UI) GREENMETRIC. **Guideline UI GreenMetric World University Rankings 2022 "Collective Actions for Transforming Sustainable Universities in the Post Pandemic Time"**. UI Greenmetric, 2022. Disponível em <https://greenmetric.ui.ac.id/publications/guidelines/2022/english>. Acesso em: 13 ago. 2022.

APÊNDICE C – CONTEÚDO DO MODELO DE SUMÁRIO DE CONTEÚDO GRI STANDARDS

1 Modelo de sumário de conteúdo da GRI

O modelo de sumário de conteúdo tem como objetivo o fornecimento de “[...] uma visão geral das informações relatadas pela organização e mostra o local onde os usuários de informações podem encontrá-las.”(GRI, 2023, p. 10). Constituindo-se de 33 conteúdos listados abaixo:

1) GRI 2 - Divulgações gerais 2021: Fornece informações sobre as práticas de relato e detalhes organizacionais (GRI, 2023, p. 45–94).

a) **A Organização e suas práticas de relato** (2-1 Detalhes da organização; 2-2 Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização; 2-3 Período de relato, frequência e ponto de contato; 2-4 Reformulações de informações; 2-5 Verificação externa);

b) **Atividades e trabalhadores** (2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios; 2-7 Empregados; 2-8 Trabalhadores que não são empregados);

c) **Governança** (2-9 Estrutura de governança e sua composição; 2-10 Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança; 2-11 Presidente do mais alto órgão de governança; 2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos; 2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão dos impactos; 2-14 O papel do mais alto órgão de governança na elaboração de relatórios de sustentabilidade; 2-15 Conflitos de interesse; 2-16 Comunicação de preocupações cruciais; 2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança; 2-18 Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança; 2-19 Políticas de remuneração; 2-20 Processo para determinação da remuneração; 2-21 Proporção da remuneração total anual;

d) **Estratégia, políticas e práticas** (2-22 Declaração sobre estratégias do desenvolvimento sustentável; 2-23 Compromissos políticos; 2-24 Incorporação de compromissos de política; 2-25 Processos para reparar impactos negativos; 2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações; 2-27 Conformidade com leis e regulamentos; 2-28 Participação em associações);

e) **Engajamento de stakeholders** (2-29 Abordagem para engajamento de stakeholders; 2-30 Acordos de negociação coletiva);

2) GRI 3 - Tópicos Materiais 2021: Fornece orientações para o processo de definição de temas materiais, os conteúdos utilizados para relatar as informações e a forma como é gerenciada cada temática (GRI, 2023, p. 103–125).

a) **Conteúdos sobre tópicos materiais** (3-1 Processo de definição de tópicos materiais; 3-2 Lista de tópicos materiais; 3-3 Gestão de tópicos materiais);

3) GRI 201 - Desempenho econômico 2016: Possui conteúdos sobre impactos relacionados ao desempenho econômico, e como são gerenciados estes impactos (GRI, 2023, p. 316–328).

a) **Conteúdos temáticos** (201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído; 201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas; 201-3 Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria; 201-4 Apoio financeiro recebido do governo);

4) GRI 202 - Presença de Mercado 2016: Possui conteúdos relacionados à contribuição da organização para o desenvolvimento econômico nas áreas ou comunidades em que opera no mercado (GRI, 2023, p. 333–341).

a) **Conteúdos temáticos** (202-1 Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por gênero; 202-2 Proporção de membros da diretoria contratados na comunidade)

5) GRI 203 - Impactos Econômicos Indiretos 2016: Contém informações sobre as consequências adicionais do impacto direto de transações financeiras e do fluxo financeiro entre a organização e *stakeholders* (GRI, 2023, p. 346–353).

a) **Conteúdos temáticos** (203-1 Investimentos em infraestruturas e apoio a serviços; 203-2 Impactos econômicos indiretos significativos)

6) GRI 204 - Práticas de compras 2016: Aborda sobre o apoio que a organização direciona aos fornecedores locais ou empreendimentos que pertencem a mulheres ou membros de grupos vulneráveis. E sobre práticas relacionadas às compras da organização causam ou contribuem para causar impactos negativos na cadeia de fornecedores (GRI, 2023, p. 356–362).

a) **Conteúdo temático** (204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais);

7) GRI 205 - Anticorrupção 2016: Contém informações sobre práticas para evitar suborno, propina, fraude, extorsão, conluio e lavagem de dinheiro; oferta ou recebimento de presentes, empréstimos, comissões, recompensas ou vantagens como indução para fazer algo desonesto, ilegal ou que represente quebra de confiança, apropriação indébita, tráfico de

influência, abuso de função, enriquecimento ilícito, ocultação e obstrução da justiça (GRI, 2023, p. 365–373).

a) **Conteúdos temáticos** (205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção; 205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate a corrupção; 205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas);

8) GRI 206 - Comportamento anticompetitivo 2016: Ações adotadas para evitar conluio com potenciais concorrentes com o propósito de limitar os efeitos da concorrência no mercado, por exemplo, fixação de preços ou coordenação de licitações; criação de restrições de mercado ou de produção (GRI, 2023, p. 379–385).

a) **Conteúdos temáticos** (206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio);

9) GRI 207 - Impostos 2019: Contém informações sobre tributos e seus impactos para a política fiscal e a estabilidade macroeconômica dos países. Os tributos pagos por uma organização mostram que a lucratividade depende de fatores externos à organização, inclusive o acesso a trabalhadores, mercados, infraestrutura, serviços públicos, recursos naturais e administração pública (GRI, 2023, p. 390–406).

a) **Conteúdos temáticos** (207-1 Abordagem tributária; 207-2 Governança, controle e gestão de risco fiscal; 207-3 Engajamento de *stakeholders* e gestão de suas preocupações quanto a tributos; 207-4 Relato país-a-país);

10) GRI 301- Materiais 2016: Aborda sobre os tipos e quantidades de materiais utilizados. A contribuição da organização para a conservação de recursos naturais pode ser indicada por sua abordagem para reciclagem, reutilização e recuperação de materiais, produtos e embalagens (GRI, 2023, p. 412–420).

a) **Conteúdos temáticos** (301-1 Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume; 301-2 Matérias-primas ou Materiais reciclados utilizados; 301-3 Produtos e suas embalagens reaproveitados);

11) GRI 302 - Energia 2016: Possui informações sobre impactos relacionados à energia, e como são gerenciam esses impactos. O uso eficiente de energia e a opção por fontes de energia renováveis auxiliam no combate às mudanças climáticas e na redução da pegada ambiental geral da organização (GRI, 2023, p. 423–435).

a) **Conteúdos temáticos** (302-1 Consumo de energia dentro da organização; 302-2 Consumo de energia fora da organização; 302-3 Intensidade energética; 302-4 Redução do consumo de energia; 302-5 Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços);

12) GRI 303 - Água e efluentes 2018: Contém informações que favorecem a compreensão do uso da água. Uma abordagem eficaz para a gestão de água e efluentes leva em consideração o contexto local e reconhece a importância da gestão de recursos hídricos como um recurso compartilhado (GRI, 2023, p. 439–459).

a) **Conteúdos temáticos** (303-1 Interação com a água como um recurso compartilhado; 303-2 Gestão de impactos relacionados ao descarte de água; 303-3 Captação de água; 303-4 Descarte de água; 303-5 Consumo de água);

13) GRI 304 - Biodiversidade 2016: Aborda sobre a proteção da diversidade biológica para garantir a sobrevivência de espécies vegetais e animais, da diversidade genética e dos ecossistemas naturais, contribuindo para a segurança alimentar e a saúde humana. A biodiversidade também contribui com os meios de subsistência locais, tornando-se essencial para a redução da pobreza (GRI, 2023, p. 467–478).

a) **Conteúdos temáticos** (304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora das áreas de proteção ambiental; 304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade; 304-3 Habitats protegidos ou restaurados; 304-4 Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização);

14) GRI 305 - Emissões 2016: Contém informações sobre descargas de substâncias na atmosfera a partir de determinada fonte. As emissões de GEE são um dos principais contribuintes para a mudança do clima (GRI, 2023, p. 480–499).

a) **Conteúdos temáticos** (305-1 Emissões diretas - Escopo 1 - de gases de efeito estufa; 305-2 Emissões indiretas - Escopo 2 - de gases de efeito estufa, provenientes da aquisição de energia; 305-3 Outras emissões indiretas - Escopo 3 - de gases de efeito estufa; 305-4 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa; 305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa; 305-6 Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio; 305-7 Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas);

15) GRI 306 - Resíduos 2020: Fornece informações sobre como a organização evita a produção de resíduos e como gerencia os resíduos que não podem ser evitados em suas próprias atividades. Também podem ser gerados por entidades *upstream* e *downstream* na cadeia de valor da organização, por exemplo, quando fornecedores processam materiais que serão mais tarde utilizados ou comprados pela organização, ou quando consumidores utilizam os serviços ou descartam os produtos que a organização vende a eles (GRI, 2023, p. 517–545).

a) **Conteúdos temáticos** (306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos; 306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos; 306-3 Resíduos gerados; 306-4 Resíduos não destinados para disposição final; 306-5 Resíduos destinados a disposição final);

16) GRI 308 - Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016: Aborda sobre impactos ambientais negativos resultantes das relações de negócios com outras partes. A devida diligência é esperada da organização na prevenção, mitigação, para lidar com impactos ambientais negativos reais e potenciais da cadeia de fornecedores. Estes incluem impactos negativos que a organização causa ou contribui para causar, ou que estão diretamente relacionados a suas operações, seus produtos ou serviços por sua relação com um fornecedor (GRI, 2023, p. 546–553).

a) **Conteúdos temáticos** (308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais; 308-2 Impactos ambientais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas)

17) GRI 401 - Emprego 2016: Envolve a abordagem da organização para emprego ou criação de empregos, e as condições de trabalho que ela fornece internamente e na cadeia de fornecedores (GRI, 2023, p. 558–568).

a) **Conteúdos temáticos** (401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados; 401-2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial; 401-3 Licença maternidade e paternidade);

18) GRI 402 - Trabalho/Relações de Gestão 2016: Compreende práticas de consulta de uma organização com os empregados e seus representantes, incluindo a comunicação de mudanças operacionais significativas (GRI, 2023, p. 574–580).

a) **Conteúdos temáticos** (402-1 Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais);

19) GRI 403 - Saúde e Segurança no Trabalho 2018: Envolve condições de trabalho saudáveis e seguras tanto a prevenção de danos físicos e mentais como a promoção da saúde do trabalhador (GRI, 2023, p. 585–614).

a) **Conteúdos temáticos** (403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho; 403-2 Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes; 403-3 Serviços de saúde do trabalho; 403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho; 403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança no trabalho; 403-6 Promoção da saúde do trabalhador; 403-7 Prevenção e mitigação dos impactos na saúde e segurança do trabalho

diretamente vinculados com relações de negócios; 403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho; 403-9 Acidentes de trabalho; 403-10 Doenças profissionais);

20) GRI 404 - Treinamento e Educação 2016: Inclui abordagens da organização para capacitação e aperfeiçoamento de competências dos empregados, avaliações de desempenho e desenvolvimento de carreira (GRI, 2023, p. 624–633).

a) **Conteúdos temáticos** (404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado; 404-2 Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira; 404-3 Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira);

21) GRI 405 - Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016: Inclui a promoção ativa da diversidade e a igualdade no local de trabalho, gerando benefícios significativos tanto para a organização como para os trabalhadores. Esses benefícios se transferem para a sociedade em geral, vez que uma maior igualdade promove a estabilidade social e apoia o desenvolvimento econômico (GRI, 2023, p. 638–644).

a) **Conteúdos temáticos** (405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados; 405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens);

22) GRI 406 – Não discriminação 2016: Envolve ações para evitar discriminação a qualquer pessoa por qualquer motivo, evitando a discriminação dos trabalhadores no local de trabalho (GRI, 2023, p. 650–656).

a) **Conteúdos temáticos** (406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas);

23) GRI 407 - Liberdade de Associação e Negociação Coletiva 2016: Envolve impactos relacionados à liberdade sindical e negociação coletiva, e sobre como elas gerenciam esses impactos (GRI, 2023, p. 660–666).

a) **Conteúdos temáticos** (407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco);

24) GRI 408 - Trabalho infantil 2016: Envolve diligências para evitar o uso de trabalho infantil nas atividades ou uso do trabalho infantil por meio de seus relacionamentos com fornecedores ou clientes (GRI, 2023, p. 671–678).

a) **Conteúdos temáticos** (408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil);

25) GRI 409 - Trabalho Forçado ou Obrigatório 2016: Aborda sobre práticas para evitar e combater todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo em suas atividades ou uso deste tipo de trabalho por meio de seus relacionamentos com fornecedores ou clientes (GRI, 2023, p. 683–689).

a) **Conteúdos temáticos** (409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo);

26) GRI 410 - Práticas de Segurança 2016: Envolve a conduta do pessoal de segurança em relação a terceiros e o possível risco de uso excessivo de força ou outras violações dos direitos humanos. O uso de pessoal de segurança pode ter impactos negativos nas populações locais, na defesa dos direitos humanos e do estado de direito (GRI, 2023, p. 694–700).

a) **Conteúdos temáticos** (410-1 Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos);

27) GRI 411 - Direitos dos Povos Indígenas 2016: Aborda sobre a implementação das políticas da organização para povos indígenas. Esses grupos podem experimentar impactos negativos como resultado das atividades da organização com maior severidade do que a população em geral (GRI, 2023, p. 703–709).

a) **Conteúdos temáticos** (411-1 Casos de violação de direitos dos povos indígenas);

28) GRI 413 - Comunidades Locais 2016: Envolve o engajamento efetivo com as comunidades locais para identificar suas expectativas e necessidades (GRI, 2023, p. 715–724).

a) **Conteúdos temáticos** (413-1 Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local; 413-2 Operações com impactos negativos significativos reais ou potenciais nas comunidades locais);

29) GRI 414 - Avaliação Social dos Fornecedores 2016: Possui conteúdos sobre impactos sociais de sua cadeia de fornecedores. A devida diligência auxilia na prevenção, mitigação de impactos sociais negativos reais e potenciais da cadeia de fornecedores (GRI, 2023, p. 730–737).

a) **Conteúdos temáticos** (414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais; 414-2 Impactos sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas);

30) GRI 415 - Políticas Públicas 2016: Inclui o desenvolvimento de políticas públicas por meio de lobby e contribuições para partidos políticos, políticos ou causas políticas, financeiras ou não financeiras (GRI, 2023, p. 742–748).

a) **Conteúdos temáticos** (415-1 Contribuições políticas);

31) GRI 416 - Saúde e Segurança dos Clientes 2016: Envolve esforços sistemáticos da organização na abordagem de questões de saúde e segurança em todo o ciclo de vida de um produto ou serviço, além de sua adesão às leis e aos códigos voluntários de saúde e segurança do consumidor (GRI, 2023, p. 752–759).

a) **Conteúdos temáticos** (416-1 Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços; 416-2 Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços);

32) GRI 417 - Marketing e Rotulagem 2016: Inclui o acesso dos clientes a informações precisas e adequadas sobre os impactos econômicos, ambientais e sociais positivos e negativos dos produtos e serviços que eles consomem, do ponto de vista da rotulagem de produtos e serviços e do marketing (GRI, 2023, p. 762–770).

a) **Conteúdos temáticos** (417-1 Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços; 417-2 Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços; 417-3 Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing);

33) GRI 418 - Privacidade dos clientes 2016: Inclui ações para evitar a perda de dados de clientes e violação da privacidade do cliente, que resulta na ausência de conformidade com leis, regulamentos e/ou outras normas voluntárias existentes inerentes à proteção da privacidade do cliente (GRI, 2023, p. 774–780).

a) **Conteúdos temáticos** (418-1 Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perdas de dados de clientes);

O modelo de sumário de conteúdo da GRI, apresentado no Quadro C.1 foi adaptado para melhor compreensão, uma vez que, originalmente, não apresenta a coluna de n.º 4, que mostra a descrição dos requisitos, indicando quais informações devem ser relatadas. Desse modo, destaca-se que a referida descrição foi retirada do conjunto consolidado das normas GRI.

Quadro C.1 – Requisitos do modelo de sumário de conteúdo GRI

GRI STANDARDS	DIMENSÃO	CONTEÚDO	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS
GRI 2: Divulgações gerais 2021	A Organização e suas práticas de relato	2-1 Detalhes da Organização	a. relatar seu nome jurídico; b. relatar sua estrutura societária e forma jurídica; c. relatar a localização de sua sede; d. relatar os países em que opera.
		2-2 Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização	a. listar todas as entidades incluídas em seu relato de sustentabilidade; se a organização tiver demonstrações financeiras consolidadas auditadas ou informações financeiras registradas em registro público, especificar as diferenças entre as entidades incluídas em seu relato financeiro e a lista das incluídas em seu relato de sustentabilidade; b. se a organização for composta por várias entidades, explicar a abordagem usada para consolidar as informações, incluindo: i. se a abordagem envolve ajustes de informações para participações minoritárias; como a abordagem considera fusões, aquisições e alienações de entidades ou de partes de entidades; ii. se e como a abordagem difere ao longo dos conteúdos desta Norma e ao longo dos temas materiais.
		2-3 Período de relato, frequência e ponto de contato	a. especificar o período de relato e a frequência de seu relato de sustentabilidade; especificar o período de relato de seu relato financeiro e, se ele não se alinhar com o período de seu relato de sustentabilidade, explicar o motivo para isso; b. c. relatar a data de publicação do relatório ou das informações relatadas; d. especificar o contato para perguntas sobre o relatório ou as informações relatadas
		2-4 Reformulações de informações	a. relatar reformulações de informações feitas em períodos de relato anteriores e explique: i. os motivos das reformulações; ii. o efeito das reformulações.
		2-5 Verificação externa	a. descrever sua política e sua prática para obter verificação externa, incluindo como e se o mais alto órgão de governança e altos executivos estão envolvidos; b. se o relato de sustentabilidade da organização obteve verificação externa: fornecer um link ou referência para o(s) relatório(s) de verificação externa ou declaração(ões) de verificação; i. descrever o que foi verificado e com base em quê, incluindo as normas de verificação usadas, o nível de verificação obtido, bem como quaisquer limitações do processo de verificação; ii. descrever a relação entre a organização e o prestador do serviço de verificação externa.
	Atividades e trabalhadores	2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	a. relatar o(s) setor(es) em que atua; b. descrever sua cadeia de valor, incluindo: as atividades, os produtos e serviços da organização e os mercados atendidos por ela; i. ii. a cadeia de fornecedores da organização; iii. as entidades <i>downstream</i> da organização e suas atividades; c. relatar outras relações de negócios relevantes; d. descrever mudanças significativas nos itens 2-6-a, 2-6-b, e 2-6-c em comparação ao período de relato anterior.
		2-7 Empregados	a. relatar o número total de empregados, discriminando este total por gênero e por região; b. relatar o número total de: i. empregados permanentes, discriminado por gênero e por região; ii. empregados temporários, discriminado por gênero e por região; iii. empregados sem garantia de carga horária, discriminado por gênero e por região; iv. empregados em tempo integral, discriminado por gênero e por região; v. empregados de período parcial, discriminado por gênero e por região; c. descrever as metodologias e premissas usadas para compilar os dados, incluindo se os números estão relatados: i. no total de empregados ou em equivalentes em tempo integral, ou usando outra metodologia; ii. ao término do período de relato, como uma média ao longo do período de relato, ou usando outra metodologia; d. relatar informações contextuais necessárias para a compreensão dos dados relatados nos itens 2-7-a e 2-7-b; e. descrever flutuações significativas no número de empregados durante o período de relato e entre períodos de relato.

GRI STANDARDS	DIMENSÃO	CONTEÚDO	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS
		2-8 Trabalhadores que não são empregados	a. relatar o número total de trabalhadores que não são empregados e cujo trabalho é controlado pela organização e descrever: i. os tipos mais comuns de trabalhadores e suas relações contratuais com a organização; ii. o tipo de trabalho que eles realizam; b. descrever as metodologias e premissas usadas para compilar os dados, incluindo se o número de trabalhadores que não são empregados está relatado: i. no total de empregados, em equivalentes em tempo integral, ou usando outra metodologia; ii. ao término do período de relato, como uma média ao longo do período de relato, ou usando outra metodologia; c. descrever flutuações significativas no número de trabalhadores que não são empregados durante o período de relato e entre períodos de relato.
	Governança	2-9 Estrutura de governança e sua composição	a. descrever sua estrutura de governança, incluindo os comitês do mais alto órgão de governança; b. listar os comitês do mais alto órgão de governança que são responsáveis pela tomada de decisão e pela supervisão da gestão dos impactos da organização na economia, no meio ambiente e nas pessoas; c. descrever a composição do mais alto órgão de governança e dos seus comitês por: i. função executiva ou não executiva; ii. independência; iii. mandato dos membros do mais alto órgão de governança; número de outros cargos e compromissos importantes de cada membro, bem como a natureza desses compromissos; iv. v. gênero; vi. grupos sociais sub-representados; vii. competências relevantes para os impactos da organização; viii. representação de <i>stakeholders</i> .
		2-10 Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança	a. descrever os processos de nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança e seus comitês; b. descrever os critérios adotados para nomear e selecionar os membros do mais alto órgão de governança, incluindo se e como os seguintes critérios são considerados: i. opiniões dos <i>stakeholders</i> (incluindo acionistas); ii. diversidade; iii. independência; iv. competências relevantes para os impactos da organização.
		2-11 Presidente do mais alto órgão de governança	a. relatar se o presidente do mais alto órgão de governança é também um alto executivo da organização; b. se o presidente for também um alto executivo, descrever sua função na gestão da organização, os motivos para esse acúmulo de funções e como conflitos de interesse são prevenidos e mitigados.
		2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos	a. descrever o papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança e pelos altos executivos no desenvolvimento, na aprovação e atualização da declaração de valores ou de missão, estratégias, políticas e objetivos relacionados ao desenvolvimento sustentável; b. descrever o papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da devida diligência da organização e de outros processos para identificar e gerenciar seus impactos na economia, no meio ambiente e nas pessoas, incluindo: i. se e como o mais alto órgão de governança se engaja com <i>stakeholders</i> para ajudar nesses processos; ii. como o mais alto órgão de governança considera os resultados desses processos; c. descrever o papel do mais alto órgão de governança na análise da eficácia dos processos da organização conforme descrito no item 2-12-b e relatar a frequência desta análise.
		2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão dos impactos	a. descrever como o mais alto órgão de governança delega responsabilidade pela gestão dos impactos da organização na economia, no meio ambiente e nas pessoas, incluindo: i. se ela nomeou algum alto executivo para ser responsável pela gestão dos impactos; ii. se ela delegou responsabilidade pela gestão dos impactos para outros empregados; b. descrever o processo e a frequência com que altos executivos e outros empregados devem relatar ao mais alto órgão de governança sobre a gestão dos impactos da organização na economia, no meio ambiente e nas pessoas.
		2-14 O papel do mais alto órgão de governança na	a. relatar se o mais alto órgão de governança é responsável por analisar e aprovar as informações relatadas, incluindo os temas materiais da organização, e se for, descrever o processo de análise e aprovação das informações; b. se o mais alto órgão de

GRI STANDARDS	DIMENSÃO	CONTEÚDO	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS
		elaboração de relatórios de sustentabilidade	governança não for responsável por analisar e aprovar as informações relatadas, incluindo os temas materiais da organização, explicar os motivos para isso.
		2-15 Conflitos de interesse	a. descrever os processos usados pelo mais alto órgão de governança para garantir que conflitos de interesse sejam prevenidos e mitigados; b. relatar se conflitos de interesse são revelados aos <i>stakeholders</i> , incluindo, pelo menos, conflitos de interesse relacionados a: i. participação cruzada em outros órgãos de administração; ii. participação acionária cruzada com fornecedores e outros <i>stakeholders</i> ; iii. existência de acionistas controladores; iv. partes relacionadas, suas relações, transações e saldos pendentes
		2-16 Comunicação de preocupações cruciais	a. descrever se e como preocupações cruciais são comunicadas ao mais alto órgão de governança; b. relatar o número total e a natureza das preocupações cruciais comunicadas ao mais alto órgão de governança durante o período de relato.
		2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	a. relatar medidas tomadas para desenvolver o conhecimento coletivo, as habilidades e a experiência do mais alto órgão de governança sobre desenvolvimento sustentável.
		2-18 Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	a. descrever os processos de avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança no que diz respeito à supervisão da gestão dos impactos da organização na economia, no meio ambiente e nas pessoas; b. relatar se essa avaliação é independente ou não e com que frequência ela é realizada; c. descrever as medidas tomadas em resposta às avaliações, incluindo mudanças na composição do mais alto órgão de governança e em práticas organizacionais.
		2-19 Políticas de remuneração	a. descrever as políticas de remuneração aplicadas aos membros do mais alto órgão de governança e aos altos executivos, incluindo: i. remuneração fixa e variável; ii. bônus de atração ou pagamentos de incentivos ao recrutamento; iii. pagamentos de rescisão; iv. devolução de bônus e incentivos (<i>clawback</i>); v. benefícios de aposentadoria; b. descrever como as políticas de remuneração para membros do mais alto órgão de governança e para os altos executivos estão vinculadas aos seus objetivos e ao seu desempenho em relação à gestão dos impactos da organização na economia, no meio ambiente e nas pessoas.
		2-20 Processo para determinação da remuneração	a. descrever o processo de desenvolvimento das políticas de remuneração e para determinação da remuneração, incluindo: i. se membros independentes do mais alto órgão de governança ou um comitê de remuneração independente supervisiona o processo de determinação da remuneração; ii. como as opiniões dos <i>stakeholders</i> (incluindo acionistas) relacionadas a remuneração são obtidas e consideradas; iii. se consultores de remuneração estão envolvidos na determinação da remuneração e, caso estejam, se eles são independentes da organização, do mais alto órgão de governança e de seus altos executivos; b. relatar os resultados de votações de <i>stakeholders</i> (incluindo acionistas) nas políticas e propostas de remuneração, se aplicável.
		2-21 Proporção da remuneração total anual	a. relatar a proporção entre a remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização e a remuneração total anual média de todos os empregados (excluindo-se o mais bem pago); b. relatar a proporção entre o aumento percentual na remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização e o aumento percentual médio na remuneração total anual de todos os empregados (excluindo-se o mais bem pago); c. relatar informações contextuais para a compreensão dos dados relatados e como os dados foram compilados.

GRI STANDARDS	DIMENSÃO	CONTEÚDO	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS
	Estratégia, políticas e práticas	2-22 Declaração sobre estratégias do desenvolvimento sustentável	a. relatar uma declaração do mais alto órgão de governança ou do alto executivo mais importante da organização sobre a relevância do desenvolvimento sustentável para a organização e sua estratégia para contribuir com o desenvolvimento sustentável.
		2-23 Compromissos políticos	a. descrever seus compromissos de política para uma conduta empresarial responsável, incluindo: i.os instrumentos intergovernamentais reconhecidos internacionalmente a que os compromissos se referem; ii. se os compromissos preveem a realização de devida diligência; iii. se os compromissos preveem a aplicação do princípio da precaução; iv. se os compromissos preveem o respeito para com os direitos humanos; b. descrever seu compromisso de política específico para com o respeito aos direitos humanos, incluindo: i.os direitos humanos internacionalmente reconhecidos que o compromisso aborda; ii. as categorias de <i>stakeholders</i> , incluindo grupos em situação de risco ou grupos vulneráveis, a quem a organização dá especial atenção no compromisso; c.fornecer <i>links</i> para os compromissos de política se disponíveis ao público ou, se os compromissos de política não estiverem disponíveis ao público, explicar o motivo para isso; d. relatar o nível em que cada um dos compromissos de política foi aprovado pela organização, incluindo se este é o nível mais alto; e. relatar até que ponto os compromissos de política se aplicam às atividades da organização e às suas relações de negócios; f. descrever como os compromissos de política são comunicados aos trabalhadores, parceiros de negócios e outras partes relevantes.
		2-24 Incorporação de compromissos de política	a. descrever como ela incorpora seus compromissos de política para uma conduta empresarial responsável em todas as suas atividades e relações de negócios, incluindo: i. como delega responsabilidades para a implementação dos compromissos nos diferentes níveis dentro da organização; ii.como integra os compromissos nas estratégias organizacionais, nas políticas e procedimentos operacionais; iii.como implementa seus compromissos com e por meio de suas relações de negócios; iv.treinamento que a organização fornece para a implementação dos compromissos.
		2-25 Processos para reparar impactos negativos	a.descrever seus compromissos de promover ou colaborar com a reparação de impactos negativos que a organização identifica que causou ou contribuiu para causar; b.descrever sua abordagem para identificar e abordar queixas, incluindo os mecanismos de queixas que a organização tenha estabelecido ou dos quais participa; c.descrever outros processos pelos quais a organização promove ou colabora com a reparação de impactos negativos que ela identifica que causou ou contribuiu para causar; d.descrever como os <i>stakeholders</i> que são os usuários-alvo dos mecanismos de queixas estão envolvidos na concepção, revisão, operação e melhoria desses mecanismos; e.descrever como a organização rastreia a eficácia dos mecanismos de queixas e de outros processos de reparação e como relata exemplos de sua eficácia, incluindo o feedback dos <i>stakeholders</i> .
		2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	a. descrever os mecanismos para que indivíduos: i. busquem aconselhamento sobre como implementar as políticas e práticas da organização para uma conduta empresarial responsável; ii. apresentem preocupações relativas à conduta empresarial da organização.
		2-27 Conformidade com leis e regulamentos	a. relatar o número total de casos significativos de não conformidade com leis e regulamentos durante o período de relato, discriminando este total por:i. casos em que multas foram aplicadas; ii. casos em que sanções não monetárias foram aplicadas; b. relatar o número total e o valor monetário de multas para casos de não conformidade com leis e regulamentos que ocorreram durante o período de relato, discriminando este total por: i. multas para casos de não conformidade com leis e regulamentos

GRI STANDARDS	DIMENSÃO	CONTEÚDO	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS
			que ocorreram durante o período de relato atual; ii. multas para casos de não conformidade com leis e regulamentos que foram pagas durante períodos de relato anteriores;
		2-28 Participação em associações	a. relatar as associações do setor, outras associações, além de organizações nacionais ou internacionais de <i>advocacy</i> das quais participa.
	Engajamento de <i>stakeholders</i>	2-29 Abordagem para engajamento de <i>stakeholders</i>	a. descrever a abordagem adotada para engajar-se com os <i>stakeholders</i> , incluindo: i.as categorias de <i>stakeholders</i> com as quais ela se engaja e como elas são identificadas; ii. o propósito do engajamento de <i>stakeholders</i> ; iii. como a organização busca garantir um engajamento significativo com <i>stakeholders</i> .
		2-30 Acordos de negociação coletiva	a. relatar o percentual do total de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva; b. para empregados não cobertos por acordos de negociação coletiva, relatar se a organização define suas condições de trabalho e termos de emprego com base em acordos de negociação coletiva que cubram seus outros empregados ou com base em acordos de negociação coletiva de outras organizações.
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	Conteúdos sobre tópicos materiais	3-1 Processo de definição de tópicos materiais	a. descrever o processo seguido para definição dos temas materiais, incluindo: i.como ela identificou impactos negativos e positivos reais e potenciais na economia, no meio ambiente e nas pessoas, inclusive impactos em seus direitos humanos, em todas as suas atividades e relações de negócios; ii. como ela priorizou os impactos para o relato com base na importância; b. especificar os <i>stakeholders</i> e especialistas cujos pontos de vista embasaram o processo de definição de temas materiais.
		3-2 Lista de tópicos materiais	a. listar seus temas materiais; b. relatar mudanças na lista de temas materiais em comparação ao período de relato anterior.
		3-3 Gestão de tópicos materiais	a.descrever os impactos reais e potenciais, negativos e positivos na economia, no meio ambiente e nas pessoas, inclusive impactos em seus direitos humanos; b.relatar se a organização está envolvida com impactos negativos por meio das suas atividades ou como resultado das suas relações de negócios, e descrever as atividades ou relações de negócios; c.descrever suas políticas ou compromissos para com os temas materiais; d.descrever as medidas tomadas para gerenciar o tema e os impactos a ele relacionados, entre as quais:i. medidas para prevenir ou mitigar impactos negativos potenciais; ii. medidas para abordar impactos negativos reais, inclusive medidas para providenciar sua reparação ou cooperar com ela; iii. medidas para gerenciar impactos positivos reais e potenciais; e. relatar as seguintes informações sobre o rastreamento da eficácia das medidas tomadas: i. processos usados para rastrear a eficácia das medidas; ii. objetivos, metas e indicadores usados para avaliar o progresso; iii. a eficácia das medidas, inclusive o progresso rumo aos objetivos e às metas; iv. aprendizados e como foram incorporados nas políticas e procedimentos operacionais da organização; f. descrever como o engajamento com <i>stakeholders</i> embasou as medidas tomadas (3-3- d) e como a organização informou se as medidas foram eficazes (3-3-e).
GRI 201: Desempenho econômico 2016		201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído	a.O valor econômico direto gerado e distribuído (EVG&D) em regime de competência, incluindo os componentes básicos das operações globais da organização listados abaixo. Se os dados forem apresentados no regime de caixa, relate a justificativa dessa decisão e os seguintes componentes básicos: i. Valor econômico direto gerado: receitas; ii. Valor econômico distribuído: custos operacionais, salários e benefícios de empregados, pagamentos a provedores de capital, pagamentos ao governo (por país) e investimentos na comunidade; iii. Valor econômico retido: “valor econômico direto gerado” menos “valor econômico distribuído”. b. Quando significativo, relate o valor econômico gerado e distribuído separadamente por país, região ou mercado, e os critérios utilizados para definir essa relevância. Requisitos para compilação 2.1 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 201-1, a organização relatora deverá, se aplicável, compilar o valor econômico direto gerado e

GRI STANDARDS	DIMENSÃO	CONTEÚDO	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS
	Conteúdos Temáticos - Dimensão Econômica		distribuído a partir dos dados contidos nas demonstrações financeiras ou demonstração do resultado do exercício auditadas ou nos seus relatórios de gestão auditados internamente.
		201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	a. Riscos e oportunidades apresentados pelas mudanças climáticas com potencial de gerar mudanças substanciais nas operações, receitas ou despesas, incluindo: i. uma descrição do risco ou da oportunidade e sua classificação como físico(a), regulatório(a) ou de outra natureza; ii. uma descrição do impacto associado ao risco ou à oportunidade; iii. as implicações financeiras do risco ou da oportunidade antes de serem tomadas medidas; iv. os métodos utilizados para gerenciar o risco ou a oportunidade; v. os custos das medidas tomadas para gerenciar o risco ou a oportunidade.
		201-3 Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria	a. Se o passivo do plano for coberto pelos recursos gerais da organização, relatar o valor estimado do passivo. b. Se houver um fundo específico para pagar o passivo do plano de pensão: i. uma estimativa de até que ponto o passivo do plano é coberto pelo ativo alocado para esse fim; ii. a base de cálculo para essa estimativa; iii. quando a estimativa foi feita. c. Se um fundo criado para o pagamento do passivo do plano de pensão não for totalmente coberto, explicar a estratégia, se houver, adotada pelo empregador para garantir uma cobertura completa e o cronograma, se houver, segundo o qual o empregador espera atingir a cobertura completa. d. Percentual do salário contribuído pelo empregado ou empregador. e. Nível de participação nos planos de aposentadoria, como a participação em planos obrigatórios ou voluntários, regionais ou nacionais, ou aqueles com impactos financeiros.
		201-4 Apoio financeiro recebido do governo	a. O valor monetário total do apoio financeiro recebido pela organização de governos durante o período coberto pelo relatório, incluindo: i. benefícios e créditos fiscais; ii. subsídios; iii. subvenções para investimento, pesquisa e desenvolvimento e outros tipos relevantes de concessões; iv. prêmios; v. royalty holidays (incentivos que retardam o pagamento de royalties); vi. apoio financeiro de Agências de Crédito à Exportação (ECA, na sigla em inglês); vii. incentivos financeiros; viii. outros benefícios financeiros recebidos ou recebíveis de qualquer governo para qualquer operação. b. As informações solicitadas acima, em 201-4-a, discriminadas por país. c. Se, e em que medida, algum governo participa da estrutura acionária da organização. Requisitos para compilação 2.5 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 201-4, a organização relatora deverá identificar o valor monetário do apoio financeiro recebido do governo aplicando, coerentemente, princípios contábeis geralmente aceitos.
GRI 202: Presença de Mercado 2016		202-1 Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por gênero	a. Quando uma parcela significativa dos empregados for remunerada com base em salários sujeitos às regras do salário mínimo, relate a proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo, por gênero, em unidades operacionais importantes. b. Quando uma parcela significativa de outros trabalhadores (exceto os empregados) que realizam as atividades da organização for remunerada com base em salários sujeitos às regras do salário mínimo, descreva as medidas tomadas para determinar se esses trabalhadores são pagos acima do salário mínimo. c. Se um salário mínimo local não existe ou é variável em unidades operacionais importantes, por gênero. Em circunstâncias em que diferentes mínimos podem ser utilizados como referência, informe qual salário mínimo está sendo usado. d. A definição utilizada para "unidades operacionais importantes".
		202-2 Proporção de membros da diretoria	a. O percentual de membros da diretoria de unidades operacionais importantes contratados na comunidade local. b. A definição utilizada para "diretoria". c. A definição geográfica de "local" adotada pela organização. d. A definição utilizada para "unidades operacionais importantes". Requisitos para compilação. 2.2 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 202-2, a organização relatora deverá calcular esse percentual usando dados de empregados em tempo integral.

GRI STANDARDS	DIMENSÃO	CONTEÚDO	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS
		contratados na comunidade	
GRI 203: Impactos Econômicos Indiretos 2016		203-1 Investimentos em infraestruturas e apoio a serviços	a.O nível de desenvolvimento de investimentos em infraestrutura e apoio a serviços que sejam significativos.b. Impactos atuais ou esperados nas comunidades e economias locais, incluindo impactos positivos e negativos, quando relevantes.c. Se esses investimentos e serviços são comerciais, em espécie ou gratuitos.
		203-2 Impactos econômicos indiretos significativos	a. Exemplos de impactos econômicos indiretos significativos da organização já identificados, tanto positivos como negativos. b. A importância dos impactos econômicos indiretos no contexto de referências externas e prioridades para os <i>stakeholders</i> , tais como normas, protocolos e agendas de políticas nacionais e internacionais.
GRI 204: Práticas de compras 2016		204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais	a. Percentual do orçamento de compras utilizado em unidades operacionais importantes que é gasto com fornecedores locais (tais como o percentual de produtos e serviços comprados localmente). b.A definição geográfica de "local" adotada pela organização. c.A definição utilizada para "unidades operacionais importantes".
		205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	a. Número total e percentual de operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção.b. Riscos significativos relacionados à corrupção identificados por avaliação de riscos.
GRI 205: Anticorrupção 2016		205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate a corrupção	a. Número total e percentual de membros do órgão de governança aos quais foram comunicados os procedimentos e as políticas de combate à corrupção adotados pela organização, discriminados por região. b. Número total e percentual de empregados aos quais foram comunicados os procedimentos e as políticas de combate à corrupção adotados pela organização, discriminados por categoria funcional e região. c.Número total e percentual de parceiros de negócios aos quais foram comunicados os procedimentos e as políticas de combate à corrupção adotados pela organização, discriminados por tipo de parceiro de negócios e região. Descreva se os procedimentos e as políticas de combate à corrupção da organização foram comunicados a quaisquer outras pessoas ou organizações.d. Número total e percentual de membros do órgão de governança que receberam capacitação em combate à corrupção, discriminados por região.e. Número total e percentual de empregados que receberam capacitação em combate à corrupção, discriminados por categoria funcional e região.
		205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	a. Número total e natureza dos casos confirmados de corrupção. b. Número total de casos confirmados em que empregados foram demitidos ou punidos por corrupção. c. Número total de casos confirmados em que contratos com parceiros de negócios foram rescindidos ou não renovados em decorrência de violações relacionadas à corrupção. d. Processos judiciais relacionados à corrupção movidos contra a organização ou seus empregados no período de relato e o resultado desses processos.
GRI 206: Comportamento anticompetitivo 2016		206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	a. Número de ações judiciais pendentes ou encerradas durante o período de relato referentes a concorrência desleal e violações de leis antitruste e antimonopólio em que a organização tenha sido identificada como participante. b. Principais resultados das ações judiciais concluídas, incluindo quaisquer decisões ou sentenças.
GRI 207: Impostos 2019		207-1 Abordagem tributária	a. Uma descrição da abordagem tributária, incluindo: i.se a organização possui uma estratégia fiscal e, caso possua, um link para essa estratégia quando estiver disponível ao público; ii. o órgão de governança ou o cargo de nível executivo dentro da

GRI STANDARDS	DIMENSÃO	CONTEÚDO	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS
			organização que formalmente analisa e aprova a estratégia fiscal, além da frequência dessa análise; iii. a abordagem para conformidade regulatória; iv. como a abordagem tributária está vinculada às estratégias de negócios e de desenvolvimento sustentável da organização.
		207-2 Governança, controle e gestão de risco fiscal	a. Uma descrição da estrutura de governança e controle fiscal, incluindo: i. o órgão de governança ou o cargo de nível executivo dentro da organização responsável pela conformidade com a estratégia fiscal; ii. como a abordagem tributária está integrada na organização; iii. a abordagem para riscos fiscais, inclusive como os riscos são identificados, geridos e monitorados; iv. como a conformidade com a estrutura de governança e controle fiscal é avaliada. b. Uma descrição dos mecanismos para apresentação de preocupações relativas à conduta empresarial da organização e à integridade da organização em relação a tributos. c. Uma descrição do processo de verificação de relatos de conteúdos fiscais incluindo, se aplicável, um link ou uma referência ao(s) relatório(s), declaração(ões) ou parecer(es) da verificação.
		207-3 Engajamento de <i>stakeholders</i> e gestão de suas preocupações quanto a tributos	a. Uma descrição da abordagem para engajamento de <i>stakeholders</i> e gestão de suas preocupações quanto a tributos, incluindo: i. a abordagem para relacionamento com autoridades fiscais; ii. a abordagem para ações de <i>advocacy</i> (incidência política) em políticas públicas referentes a tributos; iii. os processos para coletar e avaliar as opiniões e preocupações dos <i>stakeholders</i> , inclusive <i>stakeholders</i> externos.
		207-4 Relato país-a-país	a. Todas as jurisdições fiscais em que as entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da organização, ou nas informações financeiras registradas em registro público, são consideradas residentes para fins tributários. b. Para cada jurisdição fiscal relatada no Conteúdo 207-4-a: i. Nomes das entidades residentes; ii. Atividades primárias da organização; iii. Número de empregados e a base de cálculo para esse número; iv. Receitas provenientes de vendas por terceiros; v. Receitas provenientes de transações intragrupo com outras jurisdições fiscais; vi. Lucros/perdas antes do pagamento de impostos; vii. Bens tangíveis que não sejam caixa e equivalentes de caixa; viii. Imposto de renda pessoa jurídica pago em regime de caixa; ix. Imposto de renda pessoa jurídica incidente sobre lucros/perdas e o imposto devido se a alíquota fixada em lei for aplicada para lucros/perdas antes do pagamento de impostos. c. O período de tempo coberto pelas informações relatadas no Conteúdo 207-4. Requisitos para compilação. 2.1 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 207-4, a organização relatora deverá relatar as informações para o período coberto pelas demonstrações financeiras consolidadas auditadas ou as informações financeiras registradas em registro público mais recentes. Caso as informações não estejam disponíveis para esse período, a organização poderá relatar informações referentes ao período coberto pelas demonstrações financeiras consolidadas auditadas ou pelas informações financeiras registradas em registro público imediatamente precedentes às atuais. 2.2 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 207-4-b, a organização relatora deverá: 2.2.1 conciliar os dados relatados para os Conteúdos 207-4-b-iv, vi, vii e viii com os dados declarados em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas ou em suas informações financeiras registradas em registro público para o período relatado no Conteúdo 207-4-c. Quando os dados relatados não conciliarem com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas ou com as informações financeiras registradas em registro público, a organização deverá fornecer uma explicação para essa diferença; 2.2.2 para o Conteúdo 207-4-b-ix, incluir o imposto de renda pessoa jurídica incidente para o período relatado no Conteúdo 207-4-c e excluir o imposto de renda pessoa jurídica diferido e as provisões para posições tributárias incertas (<i>uncertain tax positions</i>); 2.2.3 nos casos em

GRI STANDARDS	DIMENSÃO	CONTEÚDO	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS
			que uma entidade seja considerada não residente em qualquer jurisdição fiscal, fornecer as informações em separado para essa entidade sem jurisdição.
GRI 301: Materiais 2016	Conteúdos Temáticos - Dimensão Ambiental	301-1 Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume	a. Peso ou volume total de materiais usados para produzir e embalar os principais produtos e serviços da organização no decorrer do período de relato, discriminados por: i. materiais não renováveis utilizados; ii. materiais renováveis utilizados.
		301-2 Matérias-primas ou Materiais reciclados utilizados	a. Percentual de matérias-primas ou materiais reciclados utilizados na fabricação de seus principais produtos e serviços. Requisitos para compilação. 2.2 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 301-2, a organização relatora deverá: 2.2.1 usar o peso ou volume total de materiais utilizados conforme especificado no Conteúdo 301-1; 2.2.2 calcular o percentual de matérias-primas ou materiais reciclados utilizados aplicando a seguinte fórmula: Percentual de matérias-primas ou materiais reciclados utilizados é igual, Total de matérias-primas ou materiais reciclados utilizados dividido pelo Total de matérias-primas ou materiais utilizados, multiplicado por 100.
		301-3 Produtos e suas embalagens reaproveitados	a. Percentual de produtos e suas embalagens reaproveitados para cada categoria de produto. b. Como os dados usados para compor este conteúdo foram coletados. Requisitos para compilação. 2.4 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 301-3, a organização relatora deverá: 2.4.1 excluir produtos rejeitados e <i>recalls</i> ; 2.4.2 calcular o percentual de produtos e suas embalagens reaproveitados para cada categoria de produto aplicando a seguinte fórmula: Percentual de produtos e suas embalagens reaproveitados é igual a Produtos e suas embalagens reaproveitados durante o período de relato, dividido por Produtos vendidos no período de relato, multiplicado por 100.
GRI 302: Energia 2016		302-1 Consumo de energia dentro da organização	a. Consumo total de combustíveis dentro da organização oriundos de fontes não renováveis, em joules ou seus múltiplos, inclusive os tipos de combustíveis usados. b. Consumo total de combustíveis dentro da organização oriundos de fontes renováveis, em joules ou seus múltiplos, inclusive os tipos de combustíveis usados. c. Em joules, watts-hora ou múltiplos, o total do seguinte: i. consumo de eletricidade ii. consumo de aquecimento iii. consumo de resfriamento iv. consumo de vapor. d. Em joules, <i>watts-hora</i> ou múltiplos, o total do seguinte: i. eletricidade vendida ii. aquecimento vendido iii. resfriamento vendido iv. vapor vendido. e. Consumo total de energia dentro da organização em joules ou seus múltiplos. f. Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas. g. Fonte dos fatores de conversão utilizados. Requisitos para compilação. 2.1 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 302-1, a organização relatora deverá: 2.1.1 evitar a contagem dupla do consumo de combustíveis ao relatar consumo de energia autogerada. Se a organização gera eletricidade a partir de fontes de combustível não renováveis ou renováveis e depois consome a eletricidade gerada, o consumo de energia deverá ser contado apenas uma vez dentro de consumo de combustíveis; 2.1.2 relatar o consumo de combustíveis separadamente por fontes de combustível não renováveis e renováveis; 2.1.3 relatar apenas a energia consumida por entidades pertencentes ou controladas pela organização; 2.1.4 calcular o consumo total de energia dentro da organização, em joules ou seus múltiplos, aplicando a seguinte fórmula: Consumo total de energia dentro da organização é igual a Combustíveis não renováveis consumidos com a adição dos Combustíveis renováveis consumidos, da Eletricidade, aquecimento, resfriamento e vapor adquiridos para consumo, da Eletricidade, aquecimento, resfriamento e vapor autogerados, que não são consumidos (consulte o item 2.1.1), e a subtração da Eletricidade, aquecimento, resfriamento e vapor vendidos.

GRI STANDARDS	DIMENSÃO	CONTEÚDO	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS
		302-2 Consumo de energia fora da organização	a. Consumo de energia fora da organização, em joules ou seus múltiplos. b. Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas. c. Fonte dos fatores de conversão utilizados. Requisitos para compilação. 2.4 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 302-2, a organização relatora deverá excluir a energia consumida relatada no Conteúdo 302-1.
		302-3 Intensidade energética	a. Taxa de intensidade energética para a organização. b. Métrica específica (o denominador) escolhida pela organização para calcular essa taxa. c. Tipos de energia incluídos na taxa de intensidade; se combustível, eletricidade, aquecimento, resfriamento, vapor ou todos. d. Se a taxa usa a energia consumida dentro da organização, fora dela, ou ambas. Requisitos para compilação. 2.5 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 302-3, a organização relatora deverá: 2.5.1 calcular a taxa dividindo o consumo absoluto de energia (o numerador) pela métrica específica da organização (o denominador); 2.5.2 caso relate uma taxa de intensidade tanto para a energia consumida dentro como fora da organização, relatar separadamente essas taxas.
		302-4 Redução do consumo de energia	a. Volume das reduções do consumo de energia obtidas diretamente em decorrência de iniciativas de conservação e eficiência, em joules ou seus múltiplos. b. Tipos de energia incluídos nas reduções: se combustível, eletricidade, aquecimento, resfriamento, vapor ou todos. c. Base usada para calcular a redução do consumo de energia, como o ano-base ou linha de base, incluindo a justificativa para sua escolha. d. Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas. Requisitos para compilação. 2.7 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 302-4, a organização relatora deverá: 2.7.1 excluir as reduções resultantes de diminuição da capacidade de produção ou de terceirização; 2.7.2 descrever se a redução de energia é estimada, modelada ou proveniente de medições diretas. Se for usada uma estimativa ou modelagem, a organização deverá relatar os métodos utilizados.
		302-5 Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços	a. Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços vendidos alcançadas durante o período de relato, em joules ou seus múltiplos. b. Base usada para calcular a redução do consumo de energia, como o ano-base ou linha de base, incluindo a justificativa para sua escolha. c. Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas.
GRI 303: Água e efluentes 2018		303-1 Interação com a água como um recurso compartilhado	a. Uma descrição de como a organização interage com a água, incluindo como e onde a água é captada, consumida e descartada, e os impactos relacionados à água que ela causou ou contribuiu para causar, ou que sejam diretamente relacionados às atividades, produtos ou serviços da organização por uma relação de negócios (ex.: impactos causados por escoamento de água). b. Uma descrição da abordagem utilizada para identificar impactos relacionados à água, inclusive o escopo das avaliações, prazo previsto e ferramentas ou metodologias adotadas. c. Uma descrição de como os impactos relacionados à água são abordados, inclusive como a organização trabalha com seus <i>stakeholders</i> para gerir os recursos hídricos como um recurso compartilhado e como ela se engaja com fornecedores ou clientes com impactos significativos relacionados à água. d. Uma explicação do processo de estabelecimento de objetivos e metas relacionados à água que sejam parte da abordagem da organização para gestão de água e efluentes, e de como eles se relacionam com políticas públicas e com o contexto local de cada área com estresse hídrico.
		303-2 Gestão de impactos relacionados ao descarte de água	a. Uma descrição dos padrões mínimos estabelecidos para a qualidade do descarte de efluentes, e como foram determinados esses padrões mínimos, incluindo: i. como foram determinados os padrões para instalações com operações em locais sem requisitos para descarte; ii. quaisquer normas ou diretrizes de qualidade da água desenvolvidas internamente; iii. quaisquer normas setoriais consideradas; iv. se o perfil do corpo d'água que recebe o descarte foi considerado.

GRI STANDARDS	DIMENSÃO	CONTEÚDO	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS
		303-3 Captação de água	a.A captação total de água em todas as áreas em megalitros, discriminando este total pelas seguintes fontes, se aplicável: i. Água de superfície; ii. Água subterrânea; iii. Água do mar; iv. Água produzida; v. Água de terceiros.b. A captação total de água em todas as áreas com estresse hídrico em megalitros, discriminando este total pelas seguintes fontes, se aplicável: i. Água de superfície; ii. Água subterrânea; iii. Água do mar; iv. Água produzida; v. Água de terceiros, discriminando este total pelas fontes de captação listadas nos itens i a iv. c.Dados discriminados da captação total de água de cada uma das fontes listadas nos Conteúdos 303-3-a e 303-3-b em megalitros, separados nas seguintes categorias: i. Água doce (sólidos dissolvidos totais ≤ 1.000 mg/L); ii. Outros tipos de água (sólidos dissolvidos totais >1.000 mg/L). d. Quaisquer informações contextuais necessárias para a compreensão de como os dados foram compilados, tais como normas, metodologias e premissas adotadas. Requisitos para compilação. 2.1 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 303-3, a organização relatora deverá usar ferramentas e metodologias disponíveis ao público e confiáveis para a avaliação do estresse hídrico na área.
		303-4 Descarte de água	a. Total de descarte de água em todas as áreas em megalitros, discriminando esse total pelos seguintes tipos de destinação, se aplicável: i. Água de superfície; ii. Água subterrânea; iii. Água do mar; iv. Água de terceiros, e o volume desse total enviado para uso para outras organizações, se aplicável. b.Uma discriminação do descarte total de água em todas as áreas em megalitros, separada pelas seguintes categorias: i. Água doce (sólidos dissolvidos totais ≤ 1.000 mg/L); ii. Outros tipos de água (sólidos dissolvidos totais >1.000 mg/L). c.Descarte total de água em todas as áreas com estresse hídrico em megalitros e uma discriminação desse total separada pelas seguintes categorias: i. Água doce (sólidos dissolvidos totais ≤ 1.000 mg/L); ii. Outros tipos de água (sólidos dissolvidos totais >1.000 mg/L). d.Substâncias prioritárias que suscitam preocupação para as quais há tratamento do descarte, incluindo: i. como as substâncias prioritárias que suscitam preocupação foram definidas e as normas internacionais, listas reconhecidas internacionalmente ou critérios utilizados; ii. a abordagem para estabelecer os limites de descarte para substâncias prioritárias que suscitam preocupação; iii. número de casos de não conformidade com os limites de descarte. e. Quaisquer informações contextuais necessárias para a compreensão de como os dados foram compilados, tais como normas, metodologias e premissas adotadas. Requisitos para compilação. 2.3 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 303-4, a organização relatora deverá usar ferramentas e metodologias confiáveis e disponíveis ao público para a avaliação do estresse hídrico de uma área.
		303-5 Consumo de água	a. Consumo total de água de todas as áreas em megalitros. b. Consumo total de água de todas as áreas com estresse hídrico em megalitros. c. Mudanças no armazenamento de água em megalitros, se o armazenamento de água foi identificado como causador de um impacto significativo relacionado à água. d. Quaisquer informações contextuais necessárias para a compreensão de como os dados foram compilados, tais como normas, metodologias e premissas adotadas, inclusive se as informações foram calculadas, estimadas, modeladas ou provenientes de medições diretas, bem como a abordagem adotada para esse fim, como o uso de fatores específicos ao setor.
GRI 304: Biodiversidade 2016		304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de	a. Para cada unidade operacional própria, arrendada ou gerida dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental: i. Localização geográfica; ii. Áreas superficiais e subterrâneas próprias, arrendadas ou geridas pela organização; iii. Posição em relação à área de proteção ambiental (dentro da área, nas suas adjacências ou abrangendo partes da área de proteção ambiental) ou à área de alto valor de biodiversidade situada fora de áreas de proteção ambiental; iv. Tipo de operação (escritório, fabricação/produção ou operação extrativa); v. Tamanho da unidade operacional em km ² (ou outra unidade, se apropriado); vi. Valor de biodiversidade caracterizado pelo

GRI STANDARDS	DIMENSÃO	CONTEÚDO	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS
		áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora das áreas de proteção ambiental	atributo da área de proteção ambiental ou área de alto valor de biodiversidade situada fora da área de proteção ambiental (ecossistema terrestre, de água doce ou marinho); vii. Valor de biodiversidade caracterizado pela presença em lista de proteção (como do Sistema IUCN de Categorias de Gestão de Áreas de Proteção Ambiental, da Convenção de <i>Ramsar</i> , da legislação nacional).
		304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	a. Natureza de impactos diretos e indiretos significativos na biodiversidade em relação a um ou mais dos seguintes pontos: i. Construção ou uso de fábricas, minas e infraestrutura de transportes; ii. Poluição (introdução de substâncias que não ocorrem naturalmente no habitat, oriundas de fontes pontuais e não pontuais); iii. Introdução de espécies invasoras, pragas e agentes patogênicos; iv. Redução de espécies; v. Conversão de habitats; vi. Mudanças em processos ecológicos fora da faixa natural de variação (ex.: salinidade ou mudanças no nível da água subterrânea). b. Impactos diretos e indiretos significativos, tanto positivos como negativos, em relação ao seguinte: i. Espécies afetadas; ii. Extensão das áreas impactadas; iii. Duração dos impactos; iv. Reversibilidade ou irreversibilidade dos impactos.
		304-3 Habitats protegidos ou restaurados	a. Tamanho e localização de todas as áreas de habitat, sejam elas áreas de proteção permanente ou áreas restauradas, e se o sucesso das medidas de restauração foi aprovado por especialistas externos independentes. b. Se há parcerias com terceiros para proteger ou restaurar áreas de habitat diferentes daquelas nas quais a organização supervisionou e implementou medidas de restauração ou proteção. c. Status de cada área com base em sua condição no final do período de relato. d. Normas, metodologias e premissas adotadas.
		304-4 Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização	a. Número total de espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN (International Union for Conservation of Nature - União Internacional para a Conservação da Natureza) e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção: i. Criticamente ameaçadas de extinção ii. Ameaçadas de extinção iii. Vulneráveis iv. Quase ameaçadas. v. Pouco preocupantes.
GRI 305: Emissões 2016		305-1 Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)	a. Total de emissões diretas (Escopo 1) de GEE em toneladas métricas de CO2 equivalente. b. Gases incluídos no cálculo: se CO2, CH4, N2O, HFCs, PFCs, SF6, NF3 ou todos. c. Emissões biogênicas de CO2 em toneladas métricas de CO2 equivalente. d. Ano-base para o cálculo, se aplicável, incluindo: i. a justificativa para sua escolha; ii. emissões no ano-base; iii. o contexto de quaisquer mudanças significativas em emissões que geraram a necessidade de novos cálculos de emissões no ano-base. e. Fonte dos fatores de emissão e índices de potencial de aquecimento global (GWP) usados ou uma referência à fonte de GWP. f. A abordagem de consolidação adotada para as emissões; se participação acionária, controle financeiro ou controle operacional. g. Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas. Requisitos para compilação. 2.1 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 305-1, a organização relatora deverá: 2.1.1 excluir todas as negociações

GRI STANDARDS	DIMENSÃO	CONTEÚDO	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS
			do mercado de carbono do cálculo de total de emissões diretas (Escopo 1) de GEE; 2.1.2 relatar as emissões biogênicas de CO2 derivadas da queima ou biodegradação de biomassa separadamente do total de emissões diretas (Escopo 1) de GEE. Excluir as emissões biogênicas de outros tipos de GEE (como CH e N O) e emissões biogênicas de CO que ocorram no ciclo de vida da biomassa e que não procedam da queima ou da biodegradação (como emissões de GEE derivadas do processamento ou transporte de biomassa).
		305-2 Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia	a. Total de emissões indiretas (Escopo 2) de GEE provenientes da aquisição de energia em toneladas métricas de CO2 equivalente calculadas com base na localização. b. Se aplicável, o total de emissões indiretas de GEE (Escopo 2) provenientes da aquisição de energia em toneladas métricas de CO2 equivalente calculadas com base no mercado. c. Se disponível, os gases incluídos no cálculo; se CO2, CH4, N2O, HFCs, PFCs, SF6, NF3 ou todos. d. Ano-base para o cálculo, se aplicável, incluindo: i.a justificativa para sua escolha; ii. emissões no ano-base; iii. o contexto de quaisquer mudanças significativas em emissões que geraram a necessidade de novos cálculos de emissões no ano-base. e. Fonte dos fatores de emissão e índices de potencial de aquecimento global (GWP) usados ou uma referência à fonte de GWP. f. A abordagem de consolidação adotada para as emissões; se participação acionária, controle financeiro ou controle operacional. g. Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas. Requisitos para compilação. 2.3 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 305-2, a organização relatora deverá: 2.3.1 excluir todas as negociações do mercado de carbono do cálculo do total de emissões indiretas (Escopo 2) de GEE provenientes da aquisição de energia; 2.3.2 excluir outras emissões indiretas (Escopo 3) de GEE, que são relatadas no Conteúdo 305-3; 2.3.3 contabilizar e relatar as emissões indiretas (Escopo 2) de GEE provenientes da aquisição de energia de acordo com o método baseado na localização, se tiver operações em mercados nos quais não existam dados específicos de produtos ou fornecedores; 2.3.4 contabilizar e relatar as emissões indiretas (Escopo 2) de GEE provenientes da aquisição de energia de acordo com métodos baseados na localização e no mercado, se tiver alguma operação em mercados que ofereçam dados específicos de produtos ou fornecedores sob a forma de contratos.
		305-3 Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)	a. Total de outras emissões indiretas (Escopo 3) de GEE em toneladas métricas de CO2 equivalente. b. Se disponível, os gases incluídos no cálculo; se CO2, CH4, N2O, HFCs, PFCs, SF6, NF3 ou todos. c. Emissões biogênicas de CO2 em toneladas métricas de CO2 equivalente. d. Outras categorias e atividades de emissões indiretas (Escopo 3) de GEE incluídas no cálculo. e. Ano-base para o cálculo, se aplicável, incluindo: i.a justificativa para sua escolha; ii. emissões no ano-base; iii. o contexto de quaisquer mudanças significativas em emissões que geraram a necessidade de novos cálculos de emissões no ano-base. f. Fonte dos fatores de emissão e índices de potencial de aquecimento global (GWP) usados ou uma referência à fonte de GWP. g. Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas. Requisitos para compilação. 2.5 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 305-3, a organização relatora deverá: 2.5.1 excluir quaisquer negociações do mercado de carbono do cálculo do total de outras emissões indiretas (Escopo 3) de GEE; 2.5.2 excluir emissões indiretas (Escopo 2) de GEE, que são relatadas no Conteúdo 305-2; 2.5.3 relatar as emissões biogênicas de CO derivadas da queima ou biodegradação de biomassa que ocorrem em sua cadeia de valor separadamente do total de outras emissões indiretas (Escopo 3) de GEE. Excluir as emissões biogênicas de outros tipos de GEE (como CH e N O) e emissões biogênicas de CO que ocorram no ciclo de vida da biomassa e que não procedam da queima ou da biodegradação (como emissões de GEE derivadas do processamento ou transporte de biomassa).

GRI STANDARDS	DIMENSÃO	CONTEÚDO	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS
		305-4 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	a. Índice de intensidade de emissões de GEE para a organização. b. Métrica específica (o denominador) escolhida pela organização para calcular esse índice. c. Tipos de emissões de GEE incluídos no índice de intensidade; se diretas (Escopo 1), indiretas (Escopo 2) provenientes de aquisição de energia e/ou outras emissões indiretas (Escopo 3). d. Gases incluídos no cálculo: se CO ₂ , CH ₄ , N ₂ O, HFCs, PFCs, SF ₆ , NF ₃ ou todos. Requisitos para compilação. 2.7 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 305-4, a organização relatora deverá: 2.7.1 calcular o índice dividindo as emissões absolutas de GEE (o numerador) pela métrica específica da organização (o denominador); 2.7.2 se optar por relatar um índice de intensidade para outras emissões indiretas (Escopo 3) de GEE, relatar esse índice de intensidade separadamente dos índices de intensidade de emissões diretas (Escopo 1) e indiretas (Escopo 2) provenientes de aquisição de energia.
		305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	a. Redução de emissões de GEE como resultado direto de iniciativas de redução, em toneladas métricas de CO ₂ equivalente. b. Gases incluídos no cálculo: se CO ₂ , CH ₄ , N ₂ O, HFCs, PFCs, SF ₆ , NF ₃ ou todos. c. Ano-base ou linha de base, incluindo a justificativa para sua escolha. d. Escopos em que as reduções ocorreram: se emissões diretas (Escopo 1), indiretas (Escopo 2) provenientes de aquisição de energia e/ou outras emissões indiretas (Escopo 3). e. Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas. Requisitos para compilação. 2.9 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 305-5, a organização relatora deverá: 2.9.1 excluir as reduções resultantes de diminuição da capacidade de produção ou de terceirização; 2.9.2 usar o método de inventário ou de projeto para contabilizar as reduções; 2.9.3 calcular o total de redução das emissões de GEE de uma iniciativa pela soma de seus efeitos primários associados e quaisquer efeitos secundários significativos; 2.9.4 se relatar dois ou mais tipos de Escopo, indicar separadamente as reduções para cada um; 2.9.5 relatar separadamente as reduções provenientes de compensações (offsets).
		305-6 Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO)	a. Produção, importação e exportação de SDO em toneladas métricas de CFC-11 (tricloromonofluormetano) equivalente. b. Substâncias incluídas no cálculo. c. Fonte dos fatores de emissão usados. d. Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas. Requisitos para compilação. 2.11 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 305-6, a organização relatora deverá: 2.11.1 calcular a produção de SDO como a quantidade de SDO produzida, menos a quantidade destruída por tecnologias aprovadas e menos a quantidade totalmente utilizada como matéria-prima na fabricação de outros produtos químicos; Produção de SDO é igual a SDO produzidas subtraída da SDO destruídas por tecnologias aprovadas e subtraída da SDO totalmente utilizadas como matéria-prima na fabricação de outros produtos químicos. 2.11.2 excluir as SDO recicladas e reutilizadas.
		305-7 Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas	a. Emissões atmosféricas significativas, em quilogramas ou seus múltiplos, para cada uma das seguintes categorias: i. NOx ii. SOx iii. Poluentes orgânicos persistentes (POP) iv. Compostos orgânicos voláteis (COV) v. Poluentes atmosféricos perigosos (HAP, na sigla em inglês) vi. Material particulado (MP) vii. Outras categorias-padrão de emissões atmosféricas identificadas em leis e regulamentos relevantes. b. Fonte dos fatores de emissão usados. c. Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas. Requisitos para compilação. 2.13 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 305-7, a organização relatora deverá escolher uma das seguintes abordagens para calcular as emissões atmosféricas significativas: 2.13.1 Medição direta de emissões (como analisadores contínuos na linha de produção); 2.13.2 Cálculo baseado em dados específicos do local; 2.13.3 Cálculo baseado em fatores de emissão publicados; 2.13.4 Estimativa. Se forem feitas estimativas devido à falta de valores-padrão, a organização deverá indicar em que base os valores foram estimados.

GRI STANDARDS	DIMENSÃO	CONTEÚDO	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS
GRI 306: Resíduos 2020		306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	a. Para os impactos significativos - reais e potenciais - relacionados a resíduos, uma descrição de: i. entradas, atividades e saídas que levam ou poderiam levar a esses impactos; ii. se esses impactos estão relacionados a resíduos gerados nas próprias atividades da organização ou a resíduos gerados <i>upstream</i> ou <i>downstream</i> na sua cadeia de valor.
		306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	a. Medidas tomadas, inclusive medidas de circularidade, para evitar a produção de resíduos nas próprias atividades da organização e <i>upstream</i> e <i>downstream</i> em sua cadeia de valor, e também para gerir impactos significativos dos resíduos gerados. b. Se os resíduos gerados pela organização em suas próprias atividades são gerenciados por um terceiro, uma descrição do processo usado para determinar se o terceiro faz o gerenciamento dos resíduos em conformidade com obrigações contratuais ou legais. c. Os processos usados para coletar e monitorar dados relacionados a resíduos.
		306-3 Resíduos gerados	a. Peso total dos resíduos gerados em toneladas métricas, e uma discriminação desse total por composição dos resíduos. b. Informações contextuais necessárias para a compreensão dos dados relatados e como os dados foram compilados. Requisitos para compilação. 2.1 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 306-3, a organização relatora deverá: 2.1.1 excluir os efluentes, salvo se for exigido pela legislação nacional que sejam relatados dentro do total de resíduos; 2.1.2 usar 1000 quilogramas como medida para uma tonelada métrica.
		306-4 Resíduos não destinados para disposição final	a. Peso total dos resíduos não destinados para disposição em toneladas métricas e uma discriminação desse total por composição dos resíduos. b. Peso total dos resíduos perigosos não destinados para disposição em toneladas métricas e uma discriminação desse total pelas seguintes operações de recuperação: i. Preparação para reutilização; ii. Reciclagem; iii. Outras operações de recuperação. c. Peso total dos resíduos não perigosos não destinados para disposição em toneladas métricas e uma discriminação desse total pelas seguintes operações de recuperação: i. Preparação para reutilização; ii. Reciclagem; iii. Outras operações de recuperação. d. Para cada operação de recuperação citada nos Conteúdos 306-4-b e 306-4-c, uma discriminação do peso total em toneladas métricas dos resíduos perigosos e dos resíduos não perigosos não destinados para disposição: i. dentro da organização; ii. fora da organização. e. Informações contextuais necessárias para a compreensão dos dados relatados e como os dados foram compilados. Requisitos para compilação. 2.2 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 306-4, a organização relatora deverá: 2.2.1 excluir os efluentes, salvo se for exigido pela legislação nacional que sejam relatados dentro do total de resíduos; 2.2.2 usar 1000 quilogramas como medida para uma tonelada métrica.
		306-5 Resíduos destinados a disposição final	a. Peso total dos resíduos destinados para disposição em toneladas métricas e uma discriminação desse total por composição dos resíduos. b. Peso total dos resíduos perigosos destinados para disposição em toneladas métricas e uma discriminação desse total pelas seguintes operações de disposição: i. Incineração (com recuperação de energia); ii. Incineração (sem recuperação de energia); iii. Aterramento; iv. Outras operações de disposição. c. Peso total dos resíduos não perigosos destinados para disposição em toneladas métricas e uma discriminação desse total pelas seguintes operações de disposição: i. Incineração (com recuperação de energia); ii. Incineração (sem recuperação de energia); iii. Confinamento em aterro; iv. Outras operações de disposição. d. Para cada operação de disposição citada nos Conteúdos 306-5-b e 306-5-c, uma discriminação do peso total em toneladas métricas dos resíduos perigosos e dos resíduos não perigosos destinados para disposição: i. dentro da organização; ii. fora da organização; e. Informações contextuais necessárias para entender os dados e como os dados foram compilados. Requisitos para compilação. 2.4 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 306-5, a organização relatora deverá:

GRI STANDARDS	DIMENSÃO	CONTEÚDO	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS
			2.4.1 excluir os efluentes, salvo se for exigido pela legislação nacional que sejam relatados dentro do total de resíduos; 2.4.2 usar 1000 quilogramas como medida para uma tonelada métrica.
GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016		308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	a. Percentual de novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios ambientais.
		308-2 Impactos ambientais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas	a. Número de fornecedores avaliados com relação aos impactos ambientais. b. Número de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais negativos reais e potenciais. c. Impactos ambientais negativos significativos - reais e potenciais - identificados na cadeia de fornecedores. d. Percentual de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais negativos - reais e potenciais - com os quais foram acordadas melhorias como decorrência da avaliação realizada. e. Percentual de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais negativos significativos - reais e potenciais - com os quais a organização encerrou as relações de negócios em decorrência da avaliação e as razões que motivaram esse encerramento.
GRI 401: Emprego 2016	Conteúdos Temáticos - Dimensão social	401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados	a. Número total e taxa de novas contratações de empregados durante o período de relato, discriminados por faixa etária, gênero e região. b. Número total e taxa de rotatividade de empregados durante o período de relato, discriminados por faixa etária, gênero e região.
		401-2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	Benefícios que são padrão para os empregados em tempo integral da organização, mas não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial, por unidades operacionais importantes. Esses benefícios incluem, no mínimo: i. seguro de vida; ii. plano de saúde; iii. auxílio deficiência e invalidez; iv. licença maternidade/paternidade; v. previdência privada; vi. plano de aquisição de ações; vii. outros. b. A definição utilizada para "unidades operacionais importantes". Requisitos para compilação. 2.3 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 401-2, a organização relatora deverá excluir benefícios em espécie, tais como fornecimento de instalações esportivas ou creches infantis, refeições gratuitas durante a jornada de trabalho e programas similares de bem-estar geral dos empregados.
		401-3 Licença maternidade e paternidade	a. Número total de empregados com direito a tirar licença maternidade/paternidade, discriminados por gênero. b. Número total de empregados que tiraram licença maternidade/paternidade, discriminados por gênero. c. Número total de empregados que retornaram ao trabalho depois do término da licença maternidade/paternidade, discriminados por gênero. d. Número total de empregados que retornaram ao trabalho depois do término da licença maternidade/paternidade e continuaram empregados doze meses após seu retorno ao trabalho, discriminados por gênero. Taxas de retorno ao trabalho e retenção de empregados que tiraram licença maternidade/paternidade, discriminadas por gênero.
GRI 402: Relações de Trabalho 2016		402-1 Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	a. Prazo mínimo de aviso, em semanas, geralmente dado a empregados e seus representantes antes da implementação de mudanças operacionais significativas que possam afetá-los substancialmente. b. Para organizações com acordos de negociação coletiva, relate se o prazo de aviso e os dispositivos sobre consultas e negociações estão especificados nos acordos coletivos.

GRI STANDARDS	DIMENSÃO	CONTEÚDO	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS
GRI 403: Saúde e Segurança no Trabalho 2018		403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	a. Uma declaração sobre se foi implementado um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho, incluindo se: i. o sistema foi implementado devido a exigências legais e, nesse caso, uma lista das exigências; ii. o sistema foi implementado com base em normas/diretrizes reconhecidas de gestão de riscos e/ou sistema de gestão e, nesse caso, uma lista das normas/diretrizes. b. Uma descrição do escopo de trabalhadores, atividades e locais de trabalho abrangidos pelo sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho e uma explicação de se quaisquer trabalhadores, atividades ou locais de trabalho não são abrangidos e, em caso positivo, por que não o são.
		403-2 Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	a. Uma descrição dos processos utilizados para identificar periculosidade e avaliar riscos de forma rotineira e não rotineira, e para aplicar hierarquia de controles de forma a eliminar perigos e minimizar riscos, incluindo: i. como a organização garante a qualidade desses processos, inclusive a competência das pessoas que os executam; ii. como os resultados desses processos são utilizados para avaliar e continuamente melhorar o sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho. b. Uma descrição dos processos para que os trabalhadores relatem perigos e situações de periculosidade, e uma explicação de como os trabalhadores são protegidos contra represálias. c. Uma descrição das políticas e dos processos para que os trabalhadores se retirem de situações de trabalho que acreditem possam lhes causar acidente de trabalho ou doença profissional, e uma explicação de como os trabalhadores são protegidos contra represálias. d. Uma descrição dos processos utilizados para investigar incidentes de trabalho, inclusive os processos para identificar periculosidade e avaliar riscos relativos aos incidentes, para determinar medidas corretivas usando a hierarquia de controles e para determinar melhorias necessárias no sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho.
		403-3 Serviços de saúde do trabalho	a. Uma descrição das funções dos serviços de saúde do trabalho que contribuem para identificação e eliminação de periculosidade e minimização de riscos, e uma explicação de como a organização garante a qualidade desses serviços e facilita o acesso dos trabalhadores a eles.
		403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	a. Uma descrição dos processos para participação de trabalhadores e consulta aos trabalhadores no desenvolvimento, implementação e avaliação do sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho, e para dar acesso e prestar informações relevantes sobre saúde e segurança do trabalho para os trabalhadores. b. Onde houver comitês formais de saúde e segurança compostos por empregadores e trabalhadores, uma descrição de suas responsabilidades, frequência das reuniões, poder de decisão, e se quaisquer trabalhadores não são representados por esses comitês e, em caso positivo, por que não o são.
		403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança no trabalho	a. Uma descrição de capacitação em saúde e segurança do trabalho oferecida aos trabalhadores, inclusive treinamento genérico ou específico em riscos ocupacionais, atividades ou situações perigosas.
		403-6 Promoção da saúde do trabalhador	a. Uma explicação de como a organização facilita o acesso dos trabalhadores a serviços médicos e de saúde não relacionados ao trabalho, e o escopo do acesso oferecido. b. Uma descrição dos serviços e programas de promoção da saúde oferecidos aos trabalhadores para tratar de importantes riscos à saúde não relacionados ao trabalho, inclusive os riscos específicos à saúde tratados, e como a organização facilita o acesso dos trabalhadores a esses serviços e programas

GRI STANDARDS	DIMENSÃO	CONTEÚDO	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS
		403-7 Prevenção e mitigação dos impactos na saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	a. Uma descrição da abordagem da organização para prevenção ou mitigação de impactos significativos na saúde e segurança do trabalho que estão diretamente vinculados a suas operações, produtos ou serviços por suas relações de negócios, e seus respectivos perigos e riscos.
		403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	a. Se a organização implementou um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho baseado em exigências legais e/ou normas/diretrizes reconhecidas; i.o número e percentual de empregados e trabalhadores que não são empregados, mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização que estão cobertos por esse sistema; ii. o número e percentual de empregados e trabalhadores que não são empregados, mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização que estão cobertos por esse sistema que tenha sido auditado internamente; iii. o número e percentual de empregados e trabalhadores que não são empregados, mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização que estão cobertos por esse sistema que tenha sido auditado internamente ou certificado por uma parte externa. b. Se quaisquer trabalhadores foram excluídos deste conteúdo e, em caso positivo, por que o foram incluídos no relato os tipos de trabalhadores excluídos. c. Quaisquer informações contextuais necessárias para a compreensão de como os dados foram compilados, tais como normas, metodologias e premissas adotadas.
		403-9 Acidentes de trabalho	a. Para todos os empregados: i. O número e índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho; ii. O número e índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos); iii. O número e índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória; iv. Os principais tipos de acidente de trabalho; v. O número de horas trabalhadas. b. Para todos os trabalhadores que não são empregados, mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização: i. O número e índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho; ii.O número e índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos); iii. O número e índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória; iv. Os principais tipos de acidente de trabalho; v. O número de horas trabalhadas. c.Os perigos que apresentam risco de acidentes de trabalho com consequência grave, incluindo: i. como esses perigos foram identificados; ii. quais desses perigos causaram ou contribuíram para acidentes de trabalho com consequência grave durante o período de relato; iii. as medidas tomadas ou em andamento para eliminar a periculosidade e minimizar os riscos usando a hierarquia de controles. d. Quaisquer medidas tomadas ou em andamento para eliminar outros perigos e minimizar os riscos de acidente de trabalho usando a hierarquia de controles. e. Se os índices foram calculados com base em 200.000 ou 1.000.000 de horas trabalhadas. f. Se quaisquer trabalhadores foram excluídos deste conteúdo e, em caso positivo, por que o foram incluindo no relato os tipos de trabalhadores excluídos. g. Quaisquer informações contextuais necessárias para a compreensão de como os dados foram compilados, tais como normas, metodologias e premissas adotadas. Requisitos para compilação. 2.1 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 403-9, a organização relatora deverá: 2.1.1 excluir óbitos do cálculo do número e índice de acidentes de trabalho com consequência grave; 2.1.2 incluir óbitos resultantes de acidente de trabalho no cálculo do número e índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória; 2.1.3 incluir acidentes resultantes de acidente de trajeto de trabalhadores somente quando

GRI STANDARDS	DIMENSÃO	CONTEÚDO	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS
GRI 404: Treinamento e Educação 2016			o transporte tiver sido fornecido pela organização; 2.1.4 calcule os índices com base em 200.000 ou 1.000.000 de horas trabalhadas, usando as seguintes fórmulas: o índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho é igual ao número de óbitos resultantes de acidente de trabalho dividido pelo número de horas trabalhadas, multiplicado por (200.000 ou 1.000.000).
		403-10 Doenças profissionais	a. Para todos os empregados: i. O número de óbitos resultantes de doenças profissionais; ii. O número de casos de doenças profissionais de comunicação obrigatória; iii. Os principais tipos de doenças profissionais. b. Para todos os trabalhadores que não são empregados, mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização: i. O número de óbitos resultantes de doenças profissionais; ii. O número de casos de doenças profissionais de comunicação obrigatória; iii. Os principais tipos de doenças profissionais. c. Os perigos que apresentam risco de doenças profissionais, incluindo: i. como esses perigos foram identificados; ii. quais desses perigos causaram ou contribuíram para casos de doença profissional durante o período de relato; iii. as medidas tomadas ou em andamento para eliminar a periculosidade e minimizar os riscos usando a hierarquia de controles. iv. Se quaisquer trabalhadores foram excluídos deste conteúdo e, em caso positivo, por que o foram incluindo no relato os tipos de trabalhadores excluídos. d. Quaisquer informações contextuais necessárias para a compreensão de como os dados foram compilados, tais como normas, metodologias e premissas adotadas. Requisitos para compilação. 2.3 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 403-10, a organização relatora deverá incluir óbitos resultantes de doenças profissionais no cálculo do número de casos de doenças profissionais de comunicação obrigatória.
		404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado	a. Média de horas de capacitação realizada pelos empregados da organização durante o período de relato, discriminada por: i. gênero; ii categoria funcional;
		404-2 Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	a. Tipo e escopo de programas implementados e de assistência prestada para aperfeiçoar as competências dos empregados. b. Programas de assistência para transição de carreira oferecidos visando facilitar a empregabilidade continuada e a gestão de final de carreira devido a aposentadoria ou rescisão do contrato de trabalho.
		404-3 Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	a. Percentual do total de empregados, discriminados por gênero e categoria funcional, que receberam avaliação regular de desempenho e de desenvolvimento de carreira durante o período de relato.

GRI STANDARDS	DIMENSÃO	CONTEÚDO	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS
GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016		405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados	a. Percentual de indivíduos que integram os órgãos de governança da organização em cada uma das seguintes categorias de diversidade: i. Gênero; ii. Faixa etária: abaixo de 30 anos, de 30 a 50 anos, acima de 50 anos; iii. Outros indicadores de diversidade, quando relevantes (tais como minorias ou grupos vulneráveis). b. Percentual de novos empregados por categoria funcional em cada uma das seguintes categorias de diversidade: i. Gênero; ii. Faixa etária: abaixo de 30 anos, de 30 a 50 anos, acima de 50 anos; iii. Outros indicadores de diversidade, quando relevantes (tais como minorias ou grupos vulneráveis).
		405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	a. Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens para cada categoria funcional, por unidades operacionais importantes. b. A definição utilizada para "unidades operacionais importantes"
GRI 406: Não - discriminação 2016		406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	a. Número total de casos de discriminação ocorridos durante o período de relato. b Situação atual dos casos e as providências tomadas com referência ao seguinte: i. A organização analisou o caso; ii. Planos de reparação estão sendo implementados; iii. Planos de reparação foram implementados e seus resultados analisados por meio de processos rotineiros de análise da gestão interna; iv. O caso não está mais sujeito a medidas corretivas. Requisitos para compilação. 2.1 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 406-1, a organização relatora deverá incluir casos de discriminação com base em raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, conforme definidos pela OIT, ou outras formas relevantes de discriminação envolvendo <i>stakeholders</i> internos e/ou externos em todas as atividades da organização no período de relato.
GRI 407: Liberdade de Associação e Negociação Coletiva 2016		407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	a. Operações e fornecedores em que o direito dos trabalhadores de exercer liberdade sindical ou negociação coletiva pode estar sendo violado ou há risco significativo de violação, discriminados por: i. tipo de operação (ex.: fábrica) e fornecedor; ii. países ou áreas geográficas com operações e fornecedores considerados em situação de risco. b. Medidas tomadas pela organização no período de relato no sentido de apoiar o direito de exercer liberdade sindical e negociação coletiva.
GRI 408: Trabalho infantil 2016		408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	Operações e fornecedores que podem apresentar riscos significativos de ocorrência de casos de: i. trabalho infantil; ii. trabalhadores jovens expostos a trabalho perigoso. b. Operações e fornecedores que podem apresentar riscos significativos de ocorrência de casos de trabalho infantil, discriminados por: i. tipo de operação (ex.: fábrica) e fornecedor; ii. países ou áreas geográficas com operações e fornecedores considerados em situação de risco. c. Medidas tomadas pela organização durante o período de relato para contribuir para a efetiva abolição do trabalho infantil.
GRI 409: Trabalho Forçado ou Obrigatório 2016		409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho	a. Operações e fornecedores que podem apresentar riscos significativos de ocorrência de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo discriminados por: i. tipo de operação (ex.: fábrica) e fornecedor; ii. países ou áreas geográficas com operações e fornecedores considerados em situação de risco. b. Medidas tomadas pela organização durante o período de relato para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.

GRI STANDARDS	DIMENSÃO	CONTEÚDO	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS
		forçado ou análogo ao escravo	
GRI 410: Práticas de Segurança 2016		410-1 Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	a. Percentual do pessoal de segurança que recebeu capacitação formal nas políticas ou nos procedimentos específicos da organização em direitos humanos e sua aplicação na segurança. b. Se os requisitos de capacitação também se aplicam a empresas contratadas que fornecem pessoal de segurança.
GRI 411: Direitos dos Povos Indígenas 2016		411-1 Casos de violação de direitos dos povos indígenas	a. Número total de casos identificados de violações de direitos dos povos indígenas durante o período de relato. b. Situação atual dos casos e as providências tomadas com referência ao seguinte: i. A organização analisou o caso; ii. Planos de reparação estão sendo implementados; iii. Planos de reparação foram implementados e seus resultados analisados por meio de processos rotineiros de análise da gestão interna; iv. O caso não está mais sujeito a medidas corretivas.
GRI 413: Comunidades Locais 2016		413-1 Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	a. Percentual de operações que implementaram engajamento, avaliações de impacto e/ou programas de desenvolvimento voltados à comunidade local, incluindo, entre outros, o uso de: i. avaliações de impacto social, inclusive avaliações de impacto de gênero, com base em processos participativos; ii. avaliações de impacto ambiental e monitoramento contínuo; iii. divulgação pública dos resultados das avaliações de impacto ambiental e social; iv. Programas de desenvolvimento local baseados nas necessidades de comunidades locais; v. planos de engajamento de <i>stakeholders</i> baseados em mapeamentos dessas partes; vi. comitês e processos de consulta ampla à comunidade local incluindo grupos vulneráveis; vii. conselhos de trabalho, comissões de saúde e segurança do trabalho e outras entidades representativas de trabalhadores para discutir impactos; viii. processos formais de queixas por parte de comunidades locais.
		413-2 Operações com impactos negativos significativos reais ou potenciais nas comunidades locais	a. Operações com impactos negativos significativos - reais ou potenciais - nas comunidades locais, incluindo: i. a localização das operações; ii. os impactos negativos reais e potenciais das operações.
GRI 414: Avaliação Social dos Fornecedores 2016		414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	a. Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais.

GRI STANDARDS	DIMENSÃO	CONTEÚDO	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS
		414-2 Impactos sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas	a. Número de fornecedores avaliados com relação aos impactos sociais. b. Número de fornecedores identificados como causadores de impactos sociais negativos reais e potenciais. c. Impactos sociais negativos significativos - reais e potenciais - identificados na cadeia de fornecedores. d. Percentual de fornecedores identificados como causadores de impactos sociais negativos - reais e potenciais - com os quais foram acordadas melhorias como decorrência da avaliação realizada. e. Percentual de fornecedores identificados como causadores de impactos sociais negativos significativos - reais e potenciais - com os quais a organização encerrou as relações de negócios em decorrência da avaliação e as razões que motivaram esse encerramento.
GRI 415: Políticas Públicas 2016		415-1 Contribuições políticas	a. Valor monetário total de contribuições políticas financeiras ou de outra natureza feitas direta e indiretamente pela organização, discriminadas por país e destinatário/beneficiário. b. se aplicável, como o valor monetário das contribuições de outra natureza foi estimado. Requisitos para compilação. 2.1 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 415-1, a organização relatora deverá calcular as contribuições financeiras políticas em conformidade com as normas contábeis nacionais, caso existam.
GRI 416: Saúde e Segurança dos Clientes 2016		416-1 Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços	a. Percentual de categorias significativas de produtos e serviços para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança em busca de melhorias.
		416-2 Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços	a. Número total de casos de não conformidade com leis e/ou códigos voluntários em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços durante o período de relato, discriminados por: i. casos de não conformidade com leis que resultaram em multa ou penalidade; ii. casos de não conformidade com leis que resultaram em advertência; iii. casos de não conformidade com códigos voluntários. b. Se a organização não tiver identificado nenhum caso de não conformidade com leis e/ou códigos voluntários, uma breve declaração desse fato será suficiente. Requisitos para compilação. 2.1 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 416-2, a organização relatora deverá: 2.1.1 excluir casos de não conformidade em que a organização foi considerada isenta de culpa; 2.1.2 excluir casos de não conformidade em relação a rotulagem. Casos relacionados à rotulagem são relatados no Conteúdo 417-2 da Norma GRI 417: Marketing e Rotulagem 2016; 2.1.3 se aplicável, identificar quaisquer casos de não conformidade em relação a eventos ocorridos em períodos anteriores ao período de relato.
GRI 417: Marketing e Rotulagem 2016		417-1 Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	a. Se os seguintes tipos de informações são exigidos pelos procedimentos da organização relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços: i. Origem de componentes do produto ou serviço; Conteúdo, particularmente de substâncias que possam causar impacto ambiental ou social; ii. iii. Uso seguro do produto ou serviço; iv. Disposição do produto e impactos ambientais ou sociais; v. Outras informações (explique). b. Percentual de categorias significativas de produtos ou serviços abrangidos pelos procedimentos da organização e avaliadas quanto à conformidade com esses procedimentos.
		417-2 Casos de não conformidade em relação a informações e	a. Número total de casos de não conformidade com leis e/ou códigos voluntários em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por: i. casos de não conformidade com leis que resultaram em multa ou penalidade; ii. casos de não conformidade com leis que resultaram em advertência; iii. casos de não conformidade com códigos voluntários. b. Se a organização não tiver identificado nenhum caso de não conformidade com leis e/ou códigos voluntários, uma breve declaração desse fato será suficiente. Requisitos para compilação. 2.1 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo

GRI STANDARDS	DIMENSÃO	CONTEÚDO	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS
		rotulagem de produtos e serviços	417-2, a organização relatora deverá: 2.1.1 excluir casos de não conformidade em que a organização foi considerada isenta de culpa; 2.1.2 se aplicável, identificar quaisquer casos de não conformidade em relação a eventos ocorridos em períodos anteriores ao período de relato.
		417-3 Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing	a. Número total de casos de não conformidade com leis e/ou códigos voluntários em relação a comunicação de marketing, inclusive publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por: i. casos de não conformidade com leis que resultaram em multa ou penalidade; ii. casos de não conformidade com leis que resultaram em advertência; iii. casos de não conformidade com códigos voluntários. b. Se a organização não tiver identificado nenhum caso de não conformidade com leis e/ou códigos voluntários, uma breve declaração desse fato será suficiente. Requisitos para compilação. 2.2 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 417-3, a organização relatora deverá: 2.2.1 excluir casos de não conformidade em que a organização foi considerada isenta de culpa; 2.2.2 se aplicável, identificar quaisquer casos de não conformidade em relação a eventos ocorridos em períodos anteriores ao período de relato.
GRI 418: Privacidade dos clientes 2016		418-1 Queixas comprovadas relativas à violação da privacidade e perdas de dados de clientes	a. Número total de queixas comprovadas relativas a violação da privacidade do cliente, categorizadas por: i. queixas recebidas de partes externas e comprovadas pela organização; ii. queixas de agências reguladoras. b. Número total de vazamentos, furtos ou perdas de dados de clientes que foram identificados. c. Se a organização não tiver identificado nenhuma queixa comprovada, uma breve declaração desse fato será suficiente. Requisitos para compilação. 2.1 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 418-1, a organização relatora deverá indicar se um número significativo dessas queixas se refere a eventos em anos anteriores.

Fonte: Adaptado pela autora com base em GRI (2021) e GRI (2023).

Referências

Global Reporting Initiative (GRI). **Standards and resources**. GRI content index template 2021. GRI, 2021. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/search/?query=GRI+content+index+template+2021>. Acesso em: 21 maio 2023.

Global Reporting Initiative (GRI). **Consolidated Set of the GRI Standards**. GRI Standards by language. GRI, 2023. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/standards/download-the-standards/> Acesso em: 9 fev. 2023.

APÊNDICE D – CONTEÚDO DA DIMENSÃO UNIVERSITÁRIA

1 A dimensão universitária

Sassen e Azizi (2018a) avaliaram Relatórios de Sustentabilidade de 23 universidades americanas, que publicaram Relatórios divulgados entre 2012 e 2014. A avaliação comparativa foi realizada através da junção das diretrizes GRI para compor as dimensões ambiental, econômica e social, acrescida de um conjunto de indicadores específicos para universidades.

Os indicadores específicos para universidades foram desenvolvidos por Sassen e Azizi (2018a) com base nas pesquisas de Lozano (2011), Fonseca *et al.* (2011), Lopatta e Jaeschke (2014), Sassen, Dienes e Beth (2014), fazendo surgir a dimensão universitária.

A dimensão universitária (coluna 1) proposta por Sassen e Azizi (2018a, p. 1183 - 1184) apresenta em sua estrutura subcategorias (coluna 2), aspectos (coluna 3) e descrições de indicadores (coluna 4) relacionados à sustentabilidade no ensino superior, conforme mostra o Quadro D.1.

Quadro D.1 – Subcategorias, aspectos e indicadores da dimensão universitária

Dimensão	Subcategoria	Aspectos	Descrição dos Indicadores
Universitária	Ensino	Ensino em geral	Políticas relacionadas à sustentabilidade no currículo
			Bolsas oferecidas para educação relacionada à sustentabilidade
		Incorporação da sustentabilidade nos currículos	Número ou porcentagem (em relação ao total) de programas de graduação relacionados à sustentabilidade
			Número de alunos matriculados em programas de graduação relacionados à sustentabilidade
			Número ou percentual (em relação ao total) de cursos relacionados à sustentabilidade
			Lista de títulos de cursos que contêm tópicos de desenvolvimento sustentável
			Número de alunos matriculados em cursos relacionados à sustentabilidade
		Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade	Procedimentos de gestão para a interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade nos cursos
			Número ou porcentagem (em relação ao total) de cursos
		Aprendizagem autorregulamentada	Disponibilidade de programas de e-learning e outras opções de aprendizagem autorreguladas
		Monitoramento da incorporação da sustentabilidade nos currículos	Procedimentos de gestão para monitorar a incorporação de temas de sustentabilidade nos currículos
			Estrutura de gestão e incorporação de procedimentos de acompanhamento, melhoria contínua de métodos
		Pesquisa em geral	Políticas relacionadas à sustentabilidade em pesquisa
		Concessões	Receita (em relação ao total) de bolsas e contratos que especificam pesquisas relacionadas à sustentabilidade

	Pesquisa	Programas de pesquisa, projetos, campi/pólos, serviços	Projetos de pesquisa (em relação ao total) com foco em questões relacionadas à sustentabilidade
			Listagem de assuntos abordados: energia renovável, economia ecológica, planejamento urbano
			Programas de pesquisa relacionados à sustentabilidade
			Incentivos à pesquisa em sustentabilidade
			Percentual de alunos de pós-graduação que fazem pesquisa em sustentabilidade
			Listagem das áreas de conhecimento envolvidas
			Número ou porcentagem de faculdades/centros no campus fazendo pesquisas que fornecem pesquisas ou serviços relacionados à sustentabilidade
			Pesquisas publicadas (em relação ao total) com foco em questões relacionadas à sustentabilidade
	Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade		Procedimentos de gestão da interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade em projetos de pesquisa
			Número ou porcentagem (em relação ao total) de projetos de pesquisa
	Comunidade Externa	Atividades e serviços comunitários	Contribuições de alunos, professores e funcionários para a comunidade
			Parcerias para a sustentabilidade com entidades educacionais, empresariais e governamentais
	Operações	Demografia estudantil	Número total de alunos por corpo docente, discriminados por gênero e situação migratória
			Número total de novos alunos por corpo docente
		Gestão da qualidade	Porcentagem de alunos que mudaram de curso ou abandonaram os estudos
			Tempo médio necessário para terminar os estudos, discriminado por grau
			Relação educadores por alunos
			Resultados de pesquisas que indicam a satisfação dos alunos
		Vida no campus	Projetos que indicam um ambiente de estudo saudável e sustentável
			Serviços de consultoria e apoio a alunos com filhos
			Participação dos alunos e da força de trabalho nas mudanças organizacionais
			Programas de gestão de competências e aprendizagem ao longo da vida que apoiem a empregabilidade inicial dos estudantes e os auxiliem na gestão da entrada na carreira
		Mobilidade estudantil	Número ou porcentagem (em relação ao total) de estudantes internacionais recebidos
			Número ou porcentagem (em relação ao total) de estudantes britânicos que saem
			Número de parcerias com universidades no exterior

Fonte: Texto traduzido de Sassen e Azizi (2018a, p. 1183-1184).

Referência

SASSEN, R.; AZIZI, L. Assessing sustainability reports of US universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 19, p. 1158–1184, 2018.

Modelo de Relatório de Sustentabilidade para Universidades Federais brasileiras



2023

Resumo

As universidades podem contribuir com o desenvolvimento sustentável através do ensino, pesquisa, extensão e gestão. A ocorrência reiterada das práticas sustentáveis nos campus universitários faz surgir a necessidade de reporte à comunidade, como uma forma de prestação de contas. A divulgação das práticas e seus respectivos indicadores podem ser observadas em um único documento, denominado Relatório de Sustentabilidade. As práticas executadas nos campus também podem ser observadas por meio de *rankings*, programas e iniciativas nacionais e internacionais ou documentos institucionais que expressam o cumprimento de diretrizes políticas voluntárias e obrigatórias. Apesar do interesse dos pesquisadores na temática, a literatura indica a ausência de um modelo estrutural de Relatório de Sustentabilidade, que possa atender as necessidades das 69 Universidades Federais brasileiras. Este estudo apresenta a proposição um modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade para as Universidades Federais brasileiras. O modelo idealizado contém a identificação e a análise de correlação de sinergias entre as diretrizes estabelecidas pela *Global Reporting Initiative*, acrescida da Dimensão Universitária e as de normativas (Instrução Normativa 10/2012 MPOG; Instrução Normativa Conjunta MP/CGU 01/2016; Decretos 9.235/2017 e 10.936/2022; Decisão Normativa TCU 198/2022), programas (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; Portaria MMA 326/2020), iniciativas (Pacto Global da ONU, Guia Nacional de Contratações Governamentais) e *rankings* (*GreenMetric*; *THE Impact*). Para que a proposta seja implementada sugere-se a adoção da estrutura adaptável, que se encontra disponível para *download* e a priorização de reporte dos conteúdos mais sinérgicos do ponto de vista institucional, materializando-se como um instrumento técnico consultivo aos gestores universitários que tenham por objetivo a evidenciação da atuação socioambiental das universidades em que atuam.

Sumário

1

Apresentação

Público-alvo

Principais usuários das informações reportadas

Descrição da situação problema

2

A proposta

A escolha das normativas voluntárias e obrigatórias, programas, iniciativas e *rankings*

A composição do modelo

O modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade

A análise de frequência

As maiores sinergias identificadas

3

Recomendações

Informações que podem integrar o modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade

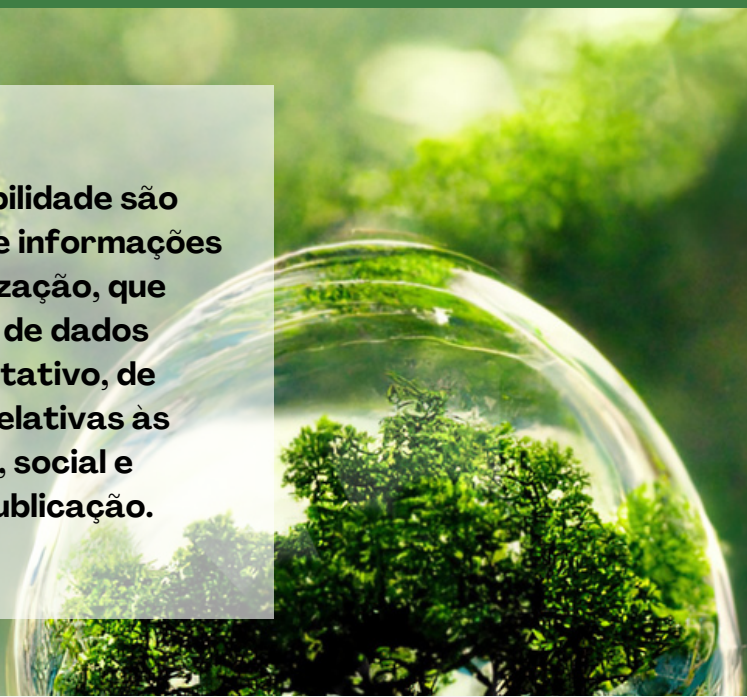
4

Ficha Técnica

Elaboração

Referências

Apresentação



Relatórios de Sustentabilidade são ferramentas de reporte de informações de determinada organização, que integram um conjunto de dados qualitativo e/ou quantitativo, de determinado período, relativas às dimensões ambiental, social e econômica, em única publicação.

PÚBLICO-ALVO

Gestores universitários das 69 Universidades Federais brasileiras.

PRINCIPAIS USUÁRIOS DAS INFORMAÇÕES REPORTADAS

Órgãos de controle (TCU, CGU), MEC, Organizações da Sociedade Civil, discentes, servidores (técnicos-administrativos e docentes), pesquisadores, mídia.

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

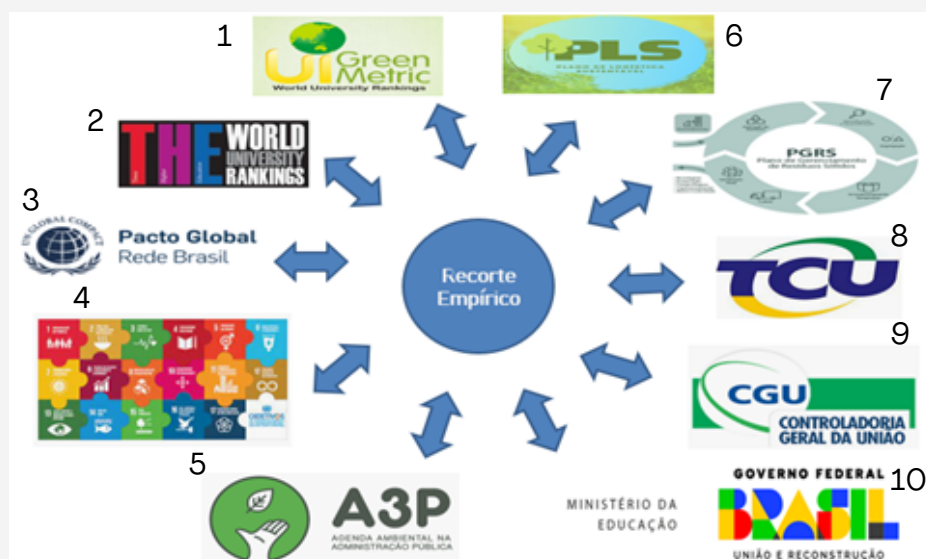
A constatação de ausência de um modelo de Relatório de Sustentabilidade que possa atender as necessidades das Universidades Federais brasileiras demonstrado através da pesquisa Moura-Leite e Pereira (2020) faz surgir a reflexão propositiva em torno de um modelo estrutural ideal para que as Universidades Federais brasileiras possam desenvolver seus indicadores de sustentabilidade para reportar dados quantitativos e qualitativos aos usuários de seus serviços.

“Como o Relatório de Sustentabilidade das Universidades Federais brasileiras pode ser estruturado, para que tenha sinergias com as normativas voluntárias e obrigatórias, programas, iniciativas, e rankings em que direta ou indiretamente estão inseridas?”

A proposta


O estudo investiga normativas voluntárias e obrigatórias, programas, iniciativas e *rankings* que as Universidades Federais brasileiras se envolvem cotidianamente, com pressupostos práticos, a fim de ofertar uma possível solução através de uma estrutura de reporte de informações relativas às dimensões ambiental, social, econômica e universitária.

A atuação socioambiental da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, na condição de recorte empírico de pesquisa foi observada a fim de extrair e categorizar aspectos que podem ser considerados relevantes para a elaboração de um Relatório de Sustentabilidade, que possa atender de maneira ampla as 69 Universidades Federais existentes no Brasil. Deste modo, foram selecionadas normativas, programas, iniciativas e *rankings*, posteriormente categorizadas como diretrizes voluntárias e obrigatórias.



A Figura acima mantém à esquerda os programas, iniciativas e *rankings* de natureza voluntária (itens 1 - 5). São eles: 1) Participação no *ranking* Global UI GreenMetric; 2) Participação no *ranking* Global THE Impact; 3) Participação no Pacto Global da ONU; 4) Colaboração para o alcance dos 17 ODS; 5) Participação na Agenda Ambiental A3P. A direita da Figura encontram-se as normativas de natureza obrigatória (itens 6 - 10). São eles: 6) Cumprimento do PLS; 7) Cumprimento do PGRS; 8) Elaboração do Relatório de Gestão do TCU; 9) Elaboração do Relatório de Gestão de Riscos e Atendimento às recomendações contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU/AGU; 10) Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional do MEC.

A proposta













A estruturação do modelo de Relatório de Sustentabilidade neste estudo compõem-se pela *Global Reporting Initiative* versão *Standards* para a categorização das informações nas dimensões ambiental, social e econômica acrescida da 4ª dimensão educacional idealizada Lozano (2006; 2011), revisada e atualizada por Sassen e Azizi (2018) passando a ser denominada “Dimensão Universitária”.

























A estrutura completa se apresenta por meio de um Quadro que proporciona o cruzamento de dados dos conteúdos das Normas GRI e da Dimensão Universitária, com os dados oriundos das normativas, programas, iniciativas e *rankings*. O referido Quadro apoia-se na estrutura denominada Modelo de Sumário de Conteúdo da GRI. A GRI disponibiliza o referido Modelo de Sumário de Conteúdo, *on-line* através do link <https://www.globalreporting.org/search/?query=GRI+content+index+template+2021>, o modelo foi traduzido (inglês/português), sendo acrescida ao final deste, a Dimensão Universitária.

































Ademais, à direita da estrutura são acrescidas 14 colunas, que representam as normativas (Instrução Normativa 10/2012 MPOG; Instrução Normativa Conjunta MP/CGU 01/2016; Decretos 9.235/2017 e 10.936/2022; Decisão Normativa TCU 198/2022), programa (Portaria MMA 326/2020), iniciativas (Pacto Global da ONU, Guia Nacional de Contratações Governamentais) e *rankings* (GreenMetric; THE Impact). As colunas 10ª até a 14ª representam por meio de ícones, as correlações existentes entre as GRI's e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, baseadas no documento fornecido pela GRI *Linking the SDGs and the GRI Standards*.







































O Quadro exposto nas páginas posteriores pode ser acessado, baixado e adaptado às temáticas materiais eleitas pela universidade para divulgação por meio do link <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1qAH8Ncqpql-FNQTPeY8g0X3ZSF21aI72CQU9wIZPICg/edit#gid=1504719410>.

































GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS				
	Governança	2-14 O papel do mais alto órgão de governança na elaboração de relatórios de sustentabilidade			inciso I; V; VI; VIII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 2; 5.1; 5.5; 5.6;										
		2-15 Conflitos de interesse				Elemento de Conteúdo nº 5.5										
		2-16 Comunicação de preocupações cruciais			incisos III; IV; VII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 4.1; 4.2; 4.3; 4.4; 5.5										
		2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança		inciso V art.82 Decreto nº 10.936/2022		Elemento de Conteúdo nº 5.5		incisos IV art.2º Portaria nº 326/2020								
		2-18 Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança				Elemento de Conteúdo nº 5.5										
		2-19 Políticas de remuneração			inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 5.5										
		2-20 Processo para determinação da remuneração			inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 5.5										
		2-21 Proporção da remuneração total anual			inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 5.5										
	Estratégia, políticas e práticas	2-22 Declaração sobre a estratégia de desenvolvimento sustentável							Princípio 1 e 2	ODS 12.4; 17.3	Categoria 1-AI 6; Categoria 6-EP 7					
		2-23 Compromissos políticos				Elemento de Conteúdo nº 3.2			Princípio 1 e 2	ODS 16.2						
		2-24 Incorporação de compromissos de política			incisos V; VI; VIII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 5.6			Princípio 1 e 2	ODS 16.2						
		2-25 Processos para reparar impactos negativos			Inciso VII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 3.7; 5.1;			Princípio 1 e 2							
		2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações			inciso VII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016				Princípio 1 e 2	ODS 5.6; 8.2						




















GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS				
		2-27 Conformidade com leis e regulamentos				Elemento de Conteúdo nº 3.2										
		2-28 Participação em associações				Elemento de Conteúdo nº 3.7; 5.1				ODS 17.2						
	Engajamento de stakeholders	2-29 Abordagem para engajamento de stakeholders			inciso VII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 3.7; 5.1			Princípio 1 e 2	ODS 5.6; 8.2; 16.2; 17.2						
		2-30 Acordos de negociação coletiva							Princípio 3	ODS 8.2						
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	Conteúdos sobre tópicos materiais	3-1 Processo de definição de tópicos materiais			inciso II art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 2; 5.2; 5.3			Princípio 1 e 2							
		3-2 Lista de tópicos materiais							Princípio 1 e 2							
		3-3 Gestão de tópicos materiais			inciso II art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 2; 5.2; 5.3			Princípio 1 e 2		Categoria 6-EP 2					
GRI 201: Desempenho econômico 2016		201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído				Elemento de Conteúdo nº 3.6; 5.4; 6.1;	inciso X artigo 21 Decreto nº 9.235/2017			ODS 8.3; 16.2						
		201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas			incisos III, IV art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016; Guia Nacional - Recomendação nº 7; 8	Elemento de Conteúdo nº 4.1; 4.2; 4.3; 4.4;				ODS 7.2; 7.3; 7.4; 13.2; 13.4	Categoria 2-EC 1, EC 2, EC 3, EC 4, EC 5, EC 6, EC 7, EC 8, EC 9, EC 10					
		201-3 Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria														
		201-4 Apoio financeiro recebido do governo			inciso II art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 3.5; 5.2; 5.3; 6.1	inciso X artigo 21 Decreto nº 9.235/2017			ODS 16.2						
GRI 202: Presença de		202-1 Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por gênero							Princípio 6	ODS 8.2						
























GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS					
Presença de Mercado2016	Conteúdos Temáticos - Dimensão Econômica	202-2 Proporção de membros da diretoria contratados na comunidade			Guia Nacional - Recomendação nº 3												
GRI 203: Impactos Econômicos Indiretos 2016		203-1 Investimentos em infraestruturas e apoio a serviços	inciso VI, VII art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 6; 7; 8			incisos VI art.2º Portaria nº 326/2020		ODS 7.2; 7.3; 7.4; 10.5; 10.6; 11.4	Categoria 1-AI 1, AI 2, AI 3, AI 4, AI 5, AI 7, AI 8, AI 9, AI 10, AI 11; Categoria 2-EC 1, EC 2, EC 3, EC 4, EC 5, EC 6; Categoria 5-T 1, T 2, T 3, T 4, T 5, T 6, T 7, T 8	  					
		203-2 Impactos econômicos indiretos significativos			Guia Nacional - Recomendação nº 3; 9	Elemento de Conteúdo nº 5.4;				ODS 1.4; 8.3		  					
GRI 204: Práticas de compras 2016		204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais	inciso VI art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 3; 9			incisos V art.2º Portaria nº 326/2020		ODS 2.5							
GRI 205: Anticorrupção 2016		205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção			incisos III; IV; V; VI; VIII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 4.1; 4.2; 4.3; 4.4; 5.6				Princípio 10	ODS 16.2						
		205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate a corrupção			incisos V; VI; VII; VIII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 5.6				Princípio 10	ODS 16.2						
		205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas			incisos V; VI; VIII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 5.6				Princípio 10	ODS 16.2						
GRI 206: Comportamento anticompetitivo 2016		206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de traste e monopólio			incisos III, IV art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 4.1; 4.2; 4.3; 4.4;											
GRI 207: Impostos 2019		207-1 Abordagem tributária											  				
		207-2 Governança, controle e gestão de risco fiscal		inciso V art.82 Decreto nº 10.936/2022		incisos III; IV; V; VI; VIII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 4.1; 4.2; 4.3; 4.4; 5.6		incisos IV art.2º Portaria nº 326/2020				  				
		207-3 Engajamento de stakeholders e gestão de suas preocupações quanto a tributos											  				
		207-4 Relato país-a-país					Elemento de Conteúdo nº 6.1	inciso X artigo 21 Decreto nº 9.235/2017			ODS 16.2		  				














GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS			
GRI 301: Materiais 2016		301-1 Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume							Princípio 7, 8 e 9						
		301-2 Matérias-primas ou Materiais reciclados utilizados	incisos I, VI art. 8º Instrução Normativa 10/2012	incisos I a IV art.30 Decreto nº 10.936/2022	Guia Nacional - Recomendação nº 1; 5			incisos I, II, V art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3; 14.4; 15.4	Categoria 3-R1, R 2, R 3, R 4, R 5, R 6				
		301-3 Produtos e suas embalagens reaproveitados	inciso I art. 8º Instrução Normativa 10/2012	incisos I a IV art.30 Decreto nº 10.936/2022	Guia Nacional - Recomendação nº 1; 5			incisos I, II art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3; 14.4; 15.4	Categoria 3-R1, R 2, R 3, R 4, R 5, R 6				
GRI 302: Energia 2016		302-1 Consumo de energia dentro da organização							Princípio 7, 8 e 9	ODS 7.2; 7.3; 7.4; 13.2; 13.4	Categoria 2-EC 1, EC 2, EC 3, EC 4, EC 5, EC 6				
		302-2 Consumo de energia fora da organização							Princípio 7, 8 e 9						
		302-3 Intensidade energética							Princípio 7, 8 e 9	ODS 13.2; 13.4					
		302-4 Redução do consumo de energia	inciso II art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 4			incisos I, VI art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 7.2; 7.3; 7.4	Categoria 2-EC 1, EC 2, EC 3, EC 4, EC 5, EC 6				
		302-5 Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços	inciso II art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 4			incisos I art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 7.2; 7.3; 7.4	Categoria 2-EC 1, EC 2, EC 3, EC 4, EC 5, EC 6				
GRI 303: Água e Efluentes 2018		303-1 Interação com a água como um recurso compartilhado	inciso III art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 4			inciso I, VI art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 6.3; 6.4; 6.5	Categoria 4-A 1, A 2, A 3, A 4, A 5				
		303-2 Gestão de impactos relacionados ao descarte de água	inciso III art. 8º Instrução Normativa 10/2012						Princípio 7, 8 e 9	ODS 6.3; 6.4; 6.5; 14.4; 15.4	Categoria 4-A 1, A 2, A 3, A 4, A 5				
		303-3 Captação de água							Princípio 7, 8 e 9	ODS 6.3; 6.4; 6.5	Categoria 1- AI 1, AI 2, AI 3, AI 4, AI 5, AI 11;				
		303-4 Descarte de água	inciso III art. 8º Instrução Normativa 10/2012						Princípio 7, 8 e 9	ODS 6.3; 6.4; 6.5; 14.4; 15.4	Categoria 4-A 1, A 2, A 3, A 4, A 5				
		303-5 Consumo de água	inciso III art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 4			incisos I, VI art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 6.2	Categoria 4-A 1, A 2, A 3, A 4, A 5				











GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS				
GRI 304: Biodiversidade 2016	Conteúdos Temáticos - Dimensão Ambiental	304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora das áreas de proteção ambiental							Princípio 7, 8 e 9		Categoria 1-AI 1, AI 2, AI 3, AI 4, AI 5, AI 11;					
		304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	incisos VI, VII art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 7; 8			incisos VI art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 7.2; 7.3; 7.4; 11.4	Categoria 1-AI 1, AI 2, AI 3, AI 4, AI 5, AI 11; Categoria 2-EC 1, EC 2, EC 3, EC 4, EC 5, EC 6, EC 7, EC 8, EC 9, EC 10; Categoria 5-T 1, T 2, T 3, T 4, T 5, T 6, T 7, T 8					
		304-3 Habitats protegidos ou restaurados							Princípio 7, 8 e 9	ODS 15.3	Categoria 1-AI 1, AI 2, AI 3, AI 4, AI 5, AI 11;					
		304-4 Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização							Princípio 7, 8 e 9	ODS 15.3	Categoria 1-AI 1, AI 2, AI 3, AI 4, AI 5, AI 11;					
GRI 305: Emissões 2016		305-1 Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)			Guia Nacional - Recomendação nº 11; 12				Princípio 7, 8 e 9	ODS 13.2; 13.4						
		305-2 Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia			Guia Nacional - Recomendação nº 11; 12				Princípio 7, 8 e 9	ODS 13.2; 13.4						
		305-3 Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)							Princípio 7, 8 e 9							
		305-4 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)			Guia Nacional - Recomendação nº 11; 12				Princípio 7, 8 e 9	ODS 13.2; 13.4						
		305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	incisos VI, VII art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 11; 12			inciso VI art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 7.2; 7.3; 7.4; 11.4; 13.2; 13.4	Categoria 2-EC 7, EC 8, EC 9, EC 10; Categoria 5-T 1, T 2, T 3, T 4, T 5, T 6, T 7, T 8					
		305-6 Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO)							Princípio 7, 8 e 9							
		305-7 Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas							Princípio 7, 8 e 9							

GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS				
GRI 306: Resíduos 2020		306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	inciso I, IV art. 8º Instrução Normativa 10/2012	incisos I a VI art. 30 Decreto nº 10.936/2022	Guia Nacional - Recomendação nº 1; 5			incisos I, II art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3; 14.4; 15.4	Categoria 3-R1, R 2, R 3, R 4, R 5, R 6					
		306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	inciso IV art. 8º Instrução Normativa 10/2012	incisos I a VI art. 30 Decreto nº 10.936/2022	Guia Nacional - Recomendação nº 4; 5			inciso II art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3; 14.4; 15.4	Categoria 3-R1, R 2, R 3, R 4, R 5, R 6					
		306-3 Resíduos gerados	inciso IV art. 8º Instrução Normativa 10/2012	incisos I a VI art. 30 Decreto nº 10.936/2022	Guia Nacional - Recomendação nº 5			inciso II art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3; 14.4; 15.4	Categoria 3-R1, R 2, R 3, R 4, R 5, R 6					
		306-4 Resíduos não destinados para disposição final	inciso IV art. 8º Instrução Normativa 10/2012	incisos I a VI art. 30 Decreto nº 10.936/2022	Guia Nacional - Recomendação nº 5			inciso II art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3; 14.4; 15.4	Categoria 3-R1, R 2, R 3, R 4, R 5, R 6					
		306-5 Resíduos destinados a disposição final	inciso IV art. 8º Instrução Normativa 10/2012	incisos I a VI art. 30 Decreto nº 10.936/2022	Guia Nacional - Recomendação nº 5			inciso II art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3; 14.4; 15.4	Categoria 3-R1, R 2, R 3, R 4, R 5, R 6					
GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016		308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	inciso VI art. 8º Instrução Normativa 10/2012					inciso V art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3						
		308-2 Impactos ambientais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas		inciso III art.82 Decreto nº 10.936/2022	incisos V; VI; VIII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 5.6			Princípio 7, 8 e 9	ODS 12.2; 12.3						
GRI 401: Emprego 2016		401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados			inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016				Princípio 6	ODS 8.5; 10.5; 10.6						
		401-2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial			inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016					ODS 8.2						
		401-3 Licença maternidade/paternidade			inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016				Princípio 6	ODS 5.6; 8.2						
GRI 402: Trabalho/Relações de Gestão 2016		402-1 Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais			inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016				Princípio 3							
		403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	inciso V art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 10			inciso III art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 1 e 2							

GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS				
GRI 403: Saúde e Segurança no Trabalho 2018		403-2 Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	inciso V art. 8º Instrução Normativa 10/2012		incisos III, IV art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016; Guia Nacional - Recomendação nº 10	Elemento de Conteúdo nº 4.1; 4.2; 4.3; 4.4;		inciso III art.2º Portaria nº 326/2020			Categoria 1-AI 7, AI 8, AI 9, AI 10					
		403-3 Serviços de saúde do trabalho	inciso V art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 10			inciso III art.2º Portaria nº 326/2020		ODS 3.3						
		403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	inciso V art. 8º Instrução Normativa 10/2012		inciso VII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016; Guia Nacional - Recomendação nº 10			inciso III art.2º Portaria nº 326/2020								
		403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança no trabalho	inciso V art. 8º Instrução Normativa 10/2012		inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016; Guia Nacional - Recomendação nº 10			inciso III art.2º Portaria nº 326/2020								
		403-6 Promoção da saúde do trabalhador	inciso V art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 10			inciso III art.2º Portaria nº 326/2020		ODS 3.3						
		403-7 Prevenção e mitigação dos impactos na saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	inciso V art. 8º Instrução Normativa 10/2012		incisos III, IV art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016; Guia Nacional - Recomendação nº 10	Elemento de Conteúdo nº 4.1; 4.2; 4.3; 4.4;		inciso III art.2º Portaria nº 326/2020			Categoria 1-AI 7, AI 8, AI 9, AI 10					
		403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	inciso V art. 8º Instrução Normativa 10/2012		inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016; Guia Nacional - Recomendação nº 10			inciso III art.2º Portaria nº 326/2020		ODS 3.3						
		403-9 Acidentes de trabalho	inciso V art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 10			inciso III art.2º Portaria nº 326/2020								
		403-10 Doenças profissionais	inciso V art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 10			inciso III art.2º Portaria nº 326/2020								
GRI 404: Treinamento e Educação 2016		404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado		incisos I, II, IV e VI art.82 Decreto nº 10.936/2022	inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016			inciso IV art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 6							
		404-2 Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira		incisos I, II, IV e VI art.82 Decreto nº 10.936/2022	inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016			inciso IV art.2º Portaria nº 326/2020								

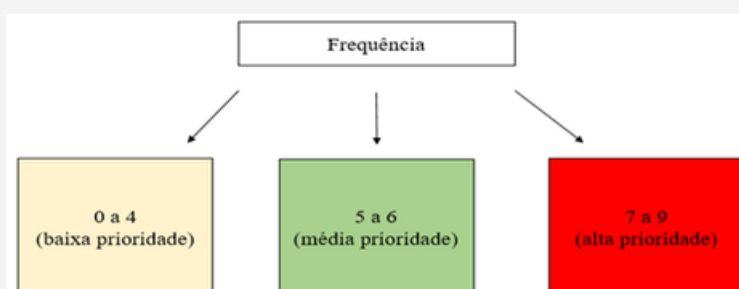
GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS					
	Conteúdos Temáticos - Dimensão social	404-3 Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira			inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016				Princípio 6								
GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016		405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados			inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016				Princípio 6	ODS 5.4; 5.6; 8.2; 10.5; 10.6; 16.2							
		405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens			inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016				Princípio 6	ODS 5.6; 8.2							
GRI 406: Não-discriminação 2016		406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	inciso VI art. 8º Instrução Normativa 10/2012		incisos I;V; VI; VIII art.16 IN MP/CGU nº 01/2016; Guia Nacional - Recomendação nº 6	Elemento de Conteúdo nº 5.6		inciso VI art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 6	ODS 5.6; 8.2; 10.5; 10.6	Categoria 1-AI 7, AI 8, AI 9, AI 10						
GRI 407: Liberdade de Associação e Negociação Coletiva 2016		407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	inciso VI art. 8º Instrução Normativa 10/2012		incisos III, IV art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 4.1; 4.2; 4.3; 4.4;		inciso V art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 1,2,3	ODS 8.2							
GRI 408: Trabalho infantil 2016		408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	inciso VI art. 8º Instrução Normativa 10/2012		incisos III, IV art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016; Guia Nacional - Recomendação nº 2	Elemento de Conteúdo nº 4.1; 4.2; 4.3; 4.4;		inciso V art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 1,2,5	ODS 1.4; 8.2							
GRI 409: Trabalho Forçado ou Obrigatório 2016		409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	inciso VI art. 8º Instrução Normativa 10/2012		incisos III, IV art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016; Guia Nacional - Recomendação nº 2	Elemento de Conteúdo nº 4.1; 4.2; 4.3; 4.4;		inciso V art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 4	ODS 1.4; 8.2							
GRI 410: Práticas de Segurança 2016		410-1 Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	inciso VI art. 8º Instrução Normativa 10/2012		inciso I art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016			incisos IV, V art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 1 e 2		Categoria 1-AI 7, AI 8, AI 9, AI 10						
GRI 411: Direitos dos Povos Indígenas 2016		411-1 Casos de violação de direitos dos povos indígenas							Princípio 1 e 2								
GRI 413: Comunidades Locais 2016		413-1 Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local			inciso VII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016; Guia Nacional - Recomendação nº 7; 8	Elemento de Conteúdo nº 3.7; 5.1			Princípio 1 e 2	ODS 2.5							
		413-2 Operações com impactos negativos significativos reais ou potenciais nas comunidades locais															
GRI 414: Avaliação Social dos	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	inciso VI art. 8º Instrução Normativa 10/2012						inciso V art.2º Portaria nº 326/2020	Princípio 1, 2, 4, 5	ODS 12.2; 12.3							

GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS				
GRI 103: Fornecedores 2016		414-2 Impactos sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas			incisos V; VI; VIII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016	Elemento de Conteúdo nº 5.6			Princípio 1, 2, 4, 5	ODS 12.2; 12.3						
GRI 415: Políticas Públicas 2016		415-1 Contribuições políticas				Elemento de Conteúdo nº 6.1	inciso X artigo 21 Decreto nº 9.235/2017		Princípio 10	ODS 16.2; 17.2						
GRI 416: Saúde e Segurança dos Clientes 2016		416-1 Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços														
		416-2 Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços														
GRI 417: Marketing e Rotulagem 2016		417-1 Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços														
		417-2 Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços														
		417-3 Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing			inciso VII art. 16 IN MP/CGU nº 01/2016											
GRI 418: Privacidade dos clientes 2016		418-1 Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perdas de dados de clientes														
SASSEN E AZIZI (2018)		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU		A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS				
DU 1- Ensino		1-1 Ensino em geral					inciso II artigo 21 Decreto nº 9.235/2017			ODS 1.2; 5.3; 10.3; 17.4	Categoria 6-EP 9					
		1-2 Incorporação da sustentabilidade nos currículos								ODS 17.4	Categoria 6-EP 1					
		1-3 Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade					inciso IV artigo 21 Decreto nº 9.235/2017			ODS 13.3; 14.3; 14.5;	Categoria 6-EP 9					
		1-4 Aprendizagem autorregulamentada					inciso VIII, XI artigo 21 Decreto nº 9.235/2017				Categoria 6-EP 9					

GRI STANDARD		CONTEÚDO	PLS	PGRS	CGU	TCU	PDI	A3P	PACTO GLOBAL	IMPACT RANKINGS	GREENMETRIC	ODS					
	Dimensão Universitária	1-5 Monitoramento da incorporação da sustentabilidade nos currículos								ODS 17.4	Categoria 6-EP 9						
DU 2 - Pesquisa		2-1 Pesquisa em geral									ODS 17.4						
		2-2 Concessões										Categoria 6-EP 2					
		2-3 Programas de pesquisa, projetos, campi/pólos, serviços			Guia Nacional - Recomendação nº 7				Princípio 9	ODS 1.1; 2.1; 3.1; 4.1; 5.1; 6.1; 7.1; 8.1; 9.1; 10.1; 11.1; 12.1; 13.1; 14.1; 15.1; 16.1; 17.1; 17.4	Categoria 6-EP 3						
		2-4 Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade					inciso II artigo 21 Decreto nº 9.235/2017			ODS 11.2; 16.3							
		DU 3 - Comunidade Externa	3-1 Atividades e serviços comunitários		incisos I a VI art.82 Decreto nº 10.936/2022	Guia Nacional - Recomendação nº 7		inciso VII artigo 21 Decreto nº 9.235/2017			ODS 1.4; 2.5; 3.3; 4.3; 4.4; 6.5; 7.4; 11.2; 11.4; 13.3; 14.2; 14.3; 14.5; 15.2; 15.3; 16.2; 17.2; 17.4	Categoria 6-EP 10					
DU 4 - Operações		4-1 Demografia estudantil					inciso IV artigo 21 Decreto nº 9.235/2017			ODS 2.4; 3.2; 4.2; 5.2; 5.3; 5.5; 10.2; 10.4; 16.4							
		4-2 Gestão da qualidade					inciso IV artigo 21 Decreto nº 9.235/2017			ODS 8.2; 9.3;							
		4-3 Vida no campus	inciso V art. 8º Instrução Normativa 10/2012		Guia Nacional - Recomendação nº 4; 5; 6; 8; 10; 11; 12		inciso VII, IX artigo 21 Decreto nº 9.235/2017	inciso III art.2º Portaria nº 326/2020		ODS 1.3; 5.6; 8.2; 11.4; 12.2; 13.4; 14.4; 15.4; 16.3	Categoria 1- AI 8, AI 9, AI 10; Categoria 6-EP 11						
		4-4 Mobilidade estudantil					inciso IV artigo 21 Decreto nº 9.235/2017			ODS 10.3							

A proposta

Além da elaboração estrutural do Quadro, este estudo apresenta a análise de frequência. A frequência varia de 0 a 9, quanto maior a recorrência, maior a significância, para que os conteúdos sejam percebidos como prioritários aos gestores públicos universitários. O agrupamento da frequência apresenta-se conforme Figura abaixo, de 0 a 4 menções (baixa prioridade), 5 a 6 menções (média prioridade) e 7 a 9 menções (alta prioridade).



Os casos de alta prioridade (cor vermelha) comunicam aos gestores públicos das Universidades Federais brasileiras quais conteúdos da GRI são mais sinérgicos com a realidade desses órgãos, podendo auxiliá-los na escolha de conteúdos prioritários do ponto de vista institucional. A significância das sinergias medida através da frequência favoreceu a identificação de 82 conteúdos de baixa prioridade, 41 de média prioridade e 8 de alta prioridade, conforme Figura abaixo.

Frequência		
3		
Baixa prioridade (0 a 3)		
GRI 2-1; GRI 2-2; GRI 2-3; GRI 2-4; GRI 2-5; GRI 2-6; GRI 2-8; GRI 2-10; GRI 2-11; GRI 2-12; GRI 2-13; GRI 2-14; GRI 2-15; GRI 2-16; GRI 2-17; GRI 2-18; GRI 2-19; GRI 2-20; GRI 2-21; GRI 2-22; GRI 2-23; GRI 2-25; GRI 2-26; GRI 2-27; GRI 2-28; GRI 2-30; GRI 3-1; GRI 3-2; GRI 201-1; GRI 201-3; GRI 202-1; GRI 202-2; GRI 203-2; GRI 206-1; GRI 207-1; GRI 207-3; GRI 207-4; GRI 301-1; GRI 302-1; GRI 302-2; GRI 302-3; GRI 303-3; GRI 304-1; GRI 304-3; GRI 304-4; GRI 305-1; GRI 305-2; GRI 305-3; GRI 305-4; GRI 305-6; GRI 305-7; GRI 401-1; GRI 401-2; GRI 401-3; GRI 402-1; GRI 403-4; GRI 403-5; GRI 403-9; GRI 403-10; GRI 404-2; GRI 404-3; GRI 405-1; GRI 405-2; GRI 411-1; GRI 413-2; GRI 416-1; GRI 416-2; GRI 417-1; GRI 417-2; GRI 417-3; GRI 418-1; DU 1-1; DU 1-2; DU 1-3; DU 1-4; DU 1-5; DU 2-1; DU 2-2; DU 2-4; DU 4-1; DU 4-2; DU 4-4		
2		
Média prioridade (4 a 6)		
GRI 2-7; GRI 2-9; GRI 2-24; GRI 2-29; GR 3-3; GRI 201-2; GRI 201-4; GRI 203-1; GRI 204-1; GRI 205-1; GRI 205-2; GRI 205-3; GRI 207-2; GRI 302-4; GRI 302-5; GRI 303-1; GRI 303-2; GRI 303-4; GRI 303-5; GRI 304-2; GRI 305-5; GRI 308-1; GRI 308-2; GRI 403-1; GRI 403-2; GRI 403-3; GRI 403-6; GRI 403-7; GRI 403-8; GRI 404-1; GRI 407-1; GRI 408-1; GRI 409-1; GRI 410-1; GRI 413-1; GRI 414-1; GRI 414-2; GRI 415-1; DU 2-3; DU 3-1; DU 4-3		
1		
Alta prioridade (7 a 9)		
GRI 301-2; GRI 301-3; GRI 306-1; GRI 306-2; GRI 306-3; GRI 306-4; GRI 306-5; GRI 406-1		

A proposta

Apesar dessa classificação - baixa, média e alta prioridade - não foram identificados conteúdos classificados com os graus de significância 8 e 9. Deste modo, as maiores sinergias horizontais identificadas possuem grau de significância 6 e 7. A figura abaixo apresenta de forma elucidativa as maiores sinergias identificadas com grau de significância 6 - média prioridade (cor verde) e 7 - alta prioridade (cor vermelha).

A3P		CGU		A3P		CGU		A3P		CGU					
THE IMPACT	GRI 302-4; GRI 302-5; GRI 303-1; GRI 303-5; GRI 304-2; GRI 305-5;			PACTO GLOBAL	THE IMPACT	GRI 407-1; GRI 408-1; GRI 409-1;			PACTO GLOBAL	THE IMPACT	DU 4-3			PDI	
PLS		GREEN METRIC		PLS		TCU		PLS		GREEN METRIC					
		A3P		CGU		PLS		A3P		CGU		PLS			
		THE IMPACT	GRI 301-2; GRI 301-3; GRI 306-1; GRI 306-2; GRI 306,3, GRI 306-4; GRI 306-5;			PACTO GLOBAL	THE IMPACT	GRI 406-1			PACTO GLOBAL				
		PGRS		GREEN METRIC		TCU		GREEN METRIC							

Recomenda-se aos gestores universitários para fins de evidenciação socioambiental das Universidades Federais brasileiras o reporte prioritário de 18 em relação aos 131 conteúdos que compõem o pretendido modelo estruturado de Relatório de Sustentabilidade.

O Conjunto Consolidado das Normas GRI orienta que as organizações relatem somente os conteúdos relevantes para seus impactos em relação a um tema material, assim, não é exigido que a organização relate conteúdos que não sejam relevantes para a sua realidade.

A estrutura ofertada neste estudo e a indicação dos conteúdos prioritários poderão auxiliar os gestores universitários nas etapas iniciais da elaboração de um Relatório de Sustentabilidade, mais precisamente após a elaboração da Matriz de Materialidade da Universidade.

Recomendações



O cruzamento das informações retratadas neste estudo tem o condão de evitar retrabalhos, impedir a publicação de dados controversos considerando informações já pontuadas e disponibilizadas ao público através dos diversos documentos institucionais, bem como facilitar a visão macro dos gestores das Universidades Federais brasileiras no processo de elaboração de um Relatório de Sustentabilidade..

- ✓ Os gestores públicos poderão identificar e aproveitar os dados repassados voluntariamente aos organizadores dos rankings universitários *GreenMetric* e *THE Impact*;
- ✓ Poderão ser aproveitados dados levantados e/ou disponibilizados pela universidade à sociedade em geral pelo cumprimento de exigências legais através do Plano de Gestão de Logística Sustentável, Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Relatório de Gestão baseado no Modelo de Relato Integrado do TCU, Plano de Gestão de Processos e de Riscos da CGU, e Plano de Desenvolvimento Institucional do MEC;
- ✓ Dados inerentes à adesão voluntária à Agenda Ambiental na Administração Pública poderão ser aproveitados através da descrição da participação da universidade em prêmios anuais da A3P, promovidos pelo MMA para reconhecer as melhores práticas sustentáveis desenvolvidas;
- ✓ Dados relativos à adesão voluntária ao Pacto Global da ONU poderão ser aproveitados através da descrição da participação da universidade em grupos temáticos promovidos ou apoiados pelo Pacto Global da ONU, bem como, dados inseridos em comunicação interna comprobatória de engajamento com os 10 princípios universais, exigida pela equipe do Pacto Global da ONU a cada biênio;
- ✓ Por fim, os dados oriundos da vasta legislação descrita no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU poderão ser aproveitados através da coleta de informações oriundas dos setores e/ou secretarias responsáveis por licitações e contratos da universidade.

Ficha Técnica

Concluído em 01/09/2023. PRODUTO TÉCNICO DERIVADO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. Para maiores informações consultar: OJEDA, Nataly Luiza Nantes. Modelo de Relatório de Sustentabilidade para Universidades Federais Brasileiras. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023.

REFERÊNCIAS

BEURON, T. A.; MADRUGA, L. R. da R. G.; GARLET, V.; AVILA, L. V.; GUARDA, F. G. K.; TERRA, C. C. de F.; BALSAN, L. A. G. Contributions of an environmental management system for sustainable development at a Brazilian university. *Environmental Quality Management*, v. 29, n. 4, p. 103–113, 2020.

BRASIL. Advocacia-Geral da União (AGU). Consultoria-Geral da União (CGU). Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. 5ª ed. BARTH, M. L. B. G.; CABRAL, F. G.; CARVALHO, F. G. de; CLARE, C. V.; FERNANDES, V. V. S.; PAZ S. F., M.; GOMES, P.M.; PASSOS, C. R. L; PEREIRA, R. M.; VILLAC, T. Brasília, DF. 2022

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 1988.

BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01 de 2016. Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal. Brasília, DF. 2016.

BRASIL. Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006 – Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Brasília, DF. 2006.

Ficha Técnica

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das Instituições de Educação Superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, DF. 2017.

BRASIL. Decreto nº 10.936 de 12 de janeiro de 2022 que Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, DF. 2022.

BRASIL. Decreto nº 11.043 de 13 de abril de 2022. Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, na forma do Anexo. Brasília, DF. 2022.

BRASIL. Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Brasília, DF. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF. 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Portaria nº 326, de 23 de julho de 2020. Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P e estabelece suas diretrizes. Brasília, DF 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). Decisão Normativa 198, de 23 de março de 2022. Estabelece normas complementares para a prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, nos termos do inciso I do art. 2º; § 1º do art. 5º; inciso III e § 3º do art. 8º; § 3º do art. 9º; e art. 14 da Instrução Normativa-TCU nº 84, de 22 de abril de 2020. Brasília, DF. 2022.

Ficha Técnica

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS).

Diretoria de Desenvolvimento Sustentável (DIDES/UFMS) – Página Inicial. Disponível em: <https://dides.ufms.br/>.

Global Reporting Initiative (GRI). GRI content index template. 2021. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/search/?query=GRI+content+index+template+2021>.

Global Reporting Initiative (GRI). Linking the SDGs and the GRI Standards. 2022. Disponível em: https://globalcompact.at/wp-content/uploads/2022/09/gri-linkagesdg_gristandards-updatemay2022-final.pdf.

Global Reporting Initiative (GRI). GRI Universal Standards. 2023. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/standards/standards-development/universal-standards/>.

LAUDER, A.; SARI, R. F.; SUWARTHA, N.; TJAHJONO, G. Critical review of a global campus sustainability ranking: GreenMetric. Journal of Cleaner Production, v. 108, p. 852–863, 2015.

LOZANO, R. A Tool for a Graphical Assessment of Sustainability in Universities (GASU). Journal of Cleaner Production, v. 14, p. 963–972, 2006.

LOZANO, R. The state of sustainability reporting in universities. International Journal of Sustainability in Higher Education, v. 12, n. 1, p. 67–78, 2011.

MOURA-LEITE, R. C.; PEREIRA, M. W. G. Status of Sustainability Reports by Brazilian Higher Education Institutions. Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe), v. 18, n. 4, p. 59–76, 2020.

Ficha Técnica

Organização das Nações Unidas (ODS). ODS Brasil. Relatório dos Indicadores para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2022. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/relatorio/sintese>.

Organização das Nações Unidas (ONU). Pacto Global da ONU. 2022. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/a-iniciativa>.

SASSEN, R.; AZIZI, L. Assessing sustainability reports of US universities. International Journal of Sustainability in Higher Education, v. 19, n. 7, p. 1158–1184, 2018.

Times Higher Education (THE). Impact Rankings. Impact Rankings methodology. 2022. Times Higher Education (THE). 2022. Disponível em: <https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/impact-rankings-2022-methodology>.

Universitas Indonésia GreenMetric World University (UI GREENMETRIC). Ranking by Country 2020 - UI GreenMetric. 2020. Disponível em: <https://greenmetric.ui.ac.id/rankings/ranking-by-country-2020/Brazil>.

Universitas Indonésia GreenMetric World University (UI GREENMETRIC). Ranking by Country 2021 - Brazil - UI GreenMetric. 2021. Disponível em: <https://greenmetric.ui.ac.id/rankings/ranking-by-country-2021/Brazil>.